

Sociedade e Estado

Volume 35 – Número 3

Copyright © 2021
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Haydée Glória Cruz Caruso

Editora responsável: Tânia Mara Campos de Almeida
Editores-adjuntos: Stefan Fornos Klein, Maria Francisca Coelho e Emerson Ferreira Rocha

Preparação dos originais e apoio administrativo:
Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:
Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência
Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais
novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade-e-Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;
Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;
Dataíndice – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;
Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;
Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;
SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.
Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.
ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)
1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 35 – Número 3

Comitê Editorial:

Ana Cristina Murta Collares (UnB), Carlos Benedito Martins (UnB), Débora Messenberg Guimarães (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Sergio Barreira de Faria Tavoraro (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernanda Beigel (Conicet/UNSJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (Iesp/Uerj),
Gabriel Cohn (USP),
Gerard Delanty (Universidade de Sussex/UK),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Lourdes Maria Bandeira (UnB),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sari Hanafi (American University of Beirut/AUB),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp).

Pareceristas do Volume:

Ricardo Festi, Sadi Dal Rosso, João Paulo Bachur, Daniel Bin, Giuliano Contento de Oliveira, Rosana Pinheiro-Machado, Felisa Anaya, Christiana Soares de Freitas, Lígia Mori Madeira, Frank Marcon, Lara Santos Amorim, Eurico Antonio Gonzalez dos Santos, Gamaliel da Silva Carreiro, Sandra Patricia Arenas Grisales, Erineusa Maria da Silva, Janaína Xavier do Nascimento, Lara Beleli, Hilan Nissior Bensuan, Daniel Kirjner, Ludmila Gaudad, Alessandra Teixeira, Arlene Ricoldi, Tauvana Yung, Joaze Bernardino Costa e Luciana Maria de Aragão Ballestrin.

Apoio:



Sumário

Editorial	9
<i>Stefan Fornos Klein & Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Artigos	
A Covid-19 chegou no Brasil, e daí? A primeira resposta das redes solidárias sob a perspectiva da dádiva	13
<i>Siegrid Guillaumon, Eloisa Gonçalves da Silva Torlig, Caroline Cordova Bicudo da Costa, Fagner de Oliveira Días & Andréia Elizabeth Silva Barros</i>	
A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos	37
<i>Paulo Gajanigo & Rogério Souza</i>	
Uma rua na favela e uma janela na cela: precariedades, doenças e mortes dentro e fora dos muros	61
<i>Fábio Mallart & Fábio Araújo</i>	
Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?	83
<i>Thays Monticelli</i>	
Impacto del trabajo a turnos sobre la salud y la satisfacción laboral de los trabajadores en España	109
<i>María-Carmen Sánchez-Sellero</i>	
Políticas educacionais com perspectiva de gênero nos governos de Michelle Bachelet e Dilma Rousseff	133
<i>Neiva Furlin</i>	

O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos <i>Berenice Bento</i>	157
Ciência das políticas públicas: reflexões sobre sua diversidade analítica <i>Luis F. Mota</i>	173
Welfare State and Epistemic Communities of Fiscal Austerity in Brazil: from Lula da Silva to Jair Bolsonaro (2003-2020) <i>Carlos Eduardo Santos Pinho</i>	195
Jürgen Habermas e a guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais <i>Lucas Trindade da Silva</i>	217
El Te Deum Evangélico en Chile, cuando la legitimidad religiosa y política es mutua <i>Luis Orellana Urtubia & Evguenia Fediakova</i>	245
“Nos e fidju la di gueto, nos e fidju di imigranti, fidju di Kabu Verdi”: estética, antirracismo e engajamentos no rap crioulo em Portugal <i>Otávio Raposo, Pedro Varela, José Alberto Simões & Ricardo Campos</i>	269
Entre racializações: Oliver C. Cox e a sociologia <i>Erik Wellington Barbosa Borda</i>	293

Resenhas

Os ideólogos da brasilidade: 319
as metamorfoses do mito nacional
e a necessidade teórica e política de sua superação

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
Marcos Abraão Ribeiro

O fascismo e o populismo entre 325
a história global e a teoria política

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*.
Lisboa: Edições 70, 2019.
Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho & Maurício Palma

A pesquisa social reconstrutiva no Brasil 331
e o método documentário

BOHNSACK, Ralf. *Pesquisa social reconstrutiva*.
Introdução aos métodos qualitativos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
Breitner Tavares

Tradução

Cientistas como cidadãos e especialistas 339
na detecção do desmatamento na Amazônia

Marko Monteiro & Raoni Rajão

Resumos 367

Normas 379

Editorial

Stefan Fornos Klein
& Tânia Mara Campos de Almeida

Caras leitoras, caros leitores,

após um ano difícil e para lá de atípico, *Sociedade e Estado* retoma seus trabalhos de publicação em 2021 com um número que enfrenta diversas questões candentes do contexto atual, ao mesmo tempo dialogando com objetos já estabelecidos das ciências sociais. Traz, de início, quatro artigos que discutem aspectos e efeitos relativos à pandemia de Covid-19 que marcou todo o ano de 2020 e ainda se alonga para este momento. Além disso há, ainda, contribuições abordando assuntos mais variados, tanto textos qualificados que se fundamentam sobre pesquisas empíricas recentes quanto reflexões de caráter teórico, destacando-se os temas do trabalho, de gênero e o recorte racial. O número conta, igualmente, com ampla contribuição internacional, ao publicar textos de autoras/es de Portugal, da Espanha e do Chile.

No texto “A Covid-19 chegou no Brasil, e daí? A primeira resposta das redes solidárias sob a perspectiva da dádiva”, tem-se os resultados de amplo trabalho coletivo, com a equipe de pesquisa liderada por Siegrid Guillaumon, contando, além da autora principal, com a coautoria de Eloisa Gonçalves da Silva Torlig, Caroline Cordova Bicudo da Costa, Fagner de Oliveira Dias e Andréia Elizabeth Silva Barros. Ao articularem a metodologia da análise de *cluster* com a teoria da dádiva, buscam compreender de que modo as redes de solidariedade conseguiram contribuir no enfrentamento da pandemia. Assim, destacam em particular a presença de três eixos importantes, a saber: (i) legitimidade e reconhecimento para as redes solidárias; (ii) fomento da parceria público-privada; e (iii) investimento para a ciência e tecnologia.

Paulo Gajanigo e Rogério Souza, no artigo “A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos”, optam por abordar as questões do trauma, do luto e do extraordinário à luz de uma análise que buscar apontar o presente histórico particular da pandemia e os relatos do cotidiano, mapeados ao acessarem grupos virtuais usados para esse fim. Isso também permite vislumbrar os elementos simbólicos que caracterizam esse tempo peculiar e marcante aos colaboradores da pesquisa.

Os efeitos das diferentes formas e expressões da violência no contexto pandêmico são o objeto da análise de “Uma rua na favela e uma janela na cela: precariedades, doenças e mortes dentro e fora dos muros”, de Fábio Mallart e Fábio Araújo. Os autores se dedicam a observar de que maneiras o que denominam as continuidades entre o dentro e o fora das prisões devem ser lidas a partir do papel das configurações espaciais que se colocam. Com isso, apreender as especificidades da relação entre as prisões, as favelas e as periferias de modo mais geral constitui o escopo da proposta, a qual reafirma referências bibliográficas que apontam para a distribuição diferencial do adoecimento e da morte na sociedade.

Por sua vez, Thays Monticelli, em seu artigo “Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?”, lida com a distinção entre a permanência das manifestações concretas da divisão sexual do trabalho, no contexto doméstico, em face da mudança de percepção e entendimento quanto a suas dependências e condicionantes. Ao focar especificamente a classe média, a autora se deparou com o fato de que as instituições escolares e o Estado passaram a ocupar outros papéis para as mulheres em meio ao fato de os arranjos sociais domésticos terem sido afetados pela interrupção pandêmica.

Ainda no tema do trabalho, a contribuição ibérica de María-Carmen Sánchez-Sellero, sob o título “Impacto del trabajo a turnos sobre la salud y la satisfacción laboral de los trabajadores en España”, investigou de que maneira essa forma de trabalho influenciou a saúde de trabalhadoras/es naquele país, com atenção particular às transformações recentes com a ampliação dessa forma de contratação. Combina o recurso de lançar mão de uma ampla análise quantitativa com o olhar sobre a literatura que vinha abordando o fenômeno.

Recorrendo à pesquisa qualitativa, tanto documental quanto por meio de entrevistas, Neiva Furlin assina o artigo “Políticas educacionais com perspectiva de gênero nos governos de Michelle Bachelet e Dilma Rousseff”. Em linhas gerais, busca comparar, aproximando e contrapondo, as maneiras por meio das quais, num cenário de recrudescimento da pauta conservadora em valores patriarcais, as chefias de executivos nacionais recentes de mulheres no Chile e no Brasil impactaram especificamente as políticas educacionais em termos de seu recorte de gênero.

Em “O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos”, Berenice Bento apresenta uma instigante reflexão no campo das formas de identificação, rejeição e condenação dos corpos, buscando trazer para o cerne de sua análise o conceito de abjeção, a fim de fugir da díade – ou, como ela o denomina, da gradação – entre o belo e o feio. Argumenta, assim, que essas categorias amplamente reconhecidas se referem

preponderantemente a corpos generificados, deixando em aberto e, por conseguinte, desqualificando os corpos de pessoas transgêneras e travestis, entre outros, que fogem aos sistemas de classificação estabelecidos pelo binarismo sexual.

No artigo “Ciência das políticas públicas: reflexões sobre sua diversidade analítica”, Luis Mota traz um mapeamento em relação aos diferentes quadros teóricos e de referência no que diz respeito ao tratamento científico das políticas públicas. Apon-ta, então, os diálogos que são travados com outros ramos das ciências sociais, bem como desenha alguns dos desafios que considera se colocarem a essa produção analítica.

Continuando o diálogo no campo das políticas públicas, Carlos Eduardo Santos Pinho busca tratar do que denomina as comunidades de austeridade fiscal em seu artigo “Welfare State and Epistemic Communities of Fiscal Austerity in Brazil: from Lula da Silva to Jair Bolsonaro (2003-2020)”. O panorama que apresenta visa reconstruir os debates e embates que, ao longo das últimas décadas no Brasil, orientaram a discussão político-econômica em torno do e, também, contra o assim chamado Estado de bem-estar social.

No ensaio “Jürgen Habermas e a guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais”, Lucas Trindade da Silva aborda consequências de como a produção teórica de Habermas influenciou a então nomeada guinada normativa. Empenhou-se em situar a abordagem de autor em relação a outros desdobramentos de tradição de crítica à reificação e, por essa via, contribuiu para retomar a longa discussão acerca da autonomização das esferas sociais.

Ao combinarem duas abordagens teóricas distintas, Luis Orellana Urtubia e Evgue-nia Fediakova, em “El Te Deum Evangélico en Chile, cuando la legitimidad religiosa y política es mutua”, procuram compreender e reconstruir, com riqueza de detalhes e em períodos sócio-históricos, de que maneira se originou a legitimidade religiosa e a aproximação com a política de Te Deum Evangélico entre 1973 a 1991. Com base em clássicos da sociologia da religião, desenvolvem reflexões a respeito de formas mais recentes de aprofundamento da relação política e religião por novos caminhos e, sobretudo, a partir de novos atores do campo religioso chileno.

Otávio Raposo, Pedro Varela, José Alberto Simões e Ricardo Campos nos brindam com a reflexão “Nos e fidju la di gueto, nos e fidju di imigranti, fidju di Cabo Verde: estética, antirracismo e engajamentos no rap crioulo em Portugal”, um trabalho que viaja de Cabo Verde para Portugal no esteio das formas de manifestação artística e política expressas no rap, em particular o rap crioulo. Discutem, assim, sobre

as expressões do antirracismo e o recurso ao rap enquanto expressão simbólico-política de enfrentamento e denúncia desse flagelo social.

No último artigo inédito e original publicado neste número, Erik Wellington Barbosa Borda expõe uma formidável reflexão teórica a respeito das contribuições e da subalternidade da produção de Oliver Cromwell Cox. Desse modo, “Entre racializações: Oliver C. Cox e a sociologia” aborda a trajetória inicial do autor, nascido em Trinidad e Tobago e que avançou sua carreira acadêmica nos Estados Unidos, contribuindo para o frutífero e atualíssimo debate em torno da intelectualidade afro-diaspórica.

O presente número traz, ainda, três resenhas: Marcos Abraão Fernandes Ribeiro resenha a nova e ampliada edição de *O Brasil-nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da identidade nacional* (2020), de autoria de Fabrício Maciel; Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho e Maurício Palma abordam a obra de Federico Finchelstein, *Do fascismo ao populismo na história* (2019), cujo balanço histórico dialoga com temas candentes do atual cenário político e social mundial. Finalmente, Breitner Tavares resenha a tão bem-vinda tradução para o português do livro de Ralf Bohnsack *Pesquisa social reconstrutiva – Introdução aos métodos qualitativos* (2020), que constitui uma contribuição central para a discussão metodológica nas ciências sociais.

Finalmente, publicamos “Cientistas como cidadãos e especialistas na detecção do desmatamento na Amazônia” (2017), tradução de texto de Marko Monteiro & Raoni Rajão originalmente disponibilizado na *Social Studies of Science*. A sua temática, tão atual quanto relevante, consiste em, com base no arcabouço teórico dos estudos sociais da ciência acerca da análise de controvérsias, pensar o duplo lugar ocupado por cientistas, com particular atenção às implicações políticas desse dualismo.

Essa tradução encontra-se disponível apenas na plataforma SEER da *Sociedade e Estado*. Igualmente, também estão exclusivamente nessa plataforma os habituais resumos de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) nos últimos meses.

A Covid-19 chegou no Brasil, e daí? A primeira resposta das redes solidárias sob a perspectiva da dádiva

Recebido: 25.06.20
Aprovado: 27.10.20

Siegrid Guillaumon*
Eloisa Gonçalves da Silva Torlig**
Caroline Cordova Bicudo da Costa***
Fagner de Oliveira Dias****
Andréia Elizabeth Silva Barros*****

* Siegrid Guillaumon é professora do Departamento de Administração na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Orcid: 0000-0001-6369-3615. <siegrid@unb.brm>.

** Eloisa Gonçalves da Silva Torlig é doutoranda em administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Orcid: 0000-0003-2519-9805. <eloisatorlig@gmail.com>.

*** Caroline Cordova Bicudo da Costa é doutoranda em administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3251-0059>. <carolinecordova@live.com>.

**** Fagner de Oliveira Dias é doutorando em administração no Programa de Pós-Graduação

Resumo: O artigo apresenta as ações solidárias como primeira resposta à crise Covid-19 no Brasil. Realizou-se uma busca de notícias sobre a formação de redes de solidariedade frente à situação pandêmica no país e realizada uma análise de *clusters*, em discussão baseada na Teoria da Dádiva. Foram identificados três grupos: *cluster* de ações de mitigação; *cluster* integrativo; e *cluster* de ajuda nos processos. A primeira resposta configura-se em rápida mobilização da sociedade civil para doar produtos e serviços de maneira a complementar às lacunas deixadas pelo Estado por meio de processos semelhantes aos da dádiva. Vislumbra-se uma agenda de atuação para a administração pública nos eixos: legitimidade e reconhecimento para as redes solidárias; fomento da parceria público-privada; e investimento para a ciência e tecnologia. Dentre as lições que podem ser aprendidas estão a dádiva, a cooperação e o compromisso mútuo, bem como as possibilidades para uma gestão pública efetiva e uma sociedade solidária e democrática.

Palavras-chave: Redes de solidariedade. Covid-19. Teoria da Dádiva. Administração pública. *Cluster*.

Solidarity networks in the covid-19 crisis: from gift theory to implications for public administration

Abstract: The paper aims to discuss the importance of understanding solidarity networks to increase the effectiveness of public management. A search was conducted to identify published news about the formation of solidarity networks to face Covid-19 pandemic in the country. Afterwards a cluster analysis was carried out in a discussion based on the Gift Theory. Three groups were identified: cluster of mitigation actions; integrative cluster; and a process assistance cluster. From the analysis carried out, it is possible to envision an action agenda for the Public Administration in the areas: legitimacy and recognition for solidarity networks; promotion of public-private partnership; and investment in science and technology. An articulated governmental action capable of coordinating the efforts of social actors is expected, which can represent ease, speed and effectiveness in several public policies.

Keywords: Solidarity networks. Covid-19. Gift theory. Public administration. Cluster.

Introdução

em Administração da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Orcid: 0000-0001-6529-5485. <fagner.pmdf@gmail.com>.

**** Andréia Elizabeth Silva Barros é mestranda em administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Orcid: 0000-0002-7409-0550. <andreiabarros@gmail.com>.

1. O setor público é nominado o primeiro setor, o setor privado o segundo, o terceiro setor se configura em contraste aos dois primeiros, e veio se institucionalizando desde a década de 1970 ao incluir um conjunto de agentes diversos que, por meio de valores societários, promovem atividades públicas originais ou compensatórias. Exemplos desses atores são: entidades de classe, associações, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais organizados, ONGs e outras organizações assistenciais ou caritativas da sociedade civil (Tenório, 1999: 85).

2. Fórum Social Mundial é um

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A crise, por um lado, revela a força das desigualdades de gênero, raça e classe (Silva *et alii*, 2020), por outro, envolve desafios complexos em todas as áreas de políticas públicas e uma capacidade de mobilização, articulação e coordenação entre diversos atores, em curto e médio prazo, sem precedentes (Schmidt, Mello & Cavalcante, 2020).

Em meio aos graves impactos sociais e econômicos da pandemia, que atingiram particularmente populações em vulnerabilidade (Silva *et alii*, 2020), observou-se o surgimento de iniciativas de diversos setores para mitigar os efeitos desses impactos, tendo em vista que o Estado brasileiro é ineficiente para equacionar urgentes problemas sociais, gerando um vácuo de ações que passa a ser ocupado por outros atores sociais e diferentes iniciativas associativas. De maneira ampla, isto é denominado terceiro setor¹ (Fischer, 1998), no qual se reconhece uma diversidade de iniciativas e articulações, bem como formas organizativas inovadoras.

O Fórum Social Mundial² (FSM) já revelava as características centrais das formas organizacionais que a sociedade civil desenvolve para minimizar ou mitigar processos de desigualdade: a natureza em rede com a presença da solidariedade. Para o FSM esse fenômeno organizacional se traduz como redes solidárias. De maneira mais ampla, as redes de solidariedade estão pautadas na questão de como indivíduos e grupos socialmente conscientes podem se reunir em torno de uma ampla solidariedade pautada em valores de antiopressão para conquistar mudanças sociais, sociopolíticas e socioeconômicas para o futuro (FSM, 2016). Dagnino (1994: 107) traz ideias mais amplas dos movimentos sociais como redes semelhantes nas quais os sujeitos são coletivos, múltiplos, heterogêneos e compartilham princípios básicos sobre participação popular, cidadania e construção democrática por meio da cogestão de serviços públicos.

Waterman (2004) identifica a característica de um “movimento de movimentos” nas redes de solidariedade, podendo mudar de forma, tamanho, capacidade de ação e objetivos. As redes solidárias seriam ainda caracterizadas pela velocidade de comunicação, flexibilidade e adaptabilidade estrutural. O elemento de solidariedade presente nessas redes não seria estático, ideal, mas concebido por meio de um processo continuado de adaptação (Waterman, 2004; Smith, 2009). Redes solidárias agem como mecanismos de alívio emergencial para grupos em necessidade e existem tendências de aumento de participação pública para legitimar redes de voluntariado informal (Georgeou & Haas, 2019) ou redes solidárias locais no nível das vizinhanças e comunidades (Clarke, 2015; Wei & Marinova, 2016).

As redes de solidariedade estabelecem laços fortes entre seus membros, que, no entanto, podem ser curtos e intensos. A diversidade é uma característica relevante da rede de solidariedade, não apenas aceita, mas fundamental, já que o capital social da rede reside justamente na diversidade de informações, fontes de recursos, e oportunidades criadas pelo estabelecimento de uma conexão que falta entre grupos sociais desiguais (Smith, 2009). Ainda segundo Smith, as redes de solidariedade são um veículo que permite a diferentes entidades unirem esforços para realizar ações de interesse público e, simultaneamente, na consecução de interesses próprios. Oferecem oportunidades para que os grupos se conectem e fortaleçam laços locais e globais.

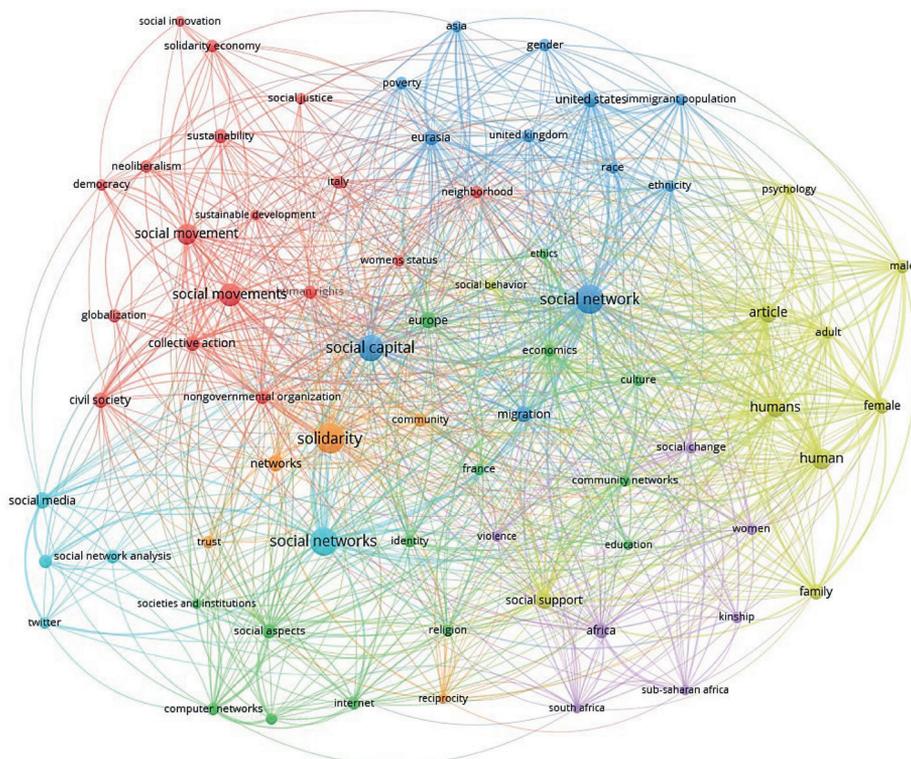
evento de encontro e debate, uma atividade contínua de engajamento que reúne movimentos sociais, terceiro setor, associações para discutir e criar formas alternativas ao paradigma socioeconômico hegemônico neoliberal. Tem como lema: “Um outro mundo é possível” (FSM, 2016).

A solidariedade, portanto, pode ser descrita como uma intermediação entre grupos sociais distintos mobilizados por um interesse comum (Gargiulo & Benassi, 2000; Smith, 2009). As redes solidárias são colaborativas e não competitivas, baseadas na solidariedade e cooperação, e não na busca da satisfação de interesses próprios (Guadalupe & Cardoso, 2018). Os objetivos das redes solidárias transcendem os objetivos dos membros individuais da rede. A unidade coletiva formada por meio de vínculos pessoais é o que mais importa nas redes solidárias (Breiger & Roberts, 2012). A motivação é inspirada pela mutualidade e reciprocidade, não necessariamente altruísta, mas envolve a crença em um conjunto de princípios de apoio mútuo e objetivos a serem alcançados por meio de colaboração (Smith, 2009), de modo que o objetivo comum seja de atender às necessidades dos membros de uma comunidade sem focar prioritariamente no retorno de capital (Neamtan, 2002; Wei & Marinova, 2016; McGoey, 2018).

Para ampliar a compreensão das redes solidárias, foi realizada uma exploração na base de dados Scopus visando identificar a produção de trabalhos na temática abarcada e verificar como pode apontar novos caminhos para reflexão. Ao utilizar os critérios de busca “social” and “network” and “solidarity” or “solidaire”, sem recorte temporal, e excluindo-se todos os trabalhos realizados no campo do conhecimento da medicina, a busca retornou 1.007 resultados. Realizou-se a extração dos trabalhos para análise de repetição de palavras no *software* VosViewer, que estabelece a rede de palavras-chave entre os estudos extraídos, levando à Figura 1 que considera as 70 palavras que se repetem no mínimo 11 vezes no universo de artigos extraídos da base Scopus com um total de 4.110 palavras-chave.

Fica evidente que estudos sobre redes sociais e solidariedade mobilizam conceitos como capital social (rede em azul) e movimentos sociais (rede em vermelho), estando mais amplamente desenvolvidos sob estes conceitos, já que são as maiores esferas com o maior número de repetições. Já os aspectos computacionais das

FIGURA 1
 REDE DE PALAVRAS-CHAVE DOS ARTIGOS ENCONTRADOS COM TERMOS DE BUSCA:
 REDES SOCIAIS E SOLIDARIEDADE, EM PERSPECTIVA DE AGLOMERAÇÕES



Fonte: Elaborada pelos autores com uso do software Vosviewer.

redes sociais (em verde) os aspectos humanos e de gênero (em ocre) os estudos territoriais e de imigração (violeta) e de solidariedade, reciprocidade, comunidade e confiança (laranja) são menos expressivos, ou seja, são temáticas correlacionadas ainda menos exploradas, e que, portanto, configuram maiores lacunas de conhecimento, sendo que esta última desperta o interesse deste estudo.

Ao observar os conceitos de reciprocidade, solidariedade, movimentos sociais, sustentabilidade e economia solidária na mesma rede de palavras organizada desta vez por ano de publicação (Figura 2), verifica-se em amarelo os conceitos mais recentes no desenvolvimento dos estudos sobre redes sociais e solidariedade, reforçando a necessidade de mais estudos nessas vertentes. E ao considerar ainda que a solidariedade é um dos valores que pode fundamentar o interesse público, o bem público, existindo uma ética de responsabilidade social nas redes de solidariedade, vinculadas à pluralidade e empoderamento para a obtenção de um mundo mais

cipação social, engajamento de sujeitos para a transformação social, recorrendo à autonomia e a preservação da liberdade e de direitos iguais. É nessa visão que encontramos o apoio social como elemento estruturante da solidariedade, baseado na ajuda mútua e na expressão reivindicativa que mobilizam o movimento social e a auto-organização (Laville, 2009: 310). Esse tipo de solidariedade visa o fortalecimento da esfera pública como agente de transformação (Laville, 2009; Lacerda & Martins, 2013).

Alguns campos do conhecimento abarcam o conceito de redes de solidariedade, como a economia social (Mullan & Cox, 2000) e a economia solidária (Laville, 2009). Os movimentos denominados antiautoritários seriam característicos de uma sociedade pós-industrial pós-materialista, cujas bases residem na modificação de relações usuais de produção e consumo para bases mais solidárias, com a responsabilização de membros organizados em unidades econômicas geridas coletivamente, ainda que inseridas em uma lógica de mercado (De Certeau 1980 apud Laville, 2009, McGoey, 2018). O que se observa, a partir dessas perspectivas, são fundamentos da ação coletiva organizadas em formatos associativos e em redes de alianças nas quais os valores do vínculo social não exclusivamente utilitários estão ancorados no sentimento de pertencimento a uma rede (Brito, 2007) em que os vínculos são mais importantes do que o valor das trocas na rede.

Tal conjunto de ideias remete à sociologia da dívida. Formulada inicialmente por Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a dívida*, de 1925 (Mauss, 2003; Martins, 2005; Rigo & França Filho, 2016), retrata uma relação circular em que o dar, o receber e o retribuir é entendido como um movimento permanentemente recriado nos grupos sociais em rede. A sociologia da dívida tem como principal fundamento o fenômeno da dívida, identificado por Mauss como um fato social total que se forma a partir do conjunto de enclaves sociais (econômico, político, jurídico, afetivo, estético etc.), mas também porque é uma prática universalmente desenvolvida que pode ser reconhecida em todas as sociedades, em diferentes matizes e graus (Godelier, 2001; Caillé, 1998 apud Vizeu, 2009, Rigo & França Filho, 2016). Mauss reconheceu na dívida o fundamento limítrofe para identificar a essência das motivações individuais que levam à solidariedade humana e que, dessa forma, explicam a dinâmica social.

Em sua obra, busca explicar as origens da troca, o que o leva a descobrir sociedades de reciprocidade, nas quais a dívida e a contradívida pertencem ao que denominou dialética social econômica. Na dinâmica da dívida, para poder dar é preciso produzir, o que significa que a produção está subordinada à doação, gerando uma economia com princípios inversos àqueles das trocas que embasam a economia

ocidental. Para Mauss (2003), a dádiva é o oposto da troca mercantil: aponta a essência da reciprocidade evidenciando o ciclo de dar-receber-retribuir (Martins, 2005; Brito, 2007). A dádiva é descrita como forma de circulação de bens cujo objetivo é criar ou fortalecer os vínculos entre pessoas e grupos. Para tanto, a dádiva deve ser empreendida sem a garantia de retorno (Caillé, 2002). Em oposição à troca mercantil, a troca-dádiva associa-se a uma moral, um valor ético na transação econômica (Mauss, 2003: 299; Sabourin, 2004; Vizeu, 2009).

A troca-dádiva não se restringe às trocas de bens e riquezas, mas se trocam amabilidades, ritos, serviços militares, festas. Equivale a um crescimento da consciência de ser, de pertencer (Mauss, 2003: 212). O prestígio do doador nasce da dádiva e cria-se uma dependência: aquele que recebe se sente simbolicamente obrigado a restituir o que recebeu, nem sempre para a mesma pessoa. Mauss (2003) conclui que as dádivas vão e voltam sempre, em um ciclo, não importando seu valor ou natureza de troca-dádiva. A reciprocidade implicada na dádiva se traduz em uma preocupação com o outro, com suas condições de existência. Essa preocupação com o outro são os motivos e as obrigações para a produção material e de valores afetivos ou éticos, como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua (Sabourin, 2004).

A reciprocidade não está limitada à dádiva entre pares, regendo também relações entre grupos. Pode ser uma reciprocidade direta quando ocorre entre os mesmos grupos; ou indireta, quando os bens materiais ou simbólicos não são devolvidos a quem os deu, mas a outros grupos, que, por sua vez, devolverão a novos grupos. A reciprocidade que Mauss (2003) caracterizou como indireta é típica da circulação dos bens através de gerações. Incluem-se aí as dádivas da educação, da cultura e do meio ambiente. Os indivíduos que agem por meio da moral da dádiva têm um senso agudo de si mesmo, dos outros e da realidade social, tendo como objetivo ético e político não apenas a garantia de suas condições materiais, mas das condições de vida para todos os seres humanos como forma de pertencimento individualizado e diferenciado em uma totalidade humana (Sabourin, 2008).

Apesar de a dádiva ter sido inferida a partir da observação de sociedades originárias polinésias, a moral e economia descritas a partir desta visão estão presentes em todas as sociedades. Na sociedade moderna, que tem a troca mercantil como um de seus pilares, tende-se a pensar todas as relações humanas são dessa forma, o que não significa que a dádiva seja uma prática incomum, mas que há uma tendência a desconsiderar os pressupostos da troca-dádiva centradas no vínculo, pois a lógica mercantil exerce mais influência (Vizeu, 2009: 415). Trata-se de um fundamento social que antecipou muitas das questões humanas contemporâneas – é um

princípio universal. O sistema de previdência social, por exemplo, em todo o mundo é pautado no princípio de que o trabalhador dá sua vida e seu trabalho a um patrão e a uma coletividade, mas não serão essas mesmas pessoas que garantirão sua segurança quando do desemprego, da velhice e da morte (Mauss, 2003).

Outra dinâmica da dádiva é identificada nas redes de colaboração em massa e desenvolvimento de software livre, quando indivíduos trabalham em favor da criação de um conhecimento comum, sem esperar reciprocidade direta dos usuários dos sistemas desenvolvidos, mas se beneficiando em algum momento de outras informações aportadas por outros indivíduos não necessariamente os mesmos que consumiram o bem coletivo (Aguiar, 2007). A teoria da dádiva tem sido mobilizada ainda para explicar dinâmicas de gestão em empresas familiares, visto que o lócus mais evidente da dádiva é a família (Gadelha, 2007).

No campo da gestão pública, a teoria da dádiva já foi mobilizada para fortalecer diversos argumentos como: ser base para uma reforma moral do Estado (Martins, 2004); a economia solidária como nova forma de gestão pública (França Filho, 2013); fundamentar a gestão de unidades públicas de conservação (Burkowski & Boas, 2013); dádiva e políticas de reparação (Mallard, 2011); para a construção de políticas públicas (Gonçalves, 2010).

Em que pese a importância da dádiva como mecanismo de mobilização social pleno, ela oferece ainda potencial para a definição de uma nova gestão pública e construção democrática. Dagnino (2004) aponta críticas relevantes quanto ao entendimento da relação do Estado com movimentos sociais como os caracterizados pela dádiva. Há o argumento de que a construção democrática não avança devido à “confluência perversa entre dois processos políticos distintos” (Dagnino, 2004: 97). Por um lado, o alargamento da democracia por meio da ampliação de espaços de participação da sociedade civil e, por outro, a existência de um projeto intencional de Estado mínimo que o isenta progressivamente de seu papel de Estado garantidor de direitos, encolhendo suas responsabilidades sociais transferindo-as para a sociedade civil (Dagnino, 2004: 95-96). A perversidade residiria no fato de que ambos os processos políticos exigem uma sociedade civil engajada, ativa e propositiva, embora os resultados de sua ação a longo prazo sejam antagônicos.

Experiências da sociedade civil atuando ao lado do Estado nos processos de tomada de decisão (processos participativos), e apostando nos resultados democratizantes destas ações, acabam servindo aos objetivos contrários de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil reduzindo sua obrigação

de garantia de direitos. A perversidade se acentua ainda mais quando movimentos sociais entendidos como parceiros ideais do Estado (devido à sua competência técnica e inserção social e interlocução confiável) eventualmente recusam o papel de transferência de responsabilidades e, conseqüentemente, percebem que seus resultados se tornam pontuais, limitados, provisórios e fragmentados com relação à redução da desigualdade e melhoria das condições de vida (Dagnino, 2004: 101)⁴.

A declaração da crise pandêmica no Brasil, em março de 2020, parece ter recriado um contexto para ampliação da consciência individual de pertencimento a um grupo social maior, no qual as condições de existência dos diversos segmentos sociais passam a importar mais, ensejando assim a necessidade de retomar e fortalecer vínculos sociais (como contraponto ao individualismo consumista mercantil) para travessia coletiva da pandemia. Nesses aspectos é que se pretende verificar como se configuraram as ações solidárias no período de primeira resposta à crise Covid-19 no Brasil.

Percurso metodológico

Para atingir o objetivo proposto, foi conduzido um estudo qualitativo que se classifica como exploratório e descritivo. Optou-se pela pesquisa documental, realizada por meio de uma coleta de dados a documentos secundários que ocorreu na plataforma digital do *Google Notícias*⁵, utilizando a navegação anônima. A pesquisa documental permite o estudo de fatos para os quais não se tem acesso físico, além de os documentos se referirem a fontes de informação não reativa, permanecendo inalterados mesmo em longos períodos (Godoy, 1995). Logo, essa opção se mostrou apropriada ao objetivo do presente estudo. A escolha da base de dados, por sua vez, foi motivada por centralizar notícias de distintos websites, permitindo o acesso a informações que contemplam diferentes regiões do Brasil.

As palavras-chave que guiaram as buscas foram “rede de solidariedade” e “Covid-19”, considerando o período de 26 de fevereiro a 5 de abril de 2020. O interesse no recorte temporal apontado foi o de analisar a resposta de organizações e sociedade civil frente à situação de pandemia no país em termos atuação solidária, considerando os primeiros 40 dias após a confirmação do primeiro caso da doença pelo Ministério da Saúde. O interesse foi analisar a forma como aconteceu a primeira resposta à pandemia de Covid-19, em termos de ações e atitudes solidárias, focando no estágio mais embrionário do fenômeno, antes mesmo que meios institucionais e centralizadores de doações e informações fossem disponibilizados.

4. Esta dinâmica perversa é descrita como especificidade dos países sul-americanos, devido à sua trajetória histórica e institucional (Dagnino, 1994; Dagnino, 2004; Dagnino, Olvera & Panfichi, 2006).

5. Disponível em: <<https://news.google.com/>>.

Como critério inicial para seleção de notícias que iriam compor o estudo, foi considerada necessária menção a, pelo menos, uma rede de solidariedade no contexto da notícia. Salieta-se que esse critério considerou o termo “rede de solidariedade” a partir da perspectiva ampla de veiculação em mídia digitais e pela sociedade civil para representar ações ou atitudes solidárias. Foge do escopo da pesquisa avaliar se a utilização do termo “rede” cumpria requisitos teóricos para se enquadrar como tal. Em consideração à ampla utilização do termo durante o período inicial da pandemia, se optou por manter a nomenclatura como utilizada em sua forma original.

Inicialmente, foram retornadas 121 notícias, dentre as quais 33 foram rejeitadas na checagem do título e resumo, visto que eram de caráter informativo, relato pessoal, repetidas ou referentes a outros países. Nessa fase ocorreu o primeiro processo de filtragem, como mencionado. Entre as 88 notícias restantes, cinco foram desconsideradas por limitação de acesso apenas para assinantes, 14 por abordarem ações isoladas ou campanhas publicitárias e uma por desativação do website. Assim, 68 notícias foram consideradas aptas ao estudo, possibilitando a identificação de 80 “redes de solidariedade” (Quadro 1).

Foram, ainda, verificadas quatro informações possíveis de serem checadas em todas essas 80 redes de solidariedade, quais sejam: ações da rede, atores envolvidos, região de atuação e fatores mobilizadores. A Figura 3 apresenta as escolhas e processos de filtragem utilizados na coleta de dados. Após a finalização da coleta de dados, foi utilizada a técnica de análise de agrupamento, visando classificar objetos conforme critério de semelhança a partir de um conjunto de características (Hair *et alii*, 2009).

O método de agrupamento adotado foi o Two-Step, por possibilitar a análise escalonável de dados, a partir de variáveis contínuas e/ou categóricas. Foram definidas quatro variáveis de entrada, quais sejam: Iniciativa, contendo o setor do qual partiu a ideia da rede; Ajuda, contendo o tipo de ajuda prestada; Região, contendo a região do Brasil em que foi feita a ação; e Multisetorial, indicando se a ação partiu de um ou mais setores. O agrupamento pela técnica Two-Step iniciou-se com a formação de “pré-clusters”, o que possibilitou a redução do tamanho da matriz e, em seguida, os *clusters* foram formados a partir do critério de distância (Cohrs *et alii*, 2013). Os resultados apontaram uma distribuição satisfatória dos dados referentes às 80 redes de solidariedade, que foram organizadas em três grupos, ou *clusters*.

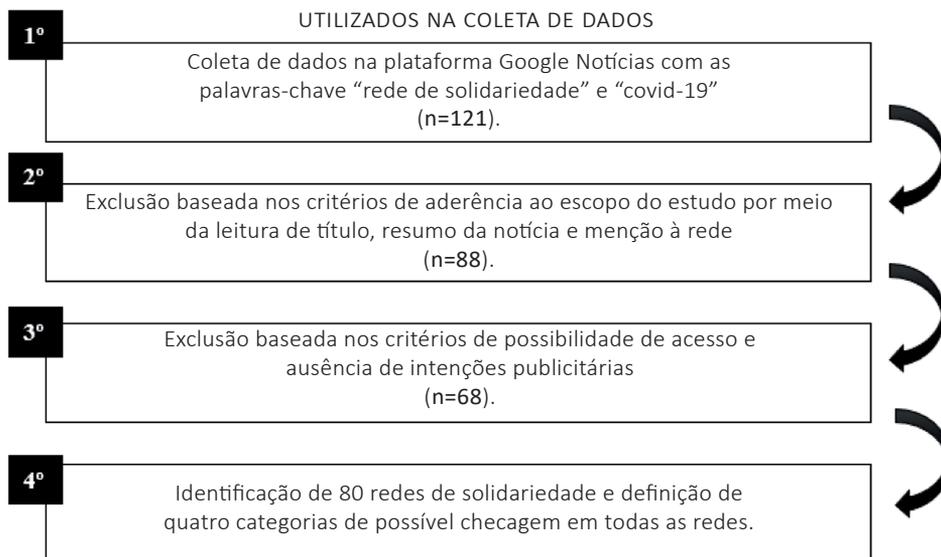
Finalmente, foi realizada uma análise qualitativa a partir do conteúdo de trechos de fala de participantes das redes, sempre que destacados nas notícias. Foram utilizadas técnicas sugeridas por Flick (2013), iniciando com um resumo do conteúdo

QUADRO 1
REDES DE SOLIDARIEDADE CONSIDERADAS NO ESTUDO

Âmbito da Rede	Participantes	Total de redes	Tipo de ação		Descrição das principais ações
			Amparo	Inovação	
Sociedade Civil (apenas)	Grupo de pessoas	26	x		Arrecadação e distribuição de alimentos e itens de higiene. Arrecadação de doações em dinheiro para grupos vulneráveis. Apoio a idosos para compra de alimentos e remédios. Produção e distribuição de máscaras de proteção.
Setor Público (apenas)	Universidade	5	x	x	Arrecadação e distribuição de alimentos e refeições. Arrecadação e distribuição de ração para animais abandonados. Produção e distribuição de itens de limpeza e álcool em gel. Compartilhamento de informações para educação preventiva. Compartilhamento de informações para entretenimento. Criação de soluções tecnológicas para combate à pandemia.
	Conselho	1	x		
	Governo Federal	1	x		
	Governo Estadual	2	x		
Setor Privado (apenas)	Empresa técnica	3	x	x	Doação de EPIs a profissionais de saúde e hospitais. Doação de dinheiro e equipamentos ao governo do Estado. Doação de alimentos e itens de higiene para grupos vulneráveis. Criação de soluções tecnológicas para combate à pandemia. Fornecimento de refeições para profissionais de saúde. Disponibilização de alojamento para profissionais da saúde.
	Supermercado	1	x		
	Restaurante	2	x		
	Hotel	2	x		
Terceiro Setor (apenas)	Associação	2	x	x	Arrecadação e distribuição alimentos, refeições e itens de higiene. Criação de soluções tecnológicas para combate à pandemia. Disponibilização de espaço físico para auxílio ao SUS. Disponibilização de frotas para utilização em ações de amparo.
	ONG	3	x		
	Igreja	1	x		
	Sistema S	1	x		
	Sindicato	3	x		
Setor Público + Setor Privado	Universidade	8	x	x	Testagem de Covid-19. Doação de alimentos e itens de higiene para grupos vulneráveis. Doação de matéria-prima para produção de álcool em gel. Arrecadação, produção e distribuição de álcool em gel. Doação de respiradores para hospitais estaduais. Suspensão ao corte de fornecimento de gás. Criação de soluções tecnológicas para combate à pandemia. Produção e doação de máscaras de proteção 3D.
	Governo Municipal				
	Governo Estadual				
	Empresa Técnica				
	Indústria				
Terceiro Setor + Setor Público	Universidade	4	x		Compartilhamento de informações para educação preventiva. Arrecadação e distribuição de alimentos e refeições. Produção e distribuição de álcool em gel.
	Associação				
	Governo Municipal				
Sociedade Civil + Setor Privado	Grupo de pessoas	3	x		Realização de campanha para arrecadação de doações. Doação de alimentos e itens de higiene para grupos vulneráveis. Prestação de serviços de forma gratuita.
	Empresa				
Sociedade Civil + Setor Público	Universidade	4	x	x	Arrecadação e distribuição de alimentos e refeições. Arrecadação de álcool para doação a hospitais. Desenvolvimento de respiradores de baixo custo para hospitais. Produção e distribuição de máscaras de proteção.
	Grupo de pessoas				
	Defesa Civil				
Outras combinações entre Setores e Sociedade Civil	Governo Federal	8	x		Realização de campanha para arrecadação de doações. Arrecadação de doações em dinheiro para grupos vulneráveis. Doação de alimentos e itens de higiene para grupos vulneráveis. Produção e distribuição de máscaras de proteção. Prestação de serviços técnicos para manutenção de respiradores.
	Governo Municipal				
	Empresa				
	Indústria				
	Sistema S				
	ONG				
Igreja					

Fonte: elaborada pelos autores.

FIGURA 3
ESCOLHAS E PROCESSO DE FILTRAGEM
UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS



Fonte: Elaborada pelos autores (dados da pesquisa).

das falas, seguido pelo agrupamento de trechos similares e de uma análise explicativa para esclarecer as mensagens dos sujeitos. Assim, foi observada aproximação dos fatores mobilizadores relatados pelos participantes das redes aos conceitos e definições da Teoria da dádiva (Mauss, 2003), base teórica utilizada no presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 4, as quatro variáveis estão representadas por um gráfico de colunas em que a barra representa a porcentagem de cada característica do grupo formado, em relação a barra mais opaca ao fundo. A intensidade da cor ao fundo das variáveis descreve a importância desta variável para a separação dos *clusters*. Ao analisar a distribuição das características, os grupos foram intitulados como segue.

Cluster de ações de mitigação. São caracterizados por ações em que predominaram as redes de solidariedade que objetivaram amenizar e/ou mitigar os efeitos iniciais da pandemia, normalmente ações de curto prazo e de efeito imediato. A iniciativa das ações desse tipo comportam 80,8% das ações iniciadas pela sociedade civil não organizada, isto é, iniciativas de bairro, amigos e autônomos que decidiram fazer diversas ações on-line como dar aulas, apresentações teatrais, con-

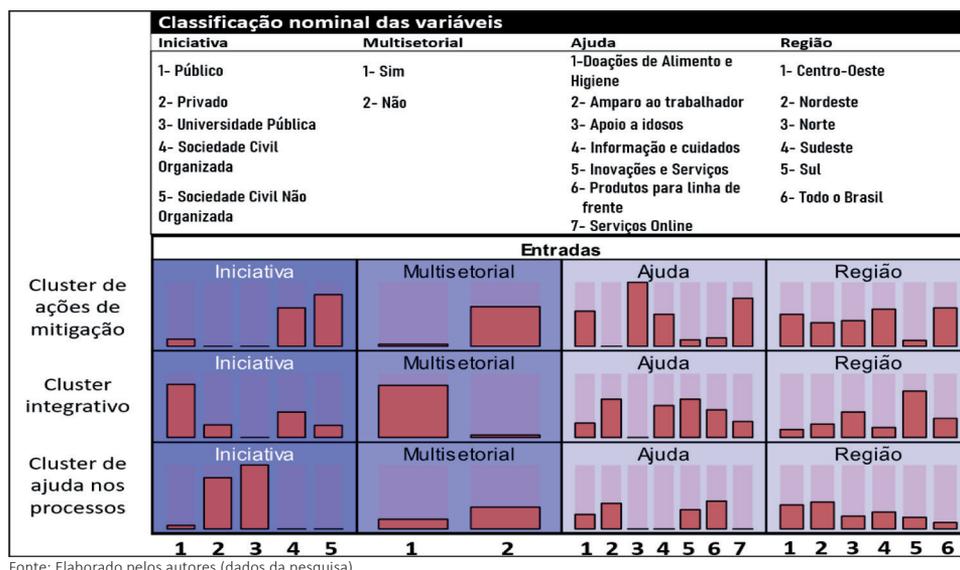
sultas psicológicas, médicas e, exclusivamente nesse *cluster*, ações de apoio a idosos para evitar que eles precisem sair às ruas. 60% das iniciativas da sociedade civil organizada também estão nesse grupo, principalmente representados por ONGs, sindicatos e associações que fizeram campanhas de doações de alimentos, higiene e todo tipo de material para amenizar os efeitos imediatos do isolamento para os grupos mais vulneráveis. Essas ações representam 62% das ações que não envolveram outro setor e somente 3% foram realizadas em conjunto. Quanto à região dessas ações, 60% ocorreram em todo o Brasil devido às ações on-line que não se delimitam por região, 57,9% das ações no Sudeste e 50% das ações no Centro-Oeste. Dentre as ações na Região Sul somente 9,1% foram do tipo de mitigação.

Cluster integrativo. São caracterizados por ações que envolvem mais de um setor e normalmente iniciado pelo setor público que solicita apoio de outros setores em suas ações. O *cluster* integrativo é composto por 83,3% das ações iniciadas pelo setor público, 40% da sociedade civil organizada, 20% do setor privado e 19,2% da sociedade civil não organizada. A denominação de *cluster* integrativo se deve ao fato de que 81,8% das ações multissetoriais estão nesse grupo. Suas ações são variadas em tipo de ajuda. Neste grupo, 60% das ações são de amparo ao trabalhador, 60% de inovação e serviços, 50% de informação e cuidado, 43,5% de produtos de linha de frente, 25% de serviços on-line e 22,6% de doações de alimento e higiene. Representa 72,7% das ações da Região Sul e 40% das ações da Região Norte, locais com mais ações desse tipo. Destacaram-se ações de manutenção do emprego ou de ajuda para desempregados, coleta de materiais para a produção de equipamentos de proteção, ações para produção de material de proteção individual para hospitais, bombeiros e policiais, assistências diversas dos setores do governo, ações de prefeituras em conjunto com o setor privado e sociedade para arrecadação de cobertores, comida e álcool em gel. Ações integrativas com iniciativa do governo aconteceram principalmente na Região Sul do país⁶.

Cluster de ajuda nos processos. São caracterizados por ações que procuraram apoiar os processos de combate à pandemia, ou seja, oferecer estrutura para trabalhadores da linha de frente, materiais de proteção e higiene, transporte, doação de respiradores entre outros. É composto por 100% das ações iniciadas pelas universidades públicas, 80% das ações iniciadas pelo setor privado e apenas 5,6% das ações do setor público. Correspondem a 34% das ações não integradas e

6. Aparentemente a Região Sul apresenta características (talvez institucionais ou culturais) em que há participação ativa da comunidade nas ações públicas, haja vista ser pioneira na implementação do orçamento participativo, com os conselhos comunitários atuando como nova instância política, o poder comunitário. Para saber mais, consultar James Giacomoni (2010).

FIGURA 4
ANÁLISE DE CLUSTER TWO-STEP



15,2% das ações multissetoriais. Dentre os tipos de ajuda encontram-se as ações de 43,5% produtos de linha de frente, 40% de amparo ao trabalhador, 30% de inovação e serviço e 22,6% de doação de alimentos e higiene. Dentre as ações regionais destacaram-se 42,1% no Nordeste, 37,5% Centro-Oeste e 26,3% Sudeste. Neste grupo, a ajuda de apoio a idosos, informações e cuidados e serviços on-line não ocorreram. As notícias de redes de solidariedade desse tipo se destacaram com as iniciativas de universidades públicas e empresas privadas que focaram seus esforços em ajudar no processo de combate à pandemia e seus efeitos. Dentre as notícias desse tipo, observa-se a arrecadação de materiais para fazer máscaras, empresas que mudaram seu sistema de fabricação para produzir álcool em gel para profissionais de saúde, um métodos desenvolvido pela universidade para transformar materiais recicláveis em sabão para os hospitais, empresas que fizeram ação de amparo a trabalhadores desempregados para dedicar-se à fabricação de materiais para a linha de frente do combate a pandemia, entre outros.

A Figura 4 permite observar as características de cada um dos *clusters*, sua atuação para atender uma diversidade de demandas sociais e sua notável complementaridade. Verifica-se que o *cluster* de ações de mitigação se destaca pelo apoio a idosos,

que é justamente o tipo de ação em que o *cluster* integrativo, preponderantemente de iniciativa pública, está ausente. Destaca-se ainda pela oferta de serviços on-line, lacuna deixada mais evidentemente pelo *cluster* de ajuda nos processos, que condensa universidades e empresas privadas. Ademais, nas regiões onde o *cluster* integrativo iniciado no setor público é menos presente, o *cluster* representado pela sociedade civil se faz mais presente. A verificação da complementaridade nos tipos de ajuda, regiões e articulações multissetoriais aponta que na situação pandêmica, a sociedade civil se organizou em torno das causas que atores como o Estado e o interesse privado estão omissos.

Infere-se desta situação o ciclo da dádiva (dar-receber-retribuir) operando nas iniciativas estudadas. Mauss (2003) explicita que indivíduos mobilizados pela dádiva se sentem obrigados a retribuir, revelando uma percepção de pertencimento a uma realidade social mais ampla, o que o leva a querer garantir as possibilidades materiais para outros grupos aos quais não necessariamente pertence, e a pandemia pode ter sido um gatilho para maior evidência desse ciclo. Por outro lado, a análise dos conteúdos das publicações revela que a solidariedade identificada é de maneira mais acentuada a caridade pura, pois não abrange o potencial democrático, pautado na possibilidade de reciprocidade, participação e transformação social.

As iniciativas são emergenciais e pontuais, não tendo se tornado – ainda – movimentos organizados da sociedade civil. A gestão pública e o Estado podem fomentar esse processo de desenvolvimento das redes de solidariedade. Outra questão central identificada por autores da teoria da dádiva (Mauss, 2003; Laville, 2009) é que ela pode promover relações de poder em um ciclo dadivoso em que a retribuição é impossível, o que impulsiona a reflexão sobre as redes solidárias iniciadas por empresas privadas estarem possivelmente interessadas em benefícios econômicos futuros, numa dinâmica de competição por consumidores e fortalecimento da marca.

Em outra vertente, embora o Estado Democrático de Direito tenha o papel de garantir o respeito às liberdades civis, o respeito aos direitos humanos e às garantias fundamentais, a estrutura social, econômica, política e intelectual no Brasil vêm reproduzindo ao longo de séculos situações de pobreza extrema e de desigualdade (Martins, 2004; Brito, 2007). Fica evidente que, com a ausência do Estado, suas responsabilidades de garantia de direitos aos cidadãos são transferidas compulsoriamente (Dagnino, 2004) para os grupos sociais que, mobilizados pela dádiva, tomam a iniciativa de resolver os problemas gerados pela pandemia. A omissão do Estado para equacionar urgentes problemas sociais como a fome, a saúde, a moradia e a educação básica gera um vácuo de ações que passa a ser ocupado por outros ato-

res sociais (Fischer, 1998), caracterizando a diversidade de iniciativas, articulações e formas organizativas inovadoras, com as redes solidárias aqui analisadas.

Contudo, em que pese a obrigação do Estado em prover as necessidades da população, identifica-se uma lacuna entre o que deveria ser feito e as ações efetivamente implementadas, e o contexto da pandemia refletiu esse problema, pois o cenário exigiu rápida ação governamental, no sentido de implementação de um orçamento específico para atender às políticas públicas nas áreas social e de saúde, mas que não fossem violados os preceitos normativos atinentes às contas públicas, abrindo, assim, a possibilidade para a execução excepcional de despesas.

Nesse cenário, em 20 de março de 2020, o Poder Legislativo reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública, por meio do Decreto Legislativo n. 6/2020 (Senado Federal, 2020a). Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal, em 29 de março de 2020, autorizou o excepcional afastamento, durante o estado de calamidade pública, da incidência de dispositivos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do corrente ano, para fins exclusivos de combate à pandemia de Covid-19 (STF, 2020). Em 7 de maio de 2020, o Poder Legislativo promulgou a Emenda Constitucional do Orçamento de Guerra, a PEC 10/2020 (Senado Federal, 2020b), além da aprovação da Lei Complementar n. 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Câmara dos Deputados, 2020).

A finalidade desses atos, com a mobilização dos dois poderes da República, foi dar segurança jurídica e ferramentas legislativas para a implementação de políticas públicas emergenciais, com execução a cargo do Poder Executivo. Sua utilidade prática visava o pronto atendimento às necessidades da população, porém, não foi possível perceber a mesma capacidade de mobilização por parte do Executivo Federal. Conforme relatado por Caponi (2020), foi adotada uma postura negacionista de enfrentamento e, em seguida, nesse momento inicial, a linha neoliberal – com os comportamentos que Calmon (2020: 6) chama de “racismo travestido de burocracia” para justificar a morosidade e a clara omissão do Estado na assistência emergencial à população mais vulnerável.

Considerações finais

O artigo apresentou a primeira resposta em ações solidárias da crise Covid-19 no Brasil. Para tanto, foi realizada uma busca de notícias sobre a formação de redes de solidariedade frente à situação pandêmica no país e realizada uma análise de *clusters*, em uma discussão baseada na Teoria da dádiva (Mauss, 2003). Como resul-

tado, a primeira resposta à crise sanitária se configurou em três *clusters* de atores sociais: a sociedade civil agregada no *cluster* de ações de mitigação; o setor público reunido no *cluster* integrativo; e as universidades e empresas privadas reunidas no *cluster* de ajuda nos processos. Esta diversidade de *clusters* revela que a dádiva não é uma dinâmica restrita às organizações cujos objetivos são solidários, mas está incrustada em diferentes setores organizacionais. Esse achado de pesquisa pode estar evidenciando o caráter altruísta que pode mobilizar indivíduos em suas diferentes esferas de atuação, mesmo que tal atuação (organizacional ou individual) não seja prioritariamente a ação solidária, como no caso das universidades ou do setor público no Brasil.

A reflexão que emerge é que essas iniciativas estudadas, por serem espontâneas e com importante capilaridade, impulsionadas pela condição emergencial, fazem com que produtos e serviços cheguem aos públicos demandantes que as iniciativas públicas e do terceiro setor não conseguem atingir rapidamente. Como o fenômeno descrito é o de primeira resposta à crise, momento em que muitas iniciativas solidárias ainda não estavam institucionalizadas, é reforçado o entendimento de que a ética da dádiva tenha sido o fator mobilizador da primeira resposta à crise: dar sem a obrigatoriedade de uma contrapartida imediata e, ao mesmo tempo, como retribuição por uma condição existencial que já foi recebida anteriormente. A primeira resposta espontânea, pouco estruturada e dadivosa, que supre as lacunas deixadas pelo Estado, mais à frente se desenvolveu para modelos mais estruturados de mobilização de doações como aplicativos, sites institucionais e campanhas empresariais. Por outro lado, fica evidenciada a perversidade dessa relação entre Estado e sociedade civil na qual, na medida em que o Estado se isenta de suas obrigações e as transfere para outros atores, isso possa ser conveniente a uma redução proposital de sua esfera de atuação e responsabilidade.

Cabe destacar que o presente estudo capturou e descreveu as características da primeira resposta à crise, identificando seus fundamentos nas relações de dádiva, não sugerindo, no entanto, que o Estado possa se fazer omisso em seu papel constitucional, visto que a sociedade civil venha a se organizar para suprir suas lacunas de atuação. Ao contrário, a captura das esferas de atuação em primeira resposta revela justamente os aspectos e características das lacunas de atuação do Estado, para que este possa estabelecer processos de planejamento nessas vertentes, junto aos demais atores governamentais e sociais, frente a novas situações de crise. Essa conclusão dialoga com o estudo de Schmidt, Mello e Cavalcante (2020), evidenciando a necessidade de uma atuação intersetorial capaz de reunir um extenso rol de atores sociais e mecanismos eficientes de coordenação governamental. Pelas análises realizadas, foi possível observar que a primeira resposta se confi-

gura em rápida mobilização da sociedade civil, ainda que de maneira espontânea e pouco estruturada, para doar produtos e serviços de maneira a complementar as lacunas deixadas pelo Estado, o que revela o sentimento de pertencimento a uma coletividade mais ampla, que deve ser zelada por todos por meio de processos semelhantes aos da dádiva. Transcorrido mais tempo, foram criados aplicativos e sites para ordenar a distribuição de doações, ou seja, tais iniciativas ocorreram em um momento posterior como tentativa de organização das doações. As ações envoltas de empatia e solidariedade, que surgiram nesse momento crítico inicial de pandemia do Covid-19, mostram que o ser humano pode ser movido por sentimentos altruístas e que em algum momento isso poderia transportar-se do âmbito individual para o coletivo, ou seja, não ser apenas uma pessoa solidária, mas sim uma sociedade solidária.

Ao considerar que a ideia da solidariedade converge com uma sociedade pluralista e com a própria concepção de cidadania (Reis, 2009; McGoey, 2018), a pandemia pode representar uma oportunidade ímpar para que a população brasileira repense as formas de consumo, as estruturas sociais desiguais, as políticas econômicas e como a gestão pública pode gerir, de modo mais eficiente, situações de crise. Espera-se, sobretudo, que lições sejam aprendidas e que sejam buscados novos caminhos baseados na inovação social, economia solidária, cooperativa popular, desenvolvimento local e sustentabilidade, todas essas perspectivas ensejadas pela sociologia da dádiva.

Além disso, as análises realizadas permitem vislumbrar uma melhor atuação para a administração pública em três grandes eixos: legitimidade e reconhecimento das redes solidárias; fomento da parceria público-privada; e investimento para a ciência e tecnologia. Observa-se o potencial das redes formadas pela sociedade civil em contribuir com a capilaridade de políticas públicas destinadas às classes sociais vulneráveis. Percebe-se que, devido a sua atuação direta com a população, a sociedade civil pode ser um veículo de concretização dessas políticas, desde que o Estado não se exima de suas obrigações. Sugere-se que o governo crie plataformas institucionais, seja por meio de um site ou de um aplicativo, para mapear e cadastrar as redes de solidariedade, o que pode gerar legitimidade e reconhecimento para esses atores, facilitando as ações descentralizadas. Adicionalmente, o Estado pode ter acesso aos dados sobre essas necessidades locais, o que pode contribuir para a efetividade das políticas públicas.

A iniciativa privada desempenha um papel importante na crise Covid-19, uma vez que as doações representam disponibilidade de recursos financeiros e de serviços frente à pandemia. Considerando a responsabilidade social corporativa e o poten-

cial das parcerias público-privada, espera-se que novos modelos de colaboração, com a transparência e a responsabilidade necessárias, sejam formados a partir da complementaridade de conhecimentos e recursos, até mesmo junto às instituições de ensino e pesquisa, visando uma gestão integrativa e multissetorial não ancorada apenas na caridade.

Ademais, as análises mostraram o potencial das universidades públicas como ente propulsor de inovação em produtos de prevenção, proteção e cuidados no combate à pandemia, bem como agente facilitador na conscientização da população. A crise global Covid-19 se torna um momento propício para os governos repensarem suas políticas de investimento em pesquisa e desenvolvimento, pois, como pilar do crescimento econômico e social do país, a educação deve ser prioridade, pois fortalece os processos democráticos.

A crise atual evidenciou a necessidade de parcerias entre diversos setores. A administração pública tem competência, responsabilidade e recursos suficientes para aperfeiçoar mecanismos de logística, coordenação e transparência dessas redes de solidariedade. Espera-se uma atuação governamental articulada e capaz de coordenar os esforços dos atores sociais, o que pode representar agilidade e efetividade em diversas políticas públicas. Novas crises sanitárias poderão surgir exigindo organização e planejamento para enfrentar estes complexos desafios.

De modo não exaustivo, admitem-se limitações no artigo: o uso apenas das notícias veiculadas, não recorrendo a outras fontes, restringiu as informações das redes de forma abrangente. Por outro lado, buscou-se avançar no campo teórico trazendo a Teoria da dádiva para explicar as redes solidárias, bem como implicações do ponto de vista prático, propondo uma agenda de atuação para a administração pública. Além disso, podem ser realizados estudos específicos a partir dos *clusters* identificados: ações de mitigação; *cluster* integrativo e *cluster* de ajuda nos processos. As diferenças regionais identificadas entre os *clusters* podem ser objeto de investigação, ou seja, como fatores institucionais, sociais ou culturais das regiões podem influenciar a forma de articulação entre o Estado, as organizações e a sociedade civil? Além disso, estudos futuros podem ampliar as bases de dados, inclusive para análise de redes sociais virtuais, bem como podem realizar uma análise longitudinal dos *clusters* conforme os números de casos de Covid-19 avançarem no país.

Por fim, espera-se que a crise da Covid-19 se transforme em oportunidade para o Estado alavancar soluções inovadoras, compreender melhor as necessidades dos setores e repensar políticas públicas. As redes de solidariedade podem se tornar um meio legítimo de o governo descentralizar ações e chegar aos indivíduos invi-

sibilizados. As barreiras geográficas finalmente podem ser transpostas pela tecnologia, não seria o momento de se formar redes solidárias internacionais? Em meio a complexos desafios globais impostos pela pandemia, grandes lições podem ser aprendidas, entre a dádiva, a cooperação e o compromisso mútuo, vislumbram-se diversas possibilidades para uma gestão pública efetiva e uma sociedade solidária e democrática.

Referências

AGUIAR, V. *Os argonautas da internet: uma análise netnográfica sobre a comunidade on-line de software livre do projeto Gnome à luz da teoria da dádiva*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2007.

BREIGER, R. L; ROBERTS, J. M. Solidarity and social networks. In: DOREIAN, Patrick; FARARO, Thomas. *The problem of solidarity: theories and models*, p. 239-262. Abingdon, UK: Taylor and Francis Inc., 2012.

BRITO, P. Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do semiárido (ASA). Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2007.

BURKOWSKI, R.; BOAS, A. A. V. Dádiva na gestão de unidades de conservação: um estudo sobre a participação de conselheiros do mosaico Veredas-Peruaçu, Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 5, n. 4, p.168-174, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.21118/apgs.v5i4.524>>. Acessado em: 12 Maio 2020.

CAILLÉ, A. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALMON, T. V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao Covid-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 131, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei Complementar n. 173, de 27 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2020/leicomplementar-173-27-maio-2020-790237-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 Out. 2020.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.

CLARKE, J. Solidarity and survival: a multidisciplinary exploration of volunteering

during the Greek crisis, In: J. CLARKE et al. (Eds.) *Austerity and the third sector in Greece: civil society at the European frontline*, p. 67-84. London: Ashgate, 2015.

COHRS, F. M.; SOUSA, F. S.; TENÓRIO, J. M.; RAMOS, L. R.; PISA, I. T. Aplicação de Análise de Cluster em dados integrados de um estudo prospectivo: projeto epidioso como cenário. *Journal of Health Informatics*, v. 5, n. 1, p. 17-22, 2013.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Nacional de Venezuela, 2004.

_____. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E., OLVERA, A., PANFICHI, A., Introducción: Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Orgs.). *La disputa por la construcción democrática en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica; Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social; Universidad Veracruzana, 2006.

FISCHER, R. *Non-governments: NGOs and the political development of the third world*. West Hartford, CT: Kumarian, 1998.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM). *Relatório de atividades do encontro anual 2016*. Disponível em: <https://fsm2016.org/wp-content/uploads/2017/01/RAPPORT_FSM2016_anglais.pdf>.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos Ebape*. P. 443-461, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/11653>>. Acessado em: 12 Maio 2020.

GADELHA, T. S. M. *Teoria da dívida e empresa familiar – limites, possibilidades e desafios analíticos: um estudo de caso no setor de transporte coletivo do município de Salvador*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2007.

GARGIULO, M; BENASSI. Preso em sua própria rede? Coesão de redes, buracos estruturais e adaptação do capital social. *Organization Science*, v. 11, n. 2, p.183-196, 2000.

GEORGEOU, N; HAAS, B. Power, exchange and solidarity: case studies in youth volunteering for development. *Voluntas – International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 30, n. 6, p. 1406-1419, 2019.

- GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GODELIER, M. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- GONÇALVES, A. F. A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública. *Revista Gestão Pública, "Práticas e desafios I"*, p.225-241, 2010.
- GUADALUPE, S; CARDOSO, J. As redes de suporte social informal como fontes de provisão social em Portugal: o caso da população idosa. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 213-248, 2018.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre, RS: Bookman Editora, 2009.
- LACERDA, A; MARTINS, P. H. A dádiva no trabalho dos agentes comunitários de saúde: a experiência do reconhecimento do amor, do direito e da solidariedade. *Realis – Revista de Estudos Anti-Utilitaristas e Pós-Coloniais*, v. 3, p. 194-213, 2013.
- LAVILLE, J.-L. A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p.7-47, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.381>>. Acessado em: 16 Maio 2020.
- MALLARD, G. The gift revisited: Marcel Mauss on war, debt, and the politics of reparations. *Sociological Theory*, v. 29, n. 4, p. 225-247, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2011.01398.x>>. Acessado em: 13 Maio 2020.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 45-66, 2005.
- _____. Gestão pública, reciprocidade e obrigação redistributivista: uma agenda para a reforma moral do Estado. *Revista Tomo*, n. 7, 2004.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- MCGOEY, L. Bataille and the sociology of abundance: reassessing gifts, debt and economic excess. *Theory, Culture & Society*, v. 35, n. 4-5, p. 69-91, 2018.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MULLAN, C.; COX, L. Movimentos sociais nunca morreram: políticas comunitárias e economia social na República da Irlanda. Paper presented at the symposium “Os movimentos sociais estão revivendo?” Manchester, UK: Manchester University, 2000.

NEAMTAN, N. The social and solidarity economy: towards an “alternative” globalization. Paper presented at the symposium “Citizenship and globalization: exploring participation and democracy in a global context”. Vancouver, CA: Langara College, Jun. 2002.

REIS, F. W. Desigualdade, identidade e cidadania. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 117-126, 2009.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. O paradoxo das Palmas: análise do (de)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. *Cadernos Ebape*. v. 15, n. 1, p. 169-193, 2017.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *Tomo, Revista de Ciências Sociais*, n. 7, p. 75-104, 2004.

SCHMIDT, F.; MELLO, J.; CAVALCANTE, P. *Estratégias de coordenação governamental na crise da Covid-19*. Nota Técnica n. 32. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

SENADO FEDERAL. “Em sessão histórica, Senado aprova calamidade pública contra covid-19”, 2020a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/20/em-sessao-historica-senado-aprova-calamidade-publica-contracovid-19>>. Acesso em: 14 Set. 2020.

_____. PEC 10/2020, institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia internacional. Brasília: Senado Federal, 2020b.

SILVA, M. C.; SILVA, K.; SIQUEIRA, L. A. R.; ANDRADE, M. A. C. Acontecimento COVID-19: e daí? *Scielo Preprints*. 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/520>>. Acessado em: 07 Jun. 2020.

SMITH, J. Solidarity networks: what are they? And why should we care? *The Learning Organization*, v. 16, n. 6, p. 460-468, 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). ADI 6357, “Plenário referenda cautelar que afastou restrições da LRF e da LDO para combate à pandemia”. Brasília: STF, 2020.

TACKACS , K.; JANKY , B.; FLACHE , A. Ação coletiva e mudança de rede, Paper presented at the symposium MKE 2007, Budapest, 2007.

TENÓRIO, F. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 85-102, 1999.

VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dívida aos estudos sobre organizações substantivas. *Organizações & Sociedade*, v. 16, n. 50, p. 409-427, 2009.

WATERMAN, P. The global justice and solidarity movement and the World Social Forum: A backgrounder. In: *World Social Forum: Challenging Empires*, p. 55-66, 2004.

WEI, J; MARINOVA, D. The orientation of disaster donations: differences in the global response to five major earthquakes. *Disasters*, v. 40, n. 3, p. 452-475, 2016.



A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos

Recebido: 15.08.20
Aprovado: 17.11.20

Paulo Gajanigo*
& Rogério Souza**

* Paulo Gajanigo é professor adjunto de sociologia no Departamento de Ciências Sociais (COC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0001-5076-8921. <paulogajanigo@id.uff.br>.

** Rogério Souza é professor e coordenador do Programa do Mestrado em Sociologia Política (PPGSP) do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-Ucam), coordenador do Laboratório de Estudos da Cidade

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a existência de uma afinidade entre a estética de relatos cotidianos, testemunhos e diários com a experiência específica da pandemia do Covid-19. Partimos da ideia de que uma característica bastante compartilhada na experiência da pandemia tem sido o foco nos traços desse momento histórico na vida cotidiana, resultando num impulso para a presentificação. Nossa hipótese é que na experiência da fase da pandemia marcada pelo distanciamento e isolamento social se formou uma estrutura de sentimento que é maturada na produção e fruição de registros ordinários, uma valorização de formas como diários e testemunhos de pessoas comuns. Fazendo uso da experiência de um grupo virtual de compartilhamento de relatos e do mapeamento de diversas iniciativas de coletas de registros, o artigo analisa como certas experiências da pandemia do Covid-19 se relacionam com as noções de trauma, luto e extraordinário.

Palavras-chave: Diário. Testemunho. Pandemia. Trauma. Cotidiano.

The pandemic and the ordinary: notes on the affinity between pandemic experience and everyday records

Abstract: This essay aims to discuss the affinity between the aesthetics of everyday report, testimonial and diaries with the specificity of Covid-19 pandemic experience. It was noted the focus on the traces of this historical moment in everyday life as a very shared experience of the pandemic, which resulted in a boost to presentification. Our hypothesis is that a structure of feeling was formed in the experience of pandemic phase of social distancing and isolation. This structure was matured through the production and fruition of ordinary records as a valorization of the aesthetic forms as diaries and testimonials of ordinary people. Through the experience of a virtual group for sharing reports and the mapping of several initiatives on report collection, the essay analyses how certain Covid-19 pandemic experiences are related with the notions of trauma, mourning and extraordinary.

Keywords: Diary. Testimonial. Pandemic. Trauma. Everyday.

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.

Walter Benjamin (1996: 229).

Com a decretação da pandemia do novo Corona vírus em 2020, a frase “o mundo que conhecemos não será mais o mesmo” passou a ser repetida inúmeras vezes, em diferentes meios de comunicação e por diversos atores sociais. Este enunciado trouxe consigo a ideia de uma mudança histórica para a humanidade, anunciando o fim de uma era e um mundo novo em construção. Envoltos de incertezas, desconfianças, medo e pânico, esse enunciado pode ser visto como uma forma compartilhada de registro sentimental da primeira fase da pandemia, marcada pelo emprego de medidas governamentais de distanciamento social e quarentena. Essa fase, de duração ainda desconhecida quando escrevemos este artigo, se apresenta como um longo período de transição.

Nesse período, um dos inúmeros memes que se tornou viral tratava do cansaço que é viver um momento histórico¹ e fez ver certa experiência curiosa: a intensidade gerada pela percepção de relevância e urgência contrastaram com certa banalidade da experiência. Apesar das metáforas recorrentes de uma guerra, a experiência da pandemia tem pontos de afastamento da experiência de um confronto bélico, não só pela recorrente imagem de um inimigo invisível, mas também por um embaraçamento entre ação e reação. Apesar do placar diário de mortos e infectados e do índice de isolamento, tivemos que aprender a entender que as estatísticas respondem a ações realizadas duas, três semanas antes. As batalhas não estão marcadas no tempo e no espaço, elas se diluíram em todos os hábitos, a atenção exigida se voltava para uma reforma molecular em nosso cotidiano. Dessa forma, o elemento trágico da batalha se dilui formando algo mais próximo do drama.

Partimos da ideia de que uma característica bastante compartilhada na experiência da pandemia tem sido o foco nos traços desse momento histórico no cotidiano. É como se a concentração energética da anunciação de um momento histórico se espraiasse para pequenos e inúmeros afluentes. O resultado parece ter sido um impulso para o agora. Nesta pandemia, estaria se formando uma estrutura de sentimento – aquilo que Raymond Williams (1975: 47) chama de “o senso sentido da qualidade da vida em um lugar e um tempo particular” – marcada por uma atenção ao cotidiano, uma sensação de que nos encontramos, como diz a epígrafe de Benjamin (1996: 229), “em um tempo saturado de agoras”. Neste artigo, exploraremos essa hipótese, identificando, na experiência da fase da pandemia marcada pelo distanciamento e isolamento social, características dessa estrutura de sentimento

1. *I am tired of being part of a major historical event.* Corona Virus Memes, 2020. Disponível em: <<https://www.corona-virus-memes.com/corona-virus-memes/i-am-tired-of-being-a-part-of-a-major-historical-event-meme/>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

e relacionando-a com uma forma de registro da pandemia por meio de relatos, testemunhos e diários. Essa forma de registro aparece num contexto em que se busca: captar e perceber essas experiências “saturadas de agoras”; coletar e investigar a maneira que os sujeitos estão encontrando para lidar com este momento; e descrever o conjunto de experiências individuais e coletivas frente à pandemia e ao isolamento social. Tais questões vêm desencadeando inúmeras iniciativas de produção, coleta e divulgação de relatos e diários sobre a vida na pandemia – em jornais, instituições arquivísticas, grupos de pesquisa, blogs e redes sociais.

Somos parte do que pesquisamos, não apenas por que estamos imersos no contexto da pandemia, mas também porque, no mês de março de 2020, iniciamos um projeto de coleta e compartilhamento de relatos do cotidiano durante a pandemia². As reflexões deste artigo estão fortemente marcadas pela experiência desse projeto, mas não se restringem a ela. Fazemos uso também de um mapeamento de outras iniciativas de coletas de registro e também de um panorama mais amplo e superficial da popularidade da forma relato e diário em circulação nos meios de comunicação durante esse período. Com esse material, propomos discutir e analisar a existência de afinidade entre a estética dos relatos, testemunhos e diários com a experiência específica da pandemia, na fase de isolamento social e quarentena.

De início, trataremos do levantamento das iniciativas de produção de relatos durante a pandemia, dando especial atenção às iniciativas de instituições arquivísticas e suas justificativas para se propor uma construção de memória via registros cotidianos de pessoas comuns. A partir das justificativas, exploramos como aspectos específicos da experiência pandêmica se relacionam com a atenção ao cotidiano. Em seguida, usando como base a pesquisa com nosso grupo, discutiremos relatos coletados, a fim de identificar, especulativamente, como na forma dos relatos se articula a experiência pandêmica. Por fim, trazemos a discussão sobre literaturas de testemunho – que se deu a partir do pós-segunda grande guerra com os relatos biográficos do Holocausto reverberando nos relatos e memórias das lutas anticoloniais e no processo de redemocratização na América Latina (Seligmann-Silva, 2013a) – como forma de refletir sobre as articulações entre produção e coleta de relatos em eventos traumáticos ou disruptivos e a especificidade desta experiência de pandemia.

O registro da pandemia pelo ordinário

Numa pesquisa exploratória, evidentemente no calor dos acontecimentos, identificamos dezenas de iniciativas de coleta de registros do cotidiano da pandemia por instituições arquivísticas e de pesquisa em diversos países³. No caso das instituições arquivísticas, em geral, convocam-se pessoas comuns, sem qualquer pré-requisito,

2. Grupo “Relatos do cotidiano durante a pandemia”. Facebook, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/2261561834146786>>.

3. Destacam-se os projetos da Associação por Autobiografia na França “Mémoire des confinements”; o chamado da Associação dos Historiadores do Estado de Nova York; “Coronarchiv”, parceria da Universidade de Hamburgo com diversas instituições, na Alemanha; “Recording Covid 19” do Mass Observation Project, do Reino Unido; “Memórias del confinamento”, do Arquivo Municipal de Barcelona; “Archives de Quarantaine: dossier Covid-19”, da Bélgica. No Brasil, destacam-se as iniciativas: “Testemunhos do isolamento” do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; “Documentando a Experiência a Covid-19 no Rio Grande do Sul” do Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul; “Arquivos da pandemia” da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz); e iniciativas em universidades como Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

para registrar e relatar a vida durante a pandemia. A valorização do registro da vida social pelas pessoas comuns não é nova. Há décadas vemos projetos voltados a esse tipo de documentação. Na experiência pioneira do *Mass Observation* iniciada em 1936, pessoas comuns eram convidadas a registrar o seu olhar sobre grandes eventos. Foi construída, assim, uma rede de colaboradores (não-especialistas) que alimentam permanentemente um arquivo da vida social britânica (Jeffery, 1999). Na França, há a experiência do arquivo de diários impulsionado pela Associação pela Autobiografia, criada em 1991, e que arquivava e disponibiliza à leitura diários de pessoas comuns (Lejeune, 1997). É a partir desse acúmulo que podemos ler o manifesto de arquivologistas e historiadores franceses em lançar um chamado amplo “Por uma memória ordinária do extraordinário”, no mês de abril de 2020.

Nós, historiadores, sociólogos e arquivistas, convocamos indivíduos, instituições e os poderes públicos a conservar os arquivos sobre este evento que rompe com o cotidiano das sociedades industrializadas a escala planetária. Sua análise deve lançar luz às “vidas minúsculas”, geralmente invisíveis, mas que participam da grande história das sociedades humanas. [...] O desafio é, por um lado, dar voz àqueles que administram a crise no cotidiano. [...] O desafio é, enfim, contribuir para a construção de uma memória “ordinária”, inclusiva e cidadã da pandemia (Piguet & Montebello, 2020).

Este chamado sugere uma posição política no processo de coleta de materiais do cotidiano. O arquivamento, como passagem do privado ao público (Derrida, 1995: 13) de registros das “vidas minúsculas”, faz emergir aquilo que não era para ser publicizado, uma pandemia contada não por gráficos e medidas governamentais, mas por pequenas narrativas. Como afirma Homi K. Bhabha (1998: 31-32), ao tratar da visão de Hannah Arendt sobre o público e o privado, esse emergir escancararia que o privado é político.

Como veremos mais à frente, a valorização do registro ordinário parece estar nas próprias raízes da modernidade, o foco sobre a pessoa comum, sem qualidades, e a descrição dos dias banais é uma tendência significativa na literatura dos séculos XIX e principalmente do XX. Evidentemente, essa atenção ao ordinário ganhou um novo impulso com as novas mídias. A tecnologia de produção e comunicação possibilitada pelo advento da internet e dos *smartphones*, colocou o registro do ordinário em outro patamar. O esmaecimento das fronteiras entre receptor e produtor faz o ordinário ganhar maior relevância, como destaca Ana Carolina Ecosteguy. Para a autora,

há uma evidente conjunção de forças agindo na configuração de uma dinâmica cultural própria deste tempo [...]. Esta é constituída

por uma série de registros midiáticos que fazem parte de um movimento onde o ordinário da vida é relatado pelo próprio personagem de quem se fala, estabelecendo uma relação de contiguidade com a realidade (Ecoteguy 2009: 1).

Ao considerar essas iniciativas de registro, chama atenção que, aparentemente, não seria necessário convidar as pessoas para registrar seus cotidianos num período em que elas o fazem já como nunca se observou antes. Essas instituições poderiam coletar por marcadores (*tags*) do vasto material que flui nas redes sociais. Já nos primeiros dias da aplicação de medidas de quarentena, *tags* como #diariodaquarentena; #quarantinedays; #quarantinemood; #quarantinediaries⁴ se popularizaram. Frédéric Clavert, pesquisador do Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History, em comentário sobre as iniciativas de coleta dos relatos da pandemia, apontou a ambiguidade sobre os registros digitais da pandemia.

[A pandemia] ocorre em um contexto midiático específico, das redes sociais digitais e da internet: esta epidemia pode assim tornar-se – do ponto de vista histórico e social – a epidemia mais documentada... ou ver sua memória desaparecer muito rapidamente⁵.

Ao insistir na produção específica de registros, essas iniciativas realçam uma distância entre o que se produz e se arquiva em escala industrial como *tweets*, postagens formando o big data, e um registro orientado para arquivo. Como aponta Daniela Agostinho (2016: 441), big data, por sua sensibilidade específica de registro, exclui e reduz o que é arquivado. Se para muitos, as redes sociais fizeram do diário um formato obsoleto, para as instituições arquivísticas, há algo relevante da experiência cotidiana que se perde no fluxo das postagens. Portanto, seria preciso fornecer orientações para a produção desses registros. O Royal College of Physicians of Edinburgh sugere que se mantenha um diário, evitando anotações abreviadas e registrando “o mundano assim como os grandes eventos. Não revise ou reescreva os registros após os fatos – é melhor gravar como foi no momento do que em retrospectiva”⁶. O mesmo tom vemos na chamada da Association of Public Historians of New York State (Aphnys):

Mantenha um diário. Começando hoje, registre suas memórias dos eventos locais e das reações ao COVID-19 ao menos desde o início de março. Continue a atualizar o diário com os avanços: o que tem feito, o que tem ouvido e visto, e como a resposta ao COVID-19 tem afetado seus hábitos normais⁷?

Outro aspecto elencado como justificativa para essas coletas está na particularidade deste evento em provocar rapidamente mudanças intensas na vida social.

4. Até o dia 5 de agosto de 2020, foram registradas na plataforma Instagram as seguintes quantidades em valores aproximados de ocorrências: #diariodaquarentena 12,8 mil; #quarantinediaries 290 mil; #quarantinedays 487 mil; #quarantinemood 266 mil (fonte: Instagram).

5. Tradução nossa de: “*Elle se déroule également dans un contexte médiatique particulier, celui des réseaux sociaux numériques et du web: cette épidémie peut ainsi devenir — du point de vue historique et social du moins — l'épidémie la plus documentée... ou voir sa mémoire pâlir très vite*”. “Préserver la mémoire d'une épidémie”. L'histoire contemporaine à l'ère numérique, 2020. Disponível em: <<https://histnum.hypotheses.org/3274#comments>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

6. Tradução nossa de: “*the mundane as well as the large events. Don't revise or rewrite entries after the fact - it is better to record how it was in the moment rather than with hindsight*”. Royal College of Physicians of Edinburgh. “RCPE recording COVID-19 / coronavirus”. 2020. Disponível em: <<https://www.rcpe.ac.uk/heritage/rcpe->

recording-covid-19-coronavirus>. Acesso em 30 Jul. 2020.

7. Tradução nossa de: “*Keep a diary. Beginning today, record your memories of local events and reactions to Covid-19 at least since the beginning of March. Continue to update that journal as we move forward: What are you doing, what are you hearing and seeing, and how is the response to Covid-19 affecting your normal habits?*” Association of Public Historians of NYS. *Historians: Start Documenting Covid-19*. 29 de março de 2020. Disponível em: <<http://www.aphnys.org/historians-start-documenting-covid-19/>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

8. *Documenting a Pandemic in Real Time – A New York Minute In History*. Entrevistadores: Devin Lander e Lauren Roberts. Entrevistados: Christine Ridarsky e Matthew Urtz. WAMC Podcasts, 10 Abr. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://wamcpodcasts.org/podcast/documenting-a-pandemic-in-real-time-a-new-york-minute-in-history/>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

O texto dos historiadores e arquivistas franceses, citado mais acima, refere-se ao conceito Marcel Mauss para tratar a pandemia como “fato social total” (Piguet & Montebello, 2020). Considerando a pandemia como um processo que impacta todos os poros da vida social, um olhar ordinário de pessoas comuns busca responder à escala ampla e à alta densidade do fenômeno, incapaz de ser percebido com justiça apenas com histórias oficiais.

Existe ainda uma questão técnica não menos relevante. O isolamento social como medida sanitária significou também que pesquisadores não fossem a campo registrar o fenômeno em seu cotidiano. A opção por relatos pessoais e diários se configurou também como uma solução técnica para o registro, tal como argumentou Christine Ridarsky, presidente do Conselho da Aphnys⁸. É provável que essa tenha sido uma questão significativa para projetos de pesquisa que, ainda que não trabalhassem com autorregistros, optaram por incentivar esse tipo de material para continuarem ou efetivarem suas pesquisas.

Num contexto mais amplo, observamos iniciativas jornalísticas de publicação de relatos que sugerem um público significativo que olhou a pandemia pelos registros do cotidiano de outros. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, criou um diário coletivo, publicando relatos de um dia todos os dias, com pessoas diferentes e de localidades diversas. Em um formato parecido, o jornal *Financial Times*, a rede televisiva norte-americana ABC, a editora Companhia das Letras etc., publicaram relatos em forma de diários durante o período da pandemia. Como indicamos no início, partimos da hipótese de que a forma do registro do cotidiano, como diário, relato e testemunho, tornou-se uma forma social privilegiada para organizar a experiência pandêmica. Nesse sentido, caberia avaliar, ainda que especulativamente, que aspectos da experiência pandêmica dialogam com essa forma.

A principal medida da primeira fase do enfrentamento da pandemia – o isolamento social – fez da pandemia algo de profundo impacto geral. Talvez seja difícil encontrar um evento que articule tão intimamente os aspectos coletivo e geral. Não existiria, por isso, posição privilegiada para seu registro. A chamada “linha de frente”, uma das inúmeras metáforas bélicas utilizadas, formada por profissionais da saúde em atuação nos hospitais é um dos pontos de observação, mas não chega a ser um ponto privilegiado para compreender as mudanças da dinâmica social relacionada à pandemia, nesse caso, uma descrição da vida banal, dificilmente articulada por metáforas bélicas, também oferece um acesso significativo do fenômeno.

No seu aspecto espetacular, a pandemia parece bem menos potente do que a guerra. Por mais que se evoque essas metáforas, os desenhos do inimigo, das batalhas,

dos heroísmos exigem traços realçados. No campo imagético, a comparação com a guerra é mais difícil: as “batalhas” acontecem dentro dos hospitais, em leitos de UTI; o “inimigo” não é visível, não tem personalidade. A “guerra” parece ser evocada muito mais como uma forma de modular, uma disposição afetiva para uma disciplina coletiva de enfrentamento da pandemia – denunciando assim o déficit mobilizador da pandemia em relação à guerra. Mas tal como a guerra, pandemia é uma tragédia massiva. Mike Davis (2006: 3), escrevendo sobre a gripe aviária, identifica na ideia de megatragédia uma dificuldade comum. “Grandes epidemias, como as guerras mundiais e os períodos de escassez, massificam a morte em eventos de escala além de nossa compreensão emocional”⁹. Davis aponta que para dar medida da carga emocional dessas tragédias se recorre a personificações. “A Solução Final, por exemplo, tem pouco impacto emocional profundo até que se leia O *Diário de Anne Frank* ou se veja os artefatos deploráveis no Museu do Holocausto. Então é possível chorar”¹⁰ (Davis, 2006: 3). O diário e os objetos seriam uma forma de ter acesso ao vivido obnubilado por sua generalidade. Nesse sentido, quanto maior a tragédia, mais se necessitaria coletar registros pessoais e íntimos. Este é o impulso que moveu a plataforma digital “Inumeráveis”, por exemplo, dedicada a apresentar registros de parentes ou amigos de vítimas fatais da Covid-19¹¹.

Outro aspecto comparativo é o da escala temporal. Guerra e pandemia são eventos coletivos longos, portanto, compreendem uma nova rotinização. Nesse sentido, a relação ordinário-extraordinário explorada pelos projetos de coleta de relatos e testemunhos evidencia uma tensão dos longos eventos que esticam o extraordinário até serem vividos ordinariamente. O diário, com seu ritmo, responde a esses eventos, sendo uma forma de contar os dias; e quando aparecem adjetivados, como o “diário da pandemia”, servem de organizadores de uma experiência ordinária e extraordinária ao mesmo tempo. Ordinária por ser um diário, atento aos detalhes da rotina, e extraordinária pois é um diário qualificado como um tempo especial, um período específico retirado da condição de diário simplesmente. Essa foi a estratégia literária de Daniel Defoe (2014) em representar a pandemia do botulismo em Londres no século XVII por meio de um diário que remonta o fenômeno pela sucessão dos dias.

Por fim, considerando o diário como forma afeita ao registro de intimidade, como um espaço de confissões, sua relevância também está relacionada ao reposicionamento da domesticidade que o isolamento social provocou. A permanência por mais tempo em casa e a proibição de aglomerações ao se somarem ao quadro tecnológico e social contemporâneo geraram uma maior exposição da vida doméstica no espaço público. Com os *smartphones*, e outros dispositivos¹², não só o público invadiu a privacidade – como já tinha feito o rádio, a televisão e a internet – mas o próprio

9. Tradução nossa de: “Great epidemics, like world wars and famines, massify death into species-level events beyond our emotional comprehension”.

10. Tradução nossa de: “The Final Solution, for example, has little gut impact until one reads The Diary of Anne Frank or sees the pitiful artifacts in the Holocaust Museum. Then it is possible to weep.”

11. Inumeráveis, 2020. Disponível em <<https://inumeraveis.com.br/>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

12. Sobre o impacto das novas mídias na relação entre espaço público e privado, ver Papacharisi (2010).

público aparece como uma conexão entre domesticidades – a partir das quais o conteúdo midiático é produzido, ou seja, a casa como estúdio de gravação. Isso pode elevar a fala íntima ainda mais à esfera pública e reimpulsionar o diário com registro público. Nesse contexto, o diário ganharia mais legitimidade como forma válida de registro da vida social, não só dentro dos estudos científicos, onde já há uma tradição relativamente longa que valoriza esse tipo de forma de escrita –, mas, principalmente, num largo âmbito social em que a leitura da intimidade do outro apareceria como leitura do próprio social.

Em nosso projeto compartilhamos das intenções observadas acima. Ao optarmos por coletar os relatos via a plataforma do Facebook, tivemos que dar atenção especial à questão da relação com as formas corriqueiras de registros cotidianos das redes sociais e relatos com fins de arquivamento. Como mencionado na introdução deste artigo, parte significativa de nossas análises partem de um projeto de pesquisa sobre relatos do cotidiano coletados durante os primeiros meses da pandemia. Para isso foi criado um grupo privado em uma rede social. O grupo “Relatos do cotidiano durante a pandemia” teve o seu início no dia 19 de março e até 22 de julho contava com 407 membros e com 117 relatos postados além de fotos, vídeos, poesias e pequenos contos referentes às experiências vividas na pandemia, totalizando até o momento 157 postagens. Seu público é majoritariamente feminino, com 71%, e mais de 50% dos participantes têm de 25 a 44 anos de idade.

Para afastar o registro de uma postagem típica dessa plataforma, criamos um grupo privado virtual dentro da plataforma, permitimos que postagens anônimas fossem feitas e retiramos a possibilidade dos usuários comentarem as postagens. Dessa forma, afastamos dois elementos importantes da dinâmica dessa rede social virtual: polêmicas ocasionada pelos comentários – o que pode gerar um cuidado excessivo na escrita por causa do receio em ter seu relato criticado ou um foco na busca de elogios –; a viralização, já que as postagens não poderiam ser compartilhadas para fora do grupo¹³.

O projeto teve até o momento três atividades principais. A primeira foi a de convocação para entrada no grupo, realizada inicialmente entre estudantes do campus da UFF de Campos dos Goytacazes, depois em grupos de estudantes de outras universidades, e depois por meio de divulgações realizadas pelas universidades (UFF e Ucam) para um público mais amplo. A segunda atividade envolveu a administração do grupo, que abarcou além das aprovações e reprovações das postagens-relatos (reprovava-se anúncios ou postagens que não tinham como objetivo o registro pessoal, ou mesmo relatos que envolviam uma terceira pessoa identificável), postagens que buscavam incentivar o exercício do olhar para os detalhes do cotidiano e

13. Essa quebra da dinâmica encontrou resistência, ao fazermos uma enquete com os participantes, a maioria expressou querer a habilitação dos comentários.

a organização dos relatos em seções que foram se ampliando à medida que recebíamos diferentes materiais (começamos com a seção Relatos, que incluía textos, fotos e vídeos que registravam esse cotidiano, depois incluímos as categorias Arte, Sonhos e Objetos (para fotografias de objetos relevantes na nova rotina). Por fim, aplicamos um questionário para os colaboradores com objetivo de: compreender e analisar as motivações que levaram a participarem do grupo como colaboradores; identificar como está sendo a experiência de postar e ler os relatos; traçar um perfil sobre os colaboradores; e receber opiniões e sugestões sobre a dinâmica do Grupo de Relatos. Esse questionário foi respondido por 28 participantes.

No decorrer do período pesquisado, ou seja, de 19 de março e até 22 de julho, o fluxo de postagem seguiu o seguinte comportamento: dos 117 relatos postados 12% foram no mês de março. Os meses de abril e maio concentraram o maior volume de postagem, 49% e 24% respectivamente. Foram nesses dois meses que as medidas de isolamento social e quarentena, em grande parte das regiões do país, foram acentuadas, acompanhadas de um aumento diário no número de novos casos de contaminação e morte causada pela Covid-19. Nos dois meses seguintes, observou-se uma diminuição significativa no número de postagens, 7% em junho e 8% em julho.

Para a análise deste artigo foram selecionados relatos, ou parte deles, da seção do grupo “Relatos” postados ao longo dos meses de março a julho e que evidenciam dinâmicas temporais da vida ordinária durante esses primeiros meses da pandemia. Utilizamos esses relatos de forma exemplar, não realizando, para este trabalho, uma análise geral dos relatos, como variações sentimentais e temáticas. A forma como foi possível convocar participantes (via redes sociais e com perfil dos coordenadores do projeto) restringiu o público a círculos sociais e geográficos bem marcados. A maioria dos participantes são das cidades do Rio de Janeiro, Campos de Goytacazes e Niterói. Ainda assim, há uma significativa presença de pessoas de São Paulo e alguns de Porto Alegre, Salvador, Vitória e Belo Horizonte além de outros países, como Portugal, Angola, Suécia, Argentina e França, em sua maioria compostas de brasileiros morando no exterior.

Ao levar esse aspecto em consideração, focamos neste artigo no uso exemplar de relatos com o objetivo de investigar especulativamente as formas de vivência do cotidiano da pandemia de sujeitos que se sentiram na necessidade de registrá-lo¹⁴. Por fim, cabe registrar que, pela análise dos relatos, seus produtores estavam em um alto grau de isolamento. Registramos apenas dez de relatos que tratavam de situações de trabalho fora de casa

14. Foi feita uma consulta aos participantes do grupo sobre a utilização e publicação dos relatos neste artigo.

Relatos e experiências na pandemia

Iniciamos com a reprodução de um relato completo, publicado logo no começo da adoção de medidas de quarentena.

São 2h12 por aqui, eu já não consigo separar o inconsciente do consciente, sabe quando você decide não ler sobre o covid-19, a situação global do mundo ou sobre o governo federal, mas cinco minutos depois todas as abas abertas no seu celular são sobre o assunto, mesmo sem querer?! Todas as redes sociais falam sobre o tema, a cada minuto uma atualização, meio surreal tudo. É madrugada de domingo, meu nono dia de quarentena, eu sempre quis mais tempo de férias pra colocar tudo em ordem, mas agora, só consigo consumir notícias de caos, irresponsabilidade, medo e morte. Quando deitei, achando que ia dormir, esquecer, nessa hora Lênin, meu gato, entediado por ele, por mim e por minha companheira não parava de miar. Assim, como eu, ele só queria sair, e eu só queria respirar um pouco sem muitas preocupações. É nesse momento que me dou conta de uma música, uns funks que ecoavam pela minha janela, umas vozes. Era o meu nono dia e eu ainda ouvia vida na rua. Pessoas se divertiam e mesmo sem estar lá, eu as via dançar. Eu instintivamente pensei muitas vezes ao longo da madrugada em descer os quatro ou cinco lances de escada da vila para acompanhar de perto a festa que os vizinhos vaziam na rua para celebrar a vida, ou talvez, o dia difícil de trabalho, para mim, de alguma forma as risadas, as músicas que vinham da rua, soavam como um desafio ao caos, ao vírus e a doença. No entanto, ando paralisada demais para desafiar a quarentena – me sinto assustada em ter que ir colocar o lixo pra fora –, mantenho diferentemente deles uma sociabilidade reclusa que concluiu que o melhor agora é o autoisolamento.

One minute

One minute

É... É que acho melhor ir dormir agora, isso... vou dormir tentando entender nossas decisões diferentes de sociabilidade nesse cenário. Eu até poderia de forma presunçosa dizer que talvez nem saibam sobre o corona vírus ou ainda especular que como o presidente do Brasil, meus vizinhos também consideram a pandemia do corona vírus uma “gripezinha”, talvez... Mas agora, eu vou dormir e só tenho, só tenho uma certeza, a que já sinto falta do trabalho de campo¹⁵.

15. Uns dos primeiros relatos enviados para o grupo “Relatos do cotidiano durante a pandemia”, 26 de março de 2020.

16. A noção de estar experimentando um momento histórico, único, não vivido até agora, é sensível nos relatos postados.

Ao testemunhar, narrar e registrar as experiências do momento histórico¹⁶ da pandemia, há o sentido de sobrevivência em um ambiente que foge à normalidade, como demonstra o relato acima, no ato de preservar e compartilhar essas experiências,

por meio de relatos que se objetivam como diários. A estrutura do diário traz a estética da presentificação dos atos do autor-protagonista que se misturam às tramas do seu dia a dia, entre a vida particular e vida pública. O diário, como bem salienta Seligmann-Silva (2009), traz um ritmo, um clima, como se a própria respiração do autor-protagonista pudesse ser sentida pelo leitor, como fica marcado na repetição da expressão “one minute” no relato acima, traz também os erros gráficos, os lapsos e discordâncias textuais caracterizando o “teor testemunhal”¹⁷ em um “estado de acontecer” reforçando a ideia da presentificação fundindo autor-protagonista, “texto e temporalidade” performativamente¹⁸ (Seligmann-Silva, 2009: 161-162).

Dizem que ser carioca é comer biscoito o Globo, beber Mate gelado com limão e praticar nos parques e areias da cidade do maravilhosa o famoso altinho. Hoje, 22 de março de 2020, ser carioca não significa estar na praia. Ser carioca neste momento é pensar no todo, entender que sozinho não podemos encontrar o carinho do Mate ou jogar aquela bolinha. Hoje no primeiro fim de semana oficial de quarentena no Rio de Janeiro a famosa praia de Copacabana estava completamente vazia. Um enorme vazio que trazia consigo um silêncio aparentemente composto por medo e também esperança, era o carioca entendendo que nesse momento o “brotar” seria cada um em sua própria casa para o bem de todos. Em quase trinta anos é a primeira vez que encontro a praia assim em um dia de sol, embora trinta anos pareçam poucos, quando puxo em minhas memórias os momentos de praia essa é a primeira vez que presencio algo assim¹⁹.

Não sei mais em qual dia de isolamento estamos. Tem sido dias difíceis e confusos pela falta de rotina. Alguns vizinhos mantêm um churrasco há uns quatro dias, respeitando a lei do silêncio em partes, pois os decibéis alcançados nas conversas atrapalham tal qual uma música alta. As crianças da rua soltam pipa e jogam bola como se estivessem em férias. Nas primeiras semanas o isolamento era totalmente respeitado no bairro (me refiro sobre as quadras ao redor da minha casa, onde consigo observar) mas com o passar das semanas e a enxurrada de desinformação que estamos recebendo, afrouxaram o protocolo. Me parece que essas coisas deslegitimaram a ordem de isolamento. Dentro de casa, meus pais idosos tentam manter a calma ocupando-se o máximo que podem. Eles pensavam que o isolamento duraria até o final do mês de março e após, tudo voltaria o normal; porém, com suas expectativas frustradas, a ansiedade e a desesperança só aumentam. Já relativizam o contágio com o Covid-19; dizem preferir isso ao enlouquecimento do isolamento vertical. Dias difíceis. Já nem sei o que pensar...²⁰

17. Os diários tratam do ordinário e do cotidiano de diversas situações e experiências vividas pelo autor-protagonista enquanto o testemunho carrega o caráter da denúncia, da urgência e da ruptura com o silêncio. O diário é um marcador e registro da experiência, o testemunho é uma denúncia da experiência.

18. O escritor-protagonista, ao selecionar o que vai relatar como experiência íntima de seu universo cotidiano, vai de palavras a imagens, de imagens a palavras, misturando e embaralhando passado-presente-futuro. Assim, sua escrita desempenha essa relação temporal e simbólica que está à mercê de sua experiência.

19. Relato postado em 22 de março de 2020.

20. Relato postado em 26 de março de 2020.

Além do elemento da presentificação, o universo particular dos relatos postados é formado por um emaranhado de notícias sobre a pandemia, de sons dos vizinhos,

sentimentos de medo, precauções, do olhar contemplativo voltado à praia em um misto de “medo e esperança”, ou seja, mesmo se esta realidade da vida cotidiana é constituída de “agoras” do presente imediato, isso não impede que fenômenos distantes do “aqui e agora” venham a se entrelaçar às experiências ordinárias, levando a experimentação da vida cotidiana a diferentes graus de presença e distanciamento, como apontados por Berger e Luckmann (2012):

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana. Aquilo que é “aqui e agora” apresentado a mim na vida cotidiana é o *realissimum* de minha consciência. A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente (Berger e Luckmann, 2012: 38-39).

Será nesse movimento entrelaçado entre presença e distanciamento, da experiência íntima do eu e dos fenômenos sociais externos, que os relatos da vida cotidiana enquanto experiência irão constituir uma forma estética para o evento-histórico da pandemia. Uma estética que vigora tanto na “atenção à vida” quanto no “apego à vida”²¹ e que, mesmo diante de enunciados calamitosos que pautam expressivamente o nosso cotidiano, há, nos relatos, narrativas que apontam para expectativas por possibilidades vindouras.

21. David Lapoujade (2017: 89-90) discute esses dois conceitos “atenção à vida” e “apego à vida”, desenvolvidos na obra filosófica de Henri Bergson. Para efeito de emprego neste artigo, utilizamos “atenção à vida” e “apego à vida” ambos como sendo mecanismos que possibilitam os sujeitos se adaptarem às exigências do mundo real no qual estão inseridos.

A presentificação, ou seja, a expressividade que o sentido do agora tem nos relatos da vida cotidiana, é uma das marcas que caracteriza os diários e as escrituras do eu, como bem observou Seligmann-Silva (2009). O autor enfatiza que, no diário, o autor-protagonista vive numa forma de presente absoluto, num estado de presentificação constante. No entanto, como também destacado pelo autor, essa presentificação que pressupõe a estrutura de um diário é atravessado por estruturas temporais distintas embaralhando as narrativas do autor-protagonista e criando justaposições ambientais entre o que está acontecendo no interior da vida e da experiência íntima com o que se passa no mundo exterior no qual o autor-protagonista está inserido. Nos relatos postados em nosso grupo percebe-se, de inúmeras formas, esses atravessamentos, ligando experiências íntimas experimentadas pelo autor-protagonista às experiências coletiva, social, pública em geral.

Quase duas horas para guardar as compras, passamos álcool em gel em cada pacote de biscoito, cada pacote de feijão e macarrão, tiramos do saco as carnes, separamos em porções, lavamos as cai-

xas de leite, as latas de milho verde, cansativo demais, foram as compras do mês, nada apocalíptico para durar três meses, apenas as compras do mês, e, ainda que antes já tivéssemos o cuidado de higienizar frutas e verduras, passar álcool em gel no pacote de gelatina me causou muita estranheza, lembrei da minha mãe que sempre me fala que criança tem que brincar com poeira, colocar o pé no chão e a mão na boca para criar imunidade, então fiquei pensando quanto tempo leva para que tanta higienização cause alguma diferença no nosso sistema imunológico.

Quero fugir das informações sobre a pandemia para pensar em outra coisa, ao mesmo tempo quero informação, ou seja, não consigo fugir, o Twitter e o Instagram são os aplicativos que mais acesso porque são os que mais me identifico, neles me informo, assisto “lives”, rio dos “memes” e piadas, mas me irrita mais que qualquer outra coisa, com as incansáveis brigas polarizadas entre esquerda e direita onde bom senso e conhecimento científico são totalmente negligenciados. Meus sentimentos transitam entre insegurança e irritação em uma intensidade maior que o de costume, e, me sinto à vontade para atribuir essa intensidade ao distanciamento social. Querer ficar em casa e ter que ficar em casa viram “chaves emocionais” diferentes para mim, e estou começando a sentir falta de algumas coisas que as videochamadas e a criatividade amenizam, mas não substituem²².

Sinto que o Brasil me adocece.

São 3h56 da manhã, deitei 00h30 e estou de pé fazendo as contas do saldo que tenho disponível e do quanto preciso arrecadar, por meio dos *freelas*, até o próximo dia 5.

Uma das abas abertas é uma pesquisa sobre a terceira parcela do auxílio emergencial que ainda não tem uma data fixada.

Penso nos meus pais, ambos incríveis em seus ofícios, sempre me inspiraram a ter garra.

Ele é Pedreiro, um dos melhores que conheço, profissão que me foi apresentada como “humilde” já que pra ser peão não precisa nem saber ler. Ele, analfabeto funcional, de fato não o sabe.

Ela é Cozinheira, uma das melhores que conheço, mesma história da profissão humilde, só que um pouco mais valorizada. Lembro de ser chamada de “filha da cozinheira” durante boa parte da minha vida e não ver maldade naquilo. Ora, eu sou filha da pessoa que estava proporcionando um momento incrível de felicidade pra várias pessoas, por que isso seria ruim?

Em 2020, mesmo após a demissão por conta da pandemia, mantenho meu aluguel em um bairro no centro da cidade e ajudo com as contas da família.

Paisinho de bosta!

22. Relato postado em 28 de março de 2020.

23. Relato postado em 23 de junho de 2020.

24. Termo/gíria utilizado para designar trabalho temporário.

Acabei de receber uma mensagem sobre demissão em massa em uma das universidades privadas sediada em São Paulo.

Não são só os pedreiros e cozinheiras que são tratados feito nada.

Retorno aos meus cálculos, fazia algumas que não chorava²³.

Nos dois relatos acima, que foram postados em momentos distintos do período da pandemia, podemos perceber que os ambientes circunscritos à vida íntima, ao ordinário e ao cotidiano são atravessados pelos acontecimentos públicos misturando-se ao agora do autor-protagonista os “agoras” dos acontecimentos sociais. Há, como bem discorre Seligmann-Silva (2009), uma trama que mistura vida íntima e vida pública, o ordeiro das rotinas diárias aos acontecimentos externos da sociedade, aproximando temporalidades e transformando, na forma de relato, um único grande acontecimento. O evento-histórico da pandemia está presente e conecta-se às experiências de cada autor-protagonista tanto no agora como também nas reminiscências, acionando lembranças de experiências distantes, mas que se misturam aos sentimentos do presente imediato.

Temos, no primeiro relato, a angustiante rotina da limpeza das compras do mercado diante das exigências sanitárias que a pandemia incutiu ao cotidiano. Ao relatar esse ato ordeiro, o autor-protagonista aciona instâncias temporais distintas, como as lembranças do tempo de criança e os cuidados que a mãe tinha com a higiene. Tudo isso se mistura entre a decisão de ficar informado ou fugir das informações sobre a pandemia e o país. Sentimentos de irritação e insegurança se misturam às noções de cuidado com a contaminação do vírus, do isolamento social e a sensação de que coisas estão faltando, bem como o que o cotidiano mudado pela pandemia e pelo isolamento social não está dando conta de substituir.

No segundo relato, o autor-protagonista anuncia já na sua primeira frase o drama que entrelaça sua vida íntima e a vida do país. “Sinto que o Brasil me adocece”. O país metaforicamente assume o lugar do vírus da pandemia e o autor infectado, vai adoecendo, assim como o país também adocece. As questões sociais do desemprego e a diminuição drástica da renda de grande parte da sociedade acompanham o tom do relato como espécies de sintomas do adoecimento trazidos pelo vírus “Brasil”. As contas a pagar, à espera do auxílio emergencial do governo, os “*freelas*”²⁴ se entrelaçam no agora do autor-protagonista, em memórias que evocam lembranças dos pais, seus ofícios e do orgulho que sente. As lembranças lhe trazem forças para encarar o cenário presente de demissões e perda de empregos no país, mas não são o suficiente para lhe poupar da tristeza. O agora pandêmico está na própria metáfora que registra a presença como signo organizador, que dá unidade ao narrado, de onde o autor coleta o vocabulário.

O conjunto de postagens-relato em nossa pesquisa também sugere a sensação de embaralhamento do agora com o pretérito e o futuro próximo. Como indicamos acima, a pandemia é um evento cotidiano, isso significa que, para além do truísmo de que se viva esse evento no cotidiano, a forma como é vivida se relaciona com uma hipertrofia do cotidiano. Ou seja, vive-se contando os dias, como dias ordinários. Um dos aspectos que ajuda a configuração dessa forma de experiência está na dificuldade em se marcar outros ritmos que não sejam os ritmos diários. Finais de semanas ou feriados, marcadores de ritmos públicos²⁵ mais longos como semanas ou época do ano, se esmaecem. O domingo de Páscoa foi assim descrito por dois participantes de nosso grupo:

Para pensar o que fazer para que esse domingo de páscoa não ficasse esquecido nesses dias que parecem tão iguais usei como referência o que comumente fazemos quando é páscoa o almoço em família, mas percebi que nesse domingo apenas abri um parêntese no dia e coloquei ali a páscoa, como se eu tivesse feito um esforço para sentir esse clima de páscoa, que, no entanto, no fundo, estava faltando tanta coisa e que tanta coisa estava ocupando o espaço de comemoração, que foi difícil sentir a alegria da ressurreição. Está sendo inevitável não sentir angústia, medo e insegurança, ser pessimista, quando vejo a maneira que a pandemia está sendo conduzida em nosso país. É difícil não me informar, para mim dá ansiedade ficar sem informação ao mesmo tempo em que não ajuda me informar, fico em uma corda bamba. Mas é viver um dia de cada vez e hoje eu vivi o domingo de páscoa, com direito a um almoço diferente com minha filha que eu tanto amo e que está passando por isso cem por cento ao meu lado²⁶.

Não fizemos nada na sexta, sequer lembramos. Nada no sábado. Nada no domingo, que particularmente, foi um dia de muito estresse.

Tentei acalmar os ânimos, fiz questão do almoço na mesa e puxei uma oração.

À noite, somente após mensagens no grupo da igreja, minha mãe decidi que era páscoa. Me interrompeu no trabalho que estava desenvolvendo e impôs nossa participação no culto que seria transmitido e na Santa Ceia²⁷.

A existência do marcador “Páscoa” aparece como um esforço individual e não como um dado automatizado da rotina. A metáfora do “parêntese”, no primeiro relato, registra o esforço individual e a compreensão da rotina como um som monótono, constante e irritante de difícil alívio – e o fim natural desses pequenos momentos.

“Hoje já estou a nem sei quantos dias em quarentena, já perdi as contas. Me perco nos dias da semana e do mês”²⁸. Este trecho, de um dos relatos, apresenta uma

25. Henri Lefebvre (2004: 18) chama de ritmos públicos calendários, festas, cerimônias e celebrações.

26. Relato postado em 17 de abril de 2020.

27. Relato postado em 14 de abril de 2020.

28. Relato postado em 25 de abril de 2020.

29. Evidentemente essas produções literárias não ficcionais em formato de relatos como as correspondências e os fragmentos, os manuscritos e diários não concorriam diretamente com o romance, tanto no sentido mercantil quanto no sentido da estética de uma época. O romance, segundo Georg Lukács (2007), será a expressão da modernidade e símbolo da burguesa. Ver Duarte (2011); Compagno (2014).

30. Ver Benedict Anderson (2008) em *Comunidades imaginadas*. O autor destaca a importância para a formação do ideário nacionalista europeu, o papel da imprensa (jornais e folhetins) e do romance como símbolos da nação moderna a partir do século XVIII (Anderson, 2008: 65-83). Michael de Certeau (1998), aponta para as “práticas escriturísticas” como uma mistificação do fazer histórico em seu processo de dominação simbólica de um tipo único de cultura. A escritura assumirá, enquanto prática, o lugar discursivo da unificação de práticas heterogêneas da sociedade (Certeau, 1998: 224).

31. Segundo Artières (1998: 16-17), foi a partir de 1915 que W. Thomas e R. Park introduziram

característica que perpassa boa parte dos relatos postados, uma hipertrofia do ritmo diário que vem produzindo efeitos vertiginosos, ou seja, nessa hipertrofia do cotidiano, sabemos sempre que horas são, mas nunca que dia é hoje.

Os relatos da pandemia e a literatura de testemunho

Os relatos individuais, diários e autobiografias, como já apontado, é uma das marcas da modernidade e, desde o final do século XVIII e início do século XIX, na Europa, passou a despertar, como produção social, um interesse estético e mercantil. A atenção de parte do campo editorial e literário se voltou para essa modalidade de narrativa, pautada mais pela experiência vivida pelo autor do relato do que pelo personagem ficcional, provindo da imaginação criativa de um escritor. Esse processo de escrever sobre si mesmo ou da própria experiência vem a reboque do movimento de ampliação da escrita pessoal nos meios aristocráticos, por conseguinte, de sua popularização para as camadas médias das sociedades. Durante boa parte do século XIX, fragmentos da escrita como manuscritos, diários, cartas que relatavam o ordinário e o cotidiano passaram a ser considerados com valor literários, produzidos e comercializados como tal²⁹. Philippe Artières (1998: 13) vê nesse processo a constituição de uma sociedade onde se inscrever passa pela ordem do cotidiano. “Para existir, é preciso inscrever-se, inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias”³⁰.

Do século XIX em diante, tudo passará pelo escrito e a escritura estará na ordem do progresso, deixando a oralidade alhures presa nas tradições, como bem escreveu Benjamim (1996). A escrita do eu, o ato de enunciar a si mesmo enquanto experiência pessoal, subjetiva, será, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, objeto de interesse do campo da crítica literária, nas quais as autobiografias, correspondências, diários e manuscritos serão pensados a partir de um gênero, ou seja, uma estética literária que fará da experiência da vida ordinária parte da produção social e expressividade de uma época. O interesse pelos relatos da vida cotidiana e suas injunções sociais se estenderam também às pesquisas e aos trabalhos de história oral e da memória coletiva, como as dos sociólogos da primeira geração da Escola de Chicago, que incentivavam o uso de autobiografias e histórias de família (Artières, 1998: 16-18)³¹.

O interesse por essa forma literária da escrita do eu se manteve e se ampliou após as duas guerras mundiais. Verificou-se um aumento significativo da produção acadêmica e literária, constituindo um campo de investigação abrangente, principalmente em decorrência do saldo traumático deixado pela experiência das duas

guerras. No âmbito dos estudos históricos, a história oral lançou mão dos relatos e testemunhos entendendo-os como a história do tempo presente³², chamando atenção para a importância que as fontes orais e os testemunhos oculares passaram a ter para os estudos de história contemporânea. Outros campos de pesquisa das humanidades também atribuíram importância aos relatos e testemunhos como os de memória cultural, estudos literários, sociologia da cultura e do cotidiano³³ entre outros.

É mister destacar que os relatos do cotidiano, diários e autobiografias acompanharam, em certa medida, o crescimento, nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, observado da “literatura de testemunho” – forma literária pela qual sobreviventes narram em primeira pessoa as agruras dos campos de concentração e dos crimes cometidos pelo aparelho estatal. O Holocausto vai ocupar, enquanto significativo, o centro das narrativas testemunhais onde gravitavam inúmeras outras experiências, como a do gulag, dos campos de concentração e os extermínios étnicos no continente europeu, das mortes e torturas causadas pela ação direta do aparelho de estado nas ditaduras latino-americanas. A ampliação da literatura de testemunho acompanhou o processo identificado por Jeffrey Alexander (2016) de generalização da experiência do Holocausto como um trauma cultural. Mais do que uma particularidade vivenciada por um povo, o Holocausto foi aos poucos se configurando como trauma cultural, marca coletiva que produziu uma gramática usada na expressão de outros sofrimentos citados acima.

Em geral, as obras trazidas pela literatura de testemunho tematizaram o “evento-limite” da experiência humana ao problematizar “os limites da representação” de um evento traumático (Seligmann-Silva, 2013b). A literatura de testemunho, segundo o autor, é de difícil classificação literária pois abarca a problemática da representação em relação a experiência-real. A literatura de testemunho se contrapõe aos efeitos irônicos, ficcionais e metafóricos do romance, seja realista ou naturalista, tratando-se de uma literatura do “real”³⁴.

[...] esse “real” não deve ser confundido com realidade tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação (Seligmann-Silva: 373c, grifo do autor).

Os relatos autobiográficos compreendidos na literatura de testemunho trataram de vítimas da violência do Estado, sobreviventes de traumas históricos que trouxeram à tona histórias ocultas ou, como denomina Michael Pollak (1989), “subterrâneas”. O cotidiano dessas testemunhas da história, suas lutas, fadigas, perdas, superações

no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago a autobiografia como método de ensino.

32. Ver Ferreira e Amado (2011).

33. Ver Raymond Williams (2011) sobre a sociologia da cultura e Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2012), sobre sociologia do cotidiano.

34. Para Seligmann-Silva, a literatura de testemunho é “antimimética e antiirônica” pois se inscreve em um real que, como autor salienta acima, “resiste à representação. Por ser eventos-limite narrados por seus protagonistas, cria-se uma modalidade de recepção nos seus leitores de empatia desestimulando a incredulidade. (Seligmann-Silva: 375b).

e traumas ajudaram a rever e repensar o passado na busca por justiça no presente, pois, como salienta Jacques Rancière (2014: 58), “[e]screver a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade”.

A literatura de testemunho caminha para uma história contada a “contrapelo” (Benjamin, 1996), colocando no centro da análise a vida e os relatos daqueles que experimentaram o evento-limite. O trauma associa a experiência do autor-protagonista ao real, um real que “resiste à simbolização”, mas que na autobiografia de testemunho opera como ferida que insiste em permanecer aberta.

A experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. [...] Evidentemente, na medida em que tratamos da literatura de testemunho escrita a partir de Auschwitz, a questão do trauma assume uma dimensão e uma intensidade inaudita. Ao pensarmos nessa literatura, redimensionamos a relação entre a linguagem e o real (Seligmann-Silva, 2013b: 48-49).

Por isso que o testemunho do autor-protagonista é mais do que a voz de um sobrevivente, de alguém que escapou do evento-limite. É como classifica Seligmann-Silva (2013: 383c), “o enfrentamento, por assim dizer jurídico com o real e reivindicação da verdade”.

35. Esse programa coletou registros da vida posteriores aos atentados, buscando mapear os seus efeitos na vida da comunidade. Esse formato de arquivos “se tornou mais comum na sequência do 11 de Setembro, no Estados Unidos, quando motivou a criação do September 11th Digital Archive, iniciativa de grandes dimensões dedicada à coleta e à preservação das memórias de indivíduos comuns daqueles acontecimentos, além de dezenas de outras iniciativas menores” (Kisil, Silveira & Nicodemo, 2020: 94-95).

Um dos projetos de coleta de testemunhos e relatos da pandemia na França afirma que se inspirou no programa 13-november, uma iniciativa transdisciplinar de acompanhamento dos impactos da experiência dos atentados de 13 de novembro de 2015 e dos eventos de 18 de novembro em Saint-Denis³⁵. Essa inspiração nos levanta questões sobre trauma e evento-limite da pandemia. Como já observado acima, as metáforas que vêm sendo amplamente utilizadas por grande parte da mídia nacional e internacional, poder público, entidades de saúde e científicas de que atravessamos um período de “guerra contra um inimigo invisível”, de “mudança de paradigma”, poderiam nos levar a pensar em uma experiência cotidiana relacionada ao evento-limite tal como apresentado na literatura de testemunho. Porém, esse caminho analítico e conceitual deve ser matizado para compreendermos os sentidos expressos nos relatos colhidos, por exemplo, por meio de nosso grupo de relato, considerando que o evento-limite tratado na literatura de testemunho, como bem destacou Seligmann-Silva (2013a), está diretamente relacionado ao trauma, e seu tratamento na escrita exige do autor-protagonista um distanciamento temporal. Isso não quer dizer que a pandemia não se configura como um evento-limite, mas no que se refere ao processo de registro e coleta de relatos, há

uma concomitância entre evento-limite e registro que nos obriga a ter cautela na compreensão desses relatos no campo da literatura de testemunhos. Para esta, a depuração da experiência extrema e sua objetivação em um formato de relato necessitaria do pesado trabalho de luto³⁶.

Foi possível perceber, em algumas iniciativas de coletas de relatos sobre a pandemia, principalmente as de cunho arquivista, uma expectativa de trauma. Os relatos são concebidos como testemunhos daqueles que anunciam e enunciam uma experiência traumática futura. Ou seja, há por parte desses projetos de coleta de relatos um sentimento de expectativa em que as experiências sociais da pandemia vividas no agora venham, num futuro bem próximo – a vida após a pandemia – ser um trauma cultural da humanidade. A urgência de coletar e arquivar configuraria uma ação “pré-traumática” (Dionísio, 2020). O *timing* arquivístico de antecipação se encontra com a própria sensação compartilhada de apreensão descrita por Gustavo Dionísio.

Diferentemente de uma catástrofe, na qual a situação traumática se coloca de pronto, o enfrentamento da Covid-19 deixa o trauma circunstanciado à indefinição, em suspenso, ou seja, “chega e não chega” – gerando assim um impasse de significativa complexidade, uma vez que esse estado iminente para que o traumático advenha já é, por si mesmo, traumático. As imagens de Manaus e do cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, são altamente representativas da conjuntura: covas abertas às pressas à espera dos mortos (Dionísio, 2020).

Para Dionísio, a pandemia reposiciona também o luto, que sofreria uma dupla violação pela impossibilidade de ritualizar a morte e pela dificuldade de afastar-se dela, já que a ameaça viral é onipresente. Poderíamos acrescentar que, tal como há expectativa de trauma, há também expectativa de luto. Esse pré-luto não necessariamente se vincularia a um objeto específico, ou seja, não é a antecipação da perda de um parente ou amigo. A ameaça pandêmica é difusa. Esse luto por antecipação se aproximaria de uma melancolia³⁷ – já que esta não tem um objeto de endereçamento. Mas, ainda que seja difusa, a pandemia é algo externo e pode ser mais ou menos delimitada. O pré-luto então permite tanto uma melancolia generalizada como um inventário do que estamos perdendo, a rotina, o emprego, os encontros com familiares, com os amigos, o lazer etc., como diz Julian Fuks:

A pandemia que se faz trauma coletivo, o medo difundido, a dor à espreita, tudo isso nos desorienta e acaba nos convidando a ordenar afetos, ternuras, tristezas – e assim a descobrir saudades imprevistas, a lamentar perdas antes insuspeitas (Fuks, 2020).

36. Ver Sigmund Freud (2016: 100-101).

37. Se tomarmos a diferenciação que Freud faz entre o trabalho do luto e a melancolia, podemos pensar que a situação de um “luto sem objeto” se assemelha à identificação do eu como o próprio objeto perdido na melancolia (Freud, 2011: 71).

Dessa forma, tanto o pré-luto quanto o pré-trauma podem ser entendidos como formas de luto e trauma. Não tão similares às formas das catástrofes, mas mais próximo daquilo que Ann Cvetkovich propõe para compreender experiências e sofrimentos de um trauma sexual.

Às vezes, o impacto do trauma sexual não parece corresponder aos eventos históricos vivenciados coletivamente, tal como guerra e genocídio. Às vezes, parece invisível porque está confinado à esfera doméstica ou privada. Às vezes não parece suficientemente catastrófico, porque não produz corpos mortos ou mesmo, necessariamente, feridos (Cvetkovich, 2003: 3)³⁸.

38. Tradução nossa de: *“Sometimes the impact of sexual trauma doesn’t seem to measure up to that of collectively experienced historical events, such as war and genocide. Sometimes it seems invisible because it is confined to the domestic or private sphere. Sometimes it doesn’t appear sufficiently catastrophic because it doesn’t produce dead bodies or even, necessarily, damaged ones”*.

Diferentemente do trauma sexual, o trauma da pandemia é notoriamente coletivo. No entanto, tal como aquele, o trauma da pandemia (como pré-trauma) produz uma ida à intimidade, às relações pessoais, aos detalhes da esfera privada. Aí pode estar a comunicação sentimental entre os projetos de coleta de testemunhos, diários sobre e na pandemia e as formas de sentir dos produtores desses registros. Caberia então questionar como se compõe essa comunicação sentimental, ou seja, de que modo se articula as políticas institucionais para a produção de arquivos públicos e coletivos e esse impulso pelo arquivamento por parte das “pessoas comuns”. De que modo um acúmulo institucional em torno da ideia de testemunho recebe um retorno positivo de pessoas comuns, dispostas a registrar o que estão vivendo?

Como forma de contribuir para essa questão, apresentamos uma amostra das respostas do questionário que aplicamos aos participantes de nosso grupo, na terceira etapa da pesquisa, para a seguinte pergunta: “Caso tenha escrito relatos, em que sentido essa prática te afetou?” A resposta mais comum envolveu relacionar a prática da produção do relato como o objetivo de organizar “pensamentos e percepções sobre o meio”, ou, como diz outro participante: “Colocar para fora” o que vai nos entupindo... Ajuda a sistematizar essa nova realidade que nos foi “atirada nos peitos” sem que tivéssemos nenhuma preparação. Percebe-se também uma reação a um sentimento de solidão da experiência da pandemia. “Foi uma sensação de quebrar o silêncio. Aqui em casa cada um tem lidado com as suas questões e as vezes conversamos bem pouco. Ao escrever um relato pude contar pra alguém como estava me sentindo”. Nesses casos, a prática de produção dos relatos teria funcionado para os sujeitos como resposta ao caráter disruptivo da pandemia, isso fica expresso sinteticamente em outra resposta: “São muitas mudanças de rotina, escrever os relatos me permite entender melhor os processos de mudança que estou vivendo”.

A partir dessa experiência de pesquisa, sugere-se que a comunicação positiva entre coleta e produção de relatos pode ser localizada na demanda de produção de significados de uma experiência disruptiva. Nesse sentido, a noção de trauma, que a literatura de testemunho traz, pode ajudar a compreender essas experiências, não somente aquilo que se refere às formulações dos projetos institucionais, mas também o impulso ao registro pelos sujeitos desses relatos.

Considerações finais

Este artigo partiu da ideia de que a experiência da pandemia vem suscitando inúmeras iniciativas de coleta de relatos do cotidiano, dentre elas a de nossa pesquisa. Tais iniciativas são impulsionadas por diversas ações de diferentes atores sociais como instituições arquivistas, pela imprensa e a mídias em geral e chegando até aos pesquisadores e cientistas sociais. Em todas, há um apreço pela captação e apreensão do agora, do cotidiano e do ordinário da pandemia. O artigo buscou apresentar e problematizar algumas das principais iniciativas de coleta de relatos sobre o cotidiano chamando atenção para o caráter da excepcionalidade e da presentificação que marcam os registros e relatos sobre o evento-histórico da pandemia. Os elementos simbólicos acionados nos diversos enunciados dão o tom da dramaticidade do momento. A “guerra” contra vírus, o “inimigo invisível” “o novo normal” e “o mundo como conhecemos não será mais o mesmo”, são compartilhados pela grande mídia atravessando o cotidiano e a vida ordinária e, nesse sentido, reorganizando as rotinas e os hábitos ordinários às questões globais de saúde pública, economia e política governamental. Captar, registrar, arquivar e compartilhar essas experiências vem se tornando um meio de antecipação de uma experiência traumática.

Uma das coisas que apreendemos dos estudos sobre memória é que as formas de lembrança de um período ou evento não estão desconectadas da própria forma como os vivemos e como produzimos indícios para lembrança, como os registramos. Tal como uma geração relembra sua infância com tons sépia e cheiro de mofo das fotos amontoadas em caixas, nossas lembranças da pandemia estarão contaminadas com a forma como a estamos registrando. Uma das formas de contar esses dias será lembrando que contávamos os dias. Longe de propor que os registros coletivos sejam consequência direta da forma como a vivemos, o que propomos aqui é ressaltar a conexão positiva, a afinidade entre uma estrutura de sentimento, ou seja, uma forma de experiência da pandemia com um certo estado institucional, um paradigma sobre a importância dos registros testemunhais dos grandes eventos para instituições de memória.

Referências

- AGOSTINHO, Daniela. Big data, time and the archive. *Symplokē*, v. 24, n.1, 2016.
- ALEXANDER, Jeffrey. Trauma cultural, moralidad y solidaridad. La construcción social del Holocausto y otros asesinatos en masa. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Nueva Época. Año LXI, n. 228, p. 191-210, Set./Dez. 2016.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CVETKOVICH, Ann. *An archive of feelings: trauma, sexuality and lesbian public cultures*. Durham, UK: Duke University Press, 2003.
- COMPAGNO, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- DAVIS, Mike. *The monster at our door: the global threat of avian flu*. New York: Owl Books, 2006.
- DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2014 [1722].
- DERRIDA, Jacques. *Archive fever: a freudian impression*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1995.
- DIONÍSIO, Gustavo. Imagens de pandemia: trauma, luto, arte. *Revista Cult*, 08 Jul. 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/imagens-de-pandemia-trauma-luto-arte/>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.
- DUARTE, Pedro. *Estio do tempo: romantismo e estética moderna*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. No diário dos estudos culturais: o ordinário e o cotidiano como tópicos de pesquisa. Trabalho apresentado ao GT “Comunicação e Sociabilidade”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em Jun. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Uso & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

FREUD, Sigmund. *Neurose, psicose, perversão*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

_____. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FUKS, Julián. O que a quarentena nos rouba? Inventário de saudades e perdas íntimas. *Portal UOL*. 23 Maio 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2020/05/23/o-que-a-quarentena-nos-rouba-inventario-de-saudades-e-perdas-intimas.htm>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

JEFFERY, Tom. *Mass-observation: a short history*. Brighton, UK: Mass Observation Archive, 1999.

KISIL, Ian Marino; SILVEIRA, Pedro Telles; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, memória e big data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 11, n. 01, p. 90-103, Jan./Jun. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. London: Continuum, 2004.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, 1997.

LAPOUJADE, David. *Potências do tempo*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2007.

PAPACHARISI, Zizi. *A private sphere: democracy in a digital age*. Cambridge, UK: Polity Press, 2010.

PIGUET, Myriam; MONTEBELLO, Caroline. Covid-19: pour une mémoire ordinaire de l'extraordinaire. *Libération*, Abr. 2020. Disponível em: <https://www.liberation.fr/debats/2020/04/25/covid-19-pour-une-memoire-ordinaire-de-l-extraordinaire_1786299>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória e literatura*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013a.

_____. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: _____. *História, memória e literatura*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013b.

_____. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: _____. *História, memória e literatura*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013c.

_____. O esplendor das coisas: o diário como memória do presente na Moscou de Walter Benjamin. *Revista Escritos*, Ano 3, n. 3, p. 161-185, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *The long revolution*. Westport, CT: Greenwood, 1975.



Uma rua na favela e uma janela na cela: precariedades, doenças e mortes dentro e fora dos muros

Recebido: 30.12.20
Aprovado: 17.03.21

Fábio Mallart*
& Fábio Araújo**

* Fábio Mallart é mestre em antropologia social e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é pesquisador de pós-doutorado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (bolsista PNPd/Capes). Orcid: 0000-0001-9033-030X. <fabiomallart@gmail.com>.

Resumo: No texto que segue, tendo como ponto de partida os debates em torno das relações de continuidade entre o dentro e o fora das prisões, busca-se refletir sobre os nexos que articulam prisões, favelas e periferias, todavia, de um ângulo singular. Em tempos de Covid-19, observa-se como esses nexos podem ser pensados a partir das infraestruturas e materialidades de tais espaços. Densidade populacional, lugares pouco ventilados e mal iluminados, racionamento de água ou enchentes, acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto são alguns dos traços que – do prisma das precariedades estruturais – conectam presídios e zonas periféricas. A partir de pesquisas etnográficas pregressas, análise de documentos e realização de entrevistas, evidencia-se como essas precariedades são decisivas no que se refere à prevalência de determinadas enfermidades entre populações negras, pobres e periféricas, o que aponta para a distribuição diferencial do adoecimento e da morte.

Palavras-chave: Prisões. Periferias. Pandemia. Precariedades. Mortes.

** Fábio Araújo é doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador da Fiocruz. Ambos os pesquisadores são membros do “GT Clacso Barrios, familias y prisiones en circuitos”, sendo que as reflexões aqui propostas ressoam nas questões trabalhadas pelo GT. <fabioaraujoster@gmail.com>.

A street in the favela and a window in the cell: precariousness, illnesses, and deaths inside and outside the walls

Abstract: Taking the debate over the relations of continuity between the inside and outside in prisons as a starting point, this text aims to reflect from a singular point of view about the link which connects prisons, favelas and the outskirts. In times of Covid-19, these links may be associated with the infrastructure and materiality of these places. Densely populated and poorly ventilated and lit areas, water rationing, or floods, open sewage, and accumulation of garbage are some features of structural precariousness that connect prisons and the city outskirts. Previous ethnographic studies, analyses of documents, and interviews show how precariousness is decisive in the prevalence of certain illnesses among black, poor, and peripheral populations and point to a differential distribution of illnesses and deaths.

Keywords: prisons, outskirts, pandemic, precariousness, deaths.

Introdução: a prisão e suas extensões

Ao longo do século XX, diversos autores tomaram as instituições prisionais como objeto de análise. De partida, vale lembrar que alguns dos trabalhos que serviram de base aos estudos sobre as prisões centraram as suas reflexões do lado de dentro das muralhas (Clemmer, 1940; Sykes & Messinger, 1960; Goffman, 1974). Dessa perspectiva, o cárcere emerge como uma espécie de realidade no vácuo, separada dos contextos e das forças que para além dos muros participam de sua configuração (Cunha, 2004). Com efeito, é o pressuposto de que a prisão figura como um mundo social à parte que caracterizou o campo dos estudos prisionais, como se a reclusão fosse uma espécie de intervalo social e cultural.

Ainda que esses trabalhos tenham pautado um vasto campo de estudos, é importante observar que outros autores do mesmo período já apontavam para as conexões entre o dentro e o fora, a começar por Rusche e Kirschheimer (2004), que, em 1939, sublinhavam que o cárcere funcionava como um fator de regulação do mercado de trabalho, abrindo e fechando as suas comportas de acordo com as variações dos ciclos econômicos.

Em 1975, com a publicação de *Vigiar e punir*, Foucault (1987) proporia novas bases para a compreensão das prisões. Longe de figurar como um mundo à parte, o cárcere emerge como “um revelador da sociedade” (Cunha, 2015: 186), afinal, as ponderações do autor dizem menos respeito à instituição prisional do que ao surgimento de novas tecnologias de poder, que conformariam uma sociedade disciplinar. Ademais, a força das muralhas não residiria em sua impermeabilidade material, mas nos múltiplos fios que as atravessam, na capilaridade que as abastece e as esvazia (Foucault, 2015a).

Embora haja trabalhos que ainda enfoquem o perímetro institucional – o problema não está em refletir sobre a dinâmica intramuros, mas em fazer da separação entre o dentro e o fora um pressuposto irrefletido –, nos últimos anos multiplicaram-se os estudos que abordam as conexões entre o interior e o exterior. Ao tematizar as relações que se estabelecem entre a prisão e o seu entorno, pode-se, por exemplo, analisar como os efeitos estigmatizantes do cárcere ressoam na vizinhança imediata (Combessie, 2002). Em outra chave, problematiza-se os impactos da reclusão para os familiares de presos e presas, justamente porque as suas vidas são afetadas pela detenção (Comfort, 2007). De outro prisma, constata-se que os nexos entre o intra e o extramuros são fundamentais para a própria prisão, afinal, é por meio de seus “vasos comunicantes” – cartas, celulares, familiares etc. – que a máquina

carcerária se viabiliza (Godoi, 2017). Ademais, a potência dos fluxos que cortam as muralhas é digna de nota, visto que eles podem atravessar até mesmo fronteiras nacionais (Padovani, 2015; Bumachar, 2016).

A explosão da população carcerária ao longo das últimas décadas, processo que Garland (2001) chamou de encarceramento em massa, e Wacquant (2009), numa definição mais precisa, de hiperencarceramento concentrado, fomentou uma série de estudos que lançam luz sobre o imbricamento das prisões com determinadas regiões urbanas, tais como periferias e favelas brasileiras (Barbosa, 2005), guetos estadunidenses (Wacquant, 2007), *townships* sul-africanas (Waltorp & Jensen, 2019), *banlieues* parisienses (Bony, 2015) ou bairros portugueses (Cunha, 2002) e camaroneses (Morelle, 2015) específicos – em suma, as áreas habitadas pelas populações mais pobres das cidades. Entre outras potencialidades, esses escritos ressaltam a concentração espacial do encarceramento, a incorporação dos bairros pela prisão – bem como da prisão pelos bairros – e a disseminação da experiência carcerária entre esses territórios e suas populações, delineando um *continuum* entre prisões-favelas-periferias.

É exatamente na extensão dessas relações de continuidade que este artigo se insere. Tendo em vista as precárias condições de existência às quais determinadas populações – negras, pobres e moradoras de periferias – são submetidas, pretende-se ampliar essas discussões. Em tempos de Covid-19, evidencia-se como esses nexos também podem ser pensados a partir das infraestruturas e das materialidades desses espaços¹. Densidade populacional, locais pouco ventilados e mal iluminados, racionamento de água ou enchentes, solos contaminados, acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto são só alguns dos traços que ligam prisões e periferias. São essas precariedades que nos auxiliam a compreender a prevalência de determinadas enfermidades – por exemplo, o novo coronavírus – que afetam diferencialmente tais populações, demonstrando o caráter desigual do adoecimento e da morte.

Nas linhas abaixo, realizamos três movimentos. Em primeiro lugar, a partir da descrição da dinâmica de funcionamento de uma cadeia subterrânea, no Rio de Janeiro, refletimos sobre as chamadas “mortes naturais”. Superlotação, racionamento de água, alimentação de péssima qualidade e falta de serviços médicos são alguns dos fatores que nos ajudam a compreender como as prisões operam um massacre lento e silencioso, que ganhou força durante a pandemia. Em um segundo momento, tendo como ponto de partida um edifício subterrâneo, na favela da Rocinha, propomos uma espécie de reflexão em espelho, mostrando como algumas condições estruturais precárias, que fomentam a propagação do vírus, aproximam tais espaços. Como nas prisões, os índices de mortalidade em regiões periféricas, quando

1. Um trabalho inspirador sobre a questão das infraestruturas é a tese de Camila Pierobon (2018).

comparados com outras áreas das cidades, revelam a distribuição diferencial das mortes. À guisa de conclusão, a partir das conexões entre territórios, precariedades infraestruturais, doenças e óbitos, argumentamos que a destruição, construção e manutenção de algumas infraestruturas compõem políticas de morte.

Na medida em que se trata de perscrutar relações de continuidade, as quais atravessam diferentes espaços, mobilizamos estratégias metodológicas variadas. Dados etnográficos de pesquisas que temos realizado durante os últimos anos, seja em unidades prisionais, seja em determinadas zonas periféricas de São Paulo e Rio de Janeiro. Sem desconsiderar a relevância das dinâmicas locais, esses estudos privilegiam a produção de uma etnografia transversal, focada nas ressonâncias entre distintos espaços urbanos (Mallart & Rui, 2016; Mallart, 2019). Ademais, são pesquisas cujos relatos etnográficos se baseiam em descrições detalhadas dos lugares visitados – cores, cheiros, líquidos, cicatrizes, texturas, precariedades estruturais etc. –, conferindo materialidade a esses cenários. Nessa direção, posto que a análise sobre as condições estruturais do cárcere é central, utilizamos trechos de relatórios de inspeção elaborados pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPE/RJ), no âmbito do programa de monitoramento do sistema penitenciário, assim como relatórios produzidos pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/RJ). Concentramo-nos, em especial, nos escritos que versam sobre o fornecimento de água potável, a qualidade e a quantidade da alimentação, as condições de celas, corredores e galerias, as dinâmicas dos banhos de sol, as enfermidades prevalentes na população carcerária e a superlotação. Por mais que o foco do presente texto esteja no Rio de Janeiro, com o objetivo de reforçar e alargar a discussão, referências pontuais a São Paulo, e mesmo ao contexto nacional, também serão feitas.

Fora dos muros, ainda que nos apoiemos em estudos etnográficos anteriores (Mallart, 2011; Araújo, 2017), em tempos de pandemia, período em que as circulações estão restritas, encontramos em médicos de saúde da família da favela da Rocinha uma parceria para refletir acerca das precariedades estruturais de tal território. Pela própria característica do trabalho desenvolvido por esses profissionais, com o foco comunitário e territorial, são eles que nos conduzem pelas moradias sem ventilação e luminosidade, assim como pelas vielas escuras e apertadas de uma das maiores favelas do país². São esses métodos combinados – pesquisa etnográfica, análise documental e realização de entrevistas – que permitem nos situar nem dentro e nem fora dos muros, mas nas dobras e continuidades.

2. Sobre essas parcerias, as quais podem articular uma miríade de atores – coletivos e movimentos organizados, pesquisadores, familiares de presos e presas, defensores públicos, entre outros –, tal questão vem sendo discutida por uma ampla rede de pesquisadores, onde o desafio consiste em refletir sobre o estatuto desses saberes elaborados coletivamente, assim como sobre os nexos entre pesquisa e engajamentos sociopolíticos. São questões que giram em torno da construção de um campo epistêmico, que interfere na forma como formulamos os nossos problemas de pesquisa (Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho, 2020).

A cadeia subterrânea: como matar naturalmente

09 de junho de 2015, Presídio Ary Franco, Água Santa (RJ). A área destinada à custódia dos presos é bastante claustrofóbica em razão da inclinação do relevo e da falta de planejamento, o que dá a sensação de localizar-se no subterrâneo. A direção da unidade prisional informou que a capacidade total do estabelecimento é de 968 presos, no entanto, havia 2.063 internos na unidade na data da vistoria. As paredes, o teto e o chão, na medida em que se caminha em direção às celas, vão ganhando um aspecto cada vez mais imundo com infiltrações, vazamentos, insetos, sujeira e teias de aranha. O acúmulo de lixo e as infiltrações tornam o ambiente além de sujo, muito úmido, o que é agravado pela superlotação. A iluminação comumente se dá através de “gambiarras” improvisadas pelos próprios internos, situação que oferece riscos tanto de choque elétrico quanto de incêndio pela fiação exposta. Dentro das celas observam-se canos quebrados, “bois” [banheiros] entupidos e água inundando parte das celas. A maioria dos detentos afirmaram nunca ter saído da cela para o banho de sol, alguns já ali há 2 (dois) ou 3 (três) meses. Os internos reclamaram muito da alimentação fornecida na unidade. Tanto no que diz respeito a qualidade, a quantidade e aos constantes atrasos no horário em que esta é servida. Uma reclamação comum nas unidades visitadas pelo Monitoramento Carcerário da Defensoria Pública é o rigoroso racionamento de água feito nas unidades. Entretanto, no Presídio Ary Franco, a distribuição da água parece não ser o problema, mas sim a qualidade desta. Muitos reclamam do gosto de ferrugem e por vezes do odor; alguns relataram que em determinados períodos a água traz muitas partículas não identificadas e que por isso improvisam uma espécie de filtro com garrafas plásticas e tecido. Os relatos indicam grande dificuldade ao acesso da assistência médica, segundo os presos, é preciso estar beirando a morte pra conseguir ir à enfermaria. O ambiente sujo e úmido das celas colabora para a proliferação de doenças, especialmente respiratórias como a tuberculose.

O fragmento acima, retirado de um relatório de inspeção produzido pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, longe de retratar a dinâmica de funcionamento de uma só prisão, espelha a realidade do sistema penitenciário brasileiro. Se, de uma perspectiva sincrônica, o excerto rebate nos outros estados da Federação, ao posicioná-lo na linha do tempo, nota-se que antes e depois de 2015 os traços que o constituem são perenes.

Em 2011, o Subcomitê de Prevenção da Tortura das Nações Unidas, ao adentrar nas dependências de tal presídio, já anotara que as celas eram escuras, sujas e infesta-

3. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio-especialista-alerta-para-disseminacao-de-sarampo-no-presidio-ary-franco-24306591.html>>. Acesso em: 04 Ago. 2020.

4. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/45983>>. Acesso em: 06 Ago. 2020.

5. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/14/massacre-silencioso-mortes-por-doencas-trataveis-superam-mortes-violentas-nas-prisoas-brasileiras.htm>>. Acesso em: 06 Ago. 2020.

6. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/rj-tem-1-morte-de-presos-a-cada-2-dias-e-orgao-cita-doencas-em-presidios.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

7. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/aumenta-numero-de-presos-mortos-nas-cadeias-de-sao-paulo,686c29f999ecec057a7a6ab6318cd44btijmfezv.html>>. Acesso em: 05 Ago. 2020.

8. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cadeia-de->

das de baratas e outros insetos. À época, o sistema de esgoto dos pisos superiores vazava pelo teto e pelas paredes, afetando as celas inferiores. Na cadeia subterrânea, na qual, em 2015, a defensoria afirmou que a superlotação e a umidade fomentavam a proliferação de doenças respiratórias como a tuberculose, em 2011, tal como apurado pelo subcomitê, e descrito no relatório da defensoria, os detentos sofriam com as doenças de pele e do estômago. Em março de 2020, em pleno cenário de pandemia, a prisão possuía 17 casos suspeitos de sarampo³, doença com alto potencial de transmissibilidade, ainda mais em espaços superlotados e com pouca ventilação.

Nesse contexto, as mortes por doenças apontam para a existência de um massacre – lento, progressivo e silencioso. O caso do Rio de Janeiro, cuja taxa de mortalidade é a mais elevada do país (cinco vezes a média nacional)⁴, é paradigmático. Somente entre janeiro de 2015 e agosto de 2017, 517 presos e presas faleceram em virtude de distintas enfermidades⁵. Conforme dados da Defensoria Pública, elaborados a partir da análise dos laudos cadavéricos de 83 presos, que morreram entre 2014 e 2015, 30 apresentavam caquexia (grau extremo de emagrecimento) e/ou desnutrição. Ademais, 53 internos faleceram de tuberculose, pneumonias ou complicações decorrentes de infecções pulmonares, sendo que a maior parte dos mortos – 48 pessoas – possuía até 40 anos de idade⁶.

Evidentemente, essa situação não é uma especificidade dos cárceres fluminenses. Em São Paulo, estado que concentra a maior população penitenciária do país – mais de 230 mil pessoas reclusas –, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), apenas em 2014, contabilizou 482 óbitos, sendo que 450 foram categorizados como “mortes naturais”. Em 2017, de 532 óbitos computados, 484 foram agrupados na mesma categoria⁷.

Esses números, vale notar, ressoam em todos os estados da Federação. Entre 2014 e 2017, 6.368 presos e presas morreram nos cárceres brasileiros, sendo que 3.670 casos (57,6%) foram tabulados como “mortes naturais”. De todos esses óbitos, 472 sequer foram esclarecidos, sendo categorizados pelos distintos estados do país como “causa indeterminada”⁸.

Superlotação em espaços sem ventilação e com pouca luminosidade, racionamento de água potável, acúmulo de lixo, infiltrações, umidade, esgoto e mofo, privação alimentar ou fornecimento de comida estragada, ausência de medicamentos e profissionais de saúde, falta de produtos de higiene e limpeza, infestação de insetos e roedores, alocação da massa carcerária em terrenos contaminados⁹. Trata-se de uma racionalidade governamental que opera a partir de uma “política do definha-

mento”, cuja resultante é a produção de um estado progressivo de decomposição, em que presos e presas vão morrendo paulatinamente – em função das próprias condições de funcionamento dos cárceres (Mallart, 2019).

Ainda que o foco do presente texto esteja nos óbitos por doenças, vale ressaltar que eles são apenas uma peça na maquinaria de produção da morte que é a prisão. Seria possível, por exemplo, abordar os óbitos decorrentes dos conflitos entre facções que, nos primeiros 15 dias de 2017, notadamente em Roraima, Rio Grande do Norte e Amazonas, resultaram em 131 mortos¹⁰. Ademais, como discutido em outro trabalho, nas periferias de São Paulo a passagem pelo cárcere é mobilizada por grupos de extermínio que, a partir de tatuagens monocromáticas feitas nas prisões, bem como da consulta aos antecedentes criminais das vítimas, decidem quem vive e quem morre, evidenciando que a prisão, ao produzir vidas potencialmente matáveis, retroalimenta outras máquinas de morte (Mallart & Godoi, 2017). Com efeito – e esse é o ponto a reter –, jamais se deve esquecer que “todo o sistema penal, no fundo, está orientado para a morte e é regido por ela” (Foucault, 2015b: 19).

Da sarna à tuberculose, que atinge a população carcerária diferencialmente – no Rio de Janeiro, as taxas de detecção de tuberculose nas prisões são 30 vezes maiores do que as observadas na população em liberdade (Sánchez & Larouzé, 2016) –, passando pelos surtos de sarampo e meningite meningocócica, os cárceres operam como espaços de produção e disseminação de doenças. A lista de enfermidades é vasta, englobando problemas osteomusculares, devido à péssima qualidade dos colchões e à superlotação, enfermidades do aparelho digestivo, relacionadas à dieta oferecida, e doenças respiratórias, decorrentes da aglomeração e ausência de ventilação e iluminação adequadas (Minayo & Ribeiro, 2016). Isso sem contar a infinidade de sintomas psíquicos provocados ou agravados pelo cotidiano da detenção.

Diante desse estado de coisas, que precede a pandemia, o novo coronavírus surge como mais um fator na composição do massacre, a começar pelo fato de que o racionamento de água e a superlotação em espaços sem ventilação impedem a adoção das medidas mais recomendadas para barrar a contaminação, a saber, lavar as mãos e evitar as aglomerações. Em São Paulo, segundo dados do Núcleo Especializado de Situação Carcerária (Nesc) da Defensoria Pública, produzidos a partir de 130 visitas de inspeção entre abril de 2014 e julho de 2019, 70,8% das unidades prisionais submetiam os reclusos ao racionamento de água. Ademais, 69% das prisões estavam superlotadas. Alguns espaços, como o Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Pacaembu, possuíam taxa de 278% de superlotação, números que exemplificam o que se passa no sistema prisional brasileiro¹¹. Dados publicados

omissoes-2281 3630>. Acesso em: 05 ago. 2020.

9. É esse o caso do Centro de Detenção Provisória (CDP) da Vila Independência, Zona Leste de São Paulo, situado em um terreno que já abrigou diversas indústrias e até mesmo um lixão, solo no qual, segundo o Ministério Público de São Paulo (MP), acumulam-se metano e metais pesados. Para mais informações: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/09/mp-pede-retirada-de-presidio-de-terreno-contaminado-em-sp.html>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

Em relação ao Rio de Janeiro, o complexo de Gericinó, que possui 25 unidades (praticamente a metade do sistema carcerário do estado), tem como vizinho um aterro sanitário.

10. Disponível em: <<http://www.r7.com/retrospectiva-2017/briga-de-faccoes-somou-131-mortes-nos-primeiros-15-dias-de-2017-25122017>>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

11. Agradecemos ao Nesc por ter facultado o acesso aos dados citados, em especial, a Thiago de Luna Cury.

pelo Departamento Penitenciário Nacional mostram que, no primeiro semestre de 2017, enquanto o país atingia a marca de 726.354 presos, havia 423.242 vagas, ou seja, uma taxa de superlotação da ordem de 171,62% (Infopen, 2017).

Em virtude da atual emergência sanitária, a única medida efetiva a ser adotada em relação às prisões seria uma política massiva de desencarceramento. Ao invés disso, como já discutido por outros pesquisadores (Campello & Godoi, 2020; Prando *et alii*, 2020), nota-se a adoção de políticas de negação da crise, assim como ações que reforçam o isolamento e o endurecimento securitário. Acresça-se a isso um processo de produção de desinformação, intensificando o que, há tempos, é um traço marcante do sistema penitenciário – a ilegibilidade.

Não obstante, apesar de todos os esforços de ocultação – o segredo é uma das armas do exercício do poder político (Foucault, 2015a) –, o crescimento dos óbitos é evidente. No Rio de Janeiro, entre 11 de março, data do primeiro decreto de isolamento social, e 15 de maio de 2020, 48 presos faleceram, aumento de 33% em relação ao mesmo período de 2019¹². Como observam os integrantes do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, tendo por base uma série de dados coletados, entre os quais a disparada no número de óbitos em determinadas unidades prisionais, é possível dizer que o novo coronavírus e as doenças respiratórias contribuíram para a aceleração das mortes. Contudo, vale realçar que o aumento no volume de mortos não se deve apenas a tal enfermidade.

12. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/rj-tem-48-mortes-em-presidios-durante-quarentena-da-covid-19-o-maior-numero-em-6-anos.ghml>>. Acesso em: 14 Ago. 2020.

13. No início de 2021, tal entrevista foi publicada no *Le Monde Diplomatique Brasil* (Araújo *et alii*, 2021).

Mesmo tendo muitas mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), o maior volume de mortes são de outros agravos que correm paralelamente no sistema e que não foram tratados durante a pandemia. Então, por exemplo, você tem pessoas que convivem com HIV com infecção por tuberculose, tem casos de tuberculose e toxoplasmose, muita gente com emagrecimento ou caquexia. Interromperam tudo com o medo da Covid-19 e acabou que as pessoas começaram a morrer em muito volume por causas secundárias que já estavam presentes antes (integrante do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura/RJ; entrevista realizada em 20 Nov. 2020)¹³.

Sem desconsiderar os impactos imediatos da Covid-19, observa-se que o aumento no número de mortos não se restringe às complicações desencadeadas pela doença em si. Em nome do suposto enfrentamento à pandemia, suspendeu-se a realização das visitas familiares e, por conseguinte, reduziu-se a entrada de mantimentos que atenuam a pouca quantidade e a péssima qualidade da alimentação fornecida pelos órgãos penitenciários – daí a hipótese dos integrantes do MEPCT/RJ de que o número elevado de pessoas desnutridas quando de suas últimas visitas, entre ou-

tros fatores, esteja ligado a tal interrupção¹⁴. Simultaneamente, reativaram-se propostas que já foram denunciadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Se, em 2010, presos do Espírito Santo foram flagrados em situação degradante no interior de contêineres, em meados de 2020, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) aventou a possibilidade de confinar as pessoas idosas e do grupo de risco em tais estruturas metálicas. Por mais que a proposta tenha sido barrada, ela mostra qual é o horizonte das medidas imaginadas pelos órgãos competentes. Ao mesmo tempo, interromperam-se os atendimentos médicos – desde sempre deficitários – e a distribuição de medicamentos para o tratamento de doenças como tuberculose e HIV/Aids, cujos efeitos são devastadores no que concerne à manutenção da vida dos pacientes. Em relação aos casos suspeitos de contaminação pelo novo coronavírus, estes foram retirados do convívio com a massa carcerária, sendo isolados em celas para o cumprimento de sanção disciplinar, isto é, o que era para ser um isolamento com caráter profilático converteu-se em confinamento nas celas de castigo. Todas, e cada uma dessas ações, evidenciam que a gestão penitenciária da crise sanitária, ao contrário de conter a propagação do vírus, alarga o espaço da morte.

Nessa direção, no que se refere ao número de mortos, como bem salientam os integrantes do mecanismo, na verdade, os poucos dados disponíveis sugerem um quadro de subnotificação, haja vista que, entre outros fatores, os presos e as presas que conseguem acessar a rede externa de saúde e, porventura, vêm a óbito, podem não ser computados como mortos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap)¹⁵. Soma-se a esse processo de registrar a morte fora das muralhas – não é incomum ouvir de presos e de presas que há casos de sujeitos que, quando transferidos, já estavam mortos –, o fato de que as próprias categorias de classificação dos óbitos (“mortes naturais” e “causa indeterminada”), longe de explicarem algo, mascaram o processo de fabricação da matança. Esses registros acabam por encobrir a tortura sistemática, a violação de direitos básicos, as precariedades estruturais e a política do “fazer definir”; daí a necessidade de desvelar toda a maquinaria estatal por trás dessas categorias de ocultação.

Com efeito, não é em vão que nos primeiros meses de pandemia, e a despeito dos poucos números disponíveis, já se notava que a mortalidade por Covid-19 no interior dos cárceres brasileiros era cinco vezes maior do que a taxa observada fora dos muros¹⁶. Porém, o que não se imaginava é que mais letal do que o vírus em si – que encontra nas condições das prisões o cenário ideal para a sua propagação – são as medidas adotadas pelas autoridades competentes. É exatamente na produção e na manutenção de condições estruturais precárias – que submetem presos e presas a uma vida impossível de ser vivida – que a morte se dilata.

14. Em nota divulgada recentemente, a Plataforma Desencarcera/RJ anotou o aumento de denúncias entre 25 de novembro e 2 de dezembro de 2020. Em tal período, houve 98 reclamações referentes à ausência ou quantidade insuficiente de alimentos, à falta de acesso à água ou fornecimento de água imprópria para o consumo, além de casos de corte de energia elétrica. O documento traz ainda dados produzidos pelo MEPCT/RJ, referentes a presos que vieram a óbito durante a pandemia. De 141 corpos, 20 deles estavam desidratados, desnutridos, emagrecidos e com caquexia (disponível em: <https://www.facebook.com/frentepelo-desencarceramento/posts/1234771173590377?__tn__=K-R>). No que tange à volta das visitas, estas foram retomadas na semana de 10 de setembro, todavia, com uma série de restrições, entre as quais a não realização de visitas íntimas e a redução na frequência da visitação.

15. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1JDbdNU870wFLJR7na_>

wFE1vSMkIG 3JaV>. Acesso em: 20 Ago. 2020. Sobre isso, vale acessar o “Relatório parcial sobre os impactos do Covid-19 no sistema prisional do Rio de Janeiro. Informações adicionais até o dia 09 de agosto de 2020”.

16. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-o-quintuplo-da-registrada-na-populacao-geral.shtml>>. Acesso em: 22 Ago. 2020.

17. Este trecho faz parte de uma entrevista realizada com um grupo de médicos que atua na clínica da família Maria do Socorro, localizada na Rocinha. Intitulada “Contextualizar o desmonte é essencial”, a entrevista aborda os impactos da pandemia no território, o desmonte do “Programa Saúde da Família”, entre outros assuntos. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/contextualizar-o-desmonte-e-essencial/>>. Acesso em: 01 Out. 2020. Por sua vez, o trecho subsequente resulta de uma entrevista posterior realizada somente com Letícia Renck Bimbi, médica que compõe a

O edifício subterrâneo na favela vertical: ar, luz e umidade

Na área geográfica da minha população, nós temos um prédio de 13 andares em que o nível da rua fica, mais ou menos, no décimo andar do prédio. Então, para você entrar, você desce um beco – 10 andares de beco – e a porta é lá embaixo. E aí você sobe 13 andares de escada. As pessoas que vivem no primeiro, segundo, terceiro e quarto andares, elas basicamente vivem em um subsolo úmido, com mofo, e é um beco com, sei lá, menos de um metro de largura. São coisas que já explicam muitas das doenças infecciosas, como a tuberculose. Além disso, há a aglomeração de pessoas, já que a densidade demográfica é muito grande. Vivem muitas pessoas em um cômodo¹⁷.

[...] tem o fator da Rocinha ser uma favela muito vertical, então, isso predispõe a lugar abafado, sem sol, sem iluminação, sem ventilação, né? Estão, cada vez mais, estourando prédios maiores. [...] tem essa característica: mesmo sendo um lugar mais arrumado, digamos, eles continuam sendo em becos escuros, vários andares, grudado na janela do vizinho, pouca iluminação, então, é muito difícil, a grande maioria das casas que eu entro não tem janela que bate sol. [...] quem tem janela que bate sol é bem privilegiado e esses lugares são mais caros de alugar, então, tem a questão de a favela ser vertical, que predispõe a ter becos muito estreitos e muito pouca iluminação. [...] tem a questão também de a Rocinha ser feita num lugar que é uma floresta, né? O Morro do Dois Irmãos era uma floresta que foi desmatada, é super úmido. A condição perfeita para disseminar um problema respiratório é essa. Lugar abafado, úmido e grande concentração de pessoas, densidade demográfica altíssima e prédios altos onde antes era uma floresta. O maior determinante social da Rocinha ser um dos maiores polos de tuberculose do Brasil é a condição de moradia. Além das doenças infecciosas, pela questão da aglomeração mesmo, da falta de ventilação, tem muita alergia respiratória – asma, rinite –, quem tem predisposição a ser alérgico piora muito nesses lugares. Bom, e aí, outras doenças: acho que principalmente a questão do esgoto. Se você perguntar pra maioria dos moradores e agentes de saúde o que mais precisa na Rocinha, eles vão falar da rua do valão. Que é uma rua onde tem uma vala de esgoto a céu aberto, que é onde junta várias valas que vem de toda a Rocinha. [...] quando chove, aquilo ali extravasa. Então, fica um grande mar de esgoto. E ali, bom, verminose, um monte de doença... ali é o local de criação da doença, aquilo não existiria se não tivesse esse valão, é só fazer o esgoto fechado que ninguém vai ter verminose, diarreia infecciosa, essas coisas.

Canais de esgoto a céu aberto, os quais desembocam em um valão; nos dias de chuva abundante, este se transforma em um “mar de esgoto”. Becos e vielas estreitos e escuros. Um edifício em que os primeiros andares remetem a um subsolo úmido, com mofo pelas paredes. Prédios que, em virtude da proximidade das construções, impossibilitam a penetração dos raios solares e reduzem a ventilação. Densidade demográfica. Moradias situadas em um morro, cuja umidade faz recordar a floresta devastada; muitas das casas, cravadas nas encostas, encontram-se em áreas com risco de desabamento. É em virtude dessas distintas precariedades estruturais – às quais poder-se-iam acrescentar o acúmulo de lixo, as interrupções no fornecimento de água potável, os restos de obras e entulhos etc. – que as condições de produção e de transmissão de determinadas doenças são potencializadas.

A lista de enfermidades é extensa. Àquelas diretamente relacionadas às precariedades estruturais, somam-se as dores osteomusculares – as quais decorrem da natureza extenuante do trabalho desenvolvido, assim como das longas jornadas –, as doenças do aparelho digestivo, vinculadas à dieta consumida, além das já conhecidas diabetes, hipertensão e obesidade, cuja prevalência em estudos populacionais – como sublinha Letícia, médica de saúde da família da Rocinha – “é sempre maior em lugares com piores condições de vida”¹⁸.

Do prisma das condições estruturais precárias, compreende-se alguns dos motivos pelos quais a Rocinha, a maior área de favela da cidade do Rio de Janeiro, é um dos principais focos de tuberculose do país, sendo que a incidência da doença no território é dez vezes maior do que a média nacional, 5,5 vezes maior que a média do estado e 4,5 vezes maior que a do município (Gondim, 2016). Todavia, como bem demonstra Roberta Gondim, não é só em tal localidade que a taxa de incidência da doença é mais elevada. Na medida em que as áreas mais densamente povoadas pelas populações de baixa renda são as mais afetadas pela doença, constata-se que “o comportamento da tuberculose espelha a cartografia da desigualdade na cidade do Rio de Janeiro” (Gondim, 2016: 119)¹⁹. Ademais, essa distribuição diferencial, que separa estados e municípios, rebate na própria circunscrição dos territórios afetados. Na Rocinha, as regiões mais pobres e insalubres são as que abrigam a maior quantidade de residentes com tuberculose, demonstrando a existência de um gradiente interno de precariedades.

Se, nas prisões fluminenses, as taxas de detecção de tuberculose são 30 vezes maiores do que as observadas fora dos muros (Sánchez & Larouzé, 2016), nas favelas e periferias – que são os territórios urbanos onde se captura o grosso da massa carcerária –, o risco de contrair tal enfermidade, se comparado com outras áreas

equipe supracitada, e a quem agradecemos imensamente pelas parcerias e trocas.

18. Estudos recentes indicam que a segregação econômica e social está relacionada à maior prevalência de hipertensão e diabetes, independentemente de características individuais como idade, histórico familiar etc. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/estudo-associa-segregacao-hipertensao-e-diabetes>>. Acesso em: 12 Dez. 2020.

19. Pereira *et alii* (2015) também alertaram para as conexões entre as zonas de pobreza e a tuberculose. Tal como a Rocinha, os bairros de Bonsucesso, Jacaré e Santo Cristo são alguns com a maior incidência da doença.

da cidade, é superior. Do ângulo aqui adotado, observa-se que as mesmas condições que fomentam a transmissão da doença no interior dos cárceres ecoam na densidade demográfica, nos becos escuros e apertados, nas moradias sem janelas, pouco iluminadas e com inúmeras pessoas partilhando o mesmo cômodo. Esses traços, entre outros, fazem com que a tuberculose componha o quadro das doenças próprias das desigualdades – denominadas negligenciadas (Morel, 2004) –, isto é, enfermidades que são mais frequentes em espaços que concentram a pobreza.

Com efeito, estudos que articulam território, precariedades estruturais, enfermidades e mortes vêm de longa data. Em *Sobre a maneira de transmissão do cólera*, John Snow (1999) já mostrara que as epidemias que assolaram a cidade de Londres, em meados do século XIX, tinham como principal fator de propagação o esgoto misturado à água potável. Ao questionar a teoria dos miasmas – por meio da qual se acreditava que a causa do cólera residia no odor fétido exalado dos populosos bairros de trabalhadores –, a pesquisa do médico, que inaugura a epidemiologia moderna, coloca no centro de suas reflexões os problemas relacionados ao abastecimento de água. Ainda que tal doença se propagasse por grandes extensões, atingindo até mesmo as classes mais altas da comunidade, Snow demonstrara que, mesmo nos distritos abastecidos com a mesma água, os efeitos do cólera eram mais letais nos que concentravam a pobreza, territórios onde a população vivia em “estado de aglomeração” (Snow, 1999: 85). Além disso, o autor anotara os efeitos devastadores em instituições para crianças e alienados, inseparáveis das condições precárias em que tais pessoas eram confinadas.

Em outro registro, Mike Davis (2006), ao analisar o potencial de devastação da gripe aviária – entrincheirada em nichos ecológicos produzidos pelo agrocapitalismo global –, demonstra como a nossa vulnerabilidade a essa e a outras doenças emergentes, entre diversos fatores, é inseparável da pobreza urbana concentrada, assim como da crescente deterioração de infraestruturas de saúde pública. Ao retomar a discussão sobre a gripe de 1918 – chamada de gripe espanhola –, Davis se debruça sobre as taxas de letalidade na Índia, revelando como os pobres foram vítimas de uma sinergia perversa entre desnutrição e pneumonia bacteriana. Ao sublinhar a correlação entre classe e mortalidade em todos os países, o autor afirma que aqueles que escreveram sobre o que ocorreu em 1918 observaram a afinidade da pandemia “pela pobreza, por condições habitacionais abaixo dos padrões e por dietas inadequadas” (Davis, 2006: 40). Se a densidade populacional, as condições sanitárias e de moradia são centrais na disseminação de doenças transmitidas pelo ar, zonas de pobreza são locais ideais. “Segundo este critério, a gripe pandêmica e outras infecções letais têm um futuro brilhante” (Davis, 2006: 189).

Diante dessas ponderações, não espanta que a leitura visionária do autor já tenha se concretizado. Se, inicialmente, a Covid-19 atingiu as camadas abastadas da população, sendo os primeiros casos resultantes de viagens ao exterior, nos meses posteriores era evidente que a propagação do vírus e a letalidade passavam a afetar os estratos mais pobres. Em São Paulo, bairros periféricos chegaram a ter dez vezes mais óbitos do que os distritos mais ricos. Na Cidade Tiradentes, extremo da Zona Leste, do início da pandemia até 2 de julho de 2020, de acordo com números da Secretaria Municipal de Saúde, foram registradas 223 mortes; no mesmo período, a Barra Funda, bairro situado na Zona Oeste da cidade, contabilizou 21 óbitos²⁰.

No que concerne ao Rio de Janeiro, um estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, apesar da doença, em um primeiro momento, ter se espalhado pelos bairros da Zona Sul, foram nas regiões periféricas que a Covid se tornou mais mortífera. Tendo em conta o período do levantamento (8 de março a 13 de junho de 2020), observa-se que a letalidade nos bairros com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS 1 e 2) foi o dobro em relação às localidades de IDS 5. Se comparados os extremos, o cenário é mais alarmante. Ao passo que na Lagoa (maior IDS da capital) foram registrados 284 casos e 20 mortes, em Paciência, bairro da zona oeste com IDS 1, houve 435 casos e 110 óbitos²¹. Essa situação, em que negros e pobres são as vítimas principais do vírus – nunca é demais lembrar, também o são da seletividade do aparato penal –, rebate não só em todo o território nacional, mas em países como Estados Unidos e Reino Unido. Nos Estados Unidos, dados do APM Research Lab evidenciam que, enquanto os negros morreram a uma taxa de 50,3 por 100 mil habitantes, para os brancos esse número ficou em 20,7 – mais do que o dobro²².

No âmbito da questão que nos interessa investigar, as ressonâncias entre prisões, favelas e periferias são inequívocas. As mesmas precariedades estruturais que favorecem a disseminação de doenças como a tuberculose fomentam o contágio pelo novo coronavírus. Em ambos os lados dos muros, a possibilidade de seguir os protocolos de isolamento e os cuidados básicos recomendados pelas autoridades sanitárias inexistem, revelando o descompasso entre as orientações ditas universais e o que se passa na realidade desses lugares. Ao passo que para os presos, os quais subsistem em locais superlotados, a recomendação de isolamento soa como uma retórica sem fundamento ou, então, como sinônimo de tranca no castigo, nas favelas e periferias, seja em virtude da falta de espaços físicos, seja pelo fato de que é imperioso seguir com os afazeres cotidianos para garantir as mínimas condições de existência, permanecer em casa não é uma possibilidade. Soma-se a isso, a água que nem sempre escorre pela torneira²³, as construções que inviabilizam a penetra-

20. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/11/pobres-de-sp-tem-mais-risco-de-morte-por-covid-19.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

21. <https://www.brasildfato.com.br/2020/08/05/majoria-das-mortes-por-covid-no-rio-e-de-moradores-dos-bairros-mais-pobres-diz-ipea>. Acesso em: 14 dez. 2020.

22. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brazil-53338421>>. Acesso em: 15 Dez. 2020.

23. Vale destacar que o racionamento de água, que há tempo afeta as prisões, ecoa em diversas periferias do país. O abastecimento de água, também caracterizado por desigualdades espaciais e sociais, mostra como populações e territórios periféricos são especialmente prejudicados. Para uma análise sobre o fornecimento de água nas favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro, ver Gustavo Prieto (2011).

24. Não são só as prisões que são construídas em terrenos instáveis e contaminados. Apenas para citar um exemplo, em 7 de abril de 2010, um deslizamento de terra matou 48 moradores no Morro do Bumba, localizado em Niterói. O terreno, com centenas de casas, no passado, abrigava um lixão (disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/tragedia-do-bumba-completa-5-anos-e-ainda-ha-familias-em-risco-no-rj.html>>. Acesso em: 15 Dez. 2020).

ção dos raios solares e restringem a circulação do ar, a alocação dessas populações em solos contaminados²⁴, o esgoto, o acúmulo de lixo, a fome.

Em tal contexto, prisão-favela-periferia constituem um *continuum* de espaços físicos e sociais, que ressoam em termos de precariedades estruturais e materialidades. Lugares em que circulam e habitam determinadas populações, inscrevendo os mesmos marcadores sociais de classe e raça/cor tanto nas periferias como nos cárceres. Espaços nos quais, como na cidade do colonizado, “morre-se em qualquer parte, de qualquer coisa” (Fanon, 2015: 43).

A pandemia do novo coronavírus, ao escancarar desigualdades preexistentes, clarifica, de forma ainda mais atroz, a exposição diferencial de determinadas populações e territórios à pobreza, às doenças, à fome, às múltiplas formas de violência do Estado (Butler, 2018). Vidas que, nos tempos que correm, estão mais expostas aos danos da Covid-19, bem como aos efeitos das crises sanitária, política, econômica e social que dela decorrem.

Considerações finais: infraestruturas e políticas de morte

A prisão é parte de um conjunto de dispositivos governamentais dedicados seletivamente à gestão de populações residentes em favelas e periferias. Essa gestão articula uma miríade de atores, políticas e instituições, com destaque para as íntimas relações entre polícias, sistema de justiça e cárceres, os quais constituem o coração das políticas de segurança pública. Sob a égide das obsessões securitárias e da lógica militarizada de governo dessas populações e territórios, consideradas como indesejáveis (Telles, 2019), tais políticas e instituições alimentam as imaginações e os estereótipos que recaem sobre favelas, periferias e seus moradores, vistos como ameaça à lei e à ordem, ameaça ambiental, ameaça à cidade. É justamente nesse contexto que os mortos pela polícia são sistematicamente enquadrados em categorias como “traficante”, figura paradoxal do apagamento e da hipervisibilidade (Vianna, 2019). Sem nome, rosto ou história, seguem como eternos “suspeitos”, convertidos em “incivilizados” e “perigosos”.

Naquilo que concerne ao aparato carcerário, vale destacar que ele corresponde a um dos mecanismos por meio dos quais o poder do Estado opera a marcação de corpos jovens, negros, favelados/periféricos e pouco escolarizados. Assinatura do Estado sobre corpos, populações e territórios, que ocorre a partir da conexão com outras instâncias institucionais, procedimentos administrativo-documentais e políticas destinadas à vigilância, controle e repressão. Marcação que também ope-

ra pela exposição das pessoas presas à vulnerabilidade corporal característica da própria condição carcerária, decorrente da relação do corpo com uma série de materialidades infraestruturais regidas por condições de precariedade, cuja imagem exemplar são os corpos desnutridos, desidratados, caquéticos.

Por outro lado, como descrevemos e argumentamos ao longo do texto, do lado de fora dos muros, há populações que se encontram em e são marcadas por condições de existência que também dizimam a viabilidade da vida – condições, aliás, agravadas pela crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

O ponto a sublinhar é a existência de um campo de continuidades entre prisões, favelas e periferias, a partir das relações entre precariedade das infraestruturas, vulnerabilidade corporal e políticas de morte, no nosso caso, com enfoque nos óbitos por doenças.

Se, como destaca Judith Butler (2018: 147), um corpo “é definido pelas relações que fazem a sua vida e a sua ação possível”, não se pode compreender a vulnerabilidade corporal “fora dessa concepção de suas relações constitutivas com outros humanos, processos vivos, condições inorgânicas e meios de vida” (Butler, 2018: 147). Nessa chave, as infraestruturas são parte fundamental dos suportes que tornam a vida possível de ser vivida, suportes não humanos da vida corporal. Na medida em que somos dependentes de outros corpos, de redes de apoio e de infraestruturas – “o homem não fica de pé sozinho” (Butler, 2018: 145) –, é importante notar como as políticas contemporâneas de produção da morte operam nesse mesmo registro.

Em *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*, Stephen Graham (2016), ao discorrer sobre as novas modalidades de guerra, mostra como as cidades modernas, com as suas complexas redes de infraestruturas, não são apenas o lócus do combate, mas instrumento ativo da própria guerra – uma guerra infraestrutural. Nesse cenário, o ataque às infraestruturas urbanas – por exemplo, sistemas de água, saneamento e redes de eletricidade e comunicação – tem como principal efeito a letalidade em massa, provocada, inclusive, pela disseminação de doenças.

Em 1991, as táticas militares norte-americanas de destruir o sistema elétrico iraquiano, ao impedirem o funcionamento das usinas de tratamento de água e de esgoto, resultaram “em epidemias de gastroenterite, cólera e tifo, levando a até 100 mil mortes de civis” (Graham, 2016: 362). Do mesmo modo, as forças militares israelenses, em seus cercos ininterruptos à Cisjordânia e à Faixa de Gaza, centram seus esforços na demolição de casas, no desmantelamento de estradas, no fuzilamento de reservatórios de água, na destruição de sistemas de tratamento de es-

goto. Em Gaza, durante a chamada operação “Chuva de Verão”, realizada em 2006, após o bombardeio de uma estação elétrica, os efeitos gerados na saúde pública foram brutais, entre eles, o aumento exponencial dos casos de diarreia aquosa e sanguinolenta, de desnutrição infantil e de mortes de pacientes dependentes de diálise, impedidos de realizar as sessões de tratamento na frequência adequada (Graham, 2016: 377-378). Nitidamente, vê-se que na operação do necropoder, o qual desdobra o mundo em “mundos da morte” (Mbembe, 2018: 71), a destruição das infraestruturas é fulcral.

Nesse ponto, sem desconsiderar que a militarização da gestão urbana, tal como proposta por Stephen Graham, ressoa no cenário brasileiro, parece-nos importante estabelecer algumas distinções, afinal há diferentes matizes entre as políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e aquelas que produzem ou mantêm condições de degradação que fazem com que as pessoas morram. No âmbito deste artigo, não se trata de enfatizar a destruição de infraestruturas, mas de realçar os efeitos da inexistência, da manutenção e da construção de determinadas infraestruturas, que ao invés de expandirem as condições de vida, adoecem, fazem definhar. É por essa razão que a reivindicação não é pela construção de qualquer infraestrutura, afinal, algumas delas – por exemplo, as prisões – servem à aniquilação da vida.

Com efeito, certas infraestruturas e condições de precariedade possuem a potencialidade de produzir processos de definhamento corporal e de rebaixamento moral que, como anotou Taniele Rui (2012), em sua etnografia sobre cenários de uso e venda de crack, dão forma a uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. Corpos produzem espaços, materialidades e infraestruturas, mas o movimento inverso também ocorre, de modo que nessa relação o estigma de um alimenta o outro. É o estigma sobre a favela e o favelado, o periférico e o negro, considerados como indesejáveis, que sustenta e justifica a distribuição desigual de doenças e mortes, as quais poderiam ser evitadas, mas não o são – seja nas prisões ou mesmo fora delas. Vidas construídas como inimigas e abjetas, empurradas para uma zona de arbítrio, cuja gestão opera a partir de mecanismos igualmente abjetos, como as instituições carcerárias.

A título de conclusão, vale retomar duas propostas de intervenções estruturais voltadas às favelas e prisões, ambas desenvolvidas com o objetivo de conter a propagação da tuberculose nesses espaços. No primeiro caso, no plano do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destaca-se um conjunto de obras de urbanização feitas na favela da Rocinha, no início da década de 2010. Atemo-nos, especialmen-

te, ao alargamento da chamada Rua 4 que, após as reformas, as quais permitiram a entrada dos raios solares e a circulação do ar em novas residências, deixou de ser conhecida como o “beco da tuberculose”, cujo número de casos, que durante muito tempo foram os mais elevados da favela, chegou a zero²⁵. Na outra ponta, sublinhamos a produção de um “Manual de intervenções ambientais para o controle da tuberculose nas prisões” (DPN, 2012), realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional em parceria com outras instituições. Nele, visto que a ausência de ventilação e de luz solar adequadas são fatores cruciais na disseminação da doença, são apresentadas propostas para a melhoria das condições ambientais dos cárceres, com destaque para a abertura de janelas, entre outras intervenções que fomentem a ventilação e a iluminação natural de tais ambientes, estejam eles construídos ou por construir.

Sem desprezar que o combate às doenças respiratórias não deve se resumir às medidas biomédicas, e que a abertura de ruas e janelas impactam diretamente nas condições ambientais de favelas e prisões, conseqüentemente, na saúde dessas populações, gostaríamos de sugerir outro ângulo para refletir sobre essas ações. Quando a abertura de uma rua em uma das maiores favelas do país e de uma janela em uma das muitas celas hiperlotadas do sistema penitenciário gera efeitos tão significativos para as vidas que subsistem nesses lugares, é porque a questão se situa muito além de tais medidas. Embora elas possam ser eficazes em termos sanitários, é a existência dessas condições de existência que devem ser sistematicamente questionadas, ainda mais em tempos de Covid-19. Abrir uma janela na cela e uma rua na favela, em realidade, só clarifica o quão ignominioso é o processo de gestão dessas populações e territórios urbanos.

Referências

ARAÚJO, Fábio. A prisão e a produção do espaço urbano: territorialidades carcerárias. In: MALLART, F.; GODOI, R. (Orgs.). *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.

ARAÚJO, Fábio; MALLART, Fábio; CANDOTTI, Fábio; GODOI, Rafael. A produção da calamidade: um balanço das prisões fluminenses em 2020. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 11 Jan. 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-producao-da-calamidade-um-balanco-das-prisoos-fluminenses-em-2020/>>. Acesso em: 13 Jan. 2021.

25. Disponível em: <https://brasil.elepaís.com/brasil/2015/09/01/politica/1441120198_053979.html>. Acesso em: 29 Dez. 2020.

BARBOSA, Antônio Rafael. *Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BONY, Lucie. La prison, une cité avec des barreaux? Continuum socio-spatial par-delà les murs. *Annales de géographie*, n. 702-703, p. 275-299, 2015.

BUMACHAR, Bruna Louzada. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPELLO, Ricardo; GODOI, Rafael. Tranca, contêiner e bomba: a gestão penitenciária da pandemia no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 3 Jul. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tranca-conteiner-e-bomba-a-gestao-penitenciaria-da-pandemia-no-brasil/>>. Acesso em: 24 Dez. 2020.

CLEMMER, Donald. *The prison community*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1958.

_____. *The prison community*. New York, Rinehart & Co., 1940.

COMBESSIE, Philippe. La ville et la prison une troublante cohabitation. *Revue Projet*, n. 269, p. 70-76, 2002.

COMFORT, Megan. Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Análise Social*, v. 62, n. 185, p. 1055-1079, 2007.

CUNHA, Manuela I. Da relação prisão-sociedade. Atualização de um balanço. In: CUNHA, M. I. (Org.). *Do crime e do castigo: temas e debates contemporâneos*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2015.

_____. As organizações enquanto unidades de observação e de análise: o caso da prisão. *Etnográfica*, v. 8, n. 1, p. 151-157, 2004.

_____. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetórias*. Lisboa: Fim de Século, 2002.

DAVIS, Mike. *O monstro bate à nossa porta*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DPN). Manual de intervenções ambientais para o controle da tuberculose nas prisões. Rio de Janeiro: DPN, 2012.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Lisboa: Letra Livre, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, v. IV: “Estratégia, poder-saber”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

_____. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015b.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GARLAND, David (Org.). *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: Sage, 2001.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDIM, Roberta. *Doenças, corpos e territórios negligenciados: práticas de saúde sobre tuberculose em espaços e pessoas vulnerabilizadas*. Tese (Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, PT, 2016.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. Seção Especial Reflexões na Pandemia – *Revista Dilemas*, Rio de Janeiro, 24 Ago. 2020. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-59>>. Acesso em: 24 Dez. 2020.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MALLART, Fábio. *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. Salve geral: áreas urbanas, instituições prisionais e unidades de internação da Fundação CASA em comunicação. *R@u*, v. 3, n. 1, p. 293-314, 2011.

MALLART, Fábio; GODOI, Rafael. Vidas matáveis. In: MALLART, F.; GODOI, R. (Orgs.). *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Por uma etnografia das transversalidades urbanas:

entre o mundão e os dispositivos de controle. In: MELO, J.; SIMIÃO, D.; BAINES, S. *Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade*. Natal: Editora UFRN, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 7, p. 2031-2040, 2016.

MOREL, Carlos M. A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 2, p. 261-270, 2004.

MORELLE, M. La prison, la police et le quartier. Gouvernement urbain et illégalismes populaires à Yaoundé. *Annales de Géographie*, n. 702-703, p. 300-322, 2015.

PADOVANI, Natália. *Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

PEREIRA, Alessandra Gonçalves Lisbôa; MEDRONHO, Roberto de Andrade; ESCOTEGUY, Cláudia Caminha; VALENCIA, Luis Iván Ortiz; MAGALHÃES, Mônica de Avelar Figueiredo Mafra. Distribuição espacial e contexto socioeconômico da tuberculose. *Rev Saúde Pública*, n. 49, 2015.

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PRANDO, Camila; FREITAS, Felipe; BUDÓ, Marília de Nardim; CAPPI, Ricardo. A pandemia do confinamento: políticas de morte nas prisões. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 3 Jun. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-pandemia-do-confinamento-politicas-de-morte-nas-prisoas/>>. Acesso em: 24 dez. 2020.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A sede do capital: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SÁNCHEZ, Alexandra; LAROUZÉ, Bernard. Controle da tuberculose nas prisões, da pesquisa à ação: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 7, p. 2071-2079, 2016.

SNOW, John. Sobre a maneira de transmissão do cólera. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1999.

SYKES, Gresham; MESSINGER, Sheldom. The inmate social system. In: CLOWARD, R. *et alii* (Orgs.). *Theoretical studies in social organization of the prison*. New York: Social Research Council, 1960.

TELLES, Vera da Silva. A violência como forma de governo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, a.12, n. 139, p. 20-21, 2019.

VIANNA, Adriana. Políticas da morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, a.12, n. 140. p. 20-21, 2019.

WACQUANT, Loïc. O estigma racial na construção do Estado punitivo americano. *Configurações*, n. 5-6, p. 41-54, 2009.

_____. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WALTORP, Karen; JENSEN, Steffen. Awkward entanglements: kinship, morality and survival in Cape Town's Prison- township Circuit. *Ethnos*, v. 84, n. 1, p. 41-55, 2019.



Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?

Recebido: 28.12.20
Aprovado: 25.03.21

Thays Monticelli*

Resumo: O objetivo do artigo é analisar como as mulheres lidaram com o período de isolamento social, sem suas tradicionais redes de apoio no processo de conciliação entre “casa” e “trabalho”: trabalho doméstico remunerado, creches e escolas, arranjos familiares. Através de entrevistas semiestruturadas com mulheres pertencentes às classes médias, percebem-se poucas alterações nas dinâmicas da divisão sexual do trabalho, aumentando a sobrecarga e, conseqüentemente, as desigualdades vivenciadas no período. Observa-se que, a partir dessa experiência, as instituições educacionais tomam um lugar privilegiado na percepção dessas mulheres, contrapondo com uma visão menos valorativa do trabalho doméstico remunerado. Para além disso, o Estado aparece diretamente conectado com a percepção de “caos” em suas vidas, trazendo novos pontos de compreensão sobre políticas públicas voltadas ao cuidado e ao âmbito doméstico.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Classe média. Família. Empregadoras. Pandemia.

Sexual division of labor, class and pandemic: new perceptions?

Abstract: The aim of the article is to analyze how women dealt with the period of social isolation, without their traditional support networks in the process of reconciling “home” and “work”: paid domestic work, kindergartens and schools, family arrangements. Through semi-structured interviews with middle classes woman, there are few changes in the dynamics of the sexual division of labor, increasing the work overload and, consequently, the inequalities experienced in the period. It is observed that from this experience, educational institutions take a privileged place in the perception of these women, contrasting with a less appreciative view of paid domestic work. In addition, the State appears directly connected to the perception of “chaos” in their lives, bringing new points of understanding about public policies aimed at care and the domestic sphere.

Keywords: Sexual division of labor. Middle class. Employers. Pandemic.

Introdução

O objetivo desse artigo¹ é analisar as dinâmicas que as mulheres estabeleceram cotidianamente durante o período de isolamento social – constituído como política pública para conter o avanço da Covid-19 (Brasil, 2020b) – e suas tentativas de conciliação entre as tarefas domésticas, os cuidado e as deman-

* Thays Monticelli é pós-doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro (bolsista Faperj nota 10), faz parte do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (Neseg), Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0002-5978-5733. <tamonticelli@gmail.com>.

1. Gostaria de agradecer todos os comentários feitos no GT 20 – “Gênero, família e a crise do cuidado”, (Anpocs/2020), quando uma versão preliminar dos dados pôde ser debatida. Os agradecimentos também se estendem à querida Anna Bárbara Araújo, pela leitura amigosa do artigo. Por fim, agradeço os preciosos comentários das/os pareceristas *ad hoc* da Revista Sociedade & Estado.

das de seus postos de trabalho, sem o amparo das tradicionais redes que historicamente são o suporte nos processos de conciliação e delegação da divisão sexual do trabalho no Brasil: trabalho doméstico remunerado, escolas e creches e os próprios arranjos familiares (Sorj, 2004; Guimarães, 2020). Nesse sentido, essa pesquisa busca contribuir com as análises sobre a pandemia no campo das ciências sociais, a partir das análises relativas às persistentes desigualdades estruturadas na tríade “mercado, família e gênero”, em um contexto totalmente atípico, que agravou e intensificou essas desigualdades do âmbito familiar, especialmente para as mulheres.

A divisão sexual do trabalho é um conceito que exprime as relações sociais entre os sexos, que, histórica e socialmente, designa o trabalho produtivo aos homens, responsabilizando as mulheres pelos trabalhos reprodutivos, condicionando um sistema de valores, hierarquias e desigualdades a partir dessa estrutura (Hirata & Kergoat, 2007; 2021). Nota-se que os estudos do campo apontavam para algumas mudanças nos últimos anos, que giravam em torno do uso do tempo nas tarefas domésticas, da própria composição da estrutura familiar, de uma maior consciência dessas desigualdades entre os jovens e do surgimento das “novas paternidades” (Araújo *et alii*, 2018); contudo, essas mudanças ainda são pequenas, fragmentadas e inconstantes (Sorj & Hirata, 2019), situadas, muitas vezes, em grupos específicos que se conectam com as estruturas de gênero, classe e raça (Bruschini & Ricoldi, 2009; Biroli, 2014). O fato é que as insistentes assimetrias da divisão sexual do trabalho, somadas com as poucas políticas públicas relacionadas aos cuidados e à desvalorização do trabalho reprodutivo, ainda constituem um dos maiores pilares de desigualdades de gênero no país (Sorj, 2014; Guimarães, Hirata & Posthuma, 2020). Essa realidade reflete diretamente na interposição entre carreiras, famílias e subjetividades (Guedes, 2010; Devroux, 2011). Nesse sentido, a hipótese de que as mulheres estariam mais sobrecarregadas e que essas desigualdades se agravariam durante o período de isolamento social, é praticamente autoevidente.

De acordo com algumas pesquisas quantitativas e com levantamentos obtidos através de *surveys* realizados ao longo do ano, as mulheres estavam mais comprometidas com o isolamento social e ficaram mais em casa (16%) do que os homens (9%), aumentando mais a sensação de *stress* para elas (Ribeiro & Silva, 2020). Cristina de Jesus e Luana Myrrha (2020) demonstraram que, em setores da classe média, houve uma participação mais ativa dos homens nas tarefas domésticas durante a pandemia (32,4%), mas as mulheres estavam sobrecarregadas e vivenciaram uma maior responsabilização pelo trabalho doméstico nesse mesmo período (52%). As mulheres de classe média, em casa, passaram a trabalhar mais através do *home office*, precisaram dedicar mais tempo e cuidado aos/as filhos/as, estavam mais suscetíveis a perder os seus postos de trabalho, precisaram gerenciar e negociar

aspectos da vida cotidiana com seus parceiros e administrar como seria mantida – ou não – a contratação da trabalhadora doméstica remunerada, o *homeschooling*, os cuidados com os mais velhos e os próprios processos de flexibilização (Leão *et alii*, 2020; Wolff *et alii*, 2020).

Ressalta-se ainda que essa mesma dinâmica é produtora de uma das questões básicas de desigualdade da sociedade brasileira: o trabalho doméstico remunerado. A categoria profissional de trabalhadoras domésticas foi a mais atingida pela pandemia, quando 1,2 milhões de mulheres perderam seus empregos em um ano, estando mais vulneráveis economicamente, uma vez que a informalidade tem índices altos no setor (70%) (IBGE, 2020). De acordo com os dados da Pnad Covid19 (2021), apenas 5,9% das trabalhadoras domésticas remuneradas foram afastadas e remuneradas durante o período de isolamento social (IBGE, 2021). Além disso, algumas normativas estaduais definiram o trabalho doméstico remunerado como “serviço essencial”, expondo essas mulheres a maior vulnerabilidade de contágio pelo novo coronavírus (Fenatrad, 2020). Durante esse período, essas desigualdades emergiram em episódios paradigmáticos ao longo da pandemia², propiciando diversas indagações sobre as condições desse trabalho no país (Ávila & Ferreira, 2020).

Nesse sentido, para além das reflexões sobre a precariedade e a vulnerabilidade que cercam essas trabalhadoras, o isolamento social ainda trouxe novas formas de viver a casa, o convívio familiar, tarefas e demandas do cuidado, sobretudo para as mulheres pertencentes às classes médias, que tiveram a experiência de passar por esse período sem suas tradicionais formas de delegação (Moreira *et alii*, 2020). Nesse sentido, essa pesquisa traz como interrogações norteadoras: seria possível pensar em novas percepções sobre as casas, sobre o trabalho doméstico remunerado e sobre as instituições educacionais e de cuidado, a partir dessa experiência extremada? Essas novas percepções seriam agentes de novas práticas familiares? A pandemia poderia trazer transformações sociais sobre os modelos de delegação e suas formas relacionais?

Essas perguntas se conectam tanto aos pressupostos estruturais anunciados anteriormente, quanto na própria compreensão de que esses trabalhos e consequentemente quem os faz está inserido em processos de desvalorização históricos, permeados por diversos aspectos de diferenciações e hierarquizações nas interações cotidianas entre “patroas e empregadas”, “pais e professores”, aprofundando desigualdades relativas aos marcadores sociais da diferença (Carvalho, 2000; Kofes, 2001).

O artigo segue com a apresentação da metodologia e do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas, contextualizando o campo. Em seguida, são relatadas

2. Referências como a morte de Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos de idade, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Renata Santana de Souza que trabalhava para a família Cortê Real no Recife-PE (02/06/2020). A morte de Miguel aconteceu por abandono de incapaz, uma vez que estava sob o cuidado da empregadora, enquanto a trabalhadora doméstica passeava com os cachorros da casa. Além do caso do menino Miguel, a primeira morte registrada por covid-19 no Brasil foi de uma trabalhadora doméstica remunerada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que se contaminou na casa de seus empregadores, recém-chegados da Europa.

as dinâmicas que essas mulheres enfrentaram durante o período de isolamento social, a relação com seus parceiros, filhos/as e as tentativas – nem sempre bem-sucedidas – de divisão igualitária das tarefas domésticas e de cuidado. A quarta parte do artigo conta com as adaptações e percepções que essas mulheres tiveram com o trabalho doméstico remunerado, escolas, creches e com o próprio Estado. Percebe-se, assim, uma valorização maior das instituições educacionais propiciada pelo desafio de acompanhar e cuidar dos/as filhos/as em tempo integral, ao mesmo tempo que o trabalho doméstico remunerado não obteve a mesma tônica nessas narrativas, apesar de, na prática, ter sido um dos primeiros suportes a serem flexibilizados pelas mulheres entrevistadas.

Metodologia e perfil socioeconômico

O campo foi realizado através do método qualitativo, entre os meses de setembro e outubro de 2020, utilizando como técnica de pesquisa entrevistas semiestruturadas por videochamadas, além de aplicar um questionário socioeconômico para as entrevistadas³, que foram recrutadas por meio da técnica “bola de neve”. Esse período garantiu que as perguntas pudessem ser feitas tanto sobre o período de isolamento social mais acirrado (abril, maio, junho e julho de 2020) como nos seus processos de flexibilização (de agosto de 2020 em diante). As entrevistas foram realizadas com base nos pressupostos metodológicos da sociologia digital (Nascimento, 2016; Miskolci, 2016), ainda que de forma principiante e em um contexto impositivo de métodos não presenciais.

Foram entrevistadas 12 mulheres, moradoras das cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Destacam-se alguns dados homogêneos entre elas: todas se auto-declararam brancas e tinham níveis educacionais elevados (sete delas tinham pós-graduação completa e cinco ensino superior completo). Ressalta-se que o perfil educacional foi um dos principais determinantes que possibilitaram o trabalho remoto (*home office*) na pandemia: 27,1% das pessoas com ensino superior completo e pós-graduação puderam estar em casa e trabalhando (IBGE, 2021).

A amostra, dessa pesquisa se torna mais diversa em termos de composição familiar e faixa etária/geração. Essas mulheres tinham, em sua maioria, idades entre 50 e 60 anos (6), seguido por mulheres entre 30 e 40 anos (4), e apenas duas entrevistadas tinham entre 20 e 30 anos. Em termos de estado civil, nove delas eram casadas, duas solteiras e uma viúva. Eram mulheres com famílias compostas por poucas pessoas, a maioria tinha entre um e dois filhos (10). Em relação à idade dos/as filhos/as, metade tinha crianças com menos de cinco anos, duas tinham filhos/as entre sete e dez anos, quatro filhos/as adolescentes (entre 12 e 18 anos) e quatro

3. As videochamadas foram feitas através de ligações de vídeo por WhatsApp; o formulário socioeconômico foi aplicado através do Google Formulários.

filhos com mais de 20 anos. Todos os/as filhos/as estavam em escolas ou creches particulares.

Das 12 entrevistadas, cinco estavam empregadas normalmente no setor privado (engenheira de telecomunicação, tradutora executiva, gerente administrativa, coordenadora do setor de recursos humanos, administradora de recursos financeiros), e três delas eram trabalhadoras informais ou autônomas (artista plástica, proprietária de um pequeno restaurante, jornalista); duas se demitiram durante a pandemia (engenheira de produção e vendedora), uma era aposentada e outra era dona de casa. Todas as 12 entrevistadas puderam fazer *home office*, oito parceiros também fizeram *home office* e outros dois não puderam fazer, uma vez que se enquadravam na categorização de “serviços essenciais”.

Em termos de renda, foi perguntado quanto era a renda da entrevistada e quanto era a renda familiar, como forma de medir tanto o perfil econômico dessas famílias como as possíveis desigualdades de renda entre as mulheres e seus parceiros. Assim, o quadro de renda das mulheres entrevistadas era: quatro ganhavam até cinco salários-mínimos (R\$ 5.225,00); quatro ganhavam até sete salários-mínimos (R\$ 7.315,00); duas ganhavam entre dez e 15 salários-mínimos (R\$ 10.450,00 a 15.675,00); duas não tinham renda.

Já a renda familiar se definiu da seguinte maneira: duas casas tinham como renda até dez salários-mínimos (R\$ 10.450,00); duas casas com renda familiar entre dez e 15 salários-mínimos (R\$ 10.450,00 a R\$ 15.675,00); três casas tinham entre 15 e 20 salários-mínimos (R\$ 15.675,00 a R\$ 20.900,00); 5 casas com mais de 20 salários-mínimos (+ R\$ 20.900,00).

Do mesmo modo, os dados relativos à renda mostram uma diversidade da amostra (mulheres sem renda, mulheres com rendas baixas e mulheres com rendas altas), já em termos da renda familiar, essas mulheres podiam contar com posições mais elevadas, uma vez que a maior parte das famílias (8) tinham rendimentos maiores que 15 salários-mínimos por mês. Além disso, metade delas tinha salários mais equânimes com seus parceiros, enquanto outra metade ganhava aproximadamente 30% da composição da renda familiar. Essa lógica é importante, uma vez que pesquisas apontam como as negociações financeiras intrafamiliares se conectam diretamente com a lógica da divisão sexual do trabalho, demonstrando que as negociações das tarefas de cuidado e domésticas são estabelecidas também através da responsabilidade do provimento familiar; uma vez que as mulheres, historicamente, têm rendimentos menores que os homens no mercado de trabalho, essa desigualdade é refletida dentro dos lares (Matchar, 2016; Monticelli, 2017).

4. O seguro-desemprego é um dos benefícios da Seguridade Social brasileira, tendo por objetivo garantir assistência financeira temporária aos trabalhadores demitidos sem justa causa e involuntariamente. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-o-seguro-desemprego>>. Acesso em: 26 Mar. 2021.

Durante o primeiro ano da pandemia, metade das famílias teve suas rendas inalteradas, outra metade a renda familiar reduzida, de acordo com as respostas das informantes. Nenhuma mulher entrevistada usou algum programa de renda do governo federal durante o período, como Auxílio Emergencial, Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda ou saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quanto às duas mulheres que se demitiram durante a pandemia, uma delas teve acesso ao seguro-desemprego⁴.

A característica fundamental para a definição do perfil das entrevistadas era o fato de elas contarem com uma trabalhadora doméstica remunerada antes da pandemia, para compreender como se estabeleceram as dinâmicas familiares sem poder contar com a delegação das tarefas domésticas e de cuidado. Assim, três das entrevistadas tinham contrato com uma trabalhadora mensalista; duas empregavam babás e dez empregavam diaristas (algumas dessas mulheres empregavam mais de uma trabalhadora). Somente as três empregadoras que contratavam mensalistas formalizavam esse contrato via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Portanto, o perfil socioeconômico dessas mulheres garante uma amostra representativa das classes médias e médias altas brasileiras, compreendendo as percepções de um grupo que historicamente consegue ter acesso aos apoios e suportes na conciliação entre a “casa” e o “trabalho”, já que podem fazer a contratação desses serviços em suas vidas cotidianas. Para além disso, o perfil das entrevistadas também garante compreender quais as possíveis percepções, ou “novas” percepções, que essas mulheres possam ter a partir de uma maior proximidade com as dinâmicas de suas próprias casas e filhos/as, como podemos ver a seguir.

O descobrimento da própria casa: divisão sexual do trabalho na pandemia

Mais tempo em casa, significa mais trabalho. As mulheres entrevistadas nessa pesquisa disseram dispensar, em média, quatro horas a mais por dia nas tarefas domésticas, no cuidado e no auxílio com a educação dos/as filhos/as e dos idosos, do que antes da pandemia. Esse é um dado surpreendente, considerando-se que as alterações de tempo destinado ao âmbito residencial variam em uma proporção menor, sendo quantificados semanalmente (Bandeira & Prelurtan, 2016; Medeiros & Pinheiro, 2018). O número elevado de horas a mais investidos na “casa” durante a pandemia se correlaciona ao fato de muitas das mulheres entrevistadas não estarem habituadas a fazer o trabalho doméstico e, tampouco, precisavam organizar o seu tempo com tamanha atenção aos filhos/as. A falta de habilidade, ou de proximidade, com essa demanda levava as mulheres a passarem mais tempo nessas

tarefas, uma vez que não sabiam administrá-las, não sabiam fazer, não conheciam suas próprias casas, de acordo com suas narrativas.

Entrevistada 2, 51 anos, pós-graduação completa, mora com o marido, uma filha de dez anos e passou a cuidar de um idoso na pandemia, São Paulo: Para mim o mais difícil foi eu voltar a esse ritmo, porque confesso, assim, eu tenho a diarista aqui, ela vem duas vezes por semana, né. E como o meu ritmo de trabalho é muito intenso, eu realmente... eu não olhava, eu não tinha o olhar para casa, eu não tinha noção da minha casa. Nosso olhar aqui era cozinha, coisa básica. Mas a dinâmica da casa, eu juro para você que não estava acostumada mais e surgiu a dinâmica, né. E a minha casa, nossa casa aqui, é uma casa grande, enorme. Então é uma casa, assim, que eu falei “meu deus, como que arruma isso? Eu não sei”. Conclusão: essa adaptação realmente foi muito, muito difícil, né. Eu tenho a sorte do meu marido me ajudar.

Entrevistada 3, 35 anos, pós-graduação completa, mora com o marido e a filha de 4 anos, Rio de Janeiro: É, só eu que faço e uma criança pequena. Meu marido não ajuda em nada, ou seja, tem que fazer a comida, lavar a louça, acho que a maior dificuldade é com a cozinha, porque assim, limpar a casa mesmo a gente não estava fazendo, aquela limpeza geralzona não, mas a maior dificuldade foi essa de manter a cozinha limpa, de cozinhar e tudo mais.

Pesquisadora: E antes toda a parte de alimentação vocês faziam fora de casa?

Entrevistada 3: fora de casa, exatamente! Ali que pesou e como a diarista vinha uma vez por semana... a gente ainda ficava fora o dia inteiro, né. Eu vinha para casa para dormir, aí realmente eu não tinha percebido o quanto a gente suja a casa, o quanto a gente usa a casa, porque eu vinha para dormir praticamente, desde casada a minha vida sempre foi essa, com essa correria.

O desconhecimento da própria casa e de suas demandas geraram várias narrativas de “descobrimto do lar”, que essas mulheres tiveram diante dessa nova realidade, até mesmo sobre o próprio tamanho de suas casas, pois disseram, por exemplo, que era grande demais para limpar, pequena demais para comportar todos ao mesmo tempo, não tinham espaço confortável para o *home office*, destacando uma percepção nova sobre essa vivência com a “casa”. Em pesquisas anteriores, foi percebido também que o distanciamento das tarefas domésticas, entre mulheres que podiam contratar trabalhadoras domésticas, igualmente se inseriam na percepção que esse trabalho era improdutivo, desgastante, que não tinha fim, que as aprisionavam, além de interferir diretamente em suas autoestimas e nos desejos enquanto profissionais no mercado de trabalho. Eram as donas da casa, mas “odiavam” o

trabalho doméstico (Monticelli, 2018). Nesse sentido, a imposição do isolamento social, ou o “fique em casa”, apresentou para essas mulheres o próprio universo doméstico, no qual conseguiam se distanciar devido a cargas de trabalho intensivas e por uma delegação quase absoluta das tarefas domésticas, possibilitada por suas posições de classe.

De acordo com Maria de Fátima Guerra, Simone Wajnman e Bernardo Diniz (2018), a principal determinante que condiciona as contratações do trabalho doméstico remunerado no país é a condição financeira dos/as empregadores/as; majoritariamente de classe média, as famílias empregadoras brasileiras são constituídas de poucos membros e a contratação está articulada diretamente com a renda das mulheres da casa, mostrando que quanto maior seus rendimentos, mais frequente é o tipo de delegação através das mensalistas, que têm um vínculo trabalhista estabelecido cotidianamente com a casa empregadora (Guerra, Wajnman & Diniz, 2018). Nesse sentido, as narrativas sobre uma maior proximidade com seus próprios lares nos fazem pensar nos pressupostos intuídos pela classe média em termos de estilos de vida e renda, que as afastam do trabalho reprodutivo. No entanto, a proximidade com a própria casa durante a pandemia trouxe, conseqüentemente, uma maior vivência com a desigualdade de gênero através das responsabilizações pelas tarefas domésticas e de cuidado.

As mulheres entrevistadas tiveram muitas dificuldades no compartilhamento das tarefas domésticas com os parceiros e filhos/as. Das 12 entrevistadas, cinco relataram que podiam contar, de forma igualitária, com a divisão das demandas da casa com seus companheiros. No entanto, essa divisão não significou que o casal teve mais tempo para se dedicar aos respectivos trabalhos ou até mesmo constituiu uma dinâmica menos intermitente entre o trabalho reprodutivo e o produtivo. Nas entrevistas surgiram relatos de casais que só conseguiam trabalhar depois que os filhos dormiam, tendo que passar a noite se dedicando aos seus trabalhos, somando uma rotina de mais de 18 horas de trabalho por dia. Em relação às entrevistas, outras sete mulheres disseram que não havia divisão das tarefas ou que conseguiam dividir minimamente com seus parceiros e filhos/as adolescentes, mas que elas ainda eram as principais responsáveis ou faziam os trabalhos mais pesados, dedicando mais tempo a essa dinâmica.

Entrevistada 7, 53 anos, ensino superior, mora com o marido e dois filhos adolescentes (13 e 17 anos), São Paulo: Tipo assim, que nem hoje, a minha rotina, eu acordei às 8h00, hoje eu não consegui levar o lanchinho para os meninos, mas geralmente eu acordo, faço um lanchinho rápido, levo um lanchinho em cada quarto, porque eles acordam por volta de 7:10 e a outra 7:30 na EAD, eu

deixo um lanchinho em cada quarto, aí volto e vou trabalhar. Hoje eu não consegui fazer isso, então ninguém comeu, se eu não faço, ninguém come. Aí na hora do almoço, a gente tem que correr com o almoço e eu queria limpar a casa, dar uma limpada, porque a gente faz faxina no sábado, aí todo mundo faz uma parte, mas até entender isso levou um tempo, todo mundo tem uma parte na faxina no sábado, um limpa o banheiro, o outro passa o aspirador, outro passa na mesa, eu passo os panos e a gente vai se organizando para a casa ficar apresentável, só que a limpeza não dura, você fica o tempo todo em casa e a limpeza não dura, aí eu falei: quer saber? Vou pegar a hora do almoço e vou limpar, então eu limpei rapidinho, limpei os banheiros um pouquinho, passei o aspirador na casa, aí na quarentena minha filhinha não estava bem, decidimos pegar um cão, aí tem um cão também que me demanda. E aí é uma loucura assim, mas não que eu não consiga, mas assim, é bem puxado. Eu miro, eu vejo o exemplo das minhas amigas que nunca tiveram empregada, não cara, como elas puderam por tanto tempo?

Assim, essas narrativas consolidam as “previsões” de maior sobrecarga para as mulheres durante a pandemia, que para além de uma responsabilização maior pela demanda doméstica, ainda relataram desgastes em suas vidas conjugais para o estabelecimento de uma dinâmica menos cansativa.

Entrevistada 9, 25 anos, pós-graduação completa, mora com o marido, São Paulo: Ele estava ficando bravo já de todo sábado ter a faxina, que a gente dividia, ele limpava os banheiros e eu o resto da casa. Mas ele estava ficando irritado de não aproveitar o final de semana porque ele tinha que limpar dois banheiros.

A maior parte das entrevistadas teve uma rotina de trabalho que intercalava cozinha, *logins* no sistema da empresa, desenho para os/as filhos/as, reuniões, banheiros, discussões com seus parceiros, almoço, ligações, limpar, faxinar, ninar, responder e-mails etc. Essa dinâmica interposta acabava por interferir em suas atividades nas empresas em que trabalhavam, uma vez que relataram as dificuldades de concentração, de mudar as atividades, de usar uma hora de almoço somente cozinhando e não comendo, do tempinho do café que era usado para brincar e dar atenção as/os filhas/os, não conseguindo “descansar”.

Pesquisadora: O que mais você sentia quando estava fazendo o trabalho doméstico?

Entrevistada 9, 25 anos, pós-graduação completa, mora com o marido, São Paulo: O cansaço né, porque tem que conciliar o trabalho, a minha carreira com o trabalho doméstico era bem cansativa mesmo. E estressante, né. Que você não está com cabeça... eu

uma hora estou vendo sinal de prédio, de internet de cliente e de repente estou lavando banheiro? Sabe? Essa questão também de ficar mudando o foco atrapalha bastante.

Felícia Picanço e Clara Araújo (2020) têm demonstrado como a sensação de cansaço se correlaciona diretamente com a carga do trabalho doméstico para mulheres, influenciando as compreensões sobre a satisfação da vida em geral, além de trazer implicações em suas saúdes físicas e mentais. De acordo com as autoras, as mulheres – em uma proporção maior (43%) – declararam que já chegavam em seus trabalhos muito cansadas, devido à carga do trabalho reprodutivo; além disso, os conflitos conjugais também se apresentavam como fator de desgaste emocional e cansaço relacionados à esfera doméstica, principalmente quando as mulheres tinham longas jornadas de trabalho, sendo a contratação do trabalho doméstico remunerado o fator que melhor amenizava esses conflitos.

Nesse sentido, é aparente o quanto a realidade da pandemia foi consideravelmente estressante para essas mulheres, que estavam vivenciando, para além de uma sobrecarga de trabalho, o desafio de administrar de forma totalmente interposta, e por vezes simultaneamente, o trabalho reprodutivo e o produtivo. É importante lembrar que os estudos feministas e de gênero têm se debruçado, há anos, na desconstrução da dicotomia “público e privado”, demonstrando que o “lar” não pode ser compreendido apenas como lócus dos mais singelos e harmoniosos afetos (Zelizer, 2011). O “lar”, sobretudo para as mulheres, é igualmente o espaço de violências, trabalho e desigualdades (Aboim, 2012). Durante a quarentena, a ideia enrijecida dessa suposta dicotomia foi totalmente desfeita. As mulheres entrevistadas nessa pesquisa relataram que o período de isolamento social piorou suas saúdes físicas, mentais, seus momentos de lazer com a família, a relação conjugal e a vida sexual, proporcionalmente nessa sequência. Podemos dizer, assim, que a pandemia se caracteriza como momento dramático, de canseiras e desgastes intermitentes vivenciados pelas mulheres.

Ao mesmo tempo, faz-se necessário lembrar que a classe média tem acessos a mercados e consumos que podem trazer determinados confortos para suas vidas (O’Dougherty, 1998; Scalón & Salata, 2012). Durante a pandemia, diversas reportagens foram feitas sobre o aumento da compra de eletrodomésticos, incluindo os dos setores de “inteligência artificial” (Melo, 2020). A compra dos robôs, principalmente os aspiradores de pó que fazem tudo sozinhos, foram recorrentes nas narrativas das mulheres entrevistadas.

Entrevistada 9, 25 anos, pós-graduação completa, mora com o marido, São Paulo: Ele [robô] é maravilhoso [risadas]. Ele é muito

bom, ele custou 1.700 reais, só que assim, na época eu fiz toda uma tabela comparativa e tal para comprar bem comprado. E aí nessa marca tem vários segmentos, várias linhas de robô, tem os mais baratinhos que são fininhos e menores e tal, e até um acima do meu que também passa pano. De qualquer forma, ele varre e aspira... pode parecer que ele é bobeira, mas ele é bom porque ele te salva um tempo, enquanto ele está fazendo uma coisa, você está fazendo outra, então por exemplo, ele está passando aqui na sala, quando ele terminar você vai passar o pano na sala e ele já vai estar na cozinha, então vai uma reação em cadeia que você não precisa gastar um tempo muito grande. Assim, às vezes, você não quer limpar a casa inteira, aí enquanto você está lavando a louça, ele já está passando na sala de jantar, onde caiu alguma coisa, então salva um tempo, parece bobeira, mas é verdade.

As tecnologias do lar – muito mais discutidas pela literatura feminista internacional (Silva, 2010) –, foram percebidas como instrumentos que pudessem amenizar as desigualdades de gênero. Os eletrodomésticos além de diminuir o tempo destinado a cada tarefa, ainda possibilitam maior facilidade do compartilhamento dos mesmos, o micro-ondas, por exemplo, faz com que cada membro da família possa esquentar seu próprio alimento, não responsabilizando uma pessoa para tal tarefa. Contudo, como nos demonstra Elizabeth Silva (1998), a inserção dessas tecnologias na sociedade brasileira está condicionada pelos determinantes socioeconômicos e podem intensificar outras desigualdades.

O relato citado acima, nos demonstra o quanto o robô aspirador trouxe benefícios para a vida dessa mulher, ao mesmo tempo que nos faz questionar as possibilidades de acesso a eles, uma vez que o valor desse objeto (R\$ 1.700,00) é maior que o salário-mínimo nacional (R\$ 1.045,00), e representa quase duas vezes mais que a renda média das trabalhadoras domésticas remuneradas no país, antes mesmo da pandemia (Pinheiro *et alii*, 2019). Nessa mesma lógica, Felipe Pena e Luiz Saraiva (2019) demonstram como os/as empregadores/as, muitas vezes, acreditam que as trabalhadoras domésticas remuneradas não têm conhecimentos apropriados para utilizar tais tecnologias, privando-as do consumo com receios de danificação do objeto, não estabelecendo formas mais ágeis e menos abusivas de trabalho. Nesse sentido, podemos questionar se a proximidade maior com as desigualdades vivenciadas em casa traria de fato novas percepções mais inclusivas nos modelos e sobretudo nas relações de delegação para essas mulheres.

Percebe-se que a política de isolamento social estabelecida na pandemia do novo coronavírus modificou a vida das mulheres de classe média ao aproximá-las de suas casas, das demandas domésticas e de suas próprias famílias. Essa aproximação sig-

nificou sobrecarga de trabalho e desgastes relativos ao aprofundamento das desigualdades de gênero, ao intensificar as demandas domésticas de uma forma totalmente contínua com as demandas de seus trabalhos. Contudo, o “peso da limpeza”, que estavam “carregando nas costas”, não foi valorizado na mesma proporção que outras instituições de delegação e conciliação, mostrando-nos que algumas lógicas de diferenciações e hierarquizações se mantiveram em suas narrativas

Casa, escola e Estado: novas percepções?

Mais do que ter uma casa limpa, as entrevistadas afirmaram que precisavam ter os/as filhos/as na escola para poderem estabelecer uma rotina de trabalho – *home office* – mais tranquila, principalmente as mulheres que tinham filhos/as pequenos/as. De tal modo, nessa pesquisa ficou aparente que a maior percepção, em termos valorativos que o período de isolamento social trouxe para essas mulheres, foi sobre o papel das creches, escolas e professoras/es, mais do que uma possível valorização do trabalho desempenhado em casa, como as faxinas, limpezas, cozinha e lavanderia.

Essa “nova” percepção se correlaciona ao fato de que os cuidados com os/as filhos/as pequenos/as, o acompanhamento das aulas on-line e das tarefas escolares, o emocional das crianças, a saúde mental dos filhos/as adolescentes durante o isolamento social e saber utilizar o tempo de forma qualitativa com os filhos/as em casa, foram demasiadamente cansativos e angustiantes para essas mulheres.

Pesquisadora: E para você como foi a parte da educação, que antes era da escola, da creche dela?

Entrevistada 12, 38 anos, ensino superior, mora com a filha de cinco anos, Rio de Janeiro: Horrível, horrível! [risadas]. Horrível, horrível, horrível! Porque, primeiro que ela é muito pequenininha, ela não entendia que tinha que assistir aula de vídeo. E segundo, que eu não sei se eu pressionei demais, mas ela não podia escutar que tinha que assistir aula. Ela não pode ouvir falar que tem que assistir aula, nossa, virou o inferno astral da vida dela. Aí o que eu estou fazendo agora, eu pego o roteiro da escola, as folhas, apostila e faço sem ela assistir a vídeo-aula, porque ela pegou um ranço do negócio que não quer assistir as vídeo-aulas de jeito nenhum... tadinha, ter eu de professora.

Entrevistada 6, 33 anos, ensino superior, mora com o marido e dois filhos (10 meses e 4 anos), Rio de Janeiro: Nossa rede de apoio aqui é a escola, é a escola, foi difícil, foi muito difícil. Então eu senti falta da escola, se meu filho tiver na escola todos os dias,

eu consigo dar conta da minha casa. E eu não preciso de alguém que faça isso para mim. Ah, é cansativo dobrar minhas roupas, lavar minhas roupas, guardar e limpar o chão? É, mas eu acho que faz parte da vida adulta e da vida. Não tem jeito, não tem como fugir disso ou então você fica tranquilo de ter uns dias de roupa acumulada, de ter uns dias que um monte de roupa vai estar suja, o dia que o chão vai estar sujo e tudo bem, ninguém vai morrer por causa disso também.

Pesquisadora: Depois desse tempo todo que você está olhando para a casa de um jeito tão diferente, o que mudou para você sobre as tarefas domésticas, o trabalho doméstico, com sua filha...

Entrevistada 8, 40 anos, ensino superior, mora com os pais e uma filha de nove anos, durante a pandemia passou a cuidar de mais um idoso: Olha, eu acho de questão de dar mais valor né, assim, muito mais valor ao trabalho que a L. [trabalhadora doméstica] tem, porque realmente é muito sinistro fazer coisas todo o dia, pensar e ficar fazendo. E a escola eu não sei, eu acho assim, os professores esse ano superaram de tudo, pelo menos do colégio da minha filha, sabe? Eles são os verdadeiros heróis da pandemia. Porque a questão é um milagre... eu acho, assim, complicado a escola não voltar, eles colocarem as crianças como vilãs dessa doença. Então aqui no Rio tudo já voltou, literalmente tudo. Todo mundo com uma vida assim... se você andar na rua é uma vida normal, só não tem escola, você está mostrando o que para a criança?

Assim, percebe-se que para as mulheres de classe média o cuidado com os/as filhos/as pequenos/as já não se estabelece primordialmente através do trabalho doméstico remunerado (Costa, 2002). É importante notar que o acesso a instituições educacionais tem índices mais elevados entre os 25% mais ricos no Brasil, onde a inserção de filhos/as em creches e escolas infantis chega a 41,1% (Sorj, 2019). Ressalta-se, para além disso, que o número de babás contratadas não tem índices altos no país atualmente, sendo que em 2019 essa ocupação girava em torno de 10,2% dos contratos relacionados ao trabalho doméstico remunerado (Pinheiro *et alii*, 2019), mostrando-nos que escolas e creches, de fato, têm um peso e uma importância na realidade cotidiana das famílias de classe média, tomando um espaço importante nos processos de conciliação e delegação.

Nesse sentido, as narrativas sobre os desafios e as dificuldades com os/as filhos/as em casa tomaram um determinado “protagonismo” nas entrevistas. De acordo com o levantamento de dados quantitativos via internet, Luana Myrrha e Silvana Queiroz (2020) constataram que as babás foram as trabalhadoras que tiveram mais dificuldades em realizar o isolamento social de forma remunerada (42,2%), sendo que muitas passaram a morar com os empregadores ou tiveram adequação da carga

horária de trabalho. Nessa pesquisa, uma empregadora demitiu a diarista durante a quarentena, para contratar uma babá, posto que não conseguiu administrar todas as demandas do trabalho produtivo e reprodutivo com um bebê em casa.

É relevante notar que apesar das dificuldades encontradas nessa relação de cuidado com os/as filhos/as, as mulheres entrevistadas não passaram a descrever esse momento de maior proximidade em termos de “descobrimto”, como o fizeram em relação à casa e às tarefas domésticas. As famílias de classe média têm, historicamente, uma política de envolvimento com as escolas que se ancora em pressupostos ideológicos, que estejam de acordo com suas posições econômicas e culturais, pensando a educação dos/as filhos/as como um plano familiar de estilos de vida, estando mais atentas na participação “família-escola” (Carvalho, 2004; La-reau, 2011).

Nessa lógica, poderíamos pensar que a maior atenção com os filhos se torna primordial em contraposição à casa, uma vez que a educação toma um lugar de importância para as classes médias, não podendo “negligenciar” ou “relativizar” esse aspecto, como fizeram com a casa. Essa “relativização” pode ser definida através de outros níveis de exigência estabelecidos sobre a qualidade da faxina, a própria percepção sobre uma casa limpa, não se importando mais com roupas amarrotadas, vidros sujos, poeira, não cozinhavam todos os dias, quando eram elas que estavam realizando esses trabalhos.

Entrevistada 4, 58 anos, ensino superior, mora com o marido, mas, na pandemia, a filha e o genro foram ficar com eles, Rio de Janeiro: Tem isso... o robô limpa o chão do banheiro, mas ele não limpa a privada, ele não limpa o box, ele não limpa nada. Mas eu também não limpo o box, então... sinceramente, o box é uma coisa, é um negócio que a gente tem que desapegar, sabe? Uma vez por mês, a moça vem, ela limpa, é uma guerra inútil, não tem como travar essa guerra do box. E vidro eu já abri mão de limpar, tudo tem um limite também. Os vidros aqui da varanda, eles não sujam muito porque aqui a gente não abre muito, não fica muito aqui e a gente abre eles com cuidado para não ficar colocando a mãozona no vidro. Mas então está tudo sempre relativamente limpo, uma vez por mês a moça vem, limpa de verdade, assim, totalmente.

No período em que as entrevistas foram realizadas, a maior parte das mulheres já tinha pedido pelo retorno da trabalhadora doméstica remunerada. Em cinco casas, a trabalhadora retornou com as atividades, mas em outro regime de carga horária e de frequência, e quatro empregadoras retornaram “normalmente” com as atividades. A maior parte dos novos arranjos foi estabelecida com o retorno da trabalha-

dora em uma frequência menor que a anterior, como, por exemplo, uma vez a cada quinze dias ou uma vez a cada três semanas, com o valor da diária maior, já que a casa ficava mais suja – de acordo com suas narrativas. Nesse arranjo, as trabalhadoras acabavam ganhando menos que no período anterior à pandemia.

O retorno dessas trabalhadoras foi justificado nas entrevistas, de forma unânime, pelas palavras “estava muito difícil”. A postura de flexibilização com essas trabalhadoras coloca em risco a vida de todas as pessoas envolvidas nessa relação trabalhista, mas as trabalhadoras domésticas remuneradas são as mais vulneráveis, considerando o transporte público, o contato na casa das/os empregadoras/es e o fato de que essas trabalhadoras, muitas vezes, não têm acesso a uma boa infraestrutura sanitária e de saúde pública. As empregadoras entrevistadas sabiam disso, pediam para que viessem de máscara, perguntavam sobre a possibilidade de o transporte ser através do Uber ou se parentes poderiam levá-las para o trabalho. No entanto, as trabalhadoras retornaram às suas rotinas, ganhando menos e estando mais suscetíveis ao contágio pela Covid-19.

Entrevistada 6, 33 anos, ensino superior, mora com o marido e dois filhos (dez meses e quatro anos), Rio de Janeiro: Agora ela voltou, ela vem de transporte público, porque no nosso entendimento não faz diferença ela não vir de transporte público, não seria viável, não seria possível, porque a gente não teria dinheiro também para pagar o Uber ou o táxi, realmente não seria possível. Mas além disso, eu realmente acho que não fazia sentido ela não usar o transporte público, se o marido dela trabalha no Ceasa, que encontra com um milhão de pessoas, se ela vai para a casa da N [outra empregadora] que tem várias outras pessoas, então pela questão de contaminação a gente não ficou tão paranoico disso, dela pegar transporte público e ela estava pegando para ir para outros lugares.

A volta dessas trabalhadoras, nessas condições, é resultado da histórica informalidade, da falta de políticas públicas para ampliar a formalização e garantir melhores condições de trabalho, do processo permanente de desvalorização do trabalho doméstico remunerado (Brites, 2000; Ávila, 2009). Mas também, é o resultado de como as estruturas de classe, gênero e raça operam fortemente nessa relação contratual, fazendo com que as mulheres de classe média não tenham uma proximidade suficiente com suas próprias casas, não queiram se sujeitar a perder seu tempo com a limpeza, com o enfrentamento conjugal, com tarefas de cuidado e alimentação.

Entre as várias escolhas sobre o que deveria ser flexibilizado pela família, o trabalho doméstico remunerado logo aparecia como “fundamental”:

Entrevistada 5, 29 anos, pós-graduação completa, mora com o marido, São Paulo: A gente escolheu flexibilizar na faxina. [...] Eu prefiro viver com uma fruta que não está madura porque eu comprei pelo aplicativo, do que ter que arrumar a casa no final de semana.

É importante dizer que as escolas e creches estavam fechadas de acordo com as normativas governamentais, o que impossibilitava as “escolhas” das famílias sobre a volta dos/as filhos/as para as creches e escolas, ao passo que as trabalhadoras domésticas remuneradas trabalhavam em suas casas, majoritariamente, como informais – aspecto que sustenta uma rede de barganhas e negociações entre as exigências das empregadoras e as necessidades das trabalhadoras (Monticelli, 2017). Assim, por mais que a trabalhadora doméstica remunerada não estivesse na narrativa dessas mulheres como “as heroínas da pandemia”, rapidamente foram chamadas de volta para “apagar o fogo” de suas casas.

Além disso, outro ponto de destaque nessas entrevistas se relaciona com as escolhas do que seria flexibilizado ou não em suas vidas. O Estado brasileiro, sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, teve grandes dificuldades políticas e ideológicas de enfrentamento ao novo coronavírus, passando por diversas crises ministeriais, atritos entre o governo federal e os governos estaduais, negacionismos, além de uma profunda crise econômica (Campos, 2020; Bridi, 2020). Isso estabeleceu um processo de individualização frente aos cuidados e ao próprio enfrentamento da pandemia, resultando para cada indivíduo encontrar as respostas para sua crise financeira, sobre as medidas a serem flexibilizadas, os cuidados com o contágio, além das escolhas e decisões morais em relação ao cuidado com o outro. Esse contexto aparece diretamente nas narrativas das mulheres entrevistadas e em suas dinâmicas com a divisão sexual do trabalho e do cuidado com os/as filhos/as, estando as normativas políticas presente em quase todas as entrevistas.

Pesquisadora: Como foi tentar estabelecer uma divisão minimamente mais igualitária?

Entrevistada 7, 53 anos, ensino superior, mora com o marido e dois filhos adolescentes, São Paulo: Então, tentar eu tento todos os dias, eu continuo tentando, mas não funciona, não funciona, porque eu acho que, realmente, a mulher... além de eu, às vezes, trabalhar oito, nove horas por dia, eu fico bem sobrecarregada. Igual agora, eu estou conversando com você, se eu não levantar e fizer uma janta, não acontece. Aí eu surto uma, surto duas, surto três, sabe? É muita coisa que eu tenho de fazer, quer dizer, eu sou a professora de ginástica do filho, eu sou a professora de inglês da menina, eu sou a empregada que lava, passa e cozinha, meu trabalho... entendeu? É punk, é punk... se as outras pessoas têm

filhos que ajudam maravilhosamente bem, maridos que ajudam maravilhosamente bem, esse não é o meu caso... e esse governo que não faz nada, na-da! É um desespero por dia. A conta não bate, nessas horas que você se pergunta: quem mandou queimar o sutiã, cara? Quem mandou queimar o sutiã? Porque o governo não está fazendo nada.

Entrevistada 2, 51 anos, pós-graduação completa, mora com o marido, uma filha de dez anos, São Paulo: Então, assim, esse período que a mamãe esteve aqui, eu vou falar para você que eu acho que a mamãe mais me ajudou do que eu ajudei ela, é uma coisa impressionante, porque, principalmente em relação à casa, ela sempre ajudava, passava uma vassourinha, coisas leves, coisas que ela podia fazer e que era bom ela fazer. [...] O difícil era o relacionamento, assim, porque muda o ritmo né... essa parte de comunicação, isso é complicado, não foi uma e não foram duas, meu marido ficava bravo, né. Então isso foi uma coisa muito, muito difícil, a ponto de uma coisa boba: televisão. Gente, aquele começo da pandemia, a nossa decisão foi “não vamos ver jornal, não aguento mais ficar vendo aquelas notícias”. Então a gente via outras coisas, mas ela [mãe] adora ver o *Jornal Nacional*, ela adora! E o meu marido não gostava que visse, por quê? Para não ficar vendo aquelas notícias que só traziam coisa ruim, vamos ver um filme. Eu já não aguentava mais ver o governo não fazendo nada, assistia jornal era morte e fila de auxílio emergencial.

Entrevistada 3, 35 anos, pós-graduação completa, mora com o marido e a filha de quatro anos, Rio de Janeiro: Eu vi muita discussão elitizada em favor de que as aulas continuem suspensas, eu vejo com esse ajudante do meu marido que mora na favela, o ajudante de cozinha dele. Ele tem uma filha pequena, o quanto ele sofreu das aulas estarem suspensas. E as pessoas falam “ah, mas é horrível a condição da escola pública”. Que ótimo, vamos abrir esse debate, vamos ter sempre esse debate da qualidade da escola pública, mas não é porque a escola pública tem uma qualidade ruim que as aulas não devam voltar, porque essas crianças ficaram em creches parentais, totalmente improvisadas, com pessoas que não têm nenhuma formação em pedagogia e nada, sujeitas à violência, sujeitas a todo tipo de insegurança mesmo.

O Estado aparecia na narrativa dessas mulheres por meio dos questionamentos sobre o retorno às aulas, na vulnerabilidade das escolas públicas, na eficácia – ou não – do isolamento social enquanto política pública, como condicionantes que aprofundavam ansiedades, angústias, tristezas e medos, essas mulheres não suportavam ter que acompanhar o noticiário e traçar parâmetros de cuidado a partir da instabilidade política, mesmo as que ideologicamente acompanhavam o atual governo. Assim, durante o governo de Jair Bolsonaro, as mulheres não só estavam mais vulneráveis, como passaram a não contar com Estado para assegurar um iso-

lamento social seguro, com decisões consolidadas sobre o processo educacional e para os próprios processos de flexibilizações em seus trabalhos, como foi percebido nas entrevistas realizadas. Isso significa dizer que essas mulheres conectavam diretamente o “caos” de suas vidas, com as insuficiências do Estado. E, talvez, o que essa pesquisa nos mostra é que essa percepção foi possibilitada através da experiência da quarentena, em casa, responsabilizando-se por diversas tarefas, sem poder delegar as demandas do âmbito doméstico.

A ausência do Estado, que aparece de forma nítida para essas mulheres, na correlação direta com suas vidas cotidianas, tornou-se uma política de governo. No dia 9 de dezembro de 2020, o governo federal decretou “A estratégia nacional de fortalecimento dos vínculos familiares”, que tem um teor familista e que responsabiliza a família pelo cuidado dos filhos, dos idosos, das pessoas com deficiência, que preze pelo “o reconhecimento do valor social do trabalho doméstico e de cuidado como essenciais para o desenvolvimento da família e da sociedade” (Brasil, 2020a: 4). Esse decreto foi concebido pelo Comitê Interministerial, constituído pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pela Casa Civil, pelos Ministérios da Educação, da Cidadania e da Saúde. É importante ressaltar que esse decreto está em total consonância com a política neoliberal e conservadora da extrema direita proferida pelo atual governo desde o processo eleitoral (Klein, Carmo & Tavares, 2020), resultando em um enfrentamento das políticas de igualdade de gênero, impondo uma lógica de fortalecimento da “família tradicional” (Biroli, 2020).

Nesse sentido, podemos perceber que as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, ao longo da pandemia, não vão ter um caminho de possíveis soluções via políticas públicas. Essas mulheres vão continuar sobrecarregadas entre as demandas domésticas, familiares e suas posições no mercado de trabalho, seguindo com seus modelos tradicionais de delegação, que no Brasil se dá de forma individualizada, informal e precária. É importante ressaltar que essa lógica, intensificada através das diretrizes do atual governo, não corrobora para que “novas percepções”, ou até mesmo “novas práticas”, sejam estabelecidas diante dessas desigualdades.

Essa pesquisa demonstrou que o período de pandemia – sobretudo o de isolamento social – trouxe novas dinâmicas, para as mulheres de classe média, sobre suas casas e famílias; mas essa proximidade não estabeleceu uma correlação direta com novas formas de pensar seus mecanismos de delegação. A “casa” foi relativizada para elas mesmas, mas continuaram com os níveis de exigência quando esse trabalho era feito pela trabalhadora doméstica remunerada; não pensaram tampouco em formas mais inclusivas de contratação via CLT, que pudessem garantir mais proteções à essas trabalhadoras. Ao passo, que as escolas e creches, já internalizadas como

instituições constituintes de suas posições de classe, apareceram de forma mais valorizada em suas narrativas. Como anunciado anteriormente, a correlação direta do que estava acontecendo em suas vidas – principalmente em termos das demandas domésticas – com o Estado, surge a partir do momento que o acesso aos modelos de delegação foi privado, possibilitando novos aspectos a serem vislumbrados em termos de compreensão de políticas públicas destinadas ao âmbito doméstico e ao trabalho reprodutivo, pelas classes médias.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar como as mulheres de classe média vivenciaram o período de isolamento social durante a pandemia do novo coronavírus, compreendendo que a política do “fique em casa” pressupõem determinadas relações de cuidados familiares, que desconsideram as diversas desigualdades relativas ao âmbito doméstico, e mais que isso, as próprias configurações de poder intrafamiliares que refletem nos processos de conciliação e delegação no Brasil.

Percebe-se que essas mulheres tiveram uma convivência com suas próprias casas, passaram a “conhecer de perto” as demandas e os trabalhos que o âmbito doméstico exige para estabelecer a sensação de bem-estar, para criar condições minimamente harmônicas intrafamiliares e para dar sustentação em termos de cuidados com filhos/as e idosos/as, demonstrando que a pandemia não trouxe, necessariamente, novas práticas ou transformações na estrutura e na dinâmica familiar em relação à divisão sexual do trabalho. Essa convivência, extrema e obrigatória, trouxe mais sobrecarga e desigualdade para essas mulheres, influenciando diretamente em seus postos de trabalho, além dos desgastes causados por uma rotina interposta e intermitente entre trabalho reprodutivo e produtivo.

Contudo, essa realidade não foi agente de “novas” percepções sobre o trabalho doméstico remunerado e as instituições educacionais. As mulheres entrevistadas passaram a relativizar as exigências com as tarefas domésticas, com padrões de limpeza de como deveriam estar suas casas, no momento em que passaram a fazê-las. No início da pandemia, algumas hipóteses foram levantadas em relação a essa proximidade, correlacionando-a com uma possível demissão em massa das trabalhadoras domésticas remuneradas, uma vez que as mulheres de classe média passariam a ver essa contratação como dispensável. De fato, essa pesquisa nos mostra justamente o contrário. O trabalho doméstico remunerado não se tornou dispensável, sendo um dos primeiros a serem flexibilizados, trazendo diversas vulnerabilidades para essas trabalhadoras. A proximidade com a casa tampouco trouxe “novas” percepções sobre esse trabalho em si, as exigências feitas para essas

trabalhadoras, a valorização de seus trabalhos e uma relação menos hierarquizada não foi estabelecida. Ao passo que as instituições educacionais, tais como creches e escolas, foram compreendidas como os verdadeiros apoios na vida cotidiana dessas mulheres, reafirmando uma ligação que a classe média tem com a política educacional.

Esse quadro, de “poucas” novidades, talvez seja reflexo da realização de uma pesquisa de campo feita na urgência dos fatos, em que mudanças ainda não sejam percebidas ou que não tiveram o tempo suficiente para serem concretizadas; ou talvez, essas percepções não se alteraram tanto porque o trabalho em si não mudou, a pandemia não trouxe transformações nas condições do trabalho produtivo e reprodutivo para essas mulheres, condicionando em novas percepções e práticas entre a “casa” e o “trabalho”, reafirmando e intensificando as desigualdades já existentes.

O que essa pesquisa traz como ponto instigante é a compreensão dessas desigualdades propiciadas pelas insuficiências do Estado. A classe média, por conseguir fazer os processos de delegação e conciliação por contratações de trabalhadoras domésticas, através da rede privada de ensino, solucionando essas questões de forma mais individualizada, foi barrada de seu acesso a essa estrutura pela política de isolamento social. Isso fez com que o “governo” estivesse na narrativa de quase todas as entrevistadas, conectando os aspectos de desigualdades de suas vidas cotidianas, com a ideia da necessidade de fazer políticas públicas relacionadas aos cuidados e ao âmbito doméstico, sem compreendê-las como destinadas somente às classes populares. Se a pandemia não trouxe novas práticas ou transformações em como se estruturam a lógica da divisão sexual do trabalho, ela pode trazer novas formas de pensar as políticas do âmbito doméstico e do cuidado.

Referências

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.

ARAÚJO, Clara *et alii*. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. In: ARAÚJO, Clara *et alii*. *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*, p.1-81. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das trabalhadoras domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora UFPE, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, v. 32, n. 2, Belo Horizonte, 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRELURTAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre o uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FOUNTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. *Uso do tempo de gênero*, p.43-59. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, p.135-187. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*, p. 31-46. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. Decreto n. 10.570, de 9 de dezembro de 2020a. Institui a estratégia nacional de fortalecimento dos vínculos familiares e seu Comitê Interministerial. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 10 Dez. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020b. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 07 Fev. 2020.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, 2020.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 93-123, São Paulo, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2011.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Modos de educação, gênero e relações escola-família. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.

_____. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 2, n. 110, p. 143-155, São Paulo, 2000.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS (FENATRAD). Fenatrad protesta contra decreto que determina a atividade doméstica como serviço essencial durante a pandemia da Covid-19. 2020. Disponível em: <<https://fenatrad.org.br/2020/05/08/fenatrad-protesta-contradecreto-no-para-que-determina-a-atividade-domestica-como-servico-essencial-durante-a-pandemia-da-Covid-19/>>.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. O cuidado e seus circuitos: significados, relações e retribuições. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena. *O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*, p.91-128. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; POSTHUMA, Anne. El cuidado: su formas, relaciones y actores (reflexiones a partir del caso no Brasil). In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (Orgs.). *El cuidado en America Latina*, p.77-119. Buenos Aires: Medifé, 2020.

GUEDES, Moema de Castro. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 8, n. 1, p. 55-75, 2010.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; WANJMAN, Simone; DINIZ, Bernardo. Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil? *Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Abep)*. 2018

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 1, n. 53, p. 131-143, 2021.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílio Covid19. 2021. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br>>.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua quarto trimestre de 2020. 2020.

JESUS, Cristina Jornada de; MYRRHA, Luana Junqueira Dias. Os afazeres domésticos antes e depois da pandemia: desigualdades sociais e de gênero. *Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Disponível em: <<https://demografiufrn.net/2020/07/16/afazeres-domesticos-antes-e-depois/>>.

KLEIN, Charles; CARMO, Milena; TAVARES, Alessandra. Between “us” and “them”: political subjectivities in the shadows of the 2018 Brazilian election. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 2, 2020.

KOFES, Sueli. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

LAREAU, Annette. *Unequal childhoods: class, race, and family life*. California: University of California Press, 2011.

LEÃO, Natália *et alii*. Trabalho e vida das mulheres na pandemia. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio. *A devastação do trabalho: classe do labor na crise da pandemia*, p. 289-311. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2020.

MATCHAR, Emily. *Homeward bound: why women are embracing the new domesticity?* New York: Simon&Shuster, 2016.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 161-187, 2018.

MELO, Alexandre. Brasileiros compram mais eletrodomésticos durante a quarentena: cresce venda online de aspirador de pó e liquidificador. *Valor Investe/OGlobo*. 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/gastar-bem/noticia/2020/04/17/em-casa-brasileiro-compra-mais-eletrrodomesticos.ghtml>>.

MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, 2016.

MONTICELLI, Thays Almeida. Cuidado e poder: as relações do trabalho doméstico remunerado através da cultura doméstica. In: TAMANINI, Marlene *et alii* (Orgs.). *O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis: Editora Udesc, 2018.

_____. “Eu não trato empregada como empregada”: empregadas e os desafios do trabalho doméstico remunerado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2017.

MOREIRA, Lisandra Espíndula *et alii*. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, 2020.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; QUEIROZ, Silvana Nunes. *Pesquisa aponta que metade dos empregadores mantiveram remuneração enquanto os empregados domésticos estavam afastados durante a pandemia da Covid-19*, 2020. Disponível em: <<https://demografiaufrn.net/2020/07/06/projeto-domesticas-ufrn-primeiros-resultados/>>.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A sociologia digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias*, v. 18, n. 41, p. 216-241, Porto Alegre, 2016.

O'DOUGHERTY, Maureen. Auto-retratos da classe média: hierarquias de "cultura" e consumo em São Paulo. *Dados*, v. 41, n. 2, p. 411-444, Rio de Janeiro, 1998.

PENA, Felipe Gouvêa; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Resignificação, consumos e silêncios da cozinha doméstica. *Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 90, p. 558-578, Salvador, 2019.

PICANÇO, Felícia; ARÁUJO, Clara. Conflitos desiguais: homens e mulheres na articulação casa-trabalho no Brasil. *Século XXI: revista de ciências sociais*, v. 9, n. 3, p. 720-749, 2020.

PINHEIRO, Luana *et alii*. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI. Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua. *Textos para Discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019

RIBEIRO, Ludmila; SILVA, Bráulio. O coronavírus, as mulheres e o lar: uma combinação explosiva? *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Reflexões da pandemia, 2020

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2016.

SILVA, Elizabeth. Tecnologia e vida doméstica nos lares. *Cadernos Pagu*, v. 10, n. 2, p. 21-52, 1998.

SILVA, Elisabeth. Maids, machines and morality in Brazilian homes. *Feminist Review*, v. 94, n. 1, p. 20-37, 2010.

SORJ, Bila; No Brasil, novas perspectivas. In: MARUANI, Margaret. *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*, p. 103-113. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

_____. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014.

_____. *Reconciling work and family: issues and policies in Brazil*. Geneva: International Labour Organization. 2004. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_travail_pub_8.pdf>.

SORJ, Bila; HIRATA, Helena. Introdução. In: MARUANI, Margaret. *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe *et alii*. Pandemia na necroeconomia neoliberal. *Revista de Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, 2020.

ZELIZER, Viviana A. *A negociação da intimidade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.



Impacto del trabajo a turnos sobre la salud y la satisfacción laboral de los trabajadores en España

Recibido: 26.11.19
Aprovado: 30.09.20

María-Carmen Sánchez-Sellero*

* María-Carmen Sánchez-Sellero es doctora en ciencias económicas y empresariales, profesora titular en el Departamento de Economía, Facultad de Economía y Empresa, Universidade da Coruña, Campus de Elviña, España. Orcid 0000-0003-3730-8415. <c.sanchez@udc.es>.

Resumen: Este artículo analiza la satisfacción y la salud en los trabajadores a turnos, así como las posibles relaciones entre esos términos a partir de los datos españoles de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo de 2015, publicada en 2017. Utilizamos matriz de correlaciones, análisis de correspondencias y regresión logística. Los trabajadores a turnos rotativos presentaron porcentajes menores de estar satisfechos o muy satisfechos con su trabajo, siendo el efecto negativo más acusado en la satisfacción que en la salud. Se evidencia para todos los turnos de trabajo que los que gozan de “muy buena salud” son los que se encuentran “muy satisfechos” laboralmente. La satisfacción de los trabajadores a turnos es 1,047 veces menor que los que no están a turnos, mientras que los que gozan de muy buena salud están 6,325 veces más satisfechos que su categoría de referencia. Consideramos necesario un estudio longitudinal pues la permanencia en el trabajo a turnos puede incrementar los efectos negativos en el trabajador.

Palabras clave: Turnos de trabajo. Salud. Satisfacción laboral. Estudio de correlaciones.

Impact of shift work on health and job satisfaction of workers in Spain

Abstract: This article analyzes the satisfaction and health of shift workers, as well as the possible relationships between these terms based on the Spanish data of the 6th European Survey of Working Conditions of 2015, published in 2017. We use matrix of correlations, analysis of correspondences and logistic regression. Rotating shift workers had lower percentages of being satisfied or very satisfied with their work, with the negative effect more pronounced in satisfaction than in health. It is evident for all work shifts that those who enjoy “very good health” are those who are “very satisfied” at work. The satisfaction of shift workers is 1,047 times lower than those who are not in shift, while those who enjoy very good health are 6,325 times more satisfied than their reference category. We consider necessary a longitudinal study because the permanence in shift work could increase the negative effects on the worker.

Keywords: Shift work. Health. Job satisfaction. correlation studies.

1. El Estatuto de los Trabajadores en España dice lo siguiente: “Se considera trabajo a turnos toda forma de organización del trabajo en equipo según la cual los trabajadores ocupan sucesivamente los mismos puestos de trabajo, según un cierto ritmo, continuo o discontinuo, implicando para el trabajador la necesidad de prestar sus servicios en horas diferentes en un periodo determinado de días o de semanas” (artículo 36.3. del Boletín Oficial del Estado, de 24 de octubre de 2015).

Introducción

De todos es conocido que el trabajo a turnos¹ no deja indiferente al trabajador que lo realiza, ni al mercado laboral al que pertenece. Si no fuera así, no existirían las “compensaciones” en forma de dinero y/o de días libres

que se conceden a los trabajadores en turnos rotativos después de trabajar en un turno nocturno. Este estudio tiene su punto de partida en el trabajo a turnos, y más concretamente su impacto sobre la salud y sobre la satisfacción de los trabajadores.

Se pueden considerar las diferentes formas de entender este tipo de trabajo dependiendo de los países en los que se analice. En Brasil, la jornada de trabajo está regulada por el artículo 7º, XIII de la Constituição Federal y por el artículo 58 de la Consolidação das Leis do Trabalho; de ahí empleados y empleadores encuentran las normas legales que deben cumplirse en el caso de tipos de horario de trabajo. Lo más común es que los trabajadores realicen sus funciones durante 8 horas diarias y 44 horas semanales. Sin embargo, existe la posibilidad de compensación y turnos de relevo, en cuyo caso la actividad se organiza en escalas, pudiendo ser 5×1, 5×2, 4×2, 6×1, 12×36, 18×36, 24×48. Por ejemplo, en la escala 4×2 el empleado trabaja durante 4 días consecutivos, en turnos de 11 horas y tiene 2 días libres. En España, el informe de la sexta EWCS-España (2015) muestra la siguiente distribución de los trabajos a turnos: aquellos que trabajan en turnos fijos de mañana, tarde o noche; los que trabajan a turnos rotativos o alternativos; y los que trabajan a turno partido (con un descanso de al menos 4 horas entremedias).

El interés de este tema reside en varias razones: las condiciones de trabajo y de empleo son determinantes fundamentales de la salud y de bienestar, siendo el lugar de trabajo un entorno idóneo para llevar a cabo intervenciones con un grado directo de participación (García *et alii*, 2016); en salud laboral, es posible afirmar que el trabajo no es neutral respecto a la salud (Rodríguez, 2013). Las investigaciones en los últimos años muestran la presencia de muchas repercusiones negativas sobre la salud de los trabajadores a turnos. Desde una perspectiva psicológica destacan los trastornos del sueño, síndrome de fatiga crónica, estrés laboral, sintomatología depresiva, así como problemas familiares y sociales (Fernández & Piñol, 2000). A los trabajos a turnos también se les atribuye un mayor número de problemas laborales (menor rendimiento, absentismo y accidentes de trabajo), en comparación con los trabajadores con un horario convencional (Fernández & Piñol, 2000).

En la literatura existente se trata o bien el efecto del trabajo a turnos sobre la salud, o bien el efecto sobre la satisfacción laboral, pero son más escasos los estudios que abordan el efecto del trabajo a turnos sobre la salud y la satisfacción laboral, buscando posibles relaciones entre estas variables. En parecidos términos aunque no iguales, Bernstorff (2008) tuvo como objetivo, correlacionar la satisfacción laboral, la evaluación del desempeño por competencia individual, el examen de la salud ocupacional y el absentismo laboral. Además, la mayoría de las investigaciones se suelen referir a colectivos de trabajadores muy concretos pertenecientes a

actividades específicas. No encontramos ninguna investigación que analice estas relaciones concretas (trabajo a turnos, salud y satisfacción) a partir de una base de datos pública y representativa de todos los trabajadores de un país; ésta es la mayor contribución de este trabajo. Este hecho hace que los resultados y conclusiones sean generalizables a un ámbito mayor que si se tratase por ejemplo de una muestra obtenida de una empresa u organización.

Sentirse satisfecho y sentirse sano son dos percepciones subjetivas, ya que dos personas pueden declarar distintos niveles de satisfacción y salud estando en idénticas situaciones. Queremos vincular el trabajo a turnos con ambas percepciones. También es de nuestro interés conocer el efecto del paso del tiempo en las relaciones anteriores. Por todo ello, los objetivos propuestos intentan dar contestación a las siguientes cuestiones o hipótesis de trabajo:

Hipótesis 1: Influencia del trabajo a turnos sobre la salud.

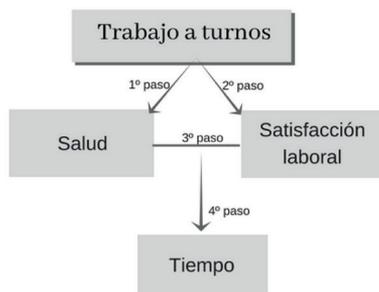
Hipótesis 2: Influencia del trabajo a turnos sobre la satisfacción laboral.

Hipótesis 3: Establecimiento de correlaciones entre las variables trabajo a turnos, salud y satisfacción.

Hipótesis 4: Efecto del tiempo en las relaciones entre las variables trabajo a turnos, salud y satisfacción laboral.

El proceso o pasos de esta investigación se pueden resumir en la Figura 1.

FIGURA 1
PASOS A DESARROLLAR EN EL PROCESO DE INVESTIGACIÓN



Tras esta introducción, planteamos un epígrafe de marco teórico, uno de material y métodos empleados, uno de resultados y otro de discusión, para acabar con las conclusiones del trabajo.

Marco teórico

Los trabajos a turnos, en horarios irregulares, en días de descanso, la extensión de horas diarias de trabajo etc. son temas importantes desde la perspectiva de salud laboral (Parra, 2003). Parra afirma que los turnos de noche o una jornada laboral extensa pueden actuar como agravantes de un problema de salud previo existente. De ello se podría derivar que las consecuencias negativas sobre la salud presentan especial incidencia en los trabajadores que realizan turno nocturno. En el trabajo nocturno se altera la fisiología normal del organismo; no existe una adaptación ni siquiera en los trabajadores nocturnos permanentes, porque no hay una transformación en seres humanos nocturnos. Entre sus recomendaciones y para prevenir los problemas del trabajo nocturno, Parra (2003) recomienda:

- Buscar alternativas del trabajo a turnos.
- Reducir el número de turnos de noche consecutivos.
- Prohibir los cambios de turno en poco tiempo, existiendo una pausa mínima de 12 horas entre la salida de un turno y la entrada a otro.
- Otorgar el máximo número de fines de semana libres.
- Organizar pocos turnos largos y de sobretiempo.
- No usar turnos largos para tareas pesadas.
- Vigilar las horas de entrada y salida a turnos.
- Diseñar sistemas para que sean lo más regulares posibles.
- Propiciar un número mayor de descansos en el turno de noche.
- Proveer estancias adecuadas para dormir, cuando se trabaja fuera de la residencia habitual.

De igual modo, Gil-Monte (2012) señala que según sea la organización del tiempo de trabajo, ya sea la duración y tipo de jornada, pausas de trabajo, trabajo en festivos, trabajo a turnos y nocturno etc. pueden representar factores de riesgo para la salud. La investigación de Iskra-Golec *et alii* (2017) documenta que las consecuencias del trabajo a turnos pueden depender de los parámetros del sistema de turnos; descubrieron que los sistemas de rotación rápida (1x3 turnos del mismo tipo en fila) y el trabajo diurno son menos disruptivos biológicamente que los sistemas de rotación más lentos y el trabajo de tarde y noche.

Existen trastornos del ritmo circadiano de origen extrínseco, como los originados por el trabajo a turnos o los secundarios a unos horarios vigilia-sueño inapropiados (Peraita-Adrados, 2005). En esta alteración del ritmo circadiano, los síntomas de insomnio o hipersomnia son propios de jornadas o turnos laborales que se solapan con el periodo normal del sueño, permaneciendo el trabajador alerta en un momento inadecuado de su ciclo sueño-vigilia. Las condiciones de trabajo tanto de los trabajadores que hacen turnos nocturnos o de madrugada, como de aquellos con rotación de los turnos (estos últimos necesitan un tiempo para adaptar su ciclo sueño-vigilia a la nueva situación) conllevan una reducción de las horas de sueño con un desajuste del ritmo circadiano de sueño-vigilia (Gállego *et alii*, 2007).

En cuanto al concepto de satisfacción laboral, existe una gran cantidad de estudios sobre el tema, entendiendo como tal un constructo multidimensional (Porcel-Gálvez *et alii*, 2014), ya que en la explicación de este concepto influyen múltiples factores o variables (Sánchez-Sellero *et alii*, 2014; Boria-Reverter *et alii*, 2012), aunque la mayoría de las investigaciones reflejan que son las variables inherentes al trabajo las que ejercen mayor influencia (Dueñas *et alii*, 2010; Robles-García *et alii*, 2005). En palabras de Iglesias *et alii* (2011), la satisfacción laboral es una cuestión que explica algunos de los más importantes resultados del mercado laboral. Conviene tener en cuenta, como bien dicen Santos *et alii* (2012), que los objetivos organizacionales no se logran sin un fuerte compromiso afectivo (Hitka *et alii*, 2015; Lorincová *et alii*, 2019) y satisfacción por parte de los trabajadores en los resultados de la organización.

En la revisión de la literatura hecha por Dall’Ora *et alii* (2016) sobre características del trabajo a turnos y su impacto en el rendimiento, pudieron concluir que los turnos rotativos se asociaron con peores resultados de desempeño laboral, mientras que los turnos nocturnos fijos parecían permitir la resincronización. Sin embargo, la satisfacción laboral de los empleados que trabajan noches fijas se redujo. Los descansos oportunos tuvieron un impacto positivo en la fatiga y el estado de alerta de los empleados, mientras que los retornos rápidos entre los turnos parecían aumentar la fatiga. El efecto de las características del trabajo a turnos sobre los resultados en los estudios revisados es consistente en todos los sectores ocupacionales.

Khammar *et alii* (2017) parten de la premisa que el trabajo a turnos influye negativamente en la calidad de la vida laboral de los trabajadores. En su estudio empírico concreto, las personas que habían elegido voluntariamente el trabajo a turnos tenían mayor satisfacción laboral que las que lo hacían forzadas a trabajar a turnos. Los resultados de Ferri *et alii* (2016) sugieren que las personas con horario nocturno rotativo presentaron promedios más bajos en los ítems de satisfacción laboral, cali-

dad y cantidad de sueño, síntomas de fatiga crónica, psicológicos y cardiovasculares más frecuentes en comparación con los trabajadores de turno diurno, de manera estadísticamente significativa. En la investigación de Šimunić y Gregov (2012), el componente evaluativo de satisfacción laboral fue más alto en las personas de turno matutino; además, consideran que el tipo de rotación del turno es importante.

Material y métodos

La base de datos es la sexta EWCS-España. Se encuadra en la “6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo” (European Working Conditions Survey). Se publicó en 2017, corresponde a la edición de 2015 de la Encuesta Nacional de Condiciones de Trabajo. Esta es una encuesta multinacional (35 países) que la Fundación Europea para la Mejora de las Condiciones de Vida y de Trabajo (Eurofound) realiza cada cinco años. En 2015 se entrevistó a 43.850 trabajadores, 3.364 de ellos en España, sobre diferentes aspectos de su vida laboral, como el horario de trabajo, el lugar de trabajo, la exposición a riesgos físicos y psicosociales, la salud y el bienestar, entre otros. Los requisitos para formar parte de la encuesta es tener 15 años o más (en el caso de algunos países como España, fue de 16 o más años, ya que ésta es la edad mínima legal para trabajar), ser residente en los países incluidos en la encuesta, y estar en ‘situación de empleo’ (personas que realizaron al menos una hora de trabajo a cambio de una remuneración en la semana anterior a la entrevista).

En España, la muestra se estratificó por Comunidades Autónomas y grado de urbanización (5 categorías). Inicialmente, en cada estrato se seleccionaron proporcionalmente al número de personas empleadas en cada estrato, 825 unidades primarias de muestreo (UPM) sobre la base de secciones censales. Las estadísticas de población se obtuvieron de la Encuesta de Población Activa (EPA) correspondientes al segundo trimestre del año 2014. En cada sección censal se dispuso de un registro de calles y números de cada calle, por lo que se realizó una selección aleatoria de direcciones dentro de cada unidad primaria de muestreo (Primary Sampling Unit – PSU). Por último, dentro de cada unidad familiar se seleccionó aleatoriamente a la persona con trabajo que estuvo de cumpleaños más recientemente.

De la sexta EWCS-España seleccionamos inicialmente las variables Turnos, Tipos de Turnos, Salud y Satisfacción. En todas ellas eliminamos los códigos que se refieren a “No sabe”, “No contesta” para que los cálculos estadísticos no alteren los resultados y se refieran solo a las contestaciones válidas. La variable Tipos de Turnos procede si en la pregunta Turnos=1 (contestaron Si). Se enuncian así:

Usted trabaja... Por turnos: 1. Si, 2. No.

Usted trabaja... 1. A turno partido (con un descanso de al menos 4 horas entremedias), 2. A turnos fijos (mañana, tarde o noche), 3. A turnos rotativos/alternativos, 4. Otro.

¿Cómo es su salud en general? Diría que es...1. Muy buena, 2. Buena, 3. Aceptable, 4. Mala, 5. Muy mala.

En general, ¿está muy satisfecho, satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con las condiciones de trabajo de su principal trabajo remunerado? Diría que está... 1. Muy satisfecho, 2. Satisfecho, 3. No muy satisfecho, 4. Nada satisfecho.

En la regresión logística utilizamos otras variables relativas a características personales del trabajador (género, edad), y características propias del trabajo (sueldo, posibilidades de ascenso, reconocimiento del trabajo, compañeros, motivación organización, tipo de contrato, sector de actividad, tipo de empleado según empleador), además de las variables trabajar a turnos, salud y satisfacción.

Empleamos tablas de contingencias, matriz de correlaciones, análisis de correspondencias y regresión logística binaria, todo ello con el programa SPSS 24. Mediante el análisis de correspondencias estudiamos desde un punto de vista gráfico las relaciones de dependencia de variables cualitativas a partir de una tabla de contingencia. Para ello asociamos a cada categoría un punto en el espacio R^n (generalmente un plano, $n=2$) de forma que la cercanía/lejanía entre los puntos reflejan relaciones de proximidad entre las categorías. Aplicamos el método de normalización simétrica, según el cual, para cada dimensión (o eje), las puntuaciones de fila son la media ponderada de las puntuaciones de columna divididas por el valor propio coincidente, y para las puntuaciones de columna al revés. En el origen de coordenadas se encuentran las categorías similares a la media de las filas (o columnas). En términos generales, se interpreta que dos categorías próximas en el gráfico indican asociación entre ellas, mucho más cuando se encuentran lejos del centro de gravedad (origen de coordenadas).

Mediante la regresión logística (Logit) queremos modelizar cómo influye en la probabilidad de aparición de un suceso, en este caso dicotómico al ser una regresión logística binaria, un conjunto de variables explicativas (ya sean dicotómicas, categóricas y/o cuantitativas). Sea Y una variable dependiente binaria (con dos posibles valores: 0 y 1), y un conjunto de k variables independientes (X_1, X_2, \dots, X_k), observadas que sirven para predecir/explicar el valor de Y . El objetivo consiste en determinar:

$$P(Y = 1 / X_1, X_2, \dots, X_k)$$

$$P(Y = 0 / X_1, X_2, \dots, X_k) = 1 - P(Y = 1 / X_1, X_2, \dots, X_k)$$

El modelo de regresión logística binaria establece la siguiente relación entre la probabilidad de que ocurra el suceso, dado que en cada caso se presentan los valores $(X_1=x_1, X_2=x_2, \dots, X_k=x_k)$:

$$P(Y = 1 / x_1, x_2, \dots, x_k) = \frac{1}{1 + e^{(-\beta_0 - \beta_1 x_1 - \beta_2 x_2 - \dots - \beta_k x_k)}}$$

Se trata de hallar los coeficientes $(\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k)$ que mejor se ajusten a la expresión funcional.

Se conoce como **odds-ratio** al cociente de probabilidades:

$$\text{odds-ratio} = \frac{P(Y = 1 / x_1, x_2, \dots, x_k)}{1 - P(Y = 1 / x_1, x_2, \dots, x_k)} = e^{\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k}$$

Tomando logaritmos neperianos en la expresión anterior, nos queda la expresión lineal:

$$\ln \left[\frac{P(Y = 1 / x_1, x_2, \dots, x_k)}{1 - P(Y = 1 / x_1, x_2, \dots, x_k)} \right] = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k$$

Un **odds-ratio** próximo a 1, es decir, un coeficiente β_i cercano a cero, indicará que cambios en esa variable explicativa no tendrá efecto alguno sobre la variable dependiente. La estimación en modelos Logit se realiza mediante el método de Máxima Verosimilitud. Además, en este tipo de modelos no resulta posible interpretar directamente las estimaciones de los parámetros β , ya que son modelos no lineales. Por ello, vamos a fijarnos en el signo de los estimadores. Si el estimador es positivo, significará que incrementos en la variable asociada causan incrementos en $P(Y=1)$. Por el contrario, si el estimador tiene signo negativo, supondrá que incrementos en la variable asociada causarán disminuciones en $P(Y=1)$. Conviene observar que los p-valores (Sig.) inferiores a 0,05, para un nivel de significación $\alpha=0,05$, conlleva rechazar la hipótesis nula de que dichos coeficientes son nulos; y por tanto, las variables asociadas a los mismos son relevantes en el modelo.

Resultados

Hipótesis 1: Influencia del trabajo a turnos sobre la salud.

El 23% de los encuestados reconoce trabajar a turnos; de éstos un 49,8% declaran trabajar a turnos fijos mientras que un 40,9% a turnos rotativos/alternativos (véase distribuciones marginales de las variables, Tabla 1). El 78,5% del total de encuestados cree que su salud es buena o muy buena (Tabla 1), aunque en los que trabajan a turnos rotativos es del 77,3%, es decir, el porcentaje varía -1,2% respecto al total (Tabla 2). La tabla 2 se refiere únicamente a los trabajadores que trabajan a turnos; en ella, $N=766$. En ambas tablas se ha ponderado por w_4 , siguiendo las indicaciones de la metodología de la encuesta.

Hipótesis 2: Influencia del trabajo a turnos sobre la satisfacción laboral.

En cuanto a la satisfacción, el 81,7% del total de los trabajadores afirmaron estar satisfechos o muy satisfechos con su trabajo (Tabla 1), disminuyendo en 0,7% ese porcentaje en el total de los que trabajan a turnos. Sin embargo, los trabajadores a turnos rotativos están satisfechos o muy satisfechos con su trabajo únicamente el 77%, sufriendo una variación de -4,7% respecto al total (véase Tabla 2).

Hipótesis 3: Establecimiento de correlaciones entre las variables trabajo a turnos, salud y satisfacción.

Para conocer las asociaciones entre estas variables se utiliza una matriz de correlaciones (Tabla 3), donde también se señala cuáles de estas relaciones son significativas (p-valor menor que 0,05).

Como la correlación más alta es la existente entre la salud y la satisfacción laboral (0,226), procede realizar un análisis de correspondencias entre estas dos variables. En la Tabla 4 se visualiza el resumen del análisis de correspondencias y el examen de los puntos de fila y columna entre las variables salud y satisfacción laboral, mientras que la Figura 2 corresponde a su representación gráfica.

Con el fin de encontrar dependencias entre estas variables, en la Tabla 5 hacemos también una regresión logística binaria donde la variable dependiente es la satisfacción laboral recodificada en dicotómica: (1-satisfecho-muy satisfecho, 0-nada satisfecho-no muy satisfecho) y siendo las variables independientes, variables de tipo personal del trabajador y otras variables propias del trabajo, además de las variables trabajar a turnos y salud.

TABLA 1
DISTRIBUCIONES MARGINALES DE LAS VARIABLES TURNOS,
TIPOS DE TURNOS, SATISFACCIÓN Y SALUD. FRECUENCIAS Y PORCENTAJES

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Variable Turnos	Sí	772	23,0	23,0	23,0
	No	2583	76,8	77,0	100,0
	Total	3355	99,7	100,0	
	Perdidos (No sabe, NC)	9	0,3		
	Total	3364	100,0		
Variable Tipos de Turnos	A turno partido [con un descanso de al menos 4 horas entremedias]	63	1,9	8,3	8,3
	A turnos fijos [mañana, tarde o noche]	382	11,4	49,8	58,0
	A turnos rotativos-alternativos	314	9,3	40,9	98,9
	Otro [espontáneo]	8	,2	1,1	100,0
	Total	767	22,8	100,0	
	Perdidos (No sabe, NC)	5	0,1		
	Total	772			
Variable Satisfacción	Muy satisfecho	807	24,0	24,0	24,0
	Satisfecho	1937	57,6	57,7	81,7
	No muy satisfecho	474	14,1	14,1	95,8
	Nada satisfecho	142	4,2	4,2	100,0
	Total	3359	99,9	100,0	
	Perdidos (No sabe, NC)	5	0,1		
	Total	3364	100,0		
Variable Salud	Muy buena	780	23,2	23,2	23,2
	Buena	1858	55,2	55,2	78,5
	Aceptable	632	18,8	18,8	97,2
	Mala	83	2,5	2,5	99,7
	Muy mala	9	0,3	0,3	100,0
	Total	3362	100,0	100,0	
	Perdidos (No sabe, NC)	2	0,0		
	Total	3364	100,0		

Fuente: Elaboración propia a partir de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo-España 2015.

TABLA 2
TABLA DE CONTINGENCIA (VALORES Y PORCENTAJES).
VARIABLES: TURNOS, SALUD Y SATISFACCIÓN CON EL TRABAJO

Turnos/Satisfacción			Salud					Total
			Muy buena	Buena	Aceptable	Mala	Muy mala	
A turno partido	Satisfacción	Muy satisfecho	13 50,0%	5 20,0%	1 10,0%			19 29,7%
		Satisfecho	11 42,3%	16 64,0%	6 60,0%	2 66,7%		35 54,7%
		No muy satisfecho	1 3,8%	3 12,0%	3 30,0%			7 10,9%
		Nada satisfecho	1 3,8%	1 4,0%		1 33,3%		3 4,7%
	Total	26 100,0%	25 100,0%	10 100,0%	3 100,0%		64 100,0%	
A turnos fijos	Satisfacción	Muy satisfecho	51 46,4%	39 19,5%	7 10,9%			97 25,5%
		Satisfecho	51 46,4%	132 66,0%	35 54,7	5 71,4%		223 58,5%
		No muy satisfecho	4 3,6%	24 12,0%	18 28,1%	1 14,3%		47 12,3%
		Nada satisfecho	1 3,8%	5 2,5%	4 6,3%	1 14,3%		14 3,7%
	Total	110 100,0%	200 100,0	64 100,0%	7 100,0%		381 100,0%	
A turnos rotativos/alternativos	Satisfacción	Muy satisfecho	24 34,8%	29 16,8%	5 7,9%		3 100,0%	61 19,5%
		Satisfecho	37 53,6%	112 64,7%	29 46,0%	2 40,0%		180 57,5%
		No muy satisfecho	7 10,1%	28 16,2%	24 38,1%	3 60,0%		62 19,8%
		Nada satisfecho	1 1,4%	4 2,3%	5 7,9%			10 3,2%
	Total	69 100,0%	173 100,0%	63 100,0%	5 100,0%	3 100,0%	313 100,0%	
Otro	Satisfacción	Muy satisfecho		1 16,7%				1 12,5%
		Satisfecho		5 83,3%				5 62,5%
		No muy satisfecho	1 100,0%			1 100,0%		2 25,0%
	Total	1 100,0%	6 100,0%		1 100,0%		8 100,0%	
Total	Satisfacción	Muy satisfecho	88 42,7%	74 18,3%	13 9,5%		3 100,0%	178 23,2%
		Satisfecho	99 48,1%	265 65,6%	70 51,1%	9 56,3%		443 57,8%
		No muy satisfecho	13 6,3%	55 13,6%	45 32,8%	5 31,3%		118 15,4%
		Nada satisfecho	6 2,9%	10 2,5%	9 6,6%	2 12,5%		27 3,5%
	Total	206 100,0%	404 100,0%	137 100,0%	16 100,0%	3 100,0%	766 100,0%	

Fuente: Elaboración propia a partir de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo-España 2015.

TABLA 3
MATRIZ DE CORRELACIONES. VARIABLES:
TURNOS, SALUD Y SATISFACCIÓN CON EL TRABAJO

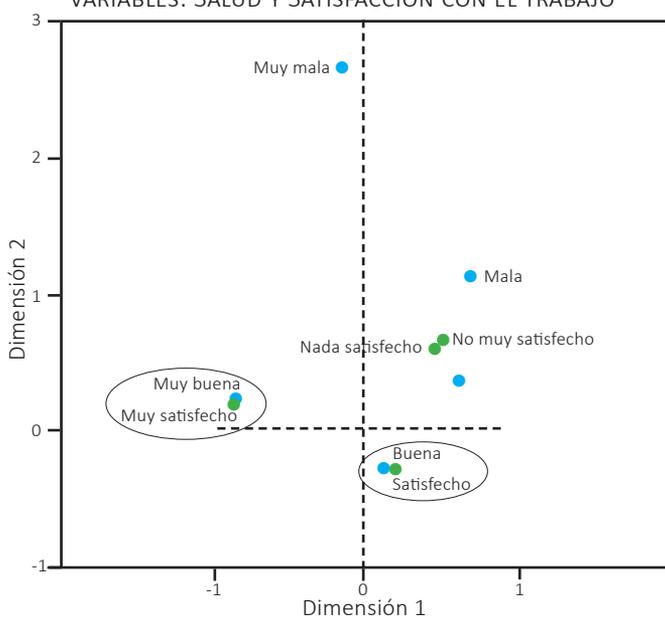
		Salud	Satisfacción	Turnos
Salud	Correlación de Pearson	1	0,226**	0,090*
	Sig. (bilateral)		0,000	0,012
	N	3362	3359	766
Satisfacción	Correlación de Pearson	0,226**	1	0,096**
	Sig. (bilateral)	0,000		0,008
	N	3359	3359	766
Turnos	Correlación de Pearson	0,090*	0,096**	1
	Sig. (bilateral)	0,012	0,008	
	N	766	766	766

** La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral).

* La correlación es significativa en el nivel 0,05 (bilateral).

Fuente: Elaboración propia a partir de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo-España 2015.

FIGURA 2
ANÁLISIS DE CORRESPONDENCIAS.
MÉTODO DE NORMALIZACIÓN SIMÉTRICA.
VARIABLES: SALUD Y SATISFACCIÓN CON EL TRABAJO



● Q75- ¿Como es su salud en general? Diría que es...

● Q88- En general, ¿está muy satisfecho, satisfecho, no muy satisfecho, o nada satisfecho con las condiciones de trabajo de su principal trabajo remunerado? Diría que está...

Fuente: Elaboración propia a partir de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo-España 2015.

TABLA 4
ANÁLISIS DE CORRESPONDENCIAS.
CONTRIBUCIONES A LA INERCIA TOTAL DE CADA DIMENSIÓN, PUNTOS DE FILA Y PUNTOS DE COLUMNA.
VARIABLES: SALUD Y SATISFACCIÓN CON EL TRABAJO

Resumen								
Dimensión	Valor propio	Inercia	Chi-cuadrado	Sig.	Proporción de inercia		Confianza para el valor propio	
					Explicada	Acumulada	Desviación estándar	Correlación
1	0,257	0,066			0,785	0,785	0,018	0,130
2	0,134	0,018			0,212	0,998	0,018	
3	0,014	0,000			0,002	1,000		
Total		0,084	281,918	0,000 ^a	1,000	1,000		

Puntos de fila ^b									
Satisfacción	Masa	Puntuación en dimensión		Inercia	Contribución				
		1	2		Del punto en la inercia de dimensión		De la dimensión en la inercia del punto		
					1	2	1	2	Total
Muy satisfecho	0,240	-0,870	0,170	0,048	0,708	0,052	0,981	0,019	1,000
Satisfecho	0,577	0,189	-0,282	0,011	0,081	0,343	0,465	0,535	1,000
No muy satisfecho	0,141	0,561	0,675	0,020	0,173	0,481	0,570	0,428	0,998
Nada satisfecho	0,042	0,487	0,628	0,005	0,039	0,124	0,519	0,449	0,968
Total activo	1,000			0,084	1,000	1,000			

Puntos de columna ^b									
Salud	Masa	Puntuación en dimensión		Inercia	Contribución				
		1	2		Del punto en la inercia de dimensión		De la dimensión en la inercia del punto		
					1	2	1	2	Total
Muy buena	0,232	-0,854	0,210	0,045	0,661	0,077	0,969	0,031	1,000
Buena	0,552	0,127	-0,284	0,008	0,035	0,333	0,279	0,720	0,999
Aceptable	0,188	0,590	0,387	0,021	0,255	0,210	0,817	0,182	0,999
Mala	0,025	0,715	1,127	0,007	0,049	0,236	0,436	0,563	1,000
Muy mala	0,003	-0,150	2,620	0,003	0,000	0,144	0,006	0,933	0,939
Total activo	1,000			0,084	1,000	1,000			

a. 12 grados de libertad

b. Normalización Simétrica

Fuente: Elaboración propia a partir de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo-España 2015.

TABLA 5
REGRESIÓN LOGÍSTICA BINARIA.
ESTIMACIONES DE LOS PARÁMETROS.
VARIABLE DEPENDIENTE: SATISFACCIÓN CON EL TRABAJO

Satisfecho-muy satisfecho ^a		B	Error estándar	Sig	Exp(B)	I. Confianza 95%	
						Límite inferior	Límite superior
	Intersección	-7,620	0,040	0,000			
Edad	Edad en 3 rangos	0,384	0,001	0,000	1,468	1,464	1,472
Género	Hombre	0,044	0,002	0,000	1,045	1,041	1,049
	Mujer	0 ^b
Creo que mi sueldo es apropiado	Totalmente de acuerdo	1,975	0,005	0,000	7,208	7,145	7,272
	Parcialmente de acuerdo	1,525	0,003	0,000	4,594	4,566	4,623
	Ni acuerdo ni desacuerdo	1,157	0,003	0,000	3,180	3,161	3,199
	Parcialmente desacuerdo	0,557	0,003	0,000	1,746	1,737	1,754
	Totalmente en desacuerdo	0 ^b
Mi empleo me ofrece buenas posibilidades de ascenso profesional	Totalmente de acuerdo	0,343	0,004	0,000	1,410	1,398	1,421
	Parcialmente de acuerdo	1,061	0,003	0,000	2,890	2,871	2,909
	Ni acuerdo ni desacuerdo	0,355	0,003	0,000	1,427	1,419	1,435
	Parcialmente desacuerdo	0,019	0,003	0,000	1,019	1,013	1,024
	Totalmente en desacuerdo	0 ^b
Recibo el reconocimiento que merezco por mi trabajo	Totalmente de acuerdo	1,624	0,004	0,000	5,073	5,029	5,118
	Parcialmente de acuerdo	0,914	0,003	0,000	2,495	2,479	2,512
	Ni acuerdo ni desacuerdo	0,402	0,003	0,000	1,494	1,485	1,504
	Parcialmente desacuerdo	-0,213	0,003	0,000	0,808	0,803	0,814
	Totalmente en desacuerdo	0 ^b

En general me llevo bien con mis compañeros de trabajo	Totalmente de acuerdo	1,599	0,008	0,000	4,946	4,870	5,023
	Parcialmente de acuerdo	1,001	0,008	0,000	2,722	2,679	2,766
	Ni acuerdo ni desacuerdo	0,568	0,008	0,000	1,765	1,736	1,795
	Parcialmente desacuerdo	0,760	0,010	0,000	2,138	2,098	2,179
	Totalmente en desacuerdo	0 ^b
La organización en la que trabajo me motiva para dar lo mejor de mí en el trabajo	Totalmente de acuerdo	1,264	0,004	0,000	3,541	3,512	3,569
	Parcialmente de acuerdo	1,235	0,003	0,000	3,438	3,416	3,460
	Ni acuerdo ni desacuerdo	0,894	0,003	0,000	2,446	2,431	2,461
	Parcialmente desacuerdo	0,424	0,003	0,000	1,528	1,518	1,538
	Totalmente en desacuerdo	0 ^b
¿Cómo es su salud en general? Diría que es	Muy buena	1,845	0,035	0,000	6,325	5,901	6,780
	Buena	1,462	0,035	0,000	4,316	4,027	4,625
	Aceptable	1,388	0,035	0,000	4,007	3,739	4,295
	Mala	0,522	0,036	0,000	1,685	1,571	1,808
	Muy mala	0 ^b
Usted trabaja por turnos	Sí	-0,046	0,002	0,000	0,955	0,952	0,959
	No	0 ^b
Tipo de contrato	Indefinido	1,510	0,005	0,000	4,525	4,478	4,572
	Temporal	1,008	0,005	0,000	2,740	2,712	2,769
	Sin contrato	0 ^b
Sector de actividad	Agrario	-0,185	0,005	0,000	0,831	0,823	0,840
	Industria	0,067	0,003	0,000	1,069	1,064	1,075
	Construcción	-0,550	0,004	0,000	0,577	0,573	0,582
	Servicios	0 ^b
¿Trabaja como empleado por cuenta ajena o es autónomo?	Empleado	1,827	0,017	0,000	6,217	6,017	6,423
	Autónomo	0 ^b

a. La categoría de referencia es Nada satisfecho-no muy satisfecho.

b. Este parámetro está establecido en 0 porque es redundante.

Fuente: Elaboración propia a partir de la 6ª Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo-España 2015.

Hipótesis 4: Efecto del tiempo en las relaciones entre las variables trabajo a turnos, salud y satisfacción laboral.

Este estudio es de tipo transversal, pero creemos que si se hiciese el seguimiento de un mismo grupo de trabajadores a lo largo del tiempo, los efectos serían más notorios. Así lo demuestra el estudio realizado por Koller *et alii* (1990). Estos autores argumentan que los problemas causados por el trabajo a turnos podrían aumentar con la duración de la exposición. Para estudiar esta cuestión, llevaron a cabo un estudio longitudinal de cinco años en un colectivo de trabajadores. La calidad del sueño después de un horario nocturno se consideró significativamente peor para los trabajadores a turnos. En este contexto, hubo un aumento en la sensación de fatiga entre estos trabajadores. La satisfacción de los trabajadores a turnos en su trabajo y especialmente en sus vidas fue disminuyendo a lo largo de los cinco años, mientras que tendió a aumentar entre los trabajadores diurnos. Se estableció un indicador de salud a partir de la sintomatología recogida a través de entrevistas médicas. La comparación en los cinco años mostró un deterioro significativo en el estado de salud de los trabajadores a turnos. Por todo ello, el trabajo a turnos aparece como un factor desestabilizador, produciendo a la larga, efectos negativos que pueden tener implicaciones sobre el bienestar y la salud.

Discusión

En el epígrafe de resultados (desarrollo de la *hipótesis 1*) se vio que los trabajadores a turnos rotativos consideran que su salud no es tan buena comparada con el colectivo total (-1,2%), aunque nuestras expectativas iniciales nos hacían suponer que esta cifra iba a ser más pequeña. Conviene precisar que la salud es la declarada en el momento de la entrevista y aunque los riesgos existen, los efectos de trabajar a turnos sobre la salud no suelen producirse de manera inmediata. Lo anterior nos permite deducir, por tanto, que los turnos rotativos y nocturnos son los que implican mayor riesgo para la salud. Por ello, resulta necesaria una coordinación efectiva entre diferentes administraciones, especialmente la sanitaria y la del trabajo (Benavides *et alii*, 2017) para abordar esta problemática. Se trata de una perspectiva desde la cual se pueda hilvanar una relación entre la persona que trabaja, su salud y el ámbito en el cual realiza su tarea (Martin & Spinelli, 2011).

En cuanto a la *hipótesis 2*, los trabajadores a turnos rotativos se encuentran menos satisfechos (-4,7%) que el conjunto de los trabajadores; esta teoría está en la línea de Juárez-Adauta (2012), en cuyo estudio, la satisfacción laboral fue mayor en los trabajadores de jornada continua (acumulada), seguidos por los trabajadores de

turnos matutinos y vespertinos, siendo los trabajadores del turno nocturno los que presentaron menor satisfacción laboral ($p < 0,002$).

A la vista de los resultados obtenidos en el desarrollo de las *hipótesis 1 y 2* se constata que en los trabajadores a turnos rotativos el efecto negativo es más acusado en la satisfacción que en la salud.

Para argumentar la *hipótesis 3*, mediante el análisis de correspondencias-metodología utilizada en satisfacción laboral por algunos autores (Sánchez-Sellero *et alii*, 2018; Parada *et alii*, 2005), se comprobó que las variables salud y satisfacción laboral no son independientes, existiendo una relación significativa entre ellas (véase $p = 0,000$ en Tabla 4); este resultado es coherente con lo visto en la Tabla 3. De igual modo, otros autores como Sánchez *et alii* (2017) utilizan este procedimiento en el estudio de los riesgos laborales en las empresas.

En la Tabla 4, la inercia total representa la explicación total de las dimensiones o ejes (explican un total de 0,084). Aunque el valor de la inercia (cada inercia=valor propio al cuadrado) es pequeño, entre las tres dimensiones explican el 100% de la varianza. El número de dimensiones es una unidad inferior al número de categorías de la variable con menos categorías; dado que la variable satisfacción tiene 4 categorías y salud tiene 5, esto hace que las dimensiones sean 3. Se observa que solo la primera dimensión contribuye un 78,5% a dicha inercia y que las dos primeras contribuyen un 99,8%, por lo que las dependencias observadas en la tabla de contingencia están reflejadas adecuadamente por esas dimensiones.

El análisis de las contribuciones absolutas y relativas (últimas 5 columnas de los puntos de fila y puntos de columna, Tabla 4) informa cuáles son las categorías más relacionadas con cada dimensión, mientras que el signo de las coordenadas (columnas 3 y 4) sitúan cada categoría en el plano; por ejemplo, la categoría “muy buena salud” se representa en el plano (Figura 2) en el punto (-0,854, 0,210). En la última columna de las contribuciones relativas, los valores iguales a 1 o cercanos a la unidad, reflejan la alta calidad de todos los puntos sobre las 2 dimensiones.

En la Figura 2 se demostraron asociaciones entre las categorías “buena salud” y considerarse “satisfecho” en el trabajo; de igual modo, los que gozan de “muy buena salud” son los que se encuentran “muy satisfechos” laboralmente. Repetido este análisis para cada uno de los turnos de trabajo, se constató un resultado similar, así como para el total de los trabajadores. En esta línea se encuentran los resultados de Martín *et alii* (2007); éstos muestran que los empleados que se sienten estresados,

fatigados, y poco satisfechos perciben su entorno laboral de forma más adversa, y de modo similar se obtuvieron para aquellos trabajadores que gozan de poca salud.

En la Tabla 5 se observa el signo negativo del parámetro “Usted trabaja por turnos: sí”, ilustrativo de que en los trabajadores a turnos disminuye la satisfacción; además, $\text{Exp}(B)$ conocido como **odds-ratio** indica que la satisfacción de estos trabajadores es $1/0,955 = 1,047$ veces menor que aquellos que no están a turnos. Los trabajadores que declaran gozar de muy buena salud están 6,325 veces más satisfechos en el trabajo que la categoría de referencia (salud muy mala). Este modelo presenta los tests de bondad de ajuste siguientes: Pseudo R^2 de Cox & Snell igual a 0,282, de Nagelkerke de 0,465 y de McFadden de 0,355, valores que consideramos adecuados, y que reflejan una correcta capacidad explicativa del modelo. El porcentaje de clasificación del modelo es del 87,4%, considerándolo satisfactorio.

Con respecto a la *hipótesis 4* es importante tener en cuenta que muchas relaciones causales “necesitan tiempo” para ser probadas porque, entre otras razones, la influencia de una variable sobre otra no ocurre solo una vez (Vázquez, 2018). En este caso, consideramos útil el uso de datos de panel, donde partiendo del mismo colectivo de trabajadores se pudiese comprobar en distintos años qué puntuaciones dan a su satisfacción en el trabajo así como a la valoración de su salud. No disponemos de información de datos públicos para este objetivo ya que las muestras de la Encuesta Europea de Condiciones de Trabajo en otros años no corresponden a los mismos trabajadores; necesitaríamos crear una misma muestra de trabajadores a los que se les hiciese el seguimiento para tal finalidad.

Conclusiones

En este artículo realizamos un análisis estadístico con datos de EWCS, España, partiendo del ámbito descriptivo, y llegando al recurso de la regresión estadística tipo Logit, aplicable al objeto que trata y la relación que se quiere demostrar. Esta metodología proporciona un tratamiento estadístico más riguroso de las hipótesis formuladas.

Hemos comprobado que el trabajo a turnos conlleva no solo porcentajes menores de satisfacción laboral, sino que también se asocia a porcentajes inferiores en la percepción de salud. El colectivo más perjudicado por los efectos negativos del trabajo a turnos es el de los trabajadores a turnos rotativos, siendo el efecto más acusado en la satisfacción que en la salud. De todos modos, nuestras expectativas iniciales presuponían unas cifras marcadamente más bajas con respecto a los traba-

jadores que realizan un trabajo convencional. Esta reflexión nos conduce a pensar que el tiempo es un elemento relevante y a tener en consideración en este estudio triangular (trabajo a turnos, salud y satisfacción).

En este trabajo intentamos relacionar tres conceptos: turnos de trabajo, salud y satisfacción laboral, encontrando que aunque las tres correlaciones posibles son significativas, la correlación mayor es la existente entre salud y satisfacción laboral, dos percepciones de tipo subjetivo que se asocian de una manera directa.

Mediante la regresión logística interpretamos que la satisfacción de los trabajadores a turnos es 1,047 veces menor que los que no están a turnos, mientras que los que gozan de muy buena salud están 6,325 veces más satisfechos en el trabajo que la categoría de referencia (personas que creen tener muy mala salud).

La literatura demuestra empíricamente que determinadas condiciones laborales puedan afectar a la salud, como se ha visto en este trabajo; pero más concretamente, se ha evidenciado una asociación entre sentirse sano y sentirse satisfecho. Este conocimiento tiene implicaciones prácticas ya que al existir una correlación elevada entre salud y satisfacción laboral, una mejora en los factores determinantes de la satisfacción (vinculados a características propias del trabajo), podrían tener una repercusión positiva sobre la salud de los trabajadores. Aunque también se podría formular ese planteamiento al revés, es decir, ¿la salud puede condicionar la satisfacción laboral? O dicho de otro modo, ¿mejoras en la percepción del estado de salud conduciría a un aumento en la satisfacción en el trabajo? La interrelación se ha comprobado, un paso posterior trataría de ahondar en el origen y fundamentación de estas asociaciones.

La limitación de este trabajo es que se trata de un análisis de tipo transversal, sería necesario un estudio de datos de panel para ampliar nuestras conclusiones. Aunque no tenemos información disponible para realizar un análisis longitudinal de este tipo, sí hemos mostrado literatura que contesta a nuestra hipótesis de trabajo y según la cual la permanencia en el trabajo a turnos hace incrementar los efectos negativos sobre la salud y sobre la satisfacción de los trabajadores.

Como ya apuntamos en el marco teórico, pudimos comprobar que el trabajo no es neutral respecto a la salud, y por ello resulta necesaria una coordinación efectiva entre las administraciones sanitarias y del trabajo. Se trata de una perspectiva desde la cual pueda desarrollarse una relación entre el trabajador, su salud y el ámbito laboral en el cual realiza su tarea. Por consiguiente, distintos temas relativos al

mundo laboral (trabajo a turnos, prevención y seguridad en el trabajo etc.) tienen su repercusión en la salud de los trabajadores, y por tanto, existen vinculaciones entre el ámbito sanitario y laboral.

Referencias

BENAVIDES, F. G.; DELCLÓS, J.; SERRA, C. Estado de bienestar y salud pública: el papel de la salud laboral. *Gaceta Sanitaria*, v. 32, n. 4, p. 377-380, 2017.

BERNSTORFF, V. Relações entre satisfação, competência, saúde e absenteísmo no trabalho em uma grande instituição bancária pública. *Sociedade e Estado*, v. 23, n. 1, p. 189-190, 2008.

BOLETIN OFICIAL DEL ESTADO – BOE. Disposición 11430 del BOE n. 255 de 2015. Real Decreto Legislativo 2/2015, de 23 de octubre, por el que se aprueba el texto refundido de la ley del Estatuto de los Trabajadores (24 Oct. 2015).

BORIA-REVERTER, S.; CRESPI-VALLBONA, M.; MASCARILLA-MIRÓ, O. Variables determinantes de la satisfacción laboral en España. *Cuadernos de Economía*, v. 35, n. 97, p. 9-16, 2012.

BRASIL, CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, atualizado até a Emenda Constitucional n. 101, de 03 de julho de 2019. São Paulo, Set. 2019

DALL'ORA, C.; BALL, J.; RECIO-SAUCEDO, A.; GRIFFITHS, P. Characteristics of shift work and their impact on employee performance and wellbeing: a literature review. *International Journal of Nursing Studies*, n. 57, p. 12-27, 2016.

DUEÑAS, D.; IGLESIAS, C.; LLORENTE, R. Job quality, job satisfaction and services in Spain. *Journal of Innovation Economics*, v. 1, n. 5, p. 145-166, 2010.

ENCUESTA EUROPEA DE CONDICIONES DE TRABAJO, 6ª ECWS- España 2015. Madrid: Instituto Nacional de Seguridad e Higiene en el Trabajo (INSHT), 2017.

FERNÁNDEZ, J.; PIÑOL, E. Horario laboral y salud: consecuencias psicológicas de los turnos de trabajo. *Revista de psicopatología y psicología clínica*, v. 5, n. 3, p. 207-222, 2000.

FERRI, P.; GUADI, M.; MARCHESELLI, L.; BALDUZZI, S.; MAGNANI, D.; DI LORENZO, R. The impact of shift work on the psychological and physical health of nurses in a general hospital: a comparison between rotating night shifts and day shifts. *Risk Management and Healthcare Policy*, v. 14, n. 9, p. 203-211, 2016.

GÁLLEGO, J.; TOLEDO, J. B.; URRESTARAZU, E.; IRIARTE, J. Clasificación de los trastornos del sueño. *Anales del Sistema Sanitario de Navarra*, v. 30 (Supl. 1), p. 19-36, 2007.

GARCÍA, A. M.; BOIX, P.; BENAVIDES, F. G.; GADEA, R.; RODRIGO, F.; SERRA, C. Participación para mejorar las condiciones de trabajo: evidencias y experiencias. *Gaceta Sanitaria*, v. 30 (Supl. 1), p. 87-92, 2016.

GIL-MONTE, P. R. Riesgos psicosociales en el trabajo y salud ocupacional. *Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública*, v. 29, n. 2, p. 237-241, 2012.

HITKA, M.; ZÁVADSKÁ, Z.; JELAČIĆ, D.; BALÁŽOVÁ, Ž. Qualitative indicators of company employee satisfaction and their development in a particular period of time. *Drvna Industrija*, v. 66, n. 3, p. 235-239, 2015.

IGLESIAS, C.; LLORENTE, R.; DUEÑAS, D. Calidad del empleo y satisfacción laboral en las regiones españolas. Un estudio con especial referencia a la Comunidad de Madrid. *Investigaciones Regionales*, v. 19, p. 25-49, 2011.

ISKRA-GOLEC, I.; SMITH, L.; WILCZEK-RUŻYCZKA, E.; SIEMIGINOWSKA, P.; WĄTROBA, J. Shift schedule, work-family relationships, marital communication, job satisfaction and health among transport service shift workers. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, v. 30, n. 1, p. 121-131, 2017.

JUÁREZ-ADAUTA, S. Clima organizacional y satisfacción laboral. *Revista Médica del Instituto Mexicano del Seguro Social*, v. 50, n. 3, p. 307-314, 2012.

KHAMMAR, A.; AMJAD, R. N.; ROHANI, M.; YARI, A.; NOROOZI, M.; POURSADEGHIAN, A.; HAMI, M.; POURSADEGHIYAN, M. Survey of shift work disorders and occupational stress among nurses: A cross-sectional study. *Annals of Tropical Medicine and Public Health*, v. 10, n. 4, p. 978-984, 2017.

KOLLER, M.; KUNDI, M.; HAIDER, M.; CERVINKA, R.; FRIZA, H. Changements survenus en cinq ans dans la vie familiale, la satisfaction et la santé de travailleurs postés. *Le Travail Humain*, v. 53, n. 2, p. 153-174, 1990.

LORINCOVÁ, S.; ŠTARCHOŇ, P.; WEBEROVÁ, D.; HITKA, M.; LIPOLDOVÁ, M. Employee Motivation as a Tool to Achieve Sustainability of Business Processes. *Sustainability*, v. 11, n. 13, p. 3509, 2019.

MARTIN, A. L.; SPINELLI, H. Para que el hombre vuelva a cantar mientras trabaja. El Instituto de Medicina del Trabajo (IMT) y la salud de los trabajadores. *Salud Colectiva*, v. 7, n. 2, p. 177-197, 2011.

MARTÍN, J.; LUCEÑO, L.; JAÉN, M.; RUBIO, S. Relación entre factores psicosociales adversos, evaluados a través del cuestionario multidimensional Decore, y salud laboral deficiente. *Psicothema*, v. 19, n. 1, p. 95-101, 2007.

PARADA, M. E.; MORENO, R.; MEJÍAS, Z.; RIVAS, A.; RIVAS, F.; CERRADA, J.; RIVAS, F. Satisfacción laboral y síndrome de Burnout en el personal de enfermería del Instituto Autónomo Hospital Universitario Los Andes (Iahula), Mérida, Venezuela, 2005. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, v. 23, n. 1, p. 33-45, 2005.

PARRA, M. *Conceptos básicos en salud laboral*. Santiago de Chile: OIT, 2003.

PERAITA-ADRADOS, R. Avances en el estudio de los trastornos del sueño. *Revista Neurológica*, v. 40, n. 8, p. 485-491, 2005.

PORCEL-GÁLVEZ, A. M.; MARTÍNEZ-LARA, C.; GIL-GARCÍA, E.; GRAO-CRUCES A. Construcción y validación del cuestionario G_Clinic para medir la satisfacción laboral en profesionales de enfermería de las unidades de gestión clínica. *Revista Española de Salud Pública*, v. 88, n. 3, p. 419-428, 2014.

ROBLES-GARCÍA, M.; DIERSSEN-SOTOS, T.; MARTÍNEZ-OCHOA, E.; HERRERA-CARRAL, P.; DÍAZ-MENDI, A. R.; LLORCA-DÍAZ, J. Variables relacionadas con la satisfacción laboral: Un estudio transversal a partir del modelo EFQM. *Gaceta Sanitaria*, v. 19, n. 2, p. 127-134, 2005.

RODRÍGUEZ, C. A. La salud de los trabajadores: entre la ciencia y la ética – Editorial. *Salud Colectiva*, v. 9, n. 2, p. 133-137, 2013.

SÁNCHEZ, A. M.; SÁNCHEZ, F. J.; RUIZ-MUÑOZ, D. Riesgos laborales en las empresas de residuos sólidos en Andalucía: una perspectiva de género. *Saúde e Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 798-810, 2017.

SÁNCHEZ-SELLERO, M. C.; SÁNCHEZ-SELLERO, P.; CRUZ-GONZÁLEZ, M. M.; SÁNCHEZ-SELLERO, F. J. Características organizacionales de la satisfacción laboral en España. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, v. 54, n. 5, p. 537-547, 2014.

SÁNCHEZ-SELLERO, M. C.; SÁNCHEZ-SELLERO, P.; CRUZ-GONZÁLEZ, M. M.; SÁNCHEZ-SELLERO, F. J. Relación entre sobrecualificación y satisfacción laboral durante la crisis española de 2008. *Contaduría y Administración*, v. 63, n. 2, p. 1-20, 2018.

SANTOS, F.; GUILLÉN, C.; MONTALBÁN, F. M. Contrato de trabalho, compromisso e satisfação: moderação pela empregabilidade. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, v. 52, n. 3, p. 345-359, 2012.

ŠIMUNIĆ, A.; GREGOV, L. Conflict between work and family roles and satisfaction among nurses in different shift systems in Croatia: a questionnaire survey. *Archives of Industrial Hygiene and Toxicology*, v. 63, n. 2, p. 189-197, 2012.

VÁZQUEZ, X. H. The poetry of intriguing ideas, logical arguments and rigorous methods in management. *Business Research Quarterly (BRQ)*, v. 21, n. 1, p. 1-10, 2018.



Políticas educacionais com perspectiva de gênero nos governos de Michelle Bachelet e Dilma Rousseff*

Recebido: 16.11.19
Aprovado: 11.12.20

Neiva Furlin**

* Pesquisa realizada com fomento do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes.

** Neiva Furlin é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Santa Catarina, Brasil; pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Nupe) e líder do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania (Geppec). Pós-doutora pela Universidade Estadual de Maringá (2018).
Orcid: 0000-0002-5103-2104.
<nfurlin@yahoo.com.br>.

Resumo: Nas últimas décadas, as desigualdades de gênero foram reconhecidas como um problema social a ser enfrentado pelos governos nacionais, por meio de políticas públicas com transversalidade de gênero, em todos os setores estatais. O presente artigo tem por objetivo analisar as políticas educacionais com perspectiva de gênero promovidas pelos Estados brasileiro e chileno, no governo de Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, identificando avanços, especificidades, desafios e disputas políticas protagonizadas com a emergência de atores reacionários e conservadores. Trata-se de uma pesquisa comparativa de caráter qualitativo, cujos dados são levantados por meio de pesquisa documental e entrevistas com ex-ministras e integrantes de ONGs feministas. Para a análise dos dados, elegemos os referenciais teóricos dos estudos feministas, de gênero e de políticas públicas. Resultados apontam especificidades tanto das disputas na agenda pública quanto das políticas implementadas que estão diretamente vinculadas aos contextos cultural, político e social desses países.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Perspectiva de gênero. Democracia.

Gender perspective education policies in Michelle Bachelet and Dilma Rousseff's governments

Abstract: In recent decades, gender inequalities have been recognized as a social problem to be addressed by national governments through gender-responsive public policies across all state sectors. This study aims to analyze educational policies from the gender perspective supported by the government of Michelle Bachelet and Dilma Rousseff in Chile and Brazil, respectively, identifying advances, specificities, challenges, and political disputes featured in the emergence of reactionary and conservative actors. This is a comparative research of qualitative character, whose data are collected through documentary research and interviews with former ministers and members of Feminist NGOs. The data was analyzed using feminist theory as regards gender and public policy. Results indicate that the specificities of both public agenda disputes and implemented policies are directly linked to the cultural, political, and social contexts of these countries.

Key words: Educational policies. Gender perspective. Democracy.

Questões introdutórias

A partir dos anos de 1970, as desigualdades de gênero passaram a ser consideradas um problema social, resultado de um processo de reprodução institucional e cultural. Os Estados nacionais, nas últimas três décadas, têm dado atenção a esse problema, indubitavelmente pressionados por atores sociais, como os organismos internacionais e os movimentos feministas e de mulheres. Dessa relação entre Estado e sociedade surgiram os mecanismos responsáveis pela elaboração, articulação e implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero em todos os setores do governo, como maneira de intervenção na realidade sociocultural, visando produzir efeitos culturais, novas práticas e, consequentemente, a redução das desigualdades de gênero, da discriminação sexista e da violência contra as mulheres.

Tanto o Brasil quanto o Chile seguiram a tendência latino-americana das políticas para a igualdade de gênero, em um primeiro momento, centrada na igualdade de oportunidades, depois para a equidade de gênero com base nos direitos, implementadas a partir da estratégia da transversalidade de gênero em todas as políticas do Estado, como foi demonstrado nos estudos de Astelarra (2005) e de Arriagada (2006), sobre a institucionalização das políticas de gênero no contexto latino-americano. Essas políticas resultaram de uma trajetória histórica de mobilizações feministas que se articularam em torno da luta pela democratização e pelos direitos das mulheres.

Débora de Fina Gonzalez (2017; 2018) tem realizado estudos comparativos entre Brasil e Chile, os quais discutem a institucionalização e a implementação de políticas com perspectiva de gênero. A autora evidencia como os organismos estatais atuaram na elaboração, implementação e avaliação das políticas para as mulheres e a importante influência feminista no desencadeamento desse processo, com suas características específicas em cada país, devido às questões de ordem político-conjuntural. Contudo, nesses estudos não se tem encontrado uma comparação da gestão Bachelet e Dilma, em relação à implementação de políticas de gênero no campo educacional.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas educacionais com perspectiva de gênero promovidas pelos Estados brasileiro e chileno, na gestão de Michelle Bachelet e de Dilma Rousseff, identificando avanços, especificidades, desafios e disputas políticas protagonizadas na arena política, com a emergência de atores reacionários e conservadores.

O interesse em realizar um estudo comparativo entre Brasil e Chile é em razão desses países terem conhecido, no século XXI, a primeira mulher eleita presidente

da República: Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, mulheres que possuem trajetórias que se inter cruzam em alguns aspectos. Ambas lutaram pela democracia em seus países; foram presas durante as ditaduras; foram eleitas por dois mandatos¹ e, com suas especificidades, ambas apresentam uma trajetória comprometida com importantes causas políticas e culturais. Essas experiências parecem conectar-se com suas ações políticas na posição de chefes de Estado quando está em questão a defesa dos direitos das mulheres e a promoção de políticas que promovam a equidade de gênero.

1. Dilma Rousseff sofreu o processo de *impeachment*, conhecido como golpe parlamentar, na metade do segundo mandato.

Trata-se de um estudo qualitativo de perspectiva comparativa. Segundo Bertrand Badie e Guy Hermet (1993), o método comparativo permite comparar fenômenos sociais que pertencem à mesma categoria, mesmo se em contextos diferentes, com o intuito de explicar a sua gênese e as suas diferenças de configuração ou de arranjos, considerando a especificidade dos contextos político, social e cultural de cada país. Esses autores alertam que os objetos comparados precisam ter pontos em comum e, ao mesmo tempo, devem se distinguir para que a comparação se torne útil. Acreditamos que a proposta deste estudo – analisar as políticas educacionais com perspectiva de gênero promovidas pelos governos de Bachelet e Dilma – responde a tais critérios.

Os dados foram levantados por meio de fontes secundárias, como pesquisa bibliográfica pautada em artigos temáticos e teses, bem como em fontes primárias, com base em análise documental, como leis, relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Planos de Políticas da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), no Brasil, e do Serviço Nacional da Mulher (Sernam), no Chile, e entrevistas semiestruturadas com três mulheres que ocuparam a função de ministras do Sernam nos governos de Michelle Bachelet e uma ministra da SPM que atuou no governo de Dilma Rousseff.

A análise comparativa e interpretativa dos dados é realizada segundo os referenciais teóricos que fundamentam as políticas públicas e de gênero. A perspectiva de gênero tem sido fecunda para a compreensão da realidade social e para os processos de produção do conhecimento, mas também tem se constituído como ferramenta importante para a construção de políticas comprometidas com a mudança sociocultural. Segundo as concepções teóricas de autoras feministas, como Teresa de Lauretis (1994) e Joan Scott (1990), as relações de gênero estão imbricadas diretamente com as relações de poder, que hierarquizam e estruturam a sociedade. Para essas autoras, o gênero é uma construção histórica, cultural, relacional e dinâmica sobre o masculino e o feminino, cujas representações acabam por natu-

ralizar papéis sexuais e sociais. Certas representações do masculino e do feminino, reproduzidas pela cultura patriarcal, contribuíram para a exclusão das mulheres em espaços públicos, legitimando a opressão e a violência contra as mulheres. E por serem construções históricas, também podem ser desconstruídas por novas representações e práticas culturais, que aqui podem ser pensadas em termos de legislação e de políticas públicas implementadas pelo Estado. A partir da perspectiva de Lauretis, as políticas com perspectiva de gênero podem ser concebidas como tecnologias que produzem novas representações sobre o masculino e o feminino, uma vez que transversalizar a perspectiva de gênero nas políticas educacionais significou o compromisso do Estado com processos de mudanças culturais.

A transversalidade de gênero passou a ser uma exigência da Plataforma de Ação de Beijing, que resultou da IV Conferência Mundial das Mulheres de 1995, para os Estados signatários. Compreende-se a transversalidade de gênero como estratégia de política pública que busca alcançar um objetivo maior: a igualdade entre mulheres e homens e a plena cidadania das mulheres (Bandeira & Vieira, 2004). Contudo, a igualdade substantiva requer políticas de equidade de gênero, isto é, de um conjunto de processos de ajuste genérico composto pelas ações que reparam as lesões que a desigualdade produziu em relação às mulheres e a outras minorias sociais (Lagarde, 1996).

Ao abordar as políticas com perspectiva de gênero na educação é preciso nos remeter ao paradigma tridimensional de justiça social de Nancy Fraser (2002), que incluiu políticas de redistribuição e de reconhecimento e também a representação política. Para esta autora, é fundamental que as mulheres, como atrizes sociais, estejam representadas na arena política, lugar das decisões acerca das políticas de redistribuição e de reconhecimento, como forma de fazer justiça social às diferentes mulheres que, historicamente, foram privadas do acesso aos bens materiais e simbólicos, por convenções sociais da cultura patriarcal².

Vale ressaltar que a teoria feminista concebe o Estado não somente como um aparato repressivo, mas também como produtor de práticas sociais (Stromquist, 1996), o que reforça a importância da representação política das mulheres em espaços de decisão, como uma dimensão da justiça social, conforme defende Nancy Fraser (2005).

Tanto no Chile quanto no Brasil, a partir do início do século XXI, durante os governos de partidos de centro-esquerda, um número considerado de mulheres feministas adentrou na estrutura estatal, contribuindo de maneira significativa com o avanço na implementação de políticas com perspectivas de gênero, como têm evidenciado os estudos de Claudia Vianna (2018), no caso do Brasil. Esse fenômeno é nomeado

2. Com o termo “convenções sociais” estamos nos referindo ao conjunto de normas e costumes impostos pela cultura patriarcal.

por Joni Lovenduski (2005) de feminismo de Estado e se refere às ações dos mecanismos institucionais de mulheres, que incluem as demandas e as atrizes do movimento de mulheres no interior do Estado, visando produzir resultados feministas nos processos políticos que objetivam atender às demandas das mulheres, tanto por igualdade de oportunidades como pelo reconhecimento cultural da diferença. Lovenduski (2008) considera que o estabelecimento de agências para as mulheres possibilitou que os movimentos feministas e de mulheres avançassem em suas demandas, modificando as suas formas de atuação, uma vez que essas agências trouxeram a possibilidade de influenciar a agenda. Permitiram o acesso de mulheres nas estruturas do Estado, as quais foram participando do processo político de tomada de decisão e inserindo objetivos feministas nas políticas públicas, como se observa no nosso estudo sobre o campo educacional.

Na visão de Sonia Alvarez (2014), houve um alargamento da sociedade civil, já que se observou uma multiplicação de campos feministas, cujos discursos e práticas se ampliaram para diversos setores paralelos na sociedade civil. Para a autora, os movimentos feministas, e outros movimentos sociais, acabaram se expandindo para além da sociedade civil. Ancorados na sociedade civil, foram se ampliando lateralmente para abarcar diversas instâncias organizativas e, muitas vezes, também se estenderam “verticalmente”, em direção à sociedade política, ao Estado e a outros espaços públicos nacionais e transnacionais. Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atrizes/atores individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos (Alvarez, 2014: 17-18).

Esses argumentos se aproximam das concepções de Suzana Eróstegui (2008), para quem não existe uma oposição entre sociedade civil e Estado, uma vez que sempre houve vínculos profundos entre classes, agentes ou elites econômicas com o Estado, influenciando as decisões. Fenômeno que também tem se observado com as demandas dos movimentos feministas que foram se tornando ações de Estado. A sociedade civil organizada foi influenciando as ações do Estado, e o próprio Estado tem solicitado a cooperação de ONGs no planejamento e execução de políticas públicas.

Essa relação entre Estado e sociedade civil e o fenômeno que se chamou de Feminismo de Estado foi fundamental para o avanço das políticas com perspectiva de gênero. Cenário que hoje não tem sido o mesmo, com o avanço das forças conservadoras no aparato estatal, em que outros setores vêm influenciando as políticas governamentais.

Após estas considerações teóricas, convém situar o/a leitor/a acerca da estrutura do presente artigo, que segue cinco pontos: *i.* breve contextualização das políticas de gênero na agenda pública; *ii.* aspectos da institucionalização dessas políticas no contexto latino-americano, destacando-se o Brasil e o Chile; *iii.* transversalidade de gênero nas políticas educacionais definidas nos Planos Nacionais; *iv.* mecanismos criados para garantir a transversalidade de gênero nas políticas; e *v.* desenho das políticas educacionais de gênero na gestão de Michelle Bachelet e Dilma Rousseff, em suas especificidades, avanços, desafios e disputas políticas.

Incorporação das políticas de gênero na agenda pública

A incorporação das políticas de gênero na agenda pública foi resultado de diferentes fatores, como: compromissos jurídicos dos estados e governos; pressão e mobilização das organizações de mulheres e de movimentos feministas em defesa dos direitos das mulheres, em um cenário social de violência doméstica, de discriminação e de desigualdades de gênero, que exigia uma resposta por parte das instituições estatais (Salazar, 2015).

O marco jurídico e político se consolidou a partir da década de 1990, por meio da realização de importantes convenções e conferências internacionais, onde foram criadas formas de apoio para a resolução dos problemas acerca das questões de gênero. Os processos de organização das conferências internacionais liderados pela ONU, com forte protagonismo e articulação transnacional dos movimentos feministas e de mulheres, foram fundamentais para definir pontos comuns de uma agenda política e para pressionar os governos nacionais a adotarem medidas políticas e jurídicas de promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres, o que corrobora com as perspectivas de Eróstegui (2008), de que os vínculos profundos entre Estado e a sociedade civil sempre influenciam as decisões estatais.

Essa trajetória tem como marco significativo a década de 1970, declarada pela ONU como a Década das Mulheres, caracterizada pela efervescência dos movimentos sociais de mulheres e feministas e pelo fortalecimento da ideia sobre a necessidade de um mecanismo, na arena estatal, que fosse orientado para elaborar políticas públicas. Tal proposição se fortaleceu com os documentos que resultaram das sucessivas Conferências Mundiais da ONU sobre os direitos humanos das mulheres e da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw), de 1979, em vigor desde 1981, primeiro tratado internacional a abordar os direitos humanos da mulher (Bandeira & Vieira, 2004).

Os países signatários da Plataforma de Ação, que resultou da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, em 1995, e da Cedaw³, comprometeram-se em assegurar os direitos das mulheres com a adoção de medidas legislativas, judiciais e administrativas, oferecendo relatórios sobre os avanços de sua aplicação. A Plataforma de Ação apontou as 12 preocupações prioritárias para a ação dos Estados⁴, propondo aos governos a criação de mecanismos estatais voltados para a redução das desigualdades de gênero, em todas as dimensões sociais.

De acordo com Maria Luiza Viotti (1995: 149), a Plataforma de Ação se constitui “um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade de gênero e evitar a discriminação.” Cabe destacar que a Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações que apresentam potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.

Nesse sentido, a IV Conferência Mundial é considerada um marco histórico por duas razões: primeiro, por introduzir a perspectiva de gênero na explicação das desigualdades sociais entre mulheres e homens; segundo por impulsionar as políticas públicas para a igualdade, com a incorporação do enfoque de gênero. Assim, a Plataforma de Ação teve três importantes consequências:

- i.* o fortalecimento dos mecanismos nacionais para melhorar a vida das mulheres;
- ii.* o desenvolvimento das primeiras políticas públicas de igualdade;
- iii.* o impulso da transversalidade de gênero, como estratégia de política pública (Salazar, 2015).

A Plataforma de Ação de Beijing se tornou um imperativo de ação para os governos, no sentido de integrar a perspectiva de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos, com o compromisso de verificar, antes de sua implementação, os possíveis efeitos na vida das mulheres e homens (Bandeira & Vieira, 2004).

A Institucionalização das políticas de gênero no contexto latino-americano

Na América Latina, a institucionalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas aparece vinculada ao cenário internacional, cujo processo se iniciou na década de 1970 e se consolidou nos anos 1980. O reconhecimento das desigualdades de

3. A Cedaw contempla as seguintes questões: a pobreza como violação aos direitos humanos; o direito à educação; o direito à participação da vida política; o direito de ter acesso às mesmas oportunidades que os homens na esfera do trabalho; o direito da não discriminação na esfera da saúde; o direito de viver uma vida livre e sem violência (Salazar, 2015).

4. E uma dessas preocupações é a desigualdade no acesso à educação e à capacitação. Para conhecer as outras 11 preocupações, consultar Maria Luiza Viotti (1995).

gênero como problema público aparece condicionado à ordem econômica, política, legal e institucional, de modo que as desigualdades de gênero e de etnia passaram a ser consideradas inconcebíveis em uma sociedade democrática, que precisava criar condições para a justiça social (Arriagada, 2006).

Nos anos 1990, a perspectiva de gênero foi se institucionalizando por meio da criação de mecanismos estatais, isso, em parte, pelo avanço dos processos políticos, que teve a participação de diversos atores/atrizes do setor público e de organismos não governamentais. Tratava-se de um contexto de restabelecimento da democracia em países da América Latina, em que as lutas contra as ditaduras militares fortaleceram os movimentos sociais, vislumbrando espaços de participação democrática na orientação das ações e das políticas estatais. Assim, sobretudo nos países do Cone Sul, os processos de redemocratização nacional representaram a oportunidade para que as demandas dos movimentos feministas e de mulheres fossem incluídas nas agendas governamentais (Gonzalez, 2018; Arriagada, 2006). É nesse cenário político nacional de pós-ditadura e de ascensão de governos democráticos, em que houve o envolvimento de campanhas com forte pressão dos grupos de mulheres, que os mecanismos encarregados pelos temas de gênero foram criados (Gusmán, 2005).

Nesse contexto, a relação dos feminismos com o Estado foi se transformando no continente latino-americano. Tornou-se possível o diálogo e a negociação com movimentos sociais e partidos de esquerda e com outras instituições, criando-se canais de interlocução com o Estado, a partir de novas formas de organização feminista, que se originaram dos processos crescentes de institucionalização e profissionalização de organizações feministas, criadas, sobretudo, para intervir nas organizações internacionais e regionais, impulsionadas pelo acordo da Plataforma de Ação de Beijing (Matos & Paradis, 2013).

Os Mecanismos Institucionais de Políticas para as Mulheres (MIPMs) se constituíram com o objetivo de promover a igualdade e a equidade de gênero por meio da articulação e implementação de políticas públicas com transversalidade de gênero em todas as esferas políticas e níveis de atuação do governo, conforme as recomendações da Plataforma de Ação de Beijing.

Os Mecanismos Institucionais de Políticas para as Mulheres no Brasil e Chile

No período da ditadura, tanto no Brasil quanto no Chile, os movimentos feministas e de mulheres se fortaleceram exercendo um importante papel de resistência, conjugando a luta em favor da democracia com a luta por melhores condições de

vida para as mulheres. A luta reivindicatória ocorreu em movimentos sociais independentes e dentro dos partidos de esquerda, que faziam oposição à ditadura. Isso abriu um “caminho para a construção de uma agenda compartilhada com o Estado, processo que não esteve isento de confrontações, tensões e até mesmo de fracassos” (Cepal, 2011: 46).

Ao analisar o caso Brasil-Chile, no que diz respeito à reivindicação dos mecanismos estatais de políticas públicas, é evidente a importância da pressão tanto das mobilizações dos movimentos sociais autônomos como do Feminismo de Estado, no sentido proposto por Lovenduski (2005). Contudo, no Chile, depois da ditadura, houve a desmobilização dos movimentos sociais. A luta feminista por direitos e por políticas públicas ocorreu no interior dos partidos de esquerda, nas ONGs e em Centros de Estudos Feministas e de Gênero no espaço das universidades. Desse modo, a força da ação política do Feminismo de Estado foi um fator importante para a criação do Sernam, em 1991⁵, em um contexto de desarticulação dos movimentos populares. No Brasil, a luta feminista se fortaleceu tanto nos partidos de esquerda como nos movimentos sociais e sindicatos. Assim, a conquista do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM), em 1985, e, posteriormente, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, contou com a força conjugada das duas práticas de ação política. Evidentemente, essa particularidade está diretamente vinculada às especificidades dos contextos histórico, social e político de cada país.

Se os Mecanismos Institucionais são ferramentas importantes para a promoção e implementação de políticas, que visam à justiça social com perspectiva de gênero, é preciso concordar com as teóricas do Feminismo de Estado que a presença das mulheres feministas no interior do Estado traz resultados mais positivos nos processos políticos. O mesmo podemos afirmar em relação aos argumentos de Nancy Fraser (2005) a respeito da importância de as mulheres estarem representadas na esfera da política, não apenas para visibilizar um novo sujeito social e político, mas como condição necessária para fazer justiça social às diferentes mulheres que, historicamente, foram privadas do acesso aos bens materiais e simbólicos.

Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e a transversalidade de gênero na educação

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs) se constituíram como instrumento, utilizado pelo Sernam e pela SPM, para promover políticas transversais para a igualdade de gênero, considerando as 12 áreas de preocupação prioritárias identificadas pela Plataforma de Ação de Beijing, de 1995, dentre elas, a educação. Em outras palavras, são instrumentos de política pública que fortalecem

5. Em 2015, com a criação do Ministério da Mulher e Equidade de Gênero, o Sernam foi transformado em um serviço do Ministério, sendo responsável pela articulação e implementação das políticas com perspectiva de gênero.

a institucionalidade e a transversalidade de gênero nas ações destinadas a melhorar as condições de vida das mulheres.

Vale ressaltar que no Chile a elaboração dos planos de políticas seguiu um critério mais técnico, ou seja, foi produzido por atores estatais partidários e contratação de ONGs especializadas. Já no Brasil houve um amplo processo participativo, com o envolvimento da sociedade civil (Salazar, 2015)⁶. Nesse sentido, observa-se que o modelo adotado em cada país expressa as relações entre sociedade civil e Estado, que se estruturaram no processo de redemocratização desses países (Furlin, 2020). Praticamente todos os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres do Brasil e os Planos para a Igualdade do Chile projetam políticas educacionais com perspectiva de gênero, seja em um eixo específico de ação ou perpassando outros eixos. No Quadro 1 evidenciamos como a educação aparece nos eixos temáticos dos Planos de Políticas dos mecanismos nacionais responsáveis pela promoção, articulação e implementação de políticas para a igualdade/equidade de gênero.

É importante assinalar que no Chile, Bachelet, em seus dois mandatos, assumiu uma Agenda de Gênero como parte do programa de governo, comprometendo diretamente todos os setores do governo na promoção e na implementação de políticas transversais de gênero.

Tanto o Chile quanto o Brasil são signatários dos tratados internacionais, de modo que dar prioridade à educação como um dos espaços para se construir uma cultura

QUADRO 1
EIXOS ESTRATÉGICOS PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS
NOS PLANOS NACIONAIS PARA AS MULHERES/IGUALDADE DE GÊNERO

Países	Planos	Eixo sobre a educação	Prioridades/ objetivos	Ações/ diretrizes
Chile	Plano 1992-1999	Participação equitativa de homens e mulheres nos processos educativos, produção e transmissão de conhecimento.	8 objetivos	31 ações
	Plano 2000-2010	Sem um eixo específico, mas com ações em outros eixos, sobretudo no de “uma cultura de igualdade”.	4 objetivos	18 diretrizes
	Plano 2010- 2020	Sem um eixo específico, mas com ações em outros eixos, sobretudo no de “Autonomia na sexualidade e nas decisões reprodutivas” e no “As meninas e os meninos: um ponto de partida para igualdade”.	4 objetivos	9 diretrizes
Brasil	Plano 2004-2007	Educação inclusiva não sexista.	5 objetivos e 5 prioridades	31 ações
	Plano 2008-2011	Educação inclusiva não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica.	6 objetivos e 6 prioridades	37 ações
	Plano 2013-2015	Educação para a Igualdade e Cidadania e com ações também em outros Eixos.	6 objetivos e 6 linhas de ação	61 ações

Fonte: Elaboração própria com base nos Planos Nacionais do Sernam e SPM.

6. A construção dos PNPMS foi precedida pela realização de fóruns, conferências municipais, estaduais e nacional, com a participação de atores estatais e representantes de movimentos e de organizações da sociedade civil.

fundada na igualdade e equidade de gênero, no que diz respeito às diversidades e no combate a todas as formas de discriminação social, torna-se uma estratégia necessária para o desenvolvimento social e econômico, para fazer acontecer a justiça de gênero e fortalecer as democracias modernas, como também enfatizado nos estudos de Salazar (2015).

O Quadro 1 evidencia que os dois países se comprometeram em promover políticas educacionais com perspectiva de gênero. No caso do Brasil, embora os planos apresentem eixos específicos para a educação, outros eixos, como, por exemplo, o que trata o enfrentamento da violência, também definem ações educativas que responsabilizam o Ministério da Educação por sua implementação.

Os planos dos dois países apresentam uma variedade de ações para o campo educacional, como: inserção da perspectiva de gênero nas Diretrizes Curriculares; formação de professores com enfoque em gênero; investigação sobre as desigualdades; eliminação das marcas sexistas na educação; implantação de práticas de igualdade de gênero; combate à discriminação e à homofobia, entre outras. Contudo, vale enfatizar que um bom plano não é suficiente se não houver vontade política e mecanismos que garantam a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Mecanismos para garantir a transversalidade de gênero nas políticas públicas

Para garantir a transversalidade de gênero em todas as áreas de ação do governo, foram criados outros organismos específicos. No Chile, criou-se o Conselho de Ministros para a Igualdade em 2002, que funcionava articulado com os Compromissos Ministeriais e o Sistema de Gênero no Programa de Melhoramento para a Gestão (PMG). No primeiro governo de Bachelet se implantou uma unidade/comitê de gênero em cada ministério, com uma assessora especialista na área específica do ministério e em gênero, cuja ação foi ampliada e fortalecida no segundo mandato de Bachelet⁷.

No Brasil, em 2005, foi criado o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, constituído por agentes do governo e representantes da sociedade civil, membros do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O Comitê participava da elaboração dos Planos de Políticas para Mulheres, no qual se definiam as ações a serem implementadas pelos ministérios ou setores do governo. A partir do segundo PNPM, o conceito de gênero foi inserido no Plano Plurianual de Ação do Governo e, posteriormente, foram criados Co-

7. Informações obtidas por meio de entrevistas.

8. Vale mencionar que as entrevistadas consentiram, por meio de documento assinado, revelar seus nomes em artigos científicos, uma vez que seus relatos trataram de temas públicos.

9. Esta tensão será tratada no último ponto deste artigo.

mitês de Gênero nos ministérios com a função de formular e monitorar as políticas com perspectiva de gênero, acompanhando a execução e a avaliação das ações do PNPM. Até o final do governo Lula, os comitês eram criados voluntariamente pelas mulheres dos respectivos ministérios. Segundo a ex-ministra, Eleonora Menicucci⁸, no governo de Dilma eles foram institucionalizados por meio de portaria ministerial, sendo coordenados pela SPM. No Ministério da Educação, o Comitê de Gênero foi criado em 9 de setembro de 2015, com caráter consultivo, pela Portaria n. 915/2015, tendo a função de contribuir na formulação e avaliação de política, garantindo a transversalidade de gênero em todas as políticas. De acordo com Toni Reis e Edla Eggert (2017), depois de 12 dias de sua criação, o Comitê de Gênero foi extinto e substituído por um Comitê de Combate à Discriminação, de acordo com o que se estabeleceu no Plano Nacional de Educação⁹. Isto é, a palavra gênero foi eliminada da Portaria pela forte pressão à Presidência da República, por parte dos deputados da ala conservadora.

Nota-se que, em ambos os países, os mecanismos para garantir a transversalidade de gênero nas políticas são distintos. No Brasil, eles envolvem a participação da sociedade civil no controle e monitoramento das políticas, enquanto no Chile eles são puramente estatais. Dentro de suas especificidades, esses países buscam cumprir as orientações da Plataforma de Ação de Beijing de 1995, adotando a transversalidade de gênero como estratégica política nas ações de todas as esferas do governo (Furlin, 2020).

O desenho das políticas educacionais de gênero na gestão de Michelle Bachelet e Dilma Rousseff

Após essas considerações gerais, que permitem compreender aspectos do processo de institucionalização da transversalidade de gênero nas políticas públicas, passamos a abordar as políticas educacionais com perspectiva de gênero que foram implementadas nas gestões de Dilma Rousseff e de Michelle Bachelet. Para a análise comparativa, consideramos as proposições de Badie e Hermet (1993), ou seja, buscamos comparar no intuito de compreender as especificidades e aproximações de um mesmo fenômeno social, inserido em um contexto social, político e cultural distinto, bem como observar as particularidades históricas que permitem o afastamento das tendências universalistas etnocêntricas.

Segundo os dados levantados em entrevista, as políticas transversais de gênero para a educação, no Chile, tiveram maior impacto no segundo mandato de Bachelet, com a reforma educacional, que objetivou garantir a gratuidade na educação pública e proibir a finalidade lucrativa com o serviço de educação das instituições

privadas. Essa reforma foi considerada uma das mais importantes realizadas no segundo mandato de Bachelet. Vale destacar que no Chile a educação gratuita não existe como direito universal. A gratuidade na educação pública¹⁰ obedece a princípios da economia neoliberal, ou seja, é focalizada para as classes de baixa renda, cuja seleção obedece a critérios acadêmicos e nível de renda.

De acordo com a Plataforma de Ação de Beijing, uma das preocupações dos Estados nacionais era enfrentar o crescimento da pobreza feminina e, para isso, os governos nacionais precisavam proporcionar políticas para garantir o acesso das mulheres e a sua permanência nas instituições educativas. Nesse sentido, os relatos das entrevistas apontam que a gratuidade na educação pública causou impacto positivo para as mulheres mais pobres, inclusive chefas do lar, porque mais de 50% das matrículas na educação superior gratuita têm sido de mulheres. A reforma, mesmo sem a profundidade esperada, propôs a inclusão de gênero nos currículos e na formação de professores, como um dos temas fundamentais para se construir uma sociedade democrática com igualdade de gênero.

Como se visualiza no Quadro 2, a reforma educacional proporcionou avanços em diferentes áreas¹¹, tais como:

- i.* incorporação da perspectiva de gênero nas bases curriculares da educação infantil e elaboração de um Caderno de Orientação Pedagógica em relação aos conteúdos e metodologias a serem desenvolvidos na educação infantil;
- ii.* cursos presenciais e on-line com a temática de gênero para a formação de professores;
- iii.* elaboração de material contra o assédio sexual, distribuído nas instituições de ensino superior e publicado na Internet;
- iv.* inclusão da abordagem de gênero nos instrumentos de gestão escolar;
- v.* formação de avaliadores na perspectiva de gênero.

Assim, a inclusão de conteúdos de gênero no currículo escolar, na formação de professores e de gestores, constitui-se, no sentido de Teresa de Lauretis (1994), uma tecnologia significativa para produzir mudanças culturais nas relações de gênero. Isso porque permite mudar as representações socioculturais sobre comportamentos, funções e lugares destinados ao universo masculino e feminino.

10. Vale enfatizar que a concepção de educação pública no Chile tem outro sentido, por exemplo, no ensino superior o Chile sempre teve educação pública, mas paga. Diferentemente do Brasil, a educação no Chile se divide em pública, particular e particular subvencionada.

11. Dados do relatório final do MMyEG (Chile, 2018), sobre o cumprimento das medidas de gênero do programa de governo de Bachelet.

Ainda no que se refere à educação, o governo de Bachelet fortaleceu o programa de criação de berçários nos estabelecimentos educacionais para assegurar a permanência de mães adolescentes na escola e emitiu circulares normativas para proibir a exclusão e a discriminação de crianças LGBTs em ambientes escolares. Essa ação, como política de reconhecimento, segundo Fraser (2005), é fundamental quando se objetiva construir uma sociedade plural e democrática, assentada no respeito aos direitos humanos. Nessas medidas, observa-se concretamente como as demandas do feminismo se transformam em agenda de Estado, o que evidencia a força do Feminismo de Estado ou da sociedade civil alargada, no sentido de Alvarez (2014).

Segundo o relato da ex-ministra Claudia Pascual Grau, uma das atividades do Programa Bem Viver da Sexualidade foi a promoção de oficinas de formação para adolescentes sobre a vivência saudável da sexualidade e foi estabelecida uma estratégia para a educação em sexualidade, afetividade e gênero, em parceria entre os Ministérios da Mulher e Equidade de Gênero, da Saúde e da Educação. Como resultado desse processo, no final do governo de Bachelet foi entregue para todas as escolas públicas um kit com documentos específicos, como: orientações para implementar um programa de formação em sexualidade, afetividade e gênero; orientações para a inclusão de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex no sistema educativo do Chile; orientações para a elaboração de um protocolo de atuação diante de maltrato, assédio, abuso sexual e estupro em estabelecimentos educacionais; orientação para o enfoque de gênero nos instrumentos de Gestão Escolar; orientações para promover espaços de participação saudável de convivência escolar; documentos de orientações técnicas para implantar um modelo de gestão intersetorial de aulas de bem-estar; informações sobre o Programa Bem Viver da Sexualidade e Reprodução (Chile, 2018). Indubitavelmente, essas ações tiveram maior efetividade porque no governo de Bachelet foram abertos mais espaços para a presença e a atuação de mulheres nas estruturas do Estado, o que, segundo Lovenduski (2005), produz resultados feministas nos processos políticos e um impacto social positivo para a vida das mulheres e, aqui, também, para sujeitos que não se incluem nos padrões da heterossexualidade.

Já o governo de Dilma, como se observa no Quadro 2, deu continuidade a dois importantes programas do governo de Luís Inácio Lula da Silva. O primeiro foi o Mulher e Ciência, com três áreas de atuação de grande envergadura, tendo como objetivos: incentivar as pesquisas científicas na área dos estudos de gênero; estimular a produção científica na graduação e pós-graduação na área de gênero e feminismos; aprofundar temas e projetos para a igualdade de gênero nas escolas de ensino médio e apoiar núcleos de estudos, agências de fomento, revistas com a temática dos Estudos de Gênero e Feminismos. O programa prioriza claramente a transversalida-

QUADRO 2
POLÍTICAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO
PARA A EDUCAÇÃO NA GESTÃO DE BACHELET E DILMA

Governo	Políticas	Especificações
Bachelet Gestão (2014-2018)	A Reforma Educacional e a inclusão de conteúdos de gênero no currículo e na formação dos professores	<p>A política de gratuidade na educação “impactou positivamente as mulheres, pois elas passaram a representar mais de 50% das matrículas no ensino superior” (Claudia Pascual Grau).</p> <p>Houve avanços na incorporação de gênero nas bases curriculares na educação infantil e elaboração do Caderno de Orientação Pedagógica para incorporar conteúdo e metodologias da perspectiva de gênero na educação infantil.</p> <p>Realizaram-se cursos presenciais e on-line com perspectivas de gênero na educação para os professores.</p> <p>Elaboração de material contra o assédio sexual no ensino superior, publicado na Internet e distribuído em todas as instituições de ensino superior.</p> <p>Inclusão da Abordagem de Gênero nos Instrumentos de Gestão Escolar e realização da formação de avaliadores com perspectiva de gênero.</p>
	Diretrizes e circulares normativas para a não exclusão de crianças LGBTs dos ambientes escolares	<p>Circular n. 0768 da Superintendência de Educação sobre direitos de meninas, meninos e estudantes trans no campo da educação.</p> <p>Diretrizes para a Inclusão de Pessoas LGBTI no Sistema Escolar.</p>
	Educação sexual e humanista na instituição escolar	<p>Construção de uma estratégia para a educação em sexualidade, afetividade e gênero, envolvendo ministérios afins. No final do governo de Bachelet, foi entregue para todas as escolas públicas um Kit com documentos específicos de orientação.</p>
Dilma - período de 2011 a 201	Continuidade do Programa Mulher e Ciência – promoção da equidade de gênero na ciência	<p>Três áreas de atuação: Edital Relações de gênero, mulheres e feminismos; Prêmio construindo igualdade de gênero; Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa.</p>
	Continuidade do Programa Gênero e Diversidades na Escola – formação para professores/as	<p>Combate às atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, raça e às diversas orientações sexuais.</p>
	Kit, Brasil sem Homofobia – material didático-pedagógico voltado para combater a homofobia nas instituições educativas	<p>Foco de tensões com políticos conservadores e fundamentalistas. Dilma, pressionada pela bancada religiosa, vetou a distribuição do material nas escolas, em maio de 2011.</p>
	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – referência a gênero e à orientação sexual. Em 2012, obrigatoriedade da educação em direitos humanos para o ensino médio e superior	<p>Valorização dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, e para construir práticas que promovessem a igualdade e o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência.</p>
	Aprovação da deliberação n. 56 na Conferência Nacional de Educação (Conae), de 2014, para a construção das Diretrizes Nacionais Curriculares sobre Educação, Gênero e Diversidade Sexual para a Educação Básica e o Ensino Superior	<p>Institucionalização e efetivação de uma política em educação e promoção da equidade de gênero e de raça, bom como enfrentamento à homofobia. Foi paralisado com o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.</p>
	Plano Nacional da Educação (PNE)	<p>Previsão nos currículos da inserção de conteúdos de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, com o objetivo de superar as desigualdades educacionais e as discriminações. Houve tensões e conflitos com forças conservadoras que se articularam para a retirada desses termos, alegando que era a implantação de uma “ideologia de gênero”.</p>
Programa Ciência Sem Fronteiras	<p>Critério de seleção que dava prioridade para mulheres das áreas “hard”.</p>	

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados coletados em entrevistas e relatórios dos mecanismos de políticas para mulheres.

de de gênero, colocando as mulheres como sujeitos do conhecimento, impactando, com isso, o campo da cultura, uma vez que determinadas representações das relações de gênero (Scott, 1990; Lauretis, 1994) atuaram como dispositivos de poder para excluir as mulheres nos espaços da produção dos saberes.

Aqui podemos incluir o Programa Ciências Sem Fronteiras, do governo Dilma, que, segundo Eleonora, era pautado pela transversalidade de gênero por priorizar a seleção de mulheres com projetos na área das ciências “hard”. Assim, ao colocar critérios afirmativos que priorizem mulheres em áreas científicas, historicamente consideradas masculinas, observa-se o compromisso com políticas de equidade de gênero, para corrigir as lesões que a desigualdade produziu em relação às mulheres (Lagarde, 1996).

O segundo programa foi o de Gênero e Diversidades na Escola, que objetivava capacitar profissionais nos temas de gênero, raça e sexualidades, visando criar ambientes de convivência plural, de respeito às diferenças e da construção de uma cultura não homofóbica, não sexista e de igualdade de gênero. Foi um programa importante direcionado à mudança cultural a partir do espaço da educação e, apesar de ter atingido um número significativo de professores da rede de ensino público, não chegou a todos os profissionais, sobretudo nos lugares mais remotos. Nos últimos anos do governo Dilma, este programa foi tensionado pelas forças conservadoras, que nomearam a perspectiva de gênero de “ideologia de gênero”.

12. Isso gerou certa insatisfação nas forças políticas do governo.

13. Vale recordar que isso tem relação com os resultados dos debates da Conferência Nacional de Ensino Médio (Coneb) e da Conferência Nacional de Educação (Conae), de 2010, realizada em 2008. O Documento da Coneb havia destacado uma educação com qualidade social voltada para a superação das desigualdades sociais, raciais, de gênero, de idade e de orientação sexual (Brasil, 2008).

Vale destacar que a hegemonia da noção denominada “ideologia de gênero” começa a se consolidar no Brasil justamente no primeiro ano do mandato de Dilma Rousseff, em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo. Nesse período, emergiu a polêmica em torno do material didático do Programa “Brasil sem Homofobia”, nomeado pelos conservadores de “Kit gay”, que seria distribuído nas escolas públicas e parte dele acabou sendo vetado pela presidenta, em maio de 2011¹², após forte oposição das forças políticas e sociais conservadoras.

Entre as poucas iniciativas no campo das políticas educacionais com perspectiva de gênero, podemos destacar a homologação, em 2012, das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que fazem referência ao gênero e à orientação sexual e enfatizam a necessidade de todas as pessoas usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática, independente de sexo, orientação sexual, identidade de gênero etc. (Brasil, 2012a). Ainda, em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabeleceram a obrigatoriedade da educação em direitos humanos (Brasil, 2012b)¹³ e propôs que o Projeto Político-Pedagógico do Ensino Médio deveria acenar para a:

XV. valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência (Brasil, 2012b: 7).

No entanto, esses temas geraram disputas políticas com a bancada religiosa reacionária, fundamentalista e conservadora e ganhou notoriedade no processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2013 e 2014. A polêmica foi gerada em relação ao artigo 2º das diretrizes do PNE, especificamente em torno do inciso III, que tratava da superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” Tal concepção foi rechaçada e compreendida como implantação da “ideologia de gênero” nas escolas, de modo que as forças conservadoras conseguiram articular uma gramática política para a retirada dos termos gênero e orientação sexual do PNE¹⁴. O Plano foi aprovado com a redação “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014: 43).

Essa batalha se estendeu para dentro das câmaras estaduais e municipais, no processo da definição de seus respectivos planos de educação. Indubitavelmente, a ação das forças políticas conservadoras representou um retrocesso, por impedir avançar na construção de uma cultura pautada na igualdade de gênero, na superação da violência contra as mulheres e no respeito às diversidades sexuais.

Apesar das tensões e disputas em relação a gênero, o governo Dilma conseguiu manter a discussão em torno da Deliberação n. 56, aprovada na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2014, que estabelecia a construção das Diretrizes Nacionais Curriculares sobre Educação, Gênero e Diversidade Sexual para a Educação Básica e o Ensino Superior. De certo modo, isso foi uma conquista que resultou de alianças e esforço político que envolveu movimentos sociais de educação, LGBT e feministas. A construção dessas diretrizes visava institucionalizar e tornar efetiva uma política em educação, bem como promover a equidade de gênero e de raça e o enfrentamento da homofobia. Para esse fim, foram realizadas várias oficinas, cujos resultados foram sistematizados em uma carta que foi enviada ao presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), Luís Roberto Alves, o qual já havia se mostrado disposto a dialogar sobre a construção das diretrizes. Contudo, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, o CNE foi recomposto em julho de 2016 e o professor Luís Roberto Alves foi afastado. Isso paralisou o processo já iniciado (Vianna *et alii*, 2016).

14. Toni Reis e Edla Eggert (2017) ressaltam que nenhum dos documentos finais das Conferências Nacionais de Educação, nem a versão inicial do PNE, se referem ao termo “ideologia de gênero” e sim objetivam alcançar a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

Esse quadro evidencia que o Brasil teve um cenário político menos favorável que o Chile para implementar políticas educacionais com perspectivas de gênero, uma vez que gênero se tornou um campo de disputa na arena política. A linguagem sobre gênero e sexualidades tem sido um dispositivo com poder de articular regimes morais, políticos e formas de regulação da vida. A partir de 2010, a política foi marcada pelo adensamento de reações conservadoras articuladas com pautas ultraliberais, que protagonizaram o pânico moral em torno da categoria “gênero” e da diversidade sexual, atuando para impedir qualquer avanço em torno das políticas educacionais, apesar da vontade política do governo Dilma, da atuação do Feminismo de Estado e da pressão dos movimentos feministas e LGBT.

Algumas considerações

Conforme as evidências trazidas neste estudo, pode-se afirmar que as políticas transversais de gênero para a educação, que foram possíveis de serem implementadas nos governos Dilma e Bachelet, em seus contextos específicos, contemplam os princípios de redistribuição e reconhecimento, segundo as concepções do paradigma de justiça social de Nancy Fraser (2002). Isso porque se criaram estratégias específicas para ampliar o acesso da população LGBT e das mulheres na educação, sobretudo nas áreas das ciências “*hards*”, que, historicamente, foram consideradas espaços exclusivos dos sujeitos masculinos, brancos e heterossexuais. Embora, para Nancy Fraser as políticas de redistribuição estejam mais focadas aos bens econômicos, consideramos que o acesso à educação, sendo um bem simbólico, repercute diretamente na distribuição de renda e na reorganização da divisão do trabalho. Isso porque a educação pode ser um dispositivo de poder para as mulheres e as minorias sociais, no sentido de dar maiores possibilidades para a inserção no mercado de trabalho, melhorar salário e desenho profissional e, conseqüentemente, reduzir a pobreza, que, em geral, tem gênero, porque atinge mais as mulheres e também outras minorias sociais, com baixos níveis de escolarização.

No caso das diretrizes e normativas para a acolhida de crianças LGBTs, instituída no governo Bachelet, além de criar condições de acesso à educação, promove o respeito e a não discriminação por orientação sexual (política de reconhecimento), garantindo a permanência na escola de sujeitos culturalmente tratados como abjetos¹⁵, na expressão utilizada por Judith Butler (2007). Ou seja, são vidas que não importam para um sistema heteronormativo e patriarcal e que acabam sendo excluídas de diversos espaços sociais, por não se adequarem às normas ou aos princípios hegemônicos.

15. Convém lembrar que a teoria de Butler traz uma contribuição original para pensar todas as classes de “corpos” cujas vidas não são consideradas “vidas” e cuja materialidade se entende como uma não matéria. Isto é, ela possibilita estudar os sujeitos “abjetos”, que são excluídos de diversos espaços sociais, por não se adequarem às normas ou aos princípios hegemônicos, e a compreender seus processos de resistência e de agência que, partindo das “margens sociais”, contribuem no processo de resignificação de práticas sociais, colocando em cena cadeias reiterativas de outra ordem social.

Para Fraser (2002), a justiça requer “redistribuição mais reconhecimento”, em outras palavras, a justiça social evoca as exigências paralelas da igualdade e da diferença. Tereza Kleba Lisboa e Daniele Beatriz Manfrini (2005) recordam que fazer justiça não significa igualitarismo, e sim tratar os diferentes de maneira diferente. Pautadas nesse princípio, as políticas de discriminação positiva foram assumidas pelos governos do Chile e do Brasil, com o objetivo de favorecer as pessoas que por muito tempo ficaram em desvantagem em termos de direitos sociais e individuais que, nesse caso, são as mulheres e a população LGBT. Nesse sentido, considera-se que as políticas promovidas nos governos de Bachelet e Dilma são também políticas equitativas, à medida que visam construir a igualdade substancial, corrigindo desigualdades históricas, construídas sobre as diferenças dos corpos das minorias sociais.

As políticas públicas com perspectiva de gênero partem da premissa de que as instituições estatais participam da construção política e social das relações de gênero e, por isso, devem estar comprometidas a combater a iniquidade e a desigualdade entre homens e mulheres, em todas as áreas de ação do Estado e, aqui, o campo educacional é um dos espaços privilegiados para isso. Na concepção de Teresa de Lauretis (1994: 217), a “construção do gênero é produto e processo, tanto de representação quanto da autorrepresentação”, de modo que gênero é definido como um conjunto de efeitos que são produzidos nos corpos por diferentes tecnologias de gênero, que podem ser discursos, práticas, arte etc. Desse modo, a instituição escolar é tanto um lugar de reprodução das desigualdades de gênero quanto de construção de novas relações.

Nesse sentido, compreende-se o empenho do governo Dilma e Bachelet em promover políticas educacionais, não somente para corrigir as desigualdades e desvantagens históricas em relação ao acesso à educação e ao reconhecimento das diferenças, mas políticas que impactem na cultura em vista de novas relações de gênero e de poder. E isso se evidencia nas iniciativas que incorporam conteúdos de gênero e de sexualidades na formação de professores, nas Diretrizes Curriculares e nas ações voltadas para a construção de uma cultura não homofóbica, não sexista e de igualdade de gênero. Tais políticas podem ser nomeadas de tecnologias de gênero, no sentido de Lauretis (1994), dado o seu poder de interferir na produção de novas relações.

Como pontuamos, é possível afirmar que Dilma e Bachelet deram prioridade para as políticas transversais de gênero na educação que, de certa forma, objetivavam atender as exigências dos organismos internacionais da ONU, sobretudo da Pla-

16. Termo usado por Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) para caracterizar os grupos que combatem o que denominam “ideologia de gênero”. De acordo com esses autores, isso evita caracterizar esses grupos como uma espécie de movimento social, que seria supostamente alocado na sociedade civil. Aqui não está em questão quem são esses grupos, mas a análise de como eles se associam e se articulam, partindo do que Sonia E. Alvarez (2014) denomina de campos discursivos de ação, “nos quais preocupações político-culturais são compartilhadas mesmo que os atores nesses campos tenham diagnósticos divergentes” (Miskolci & Campana, 2017: 730).

17. Vale recordar que o Partido Demócrata Cristão, que integrava a Concertación de Partidos por la Democracia, depois da ditadura, sendo de perfil mais conservador, atuou para limitar avanços sobre os direitos sexuais reprodutivos, de modo que o Chile somente aprovou o aborto nas três causas – situação de perigo de vida da mãe, de inviabilidade fetal e por violação sexual, em 2017.

taforma de Beijing e da Cedaw. Contudo, a possibilidade de se avançar ou não na implementação de certas políticas, está vinculada diretamente ao contexto cultural, social e político de cada país. São políticas de considerável importância para avançar na construção da igualdade de gênero, cujo processo parece se estagnar ou, até mesmo retroceder, com a ascensão de governos de direita no Chile e de ultradireita, no Brasil.

No Brasil, esse processo se apresenta mais desafiante, pois se visualiza um retrocesso no campo das políticas de gênero e fortes ameaças aos direitos conquistados. Vive-se de incertezas diante da atuação agressiva de grupos fundamentalistas e conservadores que se apresentam contrários aos direitos humanos na sociedade e junto às escolas públicas. Todo o processo feito em relação à construção das Diretrizes Nacionais Curriculares sobre Educação, Gênero e Diversidade Sexual para a Educação Básica e ensino Superior, virou uma espécie de lixo.

Se no governo de Lula houve avanços significativos nas políticas educacionais, desde a interseccionalidade de gênero, raça e orientação sexual, com ênfase na formação continuada dos profissionais da educação, o governo Dilma pretendia fortalecer e avançar ainda mais, sobretudo nas reformas curriculares. Contudo, sofreu forte oposição das forças conservadoras no Congresso Nacional que cresceram, consideravelmente, nas eleições de 2010 e se ampliaram ainda mais em 2014, barrando qualquer avanço significativo em relação às políticas de gênero, sobretudo no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBT. Para isso se produziu um pânico moral em torno do que se chamou “ideologia de gênero”, que foi protagonizado pelos empreendedores da moral¹⁶.

Esse contexto explica a especificidade do Brasil em relação ao Chile, quando observamos os avanços que foram realizados, sobretudo no segundo mandato de Bachelet. No Chile, algumas políticas foram possíveis porque o movimento contra o que se denominou “ideologia de gênero” não teve força. E, segundo os relatos das entrevistas, isso pode ser compreendido porque o catolicismo, que é a vertente religiosa predominante no Chile, nos últimos anos perdeu força política e credibilidade por ter importantes agentes religiosos envolvidos nas denúncias de pedofilia¹⁷.

Por fim, é importante sinalizar que, em um contexto de política neoliberal combinada com o neoconservadorismo, manter viva a reflexão sobre os avanços e os desafios em relação às políticas educacionais com perspectiva de gênero é uma estratégia política de fazer resistência diante do embate travado pelo que se chamou “ideologia de gênero” na educação, cuja ação discursiva tem interesses políticos de enfraquecer um projeto de sociedade pautada na igualdade de gênero e em valores democráticos.

Nesse cenário, a crítica dos empreendedores da moral aos conteúdos de gênero e sexualidades na escola é uma questão política e não epistemológica ou teórica, de modo que gênero passou a ser um campo de disputa política, que põe em jogo um modelo de sociedade pautada na democracia e na igualdade de direitos. Novos cenários se evidenciam no campo da política, ou seja, há certo enfraquecimento das forças progressistas e do Feminismo de Estado e uma ampliação considerável das forças políticas conservadoras nas estruturas estatais e no poder legislativo, que agora passam a influenciar as ações estatais em outra direção, apoiadas em setores da sociedade civil. Isso evidencia como as decisões estatais sempre se definem com pressão e apoio de certos grupos da sociedade, que tem seus representantes no poder, como bem argumentou Eróstegui (2008).

Assim, o campo das políticas educacionais é um hoje um lugar de disputa, pois as forças políticas conservadoras têm tomado as ideias progressistas e transformado em projeto reacionário. Nesse sentido, Boaventura Santos, na conferência de abertura da XXXIX Reunião da Anped de 2019¹⁸, argumentou que o desafio atual é transmitir o conhecimento científico e provocar nos estudantes a argumentação das ideias. Segundo ele, não se pode ser cúmplice das ideias conservadoras, pois se não nos opormos à chamada “ideologia de gênero” seremos cúmplices com a violência contra as mulheres, com as desigualdades e com todas as formas de discriminação de gênero.

18. Vídeo da conferência da abertura disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4D75GOSMXg&feature=emb_logo>.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.

ARRIAGADA, Irma. Cambios de las políticas sociales: políticas de género y familia. *Cepal – Série Políticas Sociales*, n. 110, p. 1-39, 2006.

ASTELARRA, Judith. *Veinte años de políticas de igualdad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2005.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BANDEIRA, Lourdes M.; VIEIRA, Fernanda B. *Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília: Relatório de Pesquisa SPM/Cepal, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 8, de 06 de março de 2012. Aprova as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília: CNE, 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 Fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, 30 de janeiro de 2012. Define diretrizes curriculares para o ensino médio. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:C4yvCwxQEJ4J:portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9917-rceb002-12-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 17 Fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional da Educação Básica. Documento Final. Brasília: Presidência da República; Ministério da Educação; Secretaria Executiva Adjunta; Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHILE. Ministerio de la mujer y la equidad de Género. *Resultados medidas de la Agenda Género 2014-2018*, 2018. Disponível em: <<https://www.minmujeryeg.cl/wp-content/uploads/2018/03/Resultados-Agenda-Ge%CC%81nero-2014-2018.pdf>>. Acesso em: 12 Jan. 2019.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Informe anual 2011: O salto da autonomia. das margens ao centro*. In: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Santiago: Nações Unidas, Set. 2011. Disponível em: <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/45929/OIG-Informe_anual__portugues.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2018.

ERÓSTEGUI, Susana. *Sociedad civil, participación ciudadana y democracia en el nuevo contexto político de América Latina: una mirada a los desafíos y estrategias de acción desde la sociedad civil*. Paper apresentado ao Seminário “Sociedad civil y nuevas institucionalidades democráticas en América Latina: dilemas y perspectivas”. Brasília, 9 a 12 de novembro de 2008.

FRASER, Nancy. *Reframing justice*. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2005.

_____. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 7-20, Out. 2002.

FURLIN, Neiva. A relação entre Estado e sociedade no processo de institucionalização das políticas de gênero no Brasil e Chile. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 32. p. 169-206, 2020.

GONZALEZ, Débora de Fina. Os mecanismos institucionais de políticas para as mulheres na América Latina: Arenas de/em disputas. *Anais: International Congress of the Latin American Studies Association (Lasa)*, 36, 2018. Barcelona, ES, 2018.

_____. Feminismos, Estado e políticas públicas: Brasil e Chile em Perspectiva. *Anais: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11, & Women's Worlds Congress*, 13, 2017. Florianópolis, SC, 2017.

GUSMÁN, Virginia. Las institucionalidades de género en la región, documento borrador. In: _____. *Gobernabilidad, democracia y género, una articulación posible*. Santiago, CL: Cepal, "Série Mujer y Desarrollo", n. 48, Out. 2005.

LAGARDE, Marcela. *Gênero y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LISBOA. Tereza K.; MANFRINI, Daniele B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas de direitos mínimos. *Katálylis*, v. 8, n.1, p. 67-77, Jan./Jun. 2005.

LOVENDUSKI, Joni. State feminism and women's movements. *West European Politics*, v. 31, n. 1-2, p. 169-194, Jan./Mar. 2008.

_____. *State feminism and political representation*. New York: Cambridge University Press, 2005.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse G. *Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região*. Encontro Anual da Anpocs, 37, 2013.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-747, Set./Dez. 2017.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan./Mar. 2017.

SALAZAR, Ana L. Flores. *Políticas públicas de igualdad de género en Chile y Costa Rica. Um estudio comparado*. Tese (Doctorado en Gobierno y Administración Pública) – Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, Jul./Dez. 1990.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 1, p. 27-49, 1996.

VIANNA, Cláudia *et alii*. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; Fundação Carlos Chagas, 2016.

VIANNA, Claudia. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências*. “Série Cadernos da Diversidade”. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Pequim, ONU-Mulheres, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 17 Maio 2018.



O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos

Recebido: 21.11.19
Aprovado: 11.02.21

Berenice Bento*

* Berenice Bento é professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, Brasil.
Orcid: 0000-0001-5839-0097.
<berenice.bento1@gmail.com>.

Resumo: O projeto social hegemônico para os corpos generificados assenta-se na suposição de que existe uma relação de continuidade entre a genitália (vagina/pênis), o corpo inteiro (mulher/homem) e as práticas generificadas (feminilidades/masculinidades). Esta linha de continuidade marcaria o que Judith Butler irá chamar de “gêneros inteligíveis”. A hipótese deste artigo é que a noção que ameaça o reconhecimento de um corpo como pertencente a um determinado gênero não é a feiura. Beleza e feiura seriam gradações hierarquizadas da leitura sobre os corpos generificados inteligíveis. São os corpos das travestis, das pessoas trans, transgênero que expressariam o lado da negação, da abjeção e que estariam fora mesmo das hierarquias de beleza. As categorias centrais de análise serão abjeção e gênero e o objetivo será discutir as categorias belo, feio e abjeto nos femininos relacionando-as às noções de performance de gênero, paródia, próteses identitárias e relações de poder.

Palavras-chave: Belo. Feio. Abjeto. Feminino. Travesti.

The beautiful, the ugly and the abject in female bodies

Abstract: The hegemonic social project for the gendered bodies is based on the assumption that there is a continuity relationship between the genitalia (vagina / penis), the whole body (woman / man) and the gendered practices (femininities / masculinities). This continuity line would mark what Judith Butler will call "intelligible genres". The article hypothesis is that a notion that threatens the recognition of a body as belonging to a certain gender is not ugliness. Beauty and ugliness would be hierarchical gradations of reading about intelligible bodies. It is the bodies of transvestites, transgender people, transgender people who would express the side of denial, abjection and who would even be outside the hierarchies of beauty. The analysis categories will be abjection and gender. And the objective will be to discuss how beautiful, ugly and abject categories in women relate them to the notions of gender performance, parody, prosthetic identities, and power relations.

Keywords: Beautiful. Ugly. Abject. Feminine. Transvestite.

Introdução

David Hume (2000), em uma perspectiva subjetivista, irá potencializar aquele dito popular de que gosto não se discute. Segundo ele, cada pessoa deveria se contentar com seu sentimento sem desejar controlar o dos outros. Seria inútil estabelecer ou definir uma beleza real, ou uma deformidade real. Ao contrário, sugiro que gosto individual se discute, porque é resultado de múltiplos determinantes. Não são os sujeitos isolados que, idiossincriticamente, irão distri-

1. Para uma discussão sobre a produção do gosto, ver Pierre Bourdieu (1983).

2. Para esta discussão sugiro os textos de Jorge Leite Júnior (2011), principalmente a genealogia que o autor faz sobre a passagem das noções do hermafrodita, figura que trazia no corpo expressões do hibridismo, para o hermafrodita psíquico, como a sexologia do século XIX irá considerar os sujeitos que afirmavam viver em corpos equivocados. O autor também tem uma considerável produção sobre a categoria “monstro”, “monstruosidade”. A noção de “erro da natureza” irá encontrar na modernidade uma personagem, o médico, que irá encarnar a vontade de Deus e fará os ajustes necessários para que tudo volte a ter a verdadeira ordem natural. Os erros da natureza (expresso nas deformidades físicas) seriam os próprios estigmas que marcariam os corpos.

buir elogios e recusas às formas, principalmente às corpóreas¹. A interpelação “Que feio!” é uma citação, uma polifonia que antecede a cena e ao próprio sujeito da interpelação.

Aquilo que se supõe ser o que singulariza os sujeitos, o gosto pessoal, está amarrado a uma cadeia de sentidos construído historicamente que antecede a minha existência. As lutas políticas por emancipação e reconhecimento também são lutas contra determinadas estéticas da existência. Não foi exatamente isso que o movimento negro fez e segue fazendo quando afirma que “*black is beautiful*”? E nesta insígnia de luta está algo mais do que uma agenda política objetiva. Sua enunciação nos desloca para a tríade reconhecimento/luta por reconhecimento/desejo, nos termos proposto por Axel Honneth (2003). Um dos efeitos da luta por reconhecimento é o deslocamento de termos, a criação de novas categorias de inteligibilidade e o esvaziamento de outros.

Karl Marx (apud Eco, 2015a) também discutirá a relação entre beleza/feia, mas numa perspectiva oposta à de Hume. Ao discordar de uma visão individualista, dirá que o dinheiro, com seu dom mágico e absoluto, consegue transformar o feio em belo. Para ele, aquilo que sou e o que eu posso, não são efetivamente determinados por mim, como uma qualidade inerente do meu ser, mas por condições externas: o quanto de dinheiro tenho na carteira. Mas esta visão materialista desconsidera que as estéticas corporais estão relacionadas a concepções morais. A quantidade de dinheiro que alguém possui não será suficiente para apagar as marcas nos corpos construídos como inferiores. A ascensão social não tem a capacidade de apagar as marcas dos corpos (negro, índio, travesti).

A relação entre belo/bom, feio/ruim é um dos eixos centrais da obra do filósofo hegeliano alemão Karl Rosenkrantz (apud Eco, 2015b: 138, 154, 256, 263, 312; Ferrer, 2017). Cesare Lombroso (2013) fez uma aproximação com as teses de Rosenkrantz ao estabelecer a relação entre criminoso nato e fisionomia. Para ele, há uma relação entre características físicas (consideradas feias) e moralidade.

Não é objetivo deste artigo fazer uma discussão sobre a relação entre moral e feia/beleza, tampouco sobre o vínculo entre feia/maldade e beleza/bondade. Pode-se, contudo, inferir que a estética seja uma das chaves explicativas para compreender a constituição das noções de raça, elemento estruturante da biopolítica (Foucault, 1999) nos Estados modernos. A escravidão, experiência história determinante para explicar quem somos nós, tem na relação entre corpos negros, feia, corpos sem alma e degenerescência moral elementos que irão justificar sua existência². Noções hegemônicas e dissidentes de estética são formas de dis-

tribuir os corpos em posições hierárquicas que visam organizar e disciplinar o desejo. Conforme tentarei apontar, parte considerável daquilo se nomeia como “feio” seria mais bem compreendido se acionássemos um terceiro termo: abjeção, principalmente quando transitamos no campo das experiências históricas desumanizadoras.

As noções de belo e feio que nos atravessam são atos políticos e têm efeitos no mundo da vida. No entanto, não estou convencida de que o feio seja a negação do belo. Será que qualquer feio estaria fora do mapa social? Conforme tentarei apontar, há níveis diferenciados de feiura dentro do feio e de beleza dentro do belo. Trata-se, portanto, de fugir de um campo analítico binário. Daí a importância da noção de abjeção para operar a ruptura dos binarismos analíticos referente às estéticas. O objetivo deste artigo será propor uma quebra nesta linha de continuidade (belo-feio) ao sugerir que a falta de inteligibilidade e, portanto, não reconhecimento, não cabe nas noções de “feiura”, mas de abjeção. Qual seria o “feminino” abjeto? Esta será a pergunta-guia deste texto. Esta discussão será realizada em três momentos: *i*. Belo é feio, feio é belo; *ii*. Beleza abjeta? *iii*. Corpos não humanos: da abjeção ao transfeminicídio.

Belo é feio, feio é belo!

Umberto Eco dedicou dois grandes volumes à história da beleza e da feiura. Os livros intercalam textos dele mesmo, citações de filósofos e de escritores de outras áreas do conhecimento com centenas de reproduções fotográficas de obras de arte. O autor irá introduzir seus livros movido pelo espírito relativista. Nos dirá: “Os conceitos de belo e de feio são relativos aos vários períodos históricos ou às várias culturas” (Eco, 2015b: 10). Ainda: “Para um ocidental, uma máscara ritual africana poderia parecer horripilante – enquanto para o nativo poderia representar uma divindade benévola” (Eco, 2015b: 10).

Se a definição de belo e feio estão prenes de história e significados culturais, este relativismo desaparece quando se pensa o conteúdo mesmo do que seja belo e feio. E como se define o feio e o belo? Segundo Eco, “na maioria das vezes, o feio era definido em oposição ao belo e quase não se encontram tratados mais extensos consagrados ao tema, mas apenas menções parentéticas e marginais” (Eco, 2015b: 9).

Eco recupera a ideia tradicional de que o feio é o contrário do belo. Analisa o feio da natureza, o feio espiritual, o feio na arte, a ausência de forma, a assimetria, a desarmonia, o vil, o banal, o morto e o vazio, o demoníaco. Não teríamos aqui um problema conceitual? Como é possível construir um conceito por um conjunto

de adjetivos opositivos? Um conceito tautológico não seria a própria negação do conceito?

Eco continua a discutir belo como oposto do feio. Segundo ele, “consideramos o bonito, gracioso, prazenteiro, atraente, admirável [...] o feio, aquilo que é repelente, horrendo, asqueroso, desagradável, grotesco” (Eco, 2015b: 19). O filósofo aciona um corpo de adjetivo para “definir o feio”:

abominável, vomitante, odioso, indecente, imundo, sujo, obsceno, repugnante, assustador, abjeto, monstruoso, revoltante, repulsivo, desgostante, aflitivo, nauseante, fétido, apavorante, ignóbil, desgracioso, desprezível, pesado, indecente, deformado, disforme, desfigurado (Eco, 2015b: 19).

Aqui localiza-se o meu problema. Dizer que algo é disforme seria o mesmo que considerá-lo repulsivo ou abjeto? Não teria aqui níveis diferenciados de leitura possível das formas, principalmente dos corpos humanos? Estes níveis diferenciados não irão ter efeitos diferenciados no mundo da vida, nas estratificações e relações sociais?

Posição contrária parece ter as bruxas de Macbeth quando gritam: “Belo é feio, feio é belo!” (Shakespeare, 1989). O belo contém o feio. O feio contém o belo. Estão em relação, em linha de continuidade; são, portanto, simétricos e não assimétricos e fazem parte de um todo inseparável. Voltarei a esta discussão.

Todas as feiuras são iguais? Segundo Kant (1984), “somente uma espécie de feiura não pode ser representada conforme a natureza sem arruinar qualquer deleite estético e, portanto, a Beleza artística: a saber, aquela que desperta nojo”. Assim, aquilo que no mundo da vida não tem linguagem, mas reação orgânica (nojo), seria também uma impossibilidade de representação. É possível vida fora dos marcos da representação, fora da linguagem? Se alguma coisa me provoca repulsa na vida real e se ao imaginá-la representada – seja em que arte for – a repulsa continuar, esta coisa não pode ser representada, ou seja, não pode estar presente na sua ausência, não pode, portanto, existir. Assim, diferente de Aristóteles, que defendia ser possível realizar o belo imitando com mestria aquilo que é repelente, Kant dirá que, no mundo da representação há limites e impossibilidades em fazer um objeto coisa feia tornar-se bela.

Se existe o “feio em si”, há também o “belo em si”, aquele que não precisaria de conceito, ou seja, de linguagem. A cultura seria dispensada para despertar em mim a admiração sem nenhum desejo de posse. Por exemplo, a beleza de uma flor. No

entanto, quando eu digo “flor” já estou acionando um conceito. Estas sensações universais, regulares, não existem fora do mundo conceitual.

Depois desta rápida aproximação aos conceitos de belo e feio, discutirei o programa televisivo “Casos de Família”. E aqui o objetivo será verificar se as noções de feio e belo, como atributos de substâncias distintas, se sustentam no que se refere aos propósitos deste artigo: pensar a questão estética vinculada aos femininos.

Beleza abjeta?

Gostaria de convidar o/a leitor/a a catar em suas memórias algum programa de auditório de televisão que tenham visto a presença de travestis e/ou mulheres trans. Vou descrever um dos muitos episódios de “Casos de Família”, programa vespertino do SBT³.

A apresentadora do programa propõe um jogo de adivinhação. Vários homens estão sentados no palco. Ela diz: *vocês terão que adivinhar quem é travesti e quem é mulher.*

Alguns homens estufam o peito e dizem: *eu jamais iria confundir uma mulher com um travesti.*

Inicia-se o desfile.

As mulheres usavam uma pequena faixa na garganta para esconder um suposto pomo de adão. Depois, todas ficaram em pé, uma ao lado da outra e começaram a escutar as adivinhações dos homens.

Agora, diante daqueles corpos exuberantes, eles já não estavam tão seguros como minutos antes. Nervosismo, gagueira e olhares aflitos estavam estampados em seus rostos. Pareciam olhares de cachorro perdido do dono.

Era possível perceber por suas performances masculinas que outra prova estava sendo realizada invisivelmente. *Se eu errar, vão dizer que eu não sou homem.* Estava em jogo também suas masculinidades. Mulher ou travesti? E as apostas começaram. A apresentadora provocava: *tem certeza de que é uma mulher?* O homem dizia “sim”, mas sua cabeça dizia não. A confusão está montada.

A apresentadora, depois de ouvir os homens, perguntava para cada uma individualmente: *você é travesti ou mulher?*

3. “Casos de Família” é um programa de televisão no formato *talk show*, exibido pelo canal SBT, desde 2004, diariamente. A estrutura do programa fundamenta-se na espetacularização de conflitos, principalmente familiares, interpessoais (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4VAB4P8Ch1g>>).

Uma das convidadas pediu para falar: “Homens, vocês não conhecem mulheres. Acho que todos vocês são gays!” A grande maioria dos homens, sem muita segurança, afirmou que ela era “um” travesti. Ela não perdeu. Anunciou o que eles tanto temiam.

Todas as fronteiras entre os femininos pareciam borradas, mas logo a ordem foi estabelecida quando cada uma revelou o segredo que transformou a palavra em ato criador de realidades (Austin, 1990): “sou mulher” ou “sou travesti”.

A revelação de que aquela exuberância de mulher “não passava de um homem” produziu bocas abertas, certos silêncios e gritos da plateia. E qual a certeza que temos que uma travesti não disse que era mulher?

Aqueles corpos magros, esbeltos, seios duros, pernas torneadas, cabelos penteados, peles cuidadas, exibiam certos modos e modas de um feminino hegemônico. Eram bonitas. Apenas uma palavra – travesti – redefiniu completamente a avaliação de belo daqueles corpos. De olhares ávidos e gulosos, os homens passaram a retorcer suas caras. Eram fisionomias de nojo.

Estamos diante de um campo de afetação onde a oposição belo e feio não é suficiente para nos ajudar a entender esta mudança de registro da expressão do desejo. Antes, eu devoraria, comeria, pegaria. Agora, eu não consigo nem segurar meu olhar. O nojo é anunciado. A falta de gramática, de texto, enfim, a impossibilidade compreensiva preenche o ambiente. Um corpo, tão feminino, tão belo e... tão abjeto. Estamos, nos termos do Kant, diante do irrepresentável.

A internet está repleta de casos como este. Há “flagras” de homem beijando mulheres e se deliciando. De repente, escuta-se um grito: *É um travesti* – a reação imediata é uma conexão entre a fisionomia e o estômago.

No filme “Traídos pelo desejo”, Fergus (um guerrilheiro do Exército Republicano Irlandês, IRA), diante do corpo nu de Dil descobre que ela era mulher trans. Em desespero, corre para banheiro e tranca a porte. Apenas escutamos o barulho do seu vômito. Na ausência de gramática, o discurso possível foi o vômito. Não tinha palavras, mas suas vísceras e líquidos estavam em conexão com as definições políticas, históricas e sociais de que a beleza feminina precisaria de um corpo-sexual, a vagina, para estabilizá-la e dotá-la de sentido.

Corpos não humanos: da abjeção ao transfeminicídio

Concordo com Judith Butler (2003) quando afirma que não existe uma essência interior que é posta em evidência através dos atos. Se o corpo é plástico, manipulável, operável, transformável, o que irá estabilizá-lo na ordem dicotomizada dos gêneros é sua aparência de gênero. O sentido que se atribui às roupas e aos acessórios liga-se a um campo mais amplo de significados que extrapola a ideia de um “gosto pessoal”, vinculando-se às normas de gênero que estabelecem determinadas formas de cobrir os corpos-sexuados.

O gênero só existe na prática e sua existência só se realiza mediante um conjunto de reiterações cujos conteúdos são frutos de interpretações sobre o masculino e o feminino. O ato de pôr uma roupa, escolher a cor, compor um estilo são ações que fazem o gênero, que visibilizam e posicionam os corpos-sexuados, os corpos em trânsito ou os corpos ambíguos, na ordem dicotomizada dos gêneros. Vestir-se é um dos atos performáticos mais carregados de significados para a construção das performances dos gêneros.

A força das normas sociais, especificamente às de gênero, oblitera o pensamento e não nos deixa ver o que está ali, diante de nós: a impossibilidade de se definir feminilidade a partir da genitália.

Então, o que é gênero? Se os gêneros não estão vinculados a uma essência e é da ordem das práticas, podemos pensar em pluralidades de performances femininas.

As mulheres com vagina fariam parte deste campo feminino, mas não são as únicas que podem reivindicar o reconhecimento feminino. Mas será que todos os femininos têm a mesma possibilidade de existência e de vida? Quais seriam as hierarquias internas ao feminino?

Os sujeitos constroem suas ações por suposições e expectativas, conforme apontou George Mead (apud Honneth, 2003). No caso do gênero, as suposições funcionam como se uma essência interior que marca a existência da mulher e do homem pudesse pôr-se a descoberto. Cada ato é uma tentativa de desvelamento dessa certeza, como se fosse “a natureza” falando em atos. Essa suposição gera um conjunto de expectativas fundamentalmente baseadas nas idealizações de uma “natureza perfeita”, como é o exemplo do “instinto materno” ou do “homem naturalmente viril e forte”. As expectativas, em articulação com as suposições, acabam produzindo, conforme sugeriu Butler, o fenômeno mesmo que antecipa, pois fazem com que os sujeitos ten-

tem, em suas práticas, reproduzir modelos que se supõem como verdadeiros para seu gênero ou para o gênero com o qual se identificam, como é o caso dos/as transexuais.

A verdade dos gêneros, no entanto, não está na biologia dos corpos; estes, inclusive, devem ser observados como efeitos de um regime que não só regula mas cria as diferenças entre os gêneros. A experiência transexual destaca os gestos que dão visibilidade e estabelecem o gênero através de negociações e de interpretações, na prática, do que seja um homem e uma mulher. A aparente cópia não se explica em referência a uma origem. A própria ideia de origem perde o sentido e se passa a considerar a/o mulher/homem de verdade também como cópia, uma vez que tem de assumir o gênero da mesma forma: através da reiteração dos atos.

Uma derivação daqueles que analisam a experiência transexual como imitação das “mulheres/homens de verdade” está nos que os/as qualificam como reprodutores dos estereótipos. Tal afirmação reforça, por outros caminhos, a tese de que existe uma verdade única para os gêneros. Na aparência de uma crítica feminista, recupera-se o essencialismo por outros caminhos.

Este campo é marcado por posições de poder diferenciadas. Acredito que a polaridade belo/feio funcionaria atualmente para se pensar as diferenças valorativas entre as corporalidades das mulheres brancas e negras.

Se digo “atualmente” é porque há pouco tempo as pessoas negras não eram consideradas somente feias. Feia podia ser a amiga da sinhazinha, o primo do sinhozinho, a esposa do senhor escravocrata. A negra e o negro anunciavam uma corporalidade que não era passível de ser representada nesta linha de continuidade (belo/feio). Eram corpos abjetos. Mas a abjeção, embora esteja em níveis estruturais e estruturantes das relações sociais e das subjetividades também é histórica. A luta política das pessoas negras, como bem revela o lema “*Black is beautiful*”, fez o olhar se mover.

Então, voltando à minha proposta de pensar as hierarquias internas ao feminino, diria que há vários outros níveis: gorda/magra, nordestina/sulista, atrasada/moderna, puta/santa. Mas ainda nos movemos aqui ao nível da relação feio/belo. No entanto, há outro nível de hierarquia que é posto em cena, por exemplo, no programa “Casos de Família”. O feminino performático das travestis não entra nessa relação comparativa e de continuidade feio/belo.

Da mesma forma que as lutas movidas em torno da “raça”, por exemplo o fim da escravidão, anunciavam a precariedade da noção de humanidade, o que os corpos

trans e travestis põe em cena são as limitações de uma concepção de humanidade dividida em homens-pênis e mulheres-vagina.

Os sucessivos genocídios que atravessam a história nos dizem: nem todas as pessoas podem usufruir do pertencimento a esta coisa maravilhosa chamada “humanidade”. Ainda estamos às voltas, em nossas pesquisas, tentando entender os mecanismos de poder que inventaram a “humanidade”.

Esvaziar o Outro, o inimigo, de qualquer atributo de humanidade tem sido uma estratégia discursiva de guerra largamente utilizada. Para Humberto Eco (2015b) este seria o segredo do porquê alguns são considerados feios: o que esta leitura estética esconde é o desejo de poder.

Como não lembrar a controvérsia de Valladolid (Wallestein, 2007)? Esta cidade espanhola assistiu ao intenso debate, em 1550, entre Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomeu de Las Casas. Sepúlveda alegava que era lícito e justo que os espanhóis escravizassem os índios porque eles eram bárbaros e, portanto, naturalmente escravos; de Las Casas respondia que não era possível aplicar aos índios o adjetivo de “bárbaros” sem antes distinguir as diversas classes de barbárie. O domínio sobre novos territórios, desejado pela Espanha, se daria pela força militar, e por argumentos jurídicos, filosóficos e teológicos que justificaram suas ações.

Quando discutimos quais os seres merecem reconhecimento humano e que, portanto, podem habitar o mundo humano, precisamos suspender os sentidos naturalizantes e naturalizados que são conferidos às próprias noções de “humano” e “humanidade”. Estas não são categorias analíticas e políticas autoevidentes.

Assim, ao focar meu olhar sobre a relação entre belo/feio e abjeto estou mais interessada em entender quais corpos possuem determinadas materialidades e performances para adentrarem na categoria celebratória do que chamamos “humanidade”. Ao longo da história, o que temos assistido são disputas ferozes e sangrentas em torno das compreensões do que seja humanidade. Neste caso, não se trata de Outro, aquele das alteridades, o diferente.

Seria possível afirmar que haja genocídio motivado por uma determinada concepção de gênero? Não seriam os assassinatos sem punição das pessoas trans uma expressão continuada da negação de humanidades destas identidades construídas hegemonicamente como abjetas? Eu não canso de me perguntar como é possível entender que estejamos vivendo numa época de extermínio diante de nós de um tipo de expressão do feminino – as múltiplas identidades trans – e que um silên-

cio cúmplice de todas as instituições sociais parece desejar que o transfeminicídio (nome que sugiro para este tipo específico de genocídio) não cesse. Assim, diria que a binariedade belo/feio não é suficiente para entender o funcionamento da máquina produtora de seres que não merecem viver.

Joseph Conrad (2008) no livro *No coração das trevas* relata a experiência pessoal no Congo. Através do protagonista – Charlie Marlow – ele narra seu testemunho dos abusos do poder colonial. Ali, o cheiro da principal mercadoria, o marfim, inundava o ar, atravessava as florestas, que era cortada pela crueldade dos funcionários belgas.

Bem, os senhores sabem isso era o pior... a suspeita de que não eram inumanos. Tal noção surgiu aos poucos. Eles urravam e pulavam, e giravam e faziam caretas horrendas; mas o que nos impressionava era, precisamente, a ideia de que eram humanos... tanto quanto nós... a ideia do nosso passado remoto parentesco com aquele alarido selvagem e ardente. Horrendo (2008: 74).

Entre tantos medos, qual fazia Marlow paralisar? Medo de qualquer identificação, de qualquer campo de intersecção com os nativos do Congo, seres de “corpos horripilantes”. Eles eram os seres sem história, sem memória.

Entre o abjeto e a objeto

A abjeção (do latim, *ab-jectio*) significa jogar fora, excluir. Butler irá fazer uma aproximação com o conceito psicanalítico de foraclusão que funda o sujeito e sua sociabilidade mediante o repúdio de um significante primário que produz inconsciente ou, na teoria lacaniana, o registro do real. A noção de abjeção, ao contrário, designa uma condição degradada ou excluída dentro dos termos da sociabilidade. Em realidade, o foracluído (ou repudiado, dentro dos termos psicanalíticos) é precisamente o que não pode voltar a entrar no campo do social sem provocar a ameaça de psicose, quer dizer, de dissolução do sujeito mesmo. A sentença “prefiro morrer a fazer tal coisa” seria o fantasma dessa dissolução atuando no sujeito.

O que é o abjeto, como ele se constitui? A coletânea *Poderes do horror. Ensaios sobre a abjeção*, de Julia Kristeva, é uma referência nas pesquisas que acionam a categoria abjeção. Embora os ensaios sejam importantes para se pensar a constituição de subjetividades e corporalidades construídas na abjeção, não nos ajuda entender como, socialmente, o sujeito é localizado como abjeto e quais os efeitos políticos de uma existência construída fora do humano. Há questões interessantes apontadas pela psicanalista. Quando ela afirma que “essencialmente diferente da ‘inquietante

estranheza', a abjeção se constrói sobre o não reconhecimento de seus próximos: nada lhe é familiar, nem mesmo uma sombra de recordação" (Kristeva, 1980: 19). Mas como o sujeito se abjeta? Como ele se vê como abjeto? Kristeva dirá:

A abjeção de si será a forma culminante dessa experiência do sujeito ao qual é revelado que todos os seus objetos repousam somente sobre a perda inaugural fundante de seu próprio ser... Nada melhor do que a abjeção de si para demonstrar que toda abjeção é de fato reconhecimento da falta fundadora de todo ser, sentido, linguagem, desejo (Kristeva, 1980: 16).

A autora explicará a estrutura psíquica do sujeito abjetado na relação mãe (fundamentalmente) e pai. O lugar explicativo da estrutura consciente/inconsciente do abjeto coincidirá, para a autora, com o perverso. Kristeva (1980: 14) dirá que "o abjeto é perverso porque não abandona nem assume um interdito, uma regra, uma lei; mas distorce-os, extravia-os, corrompe-os; serve-se deles, usa-os, para melhor negá-los".

Ao final, a psicanalista irá equalizar a abjeção a "uma espécie de crise narcisística". Os sentidos conferidos à abjeção na produção do sujeito giram em torno da família. Nenhuma referência às condições históricas e às normas sociais é acionada para explicar como se produz a abjeção e quais são os seus efeitos na vida social dos sujeitos, seja na estruturação do reconhecimento recíproco ou na luta por reconhecimento. Estamos diante de uma explicação focada no indivíduo, ou exclusivamente na relação deste com um microuniverso: a família, como fonte explicativa seja da organização (ou desorganização) das subjetividades em suas dimensões consciente e inconsciente e não as insere em configurações discursivas mais amplas.

A visão universalista da autora sobre abjeção termina por reproduzir uma concepção colonialista. Kristeva (1980: 23) dirá que a "abjeção aparece como um rito de imundície e da contaminação no paganismo que acompanha as sociedades em que predomina ou sobrevive o poder matrilinear". De que sociedade e tempo ela está falando? Quais as pesquisas que a autora cita para fazer tais afirmações? A noção de abjeção de Kristeva nos serve muito pouco, principalmente quando quero entender não exclusivamente a produção subjetiva, mas qual o espaço social que existe para os sujeitos que estão fora das normas de gênero e quais são as normas estéticas que conferem sentido a determinadas corporalidades. Outra dimensão para se pensar em relação à abjeção é a compreensão dos efeitos da autopercepção como abjeto, trazendo para suas entranhas a responsabilidade de uma vida impossível.

A politização do abjeto será uma das marcas do pensamento de Judith Butler. Diz a autora,

O sujeito se constitui através da força de exclusão e abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo do sujeito, um exterior abjeto que, depois de tudo, é interior ao sujeito como seu próprio repúdio fundamental. A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do “sexo” e esta identificação se dá através de um repúdio que produz um campo de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir (Butler, 1980: 20).

A importância que Butler confere ao abjeto para a formação do sujeito, no entanto, não lhe basta. A filósofa irá analisar cenas políticas nas quais sujeitos lutam para entrar na esfera ontológica e oferecer respostas aos poderes instituídos. Afirmar que os seres abjetos estão fora do definido como humanos não seria uma contradição? A não aceitação de certos tipos de corpos, manifesta-se na esfera política.

O que significa lutar pelo reconhecimento jurídico/legal das identidades de gênero trans? Aqui nos movemos em territórios de disputas ontológicas em que a tríade belo/feio/abjeto será acionado pelos controladores das fronteiras do reconhecido como humano. Uma decisão de um juiz, por exemplo, que nega a demanda de uma mulher trans pela mudança dos documentos é um ato de controle das fronteiras da ontologia. E a mulher trans ao entrar na cena pública e empreender a luta por reconhecimento está produzindo ruídos e talvez mesmo inaugurando um novo domínio ontológico. É nestas lutas por reconhecimento que se nota o deslocamento da abjeção. Daí o caráter histórico, político e social da categoria abjeção.

Para pensar a materialidade dos corpos e a formação subjetiva há movimentos de atração (identificação) e repulsa (negação). Quando nos referimos às inteligibilidades dos corpos, movemo-nos no âmbito do reconhecimento recíproco. Parece-me que parte considerável do que Butler escreveu sobre inteligibilidade pode ser lido nos marcos da produção do sujeito hegeliano, ou seja, nos marcos da relacionalidade ética que se efetiva na busca reiterada de satisfação das expectativas do desejo do outro. Há, contudo, a produção simultânea de uma esfera de seres abjetos, dos não sujeitos, que constitui o exterior dos sujeitos, designado por Butler como zonas “invisíveis”, inabitáveis da vida social, mas que estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos. A condição de viver sob o signo do invisível é fundamental para definir a esfera dos sujeitos. Esta zona inabitável será o limite que definirá o terreno do sujeito, constituirá este lugar de identificações negadas e em virtude das quais o terreno do sujeito circunscreverá sua própria pretensão de autonomia e a vida.

Como é que alguns tipos de sujeitos reivindicam ontologia, como é que eles *contam* ou se *qualificam* como reais? Nesse caso, estamos falando sobre a distribuição de efeitos ontológicos, que é um instrumento de poder, instrumentalizado para fins de hierarquia e subordinação e também com vistas à exclusão e à produção de domínios do inimaginável.

A capacidade heurística e política da noção de abjeção não se limita ao sexo e ao gênero, campos que a utilizam mais largamente para discutir as dissidências. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante. Historicamente, construíram-se figuras abjetas exemplares: as bruxas, os hereges, os bárbaros. Um dos elementos estruturantes da produção dos sujeitos abjetos é a negação da singularidade. Assim, basta eu falar “travesti” que o termo nomeia e qualifica todas as pessoas que vivem a travestilidade. Não há diferença, não há biografia. A retórica universalista olha para os corpos como uma anátema sem distinção.

Ao deslocar os casos possíveis de serem analisados como expressões de sujeitos abjetos – e não me limitando à relação entre belo/feio/abjeto nos corpos femininos –, objetivei fugir de uma possível fixação e limitação do alcance da noção de abjeção. Os exemplos que citei tampouco esgotam a definição de abjeção. Os exemplos podem transformar-se, conforme apontou Butler (2002) em referências normativas do significado de abjeto e ao fazê-lo. Pode-se estar contribuindo para transformar determinada população como paradigmática da abjeção. Ao fazê-lo, seus efeitos podem ser a produção de hierarquia entre as identidades abjetas – e, portanto, do sofrimento – e a invisibilização de outras abjeções.

Então, não é que o impensável – aquilo que não pode ser vivido ou compreendido – não tenha uma vida discursiva; o impensável certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real.

Ao considerar o que discuti até aqui, é possível inferir que os corpos abjetados não despertam desejo e que, portanto, o desejo por corpos não binários seria um delimitador da fronteira entre o que se aceita como humanamente possível e aquilo que é negado. E daí poder-se-ia derivar conclusões acerca do desejo.

Ao ler as pesquisas de Larissa Pelúcio (2009), pode-se inferir que desejar não é suficiente para transpor os muros invisíveis da alcova e sair de mãos dadas na rua com uma travesti. A relação entre desejo e abjeção é escorregadia. Basta olharmos os sites pornô para vermos a quantidade de páginas que oferecem os serviços das

trabalhadoras sexuais travestis e transexuais. Por outro lado, são inúmeros os relatos de travesti que relatam agressões e tentativas de homicídios perpetrados, muitas vezes, por seus clientes. Portanto, em termos de transformação do lugar que socialmente se reserva para os gêneros não inteligíveis, não seria necessário pensar apenas a relação desejo/abjeção, é necessário vinculá-la ao mundo da política?

Conclusão

Ao acionar a categoria abjeção para contrapor-me à díade belo-feio, tentei apontar como este terceiro termo nos revela outra posição ontológica para as corporalidades e as subjetividades que estão fora do reconhecimento recíproco. Quando citei o programa “Casos de Famílias” foi para apontar os limites desta díade. Talvez a força da categoria abjeção esteja em apontar que:

i. pensar a constituição dos sujeitos a partir de díades, nos termos dialéticos do senhor-escravo, termina por reintroduzir as invisibilidades de sujeitos que não contam, não importam, para a estruturação da vida social. A ontologia é um domínio, um território controlado e regulamentado por uma multiplicidade de discursos.

ii. Não há ilusão de que o compartilhamento de corporalidades “humanas” seja suficiente para se produzir reconhecimento. Os corpos em suas aparências de humanos não os qualificam imediatamente para serem reconhecidos como humanos e, portanto, para estabelecerem relacionalidade ética e habitarem os domínios ontológicos. Aqui, a luta por reconhecimento difere-se daqueles corpos que já estão incluídos na categoria de humanidade e que aparecem na hierarquia social em posições inferiores. Hierarquizar é pôr em relação e em comparação. As corporalidades abjetas, ao contrário, estão fora desta hierarquia.

Referências

ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Globo, 1966.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENTO, Berenice. *A reinvenção dos corpos: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora USP, 2007.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, n. 157, 2002.

CONRAD, J. *No coração das trevas*. São Paulo: Hedra, 2008.

ECO, Humberto (Org.). *História da beleza*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2015a.

_____. *História da feiura*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2015b.

FERRER, Diogo. Sobre a estética do feio em Karl Rosenkranz e Christian Hermann Weisse. *International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics*, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/aoristo/article/view/16529/11196>>. Acessado em: 13 Dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGUÉL, Ramon. *Decolonialidade e perspectiva negra*. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, Jan./Abr. 2016.

HUME, David. *Ensaio morais, políticos e literários*. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento – para uma gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

KANT, Immanuel. *Crítica da capacidade de juízo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KRISTEVA, Julie. Approche de l’abjection. In: _____. *Pouvoirs de l’horreur. Essai sur l’abjection*, p. 7-27. Paris: Les Éditions du Seuil, 1980.

LEITE JUNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2013.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, Leonel Ribeiro. Karl Rosenkranz e a confirmação do feio como categoria estética. In: SERRÃO, Adriana V. *et alii* (Org.). *O feio para além do belo*, p. 87-110. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

SHAKESPEARE, W. *Macbeth*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WALLESTEIN, Immanuel. *Universalismo europeu. Retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.



Ciência das políticas públicas: reflexões sobre sua diversidade analítica*

Recebido: 24.04.20
Aprovado: 03.11.20

Luis F. Mota**

Resumo: O objetivo deste ensaio é apresentar uma revisão sobre as principais abordagens analíticas que têm caracterizado a ciência das políticas públicas, bem como apresentar uma reflexão crítica sobre a diversidade analítica da disciplina em termos teóricos, epistemológicos, metodológicos e até de influências disciplinares. De igual modo, procede-se a uma reflexão sobre os principais debates presentes e futuros da disciplina.

Desta análise ressalta a enorme diversidade que caracteriza esta disciplina, que tem, inclusive, dado origem a diferentes comunidades de analistas, com radicais disciplinares e objetivos de análise bem diversos. De igual modo, torna-se evidente que as diferentes abordagens seguem as tendências gerais das ciências sociais com debates entre positivistas e pós-positivistas, bem como entre teóricos defensores da primazia da agência ou da estrutura na explicação da mudança e continuidade das políticas públicas.

Palavras-chave: Ciência das políticas públicas. Processo de políticas públicas. Teorias. *frameworks* de análise. Metodologias.

Policy sciences: *reflections* on its analytical diversity

Abstract: The purpose of this essay is to present a review of the main analytical approaches that have characterized Policy Sciences, as well as to present a critical reflection on the analytical diversity of this discipline regarding theoretical, epistemological, methodological, and even disciplinary influences. Likewise, one aims to present a reflection on the main present and future debates of the discipline.

This analysis highlights the enormous diversity that characterizes this discipline, which has even given rise to different communities of analysts, with very different disciplinary backgrounds and goals of analysis. Likewise, it becomes evident that the different approaches of this discipline follow the general tendencies of Social Sciences with debates between positivists and post-positivists, as well as among theoreticians who advocate the primacy of agency or structure in explaining the change and continuity of public policies.

Keywords: Policy sciences. Policy-making process. Theories. frameworks of analysis. Methodologies.

* Este artigo foi desenvolvido com o apoio de bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/115117/2016) de que o autor usufruiu aquando da redação da primeira versão deste artigo. O autor gostaria de agradecer à doutora Maria Engrácia Cardim e aos revisores e editores desta revista pelos comentários a versões preliminares deste artigo.

** Luis F. Mota é professor adjunto de administração pública no Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal, e pesquisador na unidade de pesquisa em governança, competitividade e políticas públicas (Govcopp) da Universidade de Aveiro. Tem pós-doutorado em políticas públicas pela Universidade de Aveiro e é doutor em administração pública pela Universidade de Lisboa.

Introdução

Orcid: 0000-0003-0618-8553.
<luismota.work@gmail.com>.

1. Recorde-se, a este propósito, que as *frameworks* de análise têm como principal objetivo ajudar a identificar as variáveis mais importantes no estudo de um fenómeno, não especificando, habitualmente, as relações expectáveis entre variáveis tal como feito pelas teorias, sendo, portanto, suficientemente abrangentes para abarcar diferentes teorias sobre um mesmo fenómeno (Ostrom, 2007).

A ciência das políticas públicas é um ramo das ciências sociais que, apesar de ser bastante recente, se caracteriza por uma significativa diversidade de abordagens analíticas. Esta diversidade deve-se, de acordo com Peters e Pierre (2006), à complexidade e multidimensionalidade do seu objeto de estudo. No âmbito de tal complexidade, um dos aspetos que mais importa reconhecer é o facto de o processo de elaboração de políticas públicas em geral ser considerado não apenas como exercício técnico e racional de definição de objetivos e alocação de meios inerentes à intervenção sobre um problema, mas também como resultado de exercícios de interação entre diferentes atores (Peters & Pierre, 2006; Howlett, Ramesh & Perl, 2020).

A perspetiva dinâmica e interativa inerente a esta concepção mais alargada do estudo de políticas públicas, apesar de ser mais abrangente, comporta, contudo, maior dificuldade de análise (Sabatier, 2007). Neste sentido, Sabatier (2007) e Peters e Pierre (2006) consideram que será compreensível (ou até inevitável) que os analistas de políticas públicas adotem estratégias de simplificação analítica, nomeadamente através do desenvolvimento de uma multiplicidade de abordagens de análise, suportadas em diferentes teorias, estratégias metodológicas e influências disciplinares.

Tendo por base este cenário de complexidade, o objetivo deste artigo é apresentar uma revisão e reflexão crítica sobre os principais debates e abordagens que têm caracterizado a investigação em políticas públicas nas últimas décadas. Considera-se este exercício necessário na medida em que os analistas de políticas públicas têm abordagens bastante diversas, o que faz com que nem todos conheçam – e reconheçam como válidas – as bases teóricas e as ferramentas metodológicas uns dos outros. Ademais, considera-se essencial a produção de mais textos em língua portuguesa sobre a temática do processo de políticas públicas, visto que o seu estudo ainda se encontra pouco desenvolvido ao nível teórico em países como o Brasil ou Portugal. Tal situação deve-se, em larga medida, ao facto de a disciplina da ciência das políticas públicas só ter conhecido alguma institucionalização no Brasil já no século XXI (Farah, 2016), o mesmo se passando em Portugal (Tavares, 2006), ao contrário do que se passou nos Estados Unidos e na Europa Central, que desenvolveram a disciplina no último quartel do século XX.

No sentido de cumprir o objetivo referido, este artigo começa por apresentar uma breve resenha do percurso de emergência e evolução da ciência das políticas públicas. Em segundo lugar, serão apresentadas as principais teorias e *frameworks*¹ de

análise utilizadas no estudo do processo de políticas públicas. Seguidamente, serão examinadas criticamente as principais abordagens analíticas da ciência das políticas públicas, com uma reflexão sobre as principais diferenças epistemológicas, teóricas e metodológicas. O artigo será concluído com algumas notas sobre quais os principais debates presentes e futuros da disciplina.

Emergência e afirmação da ciência das políticas públicas ao nível internacional: uma breve resenha histórica

Como DeLeon e Vogenbeck (2007) referem num ensaio sobre a história da ciência das políticas públicas, esta disciplina é caracterizada por uma curta história, mas por um longínquo passado, uma vez que existem políticas públicas e aconselhamento político desde os primórdios da história, em especial desde o período renascentista. Apesar de muito importantes para o nascimento da disciplina da filosofia política, estas práticas de aconselhamento político não deverão ser confundidas com a disciplina da ciência das políticas públicas, na medida em que não eram habitualmente baseadas em investigação científica e eram frequentemente pouco imparciais ou objetivas (DeLeon & Martell, 2006).

Os verdadeiros antecedentes da ciência das políticas públicas remontam, assim, apenas ao período do final do século XIX e início do século XX, durante o qual se assistiu ao desenvolvimento de diversas ciências sociais e da investigação empírica aplicada, a uma maior consciência em relação aos problemas sociais, bem como ao desenvolvimento de uma linha de pensamento filosófico de orientação pragmática e instrumental nos Estados Unidos (DeLeon & Vogenbeck, 2007).

É no contexto histórico acima descrito que surgem os primeiros apelos ao desenvolvimento de uma “*policy orientation*” das ciências sociais, inicialmente pela mão de autores como Charles Merriam, Robert Lynd ou Robert Merton, tal como reconhecido por Harold Lasswell (1951), por muitos considerado o pai da ciência das políticas públicas. Estes foram, assim, alguns dos autores que influenciaram Lasswell (1951) em sua proposta de desenvolvimento de uma nova disciplina das ciências sociais, que deveria estar estruturada em torno de três características:

- i. um carácter multidisciplinar, que “rompesse” com as divisões disciplinares existentes;
- ii. uma orientação para os problemas, criando uma ciência social aplicada e com pendor mais pragmático;

iii. e explicitamente normativa, advogando que nenhum problema social estaria incólume de elementos valorativos, uma vez que lida com relações sociais e interpessoais.

Muito embora a proposta de Lasswell seja hoje reconhecida como o início da ciência das políticas públicas, importa referir que os apelos do autor e de seus antecessores terão encontrado algumas resistências iniciais, sobretudo relacionadas com a proposta de orientação para a ciência aplicada (John, 2013; Cairney & Weible, 2017). Com efeito, a efetiva afirmação da ciência das políticas públicas nos Estados Unidos só viria a dar-se a partir de meados da década de 1960, na sequência do crescimento do designado *Welfare State* nos Estados Unidos e uma crescente aposta governamental no planejamento e avaliação de grandes programas públicos, bem como pela decorrente criação de programas de ensino e investigação e de associações e jornais científicos dedicados a esta disciplina (Sabatier, 1991; Hill & Hupe, 2014).

Os primeiros analistas a abraçar a *“policy orientation”* terão sido, de acordo com DeLeon e Vogenbeck (2007), acadêmicos das áreas da investigação operacional e da economia, os quais se dedicavam, sobretudo, à avaliação de políticas e que defendiam que os problemas e soluções inerentes aos processos de elaboração de políticas poderiam ser definidos de forma compreensiva e racional e submetidos a análise quantitativa. Muito embora esta *“vaga”* de investigação em avaliação de políticas tenha contribuído para o desenvolvimento da disciplina, dada a sua preocupação com o rigor metodológico, importa registrar que também terá conduzido a algum ceticismo quanto à sua aplicabilidade, por se ter revelado pouco sensível a variáveis políticas e necessidades dos decisores políticos (DeLeon & Vogenbeck, 2007).

Foi com base nas críticas a esta abordagem – que alguns designam por *“policy analysis”* (*“análise de políticas públicas”*), como será explicado adiante – que surgiu outra corrente de investigação apelidada de *“policy studies”* (*“estudos de políticas públicas”*), que atribui maior importância aos processos, contextos e a outras variáveis políticas. Foi precisamente neste âmbito que se assistiu a um reforço da utilização da *“framework do ciclo de políticas públicas”*, que divide o processo de políticas públicas em diferentes fases, nomeadamente identificação dos problemas e agendamento, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação (Jann & Wegrich, 2007; Parsons, 1995). De igual modo, destacaram-se como um claro exemplo desta abordagem os designados *“estudos de implementação”*, que surgiram na década de 1970 e tiveram o seu auge no início da década seguinte e que deram um importante contributo complementar para a disciplina ao se debruçarem mais sobre a análise dos processos, embora gerando também bastante confusão analítica (DeLeon & Vogenbeck, 2007; Hill & Hupe, 2014; Mota, 2020).

Em face do ceticismo e da confusão analítica descrita, prevalecia nos Estados Unidos, na década de 1980, um sentimento de ceticismo quanto à utilidade prática da ciência das políticas públicas. Esta situação devia-se às dúvidas quanto à credibilidade da disciplina, mas também ao aumento dos movimentos de defesa de “redução do Estado” e da abordagem da gestão pública, a qual tem uma perspectiva mais organizacional, em detrimento da perspectiva sistémica da ciência das políticas públicas (DeLeon & Vogenbeck, 2007).

As décadas de 1970 e 1980 foram igualmente marcadas, de acordo com Parsons (1995), pela afirmação da ciência das políticas públicas para além das fronteiras dos Estados Unidos, sobretudo em países como o Reino Unido, a Alemanha ou os Países Baixos², muito embora tenha encontrado algumas resistências iniciais e tenha gerado alguma desilusão pouco tempo depois, devido ao excessivo foco economicista. Os principais desenvolvimentos da ciência das políticas públicas na Europa terão sido, de facto, no âmbito da abordagem dos estudos de políticas públicas, nomeadamente no estudo da implementação, sobretudo numa perspectiva multiator, mas também nos métodos participativos de análise de políticas públicas (Parsons, 1995).

No início da década de 1990, Paul Sabatier (1991), um dos mais notáveis autores da ciência das políticas públicas, reconhecia que a disciplina havia percorrido um assinalável percurso de evolução nas décadas anteriores. No entanto, apresentava algumas críticas, a principal das quais prendendo-se à falta de produção teórica, sobretudo no âmbito da linha de estudos focados no conteúdo de políticas setoriais, havendo, portanto, a necessidade de se desenvolverem melhores teorias (Sabatier, 1991).

Na quarta secção deste ensaio proceder-se-á à análise dos principais contributos teóricos e analíticos das últimas décadas, sendo, assim, possível aferir se o apelo de Sabatier se concretizou. Antes disso, será necessário perceber quais os principais elementos de análise das políticas públicas, bem como as principais teorias clássicas que estiveram na base das *frameworks* e teorias específicas sobre o processo de políticas públicas mais recentes.

Elementos de análise e teorias de mudança do processo de políticas públicas

A ciência das políticas públicas tem sido particularmente profícua em diferentes abordagens analíticas nas últimas décadas, as quais estão focadas em diferentes elementos do processo de políticas públicas. A este propósito, importa destacar, desde logo, que o estudo e análise das políticas não se centra apenas nos instrumentos de políticas públicas (*policy content*) e nos seus produtos, resultados e impactos (*policy*

2. Os exemplos mais claros dessa tendência serão as obras pioneiras de Michael Hill, no Reino Unido, de Fritz Scharpf ou de Benny Hjern e seus associados, na Alemanha, e de um vasto conjunto de escolas nos Países Baixos.

outputs, outcomes and impacts), mas também na análise das estruturas responsáveis pelo desenho e implementação da política (*polity*) e no processo de interação entre diversos tipos de atores que tentam influenciar a tomada de decisões aos mais diversos níveis (*politics*) ou ainda nos diferentes determinantes que influenciam o processo (*policy determinants*) (Howlett, Ramesh, & Perl, 2020; Knill & Tosun, 2020).

Ao nível do estudo das estruturas de políticas públicas (*polity*), será importante destacar, desde logo, os estudos relacionados com os papéis de cada ator de políticas públicas – para uma visão global, ver Howlett, Ramesh e Perl (2020), Knill e Tosun (2020) ou Kingdon (2010). Para além desses estudos, é ainda importante diferenciar entre os conceitos de “universo de políticas públicas” (*“policy universe”*), que compreende todos os atores que estão, de alguma forma, relacionados com um domínio de políticas e o conceito de “subsistema de políticas” (*“policy subsystem”*), que contempla apenas os atores que têm capacidade efetiva de influenciar a formulação de políticas nesse domínio (Howlett, Ramesh, & Perl, 2020).

Na esfera do estudo do conteúdo das políticas (*policy content*), poder-se-á realçar, por exemplo, as diferentes tipologias de instrumentos de políticas, das quais se logrará destacar a apresentada por Christopher Hood (1986), que procedeu à distinção de quatro tipos de instrumentos, aos quais estão associados diferentes recursos: informação, autoridade, financiamento e organização.

Apesar da mais-valia dos estudos sobre os atores e o conteúdo das políticas públicas, o domínio em que a produção científica de teorias e ferramentas de análise tem sido mais profícua é a referente ao estudo do processo político, notadamente aos determinantes que conduzem a dinâmicas de mudança e estabilidade em políticas públicas.

A propósito de mudanças em políticas públicas, importa, desde logo, destacar o trabalho de Hall (1993), que distinguiu três grandes tipos de mudanças: as de *calibração dos instrumentos* (como a mudança na fórmula de cálculo de um benefício); as de *alteração nos instrumentos* (como a contratualização externa de funções anteriormente disponibilizadas por serviços públicos); e as de *paradigmas* (como a despenalização do aborto).

Na análise das teorias relacionadas à mudança em políticas públicas, importa referir, primeiramente, que grande parte das teorias atuais têm subjacentes outras teorias organizacionais mais antigas, das quais Knill e Tosun (2020) destacam as seguintes:

- i. abordagem racional*, enunciada por autores como Lasswell, entre outros, que assume que o processo de políticas públicas segue uma lógica racional de resolução de problemas;

ii. abordagem da racionalidade limitada, enunciada por autores como Herbert Simon ou James March, que manifesta que o processo de tomada de decisão decorre num contexto de racionalidade, apesar da necessária simplificação das escolhas disponíveis, resultante de condicionalismos de acesso e processamento de informação; e,

iii. incrementalismo, enunciado por autores como Charles Lindblom, que rejeita a ideia de que o processo de políticas públicas segue uma lógica puramente racional e que tem em conta variáveis políticas, nomeadamente o nível de contestação e de tecnicidade dos problemas, o que conduz à tendência para decisões pouco disruptivas.

Com base nas abordagens teóricas mais antigas referidas tem surgido, nas últimas décadas, um amplo conjunto de teorias que se foca em diferentes variáveis-chave, tais como as instituições, os grupos de interesse e as redes, os fatores socioeconómicos de nível macro, o comportamento (racional) de atores individuais ou ainda as ideias (John, 2013; Heikkilä & Cairney, 2018). A este propósito, Knill e Tosun (2020) destacam a existência de três grandes grupos de abordagens teóricas:

□ *teorias baseadas nas estruturas*, das quais destacam, primeiramente, a Escola Socioeconómica, que explica a mudança nas políticas públicas pela evolução dos desenvolvimentos sociais e económicos. Adicionalmente, destacam também a abordagem das clivagens, que refere que as políticas públicas dependem de escolhas societais, as quais estão fundadas num conjunto de clivagens ideológicas (centro × periferia; Estado × Igreja; rural × urbano; trabalhadores × empresários; materialismo × pós-materialismo; e, sociedades abertas × fechadas);

□ *teorias baseadas nas instituições*, das quais destacam, por um lado, o institucionalismo clássico, com a sua abordagem formal-legal, que se debruça sobre o papel desempenhado pelos diferentes organismos públicos e as diferentes formas de funcionamento do sistema político (democracias maioritárias × consensuais; estilos de políticas de acordo com famílias de nações etc.). Por outro lado, destacam ainda o neoinstitucionalismo sociológico, que refere que as escolhas individuais em políticas públicas estão fortemente relacionadas com as culturas institucionais e as interpretações existentes dos problemas e das soluções que são percebidas como apropriadas ou ainda o neoinstitucionalismo histórico, que refere que as escolhas de políticas públicas da atualidade são condicionadas por escolhas e padrões de interação passados;

□ *teorias baseadas nos interesses individuais*, das quais se destacam as teorias da racionalidade e da racionalidade limitada já referidas, bem como a teoria da escolha pública, a teoria dos jogos

e o institucionalismo de escolha racional. Por um lado, a teoria da escolha pública assume que o comportamento individual dos atores (políticos, burocratas e eleitores) é guiado pelo autointeresse e pela maximização da sua satisfação. Por sua vez, a teoria dos jogos refere que a atuação de um ator depende sempre da atuação dos restantes. Por último, o institucionalismo de escolha racional refere que as escolhas dos indivíduos seguem uma lógica de “consequencialismo”, na medida em que decorrem da ponderação dos incentivos externos negativos e positivos e das oportunidades disponibilizadas no contexto das instituições.

Para além do enfoque num conjunto limitado de variáveis e unidades de análise, outra estratégia de simplificação bastante comum tem sido o recurso à utilização de *frameworks* de análise e de teorias específicas sobre o processo de políticas públicas, tal como será abordado no próximo ponto deste ensaio.

Principais *frameworks* e teorias sobre o processo de políticas públicas

Uma das primeiras *frameworks* do estudo do processo de políticas públicas foi a designada “*framework* do ciclo de políticas públicas” (ou “*framework* estagista”), que analisa a elaboração de políticas públicas como um processo que se divide num conjunto de fases inter-relacionadas, cuja sequência segue uma lógica de resolução de problemas e nas quais participam um diferenciado número de atores (Jann & Wegrich, 2007; Howlett, Ramesh, & Perl, 2020):

- i. identificação de problemas e seu agendamento* ao nível público e político, no âmbito da qual podem participar um vastíssimo conjunto de atores interessados num determinado domínio de políticas (universo de políticas públicas), tais como partidos, meios de comunicação, *think-tanks*, cidadãos, atores políticos, grupos de interesse etc.;
- ii. formulação de propostas de intervenção* sobre os problemas e seu debate e análise, na qual habitualmente só participa um conjunto mais restrito de atores (subsistema de políticas) com poderes oficiais e de grupos de interesse organizados;
- iii. tomada de decisão sobre a(s) medida(s) a adotar*, que está reservada aos atores políticos que têm poder oficial para tomar decisões;
- iv. implementação da(s) medida(s)*, no âmbito da qual participam o aparelho administrativo do Estado ou organismos dos setores privado e não lucrativo que estabeleceram contratos ou parcerias com o Estado; e

v. *avaliação da execução das intervenções*, aferindo a qualidade de processos, resultados e impactos da execução das intervenções, que pode ser feita por um vasto conjunto de atores, com maiores ou menores graus de cientificidade ou senso comum.

Apresentada pela primeira vez, em 1956, por Lasswell, a “*framework* do ciclo de políticas públicas” conheceu desenvolvimentos e reformulações ao longo da década de 1970 fortemente influenciadas pela abordagem sistémica de Easton³ (Jann & Wegrich, 2007). Muito embora possa ser considerada uma representação mais realista do processo de políticas públicas e tenha sido praticamente incontestada durante as décadas de 1960 e 1970, esta *framework* tem sido alvo de críticas, nomeadamente por apresentar uma concepção demasiado simplista e “estilizada” do processo (Jann & Wegrich, 2007; Sabatier, 2007). Apesar dessas críticas, a “*framework* do ciclo de políticas públicas” será ainda uma das mais renomadas e utilizadas, por ser uma ferramenta analítica que possibilita a redução da complexidade do processo de políticas públicas num conjunto de fases ou subfases, cada uma das quais podendo ser investigada em separado, com questões analíticas, hipóteses e teorias parciais próprias (Jann & Wegrich, 2007; Sabatier, 2007).

Um conjunto de *frameworks* e teorias apresentadas como alternativas à “*framework* do ciclo de políticas públicas”, desde a década de 1980, centram-se, aliás, em apenas algumas fases do ciclo de políticas públicas, nomeadamente no agendamento, formulação e tomada de decisão⁴. Poder-se-ão destacar neste âmbito a “*framework* dos fluxos múltiplos”, a “teoria do equilíbrio pontuado”, a “*framework* das coligações de interesses” (*advocacy coalition framework*) ou a “*framework* de análise e desenvolvimento institucional”.

A “*framework* dos fluxos múltiplos”, apresentada por John Kingdon em 1984, no seu livro *Agendas, alternatives, and public policies*, dedica-se ao estudo dos processos de agendamento e formulação de alternativas, sobretudo em domínios de políticas com elevada ambiguidade, através de uma perspetiva sistémica. Entre outras ideias defendidas, Kingdon (2010) advoga que esses processos não ocorrem ordenadamente por fases, mas sim em três fluxos relativamente independentes:

i. *fluxo dos problemas*, no qual se definem quais os problemas que ganham maior notoriedade pública, influenciados por mecanismos de concentração de atenção, tais como a apresentação de indicadores, a ocorrência de eventos-foco e a disponibilização de *feedbacks* de políticas existentes;

3. Em sua abordagem, Easton (1965) defendia que o processo político deveria ser entendido como um sistema que interage com o seu contexto/ambiente, recebendo *inputs*, notadamente exigências e manifestações de apoio, e produzindo *outputs*, que incluem as decisões, bem como as ações necessárias à implementação dessas decisões, os quais influenciam novamente os *inputs*, através de processos de *feedback*.

4. A explicação para menor interesse por fases como a implementação advém da menor atenção que esta tem merecido desde a década de 1990 devido à derivação para temas mais elementares da gestão pública. Para uma explicação deste fenómeno e para uma revisão das *frameworks* mais antigas e mais recentes da fase de implementação, leia-se Hill & Hupe (2014) ou, em português, Mota (2020).

ii. *fluxo político*, composto por fatores políticos independentes da identificação de problemas e propostas de soluções, tais como resultados eleitorais, mudanças no governo ou distribuição partidária e ideológica do órgão legislativo; e,

iii. *fluxo das (propostas de) políticas públicas*, no qual comunidades de especialistas (da academia e da administração) criam, debatem e (re) formulam propostas de solucionamento de problemas, cuja aceitação depende de sua exequibilidade técnica e operacionalidade orçamental, de sua aceitação política e pública e de sua congruência com valores dominantes.

Segundo Kingdon (2010), estes fluxos têm uma existência relativamente independente entre si, até que se abram “janelas de oportunidade” – na sequência de um acontecimento político relevante, tal como uma mudança de governo (“*political window*”) ou de uma manifestação evidente de um problema, como uma catástrofe (“*problem window*”) –, no âmbito dos quais defensores de uma determinada proposta de política previamente desenhada (os designados *policy entrepreneurs*) tentam ativamente que esta seja adotada. Apesar de conceituada, esta *framework* tem sido alvo de algumas críticas que advogam, sobretudo, que os fluxos não serão assim tão independentes entre si, já que, por exemplo, as comunidades de especialistas não são apolíticas e que a abertura de “janelas de oportunidade” não será assim tão aleatória.

A “teoria do equilíbrio pontuado”, apresentada originalmente por Frank Baumgartner e Bryan Jones, no livro *Agendas and instability in American politics*, de 1993, é, de igual modo, uma heurística dedicada às fases do agendamento e formulação, na qual os autores defendem que estes processos sejam conduzidos habitualmente numa lógica incremental, sendo ocasionalmente abalados por mudanças abruptas.

De acordo com os autores desta teoria, a estabilidade de um determinado domínio de políticas públicas é assegurada quando existe uma certa hegemonia de pensamento em relação ao problema e às possíveis propostas de intervenção sobre o mesmo (“*policy image*”) (Baumgartner, Jones, & Mortensen, 2018). De igual modo, a estabilidade é mantida pelos designados “subsistemas”, compostos por um grupo relativamente estável e próximo de pessoas especialistas no domínio de políticas, os quais também podem ser designados por “*policy monopolies*”, quando prevalece uma “ideia” hegemónica sobre a política pública (Baumgartner, Jones, & Mortensen, 2018). A este propósito, importa ainda distinguir os subsistemas e os macrossistemas, sendo estes últimos compostos pelos líderes dos governos, os quais têm uma abordagem mais genérica e seletiva aos problemas políticos (Baumgartner, Jones, & Mortensen, 2018).

Em face das condições referidas, as mudanças abruptas num determinado domínio de políticas públicas apenas ocorrem quando surgem, no âmbito do subsistema, “imagens” alternativas quanto ao problema e, sobretudo, quanto às propostas exequíveis para lidar com o mesmo, mas também quando esse “assunto” migra dos subsistemas (mais orientados para mudanças incrementais) para o macrossistema (Baumgartner, Jones, & Mortensen, 2018). As maiores limitações desta heurística são admitidas pelos próprios autores, que reconhecem a incapacidade de prever quando irá ocorrer a mudança, bem como a sua intensidade ou as mudanças que irá provocar (Baumgartner, Jones, & Mortensen, 2018).

A “*framework* das coligações de interesses” é, por sua vez, uma proposta de Paul Sabatier, formulada em 1988, no artigo “*An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein*” e que mais tarde foi desenvolvida no livro intitulado *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*, em coautoria com Hank Jenkins-Smith. De acordo com esta heurística, os subsistemas de domínios de políticas mais complexos e contestados tendem a dar origem à criação de “coligações de interesses”. Cada coligação de interesses é composta por diversos atores, oficiais e não oficiais, que compartilham um conjunto de valores e crenças sobre os problemas e as soluções de intervenção adequadas, os quais são baseados em suas convicções profundas e mobilizam seus recursos para defender seus próprios “pontos de vista”, ao mesmo tempo em que tentam descredibilizar as coligações oponentes (Jenkins-Smith *et alii*, 2018).

Para os autores, a mudança na política pública pode ser determinada por mudanças em “fatores externos” que influenciam o funcionamento das coligações ou por “fatores internos”. Na lista de fatores externos encontram-se eventos externos ao subsistema (mudanças em condições socioeconômicas, na opinião pública, na coligação governativa e no funcionamento de outros subsistemas), bem como mudanças na estrutura de oportunidade da coligação (grau de consenso necessário para mudanças, abertura do sistema político e clivagens sociais) ou até em parâmetros relativamente estáveis (atributos básicos do problema e distribuição de recursos naturais, valores socioculturais fundamentais e estrutura social e a estrutura constitucional) (Jenkins-Smith *et alii*, 2018). Em relação aos “fatores internos”, destacam-se os choques internos que provoquem mudanças no entendimento dominante do problema, os acordos negociados ou a aprendizagem política resultante de processos de negociação, nos quais a utilização de informação técnica poderá desempenhar um papel fundamental (Jenkins-Smith *et alii*, 2018).

As principais limitações desta *framework* são apontadas por seus próprios autores e referem-se à dificuldade de aplicação, dado que exigem um estudo longitudinal, bem

como à não aplicabilidade a domínios de políticas que não se caracterizem por uma clara demarcação de posições entre diferentes coligações (Jenkins-Smith *et alii*, 2018).

Para além destas *frameworks* que se focam, sobretudo, ao nível dos subsistemas, merece também um particular destaque a “*framework* de análise e desenvolvimento institucional”, desenvolvida por Elinor Ostrom e seus colaboradores durante a década de 1980, num amplo conjunto de publicações, e que tem sido amplamente utilizada para o estudo de domínios de políticas que implicam a gestão comum de bens públicos. Nesta *framework*, que usa a abordagem do institucionalismo de escolha racional, as políticas públicas são concebidas como “arranjos institucionais” de ação coletiva, ou seja, conjuntos de regras coletivas que permitem ou constroem ações individuais de nível operacional, as quais podem, no entanto, ser mudadas pelos próprios indivíduos (Ostrom, 2007). As mudanças de políticas resultam, assim, da conjugação de ações estratégicas de diferentes indivíduos, que tentam mudar os “arranjos institucionais” para melhorar as suas circunstâncias (Ostrom, 2007).

Nesta *framework*, Ostrom e os seus colaboradores consideram que a designada “arena de ação” é influenciada por fatores macro como os atributos da comunidade, condições físicas e materiais da envolvente e, sobretudo, regras institucionais de nível constitucional, no qual são definidos as regras e os procedimentos de distribuição de poder (Ostrom, 2007). Esta “arena de ação” é composta por atores com os seus atributos (nomeadamente os seus valores e recursos), mas também pela “situação da ação” – ou seja, o problema em questão –, cuja análise inclui os seguintes fatores:

(1) um conjunto de participantes, (2) as posições específicas que serão preenchidas por participantes, (3) o conjunto de ações permitidas e a sua ligação com os efeitos, (4) os efeitos potenciais que estão ligados a sequências de ação individuais, (5) o nível de controlo que cada participante tem sobre a escolha, (6) a informação disponível para os participantes sobre a estrutura da situação da ação e (7) os custos e benefícios – que operam como incentivos e dissuasores – associados a ações e efeitos (Ostrom, 2007).

Os efeitos desta “arena de ação” são, por sua vez, também influenciados pelos “padrões de interação”, que podem ter uma natureza mais egoísta ou cooperativa. Para Heikkilä e Cairney (2018), a principal vantagem desta *framework* é o facto de não fazer nenhuma assunção específica sobre o comportamento humano ou sobre as instituições, já que é a conjugação de um conjunto de indivíduos e de normas que determina se os indivíduos se comportam de forma egoísta ou cooperativa na produção de bens públicos.

Para além destas quatro *frameworks* já amplamente consagradas na investigação em políticas públicas existe ainda um conjunto de outras que têm sido apontadas como promissoras no estudo do processo de políticas públicas nas duas últimas edições do livro *Theories of the policy process* (Sabatier & Weible, 2014; Weible & Sabatier, 2018): a *framework da construção social*, desenvolvida por Helen Ingram e Anne Schneider, que defende que o desenho das políticas públicas é amplamente influenciado pela construção social em relação aos seus grupos-alvo predominante na opinião pública e entre os decisores políticos, premiando aqueles que são vistos como dignos e penalizando aqueles que são percebidos como indigentes; a *framework das narrativas das políticas*, proposta por Elizabeth Shanahan, Mark McBeth e Michael Jones, que analisa a utilização de narrativas sobre as origens, os objetivos e os impactos esperados de determinada política, sobretudo por parte de coligações no âmbito de subsistemas; a *teoria do feedback de políticas (policy feedback theory)*, desenvolvida por Suzanne Mettler e seus colaboradores, que, adotando a assunção que as políticas públicas moldam a política, tenta perceber o que acontece após a adoção das políticas, sobretudo na esfera de sua interpretação na opinião pública; e os *modelos de inovação e difusão*, amplamente estudados por Frances Berry e William Berry, que identificaram que os principais mecanismos pelos quais se processa a difusão de inovações entre jurisdições são a aprendizagem, a competição e a pressão para a conformidade em face dos padrões definidos por organismos de nível superior.

Como se pode observar, existem diversas teorias e *frameworks* que se propõem a analisar o processo de políticas, desde as mais antigas, que são mais holísticas e menos densas analiticamente, até às mais recentes, que procedem a análises mais focadas, embora mais circunscritas a fenómenos específicos. Com efeito, a ciência das políticas públicas tem sido particularmente profícua em diferentes abordagens, as quais têm diferentes enfoques, mas também distintos radicais teóricos e metodológicos e até disciplinares⁵. Estas diferenças serão alvo de análise mais aprofundada na próxima secção.

Diversidade epistemológica, metodológica e disciplinar da ciência das políticas públicas

A ciência das políticas públicas é, como referido, uma disciplina caracterizada por uma significativa diversidade analítica, ainda que o início de sua afirmação científica tenha ocorrido há apenas cerca de cinco décadas. As diferentes estratégias analíticas utilizadas para estudar políticas públicas não diferem, contudo, apenas quanto aos pontos de enfoque, apresentando igualmente diferentes pressupostos

5. Para uma análise comparativa mais aprofundada das *frameworks* referidas no artigo, leia-se Heikkila & Cairney (2018).

epistemológicos, bases disciplinares, estratégias metodológicas e até comunidades analíticas.

A presença de tais diferenças esteve, desde logo, subjacente à emergência das abordagens da “análise de políticas públicas” e dos “estudos de políticas públicas”, anteriormente referidas, cujas diferenças foram reconhecidas, desde logo, pelo próprio Lasswell (1951) e por outros autores (vide, *inter alia*, Howlett, Ramesh & Perl, 2020; DeLeon & Vogenbeck, 2007). Ver Quadro 1:

□ por um lado, a abordagem da análise de políticas públicas é maioritariamente adotada por analistas que trabalham para organismos estatais ou grupos de interesse e que tendem a desenvolver análises formais, utilizando princípios da economia, sobretudo do ramo da economia do bem-estar, através de estudos com pressupostos positivistas, os quais se baseiam em análises concretas dos objetivos e impactos das políticas; e, por outro lado,

□ a abordagem dos estudos de políticas públicas, que é maioritariamente desenvolvida por académicos, os quais desenvolvem frequentemente estudos com base em pressupostos pós-positivistas mais próximos da ciência política, que se debruçam sobre a interpretação dos objetivos, as intenções e as ações dos atores envolvidos nas diferentes etapas do processo de políticas.

QUADRO 1
DISTINÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS
“ANÁLISE DE POLÍTICAS” E “ESTUDOS DE POLÍTICAS”

	Análise de políticas públicas (<i>policy analysis</i>)	Estudos de políticas públicas (<i>policy studies</i>)
Principal objetivo	Melhorar o desenho, implementação e avaliação das políticas existentes (conhecimento <i>no</i> processo)	Compreender o processo de elaboração de políticas públicas e produzir teoria (conhecimento <i>do</i> processo)
Principal objeto de estudo	Instrumentos, resultados e impactos das políticas	Processo de elaboração das políticas
Principal assunção	Problemas e soluções vistos de forma racional e otimizada	Problemas e soluções como resultado de acordos e negociações plurais
Princípio metodológico subjacente	Procura de respostas mais universais	Atenção ao contexto
Princípio epistemológico subjacente	Positivismo (analisa as atividades efetivas das organizações)	Interpretativismo (estuda os objetivos e intenções subjacentes às decisões)
Principal disciplina de inspiração	Economia e investigação operacional	Ciência política e ciências do comportamento

Fonte: baseado em Howlett, Ramesh, & Perl (2020), DeLeon & Vogenbeck (2007) e Lasswell (1951).

Como é possível observar pelo descrito, é possível distinguirem-se ainda diferentes inspirações disciplinares na multiplicidade de abordagens no âmbito da ciência das políticas públicas. Poder-se-ão destacar, a este propósito, as diferenças de contributos da ciência política, da economia e da sociologia, com reflexo ao nível dos pressupostos de análise, da principal unidade de análise e das fases do processo de políticas mais analisadas (Pierre, 2006), conforme o Quadro 2. De acordo com Pierre (2006), os contributos destas três disciplinas organizam-se nos seguintes moldes:

□ *ciência política*: concentra-se primordialmente na disputa de poder entre diferentes atores, quer sejam indivíduos, grupos ou organizações, focando-se, sobretudo, nas fases do agendamento e tomada de decisão, sendo geralmente criticada pela sua tendência exacerbada em centrar a sua análise nas elites;

□ *economia*: tem geralmente como assunção a racionalidade de comportamento dos atores individuais e tende a focar-se na análise comparativa das diferentes opções políticas ou na avaliação das políticas, através da análise da eficiência e eficácia das intervenções desenvolvidas, sendo geralmente criticada pela dificuldade em incorporar variáveis políticas, tais como o conflito político ou a inércia institucional;

□ *sociologia*: tende a concentrar-se no estudo dos problemas sociais e na aferição dos impactos das políticas públicas na mitigação desses problemas, bem como na análise dos contextos organizacionais das estruturas implementadoras, focando-se, por isso, nas fases da identificação de problemas, implementação e avaliação de políticas. É geral-

QUADRO 2
PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DISCIPLINARES DA CIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

	Ciência política	Economia	Sociologia
Principal enfoque	<ul style="list-style-type: none"> □ “Luta” de poder entre atores (indivíduos, grupos e instituições) 	<ul style="list-style-type: none"> □ Comportamento individual 	<ul style="list-style-type: none"> □ Problemas sociais que originaram as políticas □ Efeitos das políticas □ Contextos organizacionais
Fase mais analisada	<ul style="list-style-type: none"> □ Agendamento □ Tomada de Decisão 	<ul style="list-style-type: none"> □ Escolha dos instrumentos □ Avaliação (eficiência e eficácia) 	<ul style="list-style-type: none"> □ Identificação do problema □ Implementação □ Avaliação (impacto)
Principais críticas	<ul style="list-style-type: none"> □ Dificuldade em integrar indivíduo e estrutura num mesmo modelo □ Enfoque exacerbado das elites 	<ul style="list-style-type: none"> □ Dificuldade em incorporar conflito político e inércia institucional 	<ul style="list-style-type: none"> □ Limitado interesse pela tomada de decisão □ Considera que relações poder são definidas por economia e status social

Fonte: baseado em Pierre (2006).

mente criticada pelo limitado interesse pelos processos de tomada de decisão ou por considerar que as relações de poder são definidas por variáveis relacionadas com a economia ou o *status* social.

Para além dos aspetos já referidos, importa destacar ainda que a ciência das políticas públicas contemporânea se baseia quer no método dedutivo, no qual os analistas aplicam pressupostos ou princípios gerais a fenómenos específicos (teoria da escolha pública, teoria de classes ou o neoinstitucionalismo de escolha racional), quer no método indutivo, cujas generalizações resultam de análises empíricas de fenómenos e posterior teste com comparação com outros casos (neoinstitucionalismos sociológico e histórico ou teorias pluralistas ou corporativistas) (Howlett, Ramesh & Perl, 2020).

Ainda no domínio dos métodos utilizados, Heikkilä e Cairney (2018) dão conta de uma enorme diversidade de desenhos de pesquisa no estudo do processo de políticas com recurso às *frameworks* e das teorias acima referidas – por um lado, a “*framework* dos fluxos múltiplos”, a “*framework* da construção social” e a “teoria do *feedback* de políticas” baseiam-se, maioritariamente, em estudos de caso; por outro lado, a “teoria do equilíbrio pontuado” baseia-se, sobretudo, em dados quantitativos de séries temporais; e, por outro lado ainda, a “*framework* de ligações de interesse” e a “*framework* das narrativas das políticas” utilizam desenhos mistos, com conjugação de questionários, entrevistas e análise documental.

Como é possível observar, a ciência das políticas públicas está envolta numa enorme diversidade de perspetivas analíticas, as quais dão, por vezes, origem a conclusões bastante díspares, o que tem contribuído para aumentar a (percepção de) complexidade desta disciplina. A convivência entre estas diferentes abordagens constitui-se, portanto, em um dos principais desafios para o futuro da ciência das políticas públicas, que são alvo de análise na última secção deste ensaio.

Debates presentes e futuros da ciência das políticas públicas

Tal como foi possível observar ao longo do artigo, a ciência das políticas públicas caracteriza-se por uma particular complexidade, a qual advém não apenas da multidimensionalidade do seu objeto de estudo, mas ainda da profusão de estratégias analíticas existentes.

No âmbito desta diversidade analítica, destaca-se, desde logo, a existência de diferentes correntes teóricas que focam distintas variáveis enquanto determinantes

mais importantes na explicação da mudança e estabilidade no processo de políticas públicas, nomeadamente instituições, grupos e redes, fatores exógenos, atores individuais racionais e ideias (John, 2013).

Muito embora essas abordagens teóricas apresentem significativas diferenças entre si, importa referir que as mesmas não são necessariamente incompatíveis, já que traduzem perspectivas referentes a diferentes níveis e enfoques de análise, sendo, por isso, importante que qualquer investigador explicitamente a abordagem utilizada, por forma a evitar “falsos debates teóricos” (Knill & Tosun, 2020). Tal como referem Knill e Tosun (2020), as abordagens com enfoque nas “instituições” e nos “interesses individuais” demonstram, por exemplo, algumas complementaridades entre si, na medida em que a primeira é especialmente adequada para a análise de padrões mais amplos de mudança nas políticas públicas, ao passo que a última permite a compreensão de escolhas concretas. A emergência de *frameworks* e teorias sintéticas que conjugam diferentes abordagens constitui-se, portanto, como um exercício particularmente importante para o avanço da ciência das políticas públicas – algumas das *frameworks* mais recentes destacadas na secção anterior são, de acordo com Ayres e Marsh (2013), exemplos dessa mesma possibilidade.

Apesar da desejabilidade do estabelecimento de ligações entre diferentes abordagens, Ayres e Marsh (2013) referem que importa ter em atenção que tal esforço pode ser inviável, na medida em que essas teorias têm princípios ontológicos subjacentes que nem sempre são compatíveis entre si. As abordagens ontológicas das diferentes abordagens teóricas têm, de facto, sido responsáveis por alguns dos principais debates atuais na ciência das políticas públicas, havendo uma clara disputa entre positivistas e pós-positivistas. Sempre de acordo com Ayres e Marsh (2013), no centro do debate entre essas duas correntes ontológicas está o “monismo metodológico”, ou seja, a (in)desejabilidade da aproximação das ciências sociais relativamente às ciências naturais em termos metodológicos – por um lado, a corrente positivista defende essa aproximação, ao focar-se no teste de hipóteses, na utilização de métodos quantitativos e na estimação estatística de modelos; e, por outro, a corrente pós-positivista advoga a diferenciação metodológica, ao defender estratégias metodológicas qualitativas que permitam a compreensão dos significados, visando proceder à análise das subjetividades, da ambiguidade e das interpretações.

Ao debate entre positivismo e pós-positivismo, que caracteriza, de certo modo, todas as ciências sociais, aduz-se ainda a dificuldade de as ciências sociais, no geral e a ciência das políticas públicas, em particular, poderem ter objetivos que não se cingem aos de descrição e análise, envolvendo também objetivos de prescrição e

transformação (Ayres & Marsh, 2013). Será importante recordar, a este propósito, que Lasswell advogava, precisamente, a utilização do conhecimento científico em prol de uma tomada de decisão política mais informada e esclarecida como um dos princípios orientadores da designada “*policy orientation*”. No entanto, o apelo de aplicabilidade do conhecimento não tem sido totalmente bem acolhido, não só por parte dos académicos, que consideram que isso pode desvirtuar e corromper o conhecimento científico, como também por parte dos políticos, que frequentemente consideram que os académicos têm um conhecimento demasiado teórico e que os processos de investigação não se coadunam com os propósitos e *timings* da vida política (Cairney & Weible, 2017). A este propósito, Cairney e Weible (2017) fazem um apelo para o desenvolvimento de uma nova abordagem à “ciência das políticas públicas” que incorpore a análise de políticas públicas e a investigação sobre o processo político. Para estes autores, esta nova abordagem deverá agregar a ciência básica e a ciência aplicada, tomar atenção aos contextos e dedicar maior atenção aos vários processos e atores de tomada de decisão, que não se cingem ao momento da formulação e aos atores formais (Cairney & Weible, 2017).

6. Sobre a evolução do estudo das designadas redes de governação, veja-se, entre outros, Mota & Bittencourt (2019).

7. Em sua abordagem da “sociologia da ação pública”, Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2007) vão ao encontro de muitas das recomendações apresentadas para o presente da ciência das políticas públicas, ao advogar uma ciência aplicada, recusar uma epistemologia particular e adotando uma perspectiva pluralista e pluricêntrica da atuação de múltiplos atores públicos e sociais no processo de políticas públicas e de governação pública.

Para além dos debates referidos, o presente e o futuro da ciência das políticas públicas é ainda marcado pela constatação da crescente complexificação dos problemas e das estratégias de governação pública (DeLeon & Martell, 2006; Knill & Tosun, 2020). Em face destas constatações, o hibridismo dos modelos, a mudança e a aprendizagem têm-se constituído como importantes enfoques temáticos de investigação (Knill & Tosun, 2020). Na esfera analítica, tem-se assistido a uma maior atenção a fatores contextuais a partir de taxonomias contingenciais, a estudos comparativos, bem como a técnicas de análise participativas e de relacionamento em rede⁶, as quais abrem novas perspectivas de recurso à abordagem pós-positivista e de maior aplicabilidade⁷ (DeLeon & Martell, 2006; Ayres & Marsh, 2013).

O apelo a uma maior tolerância teórica e empírica quanto às estratégias de investigação, bem como a escolha da estratégia analítica de acordo com o problema a investigar, constituem-se, assim, as principais invocações na ciência das políticas públicas da atualidade (Ayres & Marsh, 2013). No entanto, permanece a dúvida sobre se o ecletismo continuará a ser uma das principais características desta disciplina ou se, pelo contrário, a direção futura será o desenvolvimento de um paradigma mais uniforme em face da ainda predominância do positivismo (Peters & Pierre, 2006). Tendo em atenção os ensinamentos de Thomas Kuhn e Robert Merton sobre filosofia da ciência, considera-se que a existência de diversas abordagens analíticas de “médio alcance” sobre uma mesma realidade social é um sinal de maturidade disciplinar muito possivelmente inevitável.

Diante do exposto, poder-se-á concluir que a ciência das políticas públicas se encontra, na atualidade, em processo de transição e que, apesar dos avanços que se têm registado desde a origem desta disciplina, permanecem muitos desafios a ultrapassar.

Referências

AYRES, S.; MARSH, A. Reflections on contemporary debates in policy studies. *Policy & Politics*, v. 41, n. 4, p. 643-663, 2013. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.1332/147084413X674001>.

BAUMGARTNER, F.; JONES, B. *Agendas and instability in American politics*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1993.

BAUMGARTNER, F.; JONES, B.; MORTENSEN, P. Punctuated equilibrium theory: explaining stability and change in public policymaking. In: WEIBLE, C.; SABATIER, P. *Theories of the Policy Process*, 4. ed., p. 55-102. New York: Routledge, 2018. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.4324/9780429494284-3>.

CAIRNEY, P.; WEIBLE, C. The new policy sciences: combining the cognitive science of choice, multiple theories of context, and basic and applied analysis. *Policy Sciences*, v. 50, p. 619-627, 2017. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.1007/s11077-017-9304-2>.

DELEON, P.; MARTELL, C. R. The policy sciences: past, present, and future. In: PETERS, B.; PIERRE, J. *Handbook of public policy*, p. 31-47. London: Sage, 2006. Disponível em: <doi:http://dx.doi.org/10.4135/9781848608054>.

DELEON, P.; VOGENBECK, D. M. Back to square one: the history and promise of the policy sciences. In: RABIN, J.; HILDRETH, W.; MILLER, G. *Handbook of public administration*, 3. ed., p. 503-539. Boca Raton, FL: CRC Press, 2007. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.4324/9781315093215-13>.

EASTON, D. *A system analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.

FARAH, M. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>.

HALL, P. (). Policy paradigms, social learning, and the State: the case of economic policymaking in Britain. *Comparative Politics*, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.2307/422246>.

HEIKKILA, T.; CAIRNEY, P. Comparison of theories of the policy process. In: WEIBLE, C.; SABATIER, P. *Theories of the policy process*, 4. ed., p. 301-328. New York: Routledge, 2018. Disponível em: <doi:<https://doi.org/10.4324/9780429494284>>.

HILL, M. *The sociology of public administration*. London: Heinemann, 1972.

HILL, M.; HUPE, P. *Implementing public policy*. 3. ed. London: Sage, 2014. Disponível em: <<https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/implementing-public-policy/book240256#contents>>.

HJERN, B.; HULL, C. Implementation research as empirical constitutionalism. *European Journal of Political Research*, v. 10, n. 2, p. 105-115, 1982.

HJERN, B.; PORTER, D. Implementation structures: a new unit of administrative analysis. *Organization Studies*, v. 2, n. 3, p. 211-227, 1981.

HOOD, C. *The tools of government*. Chatham, UK: Chatham House, 1986.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Studying public policy: principles and processes. 4. ed. Toronto, CA: Oxford University Press, 2020. Disponível em: <<https://global.oup.com/academic/product/studying-public-policy-9780199026142?q=Michael%20Howlett&lang=en&cc=pt#>>.

JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. In: FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods*, p. 43-62. Boca Raton, FL: CRC Press, 2007. Disponível em: <doi:<https://doi.org/10.4324/9781315093192>>.

JENKINS-SMITH, H.; NOHRSTEDT, D.; WEIBLE, C.; INGOLD, K. Advocacy coalition framework: an overview of the research program. In: WEIBLE, C. *Theories of the policy process*. 4. ed. p. 135-172. New York: Routledge, 2018. Disponível em: <doi:<https://doi.org/10.4324/9780429494284>>.

JOHN, P. *Analyzing public policy*. 2. ed. Abingdon, UK: Routledge, 2013. Disponível em: <doi:<https://doi.org/10.4324/9780203136218>>.

KINGDON, J. *Agendas, alternatives, and public policies*. 2. ed. New York: Pearson, 2010. Disponível em: <<https://www.pearson.com/us/higher-education/program/Kingdon-Agendas-Alternatives-and-Public-Policies-Update-Edition-with-an-Epilogue-on-Health-Care-2nd-Edition/PGM95175.html?tab=overview>>.

KNILL, C.; TOSUN, J. Public policy: a new introduction. 2. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2020. Disponível em: <<https://www.macmillanihe.com/page/detail/public-policy-christoph-knill/?k=9780230278387>>.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2007.

LASSWELL, H. The policy orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. *The policy sciences: recent developments in scope and method*, p. 3-15. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951.

MOTA, L. Estudos de implementação de políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 92, p. 133-150, 2020. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.7458/SPP20209211728>.

MOTA, L.; BITTENCOURT, B. Governança pública em rede: contributos para a sua compreensão e análise (em Portugal e no Brasil). *Tempo Social*, v. 31, n. 2, p. 199-219, 2019. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.147567>.

OSTROM, E. Institutional rational choice: an assessment of the institutional analysis and development framework. In: SABATIER, P. *Theories of the policy process*, p. 21-64. Boulder, CO: Westview Press, 2007. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.4324/9780367274689-2>.

PARSONS, W. *Public policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis*. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1995. Disponível em: <https://www.e-elgar.com/shop/gbp/public-policy-9781852785543.html>.

PETERS, B.; PIERRE, J. Introduction. In: PETERS, B.; PIERRE, J. (Eds.). *Handbook of public policy*, p. 1-9. London: Sage, 2006. Disponível em: <doi:http://dx.doi.org/10.4135/9781848608054>.

PIERRE, J. Disciplinary perspectives. In: PETERS, B.; PIERRE, J. (Eds.). *Handbook of public policy*, p. 1-9. London: Sage, 2006. Disponível em: <doi:http://dx.doi.org/10.4135/9781848608054>.

SABATIER, P. The need for better theories. In: Sabatier, P. *Theories of the policy process*, p. 3-17. Boulder, CO: Westview Press, 2007. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.4324/9780367274689-2>.

_____. Political science and public policy. *PS: Political Science and Politics*, v. 24, n. 2, p. 144-147, 1991. Disponível em: <doi:https://doi.org/10.2307/419922>.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. (Eds.). *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SABATIER, P.; WEIBLE, C. *Theories of the policy process*. 3. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2014.

SCHARPF, F. Interorganizational policy studies: issues, concepts, and perspectives. In: HANF, K.; SCHARPF, F. *Interorganizational policy making: limits to coordination and central control*. London: Sage, 1978.

TAVARES, A. A análise de políticas públicas como profissão: retratos de uma infância difícil. In: TAVARES, A. *Estudo e ensino da administração pública em Portugal*, p. 83-100. Lisboa: Escolar Editora, 2006. Disponível em: <<https://escolareditora.com/store/product/0/2444/estudo-e-ensino-da-administracao-publica-em-portugal>>.

WEIBLE, C.; SABATIER, P. *Theories of the policy process*. 4. ed. New York: Routledge, 2018. Disponível em: <[doi:https://doi.org/10.4324/9780429494284](https://doi.org/10.4324/9780429494284)>.



Welfare State and Epistemic Communities of Fiscal Austerity in Brazil: from Lula da Silva to Jair Bolsonaro (2003-2020)*

Recebido: 11.03.20
Aprovado: 25.09.20

Carlos Eduardo Santos Pinho**

*Abstract: This article is based on a theoretical-conceptual framework and empirically grounded research to analyze the construction of discourse and institutional insertion of ideas from epistemic communities of fiscal austerity in Brazil, given the recent upsurge in liberal-orthodox policies and their repercussions for the welfare state. The study explores who these actors and institutions are, how they act, how they are organized, and who trains or finances them. The main objective is to unveil how the ideas in defense of fiscal constriction were formulated and disseminated, starting after the first term (2003-2006) of President Lula da Silva's government (2003-2010), when developmentalist policies replaced the neoliberal convention. The ideas of fiscal constriction were intensified during the government of President Dilma Rousseff (2011-2016), and gained characteristics of a unified proposal, materialized in the austerity program *Uma Ponte para o Futuro* (2015) (a bridge to the future). After President Rousseff's impeachment in 2016, policy-makers in the government President Michel Temer and his successor Jair Bolsonaro rapidly put forward the austerity program. The epistemic communities of fiscal austerity argue that the public policies outlined in the 1988 Brazilian Constitution are the main cause of the increase in spending on welfare, the accelerated growth of public debt, and the probable insolvency of the country.*

KEYWORDS: Welfare State. Epistemic communities of fiscal austerity. 1988 Brazilian Constitution. Public policy. Brazil.

Estado de bem-estar social e “comunidades epistêmicas da austeridade fiscal” no Brasil: de Lula da Silva a Jair Bolsonaro (2003-2020)

Resumo: A partir de aparato teórico-conceitual e de pesquisa empiricamente alicerçada, este artigo analisa a construção discursiva e a inserção institucional das ideias das “comunidades epistêmicas da austeridade fiscal” no Brasil, tendo em vista o recente recrudescimento de políticas liberal-ortodoxas e suas reverberações para o Estado do bem-estar social. Trata-se de investigar quem são esses atores e instituições, como atuam, como se organizam, por quem são formados ou financiados. O principal objetivo é descobrir como suas ideias em defesa da construção fiscal foram formuladas e disseminadas, a partir do final do primeiro mandato (2003-2006) do governo Lula da Silva (2003-2010), quando da substituição da “convenção neoliberal” pela concepção desenvolvimentista, e intensificadas no governo Dilma Rousseff (2011-2016). Tal discurso adquiriu um caráter unificado no programa de austeridade “Uma ponte para o futuro” (2015), foi sacramentado na ruptura democrática de 2016 e implementado com celeridade pelos *policy-makers* dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. As “comunidades epistêmicas” argumentam que as políticas públicas preconizadas na Constituição Federal de 1988 são a principal causa da elevação

* I would like to thank the anonymous reviewers of *Revista Sociedade & Estado* and Colin Hay – Professor of Political Science at Sciences Po, Paris, and Director of Sheffield Political Economy Research Institute (SPERI) at the University of Sheffield, UK – for the attentive and rigorous reading, and for the criticisms, comments, and suggestions that contributed to improving this work. This article is the result of postdoctoral internship research, carried out between April 2017 and February 2019, at the National Institute of Science and Technology in Public Policies, Strategies, and Development (INCT/PPED), thanks to a grant from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The internship was carried out under the supervision of Professor Renato Raul Boschi of the Graduate Program in Political Science at the Institute of Social and Political Studies at the State University of Rio de Janeiro (IESP/UERJ),

who coordinates the INCT/PPED with Professor Ana Celia Castro of the Institute of Economics at UFRJ. Previous versions of this manuscript were presented at the following scientific events:

- i.* Research Seminar of the Graduate Program in Public Policies, Strategies, and Development, at the Institute of Economics of the Federal University of Rio de Janeiro (IE-PPED/UFRJ). UFRJ: 2018;
- ii.* XIV International Congress of the Brazilian Studies Association (Brasa). PUC-Rio: 2018 and
- iii.* 2nd Seminar NUPPAA (Nucleus of Public Policies: Analysis and Evaluation) - Thinking and Rethinking Public Policies, from the National Institute of Science and Technology in Public Policies, Strategies, and Development (INCT/PPED). Brazilian College of Higher Studies/UFRJ: 2017.

** Carlos Eduardo Santos Pinho is professor and researcher on the Graduate Program in Social Sciences at the University of Vale do Rio dos Sinos (PPGCS-UNISINOS). Ph.D. and master degree in Political Science from IESP/UERJ, Postdoctoral internship at INCT/PPED with a scholarship from Capes, and Fellow

dos gastos com bem-estar, do crescimento acelerado da dívida pública e da provável insolvência do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Estado de bem-estar social. Comunidades epistêmicas da austeridade fiscal. Constituição Federal de 1988. Políticas públicas. Brasil.

Introduction

This article analyzes the construction of discourse and institutional insertion of ideas of epistemic communities of fiscal austerity in Brazil and their repercussions for the country's (incipient and currently endangered) welfare state. These epistemic communities are composed of large corporatist press and oligopolistic media, industrial entrepreneurs, orthodox economists, liberal-conservative parliamentary coalition, and sectors of the middle and upper classes who engaged in the demonstrations demanding the impeachment of President Rousseff in 2016. This study demonstrates how these ideas have unified around a liberal-conservative political-economic coalition that has governed Brazil since the 2016 democratic break and how they have influenced the Brazilian state regarding macroeconomic policy and implementation of public policies.

In addition to analyzing the epistemic communities' discourse and practices, this reflection highlights the challenges of implementing welfare policies within financial globalization. In this context, financial intermediaries greatly benefit from taxpayers' money. These resources are massively used to fund public debt rather than public investment, which means that large sums of public money end up with shareholders, financial institutions, and financial market investors. There is an immediate and short-term perspective of valuing financial investment to the detriment of production and policies that streamline the economy, such as public investment in well-being and infrastructure, household consumption, and business investment. Financialization is the mechanism through which money is channeled from savers (investors) to borrowers (families, companies, governments), and this mechanism imposes the austerity regime in Brazil (Davis & Kim, 2015; Dowbor, 2017; Streeck, 2019).

Because of the structural contingencies imposed by financial globalization, the Workers Party (PT) governments expressed concern about fiscal austerity. The primary fiscal surplus target in the first government of President Lula da Silva jumped from 3.75% to 4.25% of GDP. In this sense, it was as strict as President Cardoso's previous government, known for its orthodox measures (Pinho, 2019). In 2011, President Rousseff started her term with a contractionary fiscal policy, reducing

credit, and increasing interest rates. This stagnated GDP between the second half of 2011 and the first half of 2012 (Bastos, 2017). Around August 2012, Rousseff adopted a model of productive development based on fiscal expansion through the so-called new macroeconomic matrix, as opposed to the immediatist perspective of financial capital. However, the model faced the political-economic elites' resistance, and a severe fiscal (spending cut) and monetary (increase in interest rate to fight inflation) adjustment was adopted in 2015. The president's heterodox experiment contradicted several interests, especially those of the financial sector and neoliberal ideologists, who came to play an important role in the parliamentary coup of 2016. Later, these same actors integrated the economic bureaucracy of Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro's (2019 – current) governments.

The context that preceded the 2016 impeachment was marked by intense political instability. Aécio Neves (Brazilian Social Democracy Party – PSDB), the defeated candidate in the 2014 presidential elections, unexpectedly asked the Superior Electoral Court (TSE) for a recount of votes. The president of the Chamber of Deputies, Eduardo Cunha (at that time, member of the Party of the Brazilian Democratic Movement – PMDB of the State of Rio de Janeiro, which recently changed its denomination removing the word “Party” – MDB), put in the parliament's agenda a series of controversial issues, such as labor outsourcing regulation (PL 4330/04). Also, he led the parliament in approving extra expenses for public servants and pensioners, jeopardizing Rousseff's fiscal adjustment policies (*O Estado de S. Paulo*, February 24, 2016; G1, October 30, 2014).

Against this backdrop, the questions addressed in this study are:

- i. What are epistemic communities of fiscal austerity, when were they formed, and how were they organized, systematically disseminating the rhetoric that *social welfare spending is incompatible with the country's GDP*?
- ii. How were epistemic communities' ideas¹ inserted in the 1988 Brazilian Constitution during Michel Temer and Jair Bolsonaro's governments, and what are their impacts?

This study seeks to offer an original contribution to the public and academic debate, fill a gap in the literature, and advance knowledge about the political economy of public policies. The hypothesis suggested is that, from the end of President Lula da Silva's (2003-2010) first mandate, in 2006, until the deposition of Dilma Rousseff (2011-2016) through a parliamentary coup d'État, an epistemic community of fiscal austerity was formed and emphatically disseminated the neoliberal prescription

of the Graduate Program in Political Sociology at the Darcy Ribeiro State University of Northern Rio de Janeiro (PPGSP-UENF) with a scholarship from Research Support Foundation for the State of Rio de Janeiro (Faperj). Associate Researcher at INCT/PPED and member of the Cycle of Higher Studies Futures of Social Protection, coordinated by Professor Sonia Fleury, Senior Researcher at the Center for Strategic Studies of the Oswaldo Cruz Foundation (CEE-Fiocruz).
Orcid: 0000-0003-0657-8906.
<cpinho19@unisinios.br>

1. According to Vivien Schmidt, the discourse is not just about ideas or text, but also about the context in which ideas are developed and promoted (Schmidt, 2008 apud Ladi, Lazarou & Hauck, 2018).

that *the 1988 Constitution is no longer compatible with the capacity of the Brazilian state budget*. Policy-makers inserted these ideas of the epistemic community in the country's constitution through amendments, and they were rapidly implemented during the governments of President Michel Temer and successor Jair Bolsonaro.

Including this introduction, the article is divided into five sections. The second section examines the successes and limits of the new democratic developmentalism (2003-2016) to implement the policy framework set out in the 1988 Brazilian Constitution. The third section explores who are the epistemic communities of fiscal austerity and their characteristics, followed by the fourth section with an analysis of how the ideas of these epistemic communities were inserted in the constitution under the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro. The fifth and last section presents the final considerations.

The socio-political meaning of the 1988 Brazilian Constitution: advances and limitations of the new democratic developmentalism (2003-2016)

In contrast to the excluding legacy of authoritarian national-developmentalism (1964-1985) (Pinho, 2019; 2020), the promulgation of the 1988 Brazilian Constitution reflected the struggle for a new comprehensive model of social protection. This model had an original component of social mobilization to expand social rights as part of the transition to democracy. In addition to the challenge of increasing social inclusion and combating poverty, the construction of new democratic and inclusive institutions began in an environment of accumulation of external and internal public debt. This process was marked by the primacy of conventional orthodoxy and pressure from international agencies (such as the International Monetary Fund – IMF) to cut spending, privatize public services, reduce the state's size, and limit its power. The mobilization of social movements was crucial to include public pension, health, and social assistance as part of a comprehensive notion of social security, formalizing the concept of universal social rights as a fundamental part of citizenship (Fleury & Pinho, 2018).

Between 2003 and 2014, Brazil witnessed the most significant reduction in absolute poverty in almost four decades. This achievement was possible through a political strategy of increasing formal employment and increasing the weight of salaries in the economy by recovering the minimum wage's real value, equivalent to more than 110% appreciation over two decades, with 70% appreciation between 2004-2014. The number of formal workers earning a minimum wage increased from 2.5

million to 15 million from 1995 to 2014. Social security benefits linked to the minimum wage went from 10 to 20 million beneficiaries in the same period. While guaranteeing social rights, universal policies, and increased levels of well-being, the 1988 constitution did not structurally change wealth distribution patterns. The regressive tax framework prevailed, and the possibility of implementing a progressive tax system was vetoed at the 1987 Constituent Assembly (Arretche, Marques & Faria, 2019; Kerstenetzky, 2017).

The limitations and uniqueness of the new democratic developmentalism (2003-2016) result from this scenario. The approach refers to a social-democratic strategy that did not promote structural reforms and sought to change the excluding characteristics of Brazilian capitalism while respecting the political party competition logic (Roberts, 2008). In addition to establishing alliances with political and social forces such as leftist parties, the progressive middle class, unions, and social and workers movements, it was inevitable to ally with archaic, conservative, and reactionary political elites in order to obtain governability in the context of the coalition presidentialism (Abranches, 2018). The social dimension gained prominence. There was an expansion of access to the domestic mass consumption market, unlike what was observed in the exclusive model of authoritarian national developmentalism (1964-1985) and the pro-market reforms (that occurred from 1990 to 2002). In the pro-market reforms, social policies were submitted to the logic of fiscal austerity and monetary stabilization (Pinho, 2019).

The power of (unison) ideas voiced by epistemic communities of fiscal austerity

This section examines the role of the ideas put forward by the epistemic communities of fiscal austerity. However, it is first important to clarify the concept of epistemic communities. For the political scientist Peter Haas, an epistemic community is a network of professionals with knowledge and skills recognized in a specific field, able to subsidize policy implementation. Although the epistemic community gathers professionals with different backgrounds, these participants share

- i.* a set of normative beliefs and principles that offer a value-based foundation for collective social action;
- ii.* causal beliefs that contribute to understanding the multiple links between possible political actions and desired results;
- iii.* notions of validity that are intersubjective criteria for validating knowledge in their domain of experience; and

iv. a set of practices associated with an archetype of problems they have the professional ability to tackle. These professionals presumably engage in solving these problems because they believe their action contributes to improving human well-being (Haas, 1992).

The theoretical-conceptual framework above helps characterize, systematize, and operationalize this research object, both analytically and empirically. It indicates that, despite the differences and singularities of the epistemic communities of fiscal austerity in Brazil, they share the unequivocal belief that monetary stability and strict control of public spending are the paths to sustained growth and economic development. For these communities, the growth in public indebtedness suggests that austerity is the only alternative to avoid the Brazilian state's insolvency, even if this implies de-constitutionalizing social rights and constitutionalizing fiscal austerity. Therefore, it is crucial to understand, who are the actors and institutions within these epistemological communities? How do they work, and how are they organized? Who trains or finances them? What is their ability to influence the formulation and implementation of policies? The following section characterizes each of the epistemological communities.

Large corporatist press and oligopolistic media

The mainstream Brazilian media is connected to the global networks of power, wealth, and technology (Castells, 1999). It receives funding from advertisers that constitutes major financial, commercial, and industrial corporations and obtains tax exemptions and government incentives. Numerous editorials and articles reproduce the neoliberal rhetoric of common knowledge. By lacking scientific and analytical rigor, large national newspapers recognize that, in the 2002 election campaign, Lula da Silva was successful in spreading a document entitled *Carta ao povo brasileiro* (Letter to the Brazilian People), in which he promised to control inflation and demonstrate to financial market investors the commitment to continue and deepen the fiscal austerity policies of the previous government (Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002). After his election, President Lula da Silva successfully put together a liberal-orthodox economic team, led by Antonio Palocci, in the Ministry of Finance, and Henrique Meirelles, in the Central Bank. The team strictly followed the premises of economic stabilization. These premises included high-interest rates to control inflation, fluctuating exchange rates, and an increase in the public sector's primary surplus from 3.75% to 4.25% of GDP, surpassing the primary surplus target adopted during President Cardoso's government. During the first term of Lula da Silva's government (2003-2006), the public sector pension reform was approved. It was the same reform the previous government tried and failed to carry out. Howev-

er, in his second term, with Dilma Rousseff as Chief of Staff, the interventionist and developmentalist manuals of the Workers' Party were implemented, contributing to the disastrous heterodox economic policy of the new macroeconomic matrix. According to the large corporatist press and the oligopolistic media as epistemic communities, Lula da Silva and Dilma Rousseff used the worsening of the 2008 international systemic financial crisis – generated with the bursting of the United States housing bubble – as an argument to adopt an uncontrolled increase in public spending. Thus, Lula da Silva and Rousseff laid the foundations for the biggest fiscal crisis in the country's history (*O Globo*, September 17, 2015, February 23, 2017, April 01, 2017).

Therefore, this epistemic community used the argument of combating the corruption of the developmentalist governments and halting public debt growth to justify its support to the democratic rupture in 2016. The large corporatist press also sustained the intensification of austerity policies carried out by President Michel Temer and his successor Jair Bolsonaro. The editorial of one of the largest newspapers in the country, *Folha de S. Paulo*, offers strong evidence of this dynamic:

It is essential to containing the increase in public debt and economic degradation. Spending cuts will have to be made with unprecedented radicalism, lest even worse nightmares become a reality, such as the specter of uncontrolled inflation. [...] Dramatic circumstances also demand a partial and temporary release of compulsory health and education expenditures, which would be accompanied by a careful review of these expenditures in the future [...] The country, however, has no choice. President Dilma Rousseff, too: she will have no choice if she falls under the weight of the crisis, but to abandon her presidential responsibilities and, eventually, her position (*Folha de S. Paulo*, Set. 2015).

Industrial entrepreneurs

A conciliatory stance toward industrial entrepreneurs marked the mandates of President Lula da Silva (PT) (2003-2010). In order to stabilize the currency, the previous government – Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1995-2002) – adopted fiscal (cut in public spending) and monetary (increase in interest rate) policies that penalized these entrepreneurs. President Lula worked to get closer to the productive sector, starting by choosing a businessman of the textile sector, José Alencar, as his vice-president. Also, the former president created the Economic and Social Development Council (CDES), gathering the main players of the national industry. During Lula's second term, the government counted on a virtuous cycle of economic growth to boost public investment in infrastructure, promoting a resumption of the

2. President Rousseff's second mandate was abbreviated due to an impeachment process. The Brazilian Senate approved the process and suspended Rousseff's powers in May 2016.

3. To bail out capital and ensure the recovery of profit rates in the non-financial sector of the economy, such measures – implemented without democratic control or guarantees of return to society – converged to leverage the dismantling of the social security budget financing (Salvador, 2017).

4. Fiesp used the image of a yellow rubber duck as a symbol of its campaign. In its headquarter, the federation installed a giant inflatable yellow duck, which became famous as a symbol of the industry's resistance to increasing the tax burden. It was also adopted as a symbol of the general dissatisfaction with President Rousseff's government, used in the demonstrations asking for her impeachment. The yellow duck refers to an expression in Portuguese – *pagar o pato* – which is the equivalent of being a scapegoat, i.e., being punished for another's faults or actions. In this case, Fiesp's campaign claimed

industrial policy. Some examples of policies are the Growth Acceleration Program (PAC I and II), the Policy on Industry, Technology, and Foreign Trade (PITCE – 2003-2007), and the Productive Development Policy (PDP – 2008-2010) (PINHO, 2019).

However, the following president, Dilma Rousseff (PT) (2011-2016)², faced an adverse international and macroeconomic environment – Eurozone crisis and a slowdown in the commodities boom – and did not keep the same level of public investment. The economic model implemented in 2012 and deepened in 2014 was the so-called Agenda Fiesp (Fiesp stands for the Federation of Industries of the State of São Paulo) (Carvalho, 2018) or the new macroeconomic matrix. The model adopted measures such as interest reduction, tax exemptions through tax waivers of billions of Brazilian reais³, expansion of credit from the National Development Bank (BNDES), and freezing electricity tariffs. The policies' results were ineffective due to economic slowdown and fiscal deterioration (Boschi & Pinho, 2019a; 2019b).

In October 2015, Vice President Michel Temer, before his official break with President Rousseff's government, released the document *Uma ponte para o futuro* (a bridge to the future) (2015). The text would become his government platform (and the platform of the current president Jair Bolsonaro). As explained below, the platform contains a set of austerity measures aimed at deepening pro-market reforms (1990-2002) (Pinho, 2019).

Michel Temer approached the business community and obtained the support of several class associations in the impeachment process of President Dilma Rousseff. Among the organizations supporting the process were the Federation of Industries of the State of São Paulo (Fiesp), the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (Firjan), the Brazilian National Confederation of Industry (CNI), the Federation of Commerce of the State of São Paulo (Fecomércio). Fiesp launched in 2015 a campaign⁴ against CPMF, a tax on financial transactions implemented to cover the deficit in the federal budget. Fiesp's president, Paulo Skaf, asked Congress's support for the federation's campaign, which expanded its scope and took an important role in President Rousseff's impeachment process (Boschi & Pinho, 2019a; 2019b). Fiesp not only advocated the extinction of the CPMF but demanded fiscal adjustment with government cuts and a commitment to not increasing the tax burden. In Paulo Skaf's words:

Since she did not resign as we asked, from now on, we are asking for impeachment. It is unacceptable that Brazil is adrift. There is a total lack of control, and the government is not concerned with companies, with unemployment, only with remaining in power (*O Globo*, March 17, 2016).

Orthodox economists (or monetarists)

Elected in 2002 and inaugurated in 2003, the government of President Lula da Silva appointed liberal-orthodox economists to the central positions of the economic bureaucracy, such as the Central Bank (Henrique Meirelles), the Ministry of Finance (Antonio Palocci). President Lula da Silva actually deepened fiscal austerity policies initiated in the previous government. Henrique Meirelles, BankBoston's former president, was elected federal deputy running for PSDB (political party rival to President Lula's PT) and received full government approval and independence to assemble his team. Meirelles preserved many of the Central Bank's directors who had served in the previous government, such as Beny Parnes, Alexandre Schwartzman, and Ilan Goldfajn. These directors were experienced orthodox economists with close ties to the financial system and had committed to international investors to continue President Cardoso's macroeconomic policies. It is worth mentioning the also orthodox economists Joaquim Levy and Marcos Lisboa, respectively, secretary of the treasury and secretary of economic policy, who were trained in universities in the US, and had experience in the private sector and multilateral institutions (Campello, 2015).

At the end of 2005, the neoliberal convention (Erber, 2011) lost space in Lula's government, and the developmentalist approach emerged. In this period, Dilma Rousseff was appointed Chief of Staff, Guido Mantega took office as Ministry of Finance replacing Antônio Palocci, and Luciano Coutinho took office as President of BNDES, promoting negotiations among the industry, construction conglomerates, and the productive sector. In addition, the role of state-owned banks and enterprises gained importance again after having lost relevance during the government of President Cardoso (1995-2002) (Loureiro, Santos & Gomide, 2011). The change of path in Lula's macroeconomic policy led to fiscal expansion, deepened by Dilma Rousseff's new macroeconomic matrix (2011-2016), triggered countless criticisms in the mainstream press through news articles signed by orthodox economists⁵ (Pinho, 2019).

These neoliberal economists and ideologists working for different governments, think tanks, consulting companies, and multilateral organizations point out that the negative changes in fiscal institutions started in President Lula's second mandate (2007-2010). For these professionals, the previous reforms in the 1980s and 1990s granted Brazilian public finances a high institutional standard, marked by the acceptance of austerity policies put forward by the International Monetary Fund (IMF) and the Fiscal Responsibility Law (LRF/2000). The changes in fiscal institutions intensified after the 2008 global financial crisis when the government interpreted

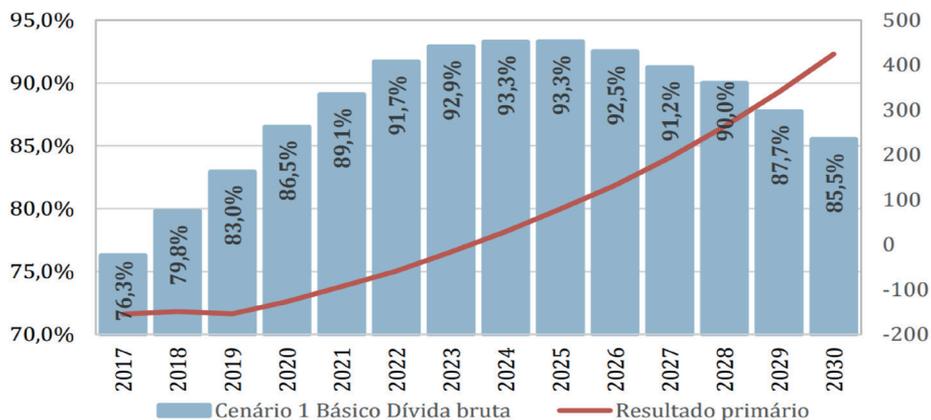
the industry should not pay the price for bad government spending.

5. Brazilian liberal and conservative think tanks such as the Brazilian Institute of Economics (Ibre) and the Fernand Braudel Institute (IFB) are linked to businesses and financial markets and advocate fiscal adjustment. Other think tanks such as the Institute of Applied Economic Research (Ipea) and the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (Dieese), advocate countercyclical policies and increased public social spending in times of crisis (Ladi, Lazarou & Hauck, 2018).

the crisis as a sign of pro-market policies' failure. In the conception of the epistemic communities of orthodox economists (or monetarists), Dilma Rousseff's disastrous developmentalist experience and practices – named *creative accounting* – affected fiscal institutions' robustness. The deterioration of public accounts jeopardized businesses and the financial market's trust, repressing investment, paralyzing projects, and reducing the country's credit rating. The PT governments' policy of constantly valuing the minimum wage above labor productivity reduced the expected profits and decapitalized companies, increasing their costs. This phenomenon had a negative impact on economic growth by increasing current public spending (Mendes, 2014; Nóbrega, 2016; Salto & Almeida, 2016; Tollini, 2016).

The Independent Fiscal Institution (IFI) is an agency created to monitor Brazil's fiscal and budgetary activities. Its executive director is economist Felipe Scudeler Salto. According to the IFI, spending on pension and benefits, education, health, and social assistance represents 75% of the Union budget excluding debt services. The debt will correspond to 93.3% of GDP in 2024 and 85.5% of GDP by 2030. However, this evolution will depend heavily on the capacity to stop the growth of government expenditure in order to contain the expansion of debt and the probable insolvency of the Brazilian State (IFI, 2017).

CHART 1
GROSS GOVERNMENT DEBT (GGD) IN % OF GDP AND PRIMARY RESULT
IN CURRENT BRL BILLIONS (RIGHT AXIS) – 2017/2030⁶



Source: Instituição Fiscal Independente (2017) (Independent Fiscal Institution)

6. This scenario was prepared before the Covid-19 pandemic. It suggests recession/depression and low interest rates. However, interest rates in Brazil are still among the highest in the world. According to the ranking released by Infinity Asset and Money You, on May 22, 2020, considering figures of 40 countries, Brazil ranks tenth in the nominal interest and eighth in real interest rate (*O Estado de S. Paulo*, June 03, 2020). After the pandemic, the projections for the growth of the debt shown in Graph 1 are maintained.

Statements about the unsustainability of the public debt carry an ideological or moral bias, typical of most neoliberal assumptions when associating debt with sin – as the German sociologist, Max Weber (2004), showed in the classic *The protestant*

ethic and the spirit of capitalism. There is controversy in the political economy literature about the supposed exacerbated nature of the Brazilian public debt.

Different from liberal and monetarist economists mentioned above, who advocate cutting spending on welfare to ensure fiscal balance, some Marxist economists argue that the social security retraction is a consequence of tax breaks on social contributions, reduction of payroll costs, decrease in public revenue, as well as amortization of public debt, which are measures that favor speculative investment and the rentier and financial capital (Salvador, 2017).

Liberal-Conservative Parliamentary Coalition

Dilma Rousseff (PT) was reelected in the 2014 presidential elections, defeating Aécio Neves (PSDB) by a small margin of votes. In the same electoral process, Brazilians elected “the most conservative Congress of the period post-1964” (*O Estado de S. Paulo*, October 06, 2014, our translation) – which comprises the years of the military dictatorship and the period of re-democratization. In the 2014 elections, the parliamentary front related to unions shrank from 86 to 46 federal deputies. Recent data from the Inter-Union Parliamentary Advisory Department (Diap) showed that the 2018 elections reinforced this trend. The elected Congress can be characterized as (1) liberal, from an economic point of view, (2) fiscalist, regarding public management, (3) conservative, in terms of moral and religious values, (4) more right-wing, from an ideological point of view, and (5) lagging behind regarding the environment and human rights. As for the elected policymakers’ ideological profile, social class, and themes of interest, the conservative bias and the growth in the number of right-wing politicians in Congress are clear. The number of policymakers from the working class largely reduced, whereas the evangelical parliamentary front and the parliamentary front pro-gun rights (known as *bancada da bala*) gained members and strength. Also, newly elected policymakers reinvigorated the agricultural and business parliamentary fronts. In the Chamber of Deputies, the increase in the number of right-wing deputies stood out. The group was formed by 210 deputies representing the following parties: PSL (Social Liberal Party), DEM (Democrats), PP (Progressives), PR (Party of the Republic), PRB (Brazilian Republican Party), PSC (Social Christian Party), Novo (New Party), Patriota (Patriot), PRP (Progressive Republican Party), PTC (Christian Labor Party), and DC (Christian Democracy).

Despite having lost some members, as in the case of the agricultural parliamentary group, the conservative groups left the 2018 elections stronger. This happened because the winning presidential candidate Jair Bolsonaro supported their agenda during the campaign and because the evangelical and pro-gun rights parliamentary

groups gained members and strength. The business parliamentary group also managed to keep a large number of seats (DIAP, 2018).

Liberal organizations and movements of middle and upper classes

Liberal organizations and movements gathering the middle and upper classes played a fundamental role in spreading liberal ideas and leading demonstrations for the impeachment of President Dilma Rousseff in 2015 and 2016. Examples of these movements are *Vem pra Rua* (Come to the Street), *Revoltados Online* (Online Revolted), the *Movimento Brasil Livre* (MBL) (Free Brazil Movement). Across the country and in important parts of large cities such as Avenida Paulista (in São Paulo), and Copacabana Beach (Rio de Janeiro), protesters installed inflatable dolls with the images of President Lula da Silva (PT) dressed as prisoner, and President Dilma Rousseff, and performed symbolic burials of the authorities. Politicians such as Aécio Neves, Geraldo Alckmin, and José Serra, all from the party PSDB, were present at the demonstrations. There were numerous posters with messages such as “Fora PT” (Workers’ Party get out), “*Intervenção Constitucional (Artigo 142)*” (claiming a military intervention, supposedly supported by article 142 of 1988 Brazilian Constitution), “*Fora Comunismo*” (No communism), and “*Olavo de Carvalho tem razão*” (“Olavo de Carvalho is right,” referring to an ideologist with influence among the Brazilian far right-wing) (*Folha de S. Paulo*, 2015).

According to Camila Rocha, such movements in defense of economic liberalism are predominantly led by young university students and liberal professionals from the middle and upper classes. They have been coordinated through the Internet and using communication technologies since the creation of Orkut, in 2006. Organizations forming a network of ultraliberal think tanks such as Instituto Mises Brasil (IMB) and Instituto Millenium organizationally and financially supported these movements, contributing to training activists and building and institutionalizing an ultraliberal counter-public. These think tanks are maintained with funds offered by businesses such as Grupo Abril, Organizações Globo, Grupo Ultra, Grupo Gerdau, Grupo Évora. Finally, the emergence of the June 2013 demonstrations all over the country (which started with demands such as reducing public transportation prices and against corruption) represented an opportunity for this ultraliberal counter-public to gather unsatisfied sectors of the population. After President Rousseff’s re-election in 2014, this counter-public worked to steer the protesters’ agenda toward the president’s impeachment (Rocha, 2019).

Thus, as of the 2016 democratic rupture, the rhetoric, discourses, and ideas envisaged by the epistemic communities were unified and later inserted in the constitu-

tion based on a radical liberal-orthodox program, carried out by the governments of presidents Temer and Bolsonaro, as analyzed below.

The political constitutionalization of the *epistemic communities of fiscal austerity's* ideas and the deconstitutionalization of social rights

President Dilma Rousseff's impeachment in 2016 occurred amidst a severe economic crisis. Brazilian GDP fell 7.2%, and the period 2015/2016 reflected the worst recession since 1948 (*Valor Econômico*, 2017), followed by a slow economic recovery. The president tried to get closer to the business community and the financial sector carrying out a tough fiscal adjustment. The result, however, was counterproductive (Pinho, 2019). The decline of workers' rights began during President Rousseff's second mandate in 2015, especially after the publication of provisional measures (MP) 664 and 665, without establishing a dialogue with society. The MPs put limits on the process of granting pensions for death (including in the case of public servants), sickness benefit, unemployment benefit, and salary bonus (Diap, 2018). Such restrictive measures were combated by sectors to the left of the president's own political party PT. Senator Paulo Rocha (Workers' Party – PT, representative from the State of Pará) was responsible for reporting the two MPs, acknowledged at the time: "It was a mistake for the government not to dialogue with the various sectors of workers" (Câmara dos Deputados, 2015).

The adverse economic situation and the support gained from the epistemological communities took Vice President Michel Temer to the presidency. President Rousseff's impeachment was, in fact, a parliamentary coup, adopting deceptive democratic legal procedures, and counting on the support of the National Congress, the Judiciary Branch, and the Public Ministry (Santos, 2017). The fall of Rousseff's government opened the path for the constitutionalization of the fiscal austerity regime and the deconstitutionalization of social rights enshrined during the period of Brazil's re-democratization. Temer's government approved the New Fiscal Regime (Constitutional Amendment 95/2016, derived from the constitutional amendment bill 55/2016), making it impossible to allocate enough resources to fund social policies within the standards established by the 1988 Constitution for 20 years. Once applied, the law will reduce the federal government's primary expenditure from around 20% of GDP in 2016 to something around 16% of GDP by 2026, or 12% in 2036, except for financial expenses related to the payment of debt interest. This policy of permanently reducing spending criminalizes the Keynesian countercyclical fiscal policy to face economic crises and surpasses the contractionary fiscal policies

of the US, the most liberal nation in the world. The US adopted the Budget Control Act, which is valid for approximately ten years and established by ordinary law. The legislation determines the reduction of the budgeted expenditures yearly, aiming to progressively decrease spending on social security, unemployment insurance, refundable tax credits, and veterans' benefits (Austeridade e Retrocesso, 2016; Rossi & Dweck, 2016; 2018; Tavares & Silva, 2020).

7. The President of the Chamber of Deputies, Rodrigo Maia (Federal Deputy from Rio de Janeiro, Democrats- DEM), worked to approve the reform. Maia said that Labor Courts should not exist, and that labor judges make irresponsible decisions (*El País Brasil*, March 23, 2017).

The outsourcing law and the labor reform⁷ defended by bankers, economists, businesspeople, and the mainstream press in constant editorials were implemented without a broad debate in society. The argument behind such changes was the need to overcome the archaism of the Consolidation of labor laws (CLT/1943) and render the country more competitive in the face of global demands. Some of the most important points changed with the labor reform were (1) agreements between employer and employee prevail over labor laws, (2) annual leave can be taken in chunks (rather than all in one go or divided into a maximum of two chunks of a minimum of ten days each, as in the previous law), (3) the possibility of establishing intermittent employment – paid on an hourly basis, and (4) the use of temporary work contracts for all companies activities, both essential and support activities (*O Globo*, 2016; Setubal, 2017).

Three years after the labor reform passed, empirical evidence shows a deterioration of public institutions responsible for labor law enforcement such as the Labor Court and the Ministry of Labor, which was extinguished under President Bolsonaro's government. The reform brought incentives for illegal contracts, increased the labor market's precariousness, informality, self-employment, and the number of discouraged workers (called *desalentados*) (Ipea, 2019; Nexó, November 07, 2019). Although the labor law changed substantially, with a strong tendency to erode the institutional legacy of Vargas (Getulio Vargas, president between 1930-1945, and from 1951 to 1954), based on the state corporatism that regulated capital/labor relations (Boschi & Pinho, 2019a; 2019b), the government of President Temer was unable to approve the pension reform. Temer worked to continually disseminate throughout the country, in digital and mainstream media, the discourse of social security deficit or the notion of "reform today to guarantee tomorrow" (*Exame*, 2017).

Jair Bolsonaro's ultraliberal and conservative coalition, which took office in January 2019, in addition to being able to approve the pension reform, reduce benefits substantially, and hamper access to social security and assistance benefits, has deepened the austerity measures of the previous government. Enormous power has been left in the hands of the Ministry of Economy, led by the ultraliberal economist

Paulo Guedes, an exponent of the financial market and notorious follower of the 1970s Chicago School's assumptions. The government has been making drastic budget cuts and disrupting public policies on social participation, human and minority rights, education, foreign affairs, and the environment (Fleury & Pinho, 2019).

Final considerations

This article was based on a robust theoretical-conceptual framework and empirical research, analyzing the construction of discourses and the institutionalization of ideas of epistemic communities of fiscal austerity and the impact of such ideas on the welfare state. The study demonstrated the operationalization of the epistemic communities' ideas and how they were inserted in the Brazilian constitution, starting with a parliamentary coup in 2016 and followed by constitutional amendments put forward by the liberal-conservative coalition formed in the governments of presidents Temer and Bolsonaro.

After the first mandate of President Lula da Silva, several segments of society started to assertively disseminate their ideas and assumption on how Brazil should manage its macroeconomy and formulate and implement public policies. The sectors exposing and advocating ideas in the public sphere were academia, political parties and institutions with a liberal-conservative profile, orthodox economists, mainstream press, the oligopolistic media, industrial entrepreneurs, the financial market, university students, and liberal professionals from the middle and upper classes. In this period, President Lula da Silva adopted a pro-developmental approach for the macroeconomic policy even though maintaining fiscal austerity policies as a structural constriction imposed by financial globalization. It is worth noting that, as of 2014, there was a significant drop in the number of policymakers in parliamentary fronts related to unions or workers. In contrast, the number of liberal-conservative party coalition in the Congress increased, with parliamentary fronts focused on religious groups' interests (particularly Neo-Pentecostal), pro-gun rights, and defense of agribusiness sectors, and refractory to universal social policies, human rights, and environmental protection.

The epistemic communities' agenda acquired a higher level of dissemination and radicalization during President Rousseff's government, leading to a fracture of the political-economic coalition supporting her administration. It was in this period, in 2015, that the then Vice President Michel Temer launched the austerity program *Uma ponte para o futuro* (a bridge to the future), consolidating these ideas. This study demonstrated how this agenda was embodied in political practice, emphasizing the deep fiscal austerity started during Rousseff's second term. The research

was based on the hypothesis that the establishment of an epistemic community of fiscal austerity – from the end of Lula da Silva’s first mandate, in 2006, until the impeachment of Rousseff in 2016 – emphatically disseminated the neoliberal assumption that the 1988 Constitution is no longer compatible with the capacity of the Brazilian state budget. The study fills an important gap in the literature, presenting, in an interdisciplinary way, how the epistemic communities operationalized the liberal-orthodox and monetarist discourse until its institutionalization in public policies by a liberal-conservative political-economic coalition committed to the intensification of fiscal discipline. A political economy of public policies was carried out, bringing together the dimensions of the ideas’ influence on the implementation of welfare policies, the political economy of development, and the political-economic coalitions supporting austerity measures.

The different epistemic communities share intersubjective understandings, have a converging mode of knowledge, share reasoning patterns, have a political project based on similar values, share causal beliefs and associated discursive practices, and converge in their commitment to knowledge production and application. As epistemic communities connect globally, control over knowledge and information is an essential dimension of power. The diffusion of new ideas and information can lead to new behavior patterns and be an important determinant of international political coordination. They share the same worldview (or *episteme*) and constitute channels through which new ideas circulate from societies to governments, as well as from country to country, and help to formulate public policies (Haas, 1992).

Based on the theoretical and conceptual framework developed by Peter Haas, a pioneer in formulating the concept of epistemic communities, this study puts forward the argument that epistemic communities of fiscal austerities have their particularities but widely share a belief on fiscal austerity. They massively spread ideas in line with the free market, individual freedom, free initiative, and oppose state intervention in the economy. They seek to influence the formulation of public policies toward a project of power based on the intensification of pro-market reforms, even if this means constriction of public spending, the deconstitutionalization of social rights, and sacrifice for the majority of the population. This article shows that, within the scope of political institutionality, the broad political-economic and societal coalition around the epistemic communities of fiscal austerity has managed to convert their ideas into public policies. Their interests are represented by an authoritarian, liberal-conservative, and reactionary project of power endorsed in the 2018 presidential elections in Brazil.

References:

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. P. de. Considerações finais – Produzindo mudanças por estratégias incrementais: a inclusão social no Brasil pós-1988. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AUSTERIDADE e RETROCESSO: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil. São Paulo: Fórum, 21; Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES); GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); Plataforma Política Social, setembro 2016. Retrieved October 22, 2019, from: <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Doc-AUSTERIDADE_final_ok.pdf>.

BASTOS, Pedro P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Número Especial, p. 1-63, 2017. Retrieved August 02, 2020, from: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482017000200209&lng=pt&tlng=pt>.

BOSCHI, Renato; PINHO, Carlos E. S. Crisis and austerity: the recent trajectory of capitalist development in Brazil. *Contemporary Politics*, v. 25, n. 3, p. 292-312, 2019a. Retrieved June 02, 2020, from: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569775.2018.1555783?src=recsys>>.

BOSCHI, Renato; PINHO, Carlos E. S. Crise fiscal, pensamento empresarial e financeirização no Brasil: a desconstrução da ordem corporativa no século XXI. In: GIACALONE, Rita (Ed.). *Pensamiento empresarial latinoamericano en el siglo XXI*. “Colección Pensamiento Global”. Bogotá: Editorial Universidad Cooperativa de Colombia, 2019b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relator: governo errou ao não dialogar com centrais sobre MP do seguro-desemprego. April 07, 2015. Retrieved August 03, 2020, from: <<https://www.camara.leg.br/noticias/454854-relator-governo-errou-ao-nao-dialogar-com-centrais-sobre-mp-do-seguro-desemprego>>.

CAMPHELLO, Daniela. *The politics of market discipline in Latin America: globalization and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAVIS, Gerald F.; KIM, Suntae. Financialization of the economy. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 203-221, 2015. Retrieved August 06, 2020, from: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-073014-112402>>.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Radiografia do novo Congresso – Legislatura 2019-2023. Brasília: Diap, Dez. 2018. Retrieved August 01, 2020 from: <<https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/4045-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2019-2023-fevereiro-de-2019>>.

DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder – dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EL PAÍS BRASIL. Câmara aprova terceirização para todas as atividades. Entenda o que muda, March 23, 2017. Retrieved September 09, 2019 from: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490127891_298981.html>.

ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1, p. 31-55, Jan.-Mar. 2011. Retrieved August 08, 2020 from: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a02v31n1.pdf>>.

O ESTADO DE S. PAULO. Taxa básica de juros do Brasil ainda é uma das mais altas do mundo. 03 Jun. 2020. Retrieved August 03, 2020 from: <<https://investidor.estadao.com.br/mercado/juros-altos-brasil-mundo/>>.

_____. Cunha programa ‘pauta-bomba’ de R\$ 207,1 bilhões. 24 Feb. 2016. Retrieved August 01, 2020 from: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-programa-pauta-bomba-de-r-207-1-bilhoes,10000018003>>.

_____. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. 06 Out. 2014. Retrieved January 29, 2020 from: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>.

EXAME. Em discurso de Natal, Temer defende reforma da Previdência. 25 Dez. 2017. Retrieved August 12, 2020 from: <<https://exame.com/brasil/em-discurso-de-natal-temer-defende-reforma-da-previdencia/>>.

FLEURY, Sonia; PINHO, Carlos. E. S. La deconstrucción de la democracia social y de la ciudadanía urbana en Brasil. *Medio Ambiente y Urbanización*, v. 90, n. 1, p. 271-304, Jun. 2019. Retrieved August 21, 2020 from: <<https://www.ingentaconnect.com/contentone/iieal/meda/2019/00000090/00000001/art00014>>.

_____. Authoritarian governments and the corrosion of the social protection network in Brazil. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 1, p. 29-42, Jan./Abr. 2018. Retrieved August 12, 2020 from: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000100029>.

FOLHA DE SÃO PAULO. Movimentos anti-PT levarão boneco de Lula para desfile em que Dilma irá. 06 Set. 2015. Retrieved August 03, 2020 from: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1678175-movimentos-anti-pt-levarao-boneco-de-lula-para-desfile-em-que-dilma-ira.shtml?mobile>>.

_____. Editorial: Última chance. 13 Set. 2015. Retrieved August 02, 2020, from: <<https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2015/09/1681108-ultima-chance.shtml>>.

G1. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. 30 Out. 2014. Retrieved August 03, 2020 from: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>.

HAAS, Peter. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. International Organization. *Knowledge, Power, and International Policy*, v. 46. 1, 1992. Retrieved March 26, 2019, from: <<https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/IO-1992-Haas.pdf>>.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, n. 8, Set. 2017. Retrieved September 15, 2017 from: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/531520/RAF8_SET2017.pdf>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. *Carta de Conjuntura*, n. 42, 1º trimestre 2019. Retrieved August 03, 2020 from: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190320_cc_42_mercado_de_trabalho.pdf>.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. *Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 2, p. 15-34, 2017. Retrieved September 15, 2017 from: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/108/>>.

LADI, Stella; LAZAROU, Elena; HAUCK, Juliana. Brazilian think tanks and the rise of austerity discourse. *Policy and Society*, v. 37, n. 2, p. 222-242, 2018. Retrieved March 19, 2020, from: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14494035.2017.1397396>>

LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira dos; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 26, n. 76, Jun. 2011. Retrieved August 20, 2020, from: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/04.pdf>>.

MENDES, Marcos. *Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NEXO. Como ficou o emprego 2 anos após a reforma trabalhista. 07 Nov. 2019. Retrieved August 03, 2020, from: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/11/07/Como-ficou-o-emprego-2-anos-ap%C3%B3s-a-reforma-trabalhista>>.

NÓBREGA, Mailson da. Construção e desmonte das instituições fiscais. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (Orgs.). *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

O GLOBO. Editorial: A grande crise fiscal deixada pelo lulopetismo. 01 Abr. 2017. Retrieved September 13, 2017 from: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/a-grande-crise-fiscal-deixada-pelo-lulopetismo-21144748>>.

_____. Editorial: Sociedade paga a conta do dirigismo de Lula e Dilma. 23 Fev. 2017. Retrieved April 04, 2020, from: <<http://oglobo.globo.com/opiniaio/sociedade-paga-conta-do-dirigismo-de-lula-dilma-20967063>>.

_____. Editorial: Reforma trabalhista preserva e cria empregos. 17 Jul. 2016. Retrieved August 19, 2017, from: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/reforma-trabalhista-preserva-cria-empregos-19728022>>.

_____. Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma. 17 Mar. 2016. Retrieved August 02, 2020, from: <<https://oglobo.globo.com/economia/fiesp-firjan-defendem-impeachment-de-dilma-18902113>>.

_____. Lula anuncia corte de R\$ 14 bi, atingindo área social, e superávit de 4,25% do PIB. 17 Set. 2015. Retrieved August 02, 2020, from: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lula-anuncia-corte-de-14-bi-atingindo-area-social-superavit-de-425-do-pib-17509677>>.

PINHO, Carlos E. S. The responses of the authoritarian national developmentalism to the structural economic crisis (1973-1985). *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 2, p. 411-431, Abr./Jun. 2020. Retrieved August 05, 2020, from: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000200411&lng=en&nrm=iso>.

_____. *Planejamento estratégico governamental no Brasil: autoritarismo e democracia (1930-2016)*. Curitiba: Appris, 2019.

ROBERTS, K. M. Is social democracy possible in Latin America? *Nueva Sociedad*, n. 217, p. 1-11, Set.-Out. 2008. Retrieved August 03, 2020, from: <<https://nuso.org/articulo/es-posible-una-socialdemocracia-en-america-latina/>>.

ROCHA, Camila. Imposto é roubo! A Formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 62, n. 3, p. 1-42, 2019. Retrieved August 01, 2020, from: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v62n3/0011-5258-dados-62-3-e20190076.pdf>>.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. O teto de gastos federais deve ser revisto? SIM, *Folha de S. Paulo*, 23 Jun. 2018.

_____. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. *Cad. Saúde Pública*, v. 32, n. 12, 2016. Retrieved March 19, 2019, from: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>>.

SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto. Introdução: responsabilidade fiscal é a chave para voltar a crescer. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (Orgs.). *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da Seguridade Social em contexto de ajuste fiscal. *Serviço Social & Sociedade*, n. 130, p. 426-446, Set.-Dez. 2017. Retrieved August 10, 2020, from: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282017000300426&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHMIDT, Vivien. A. Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. *Annual Review of Political Science*, v. 11, p. 303-326, 2008.

SETUBAL, Roberto. A importância da reforma trabalhista. *Folha de S. Paulo*, 02 Jul. 2017. Retrieved August 16, 2017, from: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/07/1897671-a-importancia-da-reforma-trabalhista.shtml>>.

STREECK, Wolfgang. O retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo neoliberal. In: APPADURAI, Arjun *et alii* (Orgs.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

TAVARES, Francisco; SILVA, Gustavo. A ciência política brasileira diante do novo regime fiscal: para uma agenda de pesquisas sobre democracia e austeridade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 63, n. 2, 2020. Retrieved August 05, 2020, from: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582020000200203>.

TOLLINI, Hélio M. Repensando a gestão das finanças públicas no Brasil. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (Orgs.). *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

Uma ponte para o futuro. Fundação Ulisses Guimarães, PMDB, 29 Out. 2015. Retrieved February 11, 2016 from: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>.

VALOR ECONÔMICO. PIB do Brasil cai 7,2% em dois anos, pior recessão desde 1948. 07 Mar. 2017.

WEBER, Max. *A ética protestante o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Jürgen Habermas e a guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais*

Recebido: 16.04.20
Aprovado: 25.09.20

Lucas Trindade da Silva**

Resumo: Busca-se aqui singularizar a teoria do agir comunicativo como uma guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais. O argumento é estruturado em três momentos: em um primeiro, apresenta-se a compreensão habermasiana da distinção entre pré-moderno e moderno como passagem do indiferenciado ao diferenciado, mais particularmente da reificação mítica ao desacoplamento sistema e mundo da vida; em um segundo, apresenta-se a sua definição da reificação moderna como colonização sistêmica do mundo da vida; por fim, demonstra-se como a sua teoria da racionalização dual é também a investigação dos fundamentos para uma defesa normativa da descolonização/autonomização do mundo da vida como horizonte emancipatório, o que o levará inclusive a abandonar, no curso da obra, a própria tradição de crítica à reificação.

Palavras-chave: Teoria da racionalização. Autonomização das esferas sociais. Reificação. Colonização sistêmica. Descolonização do mundo da vida.

Jürgen Habermas and the normative shift in the statement of the autonomization of social spheres

Abstract: The aim here is to single out the theory of communicative action as a normative shift in the statement of the autonomization of social spheres. The argument is structured in three stages: in a first, the habermasian understanding of the distinction between pre-modern and modern is presented as a transition from the undifferentiated to the differentiated, more particularly from the mythical reification to the uncoupling of system and lifeworld; in a second, it presents its definition of modern reification as systemic colonization of the lifeworld; finally, it demonstrates how his theory of dual rationalization is also an investigation of the foundations for a normative defense of decolonization/autonomization of the lifeworld as an emancipatory horizon, which will even lead him to abandon, in the course of his work, the very tradition of the critique of reification.

Keywords: Rationalization theory. Autonomization of social spheres. Reification. Systemic colonization. Lifeworld's decolonization.

* Este artigo é o resultado de um retorno crítico à forma como localizei, em minha tese de doutoramento, a teoria do agir comunicativo no enunciado sociológico da autonomização/indiferenciação das esferas sociais (cotejar com Silva, 2018). Diferente de tomá-la meramente como síntese das linhagens da racionalização/dominação e da racionalização/autonomização, tomo-a aqui, de forma mais precisa, como guinada normativa no interior daquela economia discursiva.

** Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.
Orcid: 0000-0003-3390-2046.
<lucastrindade.dasilva@yahoo.com.br>.

Introdução

1. Desde pelo menos *Técnica e ciência como “ideologia”*, de 1968, Habermas (1994: 57) explicita o interesse de uma reformulação de Weber para além do funcionalismo: “Para formular de novo o que Max Weber chamou ‘racionalização’ vou tentar ir além da focagem subjetiva que Parsons partilha com Weber e sugerir um outro enquadramento categorial. Parto da distinção fundamental trabalho e interação”.

2. “Para mim, a fraqueza metódica de um funcionalismo sistêmico absoluto reside precisamente no fato de que ele escolhe as categorias fundamentais pressupondo que o processo, cujos inícios Weber captou, já está concluído; que a burocratização completa desumanizou a sociedade transformando-a num sistema desligado de um mundo da vida estruturado comunicativamente, o que é rebaixado ao *status* de um subsistema ao lado de outros. Para Adorno, esse ‘mundo administrado’ constituía a visão mais assustadora; ao passo que para Luhmann ela se transformou num

Embora a elaboração de uma teoria do agir comunicativo em Jürgen Habermas envolva um amplo esforço sintético de referências, o retorno crítico à teoria weberiana da racionalização, onde é composta a imagem conceitual da autonomização das esferas da vida social desencadeada pelo processo de desencantamento do mundo, constitui uma das linhas orientadoras em sua apropriação de diversas tradições teóricas e disciplinares (filosofia da linguagem, psicologia genética, funcionalismo, teoria crítica, pragmatismo etc.).

Isso é deixado claro nos *Acessos à problemática da racionalidade, Introdução à teoria do agir comunicativo* (doravante *TAC*), quando escreve que, para a retomada “adequada” da “problemática da racionalização social, praticamente proscribida da discussão sociológica especializada desde Weber, precisamos de uma teoria do agir comunicativo” (Habermas, 2012a: 30). O retorno ao mestre de Heidelberg também é transparente quando assume, já no segundo tomo da tradução brasileira daquela obra, que a

tese da colonização do mundo da vida, desenvolvida em estreita ligação com a teoria weberiana da racionalização social, apoia-se numa crítica da razão funcionalista, coincidindo com a intenção da crítica da razão instrumental e com o uso irônico que esta faz do termo “razão” (Habermas, 2012b: 704-705).

Habermas busca na *TAC* os mais diversificados recursos teórico-conceituais para conseguir ir além dos impasses da teoria weberiana da racionalização. Mais precisamente, para ir além de uma apropriação de Weber que centraliza ou mesmo dá atenção exclusiva à racionalização formal como característica das formações sociais modernas, seja no funcionalismo (Parsons e Luhmann)¹, seja numa crítica à reificação (Lukács) e à racionalidade técnico-instrumental (Adorno e Horkheimer)².

Nesse sentido, Habermas busca revelar não uma *indiferenciação por identidade* (Silva, 2019), radicalizada pela ordem cultural-industrial do capitalismo tardio, nem uma *indiferenciação por diferença* (Silva, 2020), desencadeada por uma governamentalidade neoliberal (Foucault, 2008) que promove a diferenciação contínua das subjetividades desde que nos marcos do capital humano e do empresário de si. Em contraste, Habermas investiga os elementos de *diferenciação* dos processos de modernização que permitem vislumbrar marcos de resistência às patologias niveladoras que acompanham o espraiamento colonizador do agir teleológico, por isso a necessidade de elaborar um conceito de *agir comunicativo*.

Buscarei ler as proposições teóricas habermasianas como um movimento particular, que pode ser chamado de *uma guinada normativa no binômio autonomização/indiferenciação das esferas sociais na modernidade* (Silva, 2018): a autonomização/descolonização do mundo da vida aparece como força contrária à reificação operada pela indiferenciação/colonização sistêmica e como condição para a constituição de situações não distorcidas de exercício do agir comunicativo.

Em *O Discurso filosófico da modernidade* (doravante *DFM*), Habermas nos fala de “duas tradições” do marxismo ocidental: uma que se apropria de Weber e vai de Lukács a Adorno e Horkheimer, outra a partir da recepção de Husserl e Heidegger que compreende o jovem Marcuse e depois Sartre. A primeira concebe “a reificação como racionalização e obtém da apropriação materialista de Hegel um conceito crítico de racionalidade sem recorrer para isso ao paradigma da produção”. A segunda desenvolve “um conceito de práxis pleno de conteúdo normativo, sem recorrer para isso a um conceito de racionalidade” (Habermas, 2000: 110).

No entanto, continua Habermas (2000: 110), “os fundamentos de uma teoria crítica da sociedade não podem ser verificados em nenhuma das duas tradições”. Em contraste, a “teoria da ação comunicativa” busca explicitamente investigar “a racionalidade implícita da práxis comunicativa cotidiana e eleva o conteúdo normativo da ação orientada para o entendimento recíproco ao conceito de racionalidade comunicativa”. Pode-se dizer, e esta é a hipótese defendida neste artigo, que a explicitação realizada por Habermas dos fundamentos normativos de uma teoria crítica da sociedade tem efeitos, também explicitamente normativos, em sua compreensão dos processos de autonomização/indiferenciação das ordens sociais.

A seguir, começarei a exposição evidenciando como Habermas se implica em certo discurso sociológico hegemônico (Tavolaro, 2007; 2017) ao conceber as formações sociais pré-modernas como constitutivamente indiferenciadas pela força totalizante do *mito*. Na segunda parte, apresentarei a concepção habermasiana de autonomização como uma leitura particular da diferenciação das esferas sociais na obra de Weber.

Em um terceiro momento, amparado na fortuna crítica, lerei a tese da colonização sistêmica do mundo da vida como a concepção específica de *reificação* em Habermas e como a descolonização/autonomização do mundo da vida aparece como horizonte normativo e projeto. Projeto que resultará, como veremos conclusivamente, em um abandono crescente de uma crítica radical do capitalismo e do próprio conceito de *reificação*.

Da indiferenciação mítica como reificação à diferenciação sistema/mundo da vida

Em contexto que tem o fim de desdobrar e dar maior inteligibilidade às suas concepções de racional e de racionalidade no “mundo ocidental”, Habermas (2012a: 94) escreve que nas

sociedades arcaicas, os mitos cumprem de maneira exemplar a função unificadora própria às imagens de mundo. Ao mesmo tempo, no âmbito das tradições culturais a que temos acesso, eles proporcionam o maior contraste em relação à compreensão de mundo dominante em sociedades modernas.

Como em Adorno e Horkheimer (1985), a força totalizante do mito surge, para Habermas (2012a: 100), da necessidade de, numa situação de parco desenvolvimento das forças produtivas e controle dos riscos, estancar o “mar de contingências”, livrar-se deste “por via interpretativa, ou fática ou imaginariamente”. No mito, esse estancamento do contingente, essa ordenação do risco, dá-se através de um “nive-lamento dos diversos campos de realidade: natureza e cultura são projetados num mesmo plano” (Habermas, 2012a: 100).

Da assimilação recíproca da natureza pela cultura e, ao contrário, da cultura pela natureza, surge por um lado uma natureza dotada de traços antropomórficos, integrada à rede comunicativa dos sujeitos sociais – uma natureza humanizada, nesse sentido –, e por outro lado uma cultura que, naturalizada e reificada, acaba como que sendo absorvida pelo contexto objetivo da interação entre poderes anônimos (Habermas, 2012a: 100-101).

A mesma imagem da pré-modernidade já podia ser encontrada, antes da *TAC*, de 1981, no Habermas de *Para a reconstrução do materialismo histórico* (doravante *PRMH*), de 1975. Aqui o filósofo alemão nos fala de “sociedades arcaicas”, onde a

imagem mítica do mundo dá a cada elemento perceptível um lugar e um sentido, absorvendo assim as inseguranças de uma sociedade que, por causa do baixo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, não é capaz de controlar o próprio ambiente. Quase tudo que é casual pode ser afastado, se for interpretado. No mundo mítico, todas as identidades são consideradas homogêneas: os homens singulares são substâncias tais como as pedras, as plantas, os animais e os deuses (Habermas, 1983: 82).

A magia, voltando à *TAC*, como “técnica de intervenção”, deriva logicamente da “reciprocidade de perspectivas entre os seres humanos e o mundo, entre a cultura e

a natureza”. A partir desse “nivelamento” básico, coisas e pessoas são indiferenciáveis – “objetos que podem ser manipulados e agentes aos quais atribuímos ações e externalizações linguísticas” (Habermas, 2012a: 102) – assim como o “agir teleológico”, como “intervenção instrumental e finalista em situações objetivamente dadas”, e o “agir comunicativo”, como “a criação de relações interpessoais”. Dentro de uma compreensão mítica do mundo, fracassar moralmente é fracassar fisicamente, o “mal” é também “nocivo”, o “bem” é também “saudável ou vantajoso”.

Logo, mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo são concebidos pela *Weltanschauung* mítica como indistintos, assim como as diferentes pretensões de validade internas a cada um destes mundos: a “verdade proposicional”, a “correção normativa” e a “verossimilhança expressiva” (Habermas, 2012a: 104).

Uma “visão de mundo” não mitologizada realiza, para Habermas (2012a: 102), uma “dessocialização da natureza e ao mesmo tempo uma desnaturalização da sociedade” ou uma “desnaturação do mundo humano” (Habermas, 2000: 164). Nesse aspecto, Habermas (ver também Habermas, 2000, p. 164-165) incorpora integralmente a concepção weberiana do “processo de esclarecimento”: desmitologização e diferenciação (natureza/cultura, coisas/pessoas, agir teleológico/agir comunicativo) são processos indissociáveis como o são desencantamento e racionalização em Weber (2016, ver também Cohn, 1995).

A diferenciação dos “conceitos de mundo formais” e de suas “pretensões de validade” é o que fundamenta a “pretensão de universalidade” característica da “compreensão de mundo ocidental”, pois é só com tal diferenciação ou, antes de qualquer coisa, é só com a distinção entre mundo e linguagem, que as representações e as intervenções práticas em cada um destes mundos deve buscar fundamentação e se abrir a críticas. A ausência de distância entre mundo e linguagem, a sua identificação imediata na compreensão mítica do mundo, é exatamente o que encerra essa compreensão num círculo estreito e inflexível e a impossibilita, paradoxalmente, de se aproximar do mundo, ao não o conceber como diverso e constituído através da mediação linguística.

A “confusão entre natureza e cultura assume o significado de uma reificação da imagem do mundo” (Habermas, 2012a: 105). Assim, reconhecer que a linguagem não é o mundo é o pressuposto (de diferenciação) básico para abrir-se para o mundo, para apreendê-lo³.

Opiniões só podem se manifestar como sistematicamente falsas, intenções de ação como sistematicamente despropositadas, pen-

3. “Somente na medida em que o sistema formal de referências dos três mundos se diferencia e se autonomiza, pode formar-se um conceito reflexivo de mundo e alcançar-se o acesso ao mundo pelo *medium* composto de diferentes esforços interpretativos, no sentido de uma negociação cooperativa e definições situacionais” (Habermas, 2012a: 137).

samentos como meras fantasias ou invencionices, caso estejam situados sobre o pano de fundo de um mundo objetivo, e desde que sejam dimensionados, todos eles, segundo pretensões criticáveis de verdade e de êxito; também intenções, desejos, atitudes e sentimentos só podem se manifestar como ilegítimos ou apenas idiossincráticos, não generalizáveis ou meramente subjetivos quando situados ante o pano de fundo de uma realidade normativa que tenha se tornado objetal, e desde que sejam dimensionados segundo uma pretensão criticável de correção normativa (Habermas, 2012a: 107).

O “campo da subjetividade” como um âmbito particular (“conjunto de vivências”) com seus próprios critérios e pretensões de validade (“atitude expressiva”). O mundo objetivo definido como “a soma dos fatos”, e os fatos como enunciados baseados na observação e na experimentação que podem ser verdadeiros “sobre a existência de determinado estado de coisas”. O mundo social como “a soma de todas as relações interpessoais, reconhecidas como legítimas pelos envolvidos” (Habermas, 2012a: 108). Habermas é suficientemente clássico para ver este processo de diferenciação como típico das sociedades modernas ocidentais.

4. EM *PRMH*, Habermas (1983, 80) escreve: “Na identidade do Eu, expressa-se aquela paradoxal relação segundo a qual, enquanto pessoa, o Eu é igual a todas as outras pessoas; mas, enquanto indivíduo, é diferente de todos os demais indivíduos. Em linguagem hegeliana: o Eu é Universal Absoluto e, ao mesmo tempo, é imediatamente singularização absoluta”.

5. “Na medida em que se interpreta o mundo da vida de um grupo social por meio de uma imagem de mundo mítica, priva-se o participante tanto do ônus da interpretação como da chance de aproximar-se de um comum acordo criticável” (Habermas, 2012a: 140).

É só com a diferenciação dos mundos e de suas pretensões de validade, continua Habermas (2012a: 137), que o *ego* se torna capaz de refletir – por reconhecer no outro uma subjetividade distinta de si – como o *alter* representa “determinados fatos... e determinadas expectativas normativas”, além de poder conjecturar sobre como o próprio *alter* reflete sobre as considerações do *ego* sobre o mundo objetivo, o mundo sócio-normativo e as suas vivências subjetivas⁴. Nesse sentido, e já exprimindo a influência de Piaget em Habermas, a diferenciação da sociedade e a superação da compreensão de mundo mítica é também um adeus a uma etapa egocêntrica (sociocêntrica) da evolução social⁵. Há semelhanças analógicas entre o descentramento do *ego*/reconhecimento do *alter* no nível do desenvolvimento individual e a capacidade das sociedades, por meio de um “descentramento da imagem do mundo” (Habermas, 2000: 164), refletirem sobre si mesmas e reconhecerem a alteridade de outras formações sociais e culturais, o que permite a pretensão de universalidade do mundo da vida racionalizado e pós-mítico.

Habermas (2012a: 138-9) entende o mundo da vida como tradição, “pano de fundo”, “convicções subjacentes mais ou menos difusas e sempre isentas de problemas”, como “contrapeso conservador que se opõe ao risco de dissenso” e por isso mesmo possibilita a definição mínima de situações orientadas para o entendimento. Pode-se dizer que a compreensão mítica de mundo significa a predominância do mundo da vida sobre todos os âmbitos da sociedade: a sua força de indiferenciação acaba por suprimir a potencialidade de fundamentação, crítica e inovação nas dinâmicas comunicativas.

A reificação pré-moderna é assim definida pelo caráter totalizante de um mundo da vida não racionalizado sobre todos os aspectos da existência social. O pano de fundo conservador restringe fundamentalmente a possibilidade de dissenso e crítica, assim como “desdiferencia” ou “nivela” (termos amplamente utilizados por Habermas, 2000) humanos e não humanos, natureza e cultura, tipos de mundo, pretensões de validade, esferas de valor, modalidades de racionalidade e de ação.

Um mundo da vida não mitologizada e racionalizada, por sua vez, como superação daquela reificação pré-moderna, primeiramente diferencia-se internamente em cultura (reprodução cultural), sociedade (integração social) e personalidade (socialização) (ver Repa, 2008):

Para a cultura, um estado de revisão permanente de tradições fluidificadas, isto é, reflexivas; para a sociedade, um estado de dependência das ordens legítimas em relação a procedimentos formais, em última instância discursivos, de estabelecimento e fundamentação de normas; para a personalidade, um estado de autorregulação arriscada de uma identidade do eu altamente abstrata. Surgem pressões estruturais para a dissolução crítica do saber garantido, para o estabelecimento de valores e normas generalizados e para a individuação autorregulada (já que as identidades abstratas do eu remetem a uma autorrealização em projetos de vida autônomos) (Habermas, 2000: 478).

A racionalização do mundo da vida permite, em segundo lugar, a institucionalização de “processos de aprendizagem” como “a ciência, a moral e o direito, a arte e a literatura, nos quais possam formar-se tradições argumentativamente embasadas e densificadas por uma crítica duradoura, ao mesmo tempo asseguradas de maneira profissional”. Permite, por fim, a liberação ou desligamento do “agir voltado ao êxito” dos imperativos postos pelo “agir orientado para o entendimento”, possibilitando a “institucionalização social do agir racional-finalista em favor de propósitos generalizados”, como a “formação de um subsistema monitorado com dinheiro e poder, para o gerenciamento econômico racional e para uma administração racional” (Habermas, 2012a: 140-142).

Da diferenciação sistema/mundo da vida à reificação como colonização sistêmica

A racionalização do mundo da vida implica, portanto, por um lado, o aumento da capacidade dos sujeitos buscarem o entendimento sem serem meros autômatos dos pressupostos daquele pano de fundo tradicional. Por outro lado, permite a autonomização crescente das ações voltadas para o mundo objetivo, orientadas para

o êxito. Ao utilizar os termos da tipologia weberiana da ação, pode-se dizer que a racionalização do mundo da vida realiza a passagem disruptiva de uma ação tradicionalmente orientada em todos os âmbitos da vida social para a diferenciação e desacoplamento entre: uma racionalidade ou uma ação racional orientada por valores (mundo social; correção normativa); uma racionalidade ou uma ação racional orientada por fins (mundo objetivo; verdade proposicional); e uma racionalidade ou uma ação afetivamente orientada (mundo subjetivo; veracidade).

Não utilizo a tipologia da ação weberiana como mero recurso de inteligibilidade ou tradução das formulações habermasianas. Embora utilize a expressão racionalização do mundo da vida para pensar a diferenciação/autonomização das esferas na sociedade moderna, Habermas raciocina todo o tempo tendo como amparo fundamental a teoria da racionalização weberiana.

Ele [Weber] distingue diversas esferas culturais de valor – ciência e técnica, direito e moral, bem como arte e crítica. E também as esferas de valor não cognitivas constituem esferas de validade. Noções jurídicas e morais podem ser criticadas e analisadas sob o ponto de vista da correção normativa; obras de arte, sob o ponto de vista da autenticidade (ou beleza). Ou seja, pode-se trabalhá-las como campos autônomos de problemas. Weber entende a tradição cultural *no todo* como uma provisão de saber, a partir da qual se podem formar esferas especiais de valor e sistemas especiais de saber, sob pretensões de validade distintas (Habermas, 2012a: 161).

Embora se utilize de uma terminologia conceitual eclética, percebe-se que Habermas não só é profundamente devedor da teoria weberiana da racionalização/autonomização das esferas sociais, pois podemos ler facilmente a formação de “campos autônomos de problemas” como a constituição de legalidades próprias às diversas esferas. Habermas também percebe em Weber o *pathos* da diferenciação – de esferas de valor e sistemas parciais – a partir de um substrato indiferenciado, de um “*todo* como provisão de saber”, definido como *mundo da vida*.

Obviamente, não estamos aí no terreno da exposição predominantemente tipológica de *Economia e sociedade* (Weber, 2000), mas das investigações genéticas da sociologia weberiana da racionalização, empreendida como uma análise comparativa das religiões salvíficas em suas dimensões mais éticas do que doutrinárias. Em sua leitura da “Consideração intermediária” (Weber, 2016), Habermas (2012a: 330-331) enfatiza como Weber, por um lado, assinala a importância das “esferas culturais de valor... para o desenvolvimento das sociedades modernas porque orientam a diferenciação e autonomização dos sistemas parciais ou esferas da vida na sociedade”. Por outro lado, também chama a atenção para a tensão crescente entre os

critérios de racionalidade de cada esfera, na medida em que da “perspectiva de cada esfera em particular, é natural que a racionalização de todas as outras pareça ser ‘irracional’ em certo sentido”.

Habermas (2012a: 331) estabelece o seu ponto de inflexão em relação à teoria weberiana da racionalização ao imputar essa crescente conflitualidade não “ao desdobramento racional da lógica própria das esferas de valor em particular, e sim a uma autonomização de algumas esferas da vida, à custa de todas as outras”. Assim, enquanto Weber percebe o paradoxo dos processos de racionalização – a racionalização de todas as esferas gera uma incompatibilidade entre os critérios de racionalidade internos a cada esfera –, Habermas percebe uma “racionalização parcial e por isso mesmo distribuída de maneira desigual” que remonta

ao fato de que a economia capitalista e a administração moderna se expandem à custa de outros campos da vida e comprimem esses campos para dentro delas mesmas sob formas de racionalidade econômica ou administrativa, de modo que contrariam as estruturas conformadas segundo a racionalidade moral-prática e expressiva, própria a eles (Habermas, 2012a: 331).

No entanto, embora busque ir além de Weber, é nele que Habermas encontra elementos para a sua tese da *racionalização parcial*, dando atenção às tensões observadas na sociologia da religião entre a ética da fraternidade e a racionalidade teleológica desenvolvida pela racionalização dos sistemas parciais (economia e Estado):

A ética universalista da fraternidade [orientada comunicativamente] colide com as formas de racionalidade econômico-administrativa nas quais a economia e o Estado objetivam-se para tornar-se um cosmo hostil à fraternidade (Habermas, 2012a: 401).

Na “Consideração intermediária”, Habermas (2012a: 422-423) percebe em Weber a constituição de três principais formas definidas de racionalidade produzidas pelos processos de racionalização:

- i. a racionalidade cognitivo-instrumental que tanto se institucionaliza nos “meios científicos” como cumpre a autolegitimação “das ordenações econômica e política da vida que determinam a estrutura da sociedade burguesa”;
- ii. a racionalidade estético-prática “institucionalizada nos meios artísticos” que, apesar do seu pequeno “efeito estruturador” “sobre a sociedade como um todo”, cumpre uma função de sublimação, de

“redenção intramundana” antagônica à cultura da especialização generalizada pela racionalidade cognitivo-instrumental;

iii. a racionalidade moral-prática aparece, por sua vez, “inconciliável com o ser humano fruidor e com o ser humano especializado”. Há, portanto, de um lado, a hipertrofia do “mundo objetivo por via cognitivo-instrumental” encarnada nos processos de profissionalização e burocratização (especialistas sem espírito) e, de outro, embora ambos se tensionem, a hipertrofia do mundo subjetivo encarnado em práticas hedonistas (sensualistas sem coração). Embora orientados por racionalidades opostas, ambos convergem no sentido de erguerem “um ‘domínio mundial da antifraternidade’”, de modo que o mundo sócio-normativo e

as noções morais que têm como alvo uma autonomia radicada na conciliação comunicativa não têm chances suficientes de se impor; a ética da fraternidade não encontra apoio em instituições por meio das quais pudesse reproduzir-se culturalmente a longo prazo (Habermas, 2012a: 423).

Mas não é só a ética da fraternidade que parece perder inteiramente o seu lugar no mundo moderno, também a ética do “desamor do cosmo econômico objetivado”, isto é, a *ética protestante*, acaba por ser triturada entre as pedras de moagem dos dois outros complexos de racionalidade” (Habermas, 2012a: 423). Dessa vez, lendo as páginas finais de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Habermas (2012a: 402-403) enfatiza como Weber, embora não tenha feito “frutificar essa clarividência teórica”, “crê que os subsistemas do agir racional-teleológico constituem a longo prazo um ambiente destrutivo para a ética protestante”.

A imagem sombria do juízo sobre o esvaziamento da ação (racional referente a fins) de toda consideração ética como marcador típico do estilo de vida moderno, feita por Weber (2004), é reforçada, na “Consideração intermediária” (Weber, 2016: 316), pela inteligência das tendências de espraio das “frias mãos esqueléticas das ordens racionais” em detrimento do erotismo, da arte e da fraternidade. Criase, a partir daí, a base para a identificação entre *racionalização* e *reificação*.

Lukács (2003), influenciado por Weber (racionalização formal), Simmel (tragédia da cultura), Marx (fetichismo da mercadoria), concebe a reificação (o objetivo sobre o subjetivo, a coisa sobre o humano, o imediato sobre o mediato, a contemplação sobre a práxis) como um quadro formal generalizável para os mais diversos âmbitos de atividade social moderna. Haveria, apesar da real autonomização efetiva ou conteudística das partes da totalidade social, uma incontornável homogeneização formal.

Na *Dialética do esclarecimento* (Adorno & Horkheimer, 1985), por sua vez, em distinção ao paradoxo entre a legalidade das partes e a legalidade do todo em Lukács (2003), o espraiamento bárbaro da racionalidade instrumental e de uma lógica da identidade homogênea totalitariamente os diversos níveis e ordens da existência não só formal, mas também quanto ao conteúdo. Isto se dá através: da imposição do trabalho abstrato (valor) e da *possibilidade de cálculo* (racionalização formal); do império do número; da compulsão empiricista/positivista à quantificação dos fenômenos; do *sempre-igual* e do *atrofiamento da imaginação* promovidos pela indústria cultural; da supressão de toda particularidade e qualidade da personalidade na submissão ao Líder.

Para Habermas (2000: 468), este movimento insere Adorno e Horkheimer na tradição de uma crítica total da razão “autorreferencial” que “se estabelece em discursos desprovidos de lugar”, desconsiderando “seus próprios fundamentos”. Para este tipo de crítica, “a modernidade é descrita como um contexto de vida reificado e explorado, tecnicamente controlado ou totalitariamente dilatado, submetida a relações de poder, homogeneizado e encarcerado” (Habermas, 2000: 468).

Contra tal identificação entre racionalização (formal-instrumental) e *reificação*⁶, Habermas (2000: 482-483) não nega que “os traços patológicos das sociedades modernas só se articulam em configurações na medida em que se manifesta uma predominância das formas de racionalidade econômicas e burocráticas, e, de uma maneira geral, das cognitivo-instrumentais”:

Horkheimer e Adorno descreveram o processo da subjetividade que sobrecarrega e reifica a si mesma, de modo análogo a Foucault, como um processo da história universal. Porém, ambas as partes desconhecem a ironia mais profunda desse processo, que consiste em que o potencial comunicativo da razão, contido nas formas dos mundos da vida modernos, tinha de ser primeiramente liberado, para que os imperativos desencadeados dos subsistemas econômicos e administrativos reagissem sobre a vulnerável práxis cotidiana, podendo desse modo proporcionar à dimensão cognitivo-instrumental o domínio sobre os momentos oprimidos da razão prática. No curso da modernização capitalista, o potencial comunicativo da razão é simultaneamente desdobrado e deformado (Habermas, 2000: 438-439).

Já em 1968, em *Técnica e ciência como “ideologia”* (doravante *TCl*), Habermas descrevia a “intenção tecnocrática” “como ideologia para uma política dirigida à resolução de tarefas técnicas que põe entre parênteses as questões práticas” e que, assim, “incide de qualquer modo em certas tendências evolutivas que podem levar

6. “Na lógica da identidade da razão instrumental, Horkheimer e Adorno reconhecem o modelo original de dominação a partir do qual todas as outras formas de dominação são apenas derivadas. A razão é intrinsecamente totalitária. Ela não conhece sujeitos por reconhecer somente objetos. Tudo o que a razão encontra é reificado, metodológica e efetivamente. Racionalização formal já implica em racionalização instrumental. Razão observadora e razão militante são fundidas, reduzindo tudo o que existe a um estado de coisas mortas e manipuláveis. Reificação nada mais é do que a conjunção e generalização destas duas formas de racionalização” (Vandenberghe, 2009: 175).

7. Em *DFM*, escreve Habermas: “[...] Horkheimer e Adorno entraram por um caminho realmente problemático; entregaram-se, como o historicismo, a um desenfreado ceticismo perante a razão em vez de ponderar os motivos que permitiam duvidar do próprio ceticismo. Por esta via, teria sido possível, talvez, estabelecer com profundidade os fundamentos normativos da teoria crítica da sociedade, de tal modo que não fossem afetados pela decomposição da cultura burguesa, efetivada a olhos vistos na Alemanha de então” (Habermas, 2000: 185). Nesta mesma página, na nota 29, Habermas remete à *TAC* como o lugar textual de elaboração sistemática daqueles “fundamentos normativos”.

a uma lenta erosão do que chamamos o marco institucional” (Habermas, 1994: 75). Em 1976, em *PRMH*, já estão postos os marcos de sua teoria dual da racionalização, base normativa para escapar do fechamento do circuito operado na passagem, via Lukács, de Weber a Adorno e Horkheimer⁷: “A distinção categorial entre agir racional com relação ao fim e agir comunicativo permite assim separar os aspectos sob os quais as ações podem ser racionalizadas” (Habermas, 1983: 34).

Em 1981, na *TAC*, Habermas tem todos os elementos para uma definição do conceito de reificação não como generalização dos atributos fetichistas da forma valor para todas as dimensões, objetiva e subjetiva, da vida social ou como um domínio crescente da racionalidade formal-instrumental, mas como uma racionalização desigual: uma hipercomplexificação sistêmica (e do agir teleológico) que coloniza a dinâmica do mundo da vida (e do agir comunicativo). Por isso Habermas (2012a: 590) afirma que a contradição ou a concorrência não se dá “entre *tipos de agir orientados pelo entendimento e tipos de agir orientados pelo êxito, mas entre princípios de integração social*”. E continua:

Pode-se apreender como a seguir, de maneira abstrata, o paradoxo da racionalização de que Weber falava: a racionalização do mundo da vida torna possível uma espécie de integração sistêmica que entra em concorrência com o princípio integrativo do entendimento e, de sua parte e sob determinadas condições, retroage no mundo da vida, de modo desintegrador (Habermas, 2012a: 590).

Assim, a diferenciação/racionalização do mundo da vida permite a autonomização das esferas e a bifurcação de formas de integração (numa releitura de Lockwood, 1976) social (mundo da vida) e sistêmica. É a hipertrofia desta última para além de seus limites que leva a uma *desintegração* do mundo da vida. Ou, como se lê em *DFM*: “As formas de interação moldadas pelos *media* não podem invadir os domínios de vida cuja função está voltada para a ação orientada pelo entendimento recíproco, sem que se desencadeiem efeitos patológicos colaterais” (Habermas, 2000: 494). Neste mesmo texto, tal diagnóstico também é posto nos termos de um bloqueio dos potenciais da *modernidade cultural* (ciência, moral, direito, arte, literatura etc.) pela *modernidade social* (Estado e mercado).

Baxter (1987: 39) é explícito sobre esse ponto: “A teoria da reificação na análise de Habermas torna-se uma teoria da ‘colonização’ do mundo da vida estruturado comunicativamente pelos sistemas econômico e administrativo”. Também Jütten:

Na *TAC*, Habermas oferece uma teoria original da reificação que pretende explicar as patologias sociais das sociedades capitalistas

avançadas. Segundo esta teoria, reificação é o resultado da “colonização do mundo da vida” pelos imperativos sistêmicos dos subsistemas econômico e administrativo da sociedade (Jütten, 2011: 706).

Da mesma forma Condon (2018: 230) quando escreve que Habermas, no segundo volume da *TAC*,

descreve [...] a reificação como “uma deformação da infraestrutura comunicativa do mundo da vida”, [...] a “reificação da prática comunicativa cotidiana” como envolvendo “a penetração das racionalidades econômica e administrativa” em áreas que “permanecem dependentes do entendimento mútuo como um mecanismo para a coordenação da ação”.

Concepção da reificação que permanece em *DFM*, onde escreve que a própria noção marxiana de “falsa consciência” deve ser compreendida como “uma comunicação cotidiana sistematicamente desfigurada” (Habermas, 2000: 483) e que o “desacoplamento entre sistema e mundo da vida é experimentado no interior dos mundos da vida modernos como uma *coisificação de formas de vida*” (Habermas, 2000: 487). No entanto, para Habermas, esta *reificação* só é definida quando, reiteremos, a lógica sistêmica, naturalizada pela teoria dos sistemas sociais e absolutizada pela teoria crítica, passa a colonizar e suprimir as dinâmicas específicas e imanentes ao mundo da vida.

Da reificação como colonização sistêmica à guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais

Se o diagnóstico da reificação é reconceituado a partir dos marcos de uma teoria da racionalização dual (sistema e mundo da vida), também a negação da reificação ou a terapia – no interior de uma teoria crítica da sociedade que busca a transcendência imanente aos processos sócio-históricos concretos (ver Nobre, 2008) – passa por esse imaginário singular sobre a modernidade, suas patologias e suas potencialidades. Aqui, novamente, um retorno crítico a Weber aparece como movimento necessário.

A limitação da teoria weberiana da racionalização está, para Habermas, em não

considerar uma forma secularizada da ética da fraternidade em nível semelhante ao que atingiram a ciência e a arte autônoma – ou seja, enquanto deixa de considerar uma ética comunicativa

desatada de seu fundamento vinculado à religião de salvação –, mantendo-se aferrado à relação de tensão entre a religião e o mundo (Habermas, 2012a: 424).

O sintoma maior desse descaso, em relação ao processo de constituição de uma racionalidade moral-prática desvinculada da religião nas sociedades ocidentais, é a ausência, na “Consideração intermediária”, de uma análise do direito moderno.

Se o direito moderno é ignorado na “Consideração intermediária”, em *Economia e sociedade* é pensado sem qualquer vínculo com pretensões de validade prático-morais, mas como corporificação da racionalidade cognitivo-instrumental. Escreve Habermas (2012a: 426-427):

Weber, em sua sociologia do direito, emprega estratégia diversa da que havia nas investigações de sociologia da religião. Se no caso da ética protestante Weber apresenta razões para não chegar a uma institucionalização duradoura de estruturas moral-práticas da consciência, modifica a tal ponto a interpretação do direito moderno que este pode se apresentar como se estivesse desacoplado da esfera de valores e, desde o início, como se fosse uma corporificação institucional da racionalidade cognitivo-instrumental.

A racionalidade moral-prática não pode ser pensada como mero suporte histórico para a autonomização da racionalidade cognitivo-instrumental, como faz parecer *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Assim, se Habermas em grande medida endossa a caracterização weberiana das esferas político-administrativa, econômica e estética, a sua reconstrução da sociologia do direito tem um papel central na crítica a uma teoria unidimensional da racionalização social centrada no desdobramento totalizante da racionalidade cognitivo-instrumental. Para Habermas (2012a: 443-444), a sociologia do direito de Weber concentra em si as ambiguidades de seu esforço teórico que, apesar de fazer “uso de um conceito complexo de racionalidade prática cujo ponto de partida reside em uma ordenação conjunta de aspectos racional-valorativos e racional-teleológicos da ação”, acaba por considerar “a racionalização social exclusivamente sob o aspecto da racionalidade teleológica”.

O “direito moderno” difere do “direito primitivo”, que se orienta por uma racionalidade inteiramente material, oscilante de caso para caso devido à ausência do “conceito de norma objetiva”, e do “direito tradicional”, em que “as normas valem como se tivessem sido dadas, como se fossem convenções legadas” (Habermas, 2012a: 450-451). A moderna autonomização do direito é caracterizada pelos seguintes atributos, segundo Habermas (2012a: 453):

[P]ositividade – instituído positivamente não pela tradição e pelo sagrado, mas pela vontade do legislador soberano; legalismo – não impõe moralidade, as sanções se aplicam a ações contrárias a normas e não definidas como imorais; formalidade – as relações do direito privado podem ser regulamentadas por autorizações que sejam reconhecidas por princípio (em lugar de uma regulamentação acerca de obrigações concretas e mandamentos materiais).

É com base nesses atributos que se pode falar de um direito racionalizado formalmente e previsível para ações orientadas “de maneira racional-teleológica” (Habermas, 2012a: 453). O direito moderno se apresenta como “um meio para organizar o poder político”, na medida em que o princípio do Estado moderno é a instituição legal do poder, mas também depende, no sentido contrário, “de uma legitimação que satisfaça a necessidade de fundamentação” (Habermas, 2012a: 456).

O “positivismo jurídico” de Weber se revela, para Habermas (2012a: 457), precisamente quando aquele discute a necessidade de fundamento do direito moderno. Tal fundamento aparece em Weber na própria “*carência de fundamentação*”, em contraste com a fundamentação mágica ou tradicional dos direitos pré-modernos. A legitimidade de um direito carente de fundamentação (decisionista) repousa então no “*princípio de constituição estatutária*”. Um direito racional é, portanto, aquele que se conforma “às prescrições procedimentais na constituição estatutária do direito, na jurisdição e na aplicação do direito” (Habermas, 2012a: 462). É assim que Weber, escreve Habermas (2012a: 457), “desvincula entre si a racionalização do direito e o complexo moral-prático da racionalidade, para então reduzir a primeira a uma pura racionalização das relações entre meio e fim”, considerando inclusive como ameaçadora e irracional a influência de uma “racionalidade moral-prática” no “racionalismo jurídico” (Habermas, 2012a: 466)⁸.

Mais uma vez, e isso é perceptível de forma cristalina ao tomarmos a racionalização do direito como exemplo, o erro de Weber, para Habermas, está em ter, por um lado, enfatizado de forma unilateral a relação entre *racionalização* ocidental moderna e racionalidade formal cognitivo-instrumental. Por outro lado, o estabelecimento da “falsa alternativa” que opõe “racionalidade substancial e formal” (Habermas, 2000: 439) bloqueou o caminho para uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma racionalidade material moral-prática pós-convencional, para além de contextos tradicionais pré-modernos. Assim, aquilo que no juízo de valor sobre a crosta de aço (da orientação ética ao mero utilitarismo da conduta tipicamente capitalista) é visto como trágico, no que diz respeito ao direito é julgado de forma invertida, já que a falta de fundamentação ética do direito, o seu esvaziamento de matéria ou substância, é positivamente avaliada.

8. A mesma interpretação da sociologia do direito de Weber está presente no segundo volume de *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, de 1992. O direito deve ser caracterizado, para Weber, escreve Habermas (1997b: 193-194), por “uma racionalidade própria, que não depende da moral. Aos seus olhos, a confusão entre moral e direito pode, inclusive, colocar em risco a racionalidade do direito e, com isso, o fundamento da legitimidade da dominação legal. Segundo ele, todas as correntes contemporâneas que ‘materializam’ o direito formal burguês são vítimas desta moralização fatal”.

Isso não quer dizer que Habermas negue a efetividade de uma concepção e de práticas positivistas do direito que buscam desvinculá-lo de orientações moral-práticas. Pelo contrário, aquilo que Habermas (2012b: 640) denomina “juridificação de esferas de ação estruturadas comunicativamente” é um elemento central de sua concepção de reificação como colonização sistêmica do mundo da vida. Tal juridificação é operada por uma relação entre política, economia e direito característica de um capitalismo tardio pouco compreendida, segundo Habermas, por Adorno e Horkheimer e a radicalização nestes do conceito de reificação como predomínio totalitário da racionalidade técnico-instrumental.

Para Habermas (2012b: 601), Adorno e Horkheimer se equivocam ao não assimilarem as ambiguidades de Weber em sua reflexão “sobre a racionalização das imagens de mundo e sobre o sentido próprio da modernidade cultural” (centrando-se exclusivamente na identificação entre racionalização formal e reificação). Equivocam-se também ao manterem “uma atitude ingênua em relação a Marx (conservando os princípios da teoria do valor como núcleo de sua ortodoxia secreta, o que os torna cegos em relação às realidades do capitalismo desenvolvido, o qual procura satisfazer o conflito de classes por meio do Estado social)”.

Se Marx acerta, escreve Habermas (2012b: 617), ao perceber “um primado evolutivo da atividade econômica” nas “sociedades capitalistas desenvolvidas”, disso não se pode derivar uma “interpretação economicista” da relação entre “economia e aparelho do Estado... como uma relação trivial entre base e superestrutura”:

A ortodoxia marxiana encontra dificuldades para fornecer uma explicação plausível do intervencionismo estatal, da democracia de massa e do Estado de bem-estar social. O princípio economicista fracassa quando tenta explicar a pacificação do conflito de classes e o sucesso alcançado, no longo prazo, pelos programas reformistas e socialdemocratas em sentido amplo, nos países europeus, desde o final da Segunda Guerra Mundial (Habermas, 2012b: 618).

A compreensão da nova relação entre mercado e Estado que emerge na segunda metade do século XX, com a consolidação do Estado social, deve ter como ponto de partida, para Habermas (2012b: 624-625), “um modelo de troca entre as esferas de ação formalmente organizadas da economia e da política, de um lado, e os campos de ação da esfera privada e pública, estruturadas comunicativamente, de outro”. A partir desse modelo, em vez de considerar a dimensão político-estatal como mera afirmação de interesses privatistas das classes economicamente dominantes, percebe-se que o Estado social se delineia como uma forma de transportar da “vida privada” para a “vida pública” “os problemas que surgem no mundo do

trabalho”. Assim o fazendo, converte as soluções propostas para problemas surgidos na esfera econômica em meios para a legitimação política ou, nas palavras precisas de Habermas, em “*ofertas de legitimação testáveis*”. Trata-se uma “pacificação do conflito de classes” sem afetar o “processo de acumulação” (Habermas, 2012b: 626).

A este processo promovido pelo Estado social Habermas (2012b: 625) denomina “institucionalização jurídica do conflito”. Processo que, além da regulação dos conflitos entre capital e trabalho mediante “uma política reformista que se apoia numa legislação trabalhista”, também se realiza “nas áreas do planejamento das cidades e do trânsito – sensíveis ecologicamente –, bem como a política energética e a política de fornecimento de água, sem esquecer a proteção da paisagem e as áreas da política da saúde, da cultura e da educação”.

Habermas (2012b: 654) lê esse duplo processo definidor do Estado social (de politização da luta de classes e de publicização de antagonismos privados) como forma de colonização sistêmica, pois a “*juridificação*” dos conflitos através da ampliação e institucionalização de direitos políticos e sociais “vem sempre acompanhada da burocratização e da monetarização de esferas centrais do mundo da vida”. Logo, “quando se dá uma intervenção social conforme ao direito, tais contextos vitais são desconectados do mecanismo coordenador do entendimento e transferidos para meios tais como o dinheiro e o poder”.

É só assim, escreve Habermas (2012b: 656-657), por estar combinado de forma tão estreita “com os meios do dinheiro e do poder”, que o direito (em sua forma administrativa, empresarial e comercial) “assume o papel de um meio de controle”, prescindindo de uma “justificação material” e legitimando-se meramente “mediante procedimentos” independentes “dos contextos normativos da atividade orientada pelo entendimento”. Como formula Schuerman (2014: 161-162), “a natureza do poder administrativo entra em conflito com a lógica do poder comunicativo que é, em última análise, baseada – para Habermas, bem como para Arendt – em relações de reconhecimento e respeito mútuos” Resulta daí uma compreensão da “democracia moderna” como plena de paradoxos, “na medida em que exige formas de poder (administrativo) estruturalmente incomensuráveis com o próprio poder (comunicativo) que, por si só, é o que torna possível a deliberação democrática”.

Assim, se de fato Habermas (2012b: 656-657) percebe, como Weber, um delineamento cada vez mais sistêmico da esfera jurídica, esse desenvolvimento não é visto como positivo, mas como patológico, pois “*o meio ‘direito’* continua vinculado ao *direito como instituição*”:

Para mim, as instituições do direito nada mais são que normas jurídicas, as quais não podem ser suficientemente legitimadas mediante procedimentos positivistas. Os fundamentos do direito constitucional, os princípios do direito penal e processual penal, bem como as regulamentações de atos penalizáveis que se situam nas imediações da moral (assassinato, aborto, violação etc.), tipificam isso. Tão logo a validade dessas normas é colocada em questão na prática, a indicação da sua legalidade já não é suficiente. Elas necessitam de uma justificação material, *porque fazem parte das ordens legítimas do próprio mundo da vida*, configurando, junto com as normas de ação informais, o pano de fundo do agir comunicativo (Habermas, 2012b: 656-657).

Uma concepção legalista do direito, do princípio de legitimação jurídico como sendo meramente procedimental e, portanto, cindido de qualquer enraizamento normativo (comunicativamente constituído), não aparece como resultado necessário da racionalização do direito segundo uma orientação formalista, e sim como resultado, ou sintoma, de uma colonização do direito por uma racionalidade cognitivo-instrumental no contexto evolucionário mais amplo de racionalização parcial dos contextos pós-tradicionais do mundo da vida. Isto é claramente visto, para Habermas (2012b: 670), na investigação dos processos de “juridificação nas esferas da família, da escola, da política social etc.”, onde atores e movimentos sociais lutam pela preservação não sistêmica – contra “os imperativos da economia e da administração” – de “esferas da vida que dependem necessariamente e funcionalmente de uma integração social apoiada em valores, normas e processos de entendimento”.

Bem antes da elaboração de uma teoria do agir comunicativo, em 1968, Habermas – no que pode ser lido como uma clivagem em relação a Adorno e uma aproximação a Marcuse na forma como estes autores responderam às insurgências de 1968 e seus desdobramentos (para uma análise detalhada ver Lima e Santos, 2016) – apontava para a força emancipatória e oposta às tendências tecnocráticas do movimento estudantil, nesse sentido muito próximo às teses de Alain Touraine (1971) em *The post-industrial society*, de 1969. Diante da acomodação por meios compensatórios do conflito de classe, o “único potencial de protesto que, através de interesses reconhecíveis, se dirige para as zonas de conflito surge principalmente entre determinados grupos de estudantes” (Habermas, 1994: 90). Tais protestos poderiam, continua Habermas (1994: 92), a “longo prazo”, “destruir duradouramente a ideologia do rendimento que começa a entrar em colapso e, assim, destruir o fundamento legitimador do capitalismo tardio, que já é frágil mas está apenas protegido pela despolitização”.

Na TAC, como vimos logo acima, também se indica o potencial antissistêmico de movimentos sociais diversos contra os processos de colonização monetária, ad-

ministrativa e jurídica do mundo da vida engendrados pelo *Welfare State*. Na obra maior de 1981, entretanto, também após uma reflexão sobre a nova relação entre economia e política definida pelo Estado social, a esfera jurídica aparece de modo pronunciado, simultaneamente, como campo de prova privilegiado da predominância do direito-*meio* sobre o direito-*norma* e como campo de lutas – por meio de uma autonomização substantiva do direito em relação aos imperativos sistêmicos – contra a colonização do mundo da vida, dado o enraizamento normativo das instituições jurídicas.

É no mínimo intrigante observar alguns momentos do desenrolar da obra de Habermas após a *TAC*. Em dois textos publicados em 1985 – *DFM* e *A nova intransparência* (doravante *NI*) –, Habermas problematiza e responde ao incontornável processo de crítica e crise do *Estado social*.

Em *NI* Habermas é claro desde o começo:

a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada (Habermas, 1987: 106).

Nesse contexto, Habermas observa a polarização entre, de um lado, o “*legitimismo sócio-estatal da sociedade industrial*” (exemplificado por Walter Mondale nos Estados Unidos e o segundo governo Mitterrand), que meramente exigiria uma consolidação do *Welfare State* sem atentar para as suas contradições internas e renunciando à utopia “de subjugar o trabalho heterônomo até o ponto que permita ao *status* do cidadão livre e igual em direitos – que se estende à esfera da produção – ser o núcleo da cristalização de formas autônomas de vida” (Habermas, 1987: 109-110).

Do outro lado, encontra-se o que chama de “neoconservadorismo” (exemplificado por Reagan, Thatcher e o governo da República Federal da Alemanha de seu tempo) que articula: liberalização das forças de mercado em favor de um retorno à intensificação dos processos de valorização e acumulação; tolerância a altas taxas de desemprego supostamente transitórias; redistribuição da renda de baixo para cima (sobrecarregando os mais pobres); fortalecimento de “tendência neocorporativista” por meio da “ativação do potencial de direção não estatal das grandes associações” (empresas e sindicatos); uma “política cultural” orientada para “desacreditar os intelectuais como um estrato do modernismo a um só tempo ávido de poder e improdutivo” e para uma revalorização das “forças agregadoras da moralidade convencional, do patriotismo, da religião burguesa e da cultura popular”, com o fim de “compensar

a esfera da vida privada das cargas pessoais e para acolchoá-la contra a pressão da sociedade concorrencial e da modernização acelerada” (Habermas, 1987: 110).

O diagnóstico é endossado em *DFM*:

O que se discute é apenas a distribuição corretamente dosada do encargo de problemas entre os subsistemas do Estado e da economia. Alguns veem as causas da crise na dinâmica própria de uma economia desencadeada; outros, nas amarras burocráticas que lhe são impostas. As terapias correspondentes são ou a domesticação social do capitalismo ou a transferência dos problemas da administração planificadora para o mercado. Uns veem a fonte dos distúrbios do cotidiano sistematicamente induzidos na monetarização da força de trabalho, os outros, na paralisia burocrática das iniciativas privadas. Porém, ambos os lados concordam em que os domínios de interação do mundo da vida carentes de proteção exercem um papel meramente passivo diante dos motores da modernização social, quer dizer, diante do Estado e da economia (Habermas, 2000: 494-495).

A aguda e esclarecida crítica desses textos – nos quais Habermas (1987: 110) chega a afirmar que o “padrão cada vez mais utilizado no quadro internacional entre a metrópole e a periferia subdesenvolvida parece reiterar-se no interior da sociedade capitalista desenvolvida” – não é, porém, motivo para uma mudança de diagnóstico. Com a crise do *Estado social* e a expansão das forças neoconservadoras acima definidas mantém-se o avanço da reificação como colonização sistêmica do mundo da vida. O que se altera no interior desse quadro patológico mais amplo é que, desta vez, diferente da forte colonização operada pelo meio poder (político-administrativo) e pela juridificação de um direito tomado como meio (mera forma) e não norma (substantiva), a colonização sistêmica aprofunda-se sobretudo através do mercado, do meio dinheiro.

Se o diagnóstico não se altera, é previsível que tampouco mude a terapia. Para além da disjuntiva entre legitimistas e neoconservadores, ambos sob o signo sistêmico, Habermas (1987: 111) vislumbra a potencialidade para uma transcendência imanente na “*dissidência dos críticos do crescimento*”, formada por “minorias de várias proveniências” articuladas em uma “aliança antiprodutivista”: velhos e jovens, mulheres e desempregados, homossexuais e deficientes, crentes e ateus”. Esta dissidência parte da experiência e da percepção de “que o mundo da vida está ameaçado na mesma medida pela mercantilização e pela burocratização”, de que

nenhum dos dois meios – nem poder, nem dinheiro – é agora como antes “mais inocente” do que o outro. Também somente

os dissidentes julgam necessário fortalecer a autonomia de um mundo da vida ameaçado em seus fundamentos vitais e em sua tessitura comunicativa (Habermas, 1987: 111).

É neles que “os acentos utópicos se deslocam do conceito de trabalho para o conceito de comunicação” (Habermas, 1987: 114), orientando a capacidade de reflexão para a construção de “uma relação completamente transformada entre as esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro lado” (Habermas, 1987: 112). É nessa dissidência que Habermas observa a possibilidade do estabelecimento de um “novo equilíbrio” entre “os três recursos” disponíveis nas “sociedades modernas” para a satisfação de suas “necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder e a solidariedade” (Habermas, 1987: 112).

Em *DFM*, do mesmo modo, contra “um novo compromisso segundo as velhas regras da política orientada sistemicamente”, Habermas projeta as suas esperanças – numa formulação que não poderia ser mais adequada para pensar a aqui denominada *guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais* – em “movimentos sociais que não se orientem pela necessidade do controle do sistema, mas por *traçados de fronteira* entre sistema e mundo da vida” (Habermas, 2000: 496). Diante de um “Estado social coagulado burocraticamente” (Habermas, 2000: 501) e em crise, “surge uma visão nova sobre o ‘político’, por assim dizer, estereoscopicamente aguçada” (Habermas, 2000: 503). Trata-se da “esfera pública política”, que “toma do sistema político uma distância análoga àquela tomada em relação ao sistema econômico”, diante do “caráter problemático” ou “ambíguo” de ambos (Habermas, 2000: 503). Diferente de constituir um tipo de novo subsistema ao lado de mercado e Estado,

trata-se de construir barreiras inibidoras no intercâmbio entre sistema e mundo da vida e de instalar sensores no intercâmbio entre mundo da vida e sistema. Em todo caso, problemas de fronteira desse tipo colocam-se assim que um mundo amplamente racionalizado deva ser protegido contra os imperativos insustentáveis do sistema de ocupações ou contra as penetrantes sequelas de uma preocupação administrativa com a existência (Habermas, 2000: 504-505).

De certo modo, radicalizando a terapia da descolonização, Habermas afirma ser

necessário que os impulsos do mundo da vida possam influir no autocontrole dos sistemas funcionais. [...] A força de integração social da solidariedade deveria poder afirmar-se contra os *media* controladores de integração sistêmicas que são o dinheiro e o poder. [...] o modelo da atuação da sociedade sobre si mesma é

substituído pelo modelo de um conflito de fronteiras, controlado pelo mundo da vida, entre ele e os dois subsistemas, que lhe são superiores em complexidade, só influenciáveis de modo muito indireto, e de cujas operações, contudo, ele depende (Habermas, 2000: 504-507).

Assim, na *TAC* enfatiza-se o potencial do direito como norma contra o direito como meio numa contracorrente aos processos de juridificação empreendidos pelo Estado social, já chamando atenção para a importância dos novos movimentos sociais. Em *NI* e em *DFM*, diante da crise explícita do Estado social e de uma já perceptível hegemonia neoconservadora/neoliberal, enfatiza-se principalmente o potencial dos novos movimentos sociais na constituição de uma esfera pública autônoma⁹, capaz não só de demarcar a fronteira entre sistema e mundo da vida contra o processo de colonização sistêmica, mas também de exercer – no que pode ser lido como uma expansão dos limites do mundo da vida – um tipo de controle dos meios dinheiro e poder sem, no entanto, negar a sua complexidade e, mais importante, a sua funcionalidade sistêmica.

9. “Chamo autônomas as esferas públicas que não são produzidas e sustentadas pelo sistema político com a finalidade de obter legitimação. Os centros de comunicação condensada que nascem espontaneamente dos microdomínios da práxis cotidiana só podem desdobrar-se em esferas públicas autônomas e fixar-se como intersubjetividades de ordem superior autossustentáveis, à medida que o potencial do mundo da vida for utilizado para a auto-organização e para o uso auto-organizado de meios de comunicação” (Habermas, 2000: 505).

A despeito dessas mudanças de tons e ênfases, a lógica teórica subjacente não se altera. A reificação mítica é superada pela racionalização do mundo da vida e simultâneo desacoplamento sistêmico. A racionalização desigual faz com que os meios dinheiro e poder, muito mais complexos, acabem por colonizar o mundo da vida, forma moderna de reificação para Habermas. A negação da reificação como colonização sistêmica do mundo da vida é defendida nos termos de uma demarcação de fronteiras ou barreiras (variáveis) entre as dinâmicas do agir teleológico e as dinâmicas do agir comunicativo, o que aqui denominamos de *quinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais*.

Considerações finais

Seria possível supor que, após essas obras, diante do aprofundamento e da expansão das tendências neoliberais em todo o globo durante os anos 1980 e 1990, Habermas radicalizasse ainda mais os aspectos antissistêmicos (para além da descolonização) do seu esforço teórico. Isto definitivamente não acontece, se tomarmos como referência *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (doravante *DD*), texto de 1992 que, diferente da *TAC*, marcado pela juridificação do Estado social, de *DFM* e de *NI*, marcados pela crise do Estado social e avanço do neoconservadorismo, responde teoricamente ao novo momento histórico emergente com o colapso da URSS:

O partido que se considera vitorioso não pode comemorar o seu triunfo. Pois, no momento em que poderia assumir a herança *in-*

divisa da autocompreensão prático-moral da modernidade, ele desanima perante a tarefa ingente de levar adiante a domesticação social e ecológica do capitalismo no âmbito de uma sociedade mundial ameaçada. É certo que ele se apressa a respeitar o sentido sistêmico próprio de uma economia orientada pelos mercados; e pelo menos está protegido contra uma dilatação exagerada do *medium* do poder de burocracias estatais. Entretanto, falta-lhe uma sensibilidade semelhante para a fonte que *propriamente* está ameaçada – uma solidariedade social a ser recuperada e conservada em estruturas jurídicas (Habermas, 1997a: 12-13).

Diante desse desafio, Habermas, em um movimento de retorno a aspectos mais pronunciados na *TAC*, retoma uma reflexão detida e sistemática sobre a esfera jurídica, interessado em uma fundamentação e defesa teóricas da aliança necessária entre “Estado de direito” e “democracia radical”. No sentido de erigir em “saber explícito” o fato de que

os sujeitos jurídicos privados não podem chegar ao gozo das mesmas liberdades subjetivas, se *eles mesmos* – no exercício comum de sua autonomia política – não tiverem clareza sobre interesses e padrões justificados e não chegarem a um consenso sobre aspectos relevantes, sob os quais o que é igual deve ser tratado como igual e o que é diferente deve ser tratado como diferente (Habermas, 1997a: 13).

Assim, é principalmente no direito que Habermas busca investigar, em *DD*, a articulação entre aqueles recursos de exercício do governo típicos das sociedades modernas: dinheiro, poder e solidariedade.

Através de uma prática de autodeterminação, que exige dos cidadãos o exercício comum de suas liberdades comunicativas, o direito extrai sua força integradora, em última instância, de fontes da solidariedade social. As instituições do direito privado e público possibilitam, de outro lado, o estabelecimento de mercados e a organização de um poder do Estado; pois as operações do sistema administrativo e econômico, que se configura a partir do mundo da vida, que é parte da sociedade, completam-se em formas do direito. [...] E uma vez que o direito se interliga não somente com o poder administrativo e o dinheiro, mas também com a solidariedade, ele assimila, em suas realizações integradoras, imperativos de diferentes procedências (Habermas, 1997a: 62).

Como vimos, na *TAC* o direito era pensado como instância privilegiada para observar tanto a colonização sistêmica (direito como *meio*) como as resistências e potências de descolonização (direito como *norma*). Diferentemente, em *DD* a capacidade

do direito mediar tanto a integração social, formada pelos “três componentes” do mundo da vida (cultura, sociedade e personalidade), como a integração sistêmica, que compreende “os códigos especiais da administração dirigida pelo poder, e da economia, dirigida pelo dinheiro” (Habermas, 1997a: 112), converte-se em um atributo positivo segundo os fundamentos normativos habermasianos.

Como notado por Jütten (2011: 702), Habermas, em *DD*, acaba por retratar “sua afirmação particular de que a juridificação no contexto da legislação de bem-estar social é o ‘caso modelo’ de reificação [...], porque ele não acredita mais que a juridificação é necessariamente dilemática”. Tal retratação implica, inclusive, em um abandono do próprio conceito de reificação e sua crítica.

Isso não significa um descomprometimento “com o diagnóstico geral da colonização” (Jütten, 2001: 702). Habermas não deixa de atentar para a possibilidade de que o direito como *meio* ultrapasse os seus limites referidos à integração sistêmica e invada a dinâmica sócio-integrativa do direito como *norma*, operando estrategicamente em âmbitos de expectativa comunicativa. Também continua a pensar a possibilidade de que, em um sentido contrário, a “práxis comunicativa” seja “capaz de agir sobre o funcionamento dos sistemas instrumentais de ação por meio das instituições democráticas” (Silva, 2011: 311). Mas trata-se, agora, de pensar o traçado e a negociação de *fronteiras* entre a integração social (esfera pública autônoma) e a integração sistêmica (mercado e Estado), orientando-se decisivamente para o âmbito da formalização jurídica, evitando o embaçamento ou supressão, de caráter desintegrador, dos limites.

No entanto, o “registro normativo distinto” em torno do direito e do Estado de direito, presente em *DD*, insere Habermas em um caminho de teorização sobre a democracia “sem referência ao capitalismo” (Condon, 2018: 7). Se tal orientação investigativa em direção à teorização sobre democracia de fato poderia significar uma “expansão da teoria crítica da sociedade, a ênfase na normatividade e em processos de formação da vontade democrática examinados de forma isolada dos princípios de reprodução material e das patologias associadas à economia capitalista” mostrou-se “problemática para o programa de uma crítica social”. Movimento teórico que, continua Condon (2018: 8), é particularmente “irônico”, pois esta marginalização do “problema do capitalismo” por “uma tradição historicamente interessada em sua crítica” “coincide quase exatamente com a virada neoliberal na ordem objetiva das sociedades ocidentais”.

Assim, a inflexão observada em *DD* pode ser lida como um enfraquecimento do arcabouço habermasiano para o diagnóstico e, por conseguinte, para o delinea-

mento das alternativas à hegemonia neoliberal que se aprofundava naquele tempo e continua a se aprofundar a despeito de sua crise permanente. O próprio esforço de elaboração de uma teoria da *relinguistificação* proposto por Roderick Condon (2018) é sintomático, na medida em que o seu retorno crítico a Habermas precisa não só mobilizar um conjunto diverso de referências distantes do programa da teoria do agir comunicativo, mas elaborar uma teoria nova para dar conta dos desafios do capitalismo neoliberal.

O exame desse esforço pós-habermasiano, por assim dizer, foge inteiramente do problema deste artigo que, repito, foi o de demonstrar como, no interior do movimento mais amplo de fundamentação/explicação normativa da teoria crítica da sociedade em Habermas, realiza-se também, especificamente, uma *guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais*. Esta *differentia specifica*, por sua vez, mostrou-se perene, a partir da teoria do agir comunicativo, mesmo diante das inflexões observadas na obra do autor.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAXTER, Hugh. System and life-world in Habermas “Theory of communicative action”. *Theory and Society*, v. 16, n. 1, p. 39-86, 1987.

COHN, Gabriel. Prefácio: Como um Hobby ajuda a entender um grande tema. In: WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Editora USP, 1995.

CONDON, Roderick. *Revisiting Habermas’s colonisation thesis: towards a communicative transformation of the theory of reification*. (Phd Thesis) – University College Cork, Condado de Cork, Ireland, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*, v. 1. “Racionalidade da ação e racionalização social”. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

_____. *Teoria do agir comunicativo*, v. 2. “Sobre a crítica da razão funcionalista”. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b

_____. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70. 1994.

_____. A nova intransparência. *Novos Estudos Cebrap*, n. 18, p. 103-114, Set. 1987.

_____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

JÜTTEN, Timo. The colonization thesis: Habermas on reification. *International Journal of Philosophical Studies*, v. 19, n. 5, p. 701-727, 2011.

LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho; SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. Em roda de colisão: Adorno, Marcuse e os movimentos estudantis. *Ideias*, v. 7, n. 2, p. 37-58, Jul./Dez. 2016.

LOCKWOOD, David. Social integration and system integration. In: ZOLLSCHAN, George; HIRSCH, Walter (Eds.). *Social change: explorations, diagnoses, and conjectures*. New York: Halsted, 1976.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NOBRE, Marcos. Introdução: modelos de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas, SP: Papirus, 2008.

REPA, Luiz. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SCHUERMAN, William E. Entre o radicalismo e a resignação: teoria democrática em direito e democracia, de Habermas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, p. 155-185, 2014.

SILVA, Felipe Gonçalves. Entre potenciais e bloqueios comunicativos: Habermas e a crítica do Estado democrático de direito. *Cadernos CRH*, v. 24, n. 62, p. 307-330, Maio/Ago. 2011.

SILVA, Lucas Trindade da. Indiferenciação por diferença: implicações da governamentalidade neoliberal para a teoria sociológica. *Tempo Social*, v. 32, n. 1, p. 247-264, Jan./Abr. 2020.

_____. Indiferenciação por identidade: de história e consciência de classe à dialética do esclarecimento. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 15, n. 7, p. 255-283, Jan./Abr. 2019.

_____. *Biopolítica e o enunciado da autonomização das esferas sociais*. Tese (Doutorado em sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Brasília, Brasília, 2018.

TAVOLARO, Sergio. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas*, v. 17, n. 3, p. 115-141, Set./Dez. 2017.

_____. Variações no interior de um discurso hegemônico? Sobre a tensão “ação – estrutura” na sociologia contemporânea. *Teoria & Pesquisa*, v. 16, n. 1, Jan./Jun. 2007.

TOURAINE, Alain. *The post-industrial society*. New York: Random House, 1971.

VANDENBERGHE, Frédéric. *A philosophical history of German Sociology*. New York: Routledge, 2009.

_____. *Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação*, v. 1. “Marx, Simmel, Weber e Lukács”. São Paulo: Annablume, 2012.

WEBER, Max. *Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2000.



El Te Deum Evangélico en Chile, cuando la legitimidad religiosa y política es mutua

Recibido: 06.07.20
Aprovado: 08.10.20

Luis Orellana Urtubia*
Evguenia Fediakova**

* Luis Orellana Urtubia es doctor en estudios americanos, académico e investigador del Instituto de Estudios Internacionales (Inte). Editor académico de la *Revista Cultura y Religión* de la Universidad Arturo Prat, Tarapacá, Chile. Orcid: 0000-0001-7411-2126. <luis_ubl@yahoo.com>.

** Evguenia Fediakova es Ph.D en ciencias políticas, investigadora del Instituto de Estudios Avanzados (Idea) de la Universidad de Santiago de Chile. Orcid: 0000-0003-1481-8586. <evguenia.fediakova@usach.cl>.

Resumen: Este artículo busca dilucidar los intereses tanto de los actores políticos como de los agentes religiosos que han hecho posible que el Te Deum Evangélico sea parte de la cultura religiosa y política en Chile. Mediante un examen socio histórico se explica cómo los Te Deum evangélicos en Chile se convirtieron en el símbolo de la salida de cristianos no católicos a la participación política y fueron canal de legitimación y elevación de estatus de una minoría religiosa. Desde lo metodológico, el abordaje fue a partir del nuevo rol de los evangélicos a nivel público y nacional, analizado desde dos perspectivas teóricas: la desprivatización de las religiones en el mundo moderno de José Casanova y la teoría de campo religioso de Pierre Bourdieu. La primera parte, se refiere a la evolución histórico-social de los evangélicos en Chile como una minoría “invisible”; la segunda, demuestra el acercamiento entre los evangélicos y el gobierno de Pinochet a través de los Te Deum; en la tercera, se examinan las relaciones entre los organizadores de los Te Deum y como este fue legitimado por los gobiernos democráticos. Para acceder a la versión de distintos actores entre 1973-1991 acudimos a fuentes primarias como las publicaciones de la prensa escrita, visual, revista especializadas, documentos y libros.

Palabras claves: Te Deum. Evangélico. Chile. Pastores. Religión. Política.

The Evangelical Te Deum in Chile, when religious and political legitimacy is mutual

Abstract: This article seeks to clarify the interests of both political and religious agents that have made possible for the Evangelical Te Deum to be part of the religious and political culture in Chile. Through a social-historical examination, it is explained how the evangelical Te Deum in Chile became the symbol of the exit of non-Catholic Christians to political participation and were a channel of legitimation and elevation of status of a religious minority. From a methodological point of view, the approach was based on the new role of evangelical people at the public and national levels, analyzed from two theoretical perspectives: the deprivatization of religions in the modern world by José Casanova and the religious field theory of Pierre Bourdieu. The first part refers to the historical-social evolution of evangelical people in Chile as an “invisible” minority; the second demonstrates the rapprochement between evangelical people and the Pinochet government through the Te Deum; in the third, the relationship between the organizers of the Te Deum and how this was legitimized by democratic governments are examined. To access the version of different actors between 1973-1991 we went to primary sources such as publications in the written, visual, specialized magazines, documents and books.

Keywords: Te Deum. Evangelical. Chile. Pastors. Religion. Politics.

Introducción

Tras el golpe militar del 1973 en Chile, al poco andar los evangélicos irrumpen como un nuevo actor público, cuyo símbolo más significativo de su auge fue el Servicio de Acción de Gracias, o Te Deum Evangélico. No obstante, para poner en escena el servicio religioso debieron ocurrir dos hechos notables que revelaron el capital religioso de los evangélicos. Primero fue la “Declaración de apoyo al gobierno militar del 13 de diciembre de 1974” manifestación que dio la vuelta el mundo (Puente, 1974; Lagos, 1988; Stoll, 1991; Bastian, 1994; Lowy, 1999; Mansilla & Orellana, 2018). Luego vino la organización del Consejo de Pastores integrado por los mismos pastores que hicieron la declaración de apoyo a la dictadura militar y un sector numéricamente mayoritario de los evangélicos en Chile logran realizar el primer Te Deum Evangélico en el templo de pertenecía de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile, donde asistió el presidente de facto Augusto Pinochet y las máximas autoridades del país. Esta ceremonia, no solo se mantuvo durante la dictadura militar (1973-1989), también continuó en los gobiernos democráticos (1990-2020) no exentos de polémicas y disputa por organización y realización. El Te Deum Evangélico no solamente significó la formación de una nueva fuente de legitimación para el gobierno militar, sino que también simbolizó la irrupción en la esfera pública chilena de un actor religioso, hasta ahora desconocido, que presentó con fuerza sus demandas de nuevo estatus jurídico, posiciones políticas y reconocimiento social. Por primera vez en la historia de Chile el rol monopólico que tenía la Iglesia católica en el campo religioso nacional ha sido desafiado por otro actor confesional que exigía la igualdad simbólica, social y cultural.

Desde sus inicios, este acto junto con tensionar las relaciones entre los organizadores de Te Deum y las iglesias protestantes que reafirmaban su independencia de los gobiernos y más aun de un régimen que había alcanzado el poder mediante un sangriento golpe de estado. También, desató una polémica con un sector importante de la Iglesia Católica en 1975. Es decir, desde lo simbólico, el campo religioso protestante chileno se ha visto perturbado no solo en 1975, lo ha sido en forma casi permanente; tanto por disputas en su organización, discursos, legitimidad o pugnas por el lugar de su realización como lo fue en el año 2000 cuando sus organizadores decidieron por pugnas con el obispo Vásquez su traslado a la ciudad de Curicó: “El presidente chileno Ricardo Lagos mantuvo una tradición iniciada a mediados de la década del 70 y asistió al culto celebrado por la iglesia evangélica el 10 de septiembre en Acción de Gracias por la Patria y conocido como Te Deum Evangélico” (*Capítulo 30*, 2000: 10-11). Pese a estas tensiones, ningún gobierno de turno se ha negado asistir, independientemente de las polémicas suscitadas por haberse

gestados en dictadura y desde lo sagrado dar legitimidad al gobierno militar en momentos que se violaban los derechos fundamentales de las personas, antecedente eludido por los gobernantes. A pesar de que las nuevas sociedades “tácitamente no instituyesen nuevas y profundas referencias y alusiones a lo mítico-religiosas para proceder a su legitimación”, no obstante, la historia demuestra que todo proceso de “legitimación implica siempre una forma u otra de contacto con lo sagrado” (Duch, 2014: 64) de ahí que su realización ha causado permanentes reyertas. Pues al parecer, “otra vez trono y el altar” se nos presentan juntos, como afirmo el profesor Eugenio Araya (1989: 79-82) rector de la Comunidad Teológica Evangélica de Chile al formular duras críticas al explícito apoyo a Pinochet por obispos y pastores en el Te Deum Evangélico a solo 18 días del referéndum del 5 de octubre de 1988 cuando la dictadura fue derrotada en las urnas. En nuestro caso, el Te Deum tanto Evangélico y ecuménico habidos en dictadura, han continuado en los gobiernos democráticos y laicos dando cuenta que la pérdida de control o desregulación de lo sagrado por parte de las grandes religiones institucionalizadas y heredadas se situaban en la sociedad chilena (Hervieu-Léger, 2004). Por consiguiente, nuestro análisis buscara responder la interrogante ¿por qué el Te Deum Evangélico gestado por un sector religioso minoritario en los inicios de un gobierno dictatorial ha trascendido a los gobiernos democráticos? ¿qué factores socio culturales y políticos han sido determinantes en su consolidación?

Consideramos, pendiente un estudio científico multidisciplinario que nos permita conocer en forma integral el origen, desarrollo y evolución de este servicio religioso que ha pasado a ser tradicional para los evangélicos. Nos parece relevante analizar las causas, el contexto y las consecuencias de la salida al espacio público de las iglesias evangélicas tras el golpe militar del 1973 con la realización de su Te Deum.

Chile es el único país de América Latina, donde el Te Deum Evangélico se realiza con la misma solemnidad, participación de máximos líderes de la República y amplia cobertura mediática que el Te Deum Ecuménico. Pese a su importancia simbólica y cultural uno de los hechos más significativos del acercamiento entre este actor religioso minoritario y el poder político en 1974, ha sido escasamente estudiado desde las ciencias sociales y religiosas en Chile y en América Latina. Jean Pierre Bastián (1997) lo menciona como un notorio logro de la minoría religiosa chilena. Humberto Lagos, uno de los sociólogos que tempranamente trabajó el tema argumenta que este servicio

cumplirá la función legitimación supletoria y necesario al gobierno militar por la ausencia del legitimador principal católico, y que

aquella función se transformará en medio de represión “oficial” contra la institución religiosa mayoritaria y en contra de las iglesias evangélicas críticas del poder militar (Lagos, 1988: 190).

Las investigadoras Catoggio y Ortega (2011) se refieren al Te Deum como un ejemplo de intercambio de los bienes simbólicos. La dictadura militar chilena ha tenido varias fuentes de legitimación: la Guerra Santa contra marxismo, el “milagro” de reformas neoliberales, su “rol mesiánico” de salvar a la civilización cristiana occidental. Una de las más importantes fuentes de la legitimación del gobierno cívico militar ha sido el apoyo que le brindó un considerable sector de evangélicos y pentecostales. Otros abordajes, han sido más bien breves y tangenciales con un carácter ensayístico realizado en ocasiones especiales y emitidos en revistas y periódicos de circulación interna del mundo evangélico. Las opiniones y reflexiones “posteriores” más significativas son los publicados en 1990 y 1991 en *Evangelio y Sociedad*, revista editada por el Servicio Evangélico para el Desarrollo Sepade (Sepúlveda, 1990: 2; Equipo Evangelio y Sociedad, 1991: 24-27). De igual manera las reflexiones de Manfred Svensson (2012: 12) publicadas en prensa evangélica.

El objetivo de este artículo es demostrar, mediante un examen socio histórico cómo los Te Deum evangélicos se convirtieron en el símbolo de la salida de cristianos no católicos a la participación política y sirvieron como canal de legitimación y elevación de estatus de una minoría religiosa que reclamaba respeto y reconocimiento público, pero sin considerar el precio ético que eso conllevaba y cómo este ha trascendido durante el periodo democrático.

Desde lo metodológico, nuestro, abordaje será a partir del nuevo rol de los evangélicos a nivel público nacional analizado desde dos perspectivas teóricas: la desprivatización de las religiones en el mundo moderno de José Casanova (1994), y la teoría de campo religioso de Pierre Bourdieu (2006).

En una reconsideración radical de la relación entre la religión y la modernidad, José Casanova (1993) evalúa las funciones que las religiones pueden desempeñar en la esfera pública de las sociedades modernas. El sostiene que durante la década del 80', las tradiciones religiosas de todo el mundo, desde el islamismo político a la teología de la liberación católica, comenzaron a hacer su camino fuera de la esfera privada e inserta en la vida pública, causando la “desprivatización” de la religión. Por tanto, las instituciones religiosas dejan de ser meras instituciones de administración de la atención pastoral a las almas individuales, acentuando su rol como fuerzas políticas y sociales, planteando preguntas acerca de las reivindicaciones de entidades como las naciones y los mercados, dejan de ser “valor neutro”, y agotan-

do las tradicionales conexiones de empresas privadas y públicas de la moralidad. Por otro lado, tanto en Chile y América Latina el “campo religioso” monopolizado por el catolicismo, desde los años 70 empezaba a ceder ante la aparición de nuevos agentes; campo definido por Bourdieu (2006) como el espacio en el que el conjunto de actores e instituciones religiosas producen, reproducen y compiten en la distribución de bienes simbólicos de salvación.

En el caso de Chile, los evangélicos, esta minoría religiosa invisibilizada por más de medio siglo, irrumpe en el ámbito político en 1974-1975. Primero, lo hace con una declaración pública de apoyo a la dictadura, luego, con la inauguración de una catedral y una ceremonia religiosa llamada el Te Deum Evangélico. Con el tiempo, este culto llegó a ser parte de las tradiciones religiosas habituales, marcando cambios que han pasado en la sociedad y política del país: los evangélicos y pentecostales, de un sector silenciado, marginalizado e ignorado, se convirtieron en un actor público reconocido que demostró su capacidad para presentar sus demandas a igualdad de derechos, de estatus jurídico y el mismo respeto de los cuales disponía la Iglesia Católica, rompiendo su monopolio en el campo religioso nacional (Canales, 2000; Puente, 1975; Lagos 1988; Bazley, 1995). Por consiguiente, la reestructuración del campo religioso será nuestro segundo referente teórico pues las acciones de los evangélicos y pentecostales como nuevos actores vino a favorecer, diversificar, individualizar y pluralizar los “productores de bienes simbólicos de salvación”, debido al fortalecimiento de garantías para la libertad religiosa por parte del estado, el aumento de la multiplicidad de creencias y actores políticos que buscan alianzas con los nuevos agentes de lo sagrado como fue el caso chileno (Bourdieu, 2006; Dianteill & Lowy, 2009; Hervieu-Léger, 2004).

La estructura del trabajo será organizada de la siguiente manera: en la primera parte, nos referimos a la evolución histórico-social de los evangélicos en Chile como una minoría “invisible”, desde el principio del siglo XX hasta el golpe militar; en la segunda, demostraremos cómo el acercamiento entre los evangélicos y el gobierno de Pinochet a través de los Te Deum permitió a la minoría religiosa posicionarse como actor público reconocido; en la tercera parte, analizaremos las relaciones entre los organizadores de los Te Deum y los gobiernos democráticos; finalmente, en la cuarta analizaremos polémicas y debates sobre la continuidad de la ceremonia tras el fin del gobierno militar. Para alcanzar nuestro objetivo hemos recurrido como fuentes primarias las publicaciones de la prensa escrita, visual, revista especializadas, documentos y libros que nos permita acceder a la versión de distintos actores y del cómo y por qué se produjo el acercamiento de este sector religioso con el poder político autoritario entre 1973-1989 y su y sus convergencias con los gobiernos democráticos.

Los evangélicos y la sociedad chilena

La presencia de los evangélicos y protestantes en la vida y desarrollo de la sociedad chilena es ampliamente estudiada y conocida: su rol republicano en la guerra por la independencia, colonización del sur del país, su aporte al desarrollo de la educación (fundación de colegio presbiteriano, colegios metodistas en Santiago e Iquique) (Ortiz, 2009; Kessler, 2019). Pero hubo un hecho que marcó fundamentalmente la historia de los evangélicos en Chile y su importancia para la historia y sociedad: la irrupción de un despertar religioso inusual en la Iglesia Metodista de Valparaíso en 1909. Este hecho dio inicio a la movimiento pentecostal chileno que hoy constituye la principal minoría religiosa en Chile, y representa el 70% de la población evangélica (Hoover, 1948; Vergara, 1962; Kessler 2019; Lalive d'Épinay, 1968; Sepúlveda, 1999; Orellana, 2008; Mansilla, 2009, Corvalán, 2011).

1. Los datos censales indican claramente que durante la primera década de crecimiento Pentecostal se logró casi un 1.5 por ciento de la población mayor de 15 años, porcentaje que se mantuvo en la segunda década (1920- 1930). Cabe destacar que se trató de una década con fuertes restricciones a la libertad de conciencia, de expresión político-social y de expresión religiosa, ya que es solo a partir de la Constitución de 1925 que el Estado de la República de Chile pasó a ser laico. Anteriormente la confesión católica era oficial. Durante la década 1930-1940 los evangélicos aumentaron su porcentaje en 61%, luego de 1940 a 1952 aumentaron su porcentaje en 74%, en periodo de 1952 a 1960 aumentaron su porcentaje en 37%, para luego aumentar en porcentaje en 11% en la década de 1960 (Corvalán, 2009: 74).

El pentecostalismo, nacido en los sectores más pobres y discriminados de la sociedad, se perfiló como un fenómeno aislacionista, que, siendo rechazado por la sociedad chilena, este a su vez la refutaba, desde la política hasta la educación, consideradas como esferas que “contaminaban” a un verdadero cristiano. (Palma, 1988; Galilea, 1988; 1990; 1991; Cleary & Sepúlveda, 1998; Mansilla, 2005). Para los pentecostales, no había sentido alguno en participar en la política ni enviar a los hijos a estudiar, pues la inminente Segunda Venida de Cristo les borraba toda la necesidad de participar en cosas tan “mundanas” y transitorias como la militancia en partidos políticos o la educación universitaria (Tennekes,1985; Mansilla 2009; 2016).

Durante más de 60 años el pentecostalismo permaneció dentro de la sociedad chilena como un actor silencioso, invisible, maltratado y opacado por el casi omnipresente catolicismo y la competencia ideológica entre al marxismo y el anticomunismo de la época de la Guerra Fría. La izquierda los tildaba como pro norteamericanos (Vistazo, 1963; Labarca, 1969) y la derecha como anti católicos o cercanos al protestantismo extranjero (Hurtado, 1941; Mansilla & Orellana, 2018). En la época de las contiendas ideológicas, nadie prestaba atención a un actor religioso minoritario, reducido a la vida privada, que aparentemente no cabía en las principales narrativas políticas de este período, pues se refugiaba en sus comunidades (Piñera, 1961; Lalive d'Épinay, 1968; Willems, 1967; Tennekes,1985).

No obstante, las iglesias evangélicas y pentecostales crecían fuertemente¹, pero ni el mundo político ni el académico tenían capacidad ni el tiempo para percibir que el campo religioso chileno ha cambiado profundamente, dando lugar a la formación de un nuevo actor político y social que tendría relevancia en la vida política del país

durante los próximos 30 años. El sector pentecostal aún no presentaba ambiciones político-sociales ni intentos de competir con la Iglesia Católica o actividades político-partidistas, pero comenzaba a darse cuenta de su creciente peso demográfico, cultural y del capital religioso que constituía (Fediakova, 2013; Mansilla, Orellana & Panotto, 2019).

Te Deum Evangélico, dictadura militar e impacto

El golpe militar del 11 de septiembre del 1973 y el término de la democracia no solo acabaron con la “vía pacífica al socialismo” y determinaron la victoria de Estados Unidos en esta “batalla” de la Guerra Fría, sino también dividieron la vida de los chilenos en dos, sus familias, instituciones, partidos, iglesias. Pese que la Iglesia Católica no pudo estar de acuerdo con el proyecto socialista de la Unidad Popular, tampoco apoyó las prácticas violentistas del régimen militar de persecuciones, desapariciones y violaciones a los derechos humanos. Por lo consiguiente, la Iglesia Católica de Chile quitó su apoyo y legitimidad al gobierno de Augusto Pinochet, y el régimen se vio obligado a buscar otras fuerzas de legitimación religiosa de su actuar político y social tanto al interior mismo de la Iglesia Católica como fuera de ella². Este fue el momento en que las iglesias evangélicas y pentecostales acuden a su capital de legitimador religioso y simbólico (Díaz, 2014; Lagos, 2001).

Es poco probable, que el general Augusto Pinochet supiera a cabalidad la historia del pueblo evangélico de Chile, su evolución demográfica e importancia social. Nacido en la familia católica, al igual que para la mayoría de los chilenos, el recién declarado Presidente del país tenía escasos conocimientos sobre los conceptos teológicos de esta minoría religiosa, su situación socioeconómica y sus anhelos de competir con la Iglesia Católica. Pero sí, los artífices del golpe militar del 1973 y muchos pastores evangélicos tenían algo importante en común: su profundo anticomunismo. En plena época de la Guerra Fría la división del mundo en amigos y enemigos era absolutamente clara: para la mayoría de los militares chilenos, era el comunismo soviético la amenaza principal para la libertad y prosperidad del mundo occidental. Y para los evangélicos, lo era por su ateísmo declarado, siendo la sociedad que rechazaba a Dios.

Las ceremonias religiosas católicas que tenían lugar en la Catedral de Santiago en el mes de septiembre, datan de la época de la Independencia Nacional. El año 1970 se convirtieron en ecuménicas, por iniciativa del recién electo Presidente Salvador Allende. El líder del gobierno de la Unidad Popular sugirió al cardenal Raúl Silva Henríquez, entonces Arzobispo de Santiago, que era conveniente que este acto

2. Como lo fue el obispo de Valparaíso Emilio Ruiz Covarrubias, el obispo castrense, el nuncio apostólico, o el padre Raúl Hasbún. Pérez de Arce, Hermógenes. *Historia de la revolución militar chilena 1973-1990*. Santiago: Editorial El Roble, 2018. Sánchez, Marcial y Rodrigo Moreno. *Historia de la Iglesia en Chile*. Tomo V: “Conflictos y esperanza, remando mar adentro”. Santiago: Editorial Universitaria, 2017.

litúrgico reflejara la diversidad y pluralidad religiosa presente en nuestro país. El primer Te Deum Ecuménico, que incorporó a diversas iglesias evangélicas, a las iglesias ortodoxas presentes en Chile y a la Comunidad Judía, se celebró con ocasión de la trasmisión del mando entre los Presidentes Frei y Allende. Desde entonces, cada 18 de septiembre se celebró en la Catedral de la Iglesia Católica de Santiago, exceptuándose el año 1973, cuando, dadas las circunstancias que vivía el país, el Cardenal Silva Henríquez resolvió reemplazarlo por una “Oración por Chile”.

Un año después, los evangélicos y pentecostales anunciaban su importancia en la esfera pública nacional con la inauguración de la Catedral Evangélica el 15 de diciembre de 1974 y luego con el primer Servicio de Acción de Gracias o Te Deum Evangélico, celebrado el 14 de septiembre de 1975, en el templo central de la Iglesia Metodista Pentecostal, tradicionalmente conocido como Jotabeche, y desde entonces como la “Catedral Evangélica”³. Como pasos previos al inicio de esta práctica el 13 de diciembre de 1974 tuvo lugar, en el edificio Diego Portales (que en ese momento era la sede del Gobierno) *un acto de apoyo al Gobierno Militar* convocado por los actores religiosos de las principales iglesias evangélicas y pentecostales del país. Allí, se leyó una declaración de apoyo al Gobierno y agradecimiento por haber salvado a la nación del comunismo, firmada por 32 obispos y pastores que representaban a la iglesia evangélica chilena⁴ (Mansilla & Orellana 2018). Esta jornada y la declaración fue un requisito solícito para que el presidente de facto aceptara ir a la inauguración de la Catedral Evangélica. Hecho inédito, que ningún jefe de Estado si quiera pensó visitar un templo evangélico en toda la historia del país.

Desde esta fecha, los Te Deum evangélicos se convierten en el símbolo de colaboración entre el poder político que estaba en busca de legitimación, y las iglesias evangélicas, en demanda de reconocimiento e igualdad de derechos con la Iglesia Católica. Por primera vez, un presidente de la República asistía al Servicio de Acción de Gracias Evangélico en la Catedral Evangélica principal icono de fe reformada, pero de origen pentecostal local. Por primera vez en 400 años el monopolio de la Iglesia Católica y su dominio del campo religioso estaba siendo desafiado por un actor religioso emergente y de rostro marginal.

Las palabras del pastor Francisco Anabalón de la Iglesia Pentecostal Evangélica durante la homilía en el culto correspondían plenamente al clima divisorio, ideologizado y polarizado que caracterizaba tanto a la sociedad chilena como al mundo entero: “Rechazamos doctrinas e ideologías totalitarias que pretenden imponer el odio y la violencia como el motor de la historia de los pueblos, pero con la misma vehemencia también rechazamos la venganza como medio de corrección” (*La*

3. Noticiero 60 minutos. TVN, 14 Set. 1975.

4. Sobre este hecho singular en la historia de las Iglesias evangélicas chilena la fuente primaria que disponemos es un pequeño libro de Pedro Puentes Oliva. *Posición Evangélica, Un documento que define posiciones*. Santiago, Editora Nacional Gabriela Mistral, s/d.

Tercera, 15 Set. 1975). Al mismo tiempo, este discurso dio parámetros y pautas a seguir para la mayor parte de los Te Deum evangélicos posteriores.

La realización del Te Deum “alternativo” al Ecuménico, generó polémicas. La Iglesia Católica interpretó como una maniobra de las autoridades militares “castigándola” por sus críticas por las violaciones los derechos humanos. Algo como un castigo simbólico, en este contexto fueron muy difundidas las declaraciones del Obispo Carlos Camus referidas a esta práctica. El Obispo Camus, perteneciente al sector ecuménico del catolicismo, evaluó al Te Deum Evangélico como competencia y al mismo tiempo como un gran error “táctico, estratégico, pastoral” que alejaba a los evangélicos de pequeñas comunidades y capillas, optando no por el servicio a la gente, sino por organizar ostentosos rituales con la presencia de máximas autoridades del país. Como se puede deducir, que gran reproche del Obispo consistía en que los pastores se alejaron de sus valores espirituales, privilegiando los “valores terrenales” como “tener una gran Catedral y reconocimiento oficial” (*Vea*, 16 Out. 1975: 10). Se puede apreciar la desconfianza de actores católicos a sus contrincantes del mundo protestante, cuando el obispo se refiere a las iglesias evangélicas como a las “sectas” que tienen un “complejo de inferioridad” y lo buscan paliar con la construcción de grandes catedrales.

En la carta de respuesta a las declaraciones del Obispo Camus que redactan los pastores evangélicos, se deja claro que en el campo religioso los católicos ya no son únicos que pretenden liderar los vínculos políticos y determinar valores éticos de los chilenos: “Este gobierno... tenemos que decirlo, es el primero que da a la iglesia evangélica la debida consideración a sus valores espirituales que como fuerza viva aporta a nuestra sociedad. Esto, desgraciadamente, molesta al representante de la Iglesia Católica y nos prueba que su bullado ecumenismo no es una actitud sincera”. (Zelada, 1975: 14-15): Consideramos que estos descontentos y molestias, simbolizan el hecho de que la sociedad y la Iglesia Católica de Chile por primera vez se dieron cuenta que el campo religioso nacional de su dominio ha ingresado un nuevo actor para dar paso a uno más diverso (Parker, 1997). Esta irrupción evangélica como agente de lo sagrado será “un fermento de reestructuración del campo religioso y de la estructura social” (Dianteill & Lowy, 2009: 184).

El propio Gobierno Militar no tuvo empacho en presentarlo como una conmemoración del 11 de septiembre de 1973. Las iglesias evangélicas no participantes en él, especial aquellas que se agrupaban en la Asociación de Iglesias Evangélicas de Chile (AIECH), desautorizaron la representatividad y reivindicaron la tradicional independencia política de los evangélicos (Equipo Evangelio y Sociedad, 1991: 24).

Los propios organizadores, agrupados en el Consejo de Pastores, mantuvieron por años en la ambigüedad el sentido del acto, diciendo oficialmente que se trataba de un Servicio de Acción de Gracias por la independencia de Chile, pero dando en la práctica igual importancia a la referencia a los hechos del 11 de septiembre. Durante los años 80s, el Te Deum Evangélico fue adquiriendo paulatinamente un perfil definido como acto protocolar evangélico, en el marco de las fiestas patrias, y sus oradores procuraron mostrar una independencia más nítida, dando lugar a la preocupación por la violencia y ciertos problemas sociales.

Este Te Deum, se convirtió en otra manifestación de cuan divididos quedaron todos los sectores de la sociedad tras el golpe militar y puso comienzo a la formación del mito generalmente compartido por los chilenos, que todos los evangélicos y pentecostales eran conservadores, autoritarios y partidarios de la dictadura militar (Löwy, 1999: 145; Bastian, 1990: 226; Pérez, 2017: 152).

Refiriéndose al rol de la religión en los procesos de legitimidad de un gobierno autoritario, Humberto Lagos (1988: 140) sostiene en su libro *Crisis de la esperanza* lo siguiente: “La importancia cultural del hecho religioso en la sociedad chilena, atribuye a las iglesias una función fundamental en la construcción de consensos necesarios para la permanencia del dominador autoritario”. Desde muy temprano la Iglesia Católica tomó distancia del Gobierno Militar autoritario. Enfrentado al conflicto, el gobierno necesitaba resolver esto positivamente. En consecuencia, las vías principales fueron utilizar los grupos religiosos minoritarios proclives al modelo político autoritario y la radicalización del discurso militar reclamando su intervención como destinada a servir a la fe cristiana contra un enemigo ateo. Inserto en este plan estratégico de buscar legitimidad religiosa surgen los Te Deum evangélicos, pues según Bourdieu (2009: 84): “la iglesia, se encuentra investidas de una función de mantenimiento del orden simbólico... contribuye, por añadidura, al mantenimiento del orden político”. Resulta comprensible que Te Deum desde sus inicios en septiembre de 1975, se haya transmitido en vivo y directo a todo el país por Televisión Nacional de Chile con la más amplia cobertura noticiosa. Todos los canales hasta hoy lo tienen en sus titulares, por tanto, es una noticia que circula en el país y llevado al mundo por las agencias de noticias. Los medios escritos también cubren el hecho, lo que ha facilitado su estudio y acceso a fuentes primarias. Las portadas de la prensa evangélica se cubren de fotos y titulares donde las imágenes del Jefe de Estado junto a pastores y obispo, es un hecho ya tradicional. Esto a su vez representa la cercanía de los líderes religiosos con los políticos en el poder, primero fue con general Pinochet y luego con Aylwin, Frei, Lagos, Bachelet y Piñera. Asimismo, la atención mediática al Te Deum, la presencia de las autoridades y la arquitectura gigantesca de la Catedral creaban la sensación que el evangélico chileno es idénti-

co, monolítico y uniforme, sin tener distintas corrientes, diversas teologías y actitudes hacia el poder y autoritarismo disímiles.

Además, los pastores en provincias y regiones no tardaron en imitar los esquemas de relacionamiento del Consejo de Pastores con la autoridad militar tanto en su forma de organización, vínculos y actos de apoyo al Gobierno Militar a nivel local. Hoy, es común ver como la prensa local en el mes de las fiestas nacionales (septiembre) informa de esta ceremonia que ya es parte del acervo cultural chileno. Por su parte, al interior de las asambleas, convenciones y conferencias regulares de las iglesias, especialmente pentecostales, se introdujo un nuevo actor: “los representantes del Gobierno Militar” quienes se hicieron invitar y muy luego introducir la práctica de contar con la presencia de la autoridad de gobierno a sus reuniones especialmente aquellas masivas y públicas. En principio estos fueron recibidos con agrado y simpatía por los líderes evangélicos como ocurrió en la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile en su Conferencia Anual de 1975 que fue titulado en la revista de la Iglesia en los siguientes términos: “Obispo Mancilla saluda al Intendente, Coronel Ramírez en la Conferencia de Angol”⁵. Los pastores largamente ignorados, por primera vez se sintieron valorados por la autoridad, un hecho inédito en la historia de los evangélicos. Desatando a sí, un proceso de recíproco reconocimiento y legitimidad entre un actor político y un religioso y que perdura hasta hoy.

5. Conferencia Anual de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile Argentina y Perú. *Chile Pentecostal*, n. 606, p. 5, Temuco, Abr./Jun. 1975.

Uno de los elementos más seductores para el mundo político tanto en el Gobierno como oposición o aquellos que buscan legitimidad social es contar con el apoyo en los sectores religiosos; más aún, si se trata de un movimiento en expansión en los últimos 50 años como lo ha sido la iglesia evangélica chilena. Por tanto, uno de los protagonistas silenciosos más significantes en el desarrollo de los Te Deum evangélicos ha sido el templo catedral de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile conocido como “Catedral Evangélica”, o Iglesia de Jotabeche. Este templo, es probablemente el santuario más conocido y representativo en el imaginario colectivo del mundo evangélico del país. Ya sea, por el papel de trascendencia social y política jugado, por la valoración simbólica otorgada por pastores y congregaciones, por el significativo emplazamiento en el espacio urbano o por sus características arquitectónicas que reafirma su pretendida primacía evangélica nacional y la búsqueda de proyección de su arraigo histórico (Vidal, 2012: 198-204).

Sin nos referimos al Servicio de Acción de Gracias como un acto religioso, es importante recalcar que, pese a que tiene lugar en el Templo de la Iglesia Metodista Pentecostal, la ceremonia misma tiene pocas características pentecostales: lejos de la emocionalidad, espiritualidad y espontaneidad de reuniones evangélicas carismáticas, el Te Deum aparece como un culto sumamente ceremonioso, calculado,

6. El Obispo Javier Vásquez falleció el 25 julio de 2003, fue pastor entre 1965-1985 y obispo vitalicio de la Iglesia Metodista Pentecostal (1985-2003) (*La Voz Pentecostal*, n. 45, p. 12-13 2009). Lo reemplazo en su cargo de pastor de la Catedral Evangélica su ex secretario, el laico Eduardo Durán Castro quien el 20 de abril de 2019 en medio de escándalos morales y financieros fue públicamente expulsado por la congregación de la Catedral Evangélica (Mansilla y Orellana, 2019).

7. De acuerdo a La Constitución del 1980, " Disposición Decimocuarta Transitoria disponía la continuidad de Pinochet como Presidente de la República por 8 años, al cabo de los cuales, y de acuerdo a las Disposiciones Vigésimoséptima a Vigésimonovena Transitorias, los Comandantes en Jefes de las Fuerzas Armadas y el Director General de Carabineros por unanimidad propondrían al país el nombre de una persona que ocuparía el cargo de Presidente de la República por 8 años más, sujeto a ratificación en un plebiscito, designación que recayó en Augusto Pinochet". Disponible en:

protocolar, cuyos organizadores están concentradas en las autoridades presentes y no en la comunicación con lo divino.

Los mismos dirigentes que organizaron el acto cívico de apoyo al gobierno militar, del 13 de diciembre de 1974, continuaron las conversaciones con las autoridades políticas para concluir una estrategia que facilitara la permanencia de la relación de apoyo. Primero, en junio del 1975 fue creado el Centro Evangélico Nacional Coordinador de Actividades (CENCA), cuyo logro fundamental fue la formación un mes después del Consejo de Pastores de Chile que lo reemplazo en sus funciones y se convirtió en el principal organismo de coordinación de las relaciones entre las iglesias evangélicas firmantes del documento de apoyo al gobierno militar, y el gobierno de Augusto Pinochet (Lagos, 1988: 184-189). Este organismo tuvo monopolizada la conducción de los Te Deum evangélicos hasta el año 1999 en forma ininterrumpida y siempre bajo el liderazgo de pastores conocidos por su cercanía con Pinochet como lo fueron Pedro Puentes, Ricardo Ramírez, Francisco Anabalón y especialmente el Obispo Javier Vásquez. Este último en su calidad de dueño de casa hasta 2003⁶, no solo pretendía hablar en representación de todos los evangélicos a nivel nacional, algo que aprendió de su antecesor, sino que convirtió a la Catedral Evangélica en un espacio habitual para manipulación política de sus feligreses, indicaciones electorales, declaraciones favorables a los partidarios del régimen autoritario primero, y luego con los gobiernos democráticos a favor de bienes corporativos e interés individual (El *Vistazo*, 1963; Candía, 1985; Araya, 1989; *La Tercera*, 1991; Svensson, 2012).

Te Deum y el retorno de la democracia

Con la puesta en marcha de la Constitución Política de 1980 en marzo de 1981, se abrieron espacio para que los opositores al Gobierno del General Pinochet pudieran expresar su malestar y exigir el término del exilio y una pronta vuelta a la democracia⁷. Así surgieron en 1983 las protestas nacionales que fueron reprimidas violentamente por la dictadura. El país se tornaba violento, varios actores como la Iglesia Católica llamaban a erradicar las confrontaciones. El Te Deum de 1984 los pastores harán lo propio, pero desde su lógica. El sermón lo expuso Álvaro Yáñez, pastor pentecostal de Valparaíso, hijo de uno de los fundadores del pentecostalismo chileno Ramón Yáñez discípulo del pastor W. Hoover⁸. No obstante, el Te Deum demostró la fuerte polarización del sector evangélico y la consolidación de clara conciencia sobre sí mismo como actor público y político nacional. El Pastor Yáñez declaró:

Responsablemente declaramos que, como cristianos, no somos apolíticos, si por tales se entiende a los hombres apáticos, indiferentes, indolentes; a los que niegan la realidad o escapan de ella...

Hablamos de política con mayúscula... Aunque la reconciliación con el hombre no es lo mismo que la reconciliación con Dios, ni el compromiso social es lo mismo que la evangelización, ni la liberación política es lo mismo que la salvación, afirmamos que la evangelización y la acción social y política son parte de nuestro deber cristiano. No debemos temer denunciar el mal y la injusticia, donde quiera que éstos existan (*La Tercera*, 17 Set. 1984).

El Te Deum Evangélico de 1988, y a solo 18 días del plebiscito nacional del 5 de octubre, donde la ciudadanía debía decir mediante el voto universal la continuidad del General Pinochet por ocho años más en la presidencia. La imagen colectiva que proyectaron los medios era que el pueblo evangélico de Chile estaba por la continuidad del gobierno de facto al proclamar en forma religiosamente en cubierta su apoyo. El Obispo Vásquez declaraba abiertamente: “Estamos firmes con la libertad y dispuestos a defenderla” (*La Tercera*, 18 Set. 1988). El sermón estuvo a cargo del Obispo Carlos San Martín de la Iglesia Unida Metodista Pentecostal, en lo medular sostuvo:

Quien siembra odios, tendrá que cosechar odios. No olvidemos que la cosecha será siempre más abundante que la siembra. Imposible es que de nuestros hijos logremos una generación pacífica, si la enseñanza que les están entregando sus padres está fundamentada sobre los principios errados y falsos de intriga, odio y violencia. Seguramente, el resultado será funesto y tendremos hijos más violentistas y con más odio, atrayendo con ello más quebranto a nuestra sociedad (*La Tercera*, 18 Set. 1988).

Estas prédicas y sermones, a través de lenguaje religioso transmitieron claramente su mensaje político, la lealtad inquebrantable al gobierno militar y disponibilidad de defender su permanencia en el poder. La Catedral Evangélica de la Iglesia Metodista Pentecostal no es un simple lugar de oración, sino que se ha constituido en el espacio público, que, crea y distribuye los “bienes simbólicos de salvación”, asimismo, produce y divulga también “bienes simbólicos” terrenales como fue el apoyo abierto al régimen militar y a sus campañas electorales. También, se consolidó la imagen de la iglesia evangélica que parece un actor monolítico, uniforme y que goza el pleno apoyo del gobierno. Y los líderes del Consejo de Pastores, aparentemente, esperaban recibir beneficios jurídicos, simbólicos y materiales a cambio de su lealtad al presidente y sus políticas algo que nunca ocurrió (Lagos, 1988: 206-217). Pero si quedó el Te Deum como ceremonia religiosa y tribuna pública para un actor emergente y controversial, aunque este se gestó en dictadura.

La sociedad chilena vivía el punto de inflexión en su historia pues el plebiscito del 5 de octubre del 1988 Chile debería decir Sí o No a la permanencia del presidente

<https://www.bcn.cl/historiapolitica/constituciones/detalle_constitucion?handle=10221.1/60446>. Consultado el 24 Jun. 2020.

8. El pastor Willis C. Hoover, misionero de la Iglesia Metodista de EE.UU. fue el protagonista del “despertar” pentecostal en Valparaíso en 1909 y fundador de la Iglesia Metodista Pentecostal y la Iglesia Evangélica Pentecostal que constituyen la matriz del movimiento pentecostal chileno.

Pinochet en el poder durante los próximos ocho años. Toda la vida política, social y cultural del país estaba absorbida por el enfrentamiento de las campañas “Por el Sí” o “Por el No”. En este Te Deum se hizo claro que los líderes del Consejo de Pastores hicieron su opción: el reportaje de la Televisión Nacional muestra al general Pinochet al entrar a la Catedral rodeado por las pancartas con la palabra “Sí”. (Televisión Nacional de Chile, reportaje del 12 Set. 1988).

Los sermones y prédicas de pastores que dirigían el culto, tradicionalmente, estaban llenos de adulaciones al presidente del país, agradecimientos a las Fuerzas Armadas por “defender la libertad”, a Pinochet en persona –por garantizar la libertad de cultos y “haber erradicado la pobreza”. En las declaraciones del obispo Vásquez se notaba claramente que para el Consejo de Pastores y para los militares el marxismo seguía siendo el principal enemigo: “Dios no dijo que Chile será para doctrinas foráneas ni las doctrinas ateas, Chile será para Cristo”. El golpe militar seguía siendo interpretado como un hecho mesiánico y profético de salvación, en el cual el obispo se sentía partícipe y precursor a decir en la ceremonia “El 4 de agosto del 1973, cuando un espíritu poderoso me tomó ante muchos testigos que hay aquí y dijo que próximamente habría cambios de estructuras socioeconómicas y políticas, y Chile se libraría de una gran catástrofe. Y así fue. Se cumplió la profecía”. Al mismo tiempo, se observa que este sector religioso adquirió la conciencia de sí mismo como “una fuerza considerable”, “para defender al país de todos los enemigos”, constituyendo “más de 30% de la población nacional”. –Solo, la Iglesia Metodista Pentecostal dirigida por el Obispo Vásquez reportaba 1.500.000 fieles, algo que siempre estuvo en duda (La Voz Pentecostal, 1990: 40, 1995: 5)– cuando en realidad, eran mucho menos. El Censo del 1992 arrojó que el número de evangélicos en el país llegaba al 13%.

Aparentemente, al igual como Pinochet, el obispo Vásquez y los demás organizadores del Te Deum no tenían duda alguna en el triunfo del Sí en el próximo plebiscito que determinaría la continuidad de la permanencia del general en el poder. Y, siempre dentro de la tradición de esta ceremonia, nunca se abordó el tema de derechos humanos, torturas ni desapariciones. Nunca fueron cuestionadas las reformas económicas de los *Chicago boys*, niveles de cesantía y pobreza que existían en el país, ni el costo social de las transformaciones neoliberales. Claramente, en su lucha por el reconocimiento y nuevo estatus para de los evangélicos, para el Consejo de Pastores la democracia no presentaba valor alguno.

En el plebiscito del 5 de octubre el General Pinochet fue derrotado, y de inmediato reconocido por los demás integrantes de la Junta Militar. Esto, significó que se debían realizar elecciones libres para presidente, diputados y senadores el año

siguiente. Comenzaba la transición a la democracia. En este contexto, los obispos y pastores tanto organizadores de los Te Deum y la Catedral Evangélica seguían haciendo campañas para los candidatos de derecha y prestaban abiertamente sus templos para los actos y declaraciones políticas de inclinación e ideológicamente determinada. Indicar, por cual candidato tenían que votar los feligreses para garantizar la continuidad del legado del régimen militar, se convirtió en la práctica habitual del obispo Vásquez (*La Voz Pentecostal*, entre 1986 y 2003).

El Te Deum Evangélico que se desarrolló el 17 de septiembre de 1989 tuvo una gran afluencia de ministros de estado, candidatos a diputados y senadores. Hernán Büchi, ex ministro de Hacienda del gobierno de Pinochet, lo hizo en su calidad de candidato a la presidencia. La intervención del Obispo Javier Vásquez, fue abiertamente para agradecer al General Pinochet “por ser el único Jefe de Estado en la historia de Chile que ha llegado a nuestro templo, desde 1974 hasta ahora. Lo mismo han hecho intendentes gobernadores y alcaldes en todo el país. Estamos eternamente agradecidos” (*La Tercera*, 18 Set. 1989). El sermón lo impartió el Obispo Francisco Anabalón quien llamo a la reconciliación en los siguientes términos: “Los evangélicos estamos interesados en el destino de la patria. Tenemos el derecho y aun el deber de demandar de todos cuantos están en el servicio público, que ejerzan, que den ejemplo de conducta en el plano de la convivencia fraterna” (*La Tercera*, 18 Set. 1989).

Las autoridades democráticas del país parecían estar confundidas frente a este evento religioso tan estrechamente vinculado a la dictadura. El presidente Aylwin en septiembre de 1991 no estaba seguro si seguía asistiendo este culto que se había convertido en el símbolo de reconocimiento mutuo entre el poder militar y los evangélicos. Una vez concluido el servicio el presidente Aylwin declaraba a los periodistas en su despedida: “Como Presidente de todos los chilenos, he creído que debía concurrir cuando un grupo de cristianos oran por la Patria. Sus oraciones me fortalecen, porque un gobernante necesita el apoyo de sus compatriotas y de Dios”. Pese a que en un momento declaro que no iba a volver a participar en el Te Deum Evangélico, luego cedió a las voces de sus consejeros políticos que lo convencieron que esta ceremonia ya convertida en una tradición, debía continuar como símbolo de respeto a la libertad y diversidad religiosas. Se afirmaba a sí “la religión en movimiento” (Hervieu-Lélger, 2004). La participación en el Te Deum Evangélico del primer presidente elegido democráticamente desde el 1970 comprobó que los cristianos no católicos ganaron su espacio en la esfera pública y consolidaron su reconocimiento por las autoridades y la sociedad como un significativo actor social y la minoría religiosa más importante, independientemente de su orientación ideológica. Desde ahora en adelante los máximos dirigentes del país tendrían que asistir los dos Te Deum paralelos, el Evangélico y el Ecuménico. El espacio público y

reconocimiento social ganados por los evangélicos fueron consolidados posteriormente por la aprobación de la Ley de Cultos en 1999, el 31 de octubre declarado feriado nacional como día de las Iglesias evangélicas y protestantes, capellanías en las fuerzas armadas y en la casa de gobierno. Sin embargo, hasta el día de hoy el Te Deum se mantiene como la presencia pública más importante de los evangélicos en la sociedad y política chilenas.

Te Deum Evangélico como espacio político

Como hemos mencionado anteriormente, tras el golpe del 1973, el mundo evangélico chileno quedó tan dividido como el católico o político secular. Si bien gran cantidad de pastores evangélicos y pentecostales han expresado su apoyo al gobierno militar, otro sector cristiano no católico desde un principio se comprometió con la causa de protección de derechos humanos, ayuda jurídica a las víctimas y acompañamiento a las familias de los detenidos. Eran organizaciones que hasta el día de hoy son poco conocidas por la opinión pública nacional, en las cuales varios actores evangélicos y protestantes se hicieron frente contra la dictadura: Comité por la Paz, Fundación de Ayuda Sociales de las Iglesias Cristinas (Fasic), Servicio Evangélico para el Desarrollo (Sepade), Confraternidad Cristiana de Iglesias (CCI). Esta última en agosto del 1986 presentó la carta al general A. Pinochet, en la cual, a diferencia de la carta del 1974, se condenaba la pobreza, precariedad y desamparo social que se vivía en el país y el uso excesivo de miedo y la violencia, llamando a respetar los derechos humanos. (Mansilla & Orellana 2018). De este sector surgieron los cuestionamientos en cuanto a la vigencia y continuidad de Te Deum Evangélico.

Fue la Confraternidad Cristiana de Iglesias (CCI) el primer organismo que públicamente manifestó su crítica y rechazo al Te Deum como encarnación de alianza simbólica entre los evangélicos y la dictadura militar. Uno de los líderes de este sector, el director de la ONG Servicio Evangélico de Desarrollo (Sepade), Juan Sepúlveda, expresaba:

Las iglesias miembros de la Confraternidad Cristiana de Iglesias se inclinaron, tempranamente, en favor de un retomo a la práctica de un único Te Deum, aunque profundizando su sentido ecuménico... La CCI, en carta dirigida al Presidente de la República, planteó sus reservas y fundamentó su posición a favor de un único Te Deum Ecuménico, y evitar seguir transformando esta práctica en un campo de disputa religiosa que no contribuye a la unidad nacional (Equipo Evangelio y Sociedad, 1991: 24-27).

Con el paso del tiempo El Te Deum Evangélico se convirtió en un tipo de evento al que rutinariamente las autoridades se ven obligadas a asistir, a pesar de que

prevén lo incómoda que será la situación. Para estos no importa qué se diga desde el púlpito, deben mantener un rostro impertérrito. Ya eso basta para quitar toda seriedad a la situación: aunque quien tiene el micrófono diga cosas sumamente serias y dignas de consideración, difícilmente será recibido, pues no estamos ante un oír libre. De parte del político que asiste, lo que está teniendo lugar es un acto de reconocimiento hacia los evangélicos y ese tipo de acto obliga al asentimiento o al silencio, impidiendo la consideración libre, serena y diferenciada. Que los pastores sientan que han hablado, o que el gobierno sienta que los ha escuchado. En opinión del filósofo M. Svensson ambas conclusiones son en realidad erróneas. Este mismo pensador en referencia al futuro del Te Deum Evangélico dice:

La existencia de este acto, como tal vez única instancia de la vida evangélica con amplia cobertura periodística, lo convierte en una catarsis que en lugar de estimular es capaz de incluso inhibir la participación pública seria de los evangélicos. Su eliminación, o una creciente indiferencia del mundo político y periodístico respecto de la ceremonia, contribuirían a una más sana integración de los evangélicos en nuestra vida pública (Svensson, 2012: 12).

Los sectores liberales y ecuménicos del mundo evangélico chileno rechazan la legitimidad del Te Deum como producto de una alianza oportunista del gobierno militar con un sector religioso que aprovechó la oportunidad para lograr reconocimiento y beneficios en ausencia de otro actor más poderoso, la Iglesia Católica. Este actor, no alcanzó avizorar que se estaba en el inicio o “el fin de las identidades religiosas heredadas” (Hervieu-Lélger, 2004: 63). Los objetivos de líderes evangélicos que presentaron su apoyo al gobierno militar en 1974 claramente tenían carácter coyuntural y corporativo, que buscaba defender intereses sólo de su propio sector, sin pensar en un amplio proyecto nacional. La búsqueda de privilegios institucionales en su momento prevaleció sobre los valores cristianos, y el edificio o Catedral Evangélica en vez de convertirse en un símbolo de integridad espiritual cristiana, comenzó a asociarse con interés egoísta y mundano, con la lucha por valores y bonificaciones terrenales. A pesar de esto, no podemos quitar la importancia al hecho de que la “desprivatización” de los evangélicos tras su expresión pública de apoyo al golpe militar le ayudó como minoría religiosa en su conjunto a recibir el reconocimiento nacional y la legitimidad de sus demandas a tener la igualdad de derechos jurídicos y culturales. A este proceso, Casanova lo llamo “desprivatización” de la religión moderna, en nuestro caso de las iglesias evangélicas que “abandona la esfera privada y entra en la esfera pública para tomar parte en el proceso en curso de debate”: la legitimación discursiva y el nuevo trazado de fronteras”. Algo, que se dará una década más tarde, cuando las iglesias interpelaran a los gobiernos democráticos por normativas o leyes que colisionan con sus postulados religiosos. Para

los evangélicos, será el primer examen: “tendrá que aprender a vivir con el pluralismo religioso, dentro y fuera de la Iglesia” (2000: 300). Pues, muchas veces amplios sectores evangélicos y pentecostales se han anclado a “paradigmas premodernos” de pensamiento y acción. Nos queda la interrogante ¿Podrán situarse a la altura de los nuevos tiempos?

A modo de conclusión

El Te Deum Evangélico nace como un acto político dentro de contexto político específico. Nace como una institución profundamente negacionista: anticatólica, anticomunista, anti ecuménica (Lago, 1988), anti atea, anti democrática y anti liberal. Se construye no en busca de profundización y elevación de valores espirituales, sino como resultado de intentos de algunos pastores evangélicos de aprovechar el vacío ético-normativo dejado por la Iglesia Católica para satisfacer sus intereses personales, corporativos, políticos y totalmente mundanos. El lenguaje religioso de los organizadores de Te Deum estaba elaborado para expresar estos objetivos. La presencia del presidente de la República en la celebración evangélica más importante tenía muchos significados: la salida del mundo evangélico a la esfera pública, su anhelado reconocimiento por las autoridades y el mundo político, “venganza” al catolicismo y posibilidad de obtener varios símbolos de presencia pública: tener capellanías en el palacio presidencial y en las fuerzas armadas, obtener terrenos para la construcción de templos, visitar cárceles y hospitales. Estos reconocimiento y visibilidad finalmente logrados para el sector fundamentalista y conservador eran para éste mucho más importante que la democracia, defensa de derechos humanos y el costo humano que pagó la sociedad chilena por las reformas neoliberales. Es decir, estas iglesias despreciaron los valores humanos y democráticos para elevar su estatus y codearse con las máximas autoridades del gobierno. Estos oportunismo e instrumentalización de “los bienes de salvación” no les ayudaron a los conservadores a mejorar su imagen en la opinión pública nacional tras el regreso de la democracia. Sin embargo, la consolidación y continuidad del Te Deum Evangélico reflejó la diversificación del campo religioso chileno y significó un importante paso hacia su pluralización (Frigerio y Wynarczyk, 2008).

Continuando con el pensamiento de Svensson, tal vez sea tiempo, de repensar de un modo más profundo no sólo la existencia del Te Deum, sino toda la relación de la vida pública chilena con la religión. Tal replanteamiento no tendría por qué significar una mayor separación de la vida pública y la fe, podría implicar incluso su mayor interacción. Porque una cosa es la separación entre el Estado y las iglesias (separación por la que hay que velar), y una muy distinta es la relación entre la religión y la vida pública, el modo en que la religión motiva y nutre la participación

política de algunos ciudadanos. Distinguir esas dos cosas sin duda es más viable cuando los actores principales son laicos y no pastores. Pero también si los actores son laicos un sano desarrollo de esta relación entre religión y vida pública debiera dar lugar a la expresión de convicciones robustas sin que nadie se escandalice como ha ocurrido en los últimos servicios.

Referencias

ARAYA, Eugenio. *Los evangélicos, la política y el mundo*. Santiago: Comunidad Teológica Evangélica de Chile, 1989.

BASTIAN, Jean-Pierre. La recomposición religiosa de América en la modernidad tardía. In: _____. *La modernidad religiosa: Europa latina y América Latina en perspectiva comparada*, p. 155-174. México: FCE, 2004.

_____. *La mutación religiosa en América Latina. Para una sociología del cambio social en la modernidad periférica*. México: FCE, 1997.

_____. *Protestantismo y modernidad latinoamericana. Historia de las minorías religiosas activas en América Latina*. México: FCE, 1994.

_____. *Historia del protestantismo en América Latina*. México: Cupsa, 1990.

BAZLEY, Bárbara. *Somos anglicanos*. Santiago: Imprenta Editorial Interamericana, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *La eficacia simbólica: religión y política*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

_____. Génesis y estructura del campo religioso. *Relaciones*, v. 27, p. 29-83, Otoño 2006.

CANALES, Hermes. *Firmes y adelante: evangélicos por la igualdad*. Santiago: Auto-edición, 2000.

CANDÍA, Luis Domingo. Nuestro credo es el evangelio, no la política. *Diario: Las Últimas Noticias*, p. 18-19. 4 Ago. 1985.

CASANOVA, José. *Religiones públicas en el mundo moderno*. Madrid: PPC, 2000.

_____. Dimensiones públicas de las religiones en las modernas sociedades occidentales. *Iglesia Viva*, n. 178-179, p. 395-410, Jul./Oct. 1995.

_____. *The public religion in the modern world*, Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CATOGGIO M. S.; ORTEGA., M. Religious beliefs and actors in the legitimization of military dictatoships in the southern corn, 1964-1982. *Latin American Perspectives*, v. 38, n. 6, p. 25-37, 2011.

CLEARY, E.; SEPULVEDA, Juan. Chilean pentecostalism: a coming of age. In: CLEARY E.; STEWART-GAMBINO, H. *Power, politics and pentecostals in Latin America*, p. 97-122. Boudler: Westview Press, 1998.

CORVALÁN, Oscar. Distribución, crecimiento y discriminación de los evangélicos pentecostales. *Revista Cultura y Religión*, v. 3, n. 2, p. 70-91, 2009.

CRISTI M.; L. Dawson. Civil Religions in comparative perspective: Chile under Pinochet (1973-1989). *Social Compass*, v. 43, n. 3, p. 329-338, 1996.

DEPTO. DE RR.PP. 86ª. Conferencia Anual Internacional de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile. *La Voz Pentecostal*, n. 26, p. 5-7, 1995.

DIANTEILL, Erwan; LOWY, Michael. *Sociologías y religiones. Aproximaciones disidentes*. Buenos Aires: Manantial, 2009.

DIAZ, Rodrigo. *Los lugares de lo político, los desplazamientos del símbolo: poder y simbolismo en la obra de Víctor W. Turner*. Barcelona: Gedisa, 2014.

DUCH, Lluís. *Religión y política*. Barcelona: Fragmenta Editorial, 2014.

DURÁN, Castro. Conferencia Anual Internacional de los 80 años. *La Voz Pentecostal*, n. 40, p. 40, Dic. 1990.

EQUIPO EVANGELIO Y SOCIEDAD. Los Te Deum, centro de la polémica. *Evangelio y Sociedad*, n. 11, p. 24-27, 1991.

FEDIAKOVA, Evguenia. *Evangélicos, política y sociedad en Chile. Dejando el refugio de las masas, 1990-2010*. Santiago: CEEP Ediciones; Idea, 2013.

FRIGERIO, Alejandro; WYNARCZYK Hilario. Diversidad no es lo mismo que el pluralismo. Cambios en el campo religioso argentino (1985-2000) y la lucha de los evangélicos por sus derechos religiosos. *Sociedade e Estado*, v. 23, n. 2, p. 227-260, 2008.

GALILEA, Carmen. *El predicador pentecostal*. Santiago: Centro Bellarmino-Cisoc, 1991.

_____. *El pentecostal: testimonio y experiencia de Dios*. Santiago: Centro Bellarmino-Cisoc, 1990.

_____. *Sectas modernas y el contexto socio religioso en Chile*. Santiago: Centro Bellarmino-Cisoc, 1988.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *El peregrino y el convertido. La religión en movimiento*. México: Ediciones del Helénico, 2004.

HOOVER, W. C. *Historia del avivamiento pentecostal en Chile*. Valparaíso, CL: Imprenta Excelsior, 1948.

HURTADO, Alberto. *¿Es Chile un país Católico?* Santiago: Ediciones Splendor, 1941.

JEVITIC M. Political science and religion. *Politics and Religion Journal*, v. 1, n. 1, p. 59-69, 2007,

KESSLER, Juan. *El comienzo de los protestantes, pentecostales y adventistas en Chile*. Santiago: Primeras Ediciones; Sabiduría Libros, 2019.

LABARCA, Eduardo. *El Chile invadido, reportaje a la intromisión extranjera*. 2. ed. Santiago: Editorial Austral, 1969.

LAGOS, Humberto. *El general Pinochet y el mesianismo político*. Santiago: LOM, 2001.

_____. *Crisis de la esperanza*. Santiago: Presor, 1988.

LALIVE D'EPINAY, Christian. *El refugio de las masas*. Santiago: Ediciones El Pacífico, 1968.

LÖWY, Michael. *Guerra de dioses, religión y política en América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

MANSILLA, Miguel. *La buena muerte. La cultura del morir en el Pentecostalismo*. Santiago: UNAP-RIL, 2016.

_____. *La cruz y la esperanza: La cultura pentecostal en la primera mitad del siglo XX*. Santiago: Universidad Bolivariana, 2009.

_____. Nacidos en la calle. De la construcción bestial del predicador callejero a su construcción como patrimonio cultural. *Revista de Ciencias Sociales*, Santiago del Estero Argentina, 2005. Disponible en: <http://acilbuper.webcindario.com/ague-ro_nacidos_en_la_calle.html>.

MANSILLA, Miguel; ORELLANA, Luis. El Obispo Durán y la jaula de hierro. Santiago: *Le Monde Diplomatique*, p. 8, Jun. 2019.

_____. Evangélicos y política en Chile 1960-1990. Santiago: RIL Editores; Universidad Arturo Prat, 2018.

MANSILLA, Miguel; ORELLANA, Luis; PANOTTO, Nicolás. La participación política de los evangélicos en Chile (1999-2017). *Rupturas*, v. 9, n. 1, p.179-208, 2019.

ORELLANA, Luis. El fuego y la nieve, historia del movimiento pentecostal en Chile 1909-1932. Concepción: Ceep Ediciones, 2008.

ORTIZ, Juan. *Historia de los evangélicos en Chile 1810-1891: de disidentes a canutos*. Concepción, Ceep Ediciones, 2009.

PALMA, Irma (Ed.). *En tierra extraña. Itinerario del pueblo pentecostal chileno*. Santiago: Editorial Amerindia, 1988.

PARKER, Cristian. *Religión y posmodernidad*. Lima: Proceso Kairos, 1997.

_____. *La otra lógica en América Latina: religión popular y modernización capitalista*. México: FCE, 1996.

PÉREZ DE ARCE, Hermógenes. *Historia de la revolución militar chilena 1973-1990*. Santiago: Editorial El Roble, 2018.

PÉREZ, José. *Entre Dios y el César, el impacto político de los evangélicos en el Perú y América Latina*. Lima: Konrad Adenauer Stiftung, 2017.

PIÑERA, Bernardino. La Iglesia chilena en medio de las corrientes ideológicas actuales. *Pastoral Popular*, n. 66, p. 2- 14, Santiago, 1961.

PUENTE, Pedro. *Posición evangélica: un documento que define posiciones*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1975.

SÁNCHEZ, Marcial; MORENO, Rodrigo. *Historia de la Iglesia en Chile*. Tomo V, "Conflictos y esperanza, remando mar adentro". Santiago: Editorial Universitaria, 2017.

SEPÚLVEDA, Juan. *De peregrinos a ciudadanos*. Santiago: CTE-Konrad Adenauer Stiftung, 1999.

_____. Editorial. *Evangelio y Sociedad*, n. 7, p. 2, 1990.

STOLL, David. *¿América Latina se vuelve protestante?* Cayombe, Ec: Abya-Yala, 1991.

SVENSSON, Manfred. Que al Tedeum se lo lleve el cuco. *Prensa Evangélica*, n. 125, p. 12, 2012.

TELEVISIÓN NACIONAL DE CHILE. Reportaje, 12 Set. 1988.

TENNEKES, Hans. *El movimiento pentecostal en la sociedad chilena*. Iquique, CL: CIRN, 1985.

TOCQUEVILLE, Alexis. *La democracia en América*. México: FCE, 2012.

VERGARA, Ignacio. *El protestantismo en Chile*. Santiago: Ediciones del Pacífico, 1962.

VIDAL, Rodrigo. *Entender el templo pentecostal, elementos, fundamentos, significados*. Concepción: Ceep Ediciones, 2012.

WILLEMS, Emil. *Followers of the new faith. Culture change and the rise of protestantism in Brasil and Chile*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 1967.

ZELADA, Ernesto. *Vea*, p. 15, 16 Out. 1975.

Revistas:

Capítulo 30. "División en el pueblo evangélico. Año VI, p. 10-11, Oct. 2000.

Chile Pentecostal. Órgano oficial de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile hasta 1979.

_____. n. 606, p. 5, 1975. Conferencia Anual de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile Argentina y Perú.

La Voz Pentecostal, Órgano oficial de la Iglesia Metodista Pentecostal de Chile desde 1980.

CNI infiltró Iglesia Metodista Pentecostal, *Punto Final*, p. 11, Nov. 1991.

Periódicos:

El Mercurio. Candidatos a la conquista del voto evangélico, 29 Set. 1999.

La Tercera. Santiago, septiembre 15 de 1975.

_____. Santiago, 17 Set. 1984.

_____. Santiago, 18 Set. 1988.

_____. Santiago, 18 Set. 1989.

_____. Santiago, 17 Set. 1990.

_____. Cisma amenaza a la Iglesia Metodista. Segundo cuerpo, p. 1-3, 24 Feb. 1991.

La Época. Santiago, 17 Set. 1990.

Vea. Monseñor Carlos Camus, La polémica de sobre mesa, p. 10-13. 16 Out. 1975.

Vistazo. Periódico de orientación marxista que reportó las acusaciones de corrupción compromisos políticos del Obispo Umaña en sus ediciones de los días 10, 17, 24 y 31 de diciembre de 1963.

_____. Ediciones de los días 10, 17, 24 y 31. Santiago, Dic. 1963.

Capítulo 30. División en el pueblo evangélico por causas políticas, n. 76, p. 10-11, Set. 2000.

Digital

Constitución política de Chile del 1980. Disponible en: <https://www.bcn.cl/historiapolitica/constituciones/detalle_constitucion?handle=10221.1/60446, consultado el 24.06.2020>.

Noticiero 60 minutos. TVN, 14 Set. 1975. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=NIEabt1caRc&fbclid=IwAR1zMUMnzVB7qH-TMED0tsLTSgS-K2UgLjWN0fXOwaEAtJ6H8QcXwy9rJUJA>>.

Te Deum Evangélico, Set. 1988: <https://www.youtube.com/watch?v=aPN1MGij_wg&t=29s>.



“Nos e fidju la di gueto,
nos e fidju di imigranti,
fidju di Kabu Verdi”:
estética, antirracismo e engajamentos
no rap crioulo em Portugal*

Recebido: 09.07.20
Aprovado: 22.10.20

Otávio Raposo**
Pedro Varela***
José Alberto Simões****
Ricardo Campos*****

Resumo: Ao longo de décadas, o rap tem sido central na construção de um discurso antirracista em Portugal. Com músicas a denunciar a violência policial, a exclusão social, o legado colonial e o racismo, os rappers negros das periferias de Lisboa desempenham um papel de vanguarda na luta contra a opressão racial, particularmente aqueles que cantam em crioulo cabo-verdiano. Apoiados por dispositivos e redes digitais, estes jovens constroem circuitos de sociabilidade e de produção musical impulsionadores de uma estética insurgente capaz de desafiar o estatuto de subalternidade que lhes é imposto. O presente trabalho debruça-se sobre a importância do rap na exposição do problema do racismo na sociedade portuguesa. Recorrendo a diferentes pesquisas de natureza qualitativa, analisamos os estilos de vida, as letras de música, o acesso às redes digitais e os engajamentos dos rappers no movimento antirracista.

Palavras-chave: Rap crioulo. Jovens negros. Racismo. Estética. Portugal.

“We are sons of the ghetto, we are sons
of immigrants, sons of Cape Verde”:
aesthetics, anti-racism, and engagements
in Creole rap in Portugal

Abstract: Throughout decades, rap music has been central to the construction of an anti-racist discourse in Portugal. With songs denouncing police violence, social exclusion, colonial legacy and racism, black rappers from the peripheries of Lisbon play a vanguard role in the fight against racial oppression, particularly those who sing in Cape Verdean Creole. Supported by digital devices and networks, these young people build circuits of sociability and musical production that promote an insurgent aesthetic capable of challenging their imposed subordinated status. This paper focuses on the relevance of rap in making the problem of racism visible in the Portuguese society. Using different qualitative researches, we analyzed lifestyles, lyrics, access to digital networks and the engagements of rappers in the anti-racist movement.

Keywords: Creole rap. Black youth. Racism. Aesthetics. Portugal.

* Em português:
“Nós somos filhos
lá do gueto, nós
somos filhos de
imigrantes, filhos
de Cabo Verde”.
Karlton & Primeiro
G-11º ilha, 2018.
Este texto inscreve-
se nos projetos
ArtCitizenship
(PTDC/SOC-
SOC/28655/2017) e
“UIDB/04647/2020”
do CICS.
NOVA – Centro
Interdisciplinar de
Ciências Sociais da
Universidade Nova
de Lisboa, ambos
financiados por
fundos nacionais
através da Fundação
para a Ciência e a
Tecnologia (FCT),
I.P. Resulta ainda
do apoio da FCT, no
âmbito da bolsa de
Doutoramento SFRH/
BD/129171/2017.

** Otávio Raposo
é pesquisador
integrado do Centro
de Investigação
e Estudos de
Sociologia (Cies-
Iscte) e professor
auxiliar convidado
do Instituto
Universitário de
Lisboa (ISCTE-IUL),
Lisboa, Portugal.
Orcid: 0000-0001-
8000-6901.
<otavio_raposo@
iscte-iul.pt>

*** Pedro Varela é mestre em antropologia e doutorando no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal. Orcid: 0000-0002-7332-8635. <pedromfvarela@gmail.com>.

**** José Alberto Simões é professor auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), pesquisador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA - NOVA FCSH), Lisboa, Portugal. Orcid: 0000-0003-1328-5255. <sjav@fcsch.unl.pt>.

***** Ricardo Campos é mestre em sociologia e doutor em antropologia visual, investigador integrado (Investigador FCT) no CISC.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal. Orcid: 0000-0003-4689-0144. <rmocampos@yahoo.com.br>.

1. O rap crioulo em Portugal distingue-se por ser cantado em crioulo cabo-verdiano. Esta é a língua dominante de Cabo Verde, uma combinação híbrida entre o português e outras

Introdução

O presente artigo parte do rap protagonizado pelos jovens negros das periferias de Lisboa, nomeadamente do rap crioulo¹, para refletir sobre a produção musical, os estilos de vida e o antirracismo em Portugal. Com cada vez mais adeptos, este estilo musical desafia a posição de subalternidade ocupada pelos afrodescendentes na sociedade portuguesa, ao denunciar o racismo e a criminalização dos territórios em que vivem. A maioria desses rappers nasceram e/ou foram socializados em Portugal, pertencem às classes populares, vivem em bairros rotulados como “problemáticos” às margens de Lisboa e são descendentes de famílias oriundas de países africanos que foram outrora colônias portuguesas, principalmente de Cabo Verde. Por via das suas letras musicais, estes rappers contrariam a imagem benevolente de um Portugal multicultural, tolerante e livre de discriminação incentivada pelos discursos oficiais, confrontando criticamente o legado do colonialismo e a sua conexão com processos mais amplos de exclusão. O racismo cotidiano e a estigmatização a que são sujeitos reafirmam a sua exclusão do “corpo da nação”, pensada a partir do ideário da branquitude², o que para alguns deles se conjuga com o agravante de lhes ter sido negada a nacionalidade portuguesa. O princípio de *jus sanguinis*, pelo qual se rege a lei atual, converte-os muitas vezes em estrangeiros no seu próprio país³, legitimando o caráter *outsider* destes jovens, sobretudo quando se acumulam com outros elementos de marginalização: pobreza, baixa escolaridade, estigma e segregação territorial.

A poesia em crioulo e em português³ é a matéria-prima para reinventarem a vida e imaginarem a si próprios de uma forma digna, na qual redes digitais e de sociabilidades se tornaram importantes aliadas. Mais do que uma mera atividade lúdica, a música rap para esses jovens exerce uma função contraestigmatizadora, fomentando identidades positivas ao mesmo tempo que incute projetos de transformação social. Com um discurso consciente e de valorização da negritude, esses rappers afirmam uma estética insurgente que enaltece áreas marginalizadas da cidade ao mesmo tempo que tornam visível uma presença negra e africana que tarda em ser reconhecida pelas instituições do Estado. Ao propor o conceito de “estética insurgente”, chamamos atenção para o potencial das práticas criativas entre os sujeitos racializados (Raposo, Sedano & Lima, 2020), em que a cidadania, a pertença e o território são questionados com vista a afirmar um espaço de legitimidade na sociedade portuguesa.

Neste artigo articulamos pesquisas de natureza qualitativa, realizadas pelos autores em diferentes períodos de tempo, envolvendo etnografia, observação on-line e antropologia visual. A realização do documentário *Nu Bai. O rap negro de Lisboa*⁵

(2007) foi decisivo para a familiarização de alguns de nós com o rap crioulo e a condição juvenil das populações afrodescendentes. Este conhecimento solidificou-se a partir do trabalho de campo realizado na Cova da Moura (Raposo, 2005; Varela, Raposo & Ferro, 2018) e Arrentela (Raposo, 2007), bairros com forte presença negra, localizados nas cidades da Amadora e do Seixal, municípios limítrofes à cidade de Lisboa. Outra parte da observação empírica resultou de duas pesquisas financiadas, sendo a primeira sobre o movimento hip-hop em Portugal (2002-2004) e a segunda (2010-2011) incidindo sobre o papel desempenhado pela internet e outros recursos digitais nas práticas de produção/consumo do rap (Simões & Campos, 2017). As entrevistas e reflexões desse capítulo alimentam-se principalmente do material analítico proveniente desses projetos realizados e de outros em andamento e/ou atualização.

Localizando o rap e a cultura hip-hop: das ruas de Nova Iorque aos circuitos digitais

O rap (acrônimo de *rhythm and poetry*), apesar de se ter difundido por todo o planeta como gênero musical multifacetado, composto por diversos subgêneros, tem já uma história razoavelmente longa de cerca de meio século. É unânime a identificação espaço-temporal de suas origens: Nova Iorque, início dos anos 70 do século XX. Foi no South Bronx que despontou a denominada cultura hip-hop⁶, uma cultura de rua essencialmente juvenil, composta por diferentes vertentes expressivas – rap (*dj'ing e mc'ing*), *graffiti* e *break dance* (Bennett, 2000; Keyes, 2004; Rose, 1994). A vertente musical – o rap – é composta a partir de dois elementos expressivos e dois agentes criativos: o *dj'ing* (atividade levada a cabo pelo *disk jockey*) e o *mc'ing* (atividade a cargo do mestre de cerimônias ou cantor rap)⁷.

Podemos identificar no rap, desde as suas origens, uma dimensão política que se converteu em símbolo do próprio movimento (Lipsitz, 1994; Rose, 1994). Numa certa acepção, desde os seus primórdios, o hip-hop e o rap constituíram-se como formas de expressar o descontentamento e a resistência de populações racializadas que vivem em contextos de pobreza e segregação urbana (Kitwana, 2004; Neal, 2004; Simões, 2010). Desta forma, o rap procurava refletir a experiência de marginalização, exclusão social e racismo vivida nos bairros pobres de Nova Iorque.

As palavras dos rappers geralmente narravam histórias do cotidiano sob forma rimada que tanto podia ser de ordem política e social, como sexual (Rose, 1994; Perkins, 1996), apresentadas em contextos de improviso onde a destreza verbal era avaliada em combates simbólicos (conhecidos por *battles*) entre os participantes.

línguas da África Ocidental. Existem diversos crioulos de base portuguesa, nomeadamente o crioulo da Guiné-Bissau, próximo do cabo-verdiano. No entanto, ao longo do texto quando nos referirmos ao rap crioulo, ou à língua crioula, estaremos nomeando apenas a matriz cabo-verdiana, dada a sua maior influência no rap e na linguagem quotidiana dos jovens das periferias de Lisboa.

2. A ideia de 'raça', com os seus fenótipos associados, tem servido como matriz no estabelecimento de critérios para designar aqueles que pertencem ao corpo da nação e quais são os seus estrangeiros, ocupando um papel central no projeto moderno de edificação do Estado-nação (Goldberg, 2002).

3. A Lei da Nacionalidade em Portugal fundamentada na prevalência do princípio de *jus sanguinis* sobre o princípio de *jus soli*, determina que não basta nascer em Portugal para se ser português. Para mais informações consultar: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=614&tabela=leis>.

4. Embora o foco deste artigo seja o rap crioulo,

consideramos que seria equivocado não ampliar a análise para o conjunto de rappers negros das periferias de Lisboa. Independentemente da língua, todos partilham condições sociais e econômicas bastante parecidas e fazem parte de uma mesma história: a diáspora africana. Nessa perspectiva, uma das componentes fundamentais na formulação das identidades desses rappers é sua condição de pobres e negros, bem como o conteúdo politizado de suas letras, o que torna as diferenças de nacionalidade (e linguística) pouco significativas. Por outro lado, a maioria dos rappers que cantam em crioulo também rimam em português, existindo também vários casos de jovens brancos ou de outras origens africanas a utilizarem o crioulo em suas músicas (Raposo, 2007).

5. Este documentário foi filmado entre os anos 2003 e 2006, um registo audiovisual extremamente rico na abordagem de uma expressão musical até então marginalizada.

6. A este respeito importa referir à figura lendária de Afrika Bambaata, fundador de uma organização informal juvenil intitulada The Zulu Nation, criada com o intuito de

Aquilo que começou por ser um fenómeno localizado, rapidamente se expandiu, fortemente impulsionado pela mídia e pelas indústrias culturais: indústria discográfica, televisiva e cinematográfica. Hoje estamos diante de um fenómeno global, o que significa que, apesar da matriz original do hip-hop e do rap ainda existir, multiplicaram-se os formatos expressivos e os subgêneros musicais enquadrados nesta categoria. Podemos certamente afirmar que o rap se adapta a novos contextos sociais, culturais e econômicos, transformando-se num gênero musical cada vez mais híbrido (Huq, 2006; Pardue, 2011; Saucier, 2011). Neste sentido, ainda que seja possível detectar convergências entre todas as suas expressões, por partilharem um imaginário e referências simbólicas comuns, encontramos igualmente divergência entre as suas diferentes manifestações que decorre das especificidades dos contextos onde o hip-hop e a música rap foram adotados e se implantaram, adaptando e recriando localmente a linguagem globalmente partilhada (Simões, 2010: 70; Mitchell, 2001).

A anterior matriz identitária do rap, relacionada às origens sociais específicas e a uma vocação contestatária, evidenciam um vínculo ideológico que ainda hoje permanece como imagem de marca deste movimento cultural. Há, por isso, uma corrente do rap – com menor visibilidade quando comparada com o rap “comercial” (Simões, 2010) – que continua a afirmar a sua ligação ao local, às culturas de rua e a um propósito de denúncia social e política (Fradique, 2003; Raposo, 2010).

O rap, enquanto voz dos oprimidos, continua, atualmente, a expressar-se nos mais variados recantos do planeta, sendo empregue por diversas comunidades como canal de afirmação na esfera pública (Huq, 2006; Mitchell, 2001; Pardue, 2011; Saucier, 2011). Na verdade, esta vocação contestatária do rap decorre das afinidades entre os contextos sociais onde este surgiu e posteriormente se implantou, onde se podem identificar circunstâncias e causas próximas.

Deste modo, embora sejam conhecidas as semelhanças socioeconômicas e étnicas existentes entre os contextos criativos da música rap em vários países europeus – associados principalmente, embora não inteiramente, a populações migrantes de origem africana, latina e asiática –, bem como entre a juventude urbana norte-americana (pelo menos parte dela) que se dedica às mesmas práticas (Mitchell, 2001; Bennett, 2000), são igualmente óbvios os elementos específicos, patentes, desde logo, na utilização das rimas e do vernáculo próprios de cada país, marcados por preocupações localmente significativas. Do mesmo modo, podemos identificar um paralelismo entre os dois contextos no que diz respeito às funções preenchidas pela música rap enquanto veículo de protesto político, ideológico ou racial (Bennett, 2000).

Um dos casos mais flagrantes em que isso acontece remete para a sua apropriação por parte de populações racializadas e jovens migrantes ou descendentes de migrantes. Da juventude negra da periferia de Lisboa (Campos & Simões, 2011; Fradique, 2003; Raposo, 2007; 2010; Simões, Nunes & Campos, 2005) aos jovens dos subúrbios franceses (Huq, 2006), passando pelos jovens turcos na Alemanha (Bennett, 2000; Weller, 2000) ou pelos jovens afrodescendentes no Brasil (Dayrell, 2005; Macedo, 2015; Pardue, 2011), vários são os casos relatados pela literatura em que o rap se torna um instrumento de denúncia e combate à discriminação, ao racismo e à precariedade das condições de vida. Neste sentido, ainda que as causas de contestação se possam alterar de acordo com os contextos de implantação da música rap, os temas de discriminação social e racial (mesmo que relacionados a diferentes grupos) mantêm a sua relevância, mostrando que uma parte significativa do rap atual permanece um gênero social e reivindicativo por excelência. Essas reivindicações são, porém, mais notórias em determinados países e contextos geográficos, como acontece no caso dos grandes centros urbanos do Brasil, onde a discussão em torno da negritude se cruza com o gênero, a origem social e o território privilegiado de atuação dos rappers, as periferias (Dayrell, 2005; Macedo, 2015; Pardue, 2011).

Uma das transformações mais evidentes na forma como o rap de natureza mais politizada e, nalguns casos semiamadora, tem sido produzido e consumido, está relacionada com a crescente democratização do acesso à internet e aos dispositivos digitais (Simões & Campos, 2017). Esta questão tem alimentado uma nova linha de pesquisa que revela o impacto que as mídias digitais têm tido num conjunto de culturas urbanas e juvenis de natureza mais alternativa ou amadora (Hodkinson, 2004; Woods, 2020; Campos, 2020). O fato é que esses canais abriram novas oportunidades não apenas para a produção musical e videográfica, mas essencialmente para a sua difusão, alargando os circuitos geográficos de consumo deste gênero musical que marca uma presença relevante na esfera pública digital (Yúdice, 2007; Aderaldo & Raposo, 2016; Marcon, Sedano & Raposo, 2018).

Neste sentido, podemos examinar os circuitos digitais de produção e consumo do rap através da forma como ampliam as redes de difusão existentes fora da internet, contribuindo para edificar novos canais de propagação e partilha deste gênero musical. Podemos dizer que as ferramentas digitais – da internet a uma panóplia de equipamentos tecnológicos de uso pessoal – se apresentam como recursos que intervêm na produção deste campo cultural, fazendo parte do mesmo. Por outro lado, pelas suas próprias características, permitem tornar acessível a um público não especialista um conjunto de ferramentas de criação e difusão cultural, edificando um circuito próprio e alternativo de disponibilização dos produtos gerados, à

canalizar as tensões locais para a música, a dança e o grafite, dando origem ao hip-hop.

7. A partir da base musical fornecida pelo DJ, atua o MC, acrescentando a vocalidade e o texto, geralmente recorrendo ao improviso, o denominado *freestyling*.

8. A vinda de africanos negros para Portugal na época moderna remonta ao século XV, uma presença que influenciou desde o vocabulário e a religião à literatura, música e toponímia das cidades. Estima-se que entre os séculos XVII e XVIII cerca de 15% da população de Lisboa fossem de mulheres e homens negros (Lahon, 2004).

9. Como uma parte significativa desses imigrantes adquiriram nacionalidade portuguesa, desaparecendo das estatísticas oficiais enquanto imigrantes, este número acaba por subdimensionar a presença de africanos a viver em Portugal. Só no ano de 2019, por exemplo, mais de 13 mil africanos adquiriram a nacionalidade portuguesa (SEF, 2019).

10. Expressão utilizada para designar sociabilidades de rua, em contexto urbano, associadas sobretudo a grupos juvenis, principalmente do sexo masculino. Nos estudos clássicos sobre a juventude, estes grupos apresentam um carácter “desviante” (“corner boys”) por contraste com grupos estudantis de classe média (“college boys”). Ver, por exemplo, Whyte (2005).

margem de canais profissionais de disseminação, controlados pela indústria discográfica e pelos média tradicionais. É neste sentido também que podemos sublinhar a importância destas ferramentas na reconfiguração do papel de agência dos seus utilizadores, fomentando a sua visibilidade no espaço público (Campos & Simões, 2011; Simões & Campos, 2017). Este é o caso do rap crioulo, cujas oportunidades oferecidas pelas ferramentas digitais foram determinantes na ampliação de sua influência na cultura hip-hop, transformando-se num expoente de resistência e insurgência da juventude negra em Portugal tanto nas ruas como no ciberespaço.

Situando os rappers negros de Lisboa

A migração laboral africana para Portugal teve início nos anos 1960, ainda no quadro colonial, com uma intensificação nas décadas de 1970 e 1980, após a libertação dos territórios colonizados, em que se destaca a vinda de imigrantes cabo-verdianos (Varela, Raposo & Ferro, 2018)⁸. Concentrada na região metropolitana de Lisboa, onde vive 82% da sua população (Oliveira & Gomes, 2017), existem oficialmente 103.346 africanos residentes em Portugal, dos quais 37.436 têm nacionalidade cabo-verdiana, segundo os dados mais recentes (SEF, 2019)⁹.

Os processos de migração, negociação e reterritorialização de identidades transnacionais e diaspóricas em Portugal propiciaram sociabilidades cotidianas marcadamente híbridas e cosmopolitas entre os seus agentes. O crioulo é exemplar dessas dinâmicas, dado este idioma estender-se para além da comunidade cabo-verdiana, transformando-se na língua franca de muitos jovens das periferias de Lisboa. Assim, entre aqueles que partilham a sociabilidade de esquina¹⁰ e o estilo rap, não é incomum ouvir esta língua entre jovens brancos e negros de outras origens, principalmente nos bairros com forte presença negra (Raposo, 2010). Tal fenómeno já era apontado pelo DJ Sas há mais de dez anos atrás:

O rap comunica de bairro em bairro, e em qualquer bairro se fala crioulo. Eu não conheço um bairro, sobretudo na zona de Lisboa, diz-me lá o bairro que não fala em crioulo?! Diz-me um! Eu não conheço, eu não os conheço todos, mas todos os bairros que eu já fui, toda a gente falava crioulo. Até os *pulas* [brancos] boy! Até os *pulas* percebem e sabem falar, tás a ver a dica (*Nu Bai. O rap negro de Lisboa*, 2007).

O crioulo assume-se, assim, como a língua da *street* por excelência dos jovens das periferias da capital portuguesa. Contudo, este crioulo apresenta diferenças consideráveis em relação ao que é falado pelos “mais velhos”, pois está influenciado pela fonética portuguesa, estando também carregado com expressões trazidas de

outras partes do mundo: Estados Unidos, Angola e Brasil. Estas mudanças geracionais também se revelam no campo das estéticas, identidades e projetos de futuro. Ao serem socializados num contexto urbano europeu, em que os próprios agentes de socialização estão em mutação, essa juventude não reproduz mecanicamente as referências étnicas e os estilos de vida de suas famílias em Portugal, confrontando-se com uma cultura já “filtrada”, reinterpretada em variados aspetos e imbuída de elementos da cultura portuguesa (Raposo, 2007), criando assim novas formas de estar na vida e de se expressar.

Não é só a especificidade da língua que distingue o rap crioulo em Portugal. As componentes de resistência e conscientização em suas letras aproxima-o das vertentes de rap mais politizado e consciente, o que também expressa o contexto desfavorecido de seus intervenientes. Cantado em sua grande maioria por descendentes de cabo-verdianos de bairros socialmente precarizados, essa juventude está mais exposta aos efeitos da pobreza, do desemprego, da violência policial, do estigma territorial e do racismo. Por isso, rimar em crioulo para muitos deles é como se fosse um “grito de liberdade” diante de uma marginalização que os priva do direito à palavra e da perspectiva de um futuro digno, permitindo um espaço comunicacional sem precedente. Foi o que afirmou Chullage no documentário *Nu Bai. O rap negro de Lisboa* (2007):

Tu no telejornal ou na televisão não tens espaço para te exprimir, não tinhas nenhum espaço. E o rap criou um espaço que trazia isso tudo. O rap informava o *people* no bairro, educava o *people*, tás a ver, e ao mesmo tempo entretinha o *people*. [...] E o rap em crioulo mantém... A maioria dos rappers cabo-verdianos de Portugal mantém aquela mensagem social, de conscientização. Então quando isto ainda vem em crioulo é quase que um grito de guerra, um grito de liberdade!

Mesmo não havendo estatísticas oficiais de cariz étnico-racial sobre as populações negras em Portugal¹¹, pesquisas recentes revelam sinais de desigualdade no mercado de trabalho, na educação e no acesso à Justiça¹².

Se os aspectos socioeconômicos e a origem imigrante são fatores preponderantes para compreendermos as razões pelas quais as populações negras ocupam posições pouco prestigiadas na sociedade portuguesa, não menos importante é considerar os efeitos do racismo institucional e de sua relação com territórios segregados (Raposo *et alii*, 2019). Nos últimos anos, diversos relatórios internacionais têm alertado para um problema estrutural de racismo em Portugal, nomeadamente a brutalidade policial contra negros (Amnistia Internacional, 2018; Ecri, 2018).

11. O Estado português não faz recolha de dados étnico-raciais apesar de isso ser recomendado por diversos relatórios internacionais, sendo uma exigência do movimento negro e antirracista.

12. Um exemplo é a desigualdade na educação que se manifesta entre as crianças de nacionalidade africana, cuja taxa de reprovação é três vezes superior no primeiro ciclo do que as crianças de nacionalidade portuguesa (Abrantes & Roldão, 2016). Para uma visão mais ampla sobre as desigualdades que afetam as populações afrodescendentes, ver: Raposo *et alii* (2019).

“Portukkkal é um erro”: música rap e movimento antirracista

O debate sobre o racismo nas esferas institucionais e mediáticas portuguesas tem adquirido uma forte relevância nos últimos anos, ofuscando a narrativa luso-tropicalista produtora de um imaginário de nação que higieniza os processos de violência que acompanharam o passado colonial. Esse discurso ideológico não apenas interpreta o colonialismo português a partir de um excepcionalismo cultural e moral (Vale de Almeida, 2000), como desconsidera o fenômeno do racismo na sociedade portuguesa na atualidade, entendendo-o enquanto prática individual e excecional, ao invés de um problema estrutural e institucional (Araújo & Maeso, 2016; Raposo *et alii*, 2019). Contudo, desde a década de 1990, os rappers negros das periferias de Lisboa denunciam o racismo estrutural no país, incentivando uma visão antirracista na mídia, no movimento associativo e na vida cotidiana. Esses artistas foram um dos principais responsáveis por levar o tema do racismo para o debate público em Portugal, ao rimarem experiências de injustiça sentidas na “primeira pessoa”, tais como violência policial, estigma territorial, discriminação racial e pobreza. Um dos precursores foi General D, cujo single “Portukkkal é um erro”, de 1994, dizia o seguinte:

13. Oliveira Salazar foi um ditador português que liderou o mais longo regime fascista da Europa, tendo a ditadura sido prolongada até a Revolução de 25 abril de 1974. Cavaco Silva é um político de direita que foi primeiro-ministro (1985-1995) e presidente da república portuguesa (2005-2015); e o 10 de junho é o feriado do Dia de Portugal que é celebrado frequentemente pela extrema-direita.

14. Lançado em 1994, esta compilação foi um marco para o rap em Portugal, levando um estilo ainda desconhecido ao grande público para a ribalta.

Rappers e guerreiros que se agitam sem rodeios
Lutam e se juntam para afastar velhos receios
Falam de racismo, etnocentrismo
Forças ocultas para mim são surdas
São, são. Forças sem razão
Males se juntaram e criaram esta nação
Fuck 10 de junho
E a Cavaco e a Salazar¹³ eu digo: Não!
(General D, “Portukkkal é um erro”, 1994).

No mesmo ano, o grupo Zona Dread, no pioneiro álbum “rapública”¹⁴, cantava:

Só queremos ser iguais
Nem sermos menos, nem ser mais
Só queremos ser iguais
Vamos lá, logo ao assunto
Não é o momento de começar a história no estilo lento
O racismo está nas ruas de Lisboa
E o governo finge que tudo está na boa
Mas que se lixe o governo
(Zona Dread, “rapública”, 1994).

Situarmos o contexto político em que se dá a afirmação do rap português ajuda-nos a compreender o papel dos rappers afrodescendentes na manifestação do

racismo em Portugal. Se o final da década de 1980 assinalou a emergência deste estilo musical (Contador 2001; Fradique, 2003; Simões, 2010; 2018), os anos de 1994-1995 marcaram o *boom* do rap no país, quando o estilo foi difundido para um público mais amplo¹⁵. Este alargamento da influência do rap não passou despercebido pelo poder público. Pelo contrário, sua incorporação à cultura *mainstream* portuguesa fez com que os dois principais candidatos às eleições presidenciais de 1996, Jorge Sampaio e Cavaco Silva, o utilizassem como música de campanha eleitoral (Fradique, 2003). Paralelamente, este período de afirmação do rap português coincidiu com a ascensão de grupos de extrema-direita que faziam ataques violentos contra populações negras e imigrantes, além de militantes de esquerda¹⁶. Perante a maior expressão desses grupos na sociedade, emergiu pela primeira vez em Portugal um movimento associativo antirracista, cujas ligações ao rap até hoje mantêm-se presentes¹⁷. A associação SOS Racismo¹⁸ foi exemplar nessa conexão entre movimento antirracista e música rap. Essa aliança se deu já nos primeiros anos de existência do movimento, e contou com a participação de vários rappers, entre os quais General D e Ermelindo (aka Lord Strike). Nessa fase embrionária do movimento antirracista em Portugal tais rappers, bem como outros como os Family ou o grupo feminino Djamal, colaboraram com essas associações antirracistas em shows e outras atividades de combate ao racismo¹⁹. José Falcão, dirigente e fundador do SOS Racismo, uma das primeiras associações antirracistas em Portugal, revela essa ligação:

O General D aparece no início do SOS Racismo, em 1991. Ele vem ter conosco a dizer que queria fazer uma homenagem ao Malcom X no contexto da sua morte. E, a partir daí começamos a estar sempre com ele. Ele não era muito de ir a reuniões. Mas a malta estava sempre muito junta. [...] O Lord Strike [Ermelindo] na altura fazia parte de um grupo [de rap] [...] fazíamos atividades com eles, sobretudo com o Lord Strike que era o gajo mais próximo (José Falcão, entrevista, 2020).

Na década seguinte, vários rappers tiveram um papel de destaque na criação de associações de bairro e coletivos antirracistas, ajudando a sedimentar as bases daquilo que viria a ser o movimento negro em Portugal. A Associação Cultural de Jovens Afrodescendentes (Khapaz), criada no ano 2000, é um caso paradigmático, pois as suas ações, dinamizadas em grande parte por rappers, contrapunham-se às visões estigmatizantes que culpabilizavam os jovens negros da periferia por um suposto aumento da violência urbana, contribuindo para o redesenho de uma agenda antirracista no país com foco na malvista “segunda geração de imigrantes”²⁰ (Raposo, 2007). Localizada no bairro da Arrentela (cidade do Seixal), essa associação fazia do rap (e do hip-hop) o seu principal repertório de denúncia ao racismo estrutural (e a

15. Em 1994 e 1995 foram editados os primeiros álbuns gravados no país, destacando-se vários artistas como General D, Da Weasel, Black Company, Ithaka e Mind da Gap; e, através da coletânea rapública, Boss AC, Black Company, Family, Funky D, Líderes da Nova Mensagem, New Tribe e Zona Dread. Em 1996 foi lançado o álbum de Djoeq, quase todo cantado em crioulo; e em 1997 foi gravada uma das primeiras bandas femininas em Portugal: Djamal.

16. Em 1989, José Carvalho, operário fabril e militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR), foi assassinado por *skinheads* fascistas. E, em 1995, no Dia de Portugal, um grupo de extrema-direita espancou até à morte o jovem negro Alcindo Monteiro.

17. Nos anos 1990 surgiram em Portugal diversas organizações antirracistas como o SOS Racismo, Frente Anti-Racista e Movimento Anti-Racista, dando centralidade a uma luta que o associativismo imigrante não era capaz de dar.

18. Para maiores informações, ver em: <<https://www.sosracismo.pt/>>.

19. Destacam-se vários eventos antirracistas com presença de música rap nos anos 1990's como o "Dia Internacional Contra o Racismo"; "Festa de Todas as Cores"; "Concerto Contra a Discriminação Racial e Xenofobia"; ou Gala "Todos diferentes, todos iguais".

20. Na década de 1990 assistiu-se a uma crescente estigmatização dos jovens negros pela agenda midiática e política, cuja imagem passou a estar associada às gangues e aos comportamentos violentos. Tais estereótipos ganharam um pretense estatuto científico através do termo "segunda geração de imigrantes", que se serve das referências culturais dos seus progenitores para legitimar a sua suposta não integração na sociedade portuguesa e delimitar um conjunto de problemas sociais (Raposo, 2005; 2007).

21. Para maiores informações, ver em: <<https://plataformaguetto.wordpress.com/>>.

22. Atualmente, a grande maioria das lideranças associativas antirracistas são negras, uma realidade distinta do

outras injustiças) a que eram expostos quotidianamente, tendo construído um es-túdio para apoiar a criação musical dos seus associados (Raposo, 2007; 2019). Um de seus membros fundadores é o rapper Chullage, que descreve da seguinte forma a importância do hip-hop para essa associação:

Hip-hop está a construir bueda cenas [muitas coisas], o hip-hop construiu essa associação, onde nós queremos através do hip-hop conscientizar as pessoas. Hip-hoppers vem aqui ler, vem aqui estudar, mobilizam-se aqui, ouvem música em comum, discutem problemas e partem para a ação (*Nu Bai. O rap negro de Lisboa*, 2007).

Ponto de referência para jovens de diferentes bairros que partilhavam uma visão do rap enquanto música de conscientização e valorização da negritude, com forte influência do rap crioulo, a associação Khapaz fomentou nalguns deles projetos mais radicalizados de luta contra o racismo. Um deles foi a criação do *Jornal Gueto: Olhos, Ouvidos e Vozes* em 2007, que mais tarde levaria a constituição da Plataforma Gueto²¹. A experiência de organizar jovens de diferentes bairros da periferia de Lisboa em torno de uma fanzine para combater o racismo e outras injustiças teve um importante impacto no *modus operandi* da luta antirracista no país. Até então, os jovens negros da periferia exerciam na maioria das vezes um papel secundário nas dinâmicas do movimento antirracista em Portugal²². Não por acaso, a exigência para que suas vozes fossem ouvidas pela sociedade portuguesa aparece em relevo no editorial de lançamento do jornal:

Racismo, desemprego, falta de oportunidades ou violência policial fazem parte do cotidiano de milhares de jovens dos subúrbios de Lisboa. Conosco não é diferente. A nossa voz não é ouvida, os nossos problemas esquecidos e as nossas vivências caricaturadas ou estigmatizadas. Por isso, é urgente criarmos associações, colectivos informais e jornais que expressem as nossas ideias e opiniões para colocar na cena pública os nossos anseios e reivindicações. (...) Chega de ser apenas os média e as instituições políticas os produtores de informações, geralmente deturpadas, sobre o gueto. Os jovens dos guetos querem falar pela sua própria voz para exigir direitos e uma melhor qualidade de vida. Exigimos a nacionalidade para todos os que nasçam em território português! Legalização de todos os imigrantes! Defendemos o ensino da história africana nas escolas com grande número de afrodescendentes! Fim da violência policial! Igualdade de oportunidades!" (Editorial, *Jornal Gueto*, n. 0, 2007).

Vários rappers afrodescendentes tiveram um papel determinante na criação deste jornal, nomeadamente aqueles que cantavam em crioulo.

O forte cunho ideológico e político do rap crioulo está presente desde a origem deste estilo musical, que se confunde com a emergência do estilo rap em Portugal. Isto porque desde o início surgem músicas cantadas em português, inglês e crioulo. Se até a década de 1990, o rap crioulo desenvolvia-se principalmente fora do mercado discográfico²³, nomeadamente nas ruas dos bairros periféricos de Lisboa, após a passagem do novo milênio este estilo tomou uma maior dimensão, com vários artistas lançando álbuns e mixtapes. Acompanhavam os primeiros passos de uma transformação das tecnologias de criação musical que facilitaram o impulsionar de projetos musicais autônomos, e que deram origem a um circuito de rap *underground* de produção, divulgação e consumo assente numa lógica *do it yourself*.

Os primeiros anos de 2000 foram céleres no surgimento de vários trabalhos gravados, entre os quais Da Blazz, do Casal de São José (Mem Martins), Nigga Poison e TWA, da Pedreira dos Húngaros; ou Chullage, da Arrentela. Os rappers desses bairros periféricos, em conjunto com outros da Cova da Moura, do Casal da Boba (Amadora), do Miratejo (Seixal) ou do Monte da Caparica (Almada), apenas para citar alguns, desempenharam um papel central no amadurecimento de um rap crioulo, cujas sinergias e senso de pertença lhes facultaram as características de um movimento urbano. Isso porque as afinidades musicais, estéticas e de estilos de vida em torno do rap e de vivências em comum permitiram a criação de um circuito de sociabilidade e de criação artística produtora de vínculos identitários e sentidos de vida. Ao narrar as suas experiências de margem – ligadas aos processos migratórios, à vivência em bairros segregados, ao realojamento forçado, à pobreza ou ao racismo – através da poesia em crioulo, eles forjaram uma identidade coletiva que serve de “abrigo virtual” num meio marcado por situações adversas (Agiar, 2001: 8). Tais características estão bem presentes na música “Dedicação” (2001), do grupo Nigga Poison:

Esta música aqui é dedicada
para todos os pretos do gueto
que são puros real niggas
para aqueles que já sofreram porque são pretos
Oh Miraflor, Yo
Oh Ghetto G, Yo
Oh Ghetto Stress, Yo
É nossa morada, Yo
Entra na realidade
Entra no mundo de verdade
Completa a tua mente
Para veres com simplicidade
Nada aqui é real
Neste fucking chão de Portugal
Legal ou ilegal

período em análise. E ultimamente tem-se fortalecido um movimento negro em Portugal através da construção de diversos coletivos, grande parte deles liderados por mulheres negras. Foi a partir de 2014 que se assistiu a um crescimento exponencial de associações e coletivos negros antirracistas, entre os quais Femafro (<<https://femafro.pt>>), Consciência Negra (<<https://www.facebook.com/pg/lutanegra/posts>>), Djass – Associação de Afrodescendentes (<<https://www.facebook.com/associacao.djass>>), Afrolis (<<https://radioafrolis.com>>), Inmune – Instituto da Mulher Negra em Portugal (<<https://www.facebook.com/INMUNE.PORTUGAL>>), configurando aquilo que hoje é o movimento negro em Portugal. Este movimento tem mobilizado protestos e um debate público de forma inédita no país. Não é o objetivo do artigo abordar esta época mais contemporânea, mas refletir sobre o papel dos rappers negros no impulsionar de um conjunto de coletivos e associações que ajudaram a estruturar esse movimento.

23. As primeiras gravações de rap em crioulo em Portugal

foram feitas a partir de 1994 por Family, Zona Dread e Boss AC, bem como por Djoek, responsável por lançar, em 1996, o primeiro álbum cantado em crioulo.

24. Tradução livre dos autores do crioulo para português. Ouvir em: <<https://youtube.com/watch?v=8mMA9NVXq5w>>.

Eles tratam-nos todos sempre igual
Mas o povo cabo-verdiano
Nunca foge das suas origens
Lutam pela vida
todos os dias que passam
[...] Pretos já sofreram muito
Pretos já sofreram muito calados
Lembrando o nosso passado
Nós fomos todos enganados [...].
(Nigga Poison, Dedicaco Original Mix, 2001)²⁴.

Esta comunidade emocional em torno do rap crioulo – que se abre também ao “rap do gueto” cantado em português por jovens brancos e negros – é um espaço bastante masculinizado, a exemplo de outras culturas juvenis em Portugal e no mundo. No entanto, este estilo contou com a presença feminina desde as suas origens (J. Simões, 2013; S. Simões, 2018). Assim, destacam-se no rap crioulo feminino os trabalhos das rappers G Fema, Juana na rap ou de Mynda Guevara, uma artista da Cova Moura. Sobre a menor projeo das mulheres no movimento, Mynda Guevara refere:

O fato de ter crescido na Cova da Moura também é importante para a música que faço. O rap crioulo tinha muita força aqui. [...] O rap é um meio um pouco machista. Nós, mulheres, temos de provar constantemente que somos capazes de fazer as coisas. Temos de trabalhar a duplicar ou a triplicar em comparao com os rapazes. Já senti isso na pele, principalmente no início. É preciso muita força de vontade. (Mynda Guevara apud Duarte, 2018).

Rap crioulo: identidade, visibilidade e engajamentos

Com um forte poder agregador, a música rap é um agente de socializao poderoso entre a juventude, criador de um espaço de autorreconhecimento que fomenta um “espírito de grupo”. Para os jovens negros dos bairros periféricos de Lisboa, as características agregadoras desta linguagem são igualmente acompanhadas de experiências, valores e representaes ligadas a um sentimento comum de vulnerabilidade coletiva e rejeio às instituies oficiais da sociedade portuguesa. Parte significativa das rimas que compõem abordam o dia a dia de opressão nos bairros em que vivem, denunciando injustiças e projetando uma visibilidade positiva com vista a inverter o seu estatuto subalterno e ascender a uma existência valorizada.

A sensao do inpito está bem presente em suas canções, uma condição estranhamente paradoxal quando se é considerado o “outro” no próprio país em que se nasceu. Tais contradições tendem a ser confrontadas de forma ainda mais intensa

no rap crioulo, quando a recusa pelo estatuto de *outsider* é habilmente performatizada numa estética insurgente capaz de deslocar as disposições de poder e subverter as categorias que os desqualificam. Não por acaso alguns deles se autodeclararam como cabo-verdianos ou africanos em suas canções, num exercício de reflexão identitária que põe em manifesto o orgulho por suas origens, tantas vezes desonradas pela discriminação racial (Raposo, 2007; Campos & Vaz, 2013). Como refere o rapper Karlon numa música:

Crioulo para mim é língua mais do que oficial
É um amor materno que nunca me larga (Karlon, Sol na céu, 2018)²⁵.

Símbolo identitário da juventude negra e periférica, o rap crioulo torna-se assim um recurso para afirmarem uma consciência diaspórica distintiva, em que as referências culturais africanas servem de base a um discurso de comunidade. A cumplicidade gerada pelo rap crioulo está expressa na fala do rapper Kromo Di Ghetto:

Quando um gajo começou a expandir o rap crioulo, aí eu encontrei o que faltava, o puro que está no sangue. Português desculpa lá mas... [...] Eu nasci em Portugal e no entanto não me deram nacionalidade portuguesa, sou cabo-verdiano. Desde que eu comecei a perceber como é que o governo, o sistema cá é fodido, eu disse: o quê? Eu agora vou cantar em português ainda por cima para pessoas que não entendem aquilo que um gajo vive, aquilo que um gajo sente, aquilo que uma pessoa pensa, não. Vou cantar em crioulo para aqueles que vivem aqui na zona ou que vive nas mesmas condições em que eu vivo, aí sim eles vão perceber (*Nu bai. O rap negro de Lisboa*, 2007).

A vivência em bairros racializados – definidos pelos próprios como guetos – molda decisivamente o rap crioulo em Portugal. Na análise de algumas letras fica evidente a centralidade do território, uma entidade ativa cujos “quadros de interação local” (Costa, 1999: 293) são narrados através das experiências quotidianas de seus autores²⁶. Por meio de suas canções, os jovens revelam um profundo sentimento de pertença ao bairro, vivido como pequenos mundos relacionais, em que a busca de identificações positivas sobre essas áreas estigmatizadas caminha lado a lado com um olhar crítico sobre o lugar social que ocupam e as precárias condições de habitabilidade. Muito comum no imaginário do hip-hop, a palavra gueto costuma ser ressignificada pelos rappers para exaltar as qualidades de seus territórios e moradores. Eles subvertem os estereótipos através das crônicas que fazem sobre a vida no gueto, transformando as aprendizagens informais adquiridas nesse ambiente de forte privação num elemento biográfico valorizado (Raposo, 2007). Esta ideia

25. Tradução livre do crioulo para o português. Ouvir em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x-PHtuZhD10>>.

26. Esta questão remete para o conceito de “extreme local”, desenvolvido por Murray Forman (2000), onde o autor enfatiza a importância de referências explícitas aos vários lugares nas músicas rap.

é transmitida por Ne Jah e Euzy no rap abaixo, em que o gueto é a “cultura” onde eles navegam, conferindo “armadura” para amadurecerem enquanto indivíduos no enfrentamento das injustiças.

Barracada carimbado dentro de mim
Será que um dia eu vou deixar de ser eu?
Nigga, que me põe a navegar
Só o meu gueto é que me põe a navegar
Só o meu gueto é que me põe a navegar
Guetto é a minha cultura, minha armadura, minha sepultura
Lei da rua que eu conheço, foi no gueto que eu estudei
Foi no gueto que eu vi como a vida é dura
Crioulo é dialeto que dentro do gueto perdura
Nos vários tipos de cor, nacionalidade, rua
Crioulo é gueto, o gueto é rua que nós todos exploramos e que
por ele já choramos
É dentro dele que luto para sair desta porra
Foi dentro do gueto que nós vivemos, é lá que eu soffro
No gueto, mano, eu espero pela minha hora
Eu não vivo no gueto, o gueto está dentro de mim [...]
Foi aqui na Margem [Sul] que aprendemos a lutar por tudo aquilo
que nós amamos
Nós somos: Filhos das Barracas!
Só o meu gueto é que me põe a navegar
Só o meu gueto é que me põe a navegar
(Ne Jah ft Euzy, Ghetto, FdiB, 2013)²⁷.

27. Tradução livre dos autores do crioulo para o português. Ouvir em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bHYZuEPXtcE>>.

28. Nem todos os rappers a cantar em crioulo são negros ou têm origem cabo-verdiana, pois esta língua exerce uma forte influência nas sociabilidades dos jovens das periferias de Lisboa independentemente da cor da pele.

Apropriado como marcador social da diferença (Pardue, 2015), o rap crioulo é um dispositivo de afirmação étnico-racial de forte cunho ideológico e político. Ao se conectarem através da língua nativa de seus pais, os jovens participantes desta cultura juvenil²⁸ constroem uma comunidade de afetos que frequentemente se converte em processos colaborativos capazes de abrir desde novas oportunidades para os seus projetos musicais a ações coletivas de resistência às injustiças. Neste processo, os jovens estabelecem fluxos inovadores entre os bairros onde vivem e o centro, conferindo centralidade aos seus locais de residência enquanto lócus de criatividade musical e artística, nomeadamente da música rap em Portugal. Nesse trânsito entre diferentes mundos, os jovens ampliam o seu capital cultural, tornando-se alguns deles exímios mediadores entre a cidade e as suas margens.

A pedagogia informal levada pela adesão ao rap fomenta um desassossego em relação às injustiças que marcam os seus territórios. Em muitos casos, este sentimento motiva-os a engajarem-se em coletivos informais e associações locais, seja para melhor impulsionar as suas músicas, seja para influenciar os contornos das sociedades desiguais em que vivem. Por isso, importa enquadrar o rap crioulo como uma

estética insurgente mobilizadora de um “*habitus* de resistência” (Crossley, 1999: 649) que serve de rastilho para novos engajamentos políticos e associativos. O caso de Chullage é emblemático disso mesmo, em que a música rap serviu de força motriz tanto para a sua experiência urbana como para a sua conscientização política. Como o próprio explica:

[...] ao ter que cantar aqui e ali, conheces muito mais bairros, conheces muito mais gente. O rap aquilo que me fez foi isso, senão eu não conhecia ninguém, tás a ver. Foi mesmo através do rap que eu conheci um mundo de gente. Também foi através da associação [Khapaz]. Eu fiz uma associação, ou me juntei com *brothers* para fazer uma associação por aquilo que o rap me educou, pela necessidade que eu aprendi com o rap (Chullage, entrevista, 2005).

Circuitos digitais no rap crioulo

Antes menosprezado pelas editoras, rádios e outros meios de comunicação hegemônicos, o rap crioulo atualmente é um dos estilos musicais mais dinâmicos da juventude portuguesa, mobilizando artistas e uma legião de fãs que se utilizam das novas tecnologias de produção e divulgação para se fazerem visíveis (Campos & Simões, 2011; Aderaldo & Raposo, 2016). De fato, o rap crioulo tem conseguido romper com o bloqueio da indústria cultural, conquistando novos espaços sonoros na internet, em rádios comerciais e no espaço público²⁹. Este trânsito musical ilustra a crescente importância que as produções artístico-culturais dos jovens desfavorecidos têm vindo a adquirir na atualidade, capaz de conferir-lhes uma nova visibilidade (Caldeira, 2012). As novas tecnologias e redes digitais cumprem um papel decisivo nesse processo, ao propiciar novos modos de legitimação do consumo e do gosto estético (Marcon, Sedano & Raposo, 2018). O aparecimento de estúdios caseiros e a posse de dispositivos digitais – *samplers*, computadores pessoais, softwares de composição musical, websites ou serviços *streaming*³⁰ – são exemplares da maior horizontalidade nas dinâmicas de produção musical (Aderaldo & Raposo, 2016), redimensionando a importância do rap crioulo na cena artística portuguesa.

Inserido num circuito independente e *underground* que atua à margem das editoras, o rap crioulo passou a ter muitas canções com impacto nas redes digitais. Não por acaso, a música “Tempo antigo”³¹, do artista nascido na Reboleira Apollo G, tem mais de 18 milhões de visualizações no YouTube e a “Sem mimos”³², do rapper da margem sul Ne Jah, mais de quatro milhões. São vários os videoclipes de rap crioulo com mais de um milhão de visualizações no YouTube, website que se tornou um meio de divulgação basilar para os artistas periféricos. Como nos diz Jackson, que vive no bairro da Cova da Moura:

29. Embora neste artigo abordemos apenas o contexto português, o rap crioulo também está presente em Cabo Verde e nos Estados Unidos.

30. Destacam-se o FruityLoops (1997); Napster (1999); eMule (2002); Myspace (2003), Facebook (2004); Youtube (2005); Spotify (2008).

31. Ouvir em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CdwpmnYQ9X8>>.

32. Ouvir em: <https://www.youtube.com/watch?v=uCsJW7em_wE>.

[Com o aparecimento do MySpace] há muita diferença porque depois de meteres o vídeo no YouTube e no MySpace também, são consultas mesmo... São consultas boas mesmo. A diferença antes e depois..., por exemplo, porque antes eu divulgava através do CD. Se queria divulgar para a Holanda, Cabo Verde, Luxemburgo só se eu tivesse lá alguém conhecido, mandava pelo correio, que era para depois dizer: “yah, espalhem lá pelo pessoal”. Com a internet não há essa barreira, estás a perceber?, chega a qualquer lado do mundo, seja na França, seja no Japão (Jackson, entrevista, 2011).

A intensificação do poder da imagem e o maior acesso às câmeras digitais, tornaram os videoclipes o principal meio de divulgação do trabalho desses artistas, cujas canções ganham uma visibilidade redobrada a partir de plataformas como o MySpace, YouTube e Instagram. Ao vincularem uma estética insurgente que se utiliza em seus corpos e territórios racializados, eles reinventam uma negritude e africanidade oposta aos discursos de teor lusotropicalista do Estado português que alegorizam as desigualdades e violências que recaem sobre eles. A postura desafiadora com que se exibem a si próprios colide de frente com os discursos institucionais celebradores de uma sociedade portuguesa ontologicamente harmônica e tolerante que higieniza processos de violência passados e presentes (Araújo, 2013). É o que atesta a música “Sr. Agente” de Yuri G, um rapper do bairro da Quinta do Mocho (município de Loures), que denuncia o cotidiano de brutalidade policial enfrentada pela juventude negra dos bairros periféricos:

Sr. Agente: Para, para, para! Eles não gostam de nós
Eles não gostam de nós
Que se foda o mundo, que se foda tudo
Sr. agente eu sou um miúdo
Eu nasci num mundo vagabundo
Aquele miúdo é inocente, tudo [o resto] é culpado [...]
[Pólicia] Dispara a sua arma na cara do puto [...]
[Pólicia] tem gana de matar o puto que está na sua frente
Porque para si a sua dor é indiferente
Isto é, fucking racismo dentro da sua mente
Não o faz sentir diferente
Eu estou farto do nome “Agente”
Sinceramente, onde está a força dos manos unidos
Que é para a acabar com o abuso violento
Aqueles homens de farda querem patente
Soltar ou matar isso [para eles] é indiferente
Não te dão nenhum valor, cospem para a frente
Postura de homem, nós somos combatentes
Estamos fartos de abuso no nosso presente
(Yuri G, Sr Agente, 2018)³³.

33. Tradução livre dos autores do crioulo para o português. Ouvir em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JCaxcf3BTxE>>.

O videoclipe desta música simula o assassinato de um jovem negro da Quinta do Mocho por um agente policial, ao mesmo tempo em que se alternam imagens do rapper a cantar algemado e de jovens a manifestarem-se com cartazes contra o racismo e a violência policial. Também vemos uma atitude de resistência no videoclipe “Sem mimos”, em que crianças e jovens encenam as dificuldades de viverem num ambiente predatório marcado pela ausência de carinho e oportunidades. Mesmo no videoclipe “Tempo antigo”, cujo mote é a celebração da infância, amizade e vida no gueto, encontram-se elementos de oposição em relação ao estado de exceção que caracteriza os seus territórios, nomeadamente quando um camburão da polícia atravessa o bairro e, em êxtase coletivo, os jovens cantam o refrão a uma só voz “contra” as autoridades.

Os videoclipes do rap crioulo prolongam toda uma tradição de produção musical, através de mixtapes caseiras (em cassetes e CDs) pontuadas por narrativas de denúncia das injustiças da sociedade portuguesa, agora atualizando o reportório estético, aliando o som à imagem³⁴. Nas mensagens desses videoclipes, vincula-se uma estética insurgente que não apenas põe em pauta as reivindicações das populações afrodescendentes, mas a sua própria legitimidade de existirem enquanto cidadãos íntegros em Portugal. Com ironia ou por via de uma postura mais combativa, os videoclipes ajudam a visibilizar as reivindicações da juventude pobre, negra e periférica, uma das populações historicamente alijadas do direito à palavra em Portugal.

Considerações finais

Ao cumprir um papel efetivo no descortinar de realidades até então desconhecidas, os rappers negros das periferias de Lisboa foram alguns dos responsáveis por colocar os temas do racismo e da negritude na ordem do dia em Portugal, nomeadamente os que cantam em crioulo. Até hoje eles desempenham um papel ativo na luta antirracista no país, seja participando de manifestações e shows contra o racismo, seja integrando coletivos e associações do movimento negro. A língua, a origem étnico-racial, a crítica ao estatuto de subalternidade, a afirmação da negritude e africanidade, bem como a valorização dos territórios estigmatizados em que vivem são algumas das especificidades que conferem unidade ao rap crioulo, contribuindo para moldar uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983)³⁵ entre os participantes que não se restringe à juventude de origem cabo-verdiana.

Espaço de sociabilidade e formação subjetiva, o rap crioulo fomenta um conjunto de experiências que ultrapassam a música, ao ampliar o conhecimento diaspórico dos jovens sobre a história, a cultura e a política em que estão imersos, além de incentivar aprendizagens informais no campo das novas tecnologias³⁶. A utilização

34. Não obstante a importância desses videoclipes enquanto meio de verbalizar (e difundir) mensagens e experiências da juventude negra em Portugal, a comercialização de CDs e, principalmente, a troca informal de canções de rap através da Internet e de novos dispositivos digitais (telemóveis, leitores de MP3), assumem uma importância significativa no modo como o “subalternizado fala” para o mundo (Spivak, 2010).

35. Diferente do sentido dado por Benedict Anderson (1983), especificamente voltado à problemática da formação do Estado-nação, a ideia de “comunidade imaginada” em tela quer chamar a atenção para o discurso de comunidade e o sentido de identidade coletiva advinda de origens sociais, geográficas e étnico-raciais comuns.

36. Muitos deles aprenderam a utilizar complexos recursos digitais, seja para fazerem videoclipes e produzirem as suas músicas, seja para as divulgarem com vista a comercialização (Aderaldo & Raposo, 2016).

de dispositivos e redes digitais para visibilizarem sua presença histórica no país tornou-se um meio privilegiado para falarem – e cantarem – ao mundo, quando denunciam relações de poder desiguais estruturadas pelo racismo e por formas renovadas de colonialidade. Desta forma, a postura de resistência que subjaz a este estilo musical oferece uma forma de enxergar a realidade e de se comportar geradora de uma consciência crítica que traz à baila uma visão política sobre o seu lugar na sociedade.

Os shows que realizam nos bairros da periferia e no centro de Lisboa, bem como os videoclipes divulgados na internet, são algumas das estratégias desses artistas para se tornarem reconhecidos e valorizados no espaço citadino, transmitindo saberes a partir de lugares sociais à margem do poder e numa perspectiva decolonial, no sentido que Mignolo (2007) dá ao termo. A partir das novas tecnologias digitais o rap crioulo ampliou as possibilidades de trocas entre aqueles que partilham os símbolos dessa cultura urbana, bem como de uma identidade negra e periférica, o que permitiu a sua expansão às redes nacionais e transnacionais³⁷. Ao criticar os discursos estereotipados que pesam sobre eles e os seus bairros, os rappers problematizam a situação de marginalização de suas vidas, reinventando-se enquanto jovens negros. Nesse processo, entram em choque direto com os projetos de cidadania de base lusotropicalista e multicultural, pois não escondem o racismo e as injustiças que subjazem às suas difíceis condições de vida.

37. Vários artistas do rap crioulo de Portugal são conhecidos na diáspora cabo-verdiana, realizando concertos em França, Luxemburgo ou Reino Unido, para além de Cabo Verde.

O poder estético e político do rap crioulo transformou-o em uma das potentes linguagens de resistência da juventude negra em Portugal. Frente a instituições insensíveis aos seus anseios e interesses, este estilo musical é um instrumento privilegiado na projeção de uma visibilidade que a representa como potência, desenvolvendo uma estética insurgente que a encoraja a construir novos horizontes de justiça social.

Referências

ABRANTES, Pedro; ROLDÃO, Cristina. *Old and new faces of segregation of Afro-descendant population in the Portuguese education system: a case of institutional racism?* Conferência educação comparada para além dos números: contextos locais, realidades nacionais e processos. Lisboa: Universidade Lusófona, 2016

ADERALDO, Guilherme; RAPOSO, Otávio. Deslocando fronteiras. Notas sobre intervenções estéticas, economia cultural e mobilidade juvenil em áreas periféricas de São Paulo e Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n.45, p. 279-305, 2016.

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em tempos de globalização. *Mana*, v. 7, n. 2, p. 7-33, Rio de Janeiro, 2001.

AMNISTIA INTERNACIONAL. *Amnesty International Report 2017/2018: The State of The World's Human Rights*. 2018. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/portugal/report-portugal/>>. Acessado em: 22 Jun. 2020.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalisms*. London: Verso, 1983.

ARAÚJO, Marta. Challenging narratives on diversity and immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism. In: KRETSEDEMAS, P. (Org.). *Migrant marginality: a transnational perspective*, p. 27-46. Oxfordshire, UK: Routledge, 2013.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia. *Os contornos do eurocentrismo: raça, história e textos políticos*. Coimbra: CES; Almedina, 2016.

BENNETT, Andy. *Popular music and youth culture: music, identity and place*. London: Macmillan, 2000.

CALDEIRA, Teresa. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos Estudos Ceb rap*, n. 94, p. 31-67, 2012.

CAMPOS, Ricardo. Juventude e culturas de rua híbridas. *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 2, Maio-Ago. 2020.

CAMPOS, Ricardo; SIMÕES, José Alberto. Participação e inclusão digital nas margens: uma abordagem exploratória das práticas de culturais de jovens afro-descendentes. O caso do rap negro. *Media & Jornalismo*, n. 19, p. 117-133, 2011.

CAMPOS, Ricardo; VAZ, Cláudia. Rap e graffiti na Kova da Moura como mecanismos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes. *Sociedade e Cultura*, v. 16, n. 1, p. 127-139, 2013.

CONTADOR, António. *Cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras, PT: Celta Editora, 2001.

COSTA, António Firmino da. *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras, PT: Celta Editora, 1999.

CROSSLEY, N. Fish, field, habitus and madness: the first wave mental health users movement in Great Britain. *British Journal of Sociology*, v. 50, n. 4, p 647-670, 1999.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena. O rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NU BAU. *O RAP NEGRO DE LISBOA*, documentário de Otávio Raposo, 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MvYlcg3o7-w>>.

DUARTE, Mariana. Guerreira do rap. *Jornal Público*, 27 Fev. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/02/27/culturaipsilon/noticia/mynda-guevara-rap-acima-de-tudo--e-feito-por-mulheres-1804454>>. Acesso em: 02 Abr. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA CONTRA O RACISMO E A INTOLERÂNCIA (ECRI). Relatório da Ecri sobre Portugal (quinto ciclo de controlo). Strasbourg: Conselho da Europa, 2018. Disponível em: <<https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal-portuguese-translation-/16808de7db>>. Acesso em: 22.06.2020

FORMAN, Murray. "Represent": race, space and place in rap music. *Popular Music*, v. 19, n. 1, p. 65-90, 2000.

FRADIQUE, Teresa. *Fixar o movimento: representações da música rap em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

GOLDBERG, David Theo. *The racial state*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell Publishers, 2002.

HODKINSON, Paul. Translocal connections in goth scene. In: BENNETT A.; PETERSON R. (Orgs.). *Music scenes. Local, translocal, and virtual*, p. 131-148. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2004.

HUQ, Rupa. *Beyond subculture: pop, youth and identity in a postcolonial world*. London: Routledge, 2006.

JORNAL GUETO. Editorial: Olhos, ouvidos e vozes. n. 0, 2007.

KEYES, Cheryl L. rap music and street consciousness. Chicago, IL: University of Illinois Press, 2004.

KITWANA, Bakari. The challenge of rap music from cultural movement to political power. In: FORMAN M.; NEAL, M. A. (Orgs.). *That's the joint! The hip-hop studies reader*, p. 341-350. London; New York: Routledge, 2004 [2002].

LAHON, Didier. O escravo africano na vida económica e social portuguesa do antigo regime. *Africana Studia*, n. 7, p. 73-100, Porto, 2004.

LIPSITZ, George. We know what time it is: race, class and youth culture in the nineties. In: ROSS, A.; ROSE, T. (Orgs.). *Microphone fiends: youth, music and culture*, p. 17-28. London; New York: Routledge, 1994.

MACEDO, Márcio. Hip-hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica. In: KOWARICK, L.; FRÚGOLI, J. H. (Orgs.). *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidades, marginalidade, ativismos*, p. 23-54. São Paulo: Editora 34, 2015.

MARCON, Frank; SEDANO, Livia Jiménez; RAPOSO, Otávio. Introdução ao dossiê: Juventudes e Músicas Digitais. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 7, n. 1, p. 5-14, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Introduction: coloniality of power and de-colonial thinking. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 151-167, 2007.

MITCHELL, Tony. Introduction: Another root – hip hop outside the USA. In: MITCHELL T. (Org.). *Global noise: rap and hip-hop outside the USA*. Middletown, CT: Connecticut, Wesleyan University Press, 2001, p. 1-38.

NEAL, Mark Anthony. The message: rap , politics, and resistance. In: FORMAN, M.; NEAL, M. A. (Orgs.) *That's the joint! The hip-hop studies reader*, p. 307-309. London; New York: Routledge, 2004.

OLIVEIRA, Catarina Reis; GOMES, Natália. *Indicadores de integração de imigrantes: Relatório estatístico anual 2017*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, 2017.

PARDUE, Derek. Cape Verde, let's go: creole rappers and citizenship in Portugal, Chicago, IL: University of Illinois Press, 2015.

_____. *Brazilian hip-hoppers speak from the margins*. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan. 2011.

PERKINS, William Eric. The rap attack: an introduction. In: _____. (Org.). *Droppin' science: critical essays on rap music and hip hop culture*, p. 1-45. Filadélfia, PA: Temple University Press, 1996.

RAPOSO, Otávio. Arte e cultura: aprendizagens informais na Afro-Lisboa. *Mediações. Revista On-line da Escola Superior de Educação*, v. 7, n. 2, p. 37-52, 2019.

_____. “Tu és rapper, representa arrentela, és red eyes gang”. Sociabilidades e estilos de vida de jovens do subúrbio de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 64, p.127-147, 2010.

_____. *Representa red eyes gang: das redes de amizade ao hip hop*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Urbana) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2007.

_____. Sociabilidades juvenis em contexto urbano. Um olhar sobre alguns jovens do Bairro Alto da Cova da Moura. *Revista Fórum Sociológico*, n. 13/14, p. 151-170, 2005.

RAPOSO, Otávio; SEDANO, Livia Jiménez; LIMA, Redy Wilson. Introdução ao dossiê juventudes, decolonialidades e estéticas insurgentes. *Revista Tomo*, n. 37, Jul./Dez, 2020.

RAPOSO, Otávio, ALVES, Ana Rita; VARELA, Pedro; ROLDÃO, Cristina. Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 119, p. 5-28, 2019.

ROSE, Tricia. *Black noise: rap music and black culture in contemporary America*. London: Wesleyan University Press, 1994.

SAUCIER, P. Khalil. *Native tongues. An African hip-hop reader*. Trenton, NJ: Africa World Press, 2011.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF). *Relatório de imigração, fronteiras e asilos 2019*. 2019. Disponível em: <<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detah.e.aspx?nID=92>>. Acesso em: 25 Jun. 2011.

SIMÕES, José Alberto. Entre percursos e discursos identitário: etnicidade, classe e gênero na cultura hip-hop. *Revista de Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 107-128, 2013.

_____. *Entre a rua e a internet. Um estudo sobre o hip-hop português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

SIMÕES, José Alberto; CAMPOS, Ricardo. Digital media, subcultural activity and youth participation: the cases of protest rap and graffiti in Portugal. *Journal of Youth Studies*, v. 20, n.1, p. 16-31, 2017.

SIMÕES, José Alberto; NUNES, Pedro & CAMPOS, Ricardo. Entre subculturas e neo-tribos: propostas de análise dos circuitos culturais juvenis. O caso da música rap e do hip-hop em Portugal. *Fórum Sociológico*, n. 13-14 (2ª série), p. 171-189, 2001.

SIMÕES, Soraia. Fixar o (in)visível: papéis e reportórios de luta dos dois primeiros grupos de rap femininos a gravar em Portugal (1989-1998). *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 7, n. 1, p. 97-114, 2018.

_____. *RAPublicar: A micro-história que fez história numa Lisboa adiada*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UMG, 2010.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras, PT: Celta Editora, 2000.

VARELA, Pedro; RAPOSO, Otávio; FERRO, Lígia. Redes de sociabilidade, identidades e trocas geracionais: da “Cova da Música” ao circuito musical africano da Amadora. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 86, p. 109-132, 2018.

WELLER, Wivian. A construção de identidades através do hip hop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turcos-alemães em Berlim. *Caderno CRH*, n. 32, p. 213-232, Jan./Jun. 2000.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 [1943].

WOODS, Orlando. The digital subversion of urban space: power, performance and grime. *Social & Cultural Geography*, v. 21, n. 3, p. 293-313, 2020.

YÚDICE, George. *Nuevas tecnologías, música y experiencia*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.



Entre racializações: Oliver C. Cox e a sociologia

Recebido: 02.10.20
Aprovado: 22.02.21

Erik Wellington Barbosa Borda*

* Erik Wellington Barbosa Borda é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, onde pesquisa as atividades do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (CCCS) – entre 1964 e 1982. Campinas, SP, Brasil. Orcid: 0000-0001-8624-5903. <ewbborda@gmail.com>.

Resumo: Oliver Cromwell Cox foi um sociólogo negro de Trinidad e Tobago que passou a maior parte de sua vida pessoal e intelectual nos Estados Unidos. Neste país, o caráter heterodoxo de suas críticas à sociologia de seu tempo lançaram sobre sua obra um silêncio que durou décadas. Em tempos recentes, porém, o crescente interesse por sua obra trouxe à tona discussões sobre seus fundamentos. Este texto se volta à trajetória inicial do autor, período que abarca desde seu nascimento, no Caribe, em 1901, até a publicação de sua *magnum opus* *Caste, class and race*, em 1948. Argumenta-se que esse período é antes de tudo marcado por uma circulação do autor por distintas gramáticas de racialização, que, por sua vez, foram determinantes para o ímpeto desconstrucionista que marcou sua posição em relação às ciências sociais. Argumenta-se ainda que a ênfase nesse aspecto da trajetória de Cox, por meio de um engajamento crítico e sistêmico com raça, oferece uma importante contribuição aos chamados estudos externalistas de intelectuais afro-diaspóricos na sociologia.

Palavras-chave: Oliver Cox. Relações raciais. Racialização. Sociologia dos intelectuais. Caribe.

Between racializations: Oliver C. Cox and the sociology

*Abstract: Oliver Cromwell Cox was a black Trinidadian sociologist that spent most of his personal and intellectual life in the United States. In this country, the heterodox character of Oliver Cox's critiques to the sociology of his time set over his work a decades long silence. In recent times, however, the growing interest in his work has brought up discussions about its foundations. This text focuses on the author's initial trajectory, a period that dates from his birth in the Caribbean, in 1901, until the publication of his magnum opus *Caste, class and race*, in 1948. It is argued that this period is primarily marked by a circulation of the author through different grammars of racialization, which in turn were decisive for the deconstructionist impetus that marked his towards the social sciences. It is also argued that the emphasis on this aspect of Cox's trajectory, through a critical and systemic engagement with race, offers an important contribution to the so-called externalist studies of Afrodiasporic intellectuals in Sociology.*

Keywords: Oliver Cox. Race relations. Racialization. Sociology of intellectuals. Caribbean.

1. Deve-se destacar aqui o interesse crescente pelos trabalhos de intelectuais caribenhos francófonos, dentre os quais o principal no Brasil é Frantz Fanon. No país, a atenção recebida pelo autor não é recente (Guimarães, 2008), tal como demonstra o interesse de Florestan Fernandes na divulgação de sua obra (Borda, 2014) e a escrita de um texto de balanço sobre sua vida e obra por Renato Ortiz (2014) no final da década de 1970, e publicado posteriormente. Na última década, tal atenção tem se intensificado, destacando-se aqui os trabalhos de Deivison Faustino (2015; 2018), Joaze Bernadino-Costa (2016), além de outros que se inspiraram em seus escritos. Outro intelectual que tem recebido atenção é Édouard Glissant (Pinto & Bernardes, 2019). Embora centrais para diversas discussões contemporâneas – relação entre raça, classe e gênero; descolonização do pensamento; teoria pós-colonial etc. –, a produção acerca dos autores anglófonos é menos frequente. C. L. R. James teve sua principal obra, *Os jacobinos negros*, de 1938, traduzida no Brasil apenas em 2000. Outros escritos do autor

Introdução

O estudo acerca de intelectuais negros caribenhos ou de seu pensamento é ainda incipiente no Brasil. Apesar do interesse crescente por essa produção¹, ele se limita a áreas específicas das ciências sociais voltadas ao estudo de temas sobre relações raciais em sentido amplo – estudos acerca da diáspora africana, pensamento subalterno, decolonial/pós-colonial etc. Enquanto isso, os chamados trabalhos “externalistas” acerca de intelectuais (Pontes, 1997) – redes, grupos, trajetórias –, ao mesmo tempo em que definem as diretrizes teóricas para o tratamento do tema no país, raramente incorporam aquelas discussões, ainda que possam eventualmente ter intelectuais subalternos como objeto de suas investigações. Nesse sentido, raça, além de gênero e sexualidade, “tornaram-se questão para se falar sobre, mas não foram permitidos em si a desafiar as estruturas de diálogo que facilitam o reconhecimento e geral compreensão conceituais no mundo” (Bhambra, 2007: 879)². No mesmo movimento, a tarefa de repensar as narrativas da história de nossa disciplina por esse crivo fica também limitada. Neste texto, pretendemos demonstrar, por meio de uma discussão acerca da trajetória inicial do sociólogo de Trinidad e Tobago Oliver Cromwell Cox, que o estudo de intelectuais caribenhos negros possibilita a realização de ambos os exercícios.

A discussão sobre a trajetória inicial de Oliver C. Cox, datada aqui pelo período que compreende de seu nascimento, em 1901, até a publicação de *Caste, class and race*, em 1948, será feita com destaque tanto aos elementos que permitiram ao autor manifestar uma posição “heterodoxa” em relação à sociologia americana de seu tempo, quanto, nesse mesmo movimento, aos elementos que determinaram sua anulação do cenário intelectual americano do pós-Guerra. Desse modo, o texto se inicia com a apresentação de um breve itinerário biográfico do autor. Na seção seguinte, lança-se sobre esse itinerário uma interpretação, ao mesmo tempo atenta às implicações que traz aos modelos teóricos utilizados para o estudo de intelectuais negros, particularmente caribenhos, e ao que tal itinerário pode indicar a respeito do campo sociológico americano de meados do século XX.

Oliver C. Cox: um breve itinerário intelectual

No verão de 1938, Oliver Cromwell Cox termina seu doutorado em sociologia na Universidade de Chicago. Depois de viver 19 anos nos Estados Unidos, Cox teve a oportunidade de adquirir uma formação que era invejável em seu país natal, a colônia britânica de Trinidad, no Caribe, e acreditava que isso lhe garantiria uma

posição de igual prestígio no campo sociológico americano. A estada nos Estados Unidos até então já havia sido marcada por infortúnios, e uma série deles ainda haveria de ocorrer até a morte do autor, em 4 de setembro de 1974.

A própria decisão de migrar para os Estados Unidos foi informada por decepções de inserção em Trinidad, embora à primeira vista pudesse ser qualificado como um “bem-nascido”. Seu pai, descrito por um biógrafo do autor, Herbert Hunter, como um “mulato claro de cabelo ondulado” (Hunter, 1987), à diferença de outros importantes intelectuais trinitinos³ – como George Padmore ou C. L. R. James –, não tinha uma carreira voltada à educação⁴. Esses dois elementos – a ocupação e a cor – articulavam-se e estruturavam um sistema de desigualdades no Caribe colonial, e etnicidade tinha peso decisivo sobre o destino social dos sujeitos (Yelvington, 1993). Isso não significa, entretanto, que raça e etnicidade operavam da mesma maneira no Caribe como um todo, a despeito do tempo e do espaço (Hoetnik, 1985). De acordo com Daniel Segal, no caso de Trinidad, a situação de contato racial no período pré-independência era caracterizada pela existência de alguns grupos tidos como puros – europeus, africanos e indianos – e por uma grande quantidade de mestiços oriundos das várias combinações possíveis dessas três raças⁵. Ainda segundo o autor, raça assumia a centralidade em todas as dimensões da vida social trinitina, como um “idioma que memorava passados particulares e conectava esses passados a grupos sociais contemporâneos” (Segal, 1993: 84), e enfatiza: “as regras para a classificação de pessoas ‘mestiças’ eram formais e inequívocas” (Segal, 1993: 85). Nesse sistema, raça não operava como simplesmente um espelho da economia política, mas ela a representava e a configurava, o que é algo bem diferente (Segal, 1993: 83), ou, nos termos de Sylvia Wynter, esses elementos não eram em Trinidad um simples marcador de diferença de status, mas sim um sistema de valor (Wynter, 1992: 69). Isso significa que a ocupação de posições-chave para a manutenção do regime colonial e o *status* um pouco superior adquirido pelas classes médias de cor⁶, como a família de Cox, estava intimamente associada aos trunfos morais decorrentes de traços fenotípicos e específicos, que não obstante, estavam longe de ser estáveis.

A decadência real e simbólica era um espectro sempre presente, fundamentalmente através do risco de “enegrecer” ou não conseguir acesso à educação⁷. O pai de Cox, embora abastado e exigente com resultados⁸, não conseguiu inculcar nos filhos as disposições intelectuais necessárias de acesso à educação elitista das colônias britânicas. O gosto pelo estudo havia sido passado a seus filhos, então, pelo tio de Cox, Reginald Vidale, professor e posteriormente diretor da Escola para meninos St. Thomas, onde Cox adquire a formação primária. Mas mesmo isso no caso de Cox foi insuficiente.

foram traduzidos e publicados em 2015 na coletânea *A revolução e o negro*, ampliada em 2019. George Padmore foi objeto de uma tese em 2018 (Mattos, 2018). Oliver C. Cox, por fim, possui apenas uma tradução em português de que temos notícia: o capítulo sobre estamentos de *Caste, class and race*, publicado em 1973 na coletânea organizada por Octavio Ianni, *Teorias da estratificação social*.

2. As citações em português de autores publicados em outras línguas foram traduzidas livremente pelo autor.

3. “Trinidad e Tobago produziram muitos intelectuais de destaque, particularmente durante a primeira metade do século XX. Sylvester Williams, o qual é normalmente descrito como o pai do panafricanismo; George Padmore, autor de *Pan africanism or communism?* entre outras obras, e outro ativista de destaque no movimento pan-africano, Eugene Chen, em duas ocasiões ministro de Assuntos Exteriores no governo nacionalista da China sob Sun Yat-Sen; Eric Williams, primeiro ministro de Trinidad e Tobago de 1962 a 1981 e autor de *Capitalismo e*

escravidão; Oliver Cromwell Cox, autor de *Caste, class and race*; C. L. R. James, entre outros.” (Cudjoe, 2004: 127).

4. O pai de Cox, William Raphael Cox, após ter trabalhado como capitão de uma escuna de fiscalização da receita, destacou-se na sociedade trinitina como agente de impostos do governo. Tinha, pois, uma situação financeira confortável, que garantia à família não apenas uma casa na capital, como também uma fazenda de cacau no interior da ilha que servia como casa de verão.

5. De acordo com Segal (1993: 85), existiam cerca de 15 permutações possíveis no sistema de consideração racial em duas gerações de uniões entre as três principais raças de Trinidad.

6. Entre as categorias para a classificação dos grupos emergentes do contato, deve-se destacar a de “pessoas de cor” (*colored*). Da mistura entre brancos e negros teria aparecido não apenas uma população de cor, mas o “mito de origem” indicava uma classe média “de cor” que preencheria o hiato social entre

Havia uma reserva das posições-chave do regime para a elite branca e colonial, e um dos modos de mantê-la era pelo controle do acesso à educação por meio de uma inflação artificial das taxas nas escolas secundárias de Trinidad (McAuley, 2004). Para famílias como as de Cox, restava a disputa pelas poucas bolsas oferecidas a alguns jovens brilhantes da colônia. Sem êxito nesses exames, não haveria alternativa educacional de qualidade, pelo menos em Trinidad. Os dois principais colégios que ofereciam formação secundária, o St. Mary’s e o Queen’s Royal College, e só eram acessíveis por meio das poucas bolsas que o governo garantia para toda a ilha anualmente – para o Queen’s Royal College eram apenas quatro bolsas e a idade máxima para prestar o exame 12 anos (James, 1983). Oliver Cox, apesar da pesada rotina estudos exigida por seu pai e da educação repassada por seu tio, não consegue uma posição em nenhum deles⁹.

Esse evento explica o porquê de haver deixado o Caribe ao completar 18 anos. Após seguir os estudos em uma pequena escola agrária por um curto período tempo, enquanto trabalhava em uma loja de departamentos, Cox busca uma formação nos Estados Unidos, muito a incentivo de seu pai. Antes de partir, em 1919, dois de seus irmãos já estavam lá. O mais velho, Ethelbert, cursou medicina e o segundo, Reginald, ortodontia. Herbert Hunter comenta que os três irmãos receberam ajuda financeira, mas que apenas o primeiro a recebia enquanto ainda estudava. “Uma vez nos Estados Unidos, o jovem Oliver estava por conta própria” (Hunter, 1987: xviii). A expectativa social era que Cox seguisse alguma carreira tradicional, e assim opta pelo direito, carreira que manteria a respeitabilidade de sua origem quando voltasse ao Caribe.

Em 1919, então, Cox parte para os Estados Unidos. Por recomendação de seus dois irmãos que haviam ido antes, escolhe Chicago. Nesse momento, Chicago era um dos principais destinos para os negros que vinham do sul do país, no que foi chamada de “A grande migração”. “De cidades, vilas e fazendas eles fluíram para qualquer cidade do norte onde encontrassem trabalho” (Grossman, 1989: 4). O sistema Jim Crow, a miséria, e a propaganda de periódicos como o *Chicago Defender*¹⁰ empurravam levas e levas de migrantes, de modo que a cidade viu sua população afro-americana passar de 44.103 em 1910 para 109.458 em 1920. “Entre as muitas cidades que ofereciam novas oportunidades de emprego, Chicago representava o destino lógico para homens e mulheres negros que se preparavam para deixar lares nas comunidades do sul” (Grossman, 1989: 4).

Isso significa que a primeira leitura de Cox sobre a América foi feita desde um lugar específico, que não é nem o sul do Jim Crow – cuja experiência posterior marcaria sua trajetória – nem a ativista Nova York, acostumada nas primeiras décadas do sécu-

lo XX a uma intensa presença afro-caribenha e atividades políticas (Stephens, 1998). Seja como for, Chicago não era Trinidad, de modo que às classes médias negras, ainda que pudessem ascender social e simbolicamente, a segregação era evidente, e Cox irá morar na parte oeste do “cinturão negro” da cidade, até se mudar, em 1931, para a parte sul. A primeira questão com a qual teve de lidar era a de sua formação educacional. Ela era insuficiente, afinal não havia conseguido uma bolsa aos colégios de elite de Trinidad, portanto não tinha o ensino secundário. Assim, se quisesse seguir a carreira em direito, teria de voltar aos estudos básicos, e matricula-se na YMCA High School, onde se forma em 1924 e, em seguida, no Crane Junior College (ou possivelmente no Lewis Institute)¹¹. Em 1926 ingressa na Northwestern University, onde adquire em 1928 o desejado diploma que buscava quando deixou o Caribe.

Entretanto, em 1929, Cox contrai poliomielite e perde parcialmente o movimento das pernas, em um ano que passou quase que totalmente voltado a lidar física e psicologicamente com a doença. Após a recuperação, passou a depender de bengalas ou cadeira de rodas até o fim da vida. Para Cox, esse evento foi central para seu ingresso na carreira acadêmica, que, em seus próprios termos, “necessitava de menos jogo de pernas” (Cox apud Hunter, 1983: 251). Além disso, a crise econômica castigava de modo particular aqueles que estavam no cinturão negro, e em um mundo pouco afeito às pessoas com deficiência, Cox deve ter se visto empurrado para a explicação desses fenômenos. Em 1930 entra então no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, onde adquire o título de mestre em 1932 com a dissertação *Workingmen’s compensation in the U.S., with critical observations and suggestions*.

O mestrado injetou-lhe preocupações intelectuais que antes não existiam. Um de seus professores no Departamento de Economia era Frank Knight. Knight era não só um weberiano em um momento raro para sê-lo nos Estados Unidos – havia publicado em 1927 a primeira tradução ao inglês de um livro de Weber, *História econômica geral* (Emmett, 2006.) –, mas quando se torna membro de Departamento de Economia da Universidade de Chicago, passou a “intensificar, ao invés de diminuir, seu interesse em Weber e história comparativa” (Emmett, 2006: 107)¹². Ademais, tinha uma concepção particular a respeito do papel das ciências sociais que pode ter impactado Oliver C. Cox, na medida em que esse parece ter sido o efetivo contato inicial do autor com a área. “A preocupação primordial de Knight era a articulação de uma ciência social (não apenas econômica) que poderia resolver as tensões centrais da modernidade” (Emmett, 2006: 103).

Não é estranho, pois, que Cox se decepcione com as ferramentas explicativas da economia e opte pela sociologia para tentar encontrar um sentido para Grande

as classes altas (brancas) e baixas (negras) (Segal, 1993).

7. Chave aqui está a questão da “respeitabilidade”. C. L. R. James comenta o peso que esse fator social teve sobre sua própria trajetória, fazendo notar o esforço que sua família fez para conquistá-la, desde os tempos de seu avô paterno, que ia sob o sol escaldante do Caribe à escola dominical lecionar de fraque, cartola e bengala, até ele próprio, autodefinido como “um intelectual britânico muito antes dos dez anos”. (James, 1983: 28).

8. De acordo com Herbert Hunter, o pai de Cox exigia uma pesada rotina de estudos de seus filhos. Essa rotina envolvia despertar cedo todos os dias, banhos gelados e estudos antes de ir para a escola (Hunter, 1983: 250).

9. Por outro lado, C. L. R. James, outro trinitino que nasceu no mesmo ano que Cox, 1901, é aprovado em 1910 em primeiro lugar, e torna-se o mais jovem a conseguir uma das bolsas. (James, 1983; Buhle, 1988).

10. “O *Chicago Defender*, jornal mais amplamente lido no sul negro, proporcionava vislumbres de uma cidade empolgante

e com uma população negra vibrante e assertiva a milhares de possíveis migrantes.” (Grossman, 1989: 4).

11. Há aqui um conflito de informações entre os dois principais biógrafos e comentaristas da obra de Cox. De acordo com Herbert Hunter, Cox teria se formado no YMCA em 1923 e em seguida adquirido uma formação complementar no Lewis Institute com ênfase em história e economia em 1925 (Hunter, 1983: 250). Christopher McAuley afirma que a presença de Cox no Lewis Institute se deu apenas por uma licença de estenógrafo (McAuley, 2004: 243). Essa informação decorre de um formulário escrito pelo próprio Cox, já no fim de sua vida, no qual não se menciona nem o Lewis Institute nem que se formou em 1923. Para McAuley, Cox teria estudado brevemente no Crane Junior College (hoje Malcom X College). Outro conflito de informação diz respeito à data de ingresso de Cox no curso de direito da Northwestern. Hunter, em 1983, afirma que Cox ingressa em 1926 e termina em 1928, mas 1987, afirma que Cox ingressa em 1927 e termina em 1929 (Hunter, 1987: xix). Como McAuley

Depressão¹³. O estranho é ele ter esperado encontrar na sociologia de Chicago mecanismos explicativos da crise, em relação ao que de fato a sociologia de Chicago poderia oferecer à época. Era uma sociologia voltada para problemas de pesquisa distantes das preocupações macroestruturais que pareciam animar Cox, além do que as perspectivas interpretativas tampouco enfatizavam elaborações teóricas dessa natureza. “A sociologia de Chicago caracteriza-se antes de tudo pela pesquisa empírica [...]. A Escola de Chicago é uma sociologia urbana, que realizou uma série impressionante de estudos sobre problemas que enfrentava a cidade” (Coulon, 1995: 7-8).

O departamento, entretanto, era mais diversificado do que, por vezes, se costuma apresentá-lo. De acordo com Howard S. Becker:

A Escola de Chicago nunca foi uma escola no sentido pleno. Como Jennifer Platt deixou bem claro, Chicago, a verdadeira Chicago na 59ª Rua, no prédio de ciências sociais, em oposição à Chicago do mito de origem, era muito mais variada e diferenciada que isso. Park, Burgess, e Ellsworth Faris, as pessoas agora comumente acreditadas de terem incorporado a grande tradição de Chicago durante os anos 20 e 30, foram de início juntadas a Ogburn, que tinha uma visão bem diferente da sociologia e de sua missão (Becker, 1999: 4-5).

Nesses interstícios é possível compreendemos a inserção de Cox. Relações raciais faziam parte da produção da sociologia de Chicago – chegando mesmo a configurar o que é por vezes chamado de uma Escola de Chicago de Relações Raciais (Deegan, 2008a) –, e Cox, evidentemente, cursou disciplinas nesse campo, todas¹⁴ ministradas por Robert Ezra Park (Johnson, 2004: 103). Porém, mais importante, Cox não foi orientado por Park ou outra “figura emblemática” como Ernest Burgess, como foi a tendência entre outros membros do que Young Jr e Deskin chamam de “segunda onda da tradição inicial de pensamento sociológico afro-americano”¹⁵. Cox foi orientado por William F. Ogburn.

A visão e a missão da sociologia de Ogburn, destacada acima por Becker, contrastava com o restante do Departamento justamente pela ênfase na pesquisa quantitativa¹⁶, motivo pelo qual fora justamente contratado, e deixou a Universidade de Columbia. Assim, a tese de doutorado de Cox, *Factors affecting the marital status of negroes in the United States*, foi um trabalho cujo material é essencialmente estatístico, e que revela sua “atração pelos métodos quantitativos enfatizados por Ogburn e Samuel Stouffer, ao invés dos métodos mais qualitativos de estudo de caso ou abordagem ecológica desenvolvidos por Park, Burgess, Blumer e seus alunos” (Hunter, 1987: xxi).

Não obstante, Cox manifestava reservas quanto ao papel exercido por seu orientador, Ogburn, e outros professores do departamento em matéria de relações raciais. Cox os via como figuras paternalistas, que, embora progressistas, se opunham à tomada de iniciativa pelos próprios negros em movimentar a questão racial em um ritmo mais rápido (Johnson, 2004). Importante dizer que a relação de Cox com os pares negros em Chicago também parece ser conturbada¹⁷. Na seção seguinte, voltaremos ao tema da relação de Cox com a Escola de Chicago.

Cox termina então seu doutorado em 1938. Como era costume, os sociólogos negros, por melhor que fossem suas qualificações, encontravam emprego apenas em instituições negras, onde a carga de trabalho era alta e a remuneração baixa. Isso era regra para a primeira geração de sociólogos negros (Young Jr. & Deskin, 2001; Keys, 1978) – da qual podemos destacar Du Bois –, e permaneceu, com algumas exceções como Allison Davis e St. Clair Drake, do mesmo modo para a segunda geração¹⁸. Dos que passaram por Chicago, Charles S. Johnson e Horace Cayton Jr. foram para Fisk, e E. Franklin Frazier foi para Fisk e, posteriormente, Howard. Oliver C. Cox conseguiu emprego na pequena faculdade metodista de Wiley, em Marshall, Texas.

Wiley é importante para o que nos interessa neste artigo por dois motivos principais. O primeiro reporta-se ao relativo isolamento da faculdade das fontes de financiamento de fundações que, no entre-Guerras, passaram a se interessar cada vez mais por pesquisas em temáticas raciais realizadas em “instituições seguras e dependentes”, que pudessem ser confiadas para conduzir pesquisas sobre problemas negros sem desafiar as atitudes raciais dominantes à época (Stanfield, 1982: 199)¹⁹. O segundo motivo, e mais evidente, diz respeito a Wiley encontrar-se no sul, o que permitiu a Cox uma compreensão muito distinta das relações raciais, compreensão essa que pode ajudar a explicar o porquê da rebelião do autor contra o *establishment* sociológico americano que culminaria em sua efetiva exclusão.

A tese de doutorado de Cox e seus escritos até 1942 não manifestavam o tom radical pelo qual o autor seria futuramente conhecido, e os artigos que publica até então ainda se voltam àquele tema ou a temas correlatos²⁰. O que leva o autor em 1942 a publicar sua primeira crítica significativa aos fundamentos da sociologia das relações raciais americana? É possível que a temporada em Wiley permitiu a Cox uma compreensão muito distinta sobre o sistema de segregação do sul, algo que somado ao senso de si desenvolvido no Caribe sustentado pela respeitabilidade, abalou sua postura diante do tom não conflituoso, conciliatório e acomodatório do tipo de pesquisa que se desenvolvia em Chicago. É também plausível considerar que Cox esperasse uma garantia, devido à sua formação, de um lugar mais prestigioso do que aquele que havia conquistado no campo sociológico americano, como os de Frazier ou Charles S. Johnson.

também opta por 1926 como o ano de ingresso e 1928 como de término, esta será a cronologia adotada aqui.

12. “Entre 1929 e 1932, Knight escreveu aproximadamente 25 resumos de livros e artigos de historicistas alemães para o *Social Science Abstracts*, uma tentativa de curta duração (quatro volumes entre 1929-1932) de proporcionar acesso à literatura europeia a cientistas sociais norte-americanos.” (Emmett, 2006: 107).

13. “Senti que se a economia não explicava o que eu queria saber; se a Economia não explicava a chegada da depressão; se a economia não me ajudava a entender aquela grande mudança econômica, então senti que não precisava dela. Assim, mudei para a sociologia” (Cox apud Hunter, 1983, p. 251).

14. Há uma imprecisão no tocante ao curso “Negro in America”, se foi ou não ministrado por Park na primavera de 1935 (Johnson, 2004).

15. “Algumas das condições particulares à segunda geração de sociólogos afro-americanos que não se faziam presentes na primeira eram:

uma preocupação menor em refutar os argumentos racistas do final do século XIX e início do XX; uma preocupação mais específica com as condições e os efeitos do urbanismo, integração, pobreza rural e segregação sobre a psique individual e comunitária de afro-americanos; adaptação mais completa aos métodos e paradigmas sociológicos padrões; inclinação maior a enfatizar a noção de pesquisa científica contemporânea ao invés de teorização abstrata; um tanto menos de envolvimento em ações de protesto ou política; e uma aceitação um pouco maior pela comunidade sociológica formal. Em grande parte, a emergência desses fatores se deve à conexão de muitos destes acadêmicos com Robert Ezra Park e a Escola de Sociologia de Chicago” (Young et Deskin, 2001; 461).

16. “Ao chegar à Universidade de Chicago, encontrei uma atitude muito mais hostil em relação à estatística do que eu havia encontrado em Columbia. Mas lutei a batalha, lecionei todas as estatísticas no Departamento de Sociologia e geralmente participei do trabalho estatístico dos comitês da

Durante a temporada em Wiley – e posteriormente no Tuskegee Institute, a partir de 1944 – até a publicação de sua *magnum opus Caste, class and race*, em 1948, Cox publica cerca de onze artigos críticos ao que chama de “Escola de castas de relações raciais” e a outros grandes nomes das ciências sociais americanas contemporâneas, como Ruth Benedict e Robert Park. O livro *Caste, class and race*, que incorpora e reorganiza as críticas dos artigos anteriores, termina por selar o destino social do autor. Foi enterrado pela editora Doubleday um ano após o lançamento, assim que esgotada a primeira impressão (Sweezy, 1987), e Cox produziu escritos tão impopulares nos “anos 1950 e 1960 que foi obrigado a pagar \$ 2.000 e \$ 2.500, respectivamente, para ter *The foundations of capitalism* e *Capitalism and American leadership* publicados” (Hier, 2001: 72). A afirmação de Herbert Hunter (1983), de rotular Cox como um “sociólogo esquecido”, faria sentido.

O que nos chama atenção hoje, à primeira vista, é o fato de em 2006 a Associação Americana de Sociologia modificar o título do prêmio que dá a trabalhos em relações raciais em para *Cox-Johnson-Frazier Award*²¹, em homenagem a Cox, o primeiro a recebê-lo, em 1971, como se estivesse a corrigir uma injustiça histórica. Ou a celebração de sua obra por parte de autores consagrados como Immanuel Wallerstein²² ou o antropólogo Louis Dumont²³. Acreditamos que o que permitiu a Cox ser celebrado décadas após sua morte e também o esforço ativo para sua anulação ainda em vida é decorrente de um elemento particular de sua trajetória, o que chamamos, a partir de Stuart Hall (2007), de o prisma de sua formação caribenha. Pretendemos, na seção seguinte, lançar uma hipótese sobre esses movimentos.

Os desprazeres do exílio e um prisma para a sociologia dos intelectuais

Na seção anterior, tentamos evidenciar os principais aspectos que baseiam nossa proposta de interpretação acerca de alguns problemas que cercam a trajetória de Oliver C. Cox, e quais os impactos dessa interpretação sobre as estruturas de diálogo da sociologia e as narrativas disciplinares. Em se tratando de Cox, o que parece mais importante para nós aqui concerne à circulação internacional. Gisèle Sapiro destaca que a circulação internacional é largamente determinada pelas relações de força entre países centrais e periféricos (Sapiro, 2013) e, nesse cenário, a situação colonial na primeira metade do século XX é sintomática. É difícil falar de intelectuais afro-caribenhos sem falar na experiência do exílio. Gerações de pensadores, ativistas, poetas e escritores das Índias Ocidentais se viram obrigados a deixar suas terras, muitas vezes para nunca mais regressar, e esses deslocamentos se refletiram em suas obras e projetos. Cox não foi de maneira nenhuma exceção, mas regra.

Essa experiência, embora de longe não seja única aos afro-caribenhos, foi no caso particular destes também condicionada por um problema adicional e, em nossa leitura, ainda mais fundamental. Essa circulação significava também uma circulação por distintas gramáticas de *racialização*. Com este termo, enfatizamos ao mesmo tempo o caráter processual de raça, refletido por Frantz Fanon (2008) por meio do termo “racialização”, e a dimensão significativa que ela assume, conforme ressalta Rita Segato:

Raça é signo e, como tal, depende de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é socialmente relevante. Estes contextos são localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação. [...] Um afro-norte-americano é um sujeito muito diferente de um sujeito classificado negro no ambiente social brasileiro. Todas estas sociedades pós-coloniais do continente americano são moduladas por uma forte estratificação etnicorracial, mas a engenharia desta estratificação é variável (Segato, 2005: 6).

Devemos nos perguntar o que ocorre aos sujeitos ao circularem e se deslocarem entre essas diferentes gramáticas, e se tal circulação, no caso de intelectuais, têm qualquer efeito sobre suas produções. Para Stuart Hall, ela é determinante. Hall destaca em um evento realizado em sua homenagem que sua visão do que poderia ser visto como “problemas ingleses” está baseada em outro lugar, lugar esse que decorre do fato de estar “na diferença” (Hall, 2007)²⁴. Hall chama esse “outro lugar” de “o prisma de sua formação caribenha”. Percepções similares podem ser encontradas em diversos outros intelectuais da região ao discutirem suas próprias trajetórias e aquelas de outros conterrâneos²⁵. O significado desse prisma, seu significado sociológico é, contudo, menos explorado.

O fato de Cox ter nascido e crescido no Caribe não é frequentemente considerado (McAuley, 2004). Christopher McAuley é um autor que se atenta ao fato, e tenta compreender a evolução do pensamento de Cox em estreita concordância com seu plano de fundo caribenho.

O quadro de referência caribenho de Cox é precisamente o componente de suas análises que faz seu ponto de vantagem tão importante e oportuno: o dele é uma perspectiva inicial de “Terceiro Mundo” sobre os problemas mais urgentes de nosso tempo – globalização capitalista, conflito étnico e o futuro das relações sociais (McAuley, 2004: 3).

Embora se proponha a dar atenção a essa faceta, o livro de McAuley não desenvolve os nexos causais entre a trajetória social caribenha e a produção sociológica de

Universidade” (Ogburn apud Laslett, 1991: 516).

17. Essa mesma crítica, Cox a dirigia a seus pares negros, em Chicago. Yolanda Johnson afirma que “a principal queixa de Cox à respeito tanto de Johnson como de Frazier era a aceitação por estes da atitude paternalista de Park com relação a estudantes afro-americanos” (Johnson, 2004: 107).

18. O recorte geracional para a interpretação das presenças afro-americanas na sociologia aparece em diversos autores, em particular Young Jr. & Deskins Jr. (2001), Bowser (1981) e Keys (1978).

19. Sociólogos eram igualmente dependentes de sua adesão à manutenção da ordem racial. “Os conselhos administrativos e especialistas em raça das fundações tinham um desdém por pesquisas em raça e acadêmicos negros radicais. Os especialistas em raça das fundações não apoiavam avaliações críticas acerca de problemas de ajustamento negros (por exemplo: a exploração político-econômica branca)...” (Stanfield, 1982: 201).

20. Entre 1940 e 1942 Cox publicou

“Farm tenancy and marital status”; “Sex ratio and marital status among negroes”; “Sex ratio and marriages in rural communities”; “provisions for graduate education among negroes”; “Employment, education and marriage of young negro adults”.

21. O título antes era *DuBois-Johnson-Frazier Award*. Para informações sobre o prêmio, consultar: <<http://www.asanet.org/news-events/member-awards/cox-johnson-frazier-asa-award>>.

22. “Oliver C. Cox expôs nos anos 50 e 60 virtualmente todas as ideias básicas de uma análise do sistema-mundo. Ele é um pai fundador, mas um pai fundador que dificilmente é reconhecido como tal e amplamente negligenciado, mesmo hoje.” (Wallerstein, 2000: 174).

23. “A crítica à “Escola de castas de relações raciais” foi notavelmente levada adiante por Oliver C. Cox. A partir das mesmas fontes que Warner, Cox, com *insight* admirável, desenvolveu uma imagem do sistema de castas que é infinitamente mais verdadeira do que aquela com a qual Warner se satisfazia. É verdade que não se pode concordar em todo lugar com

Cox, além da afirmação de que isso o fez um “comparatista social natural” (McAuley, 2004: 2). Essa própria afirmação, caso verdadeira, tampouco deixa claro o que há de particularmente notável no comparatismo de Cox que o distinga de seus pares, na medida em que o mundo acadêmico norte-americano ao qual Cox seria posteriormente exposto também gerou sua própria leva de comparatistas como, desde um ponto de vista mais formal, Melville Herskovits, e desde um ponto de vista mais geral, as gerações de intelectuais negros americanos que se viram forçados a iniciar as reflexões acerca de suas experiências não na América, mas sim na vida e nas instituições africanas²⁶. O Caribe, assim, aparece às vezes como um atalho explicativo que foge das entrelinhas de influências mais diretas sobre o autor na América.

Na linha das influências mais diretas, por sua vez, encontramos outro modo de abordar a questão, que repousa naqueles comentadores que deram atenção à experiência do racismo, de como situações distintas de contato racial geram tipos de disposições que impactam o destino social dos sujeitos. Sobre Oliver Cox, o biógrafo Herbert Hunter diz:

A experiência de crescer nas Índias Ocidentais sob o regime colonial britânico nas primeiras duas décadas do século XX garantiu a Oliver Cox uma herança cultural que seria única entre os sociólogos americanos negros de sua geração. Em Trinidad, Cox estava muito distante da discriminação racial e da hostilidade que caracterizavam as relações raciais nos Estados Unidos e, além disso, teve a experiência de viver em um país onde os brancos eram uma minoria e considerados estrangeiros. [...] Sem restrições legais explícitas ou uma barreira de cor rigidamente definida separando as raças, havia oportunidades para trinitinos que tivessem a cor de pele apropriada, riqueza, educação e/ou *status* familiar – era a interligação desses fatores que configurou o padrão de poder e privilégio na população nativa (Hunter, 1987: xviii).

Em um texto comparativo entre Cox e o sociólogo E. Franklin Frazier, Anthony Cheesboro corrobora:

Muitos acadêmicos notam que Cox foi exposto a relativamente *pouco racismo* quando era criança, como havia nascido e sido criado entre a maioria afro-caribenha de Trinidad, e que isso foi muito importante em formar sua abordagem às questões de raça (Cheesboro, 1999: 162, grifo nosso).

O que isso significa, Cheesboro não explora.

De fato, a situação de contato racial em Trinidad era muito distinta da situação norte-americana, e provavelmente Cox em sua ida aos Estados Unidos enfrentou

dificuldades em negociar o mundo que o criou com o mundo que agora o recebia e lhe fechava as portas – ou lhe apresentava a porta dos fundos (Winston, 1971). O problema com a ênfase desse aspecto, para os fins de nosso trabalho, encontra-se na ponte analítica entre a experiência do racismo e os aspectos tanto formais quanto de conteúdo da produção acadêmica de Cox, nos vínculos entre trajetória social e produção intelectual. Ou seja, quão modelador e radical esse aspecto particular da trajetória pode ter sido? É razoável esperar que um “ponto de vantagem oportuno” ancorado em uma experiência subjetiva diferente do racismo que fosse assim perceptível permitiria que a obra de Cox fosse interpretada primordialmente por esse crivo, tal como ocorre, por exemplo, em Fanon (2008) – que faz desse deslocamento o ponto de partida de suas reflexões. Pelo contrário, o próprio Christopher McAuley comenta, acerca da formação caribenha de Cox, que essa perspectiva a ressaltar a centralidade da formação caribenha do autor, embora

difícilmente notável, é indiscutivelmente não partilhada por muitos que estão familiarizados com seu [Cox] trabalho”, [e completa:] No curso de minha pesquisa fui repetidamente surpreendido pelo número de acadêmicos americanos que ou falham em considerar, ou que dispensam por omissão, seu plano de fundo caribenho, e por aqueles acadêmicos caribenhos que em grande parte o interpretam como um afro-americano (McAuley, 2004: 2).

Mary Jo Deegan considera que a vida de Cox é reveladora, de como a marginalidade molda carreiras e ideias (Deegan, 2000: 284). No que diz respeito ao papel do Caribe e da raça, Deegan recorre ao que chama de “o véu da sociologia americana”. Esse recurso tem origem na metáfora de W. E. B. Du Bois em *As almas da gente negra*. De acordo com Du Bois, as relações entre os afro-americanos e o mundo são mediadas por um “véu” que, por sua vez, gera uma dupla consciência.

É uma sensação estranha, essa dupla consciência, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre sentir sua duplicidade – americano e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada impede unicamente que se destroce (Du Bois, 1999: 54).

De acordo com Deegan, essa duplicidade da experiência negra definiria um padrão de atitudes – e também, como consequência, uma epistemologia específica – às quais os sociólogos afro-americanos, particularmente no Departamento de Sociologia de Chicago, tinham que submeter para avançar em suas carreiras. No entanto, para Deegan, essa duplicidade – na mesma direção que as tendências que

Cox, mas devemos lembrar que ele estava trabalhando com fontes de segunda ou mesmo terceira mão (por exemplo: Bouglé)” (Dumont, 1980: 254-255).

24. Em outro texto, de 1998, Stuart Hall afirma que “esse é o paradigma da experiência diaspórica. O fato claro é que eu me tornei ‘negro’ em Londres, e não em Kingston” (Hall, 1998: 190).

25. Frantz Fanon (2008) faz dessa experiência o ponto de partida para parte significativa de suas reflexões em *Pele negra, máscaras brancas*. Talvez a reflexão mais clássica sobre o tema apareça em *The pleasures of exile*, de George Lamming. Publicado em 1960, em uma passagem Lamming resume a experiência de se descobrir como parte de algo maior na Inglaterra: “nenhum barbadiano, nenhum trinitino, nenhum santa-lucense, nenhum ilhéu das Índias Ocidentais vê a si próprio como indiano ocidental até ele encontrar outro ilhéu que nasceu em um território estrangeiro [...] nesse sentido, a maior parte dos indianos ocidentais de minha geração nasceu na Inglaterra.” (Lamming, 1992: 214). Stuart Hall, por sua vez, recorda também ter se

descoberto como negro na conjuntura específica da Inglaterra dos anos 60 (Hall, 2010).

26. A concepção original dos estudos negros “tratou africanos e descendentes de africanos pelo globo como um só povo (diverso e complexo, é claro) [...], e é precisamente essa perspectiva de ver o povo negro em termos globais que forçou o campo a ser implacavelmente internacional e comparativo” (Kelley, 1999: 1046).

mencionamos anteriormente sobre a intensidade do racismo –, estaria ausente no Caribe natal de Cox:

Embora Cox tenha sido tratado como um afro-americano nos Estados Unidos, ele era um afro-caribenho americano. Ele não nasceu nessa “duplicidade no interior do self”. Suas experiências diferentes de infância lhe deram uma abordagem crítica que fez da raça um tópico de relevância que diferia daquela de seus colegas nascidos nos Estados Unidos, e o sistema de relevância de Cox está refletido em sua produção (Deegan, 2000: 280).

O problema aqui, como nas abordagens anteriores, está na ênfase da explicação – a suposta intensidade menor de racismo no Caribe, seja o que for que isso signifique, e qual a relação disso com as ideias.

Reconhecer essa dimensão na circulação internacional de Cox, que tratamos aqui como prisma de formação caribenha, pressupõe, em primeiro lugar, necessariamente o reconhecimento da dinâmica opressiva de raça ao qual o autor esteve submetido tanto em casa como no estrangeiro. Entretanto, a ênfase para os fins deste trabalho não está tanto no Caribe em si, ou mesmo nos Estados Unidos em si, mas na circulação a partir daquele para este. C. L. R. James parece ter notado algo interessante quando afirma – mesmo sem conhecê-lo pessoalmente, ao que tudo indica (Reddock, 2014; Montañez Pico, 2018) – que Cox era “americano em suas atitudes” (James, 2016). Codificar a discussão acerca da experiência racial e sua influência sobre Cox em termos de intensidade (ao se tratar mais ou menos racismo), como comumente é feito, deixa escapar o que há de mais fundamental, a saber, os processos subjetivos que são gerados na transição entre uma e outra gramática de racialização em ambos os contextos.

Ademais, é importante dizer que a perspectiva da “intensidade do racismo” é decorrente de um enquadramento que isola o fator racial como elemento adicional que incide sobre a experiência de intelectuais afro-diaspóricos, um enquadramento que não encara a dimensão integralmente estruturante do mundo social que raça assume enquanto discurso (Hall, 2017a). Nessa perspectiva, tem-se raça como tema a ser tratado sociologicamente, mas sem competência para impactar ou desafiar as estruturas de diálogo da disciplina (Bhambra, 2007). A perspectiva do prisma aqui proposta, por sua vez, vai em direção oposta. Trata-se de colocar aquilo que poderia aparecer como uma disfunção no princípio da explicação, conforme aponta Stuart Hall:

Embora eu ache produtivo pensar em termos de uma diáspora, o conceito de diáspora pode certamente ser usado para exatamente

o fim oposto: não para confrontar, mas para disfarçar, evitar ou reprimir tais tipos de dinâmicas emocionais internas e os traumas resultantes envolvidos. O grande valor do pensamento diaspórico, tal como eu o concebo, é que longe de abolir tudo que se recusa a encaixar ordenadamente em uma narrativa – os deslocamentos – coloca as disfunções em primeiro plano (Hall, 2017b: 171).

Desse modo, é a experiência da circulação internacional e entre gramáticas distintas de racialização que importa, e mais pelo processo em si do que por sua resolução, ou mesmo seu início. Isso significa dizer que Cox dificilmente poderia ter escrito o que escreveu se tivesse permanecido no Caribe, e não apenas devido ao mais evidente fator do acesso ao universo acadêmico americano. Os intelectuais afro-caribenhos vinham da periferia de processos sociais e se deparavam com a real natureza de sua sujeição, seja de suas terras natais ou de onde passaram a residir, nesses novos contextos.

Não se trata exatamente de “descobrir o verdadeiro racismo nos Estados Unidos”, mas sim o fato de tal experiência revelar o caráter eminentemente volátil que marca as relações raciais, algo que aliado à sua trajetória intelectual, criou em Cox as condições para a produção de um ponto de vista heterodoxo insurgente, que visa desafiar os mecanismos intelectuais da opressão (Morris, 2015). O caráter volátil dessas relações foi, assim, evidente para Cox e ocupou um lugar central em seus escritos, principalmente após mudar-se para o sul dos Estados Unidos. Essa percepção aparece em *Caste, class and race* de maneira manifesta quando o autor discute, no capítulo 17, o que define como situações de relações raciais. Para Cox, elas seriam sete, e existiriam apenas dentro de um sistema social mais geral: a classe²⁷. Mas essa percepção também aparece em uma dimensão mais epistemológica, que permitiu a Cox contestar a dominante Escola de Castas de Relações Raciais – que ele próprio assim denomina. Os autores dessa perspectiva, cujo principal grupo articulava-se ao redor de Lloyd Warner, em Chicago, importaram a categoria “casta” de seu uso no caso indiano para tentar explicar o padrão assimétrico de relações raciais no sul. De acordo com McKee (1993), aqui apresenta-se uma atualização do compromisso da sociologia americana com a manutenção da ordem racial. Isso foi percebido por Cox na década de 1940:

Ao usar uma hipótese de castas, então, a Escola [de castas] busca explicar uma “sociedade normal” no sul. Em resumo, deu paz a uma sociedade híbrida que não assegurou harmonia para si própria; e enquanto isso for verdade, o trabalho é ficcional (Cox, 1948: 504).

Assim, a utilização de casta implica em levar a discussão para longe da política e em direção à cultura. As relações raciais passam a ser algo não reformável por estarem

27. Diferentemente de Talcott Parsons, para quem os sistemas sociais são “abstratamente definidos com relação ao comportamento concreto de interação social” (Parsons, 1974: 15), para Cox os sistemas sociais significam um mundo social realmente existente. Para o autor, a identificação de seus traços fundamentais permite a esses sistemas serem classificados. Os três sistemas são fundamentalmente casta, estamento e classe – raça não configurando um sistema (Cox, 1948).

28. Allison Davis, em sua resenha crítica ao livro de Cox, não deixa de mencionar que Cox não cita *O capital em Caste, class and race*, mas apenas *Contribuição à crítica da economia política e O manifesto comunista*. “De fato, Dr. Cox demonstra apenas um conhecimento superficial de Marx, dando a entender que descobriu as ideias de Marx independentemente, não inclui *Das Kapital* em sua bibliografia e lista apenas as traduções em inglês de Marx” (Davis, 1948: 161).

29. Nunca um acadêmico. O mais próximo disso a que chegou corresponde talvez ao breve período que lecionou no Federal City College, hoje University of the District of Columbia, durante a década de 1970. C. L. R. James foi deportado dos Estados Unidos em 1953, devido às suas atividades políticas.

30. Howard P. Becker respondeu a Cox em uma carta: “Depois de uma profunda busca e uma meticulosa segunda leitura de seu manuscrito, sou forçado a dizer que me é absolutamente impossível escrever uma introdução ao seu livro que não faça mais mal do que bem. Seu marxismo é tão não diluído, especialmente na parte sobre classe e na conclusão,

distantes do tipo de problemas que estão sujeitos à intervenção, e quando a hipótese de castas é extrapolada para diferentes tipos de sociedade, a tensão política da teoria se intensifica e se escancara:

Se temos castas entre negros e negros no Haiti, entre pessoas de cor na Índia e entre brancos e brancos na Inglaterra, então há mais do que razão e justificação para se ter casta entre brancos e negros no sul. A implicação da “naturalidade” da casta fornece uma confortável suposição geral (Cox, 1948: 544).

A contestação de Cox a essa escola, por outro lado, selou seu destino social, principalmente pela maneira como foi feita. Uma importante influência para a escrita do livro foi a obra de Marx, e embora a leitura de Cox dessa literatura fosse profundamente limitada nesse momento – algo inclusive observado por seus opositores²⁸ –, foi mais que suficiente para rotulá-lo. De fato, na aurora do macarthismo, ser comunista não era algo a ser recompensado, principalmente no tocante às possibilidades de inserção acadêmica, fosse esse marxismo uma ferramenta analítica, como no caso de Cox, ou um comprometimento político, como no caso de C. L. R. James²⁹. Essa fórmula pareceu perigosa para os pares de Cox, e o autor pagou o preço quando a utilizou para atacar os preceitos que sustentavam as reflexões em relações raciais. As resenhas imediatas à publicação de *Caste, class and race* (Hill, 1948; Blizzard Jr., 1948; Davis, 1948; Hughes, 1948) criticaram sua linha. Howard P. Becker se recusou a escrever a introdução do livro por suas “tendências comunistas”³⁰, e os editores se recusavam a publicar os trabalhos de Cox pelos mesmos motivos³¹. Um deles, William Selgby, respondeu em uma carta: “Caro professor Cox. É inútil, não consigo digerir a linha comunista” (Selgby apud Martin, 1971: 22).

Entretanto, parece-nos que o comunismo de Cox está articulado a algo mais fundamental. A perspectiva de que o autor foi enterrado pelo seu alinhamento deve ser vista com algumas ressalvas. Outros autores contemporâneos a Cox, negros e brancos, também tinham tendências marxistas e não tiveram o mesmo destino. Para fins de comparação, E. Franklin Frazier, negro que passou por Chicago, também partilhava a influência da análise dialética marxista, de acordo com Anthony Cheeseboro. No entanto, Frazier optou por dissimular sua influência, mesmo quando fazia críticas que eram claramente marxistas – como em *Black bourgeoisie*³².

A principal diferença na estatura acadêmica dessas duas importantes figuras pode ser atribuída a suas abordagens diferentes dos paradigmas aceitos por acadêmicos estabelecidos em seus campos. Cox desafiou diretamente esses paradigmas, enquanto a abordagem de Frazier era mais oblíqua (Cheeseboro, 1999: 150).

A questão, então, parece estar no lugar para a crítica que se reservava aos intelectuais negros.

Deegan segue o mesmo caminho, ao sublinhar a reação de Cox ao véu da sociologia de Chicago:

Cox experienciou o véu da sociologia, mas ele não se acomodou a ele, nem no segmento branco nem no afro-americano da Escola de Chicago de Relações Raciais. A recusa de Cox em adaptar-se à Escola de Chicago branca o separou de seus colegas afro-americanos de Chicago de maneira fundamental. [...] Muitos dos primeiros afro-americanos que foram treinados no segmento inicial da Escola de Chicago de Relações Raciais também seguiram a visão acomodatória de Park e [Booker T.] Washington... (Deegan, 2000: 280).

Assim, não é uma questão exclusivamente racial nem especificamente de filiação política que explica a marginalização de Cox, mas sim uma articulação desses elementos, e vale dizer que tampouco esses elementos em si dispuseram Cox a tomar posição contra o lugar que lhe era designado – o fato de ter sido um negro caribenho a fazê-lo, e não americano, precisa ser melhor apreciado³³. Sean Hier contrasta em um trabalho os resultados dos desenvolvimentos sobre o sistema-mundo de Wallerstein e Cox. Depois de um escrutínio crítico sobre as contribuições de ambos, indica que o marxismo não foi sozinho a principal variável. Wallerstein bebeu da mesma água, e embora se possa objetar que o ambiente dos anos 60 e 70 dos Estados Unidos fosse mais aberto a ideias radicais, ainda sim recebeu um reconhecimento muito maior. Cox foi lido como um comunista, era negro e rebelou-se contra o *establishment* sociológico em sentido amplo; tanto contra o arcabouço estrutural-funcionalista que sustentava o edifício da teoria estratificação social³⁴ – que apresentava esta como um fato normal e necessário nas sociedades humanas – quanto a posição, fortemente presente na Chicago dos anos 40, da dissociação entre valores e ciência (Hier, 2000: 301). “A rigidez das barreiras raciais era equiparada à rigidez das barreiras intelectuais. Cox tentou quebrar ambas” (Hier, 2001: 83). Se Cox tivesse escrito suas críticas em outro momento, teria o mesmo destino? É difícil saber. As atividades socialistas entre negros americanos durante as décadas de 60 e 70 tampouco foram mil maravilhas, basta observar as experiências de movimentos como os Panteras Negras ou de intelectuais como Angela Davis e a controvérsia sobre sua expulsão da Universidade da Califórnia em 1969-1970. Além disso, ativistas e intelectuais negros posteriores não perdoaram a solução assimilacionista promulgada por Cox desde os anos 40, o que complicou sua situação. Como diz Barbara Celarent, Cox foi então “pego pela letargia reputacional: muito fora de moda para ser ativamente debatido, muito ultrapassado para ser retrospectivamente imortalizado” (Celarent, 2011: 1664).

que eu teria que me dissociar completamente de tais proporções.” (Becker apud Hunter, 1987: xxxiii).

31. Para maiores informações sobre a acusação de comunismo contra Cox, consultar a segunda parte da dissertação de Elmer Martin (1971).

32. No mesmo ano da publicação de *Caste, class and race*, 1948, Frazier torna-se presidente da então Sociedade Americana da Sociologia (hoje Associação Americana de Sociologia).

33. “A comunidade étnica caribenho-americana produziu algumas das figuras mais influentes nas políticas racial e cultural americanas ao longo do século XX, figuras que vão de Marcus Garvey e Claude McKay, passando por Harry Belafonte, C. L. R. James, Stokeley Carmichael e Bob Marley, além de autores contemporâneos como Paule Marshall e Jamaica Kincaid” (Stephens, 1998: 593).

34. Um exemplo dos usos do termo estratificação na sociologia americana do anos 40 pode ser apreciado em: *Alguns princípios de estratificação* (Davis & Moore, 1969). No artigo, os

autores advogam a necessidade funcional da estratificação social. Para Moore e Davis, casta, classe etc. são sistemas de estratificação específicos, e que se relacionam às diferentes formas de ordenação das desigualdades em diferentes sociedades. Deve-se enfatizar que a abordagem da “estratificação social” era difundida nos debates sociológicos da época, tornando difícil afirmar uma unidade geral de sua aplicação, embora seja muito associada à produção de autores estrutural-funcionalistas.

35. “Eu acho que ele estava solitário, e que ficou muito feliz quando eu o convidei...” (Rose apud Hunter, 1987: xxix).

Cox permanece na Wiley College até 1944, quando passa então a lecionar no Tuskegee Institute e, após 1949, na Lincoln University, Missouri, por 21 anos. Durante esse período, não só trabalhou em isolamento como viveu em isolamento. Nunca se casou e viveu os 21 anos em um apartamento de dois cômodos no dormitório estudantil da universidade (McAuley, 2004: 61). Barbara Celarent coloca como hipótese que esse aspecto – a solidão –, motiva, de alguma forma, a crítica que Cox fez à Escola de Castas.

É possível se perguntar, de fato, se Cox se sentiu tão isolado ao ponto de pensar que não teria nada a perder. Talvez ele já estivesse no caminho do ressentimento que produziu sua denúncia vitriólica nos anos 60 do mais famoso sociólogo negro de sua era [Frazier] (Celarent, 2011: 1667).

Após se aposentar da Lincoln University, Cox cogita voltar a Trinidad, mas o que define como “problemas” – provavelmente sua deficiência – o fazem mudar de ideia. Acaba convidado a lecionar na Wayne University pelo chefe do Departamento de Sociologia da instituição, Alvin Rose, que achava que Cox estivesse “muito solitário”³⁵. Morre em 1974, provavelmente sem nenhuma pista dos caminhos que as leituras futuras de sua obra seguiriam.

Conclusão: a Escola de Chicago revisitada

A atenção que demos à trajetória de Oliver C. Cox possibilita ainda outro deslocamento: o de repensar a história da sociologia como disciplina. A particularidade do peso da exclusão na trajetória do autor o aproxima de maneira significativa de outro intelectual negro que em suas práticas intelectuais desafiou o *establishment* sociológico norte-americano: W. E. B. Du Bois. Aldon Morris (2015) examina em *The scholar denied* os mecanismos sociais que obliteraram o projeto da Escola de Sociologia fundada por esse autor em Atlanta. De acordo com Morris, houve um esforço ativo por parte de membros da Escola de Chicago, em particular Robert Park, em minar o projeto, e um esforço posterior igualmente ativo em apagá-lo da história e apresentar Chicago como o berço da sociologia científica na América. A investigação de Morris tenta restaurar o estatuto de clássico a um autor que, por motivos de raça e império, foi negado o acesso a redes intelectuais de elite.

Um esforço análogo é possível com Oliver Cox, pois uma análise sobre sua obra também nos diz muito sobre a sociologia que se fazia em Chicago. Deegan chama atenção ao fato de que para além do “véu”, que discutimos na seção anterior, a Escola de Chicago de Relações Raciais operava uma série de outros fatores hegemônicos.

Durante sua investigação acerca da Escola de Chicago, a autora encontrou inúmeros relatos de pesquisadores, a maioria brancos, que descreviam as técnicas para permanecer um “*insider*” dentro do que chamaram de “a máfia de Chicago” (Deegan, 2000: 282). Por medo, a maior parte dos entrevistados não quis se identificar.

Essa escola inteira tinha uma história institucional única em termos de poder, visibilidade e controle sobre o conhecimento associado a ela. [...] esse controle às vezes violava a liberdade acadêmica e limitava profundamente a busca por verdade e justiça social, e Cox foi vítima desse processo (Deegan, 2000: 282).

A autora demonstra, ainda, que Cox passa a desaparecer das narrativas acerca da história da Escola de Chicago que se sucederam, e nas ocasiões em que é mencionado ou reconhecido, aparece como alguém externo à escola, seja por um viés negativo, como faz Van den Berghe – para criticar o que entende como uma incompreensão acerca do sistema de castas –, ou positivo, como fazem Hunter e Klarlund. “O véu da sociologia e o padrão hegemônico de citações e definições de quem estava dentro ou fora da Escola de Chicago de Relações Raciais, logo, continua” (Deegan, 2000: 283).

Com isso, Deegan deseja restaurar a Cox um lugar nessa narrativa, com o objetivo de trazê-lo da “periferia para o centro da sociologia” (Deegan, 2000: 285). Para isso, recorre a uma noção ampliada da Escola de Chicago de relações raciais, de 1892 a 1960. De fato, é frequente o questionamento sobre a existência efetiva de uma Escola de Chicago (Becker, 1999; Harvey, 1986), principalmente ao se considerar a extrema diversidade interna muitas vezes reconhecida. Não obstante, Deegan opta por identificar algumas unidades nessa diversidade, e sua noção ampliada de Chicago passa a ser segmentada. Nessa vertente, Cox teria uma continuidade com o segmento inicial da Escola de Chicago, a Escola Hull House de Relações Raciais, que apostava na educação e na democracia como “mecanismos significativos para organizar e melhorar a sociedade, especialmente as relações entre americanos negros e brancos” (Deegan, 2008b: 659).

Seja como for, a figura de intelectuais como Cox e seu estudo é revelador de tensões na área das ciências sociais, principalmente aquelas acerca da classificação de perspectivas subalternas. Deborah Thomas, por outro lado, prefere manter o estatuto de Cox como *outsider*, e o posiciona dentro do

ímpeto desconstrucionista, mais bem representado em C. L. R. James e Eric Williams; um ímpeto que ligaria as Américas em um quadro analítico comum, e que geralmente privilegia uma estrutura materialista de causalidade – ao invés de psicológica ou cultural (Thomas, 2014: 364-365).

Independente de qual a afiliação exata de Cox e a conveniência dessa classificação, uma atenção ao autor permite enxergar o problema de outro lugar. Neste texto tentamos mostrar a urgência de outras áreas da sociologia incorporarem desenvolvimentos realizados por pesquisas acerca de raça e etnicidade, e isso não por mera adaptação de agenda às demandas políticas do presente, no sentido de que não o fazer significaria a manutenção de marginalizações anteriores. Embora essa seja uma dimensão em si já importante, há uma urgência porque nossa compreensão de temas caros à formação do campo da sociologia fica comprometida – no caso deste texto, a história da disciplina e uma sociologia dos intelectuais. Tentamos mostrar que essa condição particular de intelectuais afro-diaspóricos, a maneira racialmente sobredeterminada de se encontrarem dentro e fora, ao mesmo tempo, das tradições intelectuais nas quais foram formados, permite que questões importantes para a renovação de paradigmas interpretativos da sociologia sejam levantadas.

Referências

- BECKER, H. The Chicago School, so-called. *Qualitative Sociology*, v. 22, n. 1, 1999.
- BERNADINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 3, p. 504-521, 2016.
- BHAMBRA, G. Sociology and postcolonialism: another “missing” revolution? *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 871-884, 2007.
- BLIZZARD JR., S. W. Caste, class, and race: a study in social dynamics. *American Sociological Review*, v. 13, n. 3, 1948.
- BORDA, E. W. B. *Prisma de formação caribenha: a produção social de uma consciência oposicional em C. L. R. James e Oliver C. Cox*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.
- _____. Ecos de Fanon em Florestan Fernandes. *Florestan*, Ano I, p. 23-32, Maio 2014.
- BOWSER, B P. The contribution of blacks to sociological knowledge: a problem of theory and role to 1950. *Phylon*, v. 42, n. 2, 1981.
- BUHLE, P. *The artist as revolutionary*. New York: Verso, 1988.
- CELARENT, B. Caste, class, and race by Oliver Cromwell Cox. *American Journal of Sociology*. v. 115, n. 5, p. 1664-1669, 2010.

CHEESEBORO, A. Conflict and continuity: E. Franklin Frazier, Oliver C. Cox and the Chicago School of Sociology. *Journal of the Illinois State Historical Society*, v. 92, n. 2, "African Americans in Illinois", Summer 1999.

COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

COX, O C. *Caste, class and race: a study in social dynamics*. New York: Doubleday and Company, 1948.

CUDJOE, S. C. L. R. James y la tradición intelectual de Trinidad y Tobago, o no se estudia Shakespeare debajo de un árbol de mango. *New Left Review*, v. 25, 2004.

DAVIS, A. Mystical sociology. *The Journal of Negro Education*, v. 17, n. 2, Spring 1948.

DAVIS, K.; MOORE, W. *Alguns princípios de estratificação. Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DEEGAN, Mary Jo. Chicago School of race relations. In: *Encyclopedia of race, ethnicity and society*. Los Angeles; London: Sage Publications, 2008a.

_____. Hull House School of race relations. In: *Encyclopedia of race, ethnicity and society*. Los Angeles; London: Sage Publications, 2008b.

_____. Oliver C. Cox and the Chicago School of race relations, 1882-1960. In: HUNTER, H. *The sociology of Oliver C. Cox: new perspectives*. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2000.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. São Paulo: Lacerda, 1999.

DUMONT, L. *Homo hierarchicus: the caste system and its implications*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1980.

EMMETT, R. B. Frank H. Knight, Max Weber, Chicago Economics, and institutionalism. In: _____. *Max Weber studies: Weber and economics*, Beiheft 1, 2006.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FAUSTINO, D. *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

_____. *Por que Fanon, por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

GILROY, P. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34, 2012.

GROSSMAN, J R. *Land of Hope: Chicago, black southerners, and the great migration*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1989.

GUIMARÃES, A. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. *Novos Estudos (Cebrap)*, v. 81, p. 99-114, Jul. 2008.

HALL, Stuart. *The fateful triangle: race, ethnicity, nation*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2017a.

_____. *Familiar stranger: a life between two islands*. Durhan, UK: Duke University Press, 2017b.

_____. Negociando identidades caribeñas. In: _____. *Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Popayán, CO: Enviñon editores, 2010.

_____. Epilogue: through the prism of an intellectual life. In: _____. *Culture, politics, race and diaspora*. Kingston, JM: Ian Randle Publishers, 2007.

_____. The Windrush issue: Postscript. *Soundings*, issue 10, p. 188-191, 1998.

HARVEY, Lee. The myths of the Chicago School. *Quality and Quantity*, v. 20, p. 191-217, 1986.

HIER, Sean P. The forgotten architect: Cox, Wallerstein and world-system theory. *Race Class*, v. 42, 2001.

_____. Structures of orthodoxy and the sociological exclusion of Oliver C. Cox. In: HUNTER, H. *The sociology of Oliver C. Cox: new perspectives*. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2000.

HILL, M. Caste, class, and race: a study in social dynamics. *Social Forces*, v. 27, n. 2, Dez. 1948.

HOETNIK, H. Race and color in the Caribbean. In: MINTZ, Sidney W.; PRICE, Sally. *Caribbean contours*. Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 1985.

HUGHES, E. P. The literature of race and culture. *Phylon*, v. 9, n. 1, 1948.

HUNTER, H. M. The life and career of Oliver C. Cox. In: HUNTER, H.; ABRAHAM, S. *Race, class and the world system*. New York: Monthly Review Press, 1987.

_____. Oliver C. Cox: a biographical sketch of his life and work. *Phylon*, v. 44, n. 4. p. 249-261, 1983.

JAMES, C . L. R. The class basis of the race question in the United States. *New Politics*, n. 60, v. XV-4, Winter 2016. Disponível em: <<http://newpol.org/content/class-basis-race-question-united-states>>

_____. *Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Beyond a boundary*. New York: Pantheon, 1983.

JOHNSON, Y. Oliver C. Cox and the Chicago School of Sociology: Its Influence on His Education, Marginalization, and Contemporary Effect. In: *Journal of Black Studies*, Vol. 35, No. 1, pp. 99-112. 2004.

KELLEY, R. D. G. But a local phase of a world problem: black history's global vision, 1883-1950. *The Journal of American History*, v. 86, n. 3, "The nation and beyond: transnational perspectives on United States history: a special issue", Dec. 1999.

KEYS, R. C. Society and sociology: the dynamics of black sociological negation. *Phylon*, v. 39, n. 1, 1978.

LAMMING, G. *The pleasures of exile*. Ann Arbor, MI: Michigan University Press, 1992.

LASLETT, B. Biography as historical sociology: the case of William Fielding Ogburn. *Theory and Society*, v. 20, n. 4, Ago. 1991.

MARTIN, E. P. *The sociology of Oliver C. Cox: a systematic inquiry*. Dissertação (Mestrado de Sociologia) – Atlanta University, Atlanta, GA, 1971.

MATTOS, Pablo. *The silent hero: George Padmore, diáspora e pan-africanismo*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MCAULEY, C. *The mind of Oliver Cox*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 2004.

MCKEE, J. *Sociology and the race problem: the failure of a perspective*. Chicago, IL: The University of Illinois Press, 1993.

MONTAÑEZ PICO, Daniel. La teoría del sistema-mundo es negra y caribeña: capitalismo y racismo en el pensamiento crítico de Oliver Cox. *Tabula Rasa*, n.28, Bogotá, Jan.-Jun. 2018.

MORRIS, A. *The scholar denied: W. E. B. Du Bois and the birth of modern sociology*. Los Angeles, CA: University of California Press, 2015.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, n. 2, p. 425-442, São Carlos, SP, Jul.-Dez 2014.

- PABLITO, Marcello; ALFONSO, Daniel Angyalossy; PARKS, Letícia (Orgs.). *A revolução e o negro*. São Paulo: Iskra, 2019.
- PARSONS, T. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PINTO, Simone Rodrigues; BERNARDES, Aristinete. Identidades caribenhas: criouli-zação em Édouard Glissant. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 3, p. 637-660, 2019.
- PONTES, H. Círculo de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, 1997.
- REDDOCK, Rhoda. Radical Caribbean social thought: race, class identity and the postcolonial nation. *Current Sociology*, v. 62, n. 4, p. 493-511, Jul. 2014.
- SAPIRO, G. Le champ est-il national?: la théorie de la différenciation sociale au pris-me de l'histoire globale. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 200, 2013.
- SEGAL, D. Race and "colour" in pre-independence Trinidad and Tobago. In: *Trinidad Ethnicity*. London: The Macmilan Press, 1993.
- SEGATO, R. Raça é signo. *Série Antropologia*. Brasília: UnB, 2005.
- STANFIELD, J. The Cracked back door: foundations and black social scientists between the World Wars. *The American Sociologist*, v. 17, n. 4, 1982.
- STEPHENS, M. A. Black transnationalism and the politics of national identity: West Indian intellectuals in Harlem in the age of War and Revolution. *American Quarterly*, v. 50, n. 3, 1998.
- SWEETZ, P. Foreword. In: COX, Oliver C. *Race, class and the world system*. New York: Monthly Review Press, 1987.
- THOMAS, Deborah A. Cox's America: caste, race, and the problem of culture. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 39, n. 3, p. 364-381, 2014.
- WALLERSTEIN, I. Oliver C. Cox as world system analyst. In: HUNTER, H. *The sociology of Oliver C. Cox: new perspectives*. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2000.
- WINSTON, M. R. Through the back door: academic racism and the negro scholar in historical perspective. *Dædalus*, v. 100, v. 3, 1971.
- WYNTER, S. Beyond the categories of the master conception: the counterdoctrine of Jamesian poiesis. In: JAMES, C. L. R. *Caribbean*. Durhan, UK: Duke University Press, 1992.

YELVINGTON, Kevin. Introduction. In: *Trinidad Ethnicity*. London: The Macmillan Press, 1993.

YOUNG JR., Alford A.; DESKINS JR., Donald R. Early traditions of African-american sociological thought. *Annual Review of Sociology*, v. 27, 2001.



Resenhas

Os ideólogos da brasilidade: as metamorfoses do mito nacional e a necessidade teórica e política de sua superação

Recebido: 30.07.20
Aprovado: 16.12.20

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

Marcos Abraão Ribeiro*

* Marcos Abraão Ribeiro é doutor em sociologia política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil (2015), professor e pesquisador do Instituto Federal Fluminense, campus Campos Centro, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0002-6185-2448. <olamarcos@yahoo.com.br>

Uma das questões centrais da intelectualidade brasileira é desvendar a identidade nacional e as características que a conformam. A ênfase no nacional, inclusive, tem um caráter obsessivo na América Latina, o que explica a recorrência do tema da identidade (Ortiz, 2013: 609). “Diversos autores se debruçaram sobre a questão, como José Bonifácio, Tavares Bastos, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, e, cada qual a seu modo, buscaram interpretar a singularidade brasileira” (Tavolaro, 2014).

Além dos autores que buscaram apresentar os elementos centrais da brasilidade, também houve importantes trabalhos que trouxeram como objetivo analisar essas interpretações, como os livros de Dante Moreira Leite (1976), Carlos Guilherme Mota (1978), Renato Ortiz (2008; 2013) e José Carlos Reis (2007). O livro resenhado, portanto, insere-se nessa importante tradição que analisa criticamente os trabalhos que procuram interpretar a identidade nacional.

A segunda edição de *Brasil-nação como ideologia*¹ vem em um momento crucial, pois a eleição do primeiro presidente, reconhecidamente de extrema direita, o capitão reformado do Exército e ex-deputado federal, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), fez com que símbolos da identidade brasileira voltassem à ordem do dia, como a negação do racismo e dos conflitos sociais, o discurso dos valores da família e da religião cristã e a crítica à “ideologia de gênero”.

Para sustentar o caráter extremamente conservador da identidade nacional e defender a necessidade teórica e política de romper com o mito da brasilidade, Fabrício Maciel divide o livro, além da “Introdução”, em cinco capítulos, conclusão e

1. Para a segunda edição do livro, Fabrício Maciel realizou importantes modificações, o que ampliou o tamanho da obra e os argumentos presentes na primeira edição. Quando comparadas, pode-se citar a presença de um posfácio, que analisa as implicações do mito da brasilidade no Brasil governado por Jair Messias Bolsonaro.

posfácio, cujos elementos principais serão apresentados para, a seguir, fazer algumas observações sobre a obra resenhada.

Na “Introdução”, Maciel apresenta a centralidade do tema da identidade nacional entre os brasileiros desde a independência, no século XIX, responsável por perpetuar a imagem de singularidade do Brasil. O autor expõe sua perspectiva teórico-metodológica que estrutura a abordagem, através do conceito de ideologia, do sociólogo húngaro Karl Mannheim, e sua concepção sobre a vinculação social das ideias. Dessa forma, seria possível analisar os ideólogos da brasilidade, cujas obras foram realizadas em momentos de crise na história do país. O autor apresenta os intérpretes que serão analisados nos cinco capítulos que compõem o livro – José Bonifácio, Gilberto Freyre, Roberto DaMatta e Marilena Chauí, e também a interpretação de Joaquim Nabuco sobre a contradição entre a nação ideal de Bonifácio e a nação real existente na sociedade escravista, que ele utilizará como fio condutor para a crítica ao caráter ideológico e conservador do mito da brasilidade.

No primeiro capítulo, Maciel expõe o pensamento de José Bonifácio, o iniciador dos elogiadores ufanistas do Brasil. Aplica a metodologia apresentada na “Introdução” e analisa o pensamento de Bonifácio contextualizando-o em relação às grandes questões de sua época, que eram liberalismo e monarquia. Maciel aponta que o pensamento liberal de Bonifácio tinha como objetivo transformar a sociedade patriarcal em sociedade impessoal, moderna e livre, fazendo com que os escravos fossem transformados em consumidores e os índios em indivíduos civilizados. Maciel defende que o patriarca da independência formulou uma imagem idealizada do Brasil, a partir da exaltação do território e da bondade do que, em uma realidade marcada pela escravidão, representava uma presença ideológica da nação, compreendida como comunidade abstrata. O povo seria marcado pela ingenuidade e fraqueza que, por sua vez, demonstraria a necessidade de as elites econômicas brasileiras comandarem o povo através de um Estado forte, pois a responsabilidade recairia sobre as Cortes de Lisboa. Além de idealizar a nação, Bonifácio construiu uma interpretação que inferioriza índios e negros, quando comparados aos brancos, pois não seriam brasileiros. Maciel demonstra, de forma acurada, como a presença de princípios antitéticos foi fundamental para a formulação do mito nacional baseado em sentimentos mágicos, pois Bonifácio inaugura o imaginário nacional mágico, cuja crença é a de que os dilemas seriam resolvidos pela vontade de Deus. Através de Bonifácio, constitui-se um cosmos composto pela junção das esferas da natureza, da religião e da política. O patriarca da independência funda, portanto, o mito Brasil, que seria o melhor lugar natural para se viver no mundo. Ao mesmo tempo, Maciel observa que, para Bonifácio, era necessário convencer a todos de que a classe dominante teria as condições para conduzir a nação no processo de

modernização. Como será visto no capítulo seguinte, esse argumento também está presente em Gilberto Freyre. O primeiro capítulo tem uma importância central para o livro resenhado. Nele o autor apresenta a gênese do mito da brasilidade, seus componentes centrais e suas consequências, teóricas e políticas, pois será o principal entrave para o entendimento dos reais problemas existentes no Brasil.

No segundo capítulo, Maciel apresenta a interpretação crítica de Joaquim Nabuco sobre a escravidão, formulada no final do Império, com o objetivo de utilizá-la como base para contrapor ao mito da brasilidade. Através da obra de Nabuco, Maciel procura sustentar a dualidade nação ideal- nação real, o caráter ideológico contido na leitura de Bonifácio, a força social das ideias e o papel da escravidão como principal chaga nacional. A escravidão seria a grande instituição brasileira desde o Brasil colônia, ou seja, a instituição estruturante e classificadora da vida nacional.

No terceiro capítulo, Maciel analisa a obra de Gilberto Freyre produzida durante a “Era Vargas”, com o objetivo de demonstrar os principais argumentos utilizados pelo sociólogo pernambucano para a formulação da *singular* identidade brasileira. O autor procura demonstrar como Freyre, mesmo estando em um contexto diferente daquele vivido por José Bonifácio, atualiza a interpretação culturalista e essencialista sobre o Brasil. Precisamente, Maciel procura apresentar como Freyre constrói a ideologia da identidade nacional e, o mais importante, como ela se reflete no imaginário popular e na ação política concreta (p. 84). Maciel sinaliza, com cuidado analítico, como Freyre admite a existência de um sincretismo cultural singular entre os brasileiros pois a cultura de brancos, indígenas e negros teria tido uma importância específica que resultou na presença em lugares naturalmente diferenciados e coligados pela família patriarcal e a religião, as duas instituições brasileiras fundamentais (p. 85). A partir das duas instituições supracitadas, Freyre apresenta a vida cotidiana como o elemento decisivo para a expressão do caráter brasileiro e de sua reprodução social.

De acordo com Freyre, a composição família-religião possui o papel central para justificar a ausência de preconceito étnico na cultura brasileira (p. 87). O elemento religioso tem uma função decisiva como meio de unificação política e econômica da nação, como já aparecera no argumento de José Bonifácio. No caso específico de Freyre, o catolicismo funcionou como o *cimento simbólico* da nacionalidade. E esta suposta singularidade é observada por Freyre como elemento positivo, o que gerou a legitimação da saída autoritária liderada por Getúlio Vargas (p. 88). No argumento de Freyre, portanto, estão amalgamados os extremos opostos liberdade e autoridade, na medida em que apenas um governo forte poderia evitar a fragmentação e a anarquia social. Como consequência, a democracia seria representada pela cultura luso-brasileira, fazendo com que a preservação da nação fosse o elemento decisivo,

mesmo se em detrimento da democracia política. Seguindo Bonifácio, a interpretação freyriana repete uma perspectiva que naturaliza a realidade e apaga as importantes contradições sociais que marcam nosso país. Assim, o autoritarismo político possui elementos para não ser questionado, pois os regimes autoritários seriam os mais adequados ao caso brasileiro (p. 93). Ter-se-ia uma singularidade como miscigenação em todos os aspectos. Maciel advoga que Freyre é o grande ideólogo da unidade nacional, ou seja, o inventor da tradição luso-brasileira que, por sua vez, mais omite que explica o Brasil.

A questão da natureza é outro elemento central para transformar fenômenos sociais em ações espontâneas, o que também funciona como justificativa para as saídas autoritárias na vida política: “Isso sugere uma combinação mágica, como uma espécie de relação dialética sem conflito, onde cada qual contribui com uma especificidade natural sem se prejudicar por isso” (p. 99). Segundo Maciel, Freyre constrói a totalidade nacional através de uma perspectiva holista e harmonizadora, continuando e aperfeiçoando o mito nacional construído por José Bonifácio.

No quarto capítulo, Maciel expõe a interpretação de Roberto DaMatta sobre a brasilidade, formulada durante a ditadura civil-militar, em 1978, e a crítica realizada por Jessé Souza, para sustentar que DaMatta tem uma perspectiva interpretativa que aparenta romper com o mito nacional, mas que termina atualizando-o. Para tanto, Maciel aponta as similitudes entre DaMatta e Freyre, que teria sido o grande influenciador do antropólogo no estilo e nas interpretações.

DaMatta sustenta que teria exposto a gramática profunda dos conflitos sociais brasileiros através da dualidade indivíduo-pessoa, que dividiria o país em oficial e cotidiano. Seríamos marcados pelo *jeitinho brasileiro*, maneira original e nacional de viver, e por uma tradição católica, representativa de nosso *atraso* (p. 117). Seguindo Bonifácio e Freyre, DaMatta defende, portanto, que o Brasil possui uma irredutível singularidade.

Apoiando-se em Jessé Souza, Maciel argumenta que o antropólogo Roberto DaMatta não explica como o dualismo se articula e se institucionaliza, além de apontar como a permanência do personalismo tradicionalista atua como impedimento para a tematização de valores e classes sociais. O dualismo damattiano, portanto, seria insustentável, pois apenas sistematiza o senso comum (p. 126). A inserção de DaMatta é central ao trabalho de Maciel, porque o antropólogo defende teses tradicionalistas no Brasil moderno, como o hibridismo e o personalismo que atualizaram o mito da brasilidade (p. 130).

No quinto capítulo, Maciel apresenta o trabalho da filósofa Marilena Chauí sobre o autoritarismo brasileiro, publicado em 2000, ano em que o Brasil completava 500 anos de história. O autor expõe os pontos positivos do livro da filósofa uspiana, como a distinção entre formação e fundação, que Maciel utiliza para reforçar sua crítica aos ideólogos da brasilidade. O autor também mostra, de maneira bastante convincente, a contradição interna presente na interpretação de Chauí, que, apesar de propor uma interpretação crítica, acaba reproduzindo uma visão filosófica e religiosa do culturalismo atávico presente nos ideólogos da brasilidade.

Maciel conclui o seu trabalho argumentando sobre o conteúdo da ideologia da brasilidade, consolidado pelo composto mágico *deus - política - homem - natureza* (p. 149), que foi responsável por reproduzir uma ideologia que oculta as contradições sociais. A necessidade de responder ao que somos transformou os autores, que buscaram a nossa singularidade, nos maiores representantes da ideologia da brasilidade. Assim, o autor demonstra a necessidade de fazer com que o Brasil real possa interpelar o Brasil ideal de modo que possa abandonar o mito nacional para ter condições de enfrentar os reais problemas.

No “Posfácio”, Maciel aborda a metamorfose do mito nacional no governo Jair Bolsonaro. O slogan *Deus acima de todos*, por exemplo, representa a atualização do composto mágico da brasilidade (p. 163). A partir da crítica de Nabuco, Maciel afirma que não existe progresso a partir do rebaixamento da dignidade popular, como ocorreu, por exemplo, com a reforma trabalhista realizada pelo governo Michel Temer (MDB). Conjuntamente, o autor reafirma o papel do mito como legitimador das ações do Estado, bem como critica a novelização da política realizada pela grande mídia, através da narrativa da corrupção. Maciel apresenta o caso da barragem da Vale do Rio Doce em Brumadinho-MG para sustentar que a desigualdade derivada do capitalismo global, que generaliza a indignidade, é a grande responsável por explicar os dilemas do Brasil real encobertos pelo mito da brasilidade. Ao sustentar que a desigualdade é o grande problema, Maciel reafirma a necessidade de se romper teórica e politicamente com a identidade nacional construída pelos ideólogos do mito da brasilidade.

O livro de Fabrício Maciel possui méritos em termos intelectuais e políticos, pois discutir, de maneira crítica o mito nacional neste momento difícil da história brasileira, é uma atitude fundamental. O livro demarca a necessidade de romper com as tradicionais imagens do Brasil, de viés culturalista, para que o país possa ser interpretado como integrante da modernidade global (Domingues, 2013). A ruptura com o mito da brasilidade, portanto, é um caminho crucial para deixar de lado o complexo de inferioridade que nos impede de produzir teoria de alcance global (Lynch, 2013). Do ponto de vista político, a crítica ao mito nacional mostra como ele exerce o papel de

entreve cognitivo para que se possa criar alternativas políticas que tenham condições de enfrentar os graves problemas do Brasil real e formular alternativas progressistas.

Em um cenário de crise, o papel do intelectual se torna decisivo, como sugere o livro resenhado. Assim, seria muito importante aos estudiosos do Brasil apresentarem o lugar da identidade nacional em um mundo globalizado, como alternativa interpretativa concreta para se analisar a identidade nacional, que, por sua vez, coloca como desafio produzir uma história global com maior equilíbrio (Ortiz, 2013: 624). O livro de Fabrício Maciel representa uma grande contribuição para romper com uma narrativa eurocêntrica e idealizada do Ocidente, que é decisiva em nossa identidade nacional, e nos repensarmos teórica e politicamente.

Referências

DOMINGUES, José Maurício. *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *O Brasil-nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1978.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, p.609-633, Set./Dez. 2013.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TAVOLARO, Sérgio. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n.3, p. 633-673, 2014.



O fascismo e o populismo entre a história global e a teoria política

Recebido: 26.07.20
Aprovado: 06.08.20

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. Lisboa: Edições 70, 2019.

Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho*
& Maurício Palma**

* Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho é professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Bahia, Brasil. Orcid: 0000-0001-8366-9006. <douglas.zaidan@pro.ucs.br>

** Maurício Palma é doutor em direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), DF, Brasil. Orcid: 0000-0002-5985-5287. <mauriciopalma@unb.br>

O desafio interdisciplinar de propor um diálogo entre a teoria política e a historiografia é central na formulação metodológica de Federico Finchelstein em *Do fascismo ao populismo na história*. Nele, a discussão conceitual e os efeitos políticos da compreensão do fascismo e do populismo são articulados historicamente aos seus contextos de origem, apresentando seus desenvolvimentos locais e transnacionais. Essa preocupação se reflete no principal argumento do livro, que demonstra como o atual avanço de governos populistas no plano global deriva, em grande medida, da reformulação do fascismo nas democracias do pós-Guerra.

O fascismo e o populismo são descritos a partir de uma abordagem menos eurocêntrica e mais cosmopolita ou transatlântica. Perón é tido como o primeiro populista moderno, por exemplo. Para Finchelstein, lançar os olhos às fontes do passado e para a diversidade de regimes populistas, especialmente na América Latina, mas também na Ásia e na África, ajudaria cientistas políticos do Norte global a explicar fenômenos como o trumpismo, o bolsonarismo, Erdoğan, Salvini e Orbán. A convergência da história política e intelectual do fascismo e do populismo é destacada como forma de deixar mais clara a própria distinção entre ambos e suas formas de oposição à democracia. Em que pese tal proposta, os populismos latino-americanos e, fundamentalmente, o argentino são analisados mais detidamente. Casos africanos ou asiáticos não são aprofundados.

A obra possui três capítulos. O primeiro discute as origens do fascismo na Europa, destacando seu surgimento na Itália e sua radicalização violenta na Alemanha nazista, localizando-o historicamente como ideologia nacionalista contrarrevolucionária em relação às noções iluministas de liberdade e igualdade político-econômica que se expressavam nas democracias liberais e no socialismo real. O segundo explora o conceito de populismo em diversos contextos históricos, mas orientados

pela derivação de formas fascistas rearticuladas em reação ao liberalismo e ativadas pela crise de representatividade no pós-1945, que mobilizou formas antiliberais e intolerantes de democracia. O terceiro analisa o populismo como categoria e regime político híbrido aglutinador de elementos democráticos e ditatoriais, descrevendo diferentes tipos de populismo de direita e esquerda e suas aproximações ao neoliberalismo. No epílogo, é discutido o regresso do populismo como fenômeno global liderado pelos Estados Unidos de Trump. No “Prefácio” à edição portuguesa, de janeiro de 2019, é debatido o avanço do trumpismo, negando-o como arquétipo histórico. A vitória de Bolsonaro, o “obcecado pela diferença sexual” (p. 20), é citada. Bolsonaro seria populista, racista e misógino e aproximaria fascismo e populismo.

Metodologicamente, a obra foca nas ideologias do fascismo e do populismo. Para defini-los, Finchelstein os reconstrói a partir da história política que os cerca, mas parte de que ambos supõem a rejeição moral do *status quo* da democracia liberal mobilizada por uma reação popular incorporada por líderes em oposição às elites e ao sistema político convencional. O fascismo e o populismo não se reduziram às suas experiências e contingências territoriais, e a teoria política deveria observar mudanças e permanências que marcam o tempo e os usos do vocabulário político próprio dos fenômenos.

Objetiva-se avaliar equívocos conceituais de análises recentes do populismo, as quais que mesclariam anacronicamente elementos de regimes populistas, confundindo estes com a social-democracia, ditaduras e até com programas progressistas, quando tomadas pelo grau de participação cívica da população. Por isso, distingue o fascismo do populismo, demonstrando em diversas passagens (p. 37, 50, 59, 77, 109, 123, 139, 166, 193, 196, 207, 210, 232 e 246) que o segundo é uma adaptação do primeiro, condicionado pela democracia do pós-Guerra, resultante da derrota fascista. A repetição desse ponto, aliás, é exagerada e torna maçante a leitura. A compreensão a-histórica dos significados potencializaria o uso deslocado do termo “fascista” para designar populista. Essa distinção permite que o autor afirme que “como regime, o fascismo nunca voltou depois do fim da Segunda Guerra Mundial, e, com efeito, a ausência de regimes fascistas definiu a segunda metade do século passado” (p. 44), assim como, após 1945, poucos políticos abraçaram abertamente o fascismo, mesmo adotando-o como teoria e prática políticas.

Em trabalho anterior (Finchelstein, 2010) Finchelstein apresenta o fascismo como ideologia mítica transnacional com especificações nacionais relevantes. Desde o seu início no norte da Itália, em 1919, o fascismo se autoproclamava ideologia global (Finchelstein, 2010: 10) e recorreu à noção imperialista universal do então na-

cionalismo italiano. Para Mussolini, bem como para fascistas italianos, as ideias teriam utilidade enquanto legitimassem os objetivos políticos definidos por seu líder messiânico. Entre suas metas estavam o nacionalismo extremo, a militarização da política, o racismo, a aspiração totalitária, a perseguição e o exercício da violência contra um inimigo. O fascismo se apresentou como alternativa ao liberalismo e ao socialismo, propondo organizar o capitalismo segundo uma ordem corporativista.

O fascismo usaria da violência de forma diferente em relação a outros projetos autoritários concorrentes. No fascismo, o primado da violência deixa de ser um meio e torna-se um fim político em si mesmo, como mostra o Holocausto (p. 77 e 95ss). Ao exemplificar a entropia nazista em torno da violência na decisão de Hitler em contrariar a lógica militar ao sacrificar suas tropas no Leste e direcioná-las à solução final antissemita, o autor afirma que o “fascismo termina quando alcança o seu imperativo ideologicamente sagrado da violência” (p. 96). O funcionamento do aparato violento, no entanto, depende de sua representação transcendental na esfera do sagrado, pois justificada por uma mitologia política, fenômeno que se mundializou. A crença no líder como ato de fé fez do fascismo uma “religião política” (p. 103), o que dispensava o regime de responder empiricamente sobre as suas ações e falhas, liberando-se da responsabilidade política, diferentemente do liberalismo e do socialismo.

O fascismo possuiria caráter imperialista. Inspirado no expansionismo colonial do Império Romano, o fascismo italiano expressou na ideia de força sua pretensão de poder e comando nos planos “territorial, militar ou comercial” e “espiritual e ético”, como ressaltado por Mussolini em *la dottrina del fascismo* (p. 106). A noção transcendente do imperialismo fascista se articulava à de uma guerra sem fim que adquiria na estética a unidade entre o heroísmo do líder, a vitalidade da pátria e a força do povo. A representação dessa unidade permitia ao fascismo converter ação política em violência sagrada contra inimigos e negar qualquer leitura distinta da realidade.

A origem do populismo moderno estaria na contestação pós-fascista da democracia nos primeiros governos de Perón (1946-1955). Finchelstein busca demonstrar continuidades e distinções do populismo em relação ao fascismo e ao que ele denomina de pré-populismos de direita, apresentando 16 características comuns do ideário de regimes populistas de direita e esquerda (p. 127). A principal distinção do populismo diante do fascismo é o seu recurso à semântica da democracia eleitoral como fonte de legitimação. A construção autoritária e antiliberal do populismo moderno rejeita a ditadura, mas herda do fascismo a teologia política que vincula a unidade do povo ao seu líder messiânico contra os inimigos da nação, movendo a “vontade geral” de cada indivíduo para a decisão do líder.

Ao descrever o fascismo e o populismo nos quadros de uma historiografia global atenta ao Sul, reconhece movimentos autoritários constituídos a partir de uma complexidade formada por distintos traços político-econômicos locais, deslocando-os da dimensão eurocêntrica que os compreende fundamentalmente como formas de Contra-Iluminismo. Para o autor, o populismo moderno recusa construir um programa político claro, cabendo projetos, conservadores ou não, intervencionistas ou neoliberais, à esquerda e à direita. Assim, o líder pode definir aliados e inimigos e justificar o autoritarismo, ofertando o autor diversos exemplos históricos (p. 146). Ao apresentar o populismo de forma cosmopolita, Finchelstein argui que a teoria política eurocêntrica designa como “populista”, com valoração negativa e pejorativa, na América Latina, ações que são positivamente reconhecidas como social-democratas na Europa.

O autor anota que a escalada global do populismo se associou à ascensão do neoliberalismo, sobretudo após 1989, quando a pauta econômica hegemônica contribuiu para aumentar a concentração de renda e precarizar a legitimação decisória democrática, esmiuçando a ligação entre populismo e neoliberalismo a partir dos anos 1990 na América Latina. Citando Urbinati (2014), aponta a atual afinidade entre populismo e neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos como processo de desfiguração da democracia (p. 206).

Ainda que o método e a narrativa do livro foquem a historiografia, Finchelstein diagnostica os efeitos do populismo contemporâneo, destacando os Estados Unidos da Era Trump. A aliança entre a inflamada retórica anti-imigração e setores religiosos conservadores encontrou no movimento Tea Party o ambiente fértil para se opor às políticas de Obama. A tese de que nos Estados Unidos o sentido do termo populismo entende-se como sinônimo de popular, e ambos associados a causas progressistas e legítimas (p. 175), aponta para o extremo uso xenóforo da noção de “povo norte-americano”. Ao mobilizar tal dimensão, o Tea Party e Trump rentabilizaram eleitoralmente o ressentimento contra imigrantes e não brancos. Eleitores trumpistas “gostam de Trump não apesar das suas qualidades antidemocráticas mas precisamente por causa delas” (p. 177). Trump promoveu um “nós contra eles” e reabilitou no imaginário político a luta, ainda que ficcional, contra as elites plutocráticas egoístas e devotas do *establishment*, ocultando que o próprio integra o grupo a que afirma se opor. Isto ilustraria o paradoxo da nova onda de populismos em reação à crise de representação: recorre-se à semântica da democracia para a defesa de valores antidemocráticos como o pluralismo, enquanto preserva a racionalidade neoliberal da concorrência com outros modelos de desenvolvimento.

No terceiro capítulo, Finchelstein anota ser paradoxal a ditadura embasar o populismo moderno, mas não ser este ditatorial. Apenas então apresenta definições sobre ditadura e democracia, afirmando seguir Arato (p. 189), sem aprofundar, o que é um déficit da obra. Discute se o populismo poderia ser, a um só tempo, anti-institucional, como as ditaduras, e democrático, oferecendo, ao cabo, uma resposta dúbia. O autor entende por anti-institucionalismo a ação de ignorar processos institucionais estabelecidos para praticar violência política, pois, em ditaduras, procedimentos jurídicos poderiam mudar conforme a vontade ditatorial. O populismo moderno estaria baseado teoricamente nas decisões eleitorais majoritárias e, uma vez no poder, reuniria “uma grande medida de política anti-institucional”, quando não totalitária, e uma “pequena medida de violência anti-institucional” (p. 202). Sobre o liame populista entre o povo e o líder, cita o suicídio de Vargas como paradigmático (p. 215). O autor, ainda, aborda a classificação de Schmitt de ditaduras comissarial e soberana, sem aprofundá-la (p. 195). O populismo daria relevo à representação democrática, pois a eleição do líder não seria observada como a representação absoluta da vontade do povo, como no fascismo. Quando a vontade do líder populista é confrontada com parâmetros institucionais, há o recurso à participação e às eleições (p. 207), como nos casos de Perón, em 1949, e Chávez, em 2007, sendo ofertados exemplos africanos que combinaram antielitismo e xenofobia.

Finchelstein destaca em Perón a noção de “democracia orgânica”, que deveria ser encabeçada por um líder e guia apto a enfrentar a batalha entre o povo e o antipovo (p. 207ss.), o que se refletiu em Gaitán e Betancourt. Mesmo Chávez exibiu-se como peronista e considerava os não chavistas não venezuelanos. O autor afirma que Trump tornou-se um Perón estadunidense ao se pôr como “homem forte”. Sobre o populismo dos Estados Unidos no pós-1945, argui ser marcado pelo racismo, pelo Tea Party e por Trump (p. 212ss.), mas pouco aborda o histórico racista e populista de outros republicanos e democratas, como G. Wallace, mencionado apenas como um “candidato independente”.

Segundo o autor, a mídia foi e é instrumento crucial de propaganda populista. Feitos do líder messiânico são realçados e a mídia independente é vista como uma inimiga elitista. Tal como fascistas, populistas teriam estetizado a política, mas teriam repaginado a propaganda personalista fascista, havendo, no populismo, a coexistência de estratégias midiáticas com processos eleitorais. Essas mídias poderiam estabelecer contato direto com a população, pois não mediados pelos *gatekeepers* tradicionais, observar a política em termos binários e realçar a política dos costumes. Fazendo da política um espetáculo, constrói-se uma guerra cultural entre o “verdadeiro povo” e os antinacionalistas.

Os dois últimos tópicos são dedicados ao “populismo islâmico” e ao “populismo machista”. O autor nega a excepcionalidade do populismo em países de maioria muçulmana e não entende haver pretensões universais no “populismo islâmico”, apesar de eventuais referências à *umma*. Já o “populismo machista” incorporaria um ideal de masculinidade e uma visão tradicionalista dos papéis sociais de homens e mulheres (p. 245); mulheres seriam reificadas e gays discriminados. O tópico concentra-se nos discursos populistas, mas não apresenta as políticas discriminatórias implementadas.

A obra é bem estruturada e acessível também ao público não acadêmico, mas não discute densamente noções teóricas centrais – como a democracia – e apresenta problemas ao analisar dinâmicas mundiais. Falta-lhe detalhar fenômenos asiáticos e africanos, assim como conexões entre movimentos periféricos e globais, como a tensão entre Estados Unidos e União Soviética no pós-1945 e a força de tais países noutros Estados e na política internacional. Ao basear sua distinção na forma pela qual a violência política é exercida, afirma que populismo não visaria à eliminação física do outro (p. 110 e 194). Contudo, dimensões políticas não nacionais podem ser fonte de exclusão. O “outro” não está somente dentro dos Estados, pois estes promovem guerras e deportações em massa, impedem a entrada de populações consideradas como “inimigas” nacionais, interferem politicamente em outros Estados, além de, internamente, operar visando a exclusão dos “inimigos” do jogo político ou do convívio social. Trata-se, de qualquer modo, de empreitada interdisciplinar de méritos acadêmicos destacados que pode informar, por exemplo, as teorias política e sociológica.

Referências

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. Lisboa: Edições 70, 2019.

_____. *Transatlantic fascism: ideology, violence, and the sacred in Argentina and Italy, 1919-1945*. Durham, UK; London: Duke University Press, 2010.

URBINATI, Nadia. *Democracy disfigured: opinion, truth, and the people*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2014.



A pesquisa social reconstrutiva no Brasil e o método documentário

Recebido: 26.07.20
Aprovado: 06.08.20

BOHNSACK, Ralf. *Pesquisa social reconstrutiva. Introdução aos métodos qualitativos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

Breitner Tavares*

* Breitner Tavares é doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professor no curso de saúde coletiva na Universidade de Brasília (UnB), Campus Ceilândia, DF, Brasil. Orcid: 0000-0002-7478-3955. <breitner@unb.br>.

Há mais de dez anos defendi minha tese de doutorado em sociologia sobre juventude, abordando o movimento hip hop em Ceilândia, Distrito Federal (Tavares, 2012a; 2012b). Na ocasião, realizei uma pesquisa etnográfica e recorri, na análise dos dados empíricos, ao método documentário presente na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1971), e retomado por outras escolas teóricas subsequentes como a etnometodologia (Garfinkel, 2018) e, posteriormente, pela pesquisa social reconstrutiva a partir do sociólogo Ralf Bohnsack, autor desse livro traduzido pela primeira vez para o português sob a supervisão de Wivian Weller.

Este livro foi produzido gradualmente a partir de reflexões teóricas e da experiência em grupos de pesquisa e na própria prática de ensino em sala de aula em disciplinas de metodologia. Está direcionado para múltiplos leitores, desde os interessados em iniciar e desenvolver pesquisas qualitativas com exemplos práticos e descrição detalhada das categorias e das etapas de pesquisa, até os que buscam uma discussão de cunho mais teórico sobre o próprio sentido de uma sociologia do conhecimento em Mannheim, passando por escolas como a fenomenologia social, a etnometodologia e a teoria fundamentada (*grounded theory*), que contribuíram sobremaneira para a construção do sentido teórico metodológico contemporâneo da pesquisa social reconstrutiva.

No capítulo introdutório o autor nos informa que, a despeito da relevância do conhecimento teórico sobre o fazer da pesquisa, é importante considerar o engajamento com a prática de pesquisa propriamente dita, que é fundamental para entendermos o significado de uma metodologia. Nesse sentido, a própria compreensão teórica dos métodos depende de seu emprego prático a partir da experiência adquirida pelo pesquisador em campo: “um conhecimento apenas adquirido (de manuais) não oferece o fundamento necessário” (Bohnsack, 2020: 18). O

autor ressalta ainda que nos encontros entre pesquisadores há um ambiente rico de trocas em que a complexidade das relações entre quem pesquisa e quem é pesquisado é avaliado no que se refere à complexidade e à sensibilidade, que remetem a questões éticas e políticas que estão para além do mero exercício hermenêutico. De fato, a realização da pesquisa está além de seu produto na forma do trabalho científico final (artigos, livros etc.). Ela depende sobretudo de trocas de experiências que, em muitos casos, não são consideradas nos manuais de pesquisa.

No segundo capítulo, são discutidas algumas fronteiras entre ciências sociais empíricas e ciências naturais, que se fundamentam em modelos teóricos que servirão como base para a verificação dos fatos. As ciências humanas e sociais estão orientadas para aspectos empíricos do cotidiano dos sujeitos enquanto as outras ciências empíricas estão orientadas por princípios lógicos matemáticos. Mais adiante o autor apresenta uma crítica à perspectiva popperiana baseada nos testes de hipóteses que, segundo ele, leva a uma perspectiva empírica em que a indução fracassa ao promover uma regressão infinita do modelo teórico fechado em si mesmo. De outro modo, há uma ênfase que visa garantir as condições para a mera verificação ou justificação teórica de leis gerais.

Mas suas críticas também se dirigem aos procedimentos qualitativos. Bohnsack chama atenção para a negligência do processo comunicacional que ocorre muitas vezes no contexto da interação entre “observador” e “observado” que pertencem, em muitas situações, a contextos sociais distintos. O autor aborda aqui um problema fundamental no processo de comunicação, que normalmente já ocorre entre pessoas do mesmo ambiente e se torna ainda mais evidente com a presença de um pesquisador alheio, implicando em um processo comunicacional muito mais complexo. Destaca ainda que um dos grandes problemas consiste no fato de o pesquisador tentar estabelecer um controle metódico do conhecimento da “realidade alheia” a partir da pré-estruturação e padronização das entrevistas.

Na contramão dessas tentativas de padronização, os métodos interpretativos ou reconstrutivos se orientam pela lógica de que menos intervenção, com menos intenções e presunções sobre o encaminhamento da pesquisa, permite um controle metódico mais amplo. Para isso, as perguntas devem ser amplas e abertas, permitindo ao entrevistado elaborar e responder à sua maneira, podendo estruturar sua resposta de modo pessoal e, portanto, de modo significativo, de acordo com sua experiência de vida e dentro de seu sistema de relevância. Essa abordagem se orienta pela perspectiva de que o mundo social constitui uma estrutura organizada em sua complexidade, no sentido de um sistema de relevância atribuído pelas pessoas às suas práticas, seus pensamentos e suas vivências, que serão submetidas

pelo cientista social a um processo analítico definido, com base em Alfred Schütz, como construção de segundo grau. Nesse sentido, o pesquisador precisa adotar métodos que possibilitem a reconstrução das experiências vivenciadas pelos indivíduos e que se estruturam de modo não refletido, atóxico (não teórico) ou como construções de primeiro grau. Portanto, a realização da pesquisa exige muito mais do que recursos tecnológicos, implica uma prática cotidiana do pesquisador no seu processo de aprendizagem do fazer da pesquisa. Portanto, as receitas de pesquisa só podem ser extraídas de sua prática propriamente dita.

Na sessão final do livro, Bohnsack apresenta uma discussão relevante sobre a metodologia praxiológica, retornando aos aspectos abordados nos capítulos iniciais acerca da postura do pesquisador que recorre à pesquisa qualitativa. Assim como a metodologia não pode simplesmente advir de uma perspectiva popperiana deduzida mecanicamente de uma lógica formal, a prática da pesquisa não pode ser reduzida a uma mera aplicação de procedimentos metodológicos previstos rigidamente em um manual. O autor recomenda, neste capítulo, que a pesquisa seja iniciada pela experiência em um contexto sobre o qual exista um mínimo de compreensão. Este deve ser o ponto de partida da apropriação do *modus operandi* do *habitus* do sujeito social.

Método documentário

Historicamente, o método documentário oriundo da sociologia da cultura e da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim surge na década de 1920. Na sociologia do conhecimento proposta por Mannheim, a interpretação científica da vida social não pode estabelecer uma racionalidade teórica superior ao pensamento cotidiano, mesmo que se mostre evidente essa distinção entre teoria e experiência vivida. Nos anos 1960 o método documentário proposto por Karl Mannheim é abordado por Harold Garfinkel em seus estudos de etnometodologia e, posteriormente, por Ralf Bohnsack, a partir dos anos 1980. A apresentação do desenvolvimento do método documentário na pesquisa social reconstrutiva e sua exemplificação na análise de grupos de discussão, imagens, vídeos e filmes constitui o cerne do livro (capítulos 3, 5, 7 a 11). Em relação ao grupo de discussão – procedimento também adotado em minha tese de doutorado (Tavares, 2009; 2012a) –, o autor destaca seu desenvolvimento a partir dos estudos de Mangold e Pollock no Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt, nos anos 1960. Faz uma importante distinção entre procedimentos de pesquisa como o grupo focal, mais vinculados às pesquisas de mercado no contexto norte-americano e aos grupos de discussão, sendo estes últimos menos conhecidos no Brasil, mas que representam um procedimento de construção de dados bastante relevante. Nos grupos de discussão onde os participantes

compartilham do mesmo universo comunicacional, existe maior liberdade e, portanto, desenvoltura para a construção de narrativas com os seus semelhantes, na medida em que compartilham experiências cotidianas comuns à faixa etária, ao gênero, raça etc. Os grupos de discussão permitem uma análise dos modos de conduta das pessoas de forma coletiva. Enquanto na abordagem tradicional dos grupos focais os vínculos sociais de personalidade entre os participantes não são enfatizados, nos grupos de discussão, por sua vez, serão analisados fortemente a partir das relações entre os indivíduos no meio social ou comunal, assim como nos pequenos mundos da vida que atravessaram aspectos geracionais e a vivência dos grupos sociais. Permitem, portanto, acessar o nível das experiências conjuntivas e seus sentidos genético e sociogenético.

Bohnsack faz uma interessante discussão relativamente a uma teoria do conhecimento sociológico ao estabelecer os passos da interpretação textual, especialmente em sua aplicação via método documentário. Dessa forma, discorre sobre as fases de análise dos grupos de discussão presentes nas duas etapas iniciais da análise interpretativa: a interpretação formulada, que se situa no nível de conteúdo de sentido imanente, ou seja sem um posicionamento do pesquisador em relação ao texto produzido a partir das discussões; e a interpretação refletida, que analisa o quadro de orientação do grupo, demarcando não só os temas mais recorrentes em termos de conteúdo, mas também da forma como foram discutidos e do seu enquadramento. Esses padrões de sentido presentes nos discursos são reconstruídos a partir dos contra-horizontes (positivos ou negativos) presentes na discussão, que permitirão a análise comparativa dos casos (entre diferentes grupos) e, posteriormente, a construção de tipos que revelam a gênese das orientações coletivas dos grupos estudados dentro dos seus meios sociais. Portanto, para alcançarmos a interpretação documentária, é preciso verificar os horizontes de significados opostos e construir uma análise comparativa dos casos. Na medida em que houver clareza sobre os tipos de sentido das ações dos sujeitos torna-se possível a construção de tipos.

A pesquisa social reconstrutiva no Brasil

A pesquisa social reconstrutiva começa a ser difundida no Brasil a partir dos anos 2000, quando publicações em língua portuguesa na área de metodologias qualitativas eram bem menos frequentes. Normalmente a pesquisa qualitativa era abordada a partir das contribuições dos autores da tradicional Escola de Chicago. De um modo geral, abordagens com base na análise da conversação etnometodológica e na teoria fundamentada, procedimentos comuns no contexto norte-americano e europeu desde os anos 1960/1970, assim como a tradição alemã de pesquisa empírica e seus procedimentos de análise de dados qualitativos, eram pouco di-

fundidos ou simplesmente desconhecidos no Brasil. Em geral, o estereótipo mais comum acerca das tradições acadêmicas estava relacionado à ideia de que os alemães produziam uma base teórica e os americanos promoviam instrumentos para o desenvolvimento da pesquisa empírica (Weller, 2020).

De fato, as primeiras leituras sobre pesquisa social reconstrutiva, especialmente sobre o método documentário, chegam ao Brasil há aproximadamente 18 anos por intermédio de Wivian Weller, doutora pela Universidade Livre de Berlim que trabalhou por vários anos com Ralf Bohnsack e seu grupo de pesquisa. Mas é preciso registrar também o pioneirismo da revista *Sociedade e Estado*, da Universidade de Brasília, na organização, em 2002, de um dossiê sobre “Inovações no campo da metodologia das ciências sociais”. O dossiê conta com um artigo sobre “Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo” (Weller *et alii*, 2002). Alguns anos mais tarde a revista publica outro artigo sobre o “Método de interpretação documentária e o uso de imagens na sociologia” (Barboza Martínez, 2011). Outras revistas também publicaram artigos sobre o uso do método documentário na análise de grupos de discussão e de imagens. Esses artigos serviram de base para muitas pesquisas e atualmente já existe um número significativo de dissertações, teses e de artigos que tiveram como base o método documentário na análise dos dados (cf. Bohnsack, 2020, p. 403-408).

A partir de minha experiência com o método documentário, pude constatar que o caráter exagerado da verificabilidade de teorias de autores tradicionais em detrimento do estímulo da criação de novas teorias fundamentadas empiricamente, de fato, acaba por limitar a qualidade das produções acadêmicas, na medida em que são pouco referenciadas nas experiências dos sujeitos sociais e acabam se configurando como mera reprodução e verificação de cânones acadêmicos. Posso afirmar que até a elaboração de minha tese foram muitas reuniões de pesquisa, grupos de estudo e naturalmente incontáveis horas de trabalho de campo e realização de grupos de discussão para adequar o método documentário à realidade da juventude brasileira preta, periférica e com muitas histórias para contar de como estabeleciam estratégias afetivas para suas ações em contextos de tão extrema vulnerabilidade, seja pelo racismo ambiental ou pelo risco eminente da violência que rondavam suas “quebradas”. De fato, a abordagem da pesquisa social reconstrutiva permitiu avançar para além dos estereótipos mais comuns quando se trata de pesquisar jovens negros em periferias urbanas.

Este livro certamente contribuirá para pesquisa futuras, como as que já venho delineando no campo das ciências sociais e da saúde, especialmente no que se refere à saúde mental de estudantes universitários impactados pela pandemia diante da

precarização do ensino. Assim, este livro servirá de base especialmente para organizar grupos de pesquisa para o trabalho de campo presencial e virtual assim como na análise de dados qualitativos.

Referências

BARBOZA MARTÍNEZ, Amalia. Sobre el método de la interpretación documental y el uso de las imágenes en la sociología: Karl Mannheim, Aby Warburg y Pierre Bourdieu. *Revista Sociedade e Estado*, v. 21, n. 2, p. 391-414, 2006.

GARFINKEL, Harold. *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MANNHEIM, Karl. *From Karl Mannheim* (Ed. Kurt Wolff). New York: Oxford University Press, 1971.

TAVARES, Breitner. *Na quebra a parceria é mais forte: jovens, vínculos afetivos e reconhecimento na periferia*. São Paulo: Annablume, 2012a.

_____. Método documentário e a análise das orientações geracionais da juventude. *Cadernos CRH*, v. 25, p. 587-600, 2012b.

_____. *Na quebrada, a parceria é mais forte – Juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WELLER, Wivian. Prefácio à edição brasileira. In: BOHNSACK, Ralf. *Pesquisa social reconstrutiva. Introdução aos métodos qualitativos*, p. 9-14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

WELLER, Wivian; SANTOS, Gislene; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; ALVES, Adilson Francelino; KALSING, Vera Simone Schäffer. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 17, n. 2, p. 375-396, 2002.



Tradução

Cientistas como cidadãos e especialistas na detecção do desmatamento na Amazônia*

Recebido: 30.09.20
Aprovado: 10.01.21

Marko Monteiro**
& Raoni Rajão***

* Artigo originalmente traduzido como: Monteiro, M. & Rajão, R. Scientists as citizens and knowers in the detection of deforestation in the Amazon. *Social Studies of Science*, v. 47, n. 4, p. 466-484, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306312716679746>>.

Tradução dos autores.

Agradecimentos: Este artigo começou no Rio de Janeiro em 2012 através de uma palestra informal e um desejo compartilhado de pensar o sensoriamento remoto no Brasil, e acabou se tornando uma jornada muito frutífera de aprendizado mútuo e colaboração. Aprendemos muito com nossas próprias trocas e com as pessoas que nos ajudaram a alcançar essa versão final. Queremos agradecer especialmente a Sergio Sisondo pelos comentários muito úteis durante todo o processo de escrita e aos revisores anônimos, que nos deram uma contribuição tão valiosa. Também os

Resumo: Este artigo examina como cientistas lidam com as tensões que emergem de seu lugar enquanto provedores de conhecimento objetivo e como cidadãos preocupados com a forma como suas pesquisas influenciam a política e a tomada de decisão no Brasil. O artigo discute isso através de um relato etnográfico de práticas de cientistas que utilizam tecnologia de sensoriamento remoto, suas atividades de produção de conhecimento e as controvérsias sociopolíticas mais amplas que permeiam a detecção do desmatamento na floresta amazônica. Estratégias para mitigar a incerteza são aspectos centrais das práticas analisadas, trazendo controvérsias “externas” para o “interior” do laboratório, tornando essas fronteiras conceitualmente problemáticas. Em particular, a antecipação de interpretações alternativas da cobertura da floresta tropical é uma forma crucial pela qual os cientistas trazem o mundo para o laboratório, ajudando a esclarecer como os cientistas, geralmente vistos e analisados como “isolados”, estão, na prática, frequentemente em constante diálogo com as controvérsias políticas mais amplas relacionadas ao seu trabalho. Esses *insights* ajudam a questionar a ideia de que o monitoramento do desmatamento por meio de sensoriamento remoto é uma forma de pesquisa isolada, desenhando um quadro mais complexo do duplo papel dos cientistas como produtores de conhecimento e cidadãos preocupados.

Palavras-chave: Monitoramento do desmatamento. Amazônia. Brasil. Interface ciência-política.

Scientists as citizens and knowers in the detection of deforestation in the Amazon

Abstract: This paper examines how scientists deal with tensions emerging from their role as providers of objective knowledge and as citizens concerned with how their research influences policy and politics in Brazil. This is accomplished through an ethnographic account of scientists using remote sensing technology, of their knowledge-making activities and of the broader socio-political controversies that permeate the detection of deforestation in the Amazon rainforest. Strategies for mitigating uncertainty are central aspects of the knowledge practices analyzed, bringing controversies ‘external’ to the laboratory ‘into’ the lab, making these boundaries conceptually problematic. In particular, the anticipation of alternative interpretations of rainforest cover is a crucial way that scientists bring the world into the lab, helping to shed light on how scientists, usually seen and analyzed as isolated, are in fact often in constant dialogue with the broader political controversies related to their work. These insights help question the idea that the monitoring of deforestation through remote sensing is a form of secluded research, drawing a more complex picture of the dual role of scientists as knowledge producers and concerned citizens.

Keywords: Amazon. Brazil. Deforestation monitoring. Secluded research. Science-policy interface.

incríveis cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Fundação de Apoio para Projetos de Pesquisa de Ciência e Tecnologia Espacial (Funcate), que não só abriram seus laboratórios para nós, mas também continuam produzindo excelente ciência. O primeiro autor gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo generoso financiamento; o segundo autor também gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/ Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Ipam/Norad) pelo financiamento e ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares/ Universidade Federal de Minas Gerais (leat/UFMG) pelo apoio institucional a esta pesquisa.

Financiamento:
A pesquisa deste artigo foi apoiada pelas seguintes bolsas: Fapesp (13/11592-6, 08/09302-1), Fapemig (APQ-00748-13, PPM-00719-16), CNPq (471308/2013-7) e Ipam/Norad.

Introdução: Repensando interfaces de ciência/política no Brasil

O sensoriamento remoto pode ser definido como um campo científico dedicado à “detecção, reconhecimento ou avaliação de objetos por meio de sensoriamento à distância por dispositivos de gravação” (Franklin, 2001). Portanto, a principal preocupação do sensoriamento remoto é o estabelecimento de ligações confiáveis entre a saída de dados (*output*) de sensores (por exemplo, uma foto tirada de uma aeronave, uma imagem de infravermelho ou de satélite) e a “verdade de campo” (*ground truth*) subjacente (por exemplo, uma instalação nuclear, a temperatura do oceano ou uma clareira florestal). Devido à imensa distância física e simbólica entre seus significantes e significados, o sensoriamento remoto tem de lidar com uma incerteza inerente à própria tecnologia que produz os dados e as imagens. A adequada mitigação dessa incerteza para a produção de imagens “utilizáveis”, ou seja, adequadas ao uso científico e de tomada de decisão, é uma parte importante do trabalho com esse tipo de dado. O uso de sensoriamento remoto para analisar variáveis relacionadas à vegetação ou cobertura do solo é especialmente complexo, pois as especificidades técnicas e possíveis modos de interpretação são múltiplos, gerando resultados que variam dependendo do satélite que adquiriu a imagem ou do protocolo analítico que foi utilizado para processar os dados (Cardozo *et alii*, 2011).

O sensoriamento remoto baseado em satélite pode ser enquadrado como um exemplo arquetípico do que Callon, Lascoumes e Barthe (2009: 46) chamam de “pesquisa isolada” (*secluded research*), uma forma de produzir conhecimento percebido como “retirado, isolado do mundo e, conseqüentemente, preciso e eficaz”. A chegada do sensoriamento remoto no Brasil, no entanto, tem sido, desde a sua origem, relacionada a eventos que vão muito além das paredes do laboratório. Desde a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), na década de 1970, o sensoriamento remoto tornou-se central na forma como o desmatamento na Amazônia brasileira é monitorado e medido e, como consequência, a forma como as políticas de desenvolvimento e conservação para a região têm sido elaboradas.

Neste artigo, examinamos como os cientistas lidam com as tensões que emergem de seu lugar como provedores de conhecimento objetivo e como cidadãos preocupados com a forma como suas pesquisas influenciam a política no Brasil. Realizamos isso através de uma análise etnográfica de cientistas que utilizam tecnologia de sensoriamento remoto, suas atividades de produção de conhecimento e as contradições sociopolíticas mais amplas que permeiam a detecção do desmatamento na floresta amazônica. As descrições etnográficas fazem parte do trabalho de campo realizado pelo segundo autor no Brasil em 2007 e depois entre 2009 e 2010. Nesse

período, acompanhou a produção de dados de desmatamento nos laboratórios do Inpe em São José dos Campos, no interior de São Paulo (Rajão, Azevedo & Stabile, 2012; Rajão & Georgiadou, 2014; Rajão & Hayes, 2009; Rajão & Vurdubakis, 2013). As práticas de sensoriamento remoto descritas abaixo são o resultado de observações participantes feitas com cientistas e técnicos do Inpe, enquanto ele trabalhava como intérprete de imagens de satélite. Quando possível, foram gravadas a voz e a tela de computadores usados por cientistas, a fim de registrar as operações realizadas pelos técnicos e sua explicação sobre o processo de interpretação da imagem.

A observação participante de cientistas e técnicos do Inpe permite refletir como as estratégias de mitigação da incerteza são um aspecto central da produção de evidências confiáveis. Além de responder às incertezas científicas que estão “dentro” do laboratório, essas estratégias também buscam dar conta das controvérsias políticas “externas” ao laboratório, tornando essas fronteiras conceitualmente problemáticas. Assim, os cientistas, frequentemente vistos e analisados como isolados, estão, na verdade, muitas vezes em constante diálogo com as respostas políticas mais amplas ao seu trabalho.

Nosso objetivo é desafiar a ideia de monitoramento do desmatamento por meio de sensoriamento remoto como pesquisa isolada, desenhando um quadro mais complexo do duplo papel dos cientistas como produtores de conhecimento e cidadãos preocupados. Ao explorar alguns dos platôs éticos (Fortun & Fortun, 2005), que condicionam o trabalho científico em sensoriamento remoto, esperamos contribuir tanto para a compreensão de como o conhecimento de sensoriamento remoto sobre o desmatamento é produzido no Brasil, como ainda para a reflexão sobre como as interfaces com a política podem ser imaginadas de novas formas. Práticas de produção de dados acontecem em um contexto altamente disputado, onde os cientistas (incessantemente mitigando a incerteza) também estão constantemente refletindo sobre seu papel em controvérsias, políticas e ações ambientais mais amplas, tornando este um rico lócus para refletir sobre a ciência cívica do sensoriamento remoto como relacionado às controvérsias em torno do desmatamento e ao papel percebido dos cientistas em seus resultados (Fortun & Fortun, 2005).

Sensoriamento remoto como pesquisa isolada?

Os cientistas podem ser teorizados como distanciados dos cidadãos “leigos”, constituindo laboratórios e outros espaços separados do resto do mundo, o que ajudaria a constituir a separação conceitual e material entre as práticas cotidianas e o domínio da opinião dos resultados científicos e do domínio do “verdadeiro conheci-

** Marko Monteiro é professor associado de estudos sociais da ciência e da tecnologia no Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil; é doutor em ciências sociais também pela Unicamp. Orcid: 0000-0003-4008-4985. <carambol@unicamp.br>.

*** Raoni Rajão é professor associado do STS do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (Lagesa); bacharel em ciência da computação (Laurea em Informatica) da Universidade Degli Studi di Milano/Bicocca e PhD em organização, trabalho e tecnologia pela Universidade de Lancaster. Orcid: 0000-0002-1133-4837. <raoniguerra@gmail.com>.

mento”. Além disso, espera-se que os próprios cientistas se distanciem dos valores e interesses sociais ao “despedirem-se do mundo, separando-se da opinião [...] e mantendo à distância os interesses que poderiam contaminar o conhecimento científico” (Callon, Lascoumes & Barthe, 2009: 100). Sensoriamento remoto baseado em satélite pode ser visto como um exemplo extremo de pesquisa isolada por diferentes razões. Em primeiro lugar, seus principais instrumentos de pesquisa não são apenas separados do resto da sociedade a portas fechadas, mas estão no espaço sideral, acessíveis a apenas alguns cientistas especialistas. Em segundo lugar, a maioria dos resultados fornecidos pelos satélites são apresentados na forma de imagens produzidas por meios automatizados: uma fonte de conhecimento “mecanicamente objetiva” considerada não contaminada por interpretações subjetivas (Daston & Galison, 1992). Finalmente, ao capturar em uma única imagem vastas áreas da superfície da Terra, acredita-se que o sensoriamento remoto vá além das visões parciais, fornecendo uma “perspectiva de deus” sobre o mundo (Rajão, 2013). Essas características ajudam a explicar por que os defensores do sensoriamento remoto baseado em satélite estão muito interessados em destacar o potencial dessa tecnologia para resolver problemas sociais (por exemplo, Abler, 1993; Dobson, 1983), algo promovido ainda mais fortemente por defensores de um novo tipo de “ambientalismo baseado em dados”, que estaria supostamente acima de ideologias e posições políticas (Esty, 2001; Wise & Craglia, 2008).

Tais alegações de objetividade não passaram despercebidas pelos estudiosos da relação entre governo, espaço e tecnologia desde uma perspectiva crítica. Em contraste com o caráter fortemente promocional da literatura convencional, a geografia crítica forneceu uma imagem sombria das implicações sociais do sensoriamento remoto, sugerindo, por exemplo, que a introdução dessa tecnologia aprofunda a divisão digital (Pickles, 1995), oferece oportunidades de vigilância (Rose-Redwood, 2006) e leva à negligência de epistemologias não ocidentais ou não científicas (Harwell, 2000; Kwan, 2002; Lefebvre, 1991; Pickles, 2004; Rajão, 2013; Roberts & Schein, 1995; Sheppard, 2005). Alguns estudos também adicionaram uma dimensão política a essa crítica epistemológica, enfatizando o papel das representações científicas na obtenção do controle das populações locais e dos recursos naturais (Fairhead & Leach, 1998; Hannah, 2000; Harvey, 1984; Harwell, 2000; Rose-Redwood, 2006; Scott, 1998).

Ao lado das críticas à tecnologia de sensoriamento remoto, um corpo crescente de estudos no campo dos estudos sociais da ciência e da tecnologia (ESCT) tem enfatizado a insuficiência de pensar a ciência como separada da sociedade, especialmente quando se pensa através de interfaces ciência-política e da governança da ciência na sociedade (Irwin, 2008). Diversos autores propuseram conceitos como “ciência pós-normal” (Funtowicz & Ravetz, 1993), “conhecimento técnico indígena” (Gad-

gil, Berkes & Folke, 1993), “ciência cívica” (Backstrand, 2003), “conhecimento leigo” (Wynne, 1996), “fóruns híbridos” (Callon, Lascoumes & Barthe, 2009) e “Sistema de informação geográfica (SIG) participativo” (Puri, 2007) para destacar a importância de incluir as vozes dos não cientistas nas práticas de sensoriamento remoto e na formulação de políticas. O trabalho de Jasanoff (2004) sobre biotecnologia sugere a ideia de epistemologias cívicas como forma de pensar através do caráter situado na interface da ciência e da política, como coproduzidas por ordens sociais mais amplas e imaginários que variam em diferentes contextos. Vistas como as formas pelas quais as sociedades desenvolvem e materializam reivindicações de conhecimento para fazer escolhas coletivas, as epistemologias cívicas ajudam a explicar as diferenças na forma como a ciência se relaciona com a regulação. A ciência não determina a tomada de decisões (e não se deve esperar isso dela), porque não especialistas e imaginários sociais mais amplos têm papéis importantes a desempenhar na compreensão da formulação de políticas em geral.

Além de pensar as diferentes formas pelas quais não especialistas participam na produção da ciência, o trabalho na intersecção entre antropologia e ESCT descreveu os cientistas como atores situados, condicionados por valores e imaginários mais amplos no processo de produção de conhecimento especializado. Fortun e Fortun argumentam que “os próprios cientistas entendem, traçam estratégias e assumem a responsabilidade por sua própria situação no contexto social” (Fortun & Fortun, 2005: 44). Isso sugere que é através de uma análise detalhada da produção de conhecimento que essa condição situada e interligada com imaginários mais amplos se torna clara, desafiando nossas visões sobre como a ciência pode e deve ser implantada na política e na tomada de decisões. Mas, apesar das contribuições de Fortun e Fortun (2005) e Jasanoff (2004), entre outros, uma parcela substancial da pesquisa dos ESCT ainda concebe o interior e o exterior do laboratório, por um lado, e o cientista e o cidadão, por outro, como inerentemente distintos e separados. Nas seções a seguir, pretendemos examinar empiricamente como os cientistas que detectam o desmatamento na Amazônia lidam com o seu duplo lugar enquanto produtores de “conhecimento objetivo” e “cidadãos preocupados” com a Amazônia. Dessa forma, buscamos problematizar ainda mais a noção de “pesquisa isolada” e suas consequências para a forma como a interface política-ciência deve ser conceituada e estudada.

As políticas de monitoramento do desmatamento

Dados de sensoriamento remoto por satélite fornecidos pelo Inpe tornaram-se ao longo dos anos o principal “termômetro” usado tanto por cientistas como por não especialistas para avaliar o desempenho de governos na redução do desmate ilegal (Rajão, 2013; Rajão & Georgiadou, 2014). Os dados do Inpe foram verificados de

forma independente por diferentes estudos e são, de longe, a principal fonte de dados confiáveis sobre o desmatamento da Amazônia (Fearnside, 1993; Hammer, Kraft & Wheeler, 2014; Skole & Tucker, 1993). Por essa razão, o programa de monitoramento do desmatamento do Inpe é frequentemente citado em relatórios de organizações não governamentais ambientais e estudos científicos como os “mais avançados” (May & Millikan, 2010: 14), “a vanguarda da tecnologia” (Ipam, 2011: 14) e até mesmo “a inveja do mundo” (Kintisch, 2007: 536).

Embora a maior parte da comunidade científica considere os sistemas de monitoramento do Inpe como fontes incontroversas de dados confiáveis de desmatamento, o instituto tem enfrentado críticas constantes dentro e fora do governo. A criação do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Brasileira por Satélite (Prodes), do Inpe, em 1988, o primeiro sistema de monitoramento que forneceu números anuais de desmatamento para toda a Amazônia, foi seguida de uma polêmica acalorada sobre a verdade dos números oficiais fornecidos pelo governo brasileiro. Essa controvérsia científica atraiu a atenção da mídia local, que não só destacou a falta de consenso científico e a incerteza, como também argumentou que o governo brasileiro estava deliberadamente subestimando os números para fins políticos ou até mesmo “inventando” dados de desmatamento para agradar o então presidente José Sarney, que é daquela região (Petit, 1989; Tuffani, 1989). O Inpe voltou aos holofotes em 1997 e 1998, quando a influente revista brasileira *Veja* publicou uma série de artigos acusando-o de esconder do público um aumento do desmatamento em 1995, a fim de evitar interferir na negociação do Protocolo de Kyoto (Rajão & Georgiadou, 2014).

Em 2008, a controvérsia sobre os números do desmatamento atingiu novos patamares, já que Blairo Maggi, então governador do estado de Mato Grosso e um dos maiores produtores de soja do mundo, sugeriu que os cientistas do Inpe estavam mentindo para justificar a aprovação de regulamentações ambientais mais duras pelo Ministério do Meio Ambiente (Sant’Anna, 2008). A questão se intensificou quando o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva de certa forma validou a declaração de Maggi ao afirmar que os números do Inpe estavam “sob investigação” (Nogueira & Tomazela, 2008). De fato, nas semanas seguintes o governador de Mato Grosso iniciou uma grande operação de campo para validar os dados (*ground truthing*), inspecionando *in loco* as clareiras individuais identificadas remotamente pelo Inpe. Funcionários do órgão ambiental estadual (Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso – Sema-MT) informaram que essa operação foi a maior que o Mato Grosso já havia feito em relação ao desmatamento. Da mesma forma, durante as eleições presidenciais que ocorreram em 2014, alguns jornalistas e ambientalistas acusaram o Inpe de atrasar a divulgação de dados mostrando outro aumento no desmata-

mento, para beneficiar a então presidente Dilma Rousseff em sua bem-sucedida campanha de reeleição (Leite & Talento, 2014)¹.

Nos casos mencionados acima, os cientistas do Inpe conseguiram rejeitar as acusações por motivos técnicos ou mudaram sua política de transparência de dados, a fim de evitar maiores críticas (Rajão & Georgiadou, 2014). No entanto, essas recorrentes controvérsias em relação aos dados de desmatamento têm conscientizado os cientistas e técnicos do Inpe sobre a importância científica e política de seu trabalho. Durante as entrevistas, foi possível sentir um forte senso de comprometimento com as políticas que visam reduzir o desmatamento na Amazônia. Por isso, eles se veem como “guardiões da Amazônia”, vigiando a floresta e alertando os formuladores de políticas e a sociedade civil sobre tendências perigosas de desmatamento. Ao mesmo tempo, eles também entendem que sua capacidade de “vigiar” a Amazônia depende da autoridade científica dotada ao Inpe e da possibilidade de qualquer partido, incluindo adversários políticos como Blairo Maggi na época, verificar de forma independente os dados produzidos por seus sistemas de monitoramento.

Por isso, durante todo o processo de produção de medições de desmatamento, os cientistas do Inpe são extremamente cuidadosos para não prejudicar a credibilidade científica de seus dados. Eles participam ativamente na tentativa de direcionar a deriva acadêmica (Kaiserfeld, 2013) que tende a favorecer a atividade científica sobre o ativismo político. As tentativas do Inpe de manter a autoridade científica diante da controvérsia de 2008 com Blairo é um exemplo claro de como tal investimento em legitimidade científica é, ao mesmo tempo, uma tentativa de se distanciar do mundo da política (através de um investimento em credibilidade científica e objetividade), mas também uma poderosa ferramenta política em si mesma. Se o Inpe perdesse credibilidade como instituição científica, perderia peso político ao participar como ator central nas políticas ambientais brasileiras.

Na próxima seção apresentamos detalhadamente o relato etnográfico dos laboratórios onde os dados de desmatamento são produzidos. O segundo autor participou da análise de imagens de sensoriamento remoto no Inpe e investigou como elas são transformadas a partir de imagens de satélite brutas em medições confiáveis de desmatamento. Nesse processo, os cientistas tomam extrema cautela na manutenção do rigor científico a cada passo, através da cuidadosa mitigação da incerteza nos dados. Eles estão constantemente refletindo sobre como os dados serão lidos fora do laboratório, incorporando em seu trabalho a antecipação de como os números se tornarão parte das controvérsias em curso em torno do desmatamento. Essa reflexividade também se relaciona com sua luta pela manutenção

1. Cabe colocar aqui que, após a publicação desse artigo, a controvérsia voltou a “esquentar” em diversos momentos, mostrando a importância desse locus de interface entre ciência e política como objeto de estudo para os ESCT. Mencionamos aqui dois momentos cruciais: a ameaça do então presidente Michel Temer de contratar uma empresa privada para indiretamente esvaziar a autoridade do Inpe (<<https://news.mongabay.com/2017/05/temer-seeks-to-privatize-brazils-deforestation-remote-sensing-program/>>), o que foi criticado pela comunidade científica (<<http://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-e-abc-enviam-carta-contra-a-contratacao-de-empresa-privada-para-monitoramento-da-amazonia/>>); e a disputa pública acalorada entre o Inpe e o presidente Bolsonaro, causando uma conversa global sobre o desmate da Amazônia com reflexos em diversas áreas, colocando até mesmo em xeque o Fundo Amazônia (Esteves, 2019).

da credibilidade científica, que é um ativo poderoso em disputas mais amplas em torno das políticas de desmatamento.

Mitigação da incerteza no laboratório

Para apreciar plenamente o que está em jogo em controvérsias recentes – como o questionamento de Blairo Maggi sobre os dados do Inpe em Mato Grosso –, é importante entender como a incerteza nos dados é gerenciada na fase de processamento de imagens. Como mostrado acima, as controvérsias em torno da detecção do desmatamento mobilizam incertezas nos dados, permitindo estratégias como oferecer cálculos alternativos e opostos de corte raso, mobilizar mecanismos de criação de verdades alternativas e forçar atores como o Inpe a se reunirem em torno do sistema para reafirmar a confiabilidade dos dados. Mas por que esses dados podem ser questionados dessa forma? Uma resposta está nas incertezas da própria tecnologia e em como as imagens de satélite se tornam dados.

Navegar na incerteza é uma habilidade prática que precisa ser incorporada pelo usuário da tecnologia de sensoriamento remoto, a fim de permitir que cientistas e técnicos deem sentido ao que está realmente sendo visualizado (Koopmans *et alii*, 2014; Lynch & Woolgar, 1990). Como Alač (2008) e outros têm discutido no caso análogo das análises das imagens de ressonância magnética funcional, a análise de conversação e gesticulação mostram como as visualizações científicas são realizações práticas complexas (visuais e incorporadas). Elas emergem relacionalmente através de interações entre práticas corpóreas e imagens na tela, sendo também construídas mediante trabalhos corporais complexos que exigem um profundo engajamento dos corpos em movimento dos cientistas e não apenas de sua visão (Myers, 2008). Esses estudos têm demonstrado empiricamente que as visualizações na ciência são mais do que representações (Monteiro, 2010a, 2010c), mostrado como tais evidências emergem através de engajamentos corpóreos entre cientistas e dados, incluindo – mas não restrito a – imagens.

Grande parte desse trabalho incorporado envolve lidar com a incerteza nos dados, que deve ser atenuada para que imagens utilizáveis e confiáveis sejam produzidas. Assim, a mitigação dessa incerteza inerente é uma grande parte do trabalho necessário para dar sentido aos dados visuais de sensoriamento remoto. À medida que os analistas processam e interpretam imagens, eles empregam estratégias para mitigar incertezas, que incluem: *i.* combinar conjuntos de dados comparando inscrições; *ii.* alternar entre a análise colaborativa e a análise individual (mais usual no trabalho com imagens de satélite); *iii.* validar os dados através do trabalho de campo; e *iv.* antecipar interpretações oponentes ou críticas.

Essas estratégias de mitigação relacionam-se diretamente a controvérsias mais amplas, uma vez que é através da gestão da incerteza que a autoridade do Inpe é, ao mesmo tempo, construída e constantemente atacada. Assim, o trabalho com dados é o lócus crucial de nossa reflexão, como instância prática onde dados visuais objetivos são produzidos e onde as compreensões cívicas emergem das próprias percepções dos cientistas. A análise aqui apresentada se concentrará em práticas que parecem estar limitadas espacialmente aos laboratórios, mas os limites dos experimentos decretados pelos pesquisadores do Inpe estão abertos ao debate (Callon, Lascoumes & Barthe, 2009; Davies, 2010). O foco analítico no processamento de dados visuais aqui busca não reforçar, mas questionar uma imagem limitada do conhecimento de sensoriamento remoto, à medida que a situação da compreensão dos cientistas sobre seu trabalho vem à tona etnograficamente. Analisamos isso com mais detalhes abaixo.

Combinação de conjuntos de dados

A criação de números confiáveis de desmatamento depende do estabelecimento de uma correspondência estável entre os dados obtidos remotamente, a partir de um conjunto específico de sensores, e o objeto que está sendo observado. Neste processo é particularmente importante determinar se a saída de dados (*output*) de um determinado instrumento (por exemplo, bandas espectrais, resolução espacial e temporal), a bordo de um satélite, corresponde às características dos fenômenos que estão sendo medidos a uma distância (por exemplo, refração, tamanho mínimo e frequência). Do ponto de vista estritamente metodológico, após a seleção e validação da fonte de dados de um determinado sensor remoto baseado em satélite, a comparação de imagens dessa fonte em diferentes períodos de tempo seria suficiente para detectar alterações na cobertura florestal de forma confiável (Inpe, 2008; Valeriano *et alii*, 2004). Na prática, porém, os cientistas e técnicos do Inpe combinam e comparam sistematicamente imagens de diferentes fontes e períodos de tempo para decidir se ignoram uma determinada mudança observada ou classificam-na como um desmatamento recente. Uma vez que os cientistas e técnicos estão trabalhando com inscrições de segunda ordem, busca-se um acordo em termos do que diferentes imagens ou valores dizem sobre áreas semelhantes. Com esse objetivo, cientistas e técnicos do Inpe utilizam imagens de tantos satélites quanto são disponibilizados a eles, uma vez que uma imagem com maior resolução da mesma área e período de tempo semelhante pode confirmar a presença de uma nova área desmatada ou revelar uma possível má classificação.

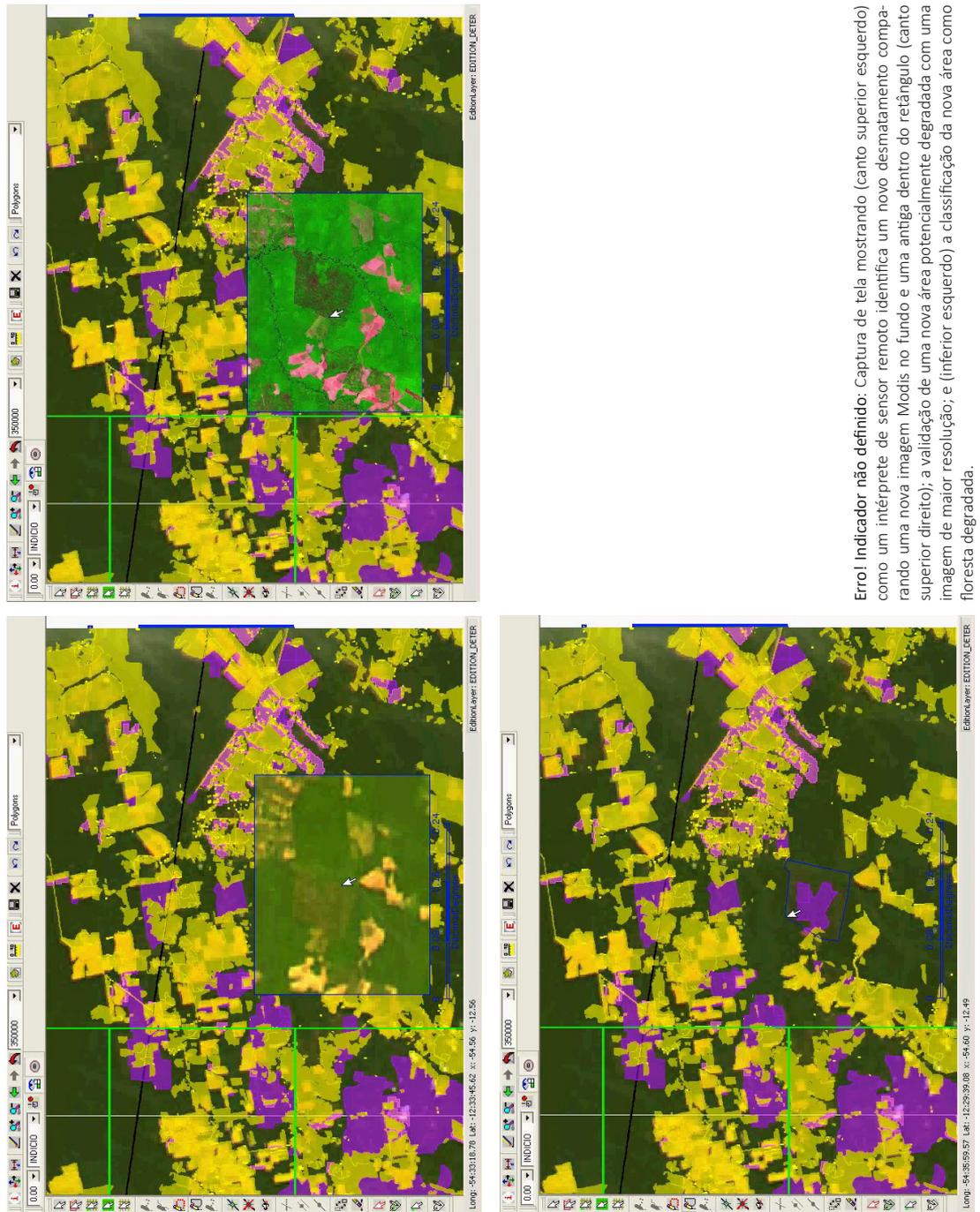
A necessidade de reunir imagens de diferentes fontes é particularmente marcante no caso do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Próximo (Deter).

Esse sistema foi criado em 2004, atendendo a uma demanda dos guardas florestais do órgão federal do meio ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Embora o Ibama tenha reconhecido a relevância política das taxas anuais de desmatamento fornecidas pelo Prodes, os seus fiscais reclamaram que, no momento em que receberam os dados (usualmente um ano após a detecção), já era tarde demais para iniciar operações policiais para prender os autores do desmatamento ilegal. O Inpe assumiu a tarefa de desenvolver um sistema capaz de fornecer “alertas” de desmatamento com frequência. Para isso, não foi possível utilizar as mesmas imagens de alta resolução do Prodes, fornecidas pela família de satélites Landsat (da Nasa) ou pelo satélite brasileiro CBERS lançado em colaboração com a China. Por essa razão, o Inpe desenvolveu o Prodes baseado principalmente nas imagens do Espectrômetro de Imagem de Resolução Moderada (Modis) embarcados no Terra e no Aqua, dois satélites da Nasa. Em contraste com os satélites Landsat, que fornecem uma única imagem com resolução de 30 metros, a cada 15 dias, as imagens Modis estão disponíveis diariamente, mas com uma resolução de apenas 250 metros (ou seja, cada pixel na imagem corresponde a 250 metros no chão). Desta forma, a Modis tem uma probabilidade maior de fornecer uma imagem livre de nuvens, embora mais “embaçada” (com menor resolução) da Amazônia a cada duas semanas.

Devido a esta baixa resolução do Modis, a incerteza do sistema Deter aumenta consideravelmente. Para mitigar essa incerteza, os intérpretes do Inpe vão além da metodologia declarada do Deter (Anderson *et alii*, 2005) e também usam imagens de outros satélites com resoluções mais elevadas. Mesmo que essas imagens sejam geralmente algumas semanas (ou até meses) mais antigas que as imagens Modis, elas são consideradas cruciais para o processo de validação, pois permitem que os intérpretes evitem classificar de forma errada grandes incêndios florestais, nuvens, rochas e outras características como desmatamento. Sua preocupação com a má classificação positiva é importante se considerarmos que as principais evidências apresentadas pelo governador de Mato Grosso como prova de que o Inpe estava “mentindo” consistiam em fotos tiradas de helicópteros mostrando uma floresta aparentemente intocada em áreas detectadas pelo Deter como degradadas ou desmatadas.

Na sequência de capturas de tela mostradas na Figura 1 é possível ver as ações realizadas pelos intérpretes do Deter a fim de identificar uma nova área de desmatamento ou degradação florestal. No quadro superior esquerdo, é possível ver o uso de uma ferramenta chamada “Conectar visualização” fornecida pelo SIG, pela qual o usuário pode criar um retângulo que permite que eles vejam além das “máscaras” de desmatamento (ou seja, classificações anteriores), e rolando com o mouse, alternar entre a imagem Modis anterior e atual daquela cena para verificar

FIGURA 1



Erro! Indicador não definido: Captura de tela mostrando (canto superior esquerdo) como um intérprete de sensor remoto identifica um novo desmatamento comparando uma nova imagem Modis no fundo e uma antiga dentro do retângulo (canto superior direito); a validação de uma nova área potencialmente degradada com uma imagem de maior resolução; e (inferior esquerdo) a classificação da nova área como floresta degradada.

diferenças (especialmente possíveis novas áreas desmatadas). No quadro, no canto superior direito, podemos ver uma imagem de alta resolução mais antiga (neste caso específico de Landsat 5) da mesma área, sobreposta à mais nova. O usuário pode então alternar entre esses dados antigos e os novos dados, rolando com o mouse, a fim de validar impressões iniciais através da comparação. Após confirmar que o desmatamento na área em análise aumentou de tamanho desde a classificação anterior, o usuário utiliza a ferramenta “criar polígono” (na Figura 2, quadro inferior esquerdo) a fim de desenhar a área ao redor da área recém-classificada como degradação florestal.

Embora, em teoria, um único sensor de satélite possa ser usado para estabelecer o desmatamento, os cientistas e técnicos do Inpe baseiam-se em todos os meios disponíveis para evitar classificações imprecisas. Ao combinarem dados diferentes da mesma região, provenientes de diferentes satélites (com câmeras diferentes e resoluções espaciais diferentes), os intérpretes constroem mais confiança em sua interpretação do desmatamento e se protegem contra desafios vindos de fora do laboratório.

Análise colaborativa

Muitos relatos metodológicos de como o Prodes e o Deter funcionam também sugerem indiretamente que os dados de desmatamento do Inpe são resultado de intérpretes solitários que atuam de forma fria e objetiva (Inpe, 2008; Valeriano *et alii*, 2004). De fato, a interpretação das imagens de satélites é muitas vezes uma atividade individual: o técnico ou cientista lida diretamente com a imagem em seu computador, e em muitos casos publica silenciosamente o seu trabalho sobre uma parte específica da Amazônia em um servidor compartilhado para que esses resultados possam ser agregados e, assim, falar com toda a região. No entanto, esse trabalho silencioso e individual tem momentos cruciais de descontinuidade à medida que esses intérpretes mudam para formas colaborativas de análise.

No caso do Prodes, os intérpretes têm de classificar cada pixel da imagem de satélite como “floresta” ou desmatamento de “corte raso”, desenhando sobre os mesmos polígonos usando o mesmo SIG apresentado no caso do Deter acima (ver Figura 1). Essa metodologia foi elaborada no início da década de 1970, quando o Inpe tinha como principal objetivo identificar se os subsídios oferecidos a grandes investidores e empresas como a Volkswagen estavam efetivamente sendo usados para criar grandes fazendas de gado na Amazônia, ao invés de acabar desviados em algum tipo de esquema de corrupção (Loureiro & Pinto, 2005; Rajão & Hayes, 2009). Nestes casos, a detecção do desmatamento é um processo simples que envolve a comparação

das manchas de verde homogêneo (floresta) e vermelho (solo/desmatamento), a partir de uma imagem tirada no ano corrente com uma imagem do ano anterior. No entanto, como reação à criação do Deter e ao aumento das ações de aplicação da lei na região, os agricultores começaram a destruir a floresta lentamente em vez de desmatar áreas grandes de uma só vez, na esperança de permanecer indetectados pelos sistemas do Inpe (Rajão & Vurdubakis, 2013). Portanto, em vez de uma situação binária de floresta/desmate, os cientistas do Inpe têm cada vez mais que analisar imagens que apresentam diferentes graus de degradação florestal (ou seja, verdes e vermelhos misturados) e decidir se classificam essas áreas como de desmatamento ou se deixam sem marcação, como se fossem florestas intocadas.

Essas situações podem ficar mais complicadas, pois, em anos de seca, algumas áreas florestais podem parecer avermelhadas porque as árvores perdem suas folhas e expõem o solo subjacente mais acentuadamente do que normalmente fariam. Além disso, a falta de alinhamento de imagens de satélite, erros técnicos, pequenas nuvens e fumaça podem ser facilmente ser lidas como se fossem clareiras. Por fim, para estabelecer a situação atual da área em análise, os intérpretes também têm de levar em consideração as causas que levaram a essa situação. Isso implica que, no caso do Prodes, áreas que foram altamente degradadas devido a intensos incêndios, mas que não foram completamente desmatadas, devem ser ignoradas pelos intérpretes.

Para lidar com essas diferentes fontes de incerteza, os intérpretes do Inpe muitas vezes interrompem suas atividades solitárias para buscar ajuda de seus colegas mais experientes. Se seus colegas mais acessíveis não forem capazes de resolver o problema, buscam ajuda também dos cientistas seniores do Inpe. Durante três dias, o segundo autor pôde acompanhar o coordenador do programa Amazônia durante seu cotidiano entre o *campus* do Inpe e o local de trabalho dos técnicos, localizado em um prédio no centro da cidade de São José dos Campos. Assim que o coordenador chegava todos os dias, os trabalhadores imediatamente paravam suas atividades normais para pedir seu conselho. O coordenador, então, pacientemente, ia de mesa em mesa, olhando imagens de satélite e esclarecendo dúvidas. Além desse método informal de mitigar a incerteza via colaboração, as interpretações seguem um fluxo de trabalho estritamente hierárquico, a fim de cruzar as classificações e evitar inconsistências, como explica um cientista sênior do Inpe:

Atribuímos uma imagem a cada intérprete, que faz a primeira análise. O trabalho do intérprete é então revisado primeiro por um auditor e depois por um homogeneizador, que tem mais anos de experiência. Se o intérprete tiver alguma dúvida, eles classificam o polígono como uma “dúvida”, e então o revisor pode dar uma

olhada e confirmar a existência do desmatamento, se esse for o caso (entrevista com cientista sênior do Inpe).

Também é relevante notar a linguagem utilizada por cientistas e técnicos do Inpe para referir-se aos diferentes níveis de degradação florestal. Embora a cor da imagem seja um ponto de partida útil, não é suficiente, uma vez que áreas desmatadas convertidas para uso agrícola também podem ter um aspecto “verde”, e áreas sujeitas a fogo intenso podem ser dominadas por tons de “vermelho”. Portanto, além de se referirem às qualidades visuais das imagens, os intérpretes frequentemente usavam adjetivos táteis. No caso do Prodes, uma área verde, mas “lisa”, é mais provavelmente um campo de soja do que uma cobertura florestal nativa. Da mesma forma, um conjunto de pixels “áspero” e avermelhado pode indicar que a área tem muitas árvores paradas para serem consideradas desmatadas.

Esse tipo de dinâmica é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente do processamento de visualizações em outros contextos (Monteiro & Keating, 2009). Os dados visuais são frequentemente tratados por indivíduos que trabalham em computadores, mas aqui as consultas informais e os fluxos formais de trabalho são importantes em termos de compartilhamento de resultados e validação coletiva de análises (Coopmans & Button, 2014; Lynch & Woolgar, 1990). A alternância para o trabalho colaborativo também é uma forma de extrair o conhecimento tácito incorporado em outros pesquisadores e seus “anos de experiência”, beneficiando-se de soluções práticas alcançadas por outros intérpretes que trabalham em problemas semelhantes, ou mesmo usando *insights* de soluções alcançadas para problemas muito diferentes. Esse conhecimento tácito é crucial para o trabalho científico em geral (Collins, 1974; MacKenzie & Spinardi, 1995), e é especialmente importante aqui, dado o caráter “artesanal” da análise de imagem digital (Monteiro, 2010b). Embora isso seja indiscutivelmente comum para qualquer trabalho de dados que envolva material visual, esses casos de análise cooperativa são relevantes para como as compreensões cívicas do desmatamento também são coletivamente compartilhadas e reforçadas.

“Verdade” baseada em solo e narrativa

Em suas entrevistas, intérpretes do Inpe definiram o trabalho de campo como crucial para a validação de dados ambíguos ou difíceis de processar. A ida ao campo, além de ter um componente emocional para esses pesquisadores, torna-se o procedimento decisivo para revelar a “verdade real” do território mostrado por imagens de satélite. Esse duplo trabalho de lidar com evidências visuais e realmente “estar lá” torna esses pesquisadores especialmente reflexivos sobre as possibilidades e

limitações de cada método disponível. O trabalho de mudança de imagem para dados baseados em campo já foi teorizado como “descontextualização” e “recontextualização” (Almklov, 2008), quando os intérpretes são obrigados, como parte de seu conjunto de habilidades, a lidar com o trabalho de tradução entre esses dois domínios muito diferentes, mas estreitamente relacionados: o visual e o campo.

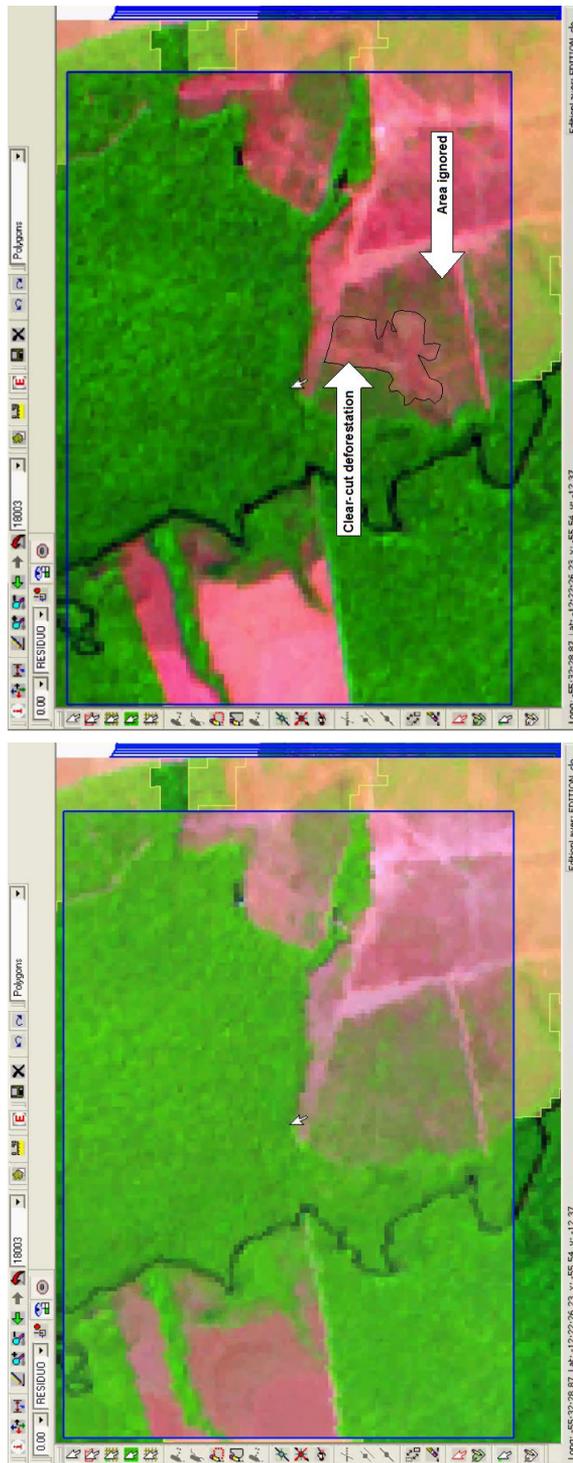
Além das formas tradicionais de “verdade de campo”, que envolvem viagens caras até a Amazônia, foi possível observar a presença do que poderíamos chamar aqui de “viagens de campo virtuais”. A partir do conhecimento tácito acumulado ao longo dos anos, cientistas mais experientes fornecem narrativas ricas aos recém-chegados, contendo informações-chave sobre a Amazônia que não estão presentes em imagens de satélite, como padrões demográficos típicos, coberturas de vegetação estranhas em determinadas regiões e os efeitos de anos particularmente secos na floresta. Um cientista sênior exemplificou no seguinte trecho esta forma de trabalho de campo virtual:

Hoje eu estava com um pouco de pressa, mas quando tenho tempo tento ensinar os caras aqui sobre a Amazônia. Nesses casos, quando eles estão enfrentando alguma dificuldade para interpretar uma imagem eu pergunto a eles “Onde você está?”, e eles respondem: “Estou na imagem 7201”, e eu digo “Não! Você está no norte deste estado, em uma região com esse tipo específico de colonização” – o que explica esse padrão de uso da terra (entrevista com cientista sênior do Inpe).

No trecho acima, podemos ver como a experiência incorporada das viagens de campo pode ser relevante e produtiva na orientação da interpretação das imagens. “Ter estado lá” pode dar a um intérprete mais experiente autoridade para falar sobre certos padrões de vegetação e desmatamento que direcionarão os novatos na compreensão dos dados visuais. Portanto, a experiência de campo “volta” como experiência incorporada, que é convertida em autoridade analítica sobre a interpretação correta. Esses momentos de compartilhamento de experiências de campo também são exemplos de construção de entendimentos compartilhados do território, e também são momentos ricos de construção de entendimentos cívicos específicos dos dados que estão sendo produzidos, como quando discutem padrões de colonização na citação.

Em outros momentos, a relação entre a imagem de satélite e a verdade do solo subjacente é estabelecida em relação ao conhecimento de como o processo de desmatamento ocorre e quando uma determinada área deve ser classificada como desmatamento. No diálogo entre o pesquisador que atuou como intérprete novato

FIGURA 2



Erro! Indicador não definido: Captura de tela feita durante o diálogo entre um novato (o segundo autor) e um intérprete experiente (técnico do Inpe) sobre a classificação de um novo desmatamento reproduzido abaixo. À esquerda está uma imagem de satélite do ano em análise (2009), e à direita está uma imagem do ano anterior, com indicações da área classificada como desmatamento claro e como mera degradação (e, portanto, ignorada).

(1) Antropólogo: Danilo [cientista do Inpe] me explicou que o Prodes detecta, apenas (2) desmatamento de corte raso, certo? Isso seria um desmatamento de corte raso? (3) [Eu aponto o mouse e aproximo o zoom em uma seção avermelhada da imagem de satélite] (4) Técnico: Isso é correto. (5) [Eu uso o mouse para ampliar uma parte da imagem (Figura à esquerda)]. (6) Antropólogo: Encontrei um. (7) Técnico: Você está certo. Essa área provavelmente não estava lá [no ano passado]. (8) Talvez fosse um conjunto de pequenas clareiras aqui e ali que não foi localizado porque Danilo nos contou (9) que não foi corte raso, mas agora é, você pode vê-lo? (10) [O técnico assume o controle do mouse e usa a rolagem para mostrar as (11) imagens de satélite dos últimos dois anos para a mesma área]. (12) Técnico: Aqui, olha, naquela época [ano passado] o processo estava começando... (13) Antropólogo: E agora parece ter terminado... (14) Técnico: E você não pode tomá-lo como um resíduo [uma área erroneamente ignorada], porque (15) no ano passado esse desmatamento [corte raso] não estava lá. (16) Antropólogo: Mas então eu tenho que pegar essa área aqui, isso é degradação [florestal]? (17) [Apontando meu dedo para a parte da tela indicando uma área verde, mas com um tom mais claro (18) de verde e vermelho (Figura à direita)]. (19) Técnico: ... Você está certo, você precisa deixá-lo lá... para o próximo ano. (20) Antropólogo: Para o próximo ano? (21) Técnicos: Ela [a floresta remanescente ali] também vai sumir.

e um técnico experiente – apresentado abaixo, na Figura 2 – pode-se ver como algumas dessas tensões são resolvidas no processo de mitigação de incertezas de interpretações.

A legenda da Figura 2 fornece alguns *insights* sobre as complexidades e incertezas envolvidas na interpretação de imagens de satélite para o Prodes. O diálogo começa com a tentativa de confirmar com um técnico sênior se conceitos teóricos e diretrizes metodológicas explicadas anteriormente por um dos cientistas do Inpe estavam sendo colocados em prática corretamente (1-6). Mas antes de dar a confirmação final, ela pegou o mouse da mão do antropólogo para destacar a importância de comparar a última imagem de satélite com a da mesma área obtida em anos anteriores. Ele também mencionou que a área não era classificada como desmatamento antes em razão de uma diretriz de um cientista sênior. Em outras palavras, o técnico sênior comparou diferentes conjuntos de dados e lembrou do papel da análise colaborativa a fim de mitigar a incerteza na interpretação (7-11).

A técnica sênior também enfatizou que a área desmatada em questão não era um “resíduo” (área não classificada como desmatamento por engano) do ano passado, uma vez que foi apenas no ano corrente que a área atingiu o nível de desmatamento (12-15). Ou seja, ela queria deixar claro que os intérpretes de imagem do Prodes tentam realizar sua análise com o máximo de cuidado possível, a fim de evitar descuidos. Mas essa afirmação levou a uma pergunta do pesquisador, sobre uma área que se tornou mais degradada desde o ano anterior, mas não ficou claro para o antropólogo se deveria ser classificada como desmatamento ou degradação e não ser marcada. Depois de pensar um pouco, ela conclui que a área em questão é de fato degradação. Mas, após outro momento de silêncio, a técnico sênior argumenta que, em todo caso, a área provavelmente será classificada como desmatamento “no próximo ano” (16-21).

Esta estratégia temporal não foi isolada. Foi possível observar que, em muitos casos de interpretações pouco claras ou ambíguas, diferentes intérpretes mobilizaram esse argumento para justificar uma forma específica de classificar áreas na imagem. Ao se basearem em um argumento temporal, os intérpretes são capazes de permanecer fiéis à metodologia científica do Prodes e evitar classificar uma área ambígua como desmatamento, mesmo que a área tenha claramente sofrido diferentes formas de intervenção humana.

Dessa forma, as narrativas deterministas relativas à quase incontestável transformação de florestas altamente degradadas em áreas de corte raso permitem aos intérpretes do Inpe lidar com o dilema de ter de ignorar dentro do Prodes uma par-

cela substancial da destruição da Amazônia. Portanto, essa justaposição crucial entre narrativas, experiências visuais e de campo aumentou o *quantum* de verdade da análise resultante, ao mesmo tempo em que lida com a ansiedade dos intérpretes do Inpe enquanto cidadãos preocupados com a degradação progressiva da floresta.

Antecipar interpretações oponentes

É possível explicar a adoção de estratégias de mitigação da incerteza pelos intérpretes do Inpe descritos acima como resultado de um forte compromisso com o método científico, ou seja, com as regras explícitas e tácitas que estabelecem no campo do sensoriamento remoto o que conta como conhecimento válido. Dessa forma, esses cientistas e técnicos se esforçam para criar fatos que possam suportar testes de força (Latour & Woolgar, 1986) colocados por interpretações alternativas e posições opostas, como as provenientes de grandes produtores de soja e outros críticos da política de desmatamento do Brasil. Mas, além de antecipar as expectativas de suas próprias comunidades científicas, foi possível observar que cientistas e intérpretes do Inpe também estavam preocupados com a forma como seu trabalho seria recebido, além do campo científico e com as implicações políticas de suas interpretações. Nesse sentido, é difícil separar essa antecipação reflexiva do processo de análise e interpretação das imagens como momentos distintos, pois interpretações alternativas estavam frequentemente presentes durante o próprio processo de análise.

O processo de antecipação de interpretações opostas é particularmente evidente no esforço dos intérpretes do Inpe para mitigar os riscos de superestimar ou subestimar os números do desmatamento. Um aspecto comum que une todos os técnicos e cientistas entrevistados, observados e sombreados no Inpe é um forte compromisso com a preservação da floresta amazônica. Por exemplo: em uma entrevista, um cientista sênior relatou que ele e seus colegas se consideram os “guardiões” da Amazônia, sugerindo a presença de um forte apego emocional com a floresta. Esse compromisso se manifesta no nível de detalhamento e atenção investidos em suas práticas de interpretação de imagem. Essa abordagem zelosa, por vezes, choca-se com a necessidade de restringir o escopo do Prodes para desmatamento de corte raso. Isso significa que algumas áreas que estão muito degradadas, devido a incêndios ou exploração madeireira seletiva, devem ser deixadas sem registro, mesmo que indiquem claramente um processo de perda florestal. Neste caso, o *ethos* ambientalista dos intérpretes, bem como sua autocompreensão como “observadores” da floresta tropical, levam-nos a querer incluir o maior número possível de áreas, empurrando a definição do que conta como “corte raso” até o limite. No entanto, se ultrapassarem os limites impostos pela metodologia

do Prodes, podem ser acusados de serem “não científicos” por críticos, incluindo o setor ruralista do governo. Além disso, a divulgação de números que mostram um aumento nas taxas de desmatamento leva a mais pressão sobre o governo e, portanto, é sempre uma questão sensível.

Tais momentos ambíguos desafiam o analista ambientalmente engajado, pois podem estar subnotificando desmatamento relativamente óbvio e relatando apenas “desmatamento de corte raso”, que tem uma definição específica sob a metodologia Prodes. Essas considerações estão constantemente presentes durante a análise das imagens e podem informar a percepção geral dos cientistas sobre o que o Prodes pode ou não mostrar, como o desmatamento evolui e seu próprio papel na política de monitoramento do desmatamento. Mas perder objetividade nos números é enfraquecer a metodologia e, portanto, a autoridade. Assim, faz mais sentido – científico e político – aos intérpretes do Inpe, em seu papel como cientistas e cidadãos, permanecerem cautelosos diante da ambiguidade.

Conclusão

Neste artigo, examinamos como os cientistas lidam com sua posição de produtores de conhecimento objetivo sobre o desmatamento e enquanto cidadãos, preocupados com o desmatamento como problema social mais amplo. Essas tensões emergem, como mostramos acima, nas práticas de mitigação da incerteza durante o processamento de imagens de sensoriamento remoto. O processo é permeado por valores sociais mais amplos em relação à destruição da Amazônia. Argumentamos que os cientistas estão explicitamente cientes de sua situação social à medida que tentam produzir o melhor conhecimento possível sobre o desmatamento usando dados de sensoriamento remoto.

Ao olhar para a conquista prática de evidências em laboratório, vemos como técnicos e cientistas trabalham muito duro para mitigar a incerteza em dados de sensoriamento remoto, seguindo protocolos científicos rigorosos, mas também baseando-se em uma série de estratégias que envolvem diversos conjuntos de dados, “veracidade” de campo e dependência de conhecimento tácito de intérpretes mais experientes. Com isso, pudemos ver como a conscientização da relevância política dos dados produzidos também foi um fator na realização prática cotidiana de dados científicos confiáveis sobre o desmatamento.

Essa consciência reflexiva – argumentamos – explicita a complexidade das interfaces entre ciência e política no caso do desmatamento: é através dos números produzidos pelo Inpe que a realidade do desmatamento é, em grande medida, es-

tabelecida. A solidez do sistema de monitoramento é uma conquista histórica de décadas, mas está constantemente sendo questionada e deve ser continuamente mantida. Este trabalho é feito em regra pelos próprios cientistas através de seu trabalho analítico cotidiano. Portanto, mitigar a incerteza também é uma estratégia de manutenção da confiabilidade do sistema e, por consequência, de sua credibilidade científica e efetividade política nas áreas de formulação de políticas ambientais.

Parte deste trabalho, com incerteza, inclui antecipar contra-argumentos com base em suas percepções e experiências em um campo muito disputado. Esse trabalho de mitigação também ajuda a enquadrar questões políticas, construindo um forte sentido de como a dinâmica do desmatamento se desenvolve no presente e no futuro. Esses cientistas circulam em instituições e governos, formal e informalmente, e suas percepções – construídas dentro e fora do laboratório – estão participando de várias interfaces de ciência/política que vão além de instâncias institucionalizadas de fornecer conselhos a governos ou produzir relatórios políticos. Essas interfaces são mais difíceis de capturar através da análise usual de políticas públicas, mas são muito importantes na definição de como a política é formulada e implementada.

Argumentamos que os cientistas estão, portanto, profundamente conscientes e participam ativamente na performance (*enactment*) de *frames* de política específicos e na produção de relevância política em práticas diárias de construção de dados. Dessa forma, esperamos mostrar o quão complexas são essas interfaces – muito mais complexas do que se poderia imaginar em imagens de cientistas isolados produzindo “dados objetivos” para uso em tomadas de decisão políticas. Embora muitas dessas práticas possam ser vistas como espacialmente isoladas, a produção de dados confiáveis em si envolve consciência e referência às realidades politicamente disputadas do desmatamento na arena pública. O trabalho epistêmico cuidadoso de produção de dados robustos e utilizáveis não pode ser separado da consciência e do envolvimento dos profissionais em controvérsias públicas. Essa complexidade tem consequências para a forma como entendemos e praticamos tanto a ciência como as políticas ambientais.

A política de desmatamento tem se tornado cada vez mais conflituosa no Brasil, pois o país tenta ao mesmo tempo projetar uma imagem verde para o mundo e busca manter sua posição de superpotência agrícola – o que coloca imensa pressão sobre as terras florestais². Nos violentos confrontos sobre como gerenciar territórios e recursos naturais, muitas controvérsias colidem e se cruzam: desde as negociações sobre mudanças climáticas até os direitos indígenas, da agricultura de baixo carbono às políticas de biocombustíveis. Em cada uma dessas controvérsias inter-relacionadas, os atores vão contestar medidas objetivas de mudança do uso

2. Cabe dizer que após as eleições de 2018 e ao longo da gestão do ministro Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente, a pretensão passada de projetar uma imagem “verde” tem dado lugar a um forte isolamento internacional do Brasil em instâncias multilaterais, associando ainda uma crítica do atual governo ao que o Itamaraty chama de “globalismo” e uma suposta associação entre instituições como a ONU e outras com uma agenda comunista. As contradições de governos passados agora dão lugar a um consenso maior entre diferentes ministérios e o próprio poder executivo, engajado em uma forte crítica ao sistema internacional.

da terra e a produção de evidências confiáveis para apoiar políticas ambientais, energéticas, agrícolas e outras. Esse elemento sociotécnico tem uma relevância crescente na forma como as decisões são tomadas e as políticas são projetadas e implementadas.

Se os cientistas do Inpe (e outros) não estão então “isolados”, isso também coloca em questão quaisquer separações analíticas a priori entre ciência/política. Se os cientistas também são cidadãos preocupados, isso também implica que os ESCT podem e devem olhar para a ciência e se envolver com ela de forma diferente (Fortun & Fortun, 2005). Interfaces entre ciência e política estão presentes em todos os espaços controversos, incluindo, mas não restrito, ao laboratório. Assim, para entender tais interfaces é preciso olhar para além dos domínios científicos ou políticos claramente demarcados, e desenhar imagens mais matizadas do processo através do qual a ciência e a política se coconstroem mutuamente (Jasanoff, 2004). Isso não significa que todos os cientistas estejam necessariamente sintonizados com a relevância e as consequências mais amplas de seu trabalho. Mas se a ciência não é sempre (ou meramente) isolada, então a interface com a política pode acontecer de maneiras inesperadas e através de rotas que ainda são raramente discutidas. Isso tem implicações para a forma como refletimos sobre as interfaces ciência-política, mas também tem impacto potencial sobre como entendemos a necessidade de engajamento público na governança científica ou como defendemos a necessidade de nos engajarmos em pesquisa e inovação responsáveis.

Referências

- ABLER, R. F. Everything in its place: GPS, GIS, and geography in the 1990's. *Professional Geographer*, v. 45, n. 2, p. 131-140, 1993.
- ALAČ, M. Working with brain scans: digital images and gestural interaction in FMRI laboratory. *Social Studies of Science*, v. 38, n. 4, p. 483-508, 2008.
- ALMKLOV, P. Standardized data and singular situations. *Social Studies of Science*, v. 38, n. 6, p. 873-897, 2008.
- ANDERSON, L. O.; SHIMABUKURO, Y. E.; DEFRIES, R.; MORTON, D. Assessment of deforestation in near real time over the Brazilian Amazon using multitemporal fraction images derived from Terra Modis. *Geoscience and Remote Sensing Letters*, v. 2, n. 3, p. 315-318, 2005.

BACKSTRAND, K. Civic science for sustainability: reframing the role of experts, policy-makers and citizens in environmental governance. *Global Environmental Politics*, v. 3, n. 4, . 24-41, 2003.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. (Eds.). *Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy*. Cambridge, MA: MIT press, 2009.

CARDOZO, F.; SHIMABUKURO, Y.; PEREIRA, G.; SILVA, F. B. Using remote sensing products for environmental analysis in South America. *Remote Sensing*, v. 3, p. 2110-2127, 2011.

COLLINS, H. *The TEA Set: tacit knowledge and scientific networks*. *Science Studies*, v. 4, n. 2, p. 165-185, 1974.

COOPMANS, C.; BUTTON, G. Eyeballing expertise. *Social Studies of Science*, v. 44, n. 5, p. 758-785, 2014.

COOPMANS, C.; VERTESI, J.; LYNCH, M.; WOOLGAR, S. *Representation in scientific practice revisited*. Cambridge, MA: MIT Press, 2014.

DASTON, L.; GALISON, P. The image of objectivity. *Representations*, v. 40, n. 4, p. 81-128, 1992.

DAVIES, G. Where do experiments end? *Geoforum*, v. 41, n. 5, p. 667-670, 2010.

DOBSON, J. Automated geography. *Professional Geographer*, v. 35, n. 2, p. 135-143, 1983.

ESTEVEZ, B. A guerra contra o termômetro. *Piauí*, n. 156, 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-guerra-contra-o-termometro/>>. Acesso em 10 Maio 2020.

ESTY, D. Toward data-driven environmentalism: the environmental sustainability index. *The Environmental Law Reporter*, v. 26, n. 5, p. 10603-10612, 2001.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M. *Reframing deforestation: global analysis and local realities, studies in West Africa*. London: Routledge, 1998.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: quem tem razão nos cálculos – o Inpe ou a Nasa? *Ciência Hoje*, v. 16, n. 96, p. 6-8, 1993.

FORTUN, K.; FORTUN, M. Scientific imaginaries and ethical plateaus in contemporary US toxicology. *American Anthropologist*, v. 107, n. 1, p. 43-54, 2005.

FRANKLIN, S. E. *Remote sensing for sustainable forest management*. Boca Raton, FL: CRC Press, 2001.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Science for the post-normal age. *Futures*, v. 25, n. 7, p. 739-755, 1993.

GADGIL, M.; BERKES, F.; FOLKE, C. Indigenous knowledge for biodiversity conservation. *Ambio*, v. 22, n. 2-3, p. 151-156, 1993.

HAMMER, D., KRAFT, R.; WHEELER, D. Alerts of forest disturbance from Modis imagery. *International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation*, v. 33, p. 1-9, 2014.

HANNAH, M. G. *Governmentality and the mastery of territory in nineteenth-century America*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000.

HARVEY, D. On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto. *Professional Geographer*, v. 36, n. 1, p. 1-11, 1984.

HARWELL, E. E. Remote sensibilities: discourses of technology and the making of Indonesia's natural disaster. *Development and Change*, v. 31, n. 1, p. 307-340, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Inpe). *Sistema de detecção do desmatamento em tempo real na Amazônia (Deter): aspectos gerais, metodológicos e plano de desenvolvimento*. São José dos Campos: Inpe, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA(IPAM). *REDD in Brazil: a focus on the Amazon*. Brasília: CGEE, 2011.

IRWIN, A. STS perspectives on scientific governance. In: HACKETT, E. J.; AMSTERDAMSKA, O.; LYNCH, M.; WAJCMAN, J. (Eds.). *The handbook of science and technology studies*, p. 583-607. Cambridge, MA: MIT Press, 2008.

JASANOFF, S. *States of knowledge: the co-production of science and the social order*. London: Routledge, 2004.

KAISERFELD, T. Why new hybrid organizations are formed: historical perspectives on epistemic and academic drift. *Minerva*, v. 51, n. 2, p. 171-194, 2013.

KINTISCH, E. Carbon emissions: improved monitoring of rainforests helps pierce haze of deforestation. *Science*, v. 316, n. 5824, p. 536-537, 2007.

KWAN, M.-P. Feminist visualization: re-envisioning GIS as a method in feminist geographic research. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 92, n. 4, p. 645-661, 2002.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1991 [1974].

LEITE, M.; TALENTO, A. Desmatamento na Amazônia dispara em agosto e setembro. *Folha de S. Paulo*, 07 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2014/11/1544688-desmatamento-na-amazonia-dispara-em-agosto-e-setembro.shtml>>.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

LYNCH, M.; WOOLGAR, S. (Eds.). *Representation in scientific practice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

MACKENZIE, D.; SPINARDI, G. Tacit knowledge, weapons design, and the uninvention of nuclear weapons. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 1, p. 44-99, 1995.

MAY, P. H; MILLIKAN, B. The context of REDD+ in Brazil: drivers, agents and institutions. *Cifor Occasional Paper*, n. 55, 2010.

MONTEIRO, M. Beyond the merely visual: interacting with digital objects in interdisciplinary scientific practice. *Semiotica*, 2010 (181), p. 127-147, 2010a.

_____. Beyond the merely visual: interacting with digital objects in interdisciplinary scientific practice. *Semiotica*, 1-4 (181), p. 127-147, 2010b.

_____. Reconfiguring evidence: interacting with digital objects in scientific practice. *Computer Supported Cooperative Work (CSCW)*, v. 19, n. 3-4, p. 335-354, 2010c.

MONTEIRO, M.; KEATING, E. Managing misunderstandings: the role of language in interdisciplinary scientific collaboration. *Science Communication*, v. 31, n. 1, p. 6-28, 2009.

MYERS, N. Molecular embodiments and the body-work of modeling in protein crystallography. *Social Studies of Science*, v. 38, n. 2, p. 163-199, 2008.

NOGUEIRA, R.; TOMAZELA, J. M. Lula diz que devastação é alarde e cobra investigação dos dados do Inpe. *O Estado de S. Paulo*, 31 Jan. 2008.

PETIT, C. The Amazon in flames: no one knows exactly how much of the world's largest rain forest is already gone. *The San Francisco Chronicle*, 01 Out. 1989.

PICKLES, J. *A history of spaces: cartographic reason, mapping and the geo-coded world*. London: Routledge, 2004.

_____. Representations in an electronic age: geography, GIS and democracy. In: _____. (Ed.). *Ground truth: the social implications of geographic information systems*, p. 1-30. New York: Guilford Press, 1995.

PURI, S. K. Integrating scientific with indigenous knowledge: constructing knowledge alliances for land management in India. *MIS Quarterly*, v. 31, n. 2, p. 355-379, 2007.

RAJÃO, R. Representations and discourses: the role of local accounts and remote sensing in the formulation of Amazonia's environmental policy. *Environmental Science & Policy*, v. 31, p. 60-71, 2013.

RAJÃO, R.; AZEVEDO, A.; STABILE, M. C. C. Institutional subversion and deforestation: learning lessons from the system for the environmental licensing of rural properties in Mato Grosso. *Public Administration and Development*, v. 32, n. 1, p. 229-244, 2012.

RAJÃO, R.; GEORGIADOU, Y. Blame Games in the Amazon: environmental crises and the emergence of a transparency regime in Brazil. *Global Environmental Politics*, v. 14, n. 4, p. 97-115, 2014.

RAJÃO, R.; HAYES, N. Conceptions of control and IT artifacts: an institutional account of the Amazon rainforest monitoring system. *Journal of Information Technology*, v. 24, n. 4, p. 320-331, 2009.

RAJÃO, R.; VURDUBAKIS, T. On the pragmatics of inscription: detecting deforestation in the Brazilian Amazon. *Theory, Culture & Society*, v. 30, n. 4, p. 151-177, 2013.

ROBERTS, S. M.; SCHEIN, R. H. Earth shattering: global imagery and GIS. In PICKLES, J. (Ed.), *Ground truth: the social implications of geographic information systems*, p. 171-195. New York: Guilford Press, 1995.

ROSE-REDWOOD, R. S. Governmentality, geography, and the geo-coded world. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 4, p. 469-486, 2006.

SANT'ANNA, L. Maggi diz que Inpe mente sobre devastação. *O Estado de S. Paulo*, 27 Jan. 2008.

SCOTT, J. C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven, CN: Yale University Press, 1998.

SHEPPARD, E. Knowledge production through critical GIS: genealogy and prospects. *Cartographica*, v. 40, n. 4, p. 5-21, 2005.

SKOLE, D.; TUCKER, R. P. Tropical deforestation and habitat fragmentation in the Amazon: satellite data from 1978 to 1988. *Science*, v. 260, n. 5116, 1993.

TUFFANI, M. Inpe tenta explicar dados maquiados da Amazônia. *Folha de S. Paulo*, p. A-9, 12 Maio 1989.

VALERIANO, D. M.; MELLO, E. M. K.; MOREIRA, J. C.; SHIMABUKURO, Y. E.; DUARTE, V.; DE SOUZA, I. M.; DE SOUZA, R. C. Monitoring tropical forest from the space: the Prodes digital project. *International Society for Photogrammetry and Remote Sensing*, v. 7, p. 12-23, 2004.

WYNNE, B. May the Sheep Safely Graze? In: Lash, S.; Szerszynski, B.; Wynne, B. (Eds.). *Risk, environment and modernity: towards a new ecology*, p. 44-83. London: Sage, 1996.

WISE, S.; CRAGLIA, M. (Eds.). *GIS and evidence-based policy-making*. Boca Raton, FL: CRC Press, 2008.



Resumos

Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no estado do Pará

Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 02.03.2020

A tese trata da letalidade policial no Pará, onde a violência letal intencional recrudescceu e prolifera no espaço urbano. Chacinas assolam a região metropolitana da capital, Belém. Os homicídios e as mortes por intervenções policiais – respectivamente, as duas maiores causas de mortes violentas intencionais registradas – emolduram o problema da pesquisa. De um lado, o volume de mortes atribuídas à Polícia Militar do Pará (PMPA) indica o excessivo uso da força letal, em grau alarmante; de outro, há fortes indícios ou comprovação da participação criminosa de policiais militares em grupos de extermínio e milícias que aterrorizam as periferias pobres da metrópole. A violência policial delinea a indagação central: por que policiais paraenses matam? Para melhor compreender e explicar a questão sociológica, aspectos gerais da PMPA e do uso da força letal por policiais militares paraenses são investigados de maneira histórica (por meio de uma metódica pesquisa documental), abrangente (com a assistência de ferramentas estatísticas e estimativas) e densa, esmiuçando a vivência policial aos olhos dos próprios atores. Elementos históricos, políticos, culturais e sociais são examinados em amplitude e profundidade. Tem por objeto da análise a ação letal policial, isto é, a conduta humana de matar outro ser humano realizada pelo policial, orientada por conhecimentos práticos e pelas experiências subjetivas do agente, que, na maioria das vezes, consiste no disparo intencional da arma de fogo contra alguém. Por meio da abordagem interdisciplinar que leva em conta os processos sociais e a subjetividade do indivíduo, a tese aborda quatro dimensões relacionadas ao fenômeno de difícil acesso – a instituição (os valores), a organização (o trabalho), a profissão (os interesses) e o policial (o indivíduo) – para produzir conhecimentos novos apresentados na tipologia da ação letal e dos seus possíveis determinantes, e aclarar que: a PMPA não tem a capacidade de construir uma identidade policial sólida nem controlar a conduta dos seus integrantes; a gestão organizacional da

polícia coloca permanentemente os policiais em situações conflitantes, capazes de mobilizar em certos indivíduos uma crise existencial que pode resultar em ações abusivas de violência aguda; os policiais paraenses experimentam sociabilidades assinaladas por violência que não se restringem à socialização profissional – que tanto antecedem como extrapolam os muros das organizações policiais – e que fomentam, em alguns, um forte desejo de matar às vezes colocado em prática.

Palavras-chave: Letalidade policial. Uso da força. Tipologia da ação letal. Determinantes da ação.

Jorge Ben: tradutor do Brasil

Marcos Henrique da Silva Amaral

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Faria

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 09.03.2020

Este trabalho é movido pelo objetivo de identificar quais são as condições sociais de possibilidade do êxito da obra musical de Jorge Ben, cujos traços estéticos calcam-se na performatização da raça e em seu posicionamento como artista negro, em um mercado de bens simbólicos arregimentado pelo sistema de pureza denominado bossa nova, o qual propunha, de forma sumária, que alguns dos elementos acionados por aquele artista – como a dança e a retomada progressiva de aspectos rítmico-percussivos – fossem recalcados com vistas à pretensa modernização da canção nacional. A partir dessa inquietação, sumarizou-se o problema de pesquisa fundamental a partir da seguinte indagação: quais são os elementos de sua trajetória que possibilitaram essa “transformação” de artista negro em ídolo de massa negro capaz de alcançar inéditos recordes de vendas em um mercado fonográfico marcadamente informado por um esquema histórico-racial tecido por indivíduos brancos? A metodologia de pesquisa usada para responder essa questão consiste em uma sociobiografia capaz de encontrar os elos entre os caracteres subjetivo e objetivo da vida e da obra de Jorge Ben, indicando as possibilidades e os limites para sua consecução. A adoção de tal angulação teórico-metodológica se fez a partir de um duplo movimento para compreender, de um lado, a incorporação da musicalidade e dos materiais simbólicos experimentados durante sua infância e adolescência nos subúrbios cariocas; e, de outro, como, no contexto de metropolização do Rio de Janeiro e de expansão do mercado de bens simbólicos – especialmente da indústria fonográfica –, essas disposições e memórias foram manejadas em um processo criativo que o guindou à condição de ídolo. Os dados para a consecução dessa proposta são provenientes de análise documental de fontes históricas primárias, notadamente jornais e revistas, e secundárias que, acrescidas da documentação audiovisual possibilitadas por discos e produções televisivas, constituem o *corpus* empírico da pesquisa. Por fim, o exercício realizado revelou o posicionamento intersticial que possibilitou o ingresso de Jorge Ben no rol de olímpianos modernos: ele faz reverberar, em sua autoria musical, vozes vinculadas a contextos

espaço-temporais suburbanos, sustentando sua condição de artista negro – a qual se ajusta à demanda de um nacionalismo cultural de matriz estatal-mercadológica –, mas, simultaneamente, as põe em diálogo com essas novas vozes, operando uma tradução polifônica capaz de conjugar seus interesses simbólico-musicais às possibilidades de ganhos profissionais no mercado fonográfico.

Palavras-chave: Artista popular. Cultura popular de massa. Conflitos simbólicos. Relações raciais. Jorge Ben Jor.

Dinheiro traz felicidade?

Bem-estar e pobreza: associações e medidas

Priscila Pereira Santos

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina Murta Collares

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 28.02.2020

A relação entre a ampliação do conceito tradicional de pobreza e as consequências desse alargamento para a mensuração do fenômeno tem sido estudada em inúmeros trabalhos como por exemplo Codes (2008); Santos (2010); Fahel *et alii* (2016) e outros autores que se dedicaram a discutir a multidimensionalidade da pobreza e as consequências dessa compreensão para a elaboração de indicadores que retratassem o fenômeno. O foco desses estudos anteriores apoiou-se no entendimento de que as concepções importam, ou seja, o conceito que se adota para a definição de um determinado fenômeno é importante para a caracterização do mesmo. Esses estudos já demonstraram que a adoção de diferentes concepções de pobreza, tais como a concepção monetária, uma concepção baseada em necessidades básicas insatisfeitas e um conceito multidimensional afetam a mensuração do que é chamado de pobreza e conseqüentemente a definição daqueles que são considerados pobres e passíveis de serem beneficiários de políticas públicas para o seu combate. Entretanto, pouco se sabe acerca do impacto da adoção de cada uma dessas perspectivas de pobreza para a compreensão das consequências do fenômeno em si, em especial as consequências da pobreza no bem-estar dos sujeitos. Tomando essa lacuna como ponto de partida, o trabalho se dedica a testar a relação entre diferentes perspectivas de pobreza e o bem-estar dos indivíduos, aqui discriminado entre bem-estar físico, mental e a satisfação com a vida.

Palavras-chave: Pobreza. Bem-estar. Satisfação com a vida.

A luta por autodeterminação: desracialização e descolonização no pensamento de Frantz Fanon

Murilo Mangabeira Chaves

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 31.08.2019

Esta dissertação procurou discutir criticamente alguns conceitos, ideias e preocupações investigativas de Frantz Fanon em três de seus textos: *Pele negra, máscaras brancas*, *Os condenados da terra* e *Racismo e cultura*. Ao percorrer os textos, constatamos que é possível sintetizar o pensamento de Frantz Fanon sobre reprodução social e mudança social em três fases: contexto colonial, luta de libertação e independência recente. Durante a fase de contexto colonial são relatados os mecanismos de manutenção da ordem colonial por meio da linguagem, das instituições sociais, do controle social, do racismo contra grupos não brancos e da violência sistematizada. Durante a fase da luta de libertação podemos ver a eclosão de questionamentos do colonialismo e a instauração de conflitos abertos visando a mudança social nas sociedades colonizadas. Também constatamos como as camadas sociais se comportam durante esse período. Na fase de independência recente, discutimos como o colonialismo se modifica para manter vantagens econômicas e diplomáticas entre os países. Durante essa fase, percebemos que os acordos econômicos, as ações das elites dirigentes e as relações diplomáticas atualizam as formas de exploração antigas configurando o neocolonialismo. Também encontramos elementos para compreender os conceitos de desracialização e descolonização. Concluímos que esses dois conceitos ajudam a caracterizar o conceito de configuração colonialista, que permite classificar as sociedades na contemporaneidade. Também concluímos que a proposta de novo humanismo no conjunto do pensamento de Frantz Fanon tem a ideia de autodeterminação como princípio básico e que sua obra ainda mostra relevância para a análise das questões sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Frantz Fanon. Colonialismo. Racismo. Desracialização. Descolonização. Configuração colonialista.

A causalidade na explicação sociológica e a teoria da estruturação de Anthony Giddens

André Lucas Maia de Brito

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 17.09.2019

O trabalho procura reconstruir aspectos teóricos sobre a causalidade na investigação social, contrastando algumas tradições teóricas sobre essa questão e, em seguida, investigando como a ontologia social proposta na teoria da estruturação de Anthony Giddens lida com esse debate epistemológico: propondo uma via média entre a metodologia naturalista de investigação e o interpretativismo compreensivo. A teoria da estruturação de Giddens é construída tendo em vista a separação entre as correntes da investigação social que priorizam, metodologicamente, a ação ou a estrutura no estudo empírico social. Apresentamos suas ideias em meio a essas tradições, procurando evidenciar como uma caracterização ontológica da vida social que entende a ação como um “fluxo de intervenções causais no mundo”, em uma relação mútua com as estruturas sociais – que deve ser explicada pelas razões dos indivíduos – supõe uma teoria da causalidade distinta daquela presente no estudo da natureza, sujeita, em grande parte dos casos a relações invariantes e, em sua forma mais acabada, a leis. Para tal, partimos de discussões empíricas relacionadas à pesquisa em sociologia da violência, procurando exemplificar a partir de dois casos localizados, a existência de diferentes concepções sobre a dimensão da causalidade nas pesquisas sociais, fornecendo um ponto de partida empírico para as questões teóricas de interesse do trabalho. Em seguida, perpassamos uma rápida revisão bibliográfica teórica e filosófica dos argumentos de ambos os lados do embate intelectual em torno do naturalismo metodológico e da tradição interpretativista nas ciências sociais, tendo a questão da causalidade como fio condutor, procurando assim demonstrar a dimensão epistemológica do debate que distingue essas concepções de pesquisa. Por fim, nos centramos nas reflexões teóricas de Anthony Giddens, observando como a teoria da estruturação e sua concepção de causalidade se relacionam com as querelas teóricas e metodológicas levantadas ao longo do trabalho, além de aspectos da pesquisa empírica; a superação de dualismos como micro/macro, quantitativo/qua-

litativo; questões como a da possibilidade e forma das generalizações nas ciências sociais e da relação desse campo de investigação com o “senso comum”.

Palavras-chave: Causalidade. Explicação. Compreensão. Epistemologia. Ontologia. Teoria da estruturação.

Entre sentido(s) e experiência(s): um estudo sobre trabalho docente e suas perspectivas na educação de jovens e adultos (EJA) do Distrito Federal

Fernanda Santos Lima

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 07.02.2020

O trabalho constitui elemento fundante e estruturante da vida coletiva na medida em que as sociedades se constituem e se organizam por meio dele. O trabalho docente se expressa pela mediação para a formação dos alunos nas esferas cotidiana e não cotidiana da vida social e está impregnado pelo objeto humano, uma vez que é permeado por interações entre indivíduos. O direito à educação é tido como conquista no mundo ocidental no século XVIII, a partir da constituição de um Estado de Direito com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é definida como modalidade de ensino da educação básica, destinada ao atendimento de indivíduos que não tiveram oportunidade de acesso e/ou permanência no ambiente escolar e, portanto, não puderam concluir os estudos na idade regular e se constitui em importante instrumento de inserção das camadas populacionais historicamente excluídas.

O objetivo desta pesquisa consiste em compreender as condições de trabalho às quais os docentes encontram-se inseridos e analisar os sentidos do trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal. Buscamos nesse sentido identificar o modo como estes profissionais percebem o tempo de trabalho e não trabalho na medida em que explicitamos as dificuldades percebidas para o desempenho da profissão em Educação de Jovens e Adultos, bem como examinar as representações que os professores têm de si enquanto profissionais da educação, especificamente nessa modalidade de ensino.

Dentre os resultados, verificamos que os professores se encontram inseridos em uma conjuntura de precarização do trabalho, mediante jornadas de trabalho elevadas – restando-lhes pouco tempo para descanso e lazer – , carência nos percursos formativos, ausência de materiais didáticos – que traduzem um cenário precário

para realização das práticas educativas –, e sensação de insegurança, que não se restringe ao ambiente escolar. Verificamos com base nos relatos dos professores, a concepção de EJA enquanto espaço de acolhimento e troca, na medida em que o objetivo traduzido e concebido é o de criar condições para que os estudantes desenvolvam competências para lidar com situações cotidianas de maneira autônoma. Nesse sentido, a ideia de emancipação da educação é constantemente associada ao ideal de profissionalização, que demonstra em alguma medida um afastamento da concepção freireana de educação e aproximação da concepção bourdieusiana, que parte da ideia de educação para reprodução.

Dentre os sentidos da docência em EJA, os ideais de voluntariado e vocação atravessam os discursos dos professores, na medida em que são enfatizadas as ideias de doação de tempo e conhecimento para melhorar a realidade dos indivíduos e o caráter da profissão docente enquanto sacerdócio, onde se privilegia o gosto pela docência. Verificamos ainda a dúplici questão do reconhecimento: se por um lado há ausência de reconhecimento social da profissão vinculada a desvalorização da profissão e invisibilidade da modalidade, por outro, há uma dimensão do reconhecimento associada a afetividade, que parte dos alunos em relação ao trabalho desenvolvido, sendo este um dos principais motivos afirmados que os motivam a permanecer lecionando na modalidade. Por fim, dentre os fatores desestimuladores apresentados pelos professores estão o acúmulo de jornada de trabalho, baixos salários e as baixas expectativas em relação a perspectivas de melhorias no cenário educacional, sobretudo no que se refere a Educação de Jovens e Adultos, diante do aprofundamento do estado de crise na esfera educacional que parece se agravar na atual conjuntura brasileira.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação de Jovens e Adultos. Condições de trabalho. Sentidos do trabalho. Representações do trabalho.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br [facebook.com/solunb](https://www.facebook.com/solunb)

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.

3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.

5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

❑ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

❑ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.

❑ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

❑ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

